



Revista de @ntropologia da UFSCar  
jan./jun. 2018 | v. 10, n. 1

ISSN: 2175-4705



### **Comissão editorial**

Amanda Villa Pereira  
Ana Elisa Santiago  
Bruno Cardoso  
Felipe Vander Velden  
Gustavo Moreira Ramos  
Lucas Alexandre Pires  
Paula Bologna  
Piero de Camargo Leirner  
Sara Regina Munhoz

### **Editoras do Dossiê**

Catarina Morawska  
Magda Ribeiro

### **Conselho editorial**

Adam Reed (University of St. Andrews), Ana Claudia Marques (USP), Celso Castro (FGV), Christine de Alencar Chaves (UnB), Cynthia Andersen Sarti (Unifesp), David Graeber (LSE-UK), Débora Morato Pinto (UFSCar), Edward MacRae (UFBA), Fernando Rabossi (IFCS/UFRJ), Fraya Frehse (USP), Frederico Delgado Rosa (Universidade Nova de Lisboa), Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Guillaume Sibertin-Blanc (U. de Toulouse II), Guilherme José da Silva e Sá (UnB), João Biehl (Princeton University), João Valentin Wawzyniak (in memoriam UEL), John Collins (Queens College-NY), Magnus Course (University of Edinburgh), Marco Antonio T. Gonçalves (UFRJ), Maria Catarina C. Zanini (UFMS), Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB), Olívia Cunha (Museu Nacional), Pedro Peixoto Ferreira (Unicamp), Rane Willerslev (Aarhus University), Rebecca Empson (University College London), Rose Satiko G. Hikiji (USP), Simoni Lahud Guedes (UFF), Stephen Hugh-Jones (Cambridge University), Wolfgang Kapfhammer (Institut für Ethnologie/Ludwig-Maximilians-Universität München).

### **Universidade Federal de São Carlos**

Reitora: Profa. Dra. Wanda Aparecida Machado Hoffmann  
Vice-reitor: Prof. Dr. Walter Libardi

### **Centro de Educação e Ciências Humanas**

Diretora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

### **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

Coordenador: Prof. Dr. Jorge Mattar Villela  
Vice-coordenador: Prof. Dr. Geraldo Andrello

### **Projeto gráfico e editoração**

Amanda Villa Pereira

### **Autor da capa**

Amanda Villa Pereira

### **Imagem da capa**

Leonardo Vilaça Dupin, 2016

 Revista de  
@ntropologia  
da UFSCar

---

# Sumário

## Dossiê

### Entre a Política e a Técnica: práticas de conhecimento em comparação

- 09 Apresentação ao Dossiê**  
**Notas sobre as intersecções entre Estado, Ciência, Capitalismo:  
desafios etnográficos em torno da técnica e da política**  
Catarina Morawska, Magda dos Santos Ribeiro
- 25 Dos manuais que fazem raça: técnicas e enunciados sobre  
purezas zootécnicas**  
Natacha Simeí Leal
- 53 Entre bactérias e lobos: o cerco biopolítico à produção do queijo  
Canastra**  
Leonardo Vilaça Dupin, Rosângela Pezza Cintrão
- 80 Tecropolítica em laboratórios da Embrapa e florestas de castanha**  
Magda dos Santos Ribeiro
- 105 Ipea e alinhamentos tecnocráticos: do *planejamento* à *assessoria***  
Bruner Titonelli Nunes
- 128 A política dos documentos: o modo de produção da técnica no  
caso do sistema brasileiro de classificação indicativa**  
Rodolfo Moraes Reis
- 150 Conferências de cultura: sobre metodologias organizacionais,  
eleições e produção de representatividade**  
Lorena Avellar de Muniagurria



- 175 **Ciência, técnica, política: controvérsias em torno do direito aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo**  
Bruno Cesar Barbosa
- 197 **A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros**  
Roberta Machado Boniolo
- 216 **Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços e participação em favelas "pacificadas" do Rio de Janeiro**  
Lia de Mattos Rocha, Monique Batista Carvalho, Frank Andrew Davies
- 238 **"Linhas de investigação": técnicas e moralidades policiais na gestão de mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro**  
Flavia Medeiros
- 257 **"Nossa casa está condenada": o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro**  
Alexandre Magalhães, Daniela Petti
- 275 **"Sempre tem grades na minha vida": sobre a produção técnica, política e discursiva de sujeitos (in)capazes**  
Tiago Lemões, Bruno Guilhermano Fernandes

## Caderno de imagens

- 300 **A vida dos queijos mineiros**  
Leonardo Vilaça Dupin, Letícia Moreira Uematu

\*\*\*

## Tradução

- 316 **Sobre o conhecimento antropológico**  
Philippe Descola

## Artigos

- 330** ***No Salgado tem de tudo (ou Uma cidade dentro de Caruaru)***  
Wecisley Ribeiro do Espírito Santo
- 351** **Cultivando imagens de insubmissão: elucubrações sobre os poderes criadores femininos na saga *Blade Runner***  
Giovana Acacia Tempesta
- 365** **Novas configurações do xamanismo na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)**  
Samir Ricardo Figalli de Angelo
- 388** **Efeitos e afetos entre pessoas e fotografias**  
Rafael Bezzon

## Resenhas

- 409** **MENEZES BASTOS, Rafael José de. 2013. *A festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa*. Florianópolis: Editora da UFSC.**  
Evandro Bonfim
- 414** **MORAWSKA VIANNA, Catarina. 2014. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar.**  
María Cecilia Díaz
- 419** **HAN, Clara. 2012. *Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press.**  
Magda dos Santos Ribeiro
- 424** **FERNANDES, Estevão Rafael; ARISI, Barbara M. 2017. *Gay ndians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of Indigenous Sexualities*. Cham: Springer International Publishing.**  
Lucas da Costa Maciel
- 432** **HICKEL, Jason. 2015. *Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa*. Oakland: University of California Press.**  
Thais Henriques Tiriba

- 438 **RACHIK, Hassan. 2012. Le proche et le lointain: un siècle d'anthropologie au Maroc. Marseille: Éditions Parenthèses.**  
Bruno Ferraz Bartel
- 443 **GUERREIRO, Antonio. 2015. Ancestrais e suas sombras: uma etnografia da chefia Kalapalo e seu ritual mortuário. Campinas: Editora Unicamp.**  
Carlos D. Paz
- 448 **KOHN, Eduardo. 2013. How Forest Think: Toward an Anthropology beyond the Human. Berkeley: University of California Press.**  
Fernando Augusto Fileno

---

# Dossiê

Entre a Política  
e a Técnica:

práticas de conhecimento  
em comparação



Apresentação ao dossiê:  
Notas sobre as intersecções entre Estado, Ciência, Capitalismo:  
desafios etnográficos em torno da técnica e da política

Catarina Morawska  
Professora Adjunta pela Universidade Federal de São Carlos (DSCo/UFSCar)  
[morawska-vianna@ufscar.br](mailto:morawska-vianna@ufscar.br)

Magda dos Santos Ribeiro  
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)  
[magdaribeiro@usp.br](mailto:magdaribeiro@usp.br)

O desafio de reunir trabalhos interessados em discutir e pensar sobre as relações entre Política e Técnica, a partir de diferentes experiências etnográficas, foi aventado no último encontro da Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (VI ReACT, 2017). Coordenado pelas organizadoras deste dossiê e intitulado: *Entre a Política e a Técnica: práticas de conhecimento em comparação*, o Seminário Temático acolheu pesquisas que propunham refletir sobre a mobilização de saberes tecnopolíticos em órgãos estatais, organizações não-governamentais, agências internacionais, institutos de pesquisa, laboratórios, empresas privadas. As apresentações e discussões privilegiaram experimentações com materiais etnográficos e bibliográficos de modo a operar comparações que tornassem visíveis práticas de conhecimento em relação.

O objetivo foi fomentar o debate em torno da ideia de que a política, nestas instâncias, se dá a partir do exercício de técnicas das mais variadas, como a estatística, a cartografia, a hermenêutica jurídica, a biomedicina ou as tecnologias de informação. Reunimos ali cerca de 20 trabalhos, cujas pesquisas de campo de davam em áreas extremamente distintas: o agronegócio, esportes e práticas antidoping, políticas de licenciamento

ambiental, tecnologias de gestão do crime, artefatos e etnologia indígena. As discussões transversais que aconteceram naqueles dias proporcionaram refletir conjuntamente e a partir de pesquisas tematicamente diversas os desafios teórico-metodológicos postos à antropologia na medida em que se propõe etnografar as diferentes formas nas quais a técnica aparece no mundo como indissociável da política, seja como domínios ou práticas imbricados, seja como domínios ou práticas considerados separados, mas em ambos os casos em íntima relação.

O presente dossiê é, em certa medida, um prolongamento das reflexões ali iniciadas. Nesta publicação, cuja chamada foi aberta a pesquisadores e autores para além daqueles que presenciaram o encontro, tivemos a oportunidade de abrigar outras pesquisas, também tematicamente diversas e cuja aproximação proporciona uma relevante contribuição à antropologia da técnica e, igualmente, à antropologia política. Melhor seria dizer que o encontro dos textos aqui reunidos problematiza, justamente, a oclusão dessas sub-áreas disciplinares.

De saída, alertamos que os textos deste dossiê não falam em uníssono. Antes, dispersaram seus focos de descrição e análise para lugares e objetos muito distintos. Com o objetivo de refletir sobre a indissociabilidade da política e da técnica a partir de contextos etnográficos particulares, os autores aliam-se a perspectivas teóricas também muito distintas entre si, como é o caso de Bruno Latour, Michel Foucault, Veena Das ou Luc Boltanski. Mais interessante do que explorar a diferença teórica entre os textos é perguntar como esses dois elementos – técnica e política – são articulados em cada uma das análises, e o que essa articulação pode revelar sobre as intersecções entre Estado, Ciência e Capitalismo.

É nesse sentido que caminhará esta apresentação. Primeiro, abordaremos como a crítica a uma teleologia racionalista criou um terreno fértil aos estudos sociais da ciência. Esse movimento analítico, que buscava compreender como a objetividade se produzia por meio de agenciamentos dentro e fora dos laboratórios, acabou por desvelar a proximidade entre a Ciência e empreendimentos capitalistas e estatais. Argumentamos que o foco etnográfico na relação entre política e técnica permite aproximar elementos comuns aos três, em geral relegados a objetos de pesquisa e áreas disciplinares distintos.

Em seguida, buscaremos explorar os desafios analíticos empreendidos por cada etnógrafo/a autor/a deste volume a partir de seus enquadramentos teóricos particulares. Ao atentarmos para o lugar da política e da técnica em cada um dos textos que compõe este dossiê, buscaremos lançar um olhar ampliado para o modo como descrições etnográficas em torno desses dois elementos permitem eliciar aquilo que empreendimentos

estatais, científicos e capitalistas têm em comum.

### **Técnica e política: intersecção entre Estado moderno, Ciência, Capitalismo**

Em um texto raramente lembrado ou visitado por antropólogos, Max Weber (1971) discorre sobre os princípios e características da burocracia moderna, assim como seus pressupostos sociais e econômicos. O compreensível desconforto dos antropólogos com o autor deriva da teleologia racionalista que marca a sua obra, evidenciada pela estratégia analítica de tomar a burocracia moderna como um tipo puro supostamente avançado em relação a outras “estruturas de domínio”, como o patriarcalismo, o patrimonialismo, o feudalismo e a autoridade carismática. Ainda que o autor admita que “as realidades históricas, que quase sempre surgem em formas mistas, se movimentam entre esses tipos puros” (: 280), sua análise toma a burocracia moderna como referência para um exercício comparativo com estruturas administrativas de épocas e lugares tão distintos quanto o Egito faraônico, a China imperial desde Shi Hwangti, a Pérsia moderna, a Idade Média europeia, o antigo Império Romano. O que sustenta sua comparação, portanto, é um eixo evolutivo que associa a crescente burocratização com o aumento do racionalismo.

Uma leitura atenta, contudo, faz saltar aos olhos a presença de um segundo eixo comparativo no interior do próprio tipo puro com o propósito não de diferenciar, mas aproximar duas formas mistas de realidade histórica que andam par a par: “A burocracia, assim compreendida, se desenvolve plenamente em comunidades políticas e eclesiásticas apenas no Estado moderno, e na economia privada, apenas nas mais avançadas instituições do capitalismo” (:229). Por meio de uma série de comparações que aparecem ao longo de todo o texto, Weber evidencia como o aparato técnico-burocrático marca tanto a administração pública quanto a empresa capitalista privada. Em suma: a máquina burocrática impõe em organizações públicas e privadas o domínio da técnica por meio do “perito racionalmente treinado e especializado” (: 251). O mais interessante da sua obra, ao menos para antropólogos pouco interessados em tipos puros, parece estar justamente naquilo que o foco analítico na técnica permite revelar: como formas estatais e empresariais se assemelham.

Este elemento da obra do autor, contudo, acabou por ficar à sombra da amplamente criticada caracterização da burocracia como tipo puro, que viria a se disseminar como um lema entre os ideólogos do racionalismo:

Quando plenamente desenvolvida, a burocracia também se coloca, num sentido específico, sob o princípio do *sine ira ac studio* [sem ódio e sem preconceito]. Sua natureza específica, bem recebida pelo

capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é “desumanizada”, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo. É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial (Weber 1971: 251).

Justamente contra a ideia de um crescente processo de racionalização despido de quaisquer “elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo” consolidou-se um corpo bibliográfico que buscava investigar a razão como fenômeno histórico concreto. Em um texto originalmente publicado em 1988, Paul Rabinow propunha analisar “a razão da mesma maneira geral que outros objetos são analisados, ou seja, como um conjunto de práticas sociais em complexas relações pragmáticas com uma congeneridade de símbolos” (Rabinow 2002: 116). Grandemente inspirado pelos escritos de Michel Foucault e Georges Canguilhem, Rabinow (1992) juntava-se, assim, ao campo dos estudos sociais da ciência, particularmente da maneira como vinha sendo conduzido por autores como Bruno Latour e Steve Woolgar.

Como Latour (2013) viria a lembrar, esse campo de estudos nos anos 1980 queria compreender “como – com quais instrumentos, quais maquinários, quais materiais, quais condições históricas e antropológicas – era possível produzir a objetividade” (: 5). Assim, a objetividade e a racionalidade Moderna foram, nas obras de vários autores dos estudos sociais da ciência, objetos de experiências empíricas e conceituais muito diversas. No caso de Latour, se *A Vida de Laboratório* (Latour & Woolgar 1979) conferiu um aporte etnográfico à descrição e possibilitou um tipo de conhecimento particular à instituição científica, colocando em relevo a importância da autoridade do perito especializado, foi a teoria ator-rede a centrar-se no ponto de articulação entre a heterogeneidade ontológica e material que performavam as redes sociotécnicas (Latour 2005). A teoria ator-rede permitiria atravessar os domínios inter-relacionados, mas distintos, a partir dos quais os Modernos se apresentam – Ciência, Política, Direito, Economia –, de modo a deixar explícito “o trabalho exploratório que possibilita recrutar ou constituir uma série *descontínua* de elementos heterogêneos, de um lado, e de outro algo que circula de maneira *contínua*” (Latour 2013: 33, grifo original). Como consequência, ao analista se faria visível tanto as fronteiras dos domínios quanto as conexões através deles.

Recentemente, a aposta apresentada em *An Inquiry into Modes of Existence* (Latour 2013) confere à racionalidade um aspecto bastante metafísico ao pensá-la enquanto “modo de existência”. A obra busca evidenciar os pilares que sustentam a Modernidade e



que, com efeito, a atravessam em múltiplas direções. Religião, Arte, Direito, Economia, são exemplos de domínios que perpassam nossa existência Moderna. Ainda que o caráter abstruso das classificações ali delineadas possa indicar uma abordagem rígida em determinados aspectos, interessa aqui mencionar a presença da técnica [TEC] e da política [POL] dentre os domínios que constituem os modos Modernos de existir.

Se por décadas a objetividade científica foi um terreno fértil para a investigação de um conjunto de práticas associadas ao racionalismo e à Modernidade, curiosamente, assim como Weber havia feito ao tratar da burocracia, o foco analítico na técnica permitia que também os estudos sociais da ciência revelassem como formas estatais, empresariais e científicas se assemelhavam. O domínio da técnica que marcava práticas da razão atravessava, a um só tempo, Estado, Capitalismo e Ciência.

Em nenhuma obra isso fica tão claro quanto na de Isabelle Stengers. Em *A Invenção das Ciências Modernas*, a filósofa propõe associar a razão científica à razão política (Stengers 2002). Isso quer dizer, sobretudo, que sua tentativa é utilizar o registro político para descrever as ciências, compreendendo-a enquanto processo contingente que faz convergir interesses econômicos, industriais e políticos, ao mesmo tempo em que reafirma a objetividade dos enunciados científicos pela sua autonomia em relação a interesses não científicos. Há muitas maneiras para se contar a história da ciência, e na que Stengers propõe é preciso estar atento ao fato de que a decisão sobre o que é científico depende de uma política constitutiva das ciências que nega o domínio da Política. O registro político aparece, portanto, como duplo: como dinâmica interna à ciência e como domínio que se rejeita em nome da objetividade e da técnica.

Reside aqui uma questão fundamental endereçada por este dossiê, a ser tratada mais adiante: o registro político não é o mesmo a todo tempo e em todo lugar. Se nas etnografias a técnica aparece descrita por meio de características estáveis e reconhecíveis, a política, por sua vez, é escorregadia, aparecendo de formas distintas, seja como domínio assim identificável pelos atores, e portanto passível de ser etnografado, seja como domínio ou ferramenta eleitos pelo analista como pano de fundo do argumento.

Se primeiro Stengers faz um grande esforço descritivo para adicionar política à ciência, em *Capitalist Sorcery*, escrito com Philippe Pignarre, o movimento é o de trazer para a política uma enorme gama de questões geralmente afastada dela, em especial práticas e decisões delegadas apenas aos *experts* ou especialistas (Pignarre & Stengers 2011). A questão não é necessariamente a de se opor ao domínio do técnico, mas de entender que muitas das destruições que ocorrem sob a égide do progresso ou da Modernidade dependem de um ambiente de práticas rotineiras e estabilizadas. É justamente aí, na roti-

na aparentemente desinteressante da tecnocracia, na política que insistentemente nega a política das práticas, onde o domínio tentacular mostra seus dentes e garras. Estamos de acordo que “levar a sério a eficácia de uma técnica impõe a necessidade de compreendê-la como sendo endereçada a algo muito mais poderoso que seu aspecto técnico” (2011: 32) e, nessa direção, a noção de política apresentada pelos autores possibilita reconhecer, de maneira mais perturbadora, o seu imbricamento com a técnica. Ao articularem, num só golpe, Estado, Capitalismo e Ciência, nomeiam as práticas capazes de obviar a política, e as apresentam enquanto “alternativas infernais” (2011: 14).

No interior das alternativas infernais a política necessariamente dá lugar à submissão. Para Pignarre & Stengers, o modo de funcionamento capitalista ataca enfurecidamente a política e devemos, mais do que nunca, “colocar de volta na política o que é hoje apresentado em termos de uma alternativa infernal” (2011: 26). A exploração econômica define o capitalismo apenas parcialmente, já que seu funcionamento é fruto de processos que ocorrem em uma escala realmente pequena, a partir de experimentos cuidadosos, buscando fazer sua captura de modo silencioso e corriqueiro, impondo-se calmamente por meio da impressão de que o movimento se dá de maneira natural e consentida. Por essa razão, argumentam os autores, a máquina que produz as alternativas infernais implica em exércitos inteiros de *experts* e depende, ainda mais, da presença do Estado. O capitalismo não é e nunca foi capaz de erguer-se por sua própria conta e não há nada de espontâneo acerca de seu crescimento, o qual exige um trabalho permanente baseado nas funções estatais. São minuciosas e pacientes construções, cuidadosamente mantidas e acopladas ao Estado. O capitalismo requer a instalação gigantesca de um aparato legal, com regulamentos e restrições. Uma das características marcantes desse mecanismo é que ele dá a aparência de um funcionamento automático, cuja lógica técnica de controle escapa ao político.

Eis aí um ponto fundamental na composição dos textos que integram este dossiê e na inspiração que Stengers oferece ao objeto de nossa reflexão. Nenhum dos textos trata diretamente do tema capitalismo ou faz dele sua preocupação central. Isso porque os textos foram bastante argutos em privilegiar a descrição etnográfica e assumiram o compromisso de oferecer uma contribuição singular à discussão aqui proposta acerca da indissociabilidade da técnica e da política. Contudo, ao imbricar a política na técnica, ou ao declarar sua presença por meio das mais diversas circunstâncias descritas, os textos acabam por colocar em evidência os modos de captura desse sistema de feitiçaria chamado Capitalismo (Stengers & Pignarre 2011) e de suas articulações tanto com a Ciência quanto com o Estado. Os textos nos permitem reconhecer os mais variados danos – a erradicação

de modos de vidas, a desordem e o ódio, a frustração e o abandono, a hipocrisia e a sujeição – por meio do poder que enfeitiça e aprisiona o pensamento e a vida. Contudo, não é por serem críticos que os textos se esquivam de mostrar os engajamentos e as lutas, o gesto clássico que tenta combater o feiticeiro por meio da incorporação de suas próprias armas. A técnica, considerada por definição como um instrumento potencial de dominação, ora constrange o movimento de levante, ora é convertida em força (tecno)política.

Se a singularidade do capitalismo é ser “um sistema de feitiçaria sem feiticeiros” (Pignarre & Stengers 2011: 135), lutar contra suas alternativas infernais implica na árdua tarefa de tornar seus procedimentos visíveis, capazes de serem reconhecidos em suas mais variadas formas. Esse foi o esforço coletivo deste dossiê: o de descrever o modo como a política se entrelaça à técnica e a maneira como podemos seguir resistindo a feitiços científicos, estatais, capitalistas.

### **Diálogos transversais: política, biopolítica, tecnopolítica**

Os doze textos que compõem este dossiê e seu caderno de imagem podem, à primeira vista, surpreender o leitor em razão de sua variedade temática, considerando principalmente sua reunião em um dossiê que pretende girar em torno de um tema particular. Esse movimento transversal, no entanto, tem a vantagem de proporcionar uma visão original acerca das relações entre política e técnica, justamente por não estar confinado a este ou aquele campo empírico, ou a esta ou aquela moldura teórico-metodológica. A seguir, buscaremos evidenciar a originalidade dessa composição e o modo como os textos entrecruzam diálogos críticos e urgentes à reflexão aqui pretendida.

Nesse sentido, é oportuno começar pelo que muitos dos textos têm em comum. Na tentativa de articular técnica e política, grande parte dos autores elege como referência Michel Foucault, criando assim um pano de fundo analítico que realça ora tecnologias de governo que incidem sobre populações, ora o eixo prática discursiva-saber-ciência. Curiosamente, o artigo de Natacha Leal neste dossiê, apesar de sequer mencionar o filósofo, é o que mais se aproxima do que ele chama de uma “análise arqueológica”, que procura revelar como um domínio científico se inscreve e funciona em uma formação discursiva determinada (Foucault 2008a).

Por meio da análise de documentos técnicos sobre a produção da raça dos Zebus e dos Pés-Duros, Leal descreve o processo de *azebuamento*, em meados do século XX, e de *desazebuamento*, no início do século XXI, dos rebanhos bovinos brasileiros. Vê-se surgir, assim, um “território arqueológico” (Foucault 2008a: 205): é do problema da relação entre uma Natureza e uma Cultura propriamente brasileiras, que mobilizava ideias de

mestiçagem, nação, tradição e economia, que emerge uma Ciência também propriamente brasileira, a Zootecnia Tropical. A comparação entre Zebus e Pés-Duros permite, ainda, perceber matizes históricas e regionais do problema Cultura-Natureza-Nação que envolve criadores, cientistas e agentes do Estado. Em Leal, portanto, a política aparece não enquanto domínio delineado como tal no mundo, mas como pano de fundo analítico. O efeito é fazer ver um processo historicamente situado em que uma Ciência se destaca de uma formação discursiva.

Também no artigo seguinte, de Leonardo Dupin e Rosângela Cintrão, é no nível da análise que se situa a política, porém pensada especificamente como biopolítica (Foucault 2008b). Essa pequena diferença tem enormes efeitos naquilo que se faz ver: nem tanto a formação de um domínio científico, mas as normatizações sanitárias e ambientais que recaem sobre produtores de queijo na Serra da Canastra, em Minas Gerais. A descrição dos autores, assim, abarca as tensões que emergem tanto da fiscalização de peritos sanitários, enviados à região para fiscalizar *boas práticas e condições higiênico-sanitárias apropriadas* na produção do Queijo Minas Artesanal, quanto dos gestores do Parque Nacional da Serra da Canastra, que restringem o acesso e uso dos recursos por famílias que criam gado para produção de leite e queijo, implicando muitas vezes em retiradas forçadas da área em nome da *proteção à natureza*. Diferentes modos de conhecer – dos peritos sanitário-ambientalistas e dos produtores de queijo – relacionam Natureza e Cultura de maneira bastante distinta, instaurando conflitos de ordem biopolítica.

É interessante notar como há um deslizamento na maneira como política aparece no nível analítico em Dupin & Cintrão e na etnografia seguinte de Magda Ribeiro: da biopolítica passamos à tecnopolítica. Ribeiro adota a estratégia etnográfica de seguir a castanha-do-brasil como um artefato que atravessa modos de conhecer de castanheiros do Irapuru, no Amapá, e de técnicos *experts* da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Acompanhamos, assim, os castanheiros em sua *subida* sazonal aos castanhais e os cientistas em seus experimentos cartográficos e genéticos nos projetos *MapCast* e *EcogenCast*. A autora mostra como os modos de conhecer em torno da castanha criam fluxos tecnopolíticos – sistemas híbridos de técnicas e práticas políticas – que apontam não para conflitos biopolíticos, mas para contornos ontológicos, apresentados muito mais por sua capacidade de sobreposição do que em razão de suas diferenças intransponíveis. Resulta daí que os conflitos e alianças emergentes nesses encontros e que acarretam as mais diferentes consequências – como a transformação das práticas de manejo em região de floresta amazônica – problematizam os aparatos técnicos mobilizados por diferentes grupos, ao mesmo tempo em que descrevem suas implicações políticas.



Se ampliarmos essa leitura para os diferentes modos de conhecer etnografados nos três primeiros textos, podemos dizer que o encontro de diferentes modos de conhecer pode acarretar em acordos em que a entrada da política é interdita, dando-se exclusivamente por meio da mobilização do aparato técnico e sob justificativas igualmente técnicas. É preciso “melhorar” tecnicamente as raças dos bovinos, é necessário oferecer recursos técnicos sanitários para a fabricação de queijos artesanais, é preciso tornar eficiente o manejo e a produtividade da castanha por meio do conhecimento técnico-especializado. Contudo, os textos mostram a dificuldade em descrever etnograficamente o encontro de diferentes técnicas sem considerar a política que ontologicamente as orienta. É dessa maneira, portanto, que as orientações ontológicas precipitadas por descrições etnográficas e cujas vidas descritas são, de uma forma ou de outra, colocadas contra ordens reinantes – Estado, Mercado, Ciência, grandes instituições, modelos econômicos – faz com que a política da ontologia ressoe na política dos povos, populações ou grupos que a ocasionaram, incluindo aí as posições políticas que essas pessoas podem tomar a partir das mais variadas técnicas.

### **Técnica e política no mundo da burocracia**

Se nos três primeiros textos a técnica assume lugar proeminente na descrição etnográfica e a política aparece sobretudo como pano de fundo analítico, nos três artigos seguintes, de Bruner Nunes sobre o Ipea, de Rodolfo Moraes Reis sobre a Coordenação de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, e de Lorena Avellar Muniagurria sobre as Conferências ligadas ao Ministério de Cultura, o foco da etnografia são as formas nas quais política e técnica se delineiam no mundo.

A etnografia de Bruner Nunes neste dossiê mostra como em uma instituição tecnocrática produtora de conhecimento aplicado a políticas públicas – o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) –, os contornos do que os especialistas tomam por práticas técnicas e políticas são claramente traçados, coincidindo com o interno e externo à instituição. Como o autor bem lembra, trata-se de uma visão tributária da diferenciação weberiana das vocações científicas e políticas. Nunes oferece uma análise da dinâmica entre o interno-técnico e o externo-político, argumentando que quanto maior o alinhamento entre os dois, maior o fortalecimento institucional do órgão. Esse foi o caso no período ditatorial, quando havia uma maior centralização dos processos de tomada de decisão e o *planejamento* do governo era mais diretamente informado pelos estudos formulados dentro do Ipea. No período democrático, em que predominam a noção de *assessoria* e o processo de tomada de decisão passa a ser descentralizado, esse alinhamento é menos

controlável, pois os especialistas nunca sabem ao certo se seus estudos efetivamente informarão as decisões sobre políticas públicas ou se serão mencionados sobretudo para conferir legitimidade a essas decisões. A contribuição do artigo é justamente a de mostrar etnograficamente a maneira pela qual o Ipea como instituição busca o seu fortalecimento por meio desse ajuste entre o interno-técnico e externo-político.

O externo-político e interno-técnico também aparecem neste dossiê na etnografia de Rodolfo Moraes Reis sobre a Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND), órgão do Ministério da Justiça responsável por analisar produtos audiovisuais e atribuir-lhes uma faixa etária limite recomendada para o público. Reis se alinha a uma literatura recente que pensa etnografia de documentos, de modo a justificar a sua estratégia etnográfica de descrever os trâmites burocráticos e a confecção dos documentos classificatórios. O resultado é uma etnografia que revela o esforço do órgão em reafirmar publicamente a objetividade e tecnicidade de seu trabalho por meio da ampla divulgação dos critérios técnicos adotados, buscando assim evitar críticas externas de que o trabalho de classificação estaria eivado de preceitos morais. Como afirma Weber (1971: 251), em citação já mencionada acima, a virtude da burocracia seria limpar do trabalho técnico “todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo”. A revisão das classificações por superiores, assim, é vista pelos técnicos como fruto de pressão externa, dimensão tida como política e além de seu controle, que contrasta com a dimensão estritamente técnica do seu trabalho.

Em Nunes e Reis, portanto, vemos que a burocracia como tipo puro, ápice da racionalidade técnica e objetiva, opera não apenas como ferramenta analítica nos escritos de Weber e seus legatários, mas também como referência aos próprios burocratas. O ideal da técnica despida de quaisquer outros elementos tidos como políticos torna-se uma bússola para as práticas cotidianas dos atores, contribuindo para que se delineie dentro do Estado moderno uma clara separação entre o domínio da política e o da técnica. Eis o lugar do analista etnógrafo e não estatólogo: em vez de posicionar o tipo puro como ferramenta de análise que referencia os “tipos mistos” de realidade concreta e histórica, a tarefa passa a ser a de identificar os modos pelos quais o tipo puro aparece como operador no mundo investigado.

Nem sempre, contudo, os elementos da burocracia como tipo puro se fazem presentes de forma tão marcada no funcionamento do aparato estatal, como atesta o trabalho de Lorena Muniagurria neste dossiê. Por meio de uma etnografia dos espaços participativos vinculados ao Ministério da Cultura nas gestões Lula e Dilma, que tinham como finalidade construir junto à sociedade civil uma política nacional de cultura, a autora mostra

como os conjuntos de saberes e práticas associados à ideia de técnica e política não eram contrapostos ou externos um ao outro. A relação entre técnica e política, neste contexto etnográfico, é de contiguidade e afetação mútua. Também aqui a autora se vale do debate da antropologia de documentos ao optar pela descrição dos procedimentos técnicos próprios a essas reuniões, tanto aqueles relativos à confecção de propostas quanto à eleição de delegados. Como mostra, era preciso possuir habilidades com as formalidades necessárias à sistematização de *boas propostas*, e ser *bom de matemática* nos procedimentos adotados para votações, para assim operar efeitos políticos desejados: fazer seguir adiante propostas e delegados nas diferentes escalas assumidas pelas conferências – de municipal para estadual, de estadual para nacional. Daí a contiguidade e afetação entre os dois elementos: como ensina Muniagurria, fazer política de forma eficaz implica a habilidade técnica em processos percebidos como não políticos, sob pena de perderem sua legitimidade e, conseqüentemente, sua efetividade.

### **Política como domínio e ferramenta: outros imbricamentos**

Ainda que Lorena Muniagurria descreva espaços participativos de encontro, seu foco na técnica se mostra bastante distinto da estratégia adotada nos artigos seguintes, que também etnografam reuniões. O efeito dessa diferença na análise é patente: o que se sobressai nestes não é o lugar que a técnica e a política ocupam para os atores, mas a tensão entre atores e campos de conhecimento em relação. Ou seja, a política se coloca como pano de fundo para a análise de imbricamentos de outros tipos: Ciência, Direito, Religião.

Esse é o caso do texto de Bruno Cesar Barbosa sobre as controvérsias em torno do Processo Transexualizador, política pública de transformação corporal do sexo. O autor toma um evento que conta com a presença de psiquiatras, cientistas sociais e ativistas como microcosmo de convenções discordantes em torno do conceito patológico de *transsexualismo* previsto na Portaria que embasava o procedimento médico. Ali, ora as cientistas sociais e ativistas uniam-se contra os pressupostos psiquiátricos, ora se distanciavam entre si quanto ao debate em torno de outras categorias, como *pessoa trans* ou *travestis*. Essa tensão entre os atores cumpre o propósito analítico de revelar como no Brasil, com o reconhecimento legal também da noção de *travestis* para outros atendimentos que não a cirurgia genital, os campos psiquiátrico e legal são articulados e atravessados por demandas dos movimentos sociais. Ciência e Direito imbricam-se na análise da política das reuniões.

No texto de Roberta Machado Boniolo neste dossiê, uma estratégia etnográfica muito parecida é adotada para tratar de um imbricamento de outra ordem: Ambianta-

lismo e Religião. A autora descreve os esforços de uma organização, Elos da Diversidade, cujos membros eram gestores públicos, pesquisadores na universidade e devotos de religiões de matriz afro-brasileira, para compatibilizar as ideias de *preservação do meio ambiente e sacralidade da natureza* e administrar o conflito em torno da presença de oferendas no Parque Nacional da Tijuca, uma área de preservação ambiental. Para tanto, o esforço do Elos da Diversidade em encontros com atores dos mais variados era o de operar uma transformação conceitual: as oferendas eram anunciadas como *resíduos biodegradáveis*, e não *impacto e poluição*. Como afirma a autora, tratava-se de estabelecer correlações entre distintas áreas de conhecimento que permitisse legitimar práticas religiosas. Na análise de Boniolo, portanto, a política aparece duplamente como ferramenta e domínio: como pano de fundo analítico que lhe permite desenhar um campo social marcado por tensões e conflitos, e como prática tida como propriamente política pelos gestores do Elos da Diversidade.

É também como domínio e ferramenta que política aparece no artigo de Lia de Mattos Rocha, Monique Batista Carvalho e Frank Andrew Davies sobre os espaços participativos na gestão da *pacificação de favelas* cariocas. Os autores se propõem a um exercício comparativo entre as favelas do Batan e do Morel de modo a argumentar como as práticas de gestão se dão de modos distintos a depender da maior atuação de associações locais ou de policiais nas reuniões de diálogo com moradores. Vê-se nesses espaços práticas consideradas pelos moradores como próprias do domínio da política. É ali que se apresentam demandas e reivindicações sobre questões estruturais como saneamento e condições de moradia. Mas vê-se também política como ferramenta dos sociólogos: o pano de fundo analítico que permite o desenho mesmo do argumento em direção à crítica macrossociológica do que Boltanski chama de “domínio gestor”. O interessante é perceber como no nível etnográfico é a política como domínio (assim identificado pelos atores) que se destaca; e no nível analítico é a técnica que adquire proeminência – aquilo que cala e subjuga os moradores em nome da boa gestão.

Outro elemento importante a que Rocha, Carvalho & Davies chamam atenção no domínio gestor da *pacificação de favelas* são as orientações morais que os comandantes dirigem às condutas dos moradores nessas reuniões. A moralidade está presente não apenas na gestão dos vivos, como também na dos mortos, como mostra Flavia Medeiros neste dossiê, em sua etnografia sobre a Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG). A autora descreve como os policiais constroem uma *linha de investigação* cruzando técnicas e moralidades que incidem sobre *vítima e suspeitos*. Sua etnografia nos faz seguir a razão policial por entre inscrições em relatórios, diligências,

necropsia, identificação papiloscópica, inquérito policial, depoimentos, revelando como um corpo adquire nome, sobrenome e endereço, e os *suspeitos* transformam-se em *bandidos* acusados de homicídio. Ao contrário dos outros textos, não é política o elemento que se imbrica com a técnica, mas moralidade, num processo a partir do qual *indícios* tornam-se tecnicamente *provas*. Constrói-se tecnicamente, assim, uma verdade definida de antemão que separa os que são *probos, íntegros, do bem* daqueles sobre quem deve recair o peso da lei.

A gestão de populações também aparece nos últimos dois textos do dossiê, cujo foco principal, contudo, são as tecnologias de governo. Alexandre Magalhães e Daniela Petti abordam remoções forçadas nas favelas no Rio de Janeiro e Tiago Lemões e Bruno Fernandes tratam da população de rua em Porto Alegre. Apesar de explorarem contextos e problemas bastante distintos, ambos guardam muito em comum no que diz respeito tanto ao enquadramento teórico quanto à estratégia etnográfica.

Magalhães & Petti conduzem a etnografia a partir de um eixo comparativo que coloca lado a lado experiências de duas pessoas: Valda, da Vila União de Curicica, e Gilson, da favela Indiana. Os autores ressaltam os efeitos dos *laudos* e *atos de interdição* que contêm a avaliação técnica de que as casas estariam *condenadas*, e da assinatura dos moradores atestando ciência de que deveriam ser retirados do local. Se na etnografia a experiência de Valda nos mostra como havia pouco esclarecimento da verdade estabelecida pelos técnicos da Defesa Civil, a de Gilson revela alianças dos moradores com especialistas da universidade para promover um contra-discurso sobre os laudos que apontasse para o baixo risco à população, não sendo necessária a remoção. Política, portanto, se faz por meio da técnica.

Um eixo comparativo muito semelhante aparece em Lemões & Fernandes, que optam por explorar a experiência de dois moradores de rua, Adão e Jaci, e sua circulação entre o Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre (MNPR-RS) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os autores, assim, exploram as maneiras como agentes técnicos dos serviços de saúde e assistência social incitam o engajamento coletivo (mobilização por direitos) e individual (cuidado de si) daqueles que circulam pelas instituições. As vidas de Adão e Jaci são perpassadas por instrumentos, técnicas e práticas conduzidas por esses profissionais.

Para compreender as remoções forçadas nas favelas e os efeitos desses saberes psiquiátricos sobre a população de rua, tanto Magalhães & Petti quanto Lemões & Fernandes lançam mão das noções foucaultianas de “governamentalidade” e “tecnologia de governo”. Não é o caso de desenvolvê-las aqui, já que são plenamente trabalhadas nos

próprios artigos. O que vale apontar é para o efeito desse enquadramento teórico nas análises, exatamente o contrário daquele notado em Rocha, Carvalho & Davies. Foi dito acima que o uso da ideia de “domínio gestor” de Boltanski acarreta a proeminência, no nível etnográfico, da política como domínio assim reconhecido pelos atores nas reuniões com os comandantes da UPP; e no nível analítico, da técnica. O uso de “governamentalidade” e “tecnologias de governo” opera o efeito inverso: a técnica é realçada no nível etnográfico (os laudos de remoção e as técnicas psiquiátricas do cuidado de si); e no nível analítico é a política que opera como pano de fundo (a conduta das condutas).

Este breve rasante sobre os textos não faz jus à riqueza etnográfica e analítica que cada um traz. A sua contribuição para o dossiê não está no que falam em comum, mas nas diferentes maneiras que relacionam técnica e política: revelando o eixo prática discursiva-ciência-saber em tecnologias de melhoramento dos bovinos brasileiros; comparando modos de conhecer de peritos e produtores de queijo e de cientistas e castanheiros por meio do pano de fundo analítico da biopolítica e da tecnopolítica; apontando os contornos do técnico-interno e político-externo no aparato burocrático-estatal; enfatizando por meio de etnografias de reuniões como a política se faz por meio da técnica ou como dinâmicas políticas fazem convergir Ciência, Direito, Religião; explicitando a relação entre técnica e moralidade em investigações policiais; abordando tecnologias de governo na pacificação ou remoção de favelas e na gestão da população de rua. E assim, cada artigo à sua maneira, elicia as formas singulares em que Estado, Ciência e Capitalismo se articulam e emergem no mundo.

### **Técnica, política e a organização do poder**

O eixo argumentativo dessa apresentação, longe de esgotar as tantas e múltiplas formas de relação entre técnica e política, buscou introduzir uma discussão mais abrangente que teve a intenção de lançar um olhar cuidadoso para a constituição dos processos que legitimam distintas racionalidades, cujos efeitos as etnografias aqui apresentadas foram hábeis em mostrar.

No entanto, a racionalidade científica e estatal, bem como suas intrínsecas relações com o Capitalismo, insistem em mostrar que a razão é sempre uma região talhada e atravessada pelo irracional. Para Deleuze & Guattari (2002: 331) tudo é irracional no capitalismo, exceto o próprio capital que dita a razão pungente em meio ao que pode parecer um delírio coletivo. Se Pignarre & Stengers (2011) elegeram o feitiço como explicação para sua eficácia, Deleuze & Guattari apontaram para o desejo como combustível que queima e faz funcionar a máquina. No Capitalismo, segundo afirmam, delírio e interesse, desejo e

razão se distribuem de uma maneira completamente nova e particularmente patológica.

Esse mecanismo, capaz de autorizar o impensável, não deve ser tratado como mera ideologia, mas como a própria organização do poder. Justamente porque a organização do poder é a maneira como o desejo se acomoda no econômico, ele assedia o econômico e alimenta suas formas políticas. O argumento delineado por Deleuze & Guattari (2002) em *Sobre o capitalismo e o desejo* interessa aqui pois sinaliza de maneira contundente que não devemos colocar a infra-estrutura de um lado – a técnica – e do outro lado a super-estrutura – a política – sob o risco de “não ver como o desejo trabalha a infra-estrutura, como a investe, como faz parte dela, como a esse título organiza o poder.” (2002: 333).

Por essa razão, a importância e o esforço deste dossiê estão também em mostrar como a soma de contingências de práticas estatais e científicas encontram-se atreladas às práticas capitalistas. Se as suas possíveis linhas de fuga podem funcionar como a própria expansão dos limites do Capitalismo, elas também impõem dificuldades ao seu exercício por meio de uma decodificação generalizada, seja pela via da atuação que politiza através de técnicas variadas, seja por aquela que toma os processos técnicos em razão de seus efeitos deliberadamente políticos. Entre os limites da Ciência, do Estado e do Capital, há linhas por todos os lados. Os autores desse volume nos oferecem algumas delas, onde a técnica e a política desempenham um papel crucial e são atravessadas por domínios outros e por diferentes modos de resistência.

## Referências

- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 2002 [1973]. “Sobre o Capitalismo e o Desejo”. In: Gilles Deleuze (org.) *A Ilha Deserta*. São Paulo: Iluminuras.
- FOUCAULT, Michel. 2008a. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2008b. *Segurança, Território e População* (Curso no Collège de France- 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes
- LATOUR, Bruno. 2013. *An Inquiry into Modes of Existence. An Anthropology of the Moderns*. Cambridge: Harvard University Press.
- \_\_\_\_\_. 2005. *Reassembling the social an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1979. *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*. Princeton: Princeton University Press.
- PIGNARRE, Philippe; STENGERS, Isabelle. 2011. *Capitalist Sorcery: Breaking the Spell*. London: Palgrave Macmillan.
- RABINOW, Paul. 2002. “Antropologia como Nominalismo”. In: Paul Rabinow, *Antropologia*

*da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

\_\_\_\_\_. 1992. "Studies in the anthropology of reason". *Anthropology Today*. Vol. 8, n 5, pp. 7-10.

STENGERS, Isabelle. 2002. *A invenção das ciências modernas*. São Paulo: Editora 34.

WEBER, Max. 1971. "A burocracia". In: Max Weber, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.



## Dos manuais que fazem raça: técnicas e enunciados sobre purezas zootécnicas

Natacha Simei Leal<sup>1</sup>

Professora Adjunta da Universidade Federal do Vale do São Francisco

[natachaleal@gmail.com](mailto:natachaleal@gmail.com)

### Resumo

Este artigo descreve processos de “raceamento” de bovinos mediante a comparação entre manuais e outros documentos zootécnicos. A partir de pesquisas realizadas em duas tradicionais zonas pecuárias brasileiras – a rica e altamente tecnificada pecuária de Zebus de elite do Centro-Oeste e os recentes investimentos na seleção e preservação do gado Pé-Duro piauiense – a proposta é analisar como esses manuais descrevem técnicas e artefatos considerados imprescindíveis para o “melhoramento” animal, ao mesmo tempo que trazem implícitos enunciados políticos relacionados com uma retórica nacionalista igualmente fundamental para a produção da pureza e da raça de bovinos. Ademais, a partir da comparação entre a produção da raça dos Zebus e a raça dos Pés-Duros, o artigo pretende demonstrar como tecnologias de “raceamento” semelhantes podem vir a produzir distintos saberes em torno das ideias de genética, ambiente, nação e mesmo sobre a história e a centralidade da pecuária e do agronegócio na economia brasileira.

**Palavras-Chave:** Agronegócio; Manuais; Pecuária; Raça; Zootecnia.

### Abstract

This article describes the breeding processes of the Brazilian cattle by comparing zootechanical handbooks and other documents. Based on research in two traditional Brazilian cattle ranches – the rich, high-tech and consolidated elite Zebus livestock from the the

---

1 Este artigo apresenta desdobramentos de minha pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar e financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 16/00147 0). Assim, este artigo vincula aspectos desta pesquisa, “Seleção e Raceamento do Gado Pé-Duro: Naturezas e culturas, raças e misturas”, com questões já publicadas e desenvolvidas em meu doutorado, “Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite” (Leal 2014).

Brazilian Midwest and some recent investments in selection and safeguarding of the *Pé-Duro* cattle –, the proposal of this article is to analyze how these handbooks describes techniques and artifacts which are considered essential for the animal “breeding” and, at the same time, produce political statements related to a nationalist rhetoric equally essential for the purity of cattle breeding. In addition, based on a comparison between the production of the Zebu breed and the *Pé-Duro* cattle, this paper intends to demonstrate how similar breeding technologies can produce different knowledge around the concepts of genetics, environment, Nation and even about the history and the centrality of livestock and Agribusiness in the Brazilian economy.

**Key-Words:** Agribusiness; Handbooks; Livestock; Breed; Zootechny.

[...] nosso sertão, por exemplo, inteirinho, continua uma incógnita sedutora para a Zootecnia. E o sertão, deixai-me dizê-lo, é só pecuária. Seu povoamento se fez com os currais. O gado, tangido pelo vaqueiro, invadia os campos virgens, e o homem construía a casa e o curral tomando conta da terra. (Domingues 1942: 98)

O angustiante é, porém, verificar-se como o cruzamento das raças e de espécies ganha terreno. Só o zebu é uma ameaça, ameaça séria de acabar definitivamente com nossas etnias sertanejas, de bovinos, só hoje encontradas em grau de mais pureza, ou menos impureza (em relação ao *Bos indicus*) no alto sertão do Piauí. (Domingues 1942:102)

Foi na década de 1940 que o zootecnista Octávio Domingues (1942) produziu esses enunciados na publicação “Síntese de um Plano de Estudos Zootécnicos no Nordeste”. A pecuária bovina já não era mais aquela atividade econômica subsidiária da cana-de-açúcar utilizada para a ocupação dos sertões, tal qual teria sido durante a Colônia segundo zootecnistas e alguns autores do pensamento social brasileiro (Abreu 1907; Furtado 1959; Prado Jr. 1941). O país, desde a virada do século XIX para o XX, já contava com uma série de escolas e políticas agrícolas (Medrado 2013) e o gado Zebu – de origem indiana com cupins preponderantes, de raças como Gir, Nelore e Guzerá – importado, selecionado e melhorado por criadores do Triângulo Mineiro não apenas era utilizado para abastecer frigoríficos ingleses e norte-americanos que se instalavam no Brasil, como se adaptava e avançava por todas as regiões do país, inclusive pelo Nordeste.

Considerado o patrono da Zootecnia Tropical – uma ciência aplicada, que “explora, estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação do animal doméstico ao ambiente do criatório” (Domingues 1929, apud Ferreira 2012: 9) –, Domingues estava atento à possibilidade de extinção do gado Pé-Duro do sertão nordestino, o que de fato veio

quase a acontecer algumas décadas depois. Esses rebanhos *crioulos*<sup>2</sup>, fundamentalmente *mestiços*, teriam sido desenvolvidos nos ‘currais de dentro’ ainda durante a colonização por acasalamentos não-direcionados entre tipos da Península Ibérica (da subespécie *Bos taurus ibericus*, de raças como Mirandesa e Barrosã) que chegaram ao Brasil pelas mãos dos portugueses. Ao adentrarem pelas margens do Rio São Francisco e, paulatinamente, serem *naturalizados* às condições adversas da seca e das pastagens sertanejas, naquela década de 40, começavam a ser *azebuados* em mais de um sentido.

Acasalados com reprodutores Zebus (da subespécie *Bos taurus indicus*) que começavam a chegar ao Nordeste naquela década de 40 pelas mãos de tropeiros de Goiás e do Triângulo Mineiro, ou mesmo com espécimes zebuínos adquiridos pelas prefeituras de pequenos e grandes municípios que os emprestavam aos fazendeiros locais, os rebanhos nordestinos, até então miúdos, ficavam mais pesados, mais altos, claros, com cupins e barbelas preponderantes. Com todas aquelas características que definiam, e seguem definindo, o fenótipo dos zebus.

Da perspectiva exclusivamente reprodutiva, esse processo de *azebuamento* era relativamente simples. Os touros pés-duros deixavam de ser utilizados como reprodutores (eram encaminhados para abatedouros ou mesmo exterminados). Acasalavam-se, então, as fêmeas Pés-Duros com touros Zebus gerando, assim, uma progênie mais robusta. De outro ponto de vista, político em mais de um sentido, o *azebuamento* dos rebanhos nordestinos era consonante com as demandas da então nascente (e modernizada) indústria mundial de carnes congeladas.

No início do século XX elites intelectuais e ganadeiras brasileiras do sul, sudeste e centro-oeste disputavam que tipo de gado seria o mais adequado para abastecer as demandas europeias por carne bovina. Pecuaristas e mascates do Triângulo Mineiro entraram nessa disputa. Desde a virada do século XIX para o XX, *triangulinos* já importavam bovinos indianos adaptados ao clima quente e seco do Brasil Central com vistas a abastecer o primeiro frigorífico brasileiro, de capital inglês, instalado na cidade de Barretos (SP). Foi nas décadas seguintes, no entanto, com a publicação de livros de registro genealógico desses espécimes importados, a organização de associações de criadores especializados nas raças zebuínas, mas, sobretudo, pela consonância dos anseios das elites pecuárias desta região de Minas Gerais com políticas estatais, especialmente do Governo Vargas, que a seleção do gado Zebu para a indústria da carne veio a se tornar um modelo bem-sucedido para a *pecuária dos trópicos*.

2 As categorias nativas nesse artigo serão trazidas em itálico, bem como os termos em língua estrangeira. As categorias analíticas aparecerão em aspas simples.

O fato é que essa combinação de agentes, iniciativas, projetos e contingências econômicas não só tornou o Brasil, a partir da década de oitenta do século XX, o maior exportador de proteína animal do mundo, mas fez de mais de 80% dos rebanhos nacionais Zebus ou *azebuados*. E muito em razão dos selecionadores destes tipos, os *zebuzeiros*, seguirem à risca os enunciados da Zootecnia Tropical, um subcampo da Zootecnia Geral que o próprio Octávio Domingues veio a consolidar.

Apesar das indubitáveis qualidades do Zebu, que Domingues inclusive ajudou a produzir a partir da publicação de uma série de manuais e documentos zootécnicos ao longo de toda a primeira metade do século XX, o zootecnista antevia já naquele início da década de 40 que o *azebuamento* dos rebanhos talvez não fosse a melhor solução para a então pouco tecnificada pecuária nordestina. Primeiramente em razão da qualidade dos reprodutores Zebus que chegavam aos sertões: segundo o zootecnista eram o *refugo* dos rebanhos zebuínos *puro-sangue* de propriedade das elites ganadeiras do Sudeste e do Centro-Oeste. E, portanto, inaptos a transmitir, de fato, um padrão racial adequado.

Depois, porque Domingues entendia que a solução para modernizar a pecuária nordestina – em razão do clima, da qualidade das pastagens, da contingência de chuvas – estava no pequeno e rústico gado sertanejo. Este deveria ser estudado, do ponto de vista *étnico*, para tornar-se, de fato, uma raça zootécnica a partir do uso de fórmulas de melhoramento – como identificação e caracterização de espécimes, tecnologias de acasalamento e cruzamento, genealogias – que só muito recentemente, em razão de uma série de outras disputas e contingências, viabilizaram-se como um projeto para melhorar os Pés-Duros para a indústria da carne. Projeto esse que, não obstante, fundamentou-se, entre outros argumentos, na defesa da necessidade de *desazebuamento* dos rebanhos sertanejos.

Mediante a análise do legado de Octávio Domingues e a comparação entre manuais e outros documentos zootécnicos nacionais que ajudaram a produzir parte dos enunciados da chamada Zootecnia Brasileira, Tropical, este artigo anseia descrever o processo de *azebuamento*, e mais recentemente, de *desazebuamento*, dos rebanhos bovinos brasileiros. A partir de pesquisas que venho realizando, de um lado, com criadores do centro-oeste brasileiro entusiastas do gado zebu (Leal 2014) e, de outro, com criadores que recentemente vêm investindo no gado Pé-Duro do sertão do Piauí e, considerando os enunciados produzidos por manuais, folhetos e outros documentos técnicos, os quais desde o início do século XX vêm sendo financiados por secretarias de Estado, empresas de pesquisa agropecuária e associações de criadores, o artigo pretende demonstrar como todos esses papéis aliados à técnicas de manejo, tal como acasalamentos e seleções dirigidas, controle alimentar, registros genealógicos e saberes da genética, produzem raça.

A partir dos enunciados implícitos nos documentos técnicos que descrevem a produção da raça dos Zebus e dos Pés-Duros, o artigo busca demonstrar como tecnologias de melhoramento semelhantes produzem distintas atualizações e saberes sobre as ideias de ambiente, mestiçagem, nação, tradição e mesmo sobre a história e a centralidade da pecuária e do Agronegócio na economia e na política brasileira. Para tanto, a Zootecnia será tratada neste artigo para além de uma concepção meramente científica. Será apresentada, por meio dos documentos que produz, como um saber que, ao conjugar tanto os enunciados e ações de cientistas quanto os de criadores e agentes de Estado, opera com a economia, com a genética, com o meio-ambiente, com a tradição ou, nos termos de Latour (2003), com “naturezas-culturas”, que, no caso brasileiro, relacionam homens e bois em uma política, incessantemente atualizada em papéis, tendo em vista um projeto de Estado-Nação.

## Os zebus e os zebuzeiros

Para os que avistam os campos e pastagens brasileiras contemporâneas repletas de zebuínos da raça Nelore, e que acompanham, mesmo de longe, a influência política e econômica da elite do Agronegócio, os preços milionários pelos quais esses espécimes são comercializados em leilões, os números vultosos de exportação de carne dos frigoríficos brasileiros, ou mesmo o pujante comércio de sêmen e embriões de zebuínos por laboratórios e centrais de inseminação artificial<sup>3</sup>, fica difícil imaginar que estes bovinos importados da Índia ao Brasil foram considerados por algumas décadas *indômitos* e *fétidos* e, portanto, inaptos a abastecerem as demandas da então nascente indústria de carnes congeladas.

Por essa razão, é quase um consenso em manuais de zootecnia, mas também em biografias, diários e livros comemorativos de criatórios, que as primeiras importações de gado zebu ao Brasil teriam sido realizadas em razão da *audácia* de pecuaristas e mascates de gado do Triângulo Mineiro. Por *visionários* de uma região que desde pelo menos o século XVIII já se destacava como um entreposto comercial de gado e teria permitido desenvolver entre alguns fazendeiros e tropeiros uma *expertise* pecuária que os facilitou antever as qualidades zootécnicas do *exótico* gado indiano.

---

3 Desde a década de 30 do século XX, inseminações artificiais de bovinos são realizadas no Brasil. O país, atualmente, é responsável por 50% das fertilizações *in vitro* realizados em bovinos no mundo e vem se destacando em procedimentos de clonagens. Para maiores informações sobre o uso de tecnologias reprodutivas na pecuária bovina brasileira ver minha tese de doutorado, “Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite” (Leal 2014).

Não ocasionalmente, no fim da década de 50, quando as políticas de *raceamento* dos zebus já eram consolidadas e estes espécimes se espalhavam por todas as regiões do país, inclusive pelo Piauí, o zootecnista André Weiss (1956), na introdução do manual zootécnico “Os Grandes Reprodutores Indianos”, presta uma homenagem aos *pioneiros* do gado zebu:

[...] era preciso que se contasse a história do zebu no Brasil, rendendo merecida homenagem aos seus pioneiros, em sua maior parte já desaparecidos, mas alguns ainda labutando em favor do tipo de bovino que representa a base da pecuária de grande porte do Brasil. Merecem, também, nosso reconhecimento os abnegados mineiros que na primeira metade do século atual seguiram para a Índia distante, a fim de trazer os reprodutores destinados ao levantamento do rebanho do Brasil Central, de todo o Norte, e até de áreas sulinas. (Weiss 1956: sp)

Sobre o estímulo a tais expedições à Índia, no entanto, vale uma observação. Naquela mesma virada do século XIX para o XX em que o mascate de gado uberabense Teófilo de Godoy realiza a primeira viagem ao território indiano e dá início a um ciclo pioneiro de importações de gado zebu ao Brasil (Leal 2014; Medrado 2013), chegavam ao país várias levas de imigrantes. Se no alvorecer da República, criadores *triangulinos* iniciavam o projeto de *azebuamento* dos plantéis brasileiros, o Estado – antes monárquico e depois republicano – apostava no branqueamento da população brasileira.

Muita tinta correu sobre a tese do branqueamento da população brasileira (Benzaquen 1993; Skidmore 2003; Seyferd 2002; Schwarz 1993), e pouco, ou quase nada, pelo menos do ponto de vista antropológico, sobre o *azebuamento* dos rebanhos bovinos. Estas apostas, contemporâneas, de algum modo, faziam parte de um mesmo propósito. A convergência mais óbvia destes projetos está em compartilharem um certo discurso eugênico: tanto na seleção de imigrantes quanto na de bovinos havia a intencionalidade de se produzir populações mais adequadas a viverem em território nacional. Se antropólogos físicos, juristas e médicos sanitaristas defendiam a maior probabilidade de *abrasilamento* dos latinos (Lacerda 1912; Seyferd 2002), assim pensavam criadores e estudiosos da pecuária ao apostarem na importação de gado indiano ao Brasil.

Neste paralelo entre homens e bois, no entanto, vale uma ressalva. As teorias racialistas da virada do século XIX para o XX desenvolvidas no Brasil pressupunham a superioridade da raça branca. No projeto de branqueamento da população defendida pelas

elites intelectuais brasileiras, havia um argumento étnico: cada raça teria um tempo de evolução, mas todas elas avançariam na mesma direção dos europeus. Em virtude disso, o caráter miscigenado do Brasil poderia ser atenuado com a imigração europeia. Havia uma intencionalidade de construir no futuro uma nação mais homogênea, pelo menos do ponto de vista racial.

E aí está a principal divergência entre as ideias de branqueamento e *azebuamento*. Ainda que algumas raças zebuínas, como Nelore e Indubrasil, tenham a pelagem branca e, portanto, por acasalamentos dirigidos tornassem os rebanhos nacionais cada vez mais claros, os Zebus, da subespécie *Bos taurus indicus*, são classificados em oposição aos bovinos europeus, *Bos taurus taurus*. Para lembrar um exemplo fundamental, no clássico de Charles Darwin ([1859] 2002), “A Origem das Espécies”, há menção da diferença entre estes tipos. Em uma nota de rodapé do primeiro capítulo do livro, o naturalista aponta para o fato de que a dessemelhança entre essas subespécies era tamanha – na voz, nos hábitos, mas principalmente em relação aos cupins e barbelas protuberantes dos Zebus – que o levou a pensar que descenderiam de ancestrais distintos.

O modelo de zootecnia proposto para o Brasil antes da consolidação do gado Zebu, portanto, era europeu em mais de um sentido. E não exclusivamente porque teriam sido criadores ingleses, ainda no século XVIII, que desenvolveram as tecnologias que até hoje fundamentam a produção de raças zootécnicas, seja dos rebanhos Zebus ou dos Pés-Duros: o *inbreeding* (uso de um mesmo reprodutor em acasalamentos com suas descendentes diretas, filhas, netas e bisnetas a fim de conservar e transmitir *o sangue* ao longo das gerações) e a organização de livros de registro genealógico, os Pedigrees. Ou mesmo porque o conceito de zootecnia moderna teria sido desenvolvido na França, naquele mesmo século XVIII, a partir da tese de Baudement no Instituto Agrônomo de Versailles, baseado no princípio de entender animais domésticos como máquinas vivas, valorizadoras e transformadoras dos alimentos (Ferreira 2012). Mas, sobretudo, pela defesa em manuais e outros documentos zootécnicos daquele período de alguns tipos de bovinos em especial considerados aptos a modernizarem a pecuária brasileira: todos eles de raças europeias. Os zebus (*Bos taurus indicus*) poderiam até ser brancos mas, por princípio e classificação, eram espécies não-europeias.

No primeiro manual zootécnico brasileiro escrito por Eduardo Cotrim em 1913, por exemplo, esse argumento estava mais que explícito. Tanto nas descrições de padrões fenotípicos e aptidões zootécnicas de dezenas de raças bovinas da subespécie *Bos taurus taurus* que ele traz na quarta parte de seu livro, mas, sobretudo, no argumento desenvolvido para justificar sua escolha por tais tipos:

Só nos fins do século XIX se começou a importação dos zebus indianos que hoje avassalaram os campos brasileiros, até que a dolorosa experiência de algum tempo mais, venha provar aos nossos criadores que se fanatisaram por esse ídolo hindu, há muitos séculos existente na Índia e sempre incapaz de melhoramento, quão prejudicial foi, para a criação brasileira, a sua importação. (Cotrim 1913: 135)

E Cotrim prossegue:

Aqui não vamos considerar senão as raças ou grupos de animais descendentes do *Bos taurus*, que é o boi doméstico da civilização ocidental a que pertencemos por origem, por índole e por costumes. (Cotrim 1913: 135)

Eduardo Cotrim (1913) quer instruir e formar criadores modernos, e por isso o elogio em seu manual aos tipos europeus, tais como Durhams, Angus, Herefords, Polled-Angus, Welshs, Holandeses, Ayrshires. Se o Brasil, conforme afirma Cotrim, era uma civilização ocidental desde a origem, deveria, portanto, utilizar-se de tecnologias zootécnicas europeias – os cercamentos, pastagens, confinamentos e as etapas de cria e engorda de rebanhos descritas minuciosamente pelo zootecnista em seu livro –, bem como investir na seleção de animais igualmente europeus. E os Zebus, animais do oriente, iam na contra-mão desse propósito.

Ao compor a história da pecuária no sertão mineiro, o sociólogo Ricardo Ferreira Ribeiro (2012) analisa as disputas entre as elites ganadeiras nacionais empreendidas na I Conferência da Sociedade Nacional de Agricultura, realizada em 1916. Descreve como os entusiastas das raças indianas, ao defendê-las, diziam que elas foram injustamente comparadas com caboclos e negros. Se fossem europeias, segundo estes criadores e estudiosos, não haveria qualquer resistência quanto à sua seleção.

O zebu é entre os gados o que o pobre negro foi entre os homens: pau pra toda obra [...] vai na frente, embrenha-se no macegal, na catinga, nos capões, nos mattos, nas florestas, perde-se nos banhados, nos brejos, nos desvãos e reaparece adiante forte, sadio, alegre, sem uma diminuição (Ubatuba 1916: 41, apud Ribeiro 2012: 9)



Naquele início de século, as doutrinas raciais europeias certamente influenciaram a nascente Zootecnia nacional. Contudo, a comparação literal de zebus com negros e caboclos é um pouco controversa. A subespécie *Bos taurus indicus*, segundo a literatura zootécnica, até teria se espalhado pela África. Mas foi a Índia o destino dos criadores do Triângulo Mineiro, era de lá que chegaram os primeiros animais importados. Os Zebus, de algum modo, tinham distinção antes de chegar ao Brasil. Provinham da Índia, um território de castas e marajás, mas que também recebia influências do império inglês. Já tinham alguma nobreza antes de chegar ao país, tanto porque eram considerados animais sagrados – e em boa medida, por isso Cotrim acusou os criadores de gado do Triângulo Mineiro de estarem encantados por um ídolo hindu – quanto porque estavam em vias de serem melhorados pelos investimentos zootécnicos de fazendas experimentais britânicas ali instaladas desde a ascensão da indústria frigorífica mundial, das quais, não obstante, alguns brasileiros adquiriam reses importadas.

A influência dessas ações imperiais britânicas na Índia entre os criadores *triangulinos* evidencia-se, não casualmente, por um documento zootécnico. Circulou entre criadores da Uberaba da década de 30 um artigo de um funcionário do exército inglês com experiência na seleção de gado zebu na Índia e Egito, Arthur Olver (1938). No texto, “*A Brief Survey of some importante breeds of cattle in India*”, Olver descreve características morfológicas, adaptativas e a distribuição geográfica de rebanhos indianos, separando-os em grupos étnicos, as raças Gir, Nelore e Guzerá. Tal classificação racial pioneira sobre os zebus na Índia desenvolvida por Olver, bem como as tecnologias de observação e melhoramento destes bovinos, foi seguida à risca por selecionadores do Triângulo Mineiro.

De certo ponto de vista, houve uma tentativa de colonizadores britânicos, como Olver, em desenvolver na Índia a união entre a ciência europeia e a *natureza tropical*, que, não obstante, veio a se consolidar no Brasil. Tanto porque esses tipos importados foram capazes de se *naturalizar* ao clima brasileiro, bem como seu êxito econômico ser efeito do investimento não apenas de pecuaristas e zootecnistas, mas também de políticos e chefes de Estado, na consolidação de saberes agrários nacionais.

O propósito de desenvolver rebanhos bovinos compatíveis com as necessidades do Brasil estava anunciado no editorial da primeira edição da Revista *O Zebu*, publicada no ano de 1939. Financiada pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), uma associação de classe que congregava pecuaristas especializados na seleção de tipos indianos, a revista foi lançada, não casualmente, um ano após da publicação do primeiro livro de registro genealógico desta associação.

Desejamos conclamar todos os interessados na racionalização dos processos de criação das boas raças de origem indiana, aquelas que os criadores brasileiros elegeram como capazes de corresponder as exigências ecológicas do Brasil tropical e sub-tropical, bem como as finalidades econômicas a que se destinam, a nos ajudarem com seu indispensável concurso – a fé nos próprios cometimentos e na capacidade superior de Técnica Brasileira, manejada pelos brasileiros, na suprema demonstração da nossa capacidade de realizar a progredir. Eis que temos conquistado a primeira e mais difícil escalada – aquela em que em mais de um século porfiamos em demonstrar a governantes e governadores que “sairia” vencedora a doutrina econômica nascida do imperativo da própria Natureza Brasileira e não de doutrinas alienígenas, servilmente copiada de outros países e de outros povos... É essa nossa mentalidade, reformada de métodos e sistemas adaptáveis ao nosso meio, em todos os ramos de nossas atividades humanas e a qual nos honramos de pertencer, renovação advinda da melhor maneira de sentir as nossas necessidades pelos que estão ajudando a criar um Brasil Novo, que fazem um veemente apelo no sentido de prestigiar a nossa causa, que é a própria causa de todos os criadores e técnicos de boa vontade”. (Sociedade Rural do Triângulo Mineiro: 1939, sp)

O projeto da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro estava fundamentado nas *Tecnologias* e *Natureza* brasileiras, conforme afirmava o editorial da revista. Os Zebus, segundo esta associação de classe, não só foram capazes de se *naturalizar* ao clima tropical, como eram uma invenção de pecuaristas do oeste brasileiro cujos propósitos estavam afinados com uma causa política nacional.

Ao escrever a “Marcha para o Oeste”, obra que inspira o projeto homônimo de Vargas (Bittar 1999), Cassiano Ricardo (1942) valoriza a figura do bandeirante por sua capacidade de promover, ao avançar pelos sertões brasileiros, a convergência de um Brasil civilizado do litoral com um Brasil nativo dos sertões (Pereira 1997). Era disso que tratava o nacionalismo do Estado Novo, um projeto de consolidação de uma nação concomitantemente integrada e purificada, que se afastava de doutrinas alienígenas e aliava raça e sertão.

Criadores *triangulinos*, através da seleção do gado Zebu, conseguiram promover esta aliança. O elogio ao bandeirantismo brasileiro enquanto um modelo de democracia para o Estado Novo (Esterci 2013), inclusive, expressou-se em um manual de zootecnia publicado na década de 40. Oswaldo Affonso Borges (1946), em “O Zebu do Brasil - Como conhecê-lo, melhorá-lo, como empregá-lo”, sugere que o gado indiano era o próprio ban-

deirante brasileiro, o único tipo bovino capaz de desbravar o sertão e torná-lo habitável:

As qualidades do zebu são, pois, altamente apreciáveis e justificam perfeitamente seu prestígio entre nós. Já houve quem disse que o Ford e o zebu foram os maiores bandeirantes do Brasil, os únicos que realmente desbravaram o sertão e o tornaram habitável. (Borges 1946: 130)

Durante o Estado Novo havia um incentivo para a migração interna. A expansão demográfica teria que ser realizada dentro do próprio território e se isso coube aos homens, também coube aos bois, como bem mostra o trecho acima. Vale mencionar que Getúlio Vargas é sempre evocado em manuais de zootecnia como um entusiasta do gado Zebu. Além de ter inaugurado em Uberaba uma fazenda-experimental e o parque de exposições da cidade na década de 40, foi um incentivador do tipo Indubrasil. Uma invenção nacional, *mestiça*, desenvolvida por criadores do Triângulo Mineiro pelo acasalamento entre tipos indianos importados ao Brasil (Girs, Nelores e Guzerás) e que, por todos esses atributos, era considerada *tipicamente brasileira*.

Dos esforços dos criadores mais esclarecidos, que procuravam impor mais músculos ao Zebu, resultou com o tempo o aparecimento de um bovino mais pesado, de maior rendimento de carne, não tão alto de pernas, de tronco mais curto, largo e protegido de boa massa muscular que deram o nome de Indubrasil – producto do cruzamento das raças indianas Nelore, Gyr e Guzerat, numa mistura cujo grão de sangue dificilmente se pode imaginar. Desde a impossibilidade de caracterização de parcela de sangue de cada raça nesse cruzamento, o bovino de acasalamento entre raças indianas é considerado pelos criadores como Indubrasil [...] Em geral, desde que seja um zebu puro-sangue, isto é, originário do cruzamento de raças indianas entre si, toda a produção de bezerros é vendida por um bom preço. (Menezes 1937: 8 -15)

Tal qual afirmou o zootecnista do Ministério da Agricultura Durval de Menezes durante uma conferência na Terceira Exposição de Agropecuária de Uberaba no ano de 1937, o tipo *mestiço* não deixava de ser nobre. Se não tinha a pureza de um Nelore, de um Gir ou de um Guzerá, por exemplo, era por excelência um *puro-sangue* Zebu, já que compunha em seu corpo a mistura de vários *sangues*. Segundo Octávio Domingues (1939) a raça Indubrasil, através desta mistura, vencia dois obstáculos: a contingência da espécie – que envolvia um processo de multiplicação demorado – e a instauração de um padrão

racial brasileiro. Outro estudioso de raças zebuínas, Alexandre Barbosa da Silva (1947), em seu livro “O Zebu na Índia e no Brasil”, lembra que o governo, durante muitos anos, não prestou a atenção devida às vantagens do Zebu, mas com a invenção do Indubrasil, a publicação dos primeiros livros de registro genealógico e a comprovação de que esse tipo se adaptava na zona intertropical, o valor dos espécimes zebuínos como o *esteio* da economia brasileira<sup>4</sup> era inegável.

Talvez não seja em vão que Gilberto Freyre ([1947] 2011), um dos grandes intérpretes do Brasil, tenha qualificado o investimento de elites ganadeiras nacionais no gado Zebu, em “Novo Mundo nos Trópicos”, como um projeto pioneiro, moderno e, concomitantemente, original. Em uma das passagens da introdução dessa coletânea, onde aborda a mestiçagem, a adaptação, o domínio privado e a ‘tropicologia’, Freyre descreve como o trabalho de fazendeiros e pesquisadores, com a criação de um *puro-sangue* brasileiro a partir do acasalamento entre o gado indiano e o nacional, desenvolveu bovinos bastante adaptados ao clima e às verminoses tropicais:

Outro trabalho pioneiro de alto interesse, não só científico quanto prático, que vem sendo feito pelos brasileiros em benefício de seu país, e também do desenvolvimento da civilização moderna nos trópicos – outros países tropicais como a Venezuela, o Paraguai, a África portuguesa se têm beneficiado da experiência brasileira – é o novo tipo de gado especialmente adaptado aos trópicos que os brasileiros já obtiveram, graças ao cruzamento do zebu, importado da Índia, com animais descendentes daqueles que vieram de Portugal na época da Colônia. Quando os fazendeiros anglo-americanos começaram a ter interesse no Brasil, sob o ponto de vista das grandes indústrias frigoríficas dos Estados Unidos, julgaram que o nosso país necessitava introduzir em nossas pastagens o gado Hereford puro-sangue, que seria cruzado com o gado nativo ou “gado crioulo”. Mas de acordo com um observador britânico que esteve aqui na Primeira Grande Guerra, e estudou minuciosamente o problema – sr. J.O.P Bland – apesar dos resultados obtidos em fazendas experimentais com o gado importado justificar a experiência, brasileiros mais práticos argumentaram que o gado puro-sangue nativo renderia muito mais, dada a sua imunidade a insetos nocivos, peculiares ao clima tropical, o que não aconteceria com os animais importados e não adaptados ao clima, e que sucumbiriam

---

4 Todos esses manuais e documentos zootécnicos evidenciam uma intrínseca relação entre a produção da raça e do valor destes bovinos no Brasil, igualmente indissociáveis da consolidação de uma política agrária nacional que não foi devidamente explorada neste artigo. A este respeito, ver o capítulo 3 de minha tese de doutorado, “Do valor do gado de elite” (Leal 2014).

facilmente. E o observador britânico concordou com os brasileiros práticos nesse ponto: que o clima e os insetos no Brasil são fatores a serem considerados, tratando-se de problema que não poderia ser resolvido com a aplicação da experiência adquirida no Texas ou na Argentina” (Freyre 2011: 47).

Gilberto Freyre considerava os trópicos um *locus* de desequilíbrio, excessos e irregularidades. Segundo o autor, era o paraíso e o inferno. Desse modo, a tropicologia, com vistas a superar o suposto inacabamento do Brasil, combinava elementos exógenos da ciência europeia com a natureza tropical. E assim, segundo Freyre, fizeram-se criadores e estudiosos brasileiros.

É fato, no entanto, que rebanhos brasileiros se *azebuavam* desde o início do século. Mas é, sobretudo, sobre a seleção de um gado *puro-sangue* nacional que Freyre versa. Efeito tanto de uma adaptação aos trópicos, quanto de uma *expertise* de selecionadores e zootecnistas brasileiros. E a invenção de uma ciência zootécnica tropical foi consonante com a consolidação do gado Zebu no país. Em boa medida, porque o êxito do Zebu, como outras invenções nacionais, colocava em pauta um esforço de articulação de tradições, a tal síntese definitiva de ‘antagonismos em equilíbrio’ sobre a qual Freyre trata em sua obra por combinarem a mestiçagem, a adaptação e os trópicos.

O antropólogo, no entanto, não estava sozinho nessa avaliação do gado Zebu. Se para ele, a noção de raça era uma amálgama que mesclava biologia, clima e cultura (Benzaquen 1993), também o era para outros cientistas de seu tempo, como Octávio Domingues, que se debruçavam sobre a produção de raças bovinas nacionais. O argumento de boa parte dos zootecnistas deste período, e mesmo de alguns pesquisadores e criadores contemporâneos, é que em nenhum lugar do planeta os Zebus alcançaram tamanho melhoramento e adaptação. Segundo Octávio Domingues, o fundador da Zootecnia Tropical, a capacidade de *naturalização* destes tipos ao clima e aos sertões brasileiros, indissociável da *expertise* de seus selecionadores em antever essas qualidades, fez deles o *boi dos trópicos*.

## A Zootecnia Tropical

Não parece ser coincidência que tenha sido precisamente em uma feira agropecuária da cidade de Uberaba, o celeiro dos *bois dos trópicos*, realizada no ano de 1951, que Octávio Domingues, o ‘patrono da zootecnia tropical’ (Ferreira 2012), tivesse proposto que pecuaristas e estudiosos organizassem a Sociedade Brasileira de Zootecnia (Peixoto

1991). Ainda não havia cursos de graduação em Zootecnia no Brasil naquele período, mas o Triângulo Mineiro, pelas atividades de criadores de gado zebu, estudiosos e agentes do Estado em fazendas-experimentais, já era o cenário de consolidação e invenção de saberes zootécnicos brasileiros.

Octávio Domingues cursou agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) entre 1915 e 1917, tendo lecionado nesta mesma instituição dos anos 1925 a 1931. Sua tese de doutorado versava sobre o gado Caracu, um *mestiço* de bovinos europeus com espécimes nativos, como o título do trabalho aponta: “Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu” (Domingues 1931). Mas foi ainda antes, em um artigo de 1929, conforme afirma Ferreira (2012), que Octávio Domingues, definiu as diretrizes da Zootecnia Tropical:

[...] herdeiros da cultura latina, particularmente da cultura francesa, em ciência, nós importamos para aqui, inicialmente, as virtudes e também os defeitos da Zootecnia criada por Baudement e levada ao apogeu por Cornevin. Daí o embaraço em que ainda nos debatemos em considerar uma “Zootecnia Geral” de um lado, e uma “Zootecnia Especial”, do outro, como faziam. No caso do Brasil houve um fator, que nos outros casos não teve tanto efeito. Foi o fator clima, que influiu, notadamente, a prática da criação. E não só influencia decisivamente, na prática teórica, porque essa nasceu por transplantação, com a importação de livros e professores europeus, ou melhor, franceses, de cultura francesa. É inegável, todavia, a necessidade de submetermos, nós teóricos, a imposição do meio, a ponto de precisarmos reformar a Zootecnia na sua própria definição. Como conhecemos a definição que, a propósito cheguei a formular, baseando-se no fenômeno da adaptação. Por que? Nada mais fácil de responder. Porque a adaptação do animal doméstico ao meio ambiente, e ainda, a adaptação desse meio no próprio animal, constitui a essência de todo o trabalho do criador. Criar animais numa região tropical é um esforço que gira em torno da adaptação: adaptação do gado ao ambiente do criatório, adaptação do meio ao animal que deve ser explorado. Então é lícito ao Zootecnista brasileiro definir a Zootecnia de modo diferente do que vem sendo feito pelos Zootecnistas de outro hemisfério, onde o fenômeno da adaptação deixou de existir, como um problema a existir, como um problema a resolver, ou não se apresenta com o relevo que deparamos entre nós. Para o Zootecnista brasileiro, ela não é apenas a “ciência da produção e da exploração das máquinas vivas”. Porque para realizar essa tarefa, nas regiões como o Brasil, a adaptação vai ser o trabalho primordial e básico, anterior a todos os outros. Daí impor-se uma nova definição

para a Zootecnia dos trópicos, e que podemos enunciar nos seguintes termos: “É a ciência aplicada que estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação econômica do animal ao ambiente do criatório, e deste aquele” (Domingues 1929, apud Ferreira 2012: 8 -9)

Há uma clara diferença entre os ensinamentos de Cotrim (1913) e de Domingues (1929), presente neste enunciado fundador da Zootecnia Tropical. Se no primeiro manual zootécnico brasileiro o projeto era ‘branqueador’ e, portanto, deveria fundamentar práticas e saberes agropecuários em doutrinas europeias, o pressuposto de Octávio Domingues, com a Zootecnia Tropical, era consolidar uma ciência zootécnica nacional, brasileira. Boa parte das espécies domésticas, segundo o autor, teria chegado ao país pelas mãos dos colonizadores e, portanto, eram de zonas temperadas. Muito além de tratar “animais domésticos como máquinas vivas, valorizadoras e transformadoras dos alimentos” como teria proposto Baudement, criadores e zootecnistas brasileiros deveriam investir na adaptação dos animais ao ambiente do criatório.

Em uma edição resumida do manual “O gado indiano no Brasil”, Domingues (1966) traz o trecho do discurso que teria proferido em Uberaba na década de 50 ao afirmar que em zootecnia eram os práticos – criadores – quem abriam caminhos para os teóricos. As fazendas, deste modo, eram os maiores laboratórios dos zootecnistas. Seleccionadores como Bakewell, o inventor do *inbreeding* na Inglaterra, e os *zebuzeiros* no Brasil, teriam antecipado a consolidação da zootecnia enquanto Ciência.

Na zootecnia os práticos é que tem aberto as picadas para os teóricos. Bakewell e os demais criadores ingleses de seu tempo anteciparam-se a criação da própria Zootecnia que é obra do século XIX. É que o trabalho dos criadores, nas fases de renovação, constitui o melhor laboratório para o zootecnista. Os erros e os acertos dos criadores são o melhor material para o estabelecimento regras, dos princípios, das leis a serem formuladas pelo zootecnista, que ao generalizar está, então, fazendo Ciência [...] Por isto vos disse que, com vosso trabalho, os nossos técnicos escreverão um dos capítulos mais interessantes, e importantíssimo, da Zootecnia Brasileira. (Domingues 1966: sp)

Segundo o autor, no melhoramento dos animais no Brasil estava implicado o fator clima. Era preponderante para o rendimento zootécnico do gado, porque influenciava na qualidade das pastagens, na propensão à ocorrência de parasitas e verminoses e mesmo nas condições socioeconômicas e educacionais dos criadores na realização das seleções.

Domingues era um adepto do neolamarckismo (Stefano & e Neves 2007), o que explica sua defesa de que as condições físicas e geográficas eram determinantes para a consolidação tanto dos padrões raciais das reses, quanto dos padrões culturais dos selecionadores.

E daí sua defesa pelos bovinos de procedência indiana. Segundo o autor, os zebus eram tropicais desde a origem e por essa razão distintos em sua morfologia e fisiologia dos bovinos europeus. Os *Bos taurus taurus*, para Domingues, entravam em um processo de degeneração no Brasil porque o calor perturbava seu desenvolvimento e sua multiplicação. Os zebus, ao contrário dos taurinos, tinham alta tolerância às altas temperaturas. Seus cupins, semelhantes a corcovas, eram capazes de armazenar água. Seus pelos aderentes à pele e a abundância de secreção pelas glândulas sudoríparas os faziam resistir às verminoses e doenças. Sua alimentação no pasto era mais eficiente, na medida que conseguiam digerir melhor alimentos grosseiros e requeriam menos proteínas e calorias do que os bovinos europeus. Ademais, eram *pernudos*, altos, locomoviam-se bem nas estradas, campos e pastos, o que teria sido decisivo para o povoamento das fazendas brasileiras. Por tudo isso, apresentavam as melhores condições de reprodução nos trópicos quando comparados aos taurinos.

Domingues inspirou parte de sua análise nas Leis de Mendel e também por isso defendia a importância de criadores desenvolverem livros de registro genealógicos com vistas a organizar linhagens, famílias bovinas e assim notar quais espécimes tinham um *sangue mais prepotente*. O zootecnista argumentava, no entanto, que genealogias idênticas não produziam, exatamente, heranças genéticas idênticas. O autor defendia que a genética atuava no campo das *generalidades*, operando como uma estatística da variabilidade das populações, cuja contribuição era pouco efetiva. O melhoramento animal, objeto da zootecnia segundo Domingues, dependia em parte dos mecanismos de hereditariedade, bem como da ginástica funcional e da alimentação.

Em “O gado indiano no Brasil – Historiografia, Exterior, reprodução, criação, melhoramento” (Domingues 1966), o autor instruíria criadores sobre os métodos de reprodução de bovinos (*inbreeding*, cruzamentos e hibridação), produzindo, assim, um diagnóstico sobre o melhoramento animal no Brasil. Afirmava que aqui primeiro se deu a proliferação de *mestiços*, de raças nativas provenientes de acasalamentos não-dirigidos entre espécimes *Bos taurus ibéricos* trazidos durante a colônia. Estes, Curraleiros ou Pés-Duros, defendia Domingues, eram vitoriosos nas regiões tropicais. Mas neste processo de adaptação, o metabolismo destes espécimes ficava lento. Ao reduzir suas despesas orgânicas, prosseguiu Domingues, cresciam parcamente, tal desenvolvimento metabólico gerava espécimes de pequeno porte e volume.



Octávio Domingues não era contra o uso de *mestiços*, e por isso o elogio em suas publicações aos Pés-Duros e Curraleiros, raças que ele classificava como *nacionais*. Mas estas, *heterogêneas*, eram *sem sangue*. Afirmava que se o objetivo da seleção fosse melhorar os animais para fornecerem carne ou leite, os *mestiços* poderiam oferecer o mesmo grau de possibilidades para melhorar sua descendência, pelo menos na transmissão de caracteres econômicos. Mas se o intuito da seleção fosse produzir *raçadores*, espécimes de elite, *mestiços* não deveriam ser utilizados na reprodução. Somente os *mestiços identificados* (como era o Indubrasil ou, mais recentemente, o Pé-Duro) bem pintados, com boas orelhas, bons chifres e pelagens bem caracterizadas.

No período em que Domingues defendeu seus estudos, sem exames de DNA ou conhecimentos da genômica, não havia possibilidade de determinar *pureza genética*. O que criadores e zootecnistas faziam, ao *racear* rebanhos, era desenvolver um conjunto de animais com características fenotípicas e adaptativas semelhantes. Além disso, a possibilidade de melhoramento dos bovinos, segundo o autor, era fundamentalmente determinada pelo fator clima e daí o êxito do Zebu no Brasil, mas também, do Pé-Duro. Estes animais exerciam no país a forma mais bem-acabada da adaptação: *a naturalização*.

## Os Pés-Duros

Foi só muito recentemente, no ano de 2012, que os Pés-Duros foram reconhecidos com uma raça bovina nacional. E, justamente, através da difusão de um documento. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento publicou uma portaria autorizando a Associação Brasileira dos Criadores de Curraleiro/Pé-Duro (ABCPD), com sede em Teresina, a emitir outros documentos: certificados de registros genealógicos.

Desde pelo menos a década de 80 do século XX, quando o Brasil se tornou o maior exportador de carne bovina do planeta, os pés-duros estavam praticamente extintos. De maneira alguma isso poderia ser considerado uma afronta às demandas do mercado da carne, o qual aposta, e segue apostando, no gado zebu. Mas, de outro ponto de vista inviabilizava os princípios da segurança alimentar, pauta que emergiu ainda na década de 70 pelo estímulo da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) em fomentar em países em desenvolvimento, como o Brasil, a alta variabilidade genética e estratégias de preservação de espécimes *locais*.

A Embrapa funda, então, o Cenargem (Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia). Por meio da instalação de núcleos de conservação *in situ* nos ambientes originais em que se desenvolveram espécimes considerados *nacionais* e pela

preservação de seu material genético, o germoplasma, em núcleos de conservação *ex situ*, passa assim, a identificar e caracterizar animais, como os pés-duros, ameaçados de extinção.

Em uma publicação financiada pela Embrapa, de título “Animais do Descobrimento. Raças Domésticas da História do Brasil, o pesquisador André da Silva Mariante (2006) defende a importância do projeto que não apenas se propõe a resguardar sêmen ou embriões de animais *locais*, como a estimular populações locais a selecionarem estes tipos em detrimento de raças *exóticas*:

Devido a uma crescente demanda por alimentos de origem animal, principalmente em países em desenvolvimento onde o crescimento populacional é muito maior do que nos países desenvolvidos, diversos países têm estabelecido programas de melhoramento, que, inevitavelmente, conduzem a uma diluição genética do germoplasma ‘local’, por meio do uso intensivo de cruzamento com animais de raças exóticas. Muitos desses programas falharam, uma vez que os animais produzidos apresentam índices produzidos menores do que os apresentados por animais de raças ‘locais’. Esse fato fez com que um número considerável de criadores, ao estabelecer seus sistemas de produção, passasse a dar merecida importância as raças ‘locais’, pela sua adaptação ao ambiente, em grande parte hostil, da região tropical. (Mariante 2006: 210)

Atentos à iminente possibilidade de extinção dos pés-duros, mas, sobretudo, às demandas de um mercado verde ou orgânico, de baixo impacto ambiental e condizente com as pautas da segurança alimentar, os pesquisadores da Embrapa do Piauí passaram a procurar nos rebanhos locais, majoritariamente *azebuados*, espécimes pés-duros para realizar sua preservação e seleção dirigida em um núcleo de conservação *in situ*, uma fazenda-experimental localizada em São João do Piauí.

Não casualmente esta fazenda-experimental tenha a alcunha de Octávio Domingues. É em boa medida pelo enunciado zootécnico da *naturalização* que a raça dos Pés-Duros vem sendo produzida e enunciada em manuais e outros documentos zootécnicos. Não obstante, recorrendo a Domingues, que anunciava ainda naquela primeira metade do século XX a iminente possibilidade de extinção destes tipos e a necessidade de produzi-los e reconhecê-los enquanto uma raça zootécnica.

Em um documento técnico publicado no início dos anos 2000, José Herculano de

Carvalho, o pesquisador da Embrapa que deu início na década de 80 aos trabalhos de seleção dirigida no núcleo de conservação *in situ* de São João do Piauí, justifica a necessidade do reconhecimento da raça pelo Ministério da Agricultura ao recorrer, precisamente, a enunciados produzidos por Domingues na década de 50:

Em janeiro de 1954, o Prof. Octavio Domingues, ao abrir os trabalhos de uma comissão formada para planejar a conservação e a seleção das raças nativas de gado do Nordeste, pronunciou essas palavras lapidares (Domingues et al. 1956).

“As raças nativas de gado de uma região constituem uma forma de expressão do povo que a habita. Permitir seu desaparecimento seria o mesmo que permitir a destruição dos marcos físicos de sua civilização. Uma raça nativa de gado é um monumento tão necessário a ser preservado como qualquer monumento histórico, que identifique, caracterize ou de relevo a uma tradição querida”.

E acrescentou mais adiante, referindo-se a esses animais:

“Até aqui não foram submetidos a nenhum melhoramento genético, nem por força da melhoria do meio. Mas se os submetermos a um trabalho de melhoramento zootécnico, muitos deles poderão revelar o que valem como riqueza pecuária”. (Carvalho et al. 2001: 12)

Pecuaristas nordestinos, em boa medida, foram coadjuvantes naquela disputa de início de século pelo gado mais adequado a abastecer as demandas de carne congelada europeia. Se durante a colonização as práticas ultraextensivas de criação que culminaram no desenvolvimento do gado Pé-Duro – sem cercas, manejo alimentar ou seleções dirigidas – foram fundamentais para a ocupação dos sertões e, geraram ciclos econômicos de vulto como do couro-, no início do século XX eram consideradas *atrasadas e selvagens* diante das demandas e das tecnologias da nascente indústria frigorífica e da moderna ciência zootécnica nacional, tal como diagnosticou o zootecnista Fernandes e Silva nos anais do III Congresso Nacional de Agricultura realizado em 1927 ao descrever as tecnologias de melhoramento de bovinos empregadas no sertão do Piauí:

A criação de gado bovino no Piauí vem sendo feita hoje pelos mesmos processos adotados nos tempos coloniais. Os fazendeiros, em sua maioria, são homens de posição social que vivem nas cidades mais importantes do interior ou na capital do Estado. Quando visitam suas propriedades o fazem raramente, uma vez por ano, aí de-

moram poucos dias e, quase sempre, não procuram conhecer a situação em que elas se encontram. Somente os pequenos criadores residem definitivamente em suas fazendas

Os rebanhos multiplicam-se, crescem a lei da natureza, de mistura com os dos vizinhos proprietários, na mais condenável promiscuidade e às vezes, só reconhecidos pela marca de ferro que trazem no quarto. A principal função do vaqueiro é correr no campo, o que faz diariamente no inverno, para ver o estado das vacas amojadas, recolher quando não as curam pelo rastro, marcar e carimbar a bezerrame nova, tirar o leite das vacas paridas, etc. Alguns fazem pequenas roças, cuja produção se alimentam durante o ano. Uma ou duas vezes por ano tem lugar as vaquejadas, quase sempre nos meses de janeiro e julho. É este o tempo mais feliz da fazenda e o mais divertido para o vaqueiro e todos os mais que aí vivem na labuta do gado. Nestes meses, mais ou menos, fazem também a vaquejada do gado grande, a fim de retirar os que se destinam a feira ou a venda. (Fernandes e Silva 1927:22-27)

No caso destes emergentes saberes zootécnicos brasileiros, o pensamento racialisista, branqueador, era uma questão de controle tanto de populações bovinas não-europeias – fossem elas as indianas importadas ao Brasil ou as *mestiças* desenvolvidas nos sertões a partir de acasalamentos não-dirigidos –, quanto das humanas, conforme evidencia o diagnóstico de um contemporâneo de Cotrim, Fernando Ruffier, em um manual zootécnico de 1918. Nas recomendações técnicas de manejo e seleção feitas pelo zootecnista, estavam implícitas críticas aos recursos humanos das fazendas nordestinas: os vaqueiros. Estes descendentes de escravos, segundo Ruffier, eram supersticiosos, preguiçosos e pouco instruídos.

Nosso fazendeiro em geral é pouco dedicado á vida rural. Tem uma fazenda (ou várias), mas só para o fim de tirar uma renda que lhe permita viver na cidade. Interessando-o superficialmente pelo que passa em seus domínios, entrega tudo a um capataz ou administrador que elle supõe entendido, mas que geralmente é de classe inferior, pouco instruído, não raras vezes analfabeto e imbuído das piores noções empíricas e supersticiosas, derivadas do fetichismo africano. É esse o instrumento do nosso progresso zootécnico, tendo esse fim debaixo das ordens de alguns peões ignorantes e meia dúzia de moleques, cujo principal esforço é o de cavalgar os terreiros que vem para o retiro. Lasso, submissão, *sympathia* e benção, assim estão os requisitos de nosso pessoal para todas necessidades da fazenda de criar [...] E não há peste, praga, doença do gado,

não há vacca atolada, não há bezerro recém-nascido e precisando de cuidados, que impeçam nossos camaradas de largar tudo para a “festa” na aldeia vizinha ou ao baile da lendária encruzilhada, de onde elle voltará com uma boa dose de caninha e incapaz de trabalhar durante outras 24 horas. Estando bem disposto, gosta de sentar no encosto a uma parede e de tirar tentos de lonca ou de laçar um chicote, aliás inútil. Se o patrão lh’o pedir, condescerá em “dar uma volta na criação”, levando dias para buscar e ensilhar seu cavalo e voltando sempre com a grata notícia de que “está muito bom”. Até que um bello dia, o dono de passeio, encontre algumas rezes mortas e peça explicações e o “camarada” ofendido na sua dignidade, deixa, sem buz nem cruz, fazenda tão ruim e o patrão impertinente (Ruffier 1918: 42)

Interessante notar que passados quase cem anos da produção destes documentos, não coincidentemente no século em que o gado zebu ascende no Brasil, as tecnologias de criação ultraextensivas e a *expertise* desses vaqueiros – suas habilidades com laços, marcação, identificação e pega dos bois na caatinga – vêm sendo valorizadas como fundamentais para o desenvolvimento das vantagens zootécnicas dos Pés-Duros. Sem considerar as grandes forças geopolíticas e econômicas dos sertões nordestinos e tratando o Piauí como uma *sociedade pastoril* desde os seus primeiros tempos, essa tradição pecuária foi utilizada como uma das justificativas para tornar os Pés-Duros, no ano de 2009, um patrimônio histórico, cultural e genético do Piauí.

O Processo de Declaração de Relevante Interesse Cultural da Raça de Gado Pé-Duro do Estado do Piauí publicado pela Coordenação de Registro e Conservação da Fundação Cultural daquele estado - um passo fundamental, segundo zootecnistas e criadores, para o reconhecimento da raça - reforça a importância do ‘saber-fazer’ das práticas agropecuárias *rústicas* dos sertanejos que tornaram esse gado como tal. Em uma publicação que conta a história do Pé-Duro e parte do processo de seu reconhecimento e patrimonialização com uma raça, o zootecnista Geraldo Magela de Carvalho (2016) afirma:

O curraleiro pé-duro sempre foi sucesso em feiras agropecuárias, companhias de rodeios e em circos de touradas pelo Brasil afora. Ainda é cantado em músicas de ninar o boi da cara preta, o boi do Piauí. Está no sangue de nossas veias e de nossas raízes. Entretanto, os apelos cultural e histórico de nossos animais domésticos não foram suficientes para evitar a sua substituição por animais exóticos mais produtivos, porém insustentáveis ecologicamente. (Carvalho 2016: 17)

A pauta da tradição, indissociável da ideia de biodiversidade e desenvolvimento sustentável, tornou-se imprescindível para a zootecnia do século XXI: raça, talvez nunca antes de maneira tão explícita, tornou-se indissociável da cultura. Não obstante, estimulou pesquisadores da Embrapa e criadores piauienses a se articularem com gestores culturais a fim de tornar o gado Pé-Duro um patrimônio do estado.

Se o zebu naturalizou-se ao clima e ao ambiente brasileiro, tendo indubitavelmente incrementado a moderna indústria pecuária nacional, atualmente não é considerado ecologicamente sustentável ou suficientemente *nativo* por pesquisadores e criadores dedicados à seleção de gado Pé-Duro. Os zebus, segundo técnicos da Embrapa, são inegavelmente robustos e produtivos, mas necessitam de muito pasto para sobreviver.

Os pés-duros, por sua vez, consomem menos alimentos e resistem a longos períodos de estiagem. Por serem menores e ainda mais rústicos e adaptados, podem se alimentar da vegetação da caatinga. Funcionam como um modelo genético, reprodutivo e ambiental para o cenário contemporâneo de aquecimento global, tal qual enuncia o recém-publicado manual zootécnico “Curraleiro-Pé-Duro. Germoplasma Estratégico do Brasil” (2016):

Em um cenário de aquecimento global, as atuais regiões tropicais serão as fornecedoras de recursos genéticos para as novas regiões de clima quente. Portanto, facilmente se justifica a conservação da fauna e da flora endêmica ou adaptada depois de séculos de pressão ambiental. (Carvalho 2016: 44)

Todos esses enunciados – os da tradição, da cultura, do desenvolvimento sustentável ou mesmo do aquecimento global – quando tomados isoladamente, não foram suficientes para tornar estes bovinos uma raça zootécnica. Se em meados do século XX, tal qual afirmou Octávio Domingues, a necessidade de *naturalização* de espécimes importados ao Brasil foi decisiva para a consolidação de uma Zootecnia Brasileira, Tropical, indissociável conforme mostrei neste artigo, da consolidação do gado zebu, no século XXI os saberes da genética, que Domingues considerava atuarem no campo das *generalidades*, trouxeram outras ferramentas que asseguram a pureza racial. E esta aliança entre tradição, cultura, genética, *naturalização*, desenvolvimento sustentável gerou alguns efeitos no controverso processo de *raceamento* dos pés-duros.

Os rebanhos dos sertões piauienses até muito recentemente eram considerados *mestiços*. Como já afirmei, desenvolveram-se a partir de acasalamentos não-dirigidos en-

tre raças da Península Ibérica que chegaram ao país ainda durante a colonização. A seleção natural, segundo zootecnistas, e não a artificial, teria assegurado suas vantagens zootécnicas dos pés-duros ao longo dos séculos. E não só estavam, desde meados do século XX, demasiadamente *azebuados*, como em razão dessas sucessivas misturas, não tinham um padrão corpóreo exatamente homogêneo. Eles vinham se tornando cada vez mais *mestiços*.

Com vistas a provar a pureza racial dos pés-duros, através da análise de material genético de animais que habitavam a Fazenda Octávio Domingues, um pesquisador da Embrapa passou a realizar pesquisas com marcadores moleculares. Pela análise comparativa do DNA destes espécimes com o de outros bovinos conseguiu provar seu tronco racial original: indubitavelmente eram descendentes diretos dos Auroques Ibéricos.

A genômica, no entanto, não resolveu um problema: o fenótipo. Como *racear* espécimes, como os pés-duros, bastantes distintos em seus corpos e colorações? A genética, certamente, assegurou uma origem étnica e a recorrência de um conjunto de atributos que não eram vistos a olho nu (a tendência a produzir o mesmo marmoreio em sua carne e a resistir às mesmas doenças ou parasitas, por exemplo), mas não exatamente critérios fenotípicos ou estéticos precisos.

Daí a necessidade de antigas tecnologias de melhoramento e seleção de rebanhos. Será principalmente pela organização de linhagens e pedigrees de espécimes baixos, sem cupins, e, sobretudo, escuros (marrons ou pretos) pela ABCPD - Associação de Criadores de Gado Curraleiro Pé-Duro do Piauí - (ou seja, sem todas aquelas características que fazem a pureza do zebu), o que garantirá a manutenção, ao longo das gerações, de um conjunto de caracteres enunciadores de sua distinção e pureza.

Criadores de pé-duro ficaram muito esperançosos com a possibilidade de organização de genealogias. Uma ata publicada em 2014 pela ABCPD que convocava seus associados a realizarem os primeiros registros genealógicos de seus animais, enunciava a centralidade dos pedigrees para evidenciar as vantagens zootécnicas dos pés-duros na pecuária nacional:

A Superintendência do Registro Genealógico dos Bovinos Curraleiro Pé-Duro já deu início aos procedimentos de registro de animais da raça. Portanto, o criador que desejar registrar seus animais já pode procurar a Superintendência, via ABCPD [...] Está sendo feita a programação de um evento festivo para comemorar o início destes registros genealógicos, a ser realizado na Embrapa Meio Norte, empresa que deu início em décadas passadas ao programa de con-

servação da raça na fazenda Octavio Domingues, localizada em pleno semiárido nordestino, em São João do Piauí, iniciativa do Dr. José Herculano de Carvalho que esteve à frente dos trabalhos por muitos anos até aposentar-se. Após sua aposentadoria, a empresa, meritoriamente, manteve o programa, apesar de todas as dificuldades, sendo hoje uma referência mundial em programas de conservação. Sem as ações desenvolvidas por ela, não seríamos o que somos hoje. Vários curadores da raça sucederam o Dr. Herculano: Drs. Monteiro, Geraldo Magela, Marcos Jacob, Anísio. Atualmente, o Curador Dr. Geraldo Magela seleciona os animais que participarão do evento festivo na merecida homenagem ao trabalho da Embrapa. Em reunião com o atual Chefe-Geral, Dr. Luís Fernando, a diretoria da ABCPD teve a grata satisfação de saber que a raça continuará sendo uma das prioridades de sua administração, o que nos anima, por sabermos que poderemos continuar a contar com seus importantes trabalhos, a fim de que o Curraleiro Pé-Duro esteja em breve sendo destaque no panorama da pecuária brasileira (ABCPD, Ata de 25 de agosto de 2014: sp).

Cabe uma comparação dos recentes processos de produção da raça dos Pés-Duros descritos neste artigo com o *raceamento* do zebu. E não apenas porque o processo de produção destas raças compartilha um certo elogio à *naturalização* (é um pouco sobre isso que trata a Zootecnia Tropical de Domingues, que ajudou a produzir tanto as qualidades zootécnicas dos zebus, quanto dos Pés-Duros) ou mesmo porque a seleção destes espécimes implica em técnicas de melhoramento semelhantes e requerem, para o reconhecimento de suas importâncias econômicas, que seus selecionadores se organizem em associações, recebam apoio do Estado e publiquem genealogias.

Mas, fundamentalmente, porque o uso intensivo de zebus importados da Índia no Brasil culminou no *azebuamento* dos rebanhos *mestiços*, Pés-Duros. E as estratégias recentes de criadores, mas também da Embrapa, para *racear* os Pés-Duros implicam em, de algum modo, 'desazebuar' rebanhos.

São processos reversos, mas complementares: a partir da década de 40 do século XX, os Pés-Duros foram *azebuados* por serem considerados pequenos e não-selecionados, *sem raça*, desenvolvidos por métodos de seleção *atrasadas e selvagens* que não condiziam com os pressupostos da moderna e nascente zootecnia nacional. Portanto, eram inaptos a abastecer a emergente indústria de carnes congeladas. Assim, valorizou-se a pureza e as vantagens zootécnicas dos zebus, um bovino de origem ancestral identificada, que ao avançar e se *naturalizar* pelos sertões brasileiros engendrou a indústria frigorífica nacional de grande escala.



Ao passo que agora, no século XXI, criadores de Pés-Duros ressaltam a importância da tradição, da cultura, dos saberes sertanejos, do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar a fim de fazer a raça de seus animais, não obstante, recorrendo a uma comparação com o zebu, considerado, igualmente, *naturalizado*, mas exógeno e prejudicial ao meio ambiente.

## Considerações finais

Processos de produção de raças zootécnicas, tal como as estratégias de *azebuamento* ou de "desazebuamento" sugerem, não se realizam exclusivamente por meio do controle da transmissão de caracteres hereditários pela reprodução, mas com auxílio de outros enunciados – da economia, da política, da tradição – que, como os da genética ou da biologia, também produzem os atributos de um determinado tipo e, não obstante, aparecem conjuntamente em manuais e outros documentos zootécnicos.

O gado zebu, que contemporaneamente é maioria nos rebanhos brasileiro, já foi considerado *exótico, indômito, de carne dura e fétida* e, portanto, inapto a abastecer a indústria frigorífica que emergia no Brasil e no mundo no início do século XX. Foi por uma certa convergência de interesses entre Estado e seus criadores, indissociável da produção de saberes políticos em mais de um sentido, que afinavam as qualidades zootécnicas destes tipos com um certo discurso racialista da década de 30, que esses espécimes se tornaram *o esteio* da economia nacional.

Por sua vez, os enunciados contemporâneos que criadores e pesquisadores acionam para produzir as qualidades zootécnicas dos espécimes Pés-Duros, fundamentados pela pauta da tradição, mas também pela genética e segurança alimentar, certamente atualizam a percepção dos saberes zootécnicos de metade de século sobre o elogio aos trópicos e ao bandeirantismo que, não obstante, contribuíram para consolidar a Zootecnia Tropical e tornar os zebrus um modelo para a indústria da carne mundial.

De outro ponto de vista, seguem fundamentados por assertivas igualmente nacionalistas, que por outros vieses, estratégias e atores, alinhamos Pés-Duros com demandas de um mercado verde, sustentável, e, quiçá com um novo projeto de nação e trópicos.

O fato é que o boi, bem como os conhecimentos da Zootecnia relacionados a ele e publicados em uma miríade de papéis, desde pelo menos o início do século XX, são parte de um projeto político e econômico brasileiro em constante desenvolvimento e repleto de assimetrias e contradições. Os enunciados zootécnicos presentes nos manuais, artigos, documentos técnicos e portarias trazidos neste artigo evidenciam aspectos deste projeto,

que por meio de um conjunto de discursos, práticas e enunciados, atualizados sem cessar, fazem raças, mas também saberes, políticas e mercados.

## Referências

ABREU, João Capistrano de. 1988. *Capítulos de História Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp.

BARBOSA, Vanessa Virgínia. 2014. *Conservação da raça Curraleiro Pé-duro no nordeste brasileiro: Características de produção e perfil do criador*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas, Universidade Estadual da Paraíba.

BENZAQUEN, Ricardo. 1994. *Guerra e Paz - Casa-Grande & Senzala e A Obra de Gilberto Freyre Nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34.

BITTAR, Marisa. 1999. *Geopolítica e separatismo*. Campo Grande: Ed. UFMS.

BORGES, Oswaldo Affonso. 1956. *O zebu do Brasil. Como conhecê-lo, como melhorá-lo. Uberaba*: S. Ed.

CARVALHO, Geraldo Magela. 2016. *Curraleiro, Pé-Duro. Germoplasma Estratégico do Brasil*. Brasília – DF: Embrapa.

CARVALHO, José Herculano et al. 2001. *Conservação do bovino pé-duro e curraleiro: situação atual*. Teresina: Embrapa Meio-Norte 2001.

CASTELO BRANCO, Renato. 1970. *O Piauí, a terra, o homem, o meio*. São Paulo: Quatro Artes.

COTRIM, Eduardo. 1913. *A Fazenda Moderna*. Bruxellas: Typographa V. Verteneuil & L. Desment.

CUNHA, Olívia Maria Gomes 1999. “Sua alma em sua palma: identificando a raça, inventando a Nação”. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo, 60 anos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. pp. 121-145

DARWIN, Charles. 2002 [1859]. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

DOMINGUES, Octávio. 1942. *Síntese de um plano de estudos zootécnicos no Nordeste*. In: À margem da zootecnia (Estudos & Ensaios). Rio de Janeiro: Coleção Brasileira de Zootecnia, Alba.

\_\_. 1931. *Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu*. Piracicaba: S. Ed.

\_\_. 1961. *O gado nos trópicos*. Rio de Janeiro: Instituto de Zootecnia, Projeto ETA n.27 (Série Monografias, 4).

\_\_. 1966. *O gado indiano no Brasil. Historiografia, exterior, reprodução, criação, melhoramento*. Rio de Janeiro: Sunab.

ESTERCI, Neide. 2013. “As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo”. In:

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua Marin; NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Ediufsm, pp. 29-39.

FERNANDES e SILVA, R. 1924. *A indústria pecuária piauiense*. Teresina: S. Ed.

- FERREIRA, Walter Motta. 2012. "Construindo competências no ensino de zootecnia". In: ALMEIDA JR, Gercílio Alves et al (Orgs). O profissional de zootecnia no século XXI. Alegre, ES: CAUFES. Pp 7-21
- FIORAVANTI, Maria Clorinda Soares et al.. 2011. "Evolução de um rebanho de bovino Curraleiro reintroduzido em cerrado nativo na região norte do Estado de Goiás Brasil". In: Actas Iberoamericanas de Conservacion Animal, Córdoba.
- FREYRE, Gilberto. [1947] 2011. [1959] 2007. São Paulo: Global.
- FURTADO, Celso. [1959] 2007. *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GODOY, Teóphilo de. 1889. *Do Brasil à Índia*. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no Jornal O Araguari.
- LACERDA, José. Baptista de. 1911. "Sur le métis au Brésil". In: Premier Congrès Universel des Races, Paris.
- LATOURET, Bruno. 2003. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- LEAL, Natacha Simeil. 2014. *Nome aos bois. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária bovina de elite*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de São Paulo.
- MARIANTE, Arthur da Silva.; CAVALCANTE, Neusa. 2006. *Animais do descobrimento. Raças domésticas da história do Brasil*. Brasília, DF: Embrapa.
- MEDRADO, Joana. 2013 *Do pastoreio à Pecuária. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central*. Tese de Doutorado, PPGH, Universidade Federal Fluminense.
- MENEZES, Durval de. 1937. *O Indubrasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Diretoria de Estatística de Produção.
- MOTT, Luiz. 1976. "Fazendas de gado do Piauí: 1697-1762". In: VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, São Paulo.
- OLVER, Arthur. 1938. *A Brief Survey of some of the Importance Breeds of Cattle in India*. New Delhi: Government of India Press.
- PRADO JR. Caio [1941] 2010. *A Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PEIXOTO, Aristeu Mendes. *História da Sociedade Brasileira de Zootecnia*. Piracicaba: SBZ.
- PEREIRA, Eliane Manso. 1997. "O Estado Novo e a Marcha para o Oeste". *História Revista*, 2 (1): 113-129.
- RICARDO, Cassiano. 1942. "Marcha para o Oeste. A influência da bandeira na formação social e política no Brasil". In: SOUZA, Octavio (org.). *Coleção Documentos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio.
- RIBEIRO, Ricardo. Ferreira. 2012. "O BOI, O CAPIM E A CERCA. História ambiental da pecuária no Sertão Mineiro". In: V. Encontro das Redes de Estudos Rurais, Belém – PA.
- RUFFIER, Fernando. 1918. *Manual prático de criação de gado no Brazil*. São Paulo: Empresa editora de Chácaras Orientais.
- SEYFERTH, Giralda. 1999. "Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo". In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da

Fundação Getúlio Vargas., pp. 199-228.

\_\_\_. "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". 2002. *Revista USP*, 53: 117-149.

SILVA, Alexandre. Barbosa da. 1947 *O Zebu da Índia e no Brasil*. Rio de Janeiro: S. Ed.

WEISS, André. 1956. *Os grandes reprodutores indianos no Brasil*. Uberaba: S. Ed.

Recebido em 06 de julho de 2017.

Aceito em 30 de novembro de 2017.

## Entre bactérias e lobos: o cerco biopolítico à produção do queijo Canastra

Leonardo Vilaça Dupin<sup>1</sup>

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)

[leodupin@hotmail.com](mailto:leodupin@hotmail.com)

Rosângela Pezza Cintrão

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de  
Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICHS/UFRRJ)

[bibicintrao@gmail.com](mailto:bibicintrao@gmail.com)

### Resumo

Este artigo analisa conflitos decorrentes de restrições legais aos modos de vida de populações da região da Serra da Canastra, em Minas Gerais. Por um lado, são restrições devidas a exigências de inspeção sanitária de um queijo artesanal produzido na região desde a colonização e, por outro, decorrentes da criação de um parque nacional. As regulações sanitária e ambiental guardam um conjunto de semelhanças na forma como desconsideram referências culturais e condições econômicas locais, mas também em suas origens, que envolvem instrumentos, mecanismos de poder e esquemas interpretativos que se desenvolvem paralelamente à conformação das ciências e dos estados burocrático-racionais modernos. Buscamos descrever de que modo operam as normatizações legais e como estas chegam ao espaço local, gerando reações que revelam assimetrias de poder na legitimação de discursos, mas também desacordos sobre modos de vida e sistemas classificatórios.

**Palavras chave:** campesinato; biopolítica; queijos artesanais; vigilância sanitária; conflitos ambientais

### Abstract

This article analyzes conflicts resulting from legal restrictions to the ways of life of populations living in the Serra da Canastra region, in Minas Gerais. On the one hand, there are restrictions caused by the rules of sanitary inspection of a kind of artisanal cheese that has

been produced in this region since its colonization. On the other hand, there are restrictions resulting from the establishment of a National Park. The sanitary and environmental regulations are similar in the way they disregard local cultural references and economic conditions, and also concerning their origins, as both of them use power instruments, mechanisms and interpretive schemes that developed in parallel with the formation of modern scientific institutions and bureaucratic-rational States. We describe how legal norms function and how they reach local spaces, producing reactions that reveal power asymmetries in the legitimization of discourses, as well as disagreements concerning ways of life and classificatory schemes.

**Keywords:** peasantry; biopolitics; artisanal cheese; sanitary inspection; environmental conflicts.

Em outubro de 2015, fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), acompanhados pela Polícia Federal, lacraram dois depósitos em São Roque de Minas, com cerca de treze toneladas de queijos, por “manter em estoque e comercializar queijos em condições higiênico sanitárias precárias, configurando risco à saúde pública, sem registro em órgão fiscalizador e sem identificação de origem”<sup>2</sup>. A cidade entrou em clima de apreensão e revolta, todos os depósitos de queijo ficaram em alerta. Os preços pagos aos produtores, normalmente baixos, despencaram<sup>3</sup>. Os trabalhadores dos depósitos ficaram indignados com a forma desrespeitosa como foram tratados, famílias produtoras pensaram em fazer um protesto com carros de bois e cavalos para impedir que os queijos fossem destruídos, mas a presença da Polícia Federal intimidou possíveis reações. Prefeito e vereadores se deslocaram para a capital para conversar com deputados, superintendência do MAPA e Ministério Público, alegando que os queijos estavam em boas condições, as mesmas em que são comercializados a maioria dos queijos no Mercado Central de Belo Horizonte e que, caso os depósitos da cidade fossem fechados, a economia pararia, pois somente esses dois depósitos comercializavam os queijos de cerca de 250 famílias produtoras e empregavam de maneira direta cerca de 30 pessoas. As tentativas de negociação foram frustradas: a legislação era clara e classificava os queijos como “impróprios ao consumo humano”.

Uma foto do caminhão levando os queijos para o aterro sanitário foi enviada anonimamente e postada no facebook de uma ONG que defende os queijos artesanais, com

---

2 Serviço Público Federal. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Auto de Infração no. 029/776/15, de 23 de outubro de 2015.

3 Os baixos preços devem-se, dentre outros fatores, à informalidade em que a grande maioria da produção é realizada. Na época, o valor pago aos produtores baixou de R\$11,00 para R\$8,00 o quilo. Para produzir um quilo deste queijo são necessários em média 10 litros de leite.

a manchete: “Enterrados vivos: 13 mil queijos de leite cru<sup>4</sup> da Serra da Canastra”, tendo mais de um milhão de visualizações em poucos dias e milhares de comentários, repercutindo na mídia oficial (Cintrão 2016).



**Figura 1.** Fonte: Foto publicada no *Facebook* e no *site* da Sertão Brás, em novembro de 2015<sup>5</sup>

São Roque de Minas é um município com cerca 7.000 habitantes, onde se localizam a sede e a maior parte do Parque Nacional da Serra da Canastra (PNSC). Está inserido em região montanhosa, no sudoeste de Minas Gerais, onde se produz queijos de leite cru – conhecidos hoje como “queijo minas artesanal” –, desde meados do século XVIII, quando da

4 A expressão leite cru é utilizada para diferenciá-los dos queijos industriais, feitos com leite submetido a tratamento térmicos, como a pasteurização, fortemente recomendada por legislações sanitárias internacionais e alvo de fortes controvérsias internacionais, dado que até o início do século XX todos os queijos existentes eram feitos com leite cru e os tratamentos térmicos no leite previamente à elaboração dos queijos alteram suas propriedades de sabor e textura. Delfosse (2007) apresenta um histórico das relações entre as indústrias de laticínios e a produção dos queijos artesanais na França, país com forte tradição na produção de queijos, e que se destaca na defesa dos seus queijos de leite cru.

5 <http://www.sertaobras.org.br/2015/11/17/enterrados-vivos-13-mil-queijos-de-leite-cru-da-serra-da-canastra/> - Acesso em 20 de novembro de 2015.

expulsão da população ameríndia e a colonização por luso-brasileiros. Os novos habitantes trouxeram o gado bovino (antes inexistente) e a tecnologia para a produção de queijos, que vem sendo adaptada e repassada ao longo das gerações. A presença de extensos chapadões e dos campos naturais de cerrado favoreceu a expansão da pecuária, associada ao cultivo de subsistência em fazendas diversificadas. Até os dias atuais, o queijo é importante na economia dos municípios da região, sendo parte do modo de vida de milhares de famílias.

Após a criação do Parque, na década de 1970, os queijos produzidos em seu entorno passaram a ser conhecidos como "queijos Canastra" e, nos anos 2000, estes queijos se converteram em um dos símbolos alimentares de Minas Gerais, tendo seu modo de fazer reconhecido, em junho de 2008, como patrimônio cultural brasileiro. Contraditoriamente, porém, sua fabricação e comercialização passou a sofrer restrições e perseguições crescentes, chegando a casos como o descrito acima.

Os trabalhos etnográficos que realizamos entre 2012 e 2016 para pesquisar tal controvérsia revelaram a existência de outras normas legais que impõem restrições ao modo de vida predominante na região, como é o caso da legislação ambiental. A presença de um maior número de fiscais ambientais (inicialmente do Ibama e atualmente do ICMBio)<sup>6</sup> trouxe constantes restrições e multas a formas de manejo utilizadas localmente, dentre as quais o uso do fogo nas pastagens naturais do cerrado. Adicionalmente, conflitos fundiários desencadeados pela criação do PNSC perduram até os dias atuais, envolvendo a população não desapropriada e ainda residente na área do parque.

Trataremos dessas duas controvérsias – sanitária e ambiental –, que envolvem a atuação do poder público amparada por normas legais e conhecimentos especializados que desconsideram saberes e valores culturalmente estabelecidos pelas populações e investem contra os modos de vida e de trabalho locais, vistos como símbolos de “atraso”. Argumentamos que as relações tanto dos órgãos sanitários quanto dos órgãos ambientais com a população local guardam um conjunto de semelhanças, não apenas na forma como chegam à região, mas também em suas origens. Sua ação se baseia em esquemas interpretativos cristalizados e institucionalizados como sistemas classificatórios hegemônicos a partir do final do século XVIII, por meio de poderosos mecanismos e instâncias de consagração de sociedades científicas, o que ocorreu concomitantemente à conformação das administrações burocrático-legais do Estado moderno (Almeida 2008; L’Estoile 2003).

---

6 O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) era o órgão responsável pelo Parque até 2007, quando foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que assume a administração dos parques nacionais no país. Os fiscais ambientais são vinculados a estes órgãos.



Enriquece esta análise considerar que na Canastra as duas controvérsias envolvem processos de patrimonialização pelo Estado nacional: o modo de fazer o queijo é considerado patrimônio cultural<sup>7</sup> e o PNSC patrimônio natural<sup>8</sup>. Emergem, então, outras questões: o que significa para as populações rurais viver em um patrimônio natural e produzir um patrimônio cultural? E o que acontece se a manutenção de ambos entra em conflito? De que forma essas normatizações (sanitária e ambiental) se construíram enquanto formas de poder e como afetam os moradores locais? Que respostas e reações têm emergido?

A existência de normatizações e mecanismos de ilegalização que afetam a vida desses municípios com perfil marcadamente rural são processos ancorados na forma de dominação burocrático-legal moderna (no sentido weberiano), que se impõe em nome da razão, com o controle sobre a vida local sendo exercido por meio de profissionais especializados que detêm o monopólio da autoridade para definir normas e legislações, assim como para fiscalizá-las. Acontece que o expressivo hiato entre tais formas de regulamentação e a realidade vivida pelas populações gera conflitos e reações, que dificultam atingir os objetivos para os quais estas normas teriam sido alegadamente criadas.

A atuação de órgãos públicos tem como base normas jurídicas gerais, construídas com referência a saberes e técnicas científicos, e se defronta com orientações culturais das populações locais na gestão de determinados organismos vivos, remodelando maneiras de conceber a vida. A questão envolve, portanto, matrizes distintas de produção material e simbólica que, ao entrarem em conflito, revelam desacordos sobre os processos classificatórios, assim como assimetrias de poder na legitimação dos discursos.

## **Os queijos minas artesanais e as normatizações sanitárias**

O episódio de apreensão e destruição de queijos em São Roque não foi um caso isolado. Está inserido em um conflito mais amplo, expresso na não conformidade de produtos produzidos em pequena escala aos parâmetros definidos por regulamentos de segurança sanitária de alimentos. O que, no caso dos queijos artesanais, é especialmente controverso, conforme abordaremos mais adiante.

No Brasil, até a década de 1950, era possível fabricar e comercializar os queijos produzidos nas propriedades rurais sem que este ato fosse caracterizado como uma “ilegalidade”. Com a industrialização e as exigências colocadas para as exportações de carne no pós-guerra, o governo federal adotou, em 1952, o Regulamento da Inspeção Industrial

7 Em 13 de junho 2008, o modo de fazer os queijos minas artesanais foi registrado como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

8 Em 2009, o cerrado, bioma predominante no local, foi reconhecido como patrimônio nacional.

e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), que estabeleceu a obrigatoriedade de inspeção de todos os produtos de origem animal, entre os quais se incluem o leite e os queijos. Objetivando controlar riscos de contaminação e tomando como referência procedimentos industriais legitimados através de faculdades e técnicos especializados, o RIISPOA prescreveu, com detalhes, instalações, equipamentos e procedimentos a serem seguidos para que a produção e a comercialização fossem autorizadas, ilegalizando instalações, equipamentos e formas de produção utilizados localmente<sup>9</sup>.

Na década de 1990, num contexto mundial de forte liberalização econômica e comercial, uma sucessão de crises sanitárias alimentares de repercussão internacional (“vaca louca”, “gripe suína”, dentre outras) aumentou o medo dos microrganismos e a importância da segurança sanitária dos alimentos. O Codex Alimentarius<sup>10</sup> tornou-se referência para a arbitragem de controvérsias sanitárias no comércio mundial de alimentos e os Estados nacionais foram incitados a “harmonizar” suas legislações, internalizando os sistemas e ferramentas de controle recomendados. Um dos princípios do Codex é estar baseado em “aspectos puramente científicos”, pretendendo evitar que interesses comerciais se sobreponham aos interesses de saúde.

A definição sobre um alimento ser “seguro” ou não passou crescentemente a depender da verificação, através de análises laboratoriais, de “indicadores de qualidade microbiológica” definidos internacionalmente, que estabelecem os microrganismos a serem analisados, e os métodos e critérios indicativos dos níveis considerados “inseguros”. Os países são pressionados a uma maior fiscalização dos produtos até então pouco ou não inspecionados, e percebidos agora como possíveis focos de contaminações. É a partir de então que normas sanitárias internacionais voltadas para o comércio de grande escala e longas distâncias passam a ter maior interferência em mercados internos e de proximidade (Cruz & Schneider 2010; Cintrão 2016).

Nesse contexto intensificam-se em Minas Gerais as controvérsias em torno dos queijos artesanais produzidos nas zonas rurais. Nos anos 1990, estudos científicos que submetem amostras de queijos existentes nos mercados a análises laboratoriais passam a detectar um elevado percentual de queijos fora dos padrões legais. As conclusões destes trabalhos apontam recorrentemente para a “baixa qualidade microbiológica”, atribuída à “produção sem condições higiênico-sanitárias apropriadas” e a “falhas na aplicação das boas práticas de fabricação”. Assim, queijos considerados como “parte da identidade cul-

9 O RIISPOA tem forte referência na legislação norte-americana.

10 O Codex reúne um conjunto de normas técnicas, procedimentos e práticas que estabelecem padrões de qualidade sanitária e de segurança para os alimentos comercializados internacionalmente, visando proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio internacional de alimentos (Ortega & Borges 2012).

tural dos mineiros” e até então percebidos localmente como alimentos saborosos e inócuos, passam a ser classificados pelos agentes reguladores como tendo “falta de segurança alimentar” e como portadores de risco à saúde, sendo legalmente considerados como “impróprios ao consumo humano” (Cintrão 2016).

É nesse contexto que, em 2001, uma grande operação de fiscalização sanitária no Mercado Central de Belo Horizonte, um dos maiores pontos de comercialização de queijos artesanais em Minas Gerais, levou à apreensão e destruição de queijos ali vendidos, ganhando repercussão midiática e suscitando fortes reações. As negociações que se seguiram redundaram na aprovação de uma “lei estadual de exceção” e na criação de um Programa para o que passou a ser chamado de “Queijo Minas Artesanal”<sup>11</sup>. Os embates travados levaram também ao reconhecimento, em 2008, do modo de fazer os queijos minas artesanais como patrimônio cultural brasileiro (Meneses 2006). Todo este processo – envolvendo produtores, comerciantes, consumidores, poder legislativo, universidades e órgãos de pesquisa, órgãos de fiscalização e de extensão rural – é permeado por numerosas controvérsias, não somente entre instâncias, mas também internamente a cada segmento, incluindo os órgãos sanitários. O Ministério da Agricultura, por exemplo, não reconheceu a lei estadual para efeitos de comercialização interestadual (Cintrão 2016). É interessante notar as sutilezas do embate que emerge, em especial sobre os valores que devem regular os mercados.

A lei estadual dos queijos artesanais significou em grande parte uma adequação, em menor escala, das prescrições colocadas pelo RIISPOA e pelas normas internacionais. Sob a justificativa de facilitar a limpeza e evitar contaminações, inclui exigências que abarcam desde a ordenha até tempos mínimos de cura, impondo modificações nas formas usuais de fabricação do queijo. E, embora simplificadas, mantêm-se inúmeras exigências que implicam em investimentos e custos fora do alcance e do interesse da grande maioria dos produtores, como edificações com determinada separação em ambientes internos, revestimentos de azulejos ou tintas especiais, forros sintéticos ou pintados, pisos cimentados (inclusive no curral), cloração da água, interdição de bancadas e instrumentos de madeira, exames laboratoriais periódicos. Tal normatização trouxe para a propriedade rural e para a figura do produtor a imagem do laboratório, com prescrições sobre a conduta e a higiene dos envolvidos na fabricação, com cursos de capacitação obrigatórios e a necessidade de

---

11 A lei 14.185/2002 admite a elaboração dos queijos com leite cru. Assim como outras estratégias adotadas em Minas Gerais tendo em vista permitir a continuidade da produção destes queijos, esta lei se inspirou na experiência francesa (Cintrão 2016). A França é o país que mais se destaca internacionalmente na criação de legislações e estratégias específicas voltadas para estes queijos. Sobre a França, ver Delfosse (2007).

utilizar roupas brancas e aderir ao avental, luvas, touca, máscara e botas de borracha<sup>12</sup>, aproximando a imagem do local de fabricação dos queijos com a do próprio laboratório, local de trabalho dos cientistas, onde se sobressai a ideia de controle<sup>13</sup>.

Formas de produzir e materiais utilizados localmente são percebidos, segundo a racionalidade da legislação, como rudimentares e insalubres, sendo, portanto, recriminados. Exames laboratoriais apontando a presença de microorganismos acima dos permitidos pela legislação constroem uma imagem de “baixa qualidade” e de “falta de higiene” dos queijos, apesar de suas “qualidades” reconhecidas que lhe deram fama, notoriedade e um mercado consumidor para além das fronteiras das regiões produtoras. Fortes controvérsias envolvem o tempo mínimo de maturação exigido para “garantir a segurança alimentar”, condenando a venda (e, conseqüentemente, o consumo) dos chamados queijos frescos e meia cura, que abarcam a maior parte do mercado.

Como resultado, em mais de dez anos de vigência da lei, menos de 0,5% das cerca de 30.000 famílias produtoras que se estima existir em Minas Gerais haviam se adequadado ao exigido pelas normativas<sup>14</sup>, mantendo-se a quase totalidade como “não legalizada”. Todo esse processo gerou reações locais e espaços de negociações que vêm sendo desenvolvidos, embora em níveis desiguais de relação de poder.

### **Agentes invisíveis: o laboratório chega à região da Canastra**

A nova legislação e as ações governamentais que se seguem – sempre imbuídas do espírito de projetos de desenvolvimento (Escobar 1995)<sup>15</sup> – fazem chegar às propriedades rurais da região da Canastra outsiders (fiscais sanitários, extensionistas e pesquisadores) vindos de grupos caracterizados pelo “forte espírito corporativo” e pela interiorização de

12 Além da obrigatoriedade de exames anuais de sangue (para teste de tuberculose), proibições de usar barba, esmalte nas unhas, anéis e brincos. Nesse sentido, as normatizações sobre os alimentos controlam também o corpo dos produtores.

13 Sobre o tema, ver Santos (2005) que trata o controle – pilar da teoria e da prática científica – sobre a biodiversidade como uma nova forma de colonização das práticas. O autor recorre ao trabalho do sociólogo indiano Shiv Visvanatham, que concebe a ciência como um modo de violência exercido pelo que chama de Estado Laboratorial.

14 Os dados são da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-MG) e do IMA. Uma discussão sobre esses números é feita em Cintrão (2016)

15 Escobar (1995) discute o conceito de desenvolvimento como uma nova era na compreensão e gestão dos assuntos mundiais, que ganha corpo a partir de meados século XX, estando particularmente relacionada a políticas públicas na quais se constrói a ideia de que é necessário conduzir um processo de modernização aos países e regiões economicamente ditos menos avançados. Nesse processo se sobressai a uniformização dos grupos sociais atingidos, tomados como “pobres” ou “atrasados”, para os quais é necessário disseminar as características de sociedades “avançadas” da época: altos níveis de industrialização e urbanização, modernização da agricultura, crescimento rápido da produção material e dos níveis de vida e da adoção generalizada da educação e dos valores culturais modernos.

valores “heróicos” (L’Estoile 2003), enviados para compensar “deficiências” locais (Ribeiro 2008), com poder de determinar as normas (do ponto de vista científico e jurídico) e de garantir seu cumprimento (como moralidade pública).

No caso analisado por nós, a avaliação antropocêntrica sobre os seres microscópicos presentes no queijo leva à elaboração de comportamentos adequados, estabelecendo normas técnicas que exigem modificações no ambiente, mas também nas condutas das famílias produtoras, associando resultados dos exames à percepção do ambiente e das pessoas como potencialmente “sujos”, com forte conotação moral, como por exemplo, “falta de higiene” na ordenha (pela presença de barro ou esterco, falta de limpeza do úbere da vaca), em instalações, instrumentos ou utensílios mal lavados (ou considerados de “difícil higienização”, como a madeira), o uso de água não clorada (potencialmente contaminada), ou mesmo a falta de higiene pessoal (falta de lavar as mãos ou de tomar banho, uso de roupas sujas)<sup>16</sup>.

Ribeiro (2008) observa que, antes da existência dos projetos de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino seria suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de elites técnicas que, nos termos de Foucault, exerceria sua dominação objetivando seu bem-estar e progresso. Para Foucault, o século XVIII marca o processo de entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e nos cálculos de poder. Com a constituição das ciências modernas, emerge uma relação bem particular entre o poder e o saber, com a ciência tornando-se uma instância de racionalização por excelência e passando a ser um elemento de legitimação essencial para o poder do Estado. O poder passa a ser exercido através de um conjunto de alianças inconstantes entre diversas autoridades, tendo em vista governar uma multidão de facetas das atividades econômicas, da vida social e da conduta individual, à luz de concepções do que é bom, saudável, normal, virtuoso, eficiente e lucrável. É o que autor vai chamar de biopolítica (Foucault 2001, 2008).

Latour (1988), analisando o papel dessas normas reguladoras e dos cientistas no campo sanitário, a partir dos trabalhos de Pasteur no século XIX, chama a atenção para a “agência” de seres microbianos, que se interpõem entre os humanos, redefinindo os vínculos sociais que, na época, se acomodavam à recém colocação em cena do laboratório e da vida microbiana. Nesse processo, lei científica, lei jurídica e moralidade pública se re-

---

16 Roseman (2004), em pesquisa etnográfica realizada na Galícia, interessa-se pelo impacto global que este tipo de regulamentação pode ter sobre as subjetividades daqueles que estão envolvidos intimamente na produção de alimentos. Ela analisa como o valor inerente de se estender amplamente “leis hiper-higiênicas” cria um espaço discursivo que suscita suspeitas que a “ignorância” dos produtores de pequena escala está a produzir alimentos contaminados e potencialmente perigosos para a saúde humana. Cruz (2012) e Cintrão (2016) também trazem exemplos desta questão.

forçavam mutuamente para combater os micróbios e possibilitar a regeneração social das massas urbanas (Latour 1988).

Paxson (2008, 2013), partindo da noção foucaultiana de biopolítica e associando-a à noção latouriana de "agência" de seres microbianos, cunha o termo microbiopolítica para analisar as regulamentações e controles alimentares da população através do controle sobre os corpos microbianos<sup>17</sup>. Chama a atenção para o fato de que práticas regulatórias sanitaristas trabalham não só para a produção de alimentos seguros, mas também para cultivar a "germofobia", conduzindo agentes públicos a decisões racionais para orientar a saúde pública e para o estabelecimento de formas seguras de comer (responsabilidade moral). Ela observa que tais relações de poder se reforçam criando e popularizando categorias de agentes microscópicos, avaliados através de uma lente antropocêntrica que os classifica como "bons" e "maus", promulgando comportamentos e práticas adequados tendo em vista regular as relações entre seres humanos e microrganismos. Assim, Paxson, a exemplo do que realizou Douglas (1976), demonstra como o processo de ingestão alimentar pode representar também a absorção política, a manutenção de um código moral.

A partir de tal referencial teórico, é possível observar, por exemplo, que os parâmetros presentes no Codex Alimentarius compõem um modelo de significação dominante, produzido por especialistas, constituindo-se num aparato fundado nas ciências biológicas que parte da premissa de uma guerra contra seres invisíveis e misteriosos, em que cabe aos cientistas (através dos laboratórios) explicar a realidade oculta e enfrentar o inimigo. Estes impõem uma definição de padrão alimentar que parte de noções de "higiene", "risco" e "perigo", tomadas como científicas e neutras, mas que carregam forte carga simbólica, exprimindo uma ideia genérica de ordem e desordem, que se relaciona a diferentes elementos do sistema social (Douglas 1976).

Na Canastra, munidos de poder e reforçados por essas relações morais, fiscais recorrentemente distribuem punições (multas e apreensões) pelo descumprimento das normas, como relata um produtor sobre a visita de um fiscal: "Então não pode essa porta aqui, se você não fizer assim você não [será aprovado]. Você faz um investimento, na última hora eles falam que se você não arrancar isso aqui, não consegue! [se legalizar]". Para assegurar condições controladas para seu trabalho, tais técnicos especializados, apoiados em modernas tecnologias que podem prever e ordenar racionalmente determinadas realidades, muitas vezes desconhecem e desqualificam o conhecimento empírico das populações rurais, como na fala seguinte de um fiscal relatando as resistências das famílias

---

17 Paxson (2008, 2013) analisa as controvérsias em torno do ressurgimento de um setor de produção artesanal de queijos nos EUA.

produtoras às alterações impostas pela legislação:

Eles tinham muito medo de fabricar de uma forma diferente e o queijo não dar certo. [...] Eles tinham medo, porque tinha um mito muito grande que qualquer coisa que mudava... era uma produção muito tradicional e eles tinham um controle muito intuitivo do processo [...]. Então no meio intuitivo tem muita superstição. Então o queijo dava errado por uma causa de contaminação e eles associavam a outro fator externo: foi na época em que eu mudei a queijaria do lugar, usei o utensílio tal [...]. Isso gerou uma série de mitos: coisas verdadeiras e coisas falsas, vamos dizer assim. Eles faziam tudo exatamente da mesma forma, sem mudar nada, faziam do mesmo jeito, para não desandar. E eles perdiam muitos queijos assim [...]. (Fiscal do Ministério da Agricultura, 2014)

Esta percepção de que as práticas das famílias produtoras “não mudam” e de que seu conhecimento seria estático (“fazem tudo sempre do mesmo jeito”) tende a considerar como “inovação” apenas o que se aproxima do modelo industrial e das normas técnicas. Desconsidera que na evolução da tecnociência também existem verdadeiros e falsos, assim como equívocos. E atribui de forma etnocêntrica as percepções das famílias produtoras a “superstições”, desconsiderando suas próprias crenças, como as de que o simples fato de estar prescrito em normas legais (e ter passado pelo crivo de especialistas) indica uma verdade inquestionável. Este é o caso da própria exigência de pasteurização como forma única e suficiente para garantir a “segurança dos queijos”, questão não generalizável e que envolve fortes controvérsias internacionais, inclusive entre cientistas<sup>18</sup>.

Porém, se às famílias produtoras restaria serem “capacitadas” e obedecer às normatizações, isso não tem se dado sem movimentos de resistência. Há uma percepção dos limites e simplificações de normas homogeneizadoras, assim como uma forte desconfiança do conhecimento técnico-científico, às vezes apontado como “muito teórico” e desconectado da prática:

Fui fazer o curso [de Boas Práticas] e o cara dando o curso e falando: 10 litros de leite é um quilo de queijo. Eu olhando para ele e pensando: coitado, coitado, dando o curso prá nós e é tudo besteira. Porque se for 10 litros de leite de vaca de bezerro grande e leite gordo, não cabe numa forma [de cerca de 1,3 kg]. Agora, se for de vaca de bezerro novo, 10 litros dá um queijinho. Tinha que explicar o trem mais detalhado. Eles acham que tem que ser a medida, mas não é. Tem que ir mais fundo. (Produtor e comerciante de queijo, 2014)

---

18 Sobre essas controvérsias científicas e sobre as percepções dos técnicos ver por exemplo Paxson (2013), Cruz (2012), Cintrão (2016).

Outro exemplo ilustrativo refere-se aos problemas de “estufamento” ou “inchaço” dos queijos<sup>19</sup>, que do ponto de vista técnico-científico são percebidos como uma contaminação por “maus microrganismos” e evidência dos “riscos à saúde”, reafirmando a necessidade de uma maior vigilância (no sentido foucaultiano) e a necessidade da ciência e dos técnicos especializados como únicos capazes de prescrever o que deve ser feito, através da “aplicação de boas práticas”, detalhadas pela legislação<sup>20</sup> e monitoradas à distância através de exames microbiológicos. Os técnicos especializados associam esse problema a múltiplas causas, todas ligadas à “falta de higiene”, com forte conotação moral (conforme assinalado anteriormente) e em geral associando “higiene” ao uso de materiais, equipamentos e insumos industriais e sintéticos.

Douglas (1976) aponta que as definições de higiene e pureza (associadas à noção de perigo) estão carregadas de interpretações e valores simbólicos, envolvendo uma visão de ordem e desordem, relacionada a diferentes elementos do sistema social. Aponta que a impureza nunca é um fenômeno único, implicando, por um lado, na existência de um conjunto de relações ordenadas e, por outro, na subversão desta ordem. A impureza é assim o subproduto de uma organização e de uma classificação da matéria, na medida em que diz respeito a qualquer coisa que não está no seu lugar. Ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados (Douglas 1976: 30).

Nota-se que, na medida em que para os agentes sanitários e técnicos especializados a visão de ordem e higiene é dada pelo modelo industrial de produção<sup>21</sup>, qualquer elemento que esteja fora desta ordem é considerado como impureza. Nesse sentido, são comuns representações que tendem a deslegitimar o conhecimento popular ou leigo quando se trata de aspectos de higiene ou medidas de profilaxia, associando riscos à manipulação de alimentos por pessoas pobres ou com menor escolarização. Isso se agrava quando se trata de populações rurais, considerando as representações negativas a elas associadas, tais como terra, estrume e suor humano (Cruz 2012; Roseman 2004).

Para as famílias produtoras, palavras como “capricho” e “zelo” traduzem um conjunto de cuidados, com lógicas e significados compartilhados social e culturalmente, que fazem um “bom queijo” e um “bom produtor de queijo”, mas que não necessariamente

---

19 Este problema envolve tanto a produção artesanal quanto a industrial e pode acarretar perdas da produção.

20 Várias destas medidas são detalhadas nas normas técnicas legais, como na Portaria do IMA N°523/2002, que trata especificamente das “condições higiênico-sanitárias e boas práticas de manipulação e fabricação do queijo minas artesanal”. Seu Capítulo VII, trata especificamente “da higiene pessoal e do requisito sanitário”.

21 Em processamentos de grande escala, os padrões e critérios técnicos preconizam estruturas, equipamentos, utensílios e formas de processamento cada vez mais automatizadas (Cruz & Schneider 2010)



coincidem com as “boas práticas” indicadas pela legislação e pelo discurso técnico ou científico, que seguem lógicas diferentes<sup>22</sup>.

E, conforme observa Cintrão (2016), embora haja por parte da população local uma concordância que o “asseio” é importante para um “bom queijo” (o que legitima, pelo menos em parte, o discurso técnico) e que em alguns casos o estufamento seja causado por falhas ou descuidos – que podem ou não ser considerados por eles como “falta de higiene” e associados a riscos – há uma percepção de outras possíveis causas, inclusive relacionadas com as próprias exigências legais do uso de produtos químicos para a higienização, como o cloro e os detergentes. E as famílias produtoras que buscaram se legalizar apontam com frequência que várias das exigências feitas às casas de queijo, em especial a falta de ventilação – a ventilação é vista pelos técnicos como potencialmente contaminadora – mas também a interdição do uso da madeira, são elementos que “atrapalham” o queijo. Percebem ainda alterações no queijo associadas a várias intervenções técnicas que visam aumentar a produtividade e as escalas de produção, com mudanças em raças bovinas e formas de alimentação do gado (que os tornam mais suscetíveis a doenças), assim como alterações em equipamentos, instalações e até mesmo nas embalagens dos queijos, todos elementos que favorecem o inchaço. E, a partir de sua posição simbolicamente dominada, incorporam e retraduzem as informações técnicas, mas também reafirmam suas práticas, mencionando casos em que os veterinários e técnicos especializados foram chamados (tanto para o caso de inchamento quanto para doenças do gado) e não conseguiram solucionar o problema, resolvido apenas por meio de outras práticas, incluindo o benzimento.

Da mesma forma, são comuns reações locais das famílias produtoras à ênfase dos técnicos especializados nas exigências estruturais, em observações como “é possível produzir um bom queijo até debaixo de uma árvore”. Ou “tem casinha [queijaria] toda azulejada em que o queijo é bom e que é ruim”. Ou ainda que “a preocupação da Vigilância é com o prédio, não com a qualidade do queijo”. Uma produtora afirmou que não entendia como certo produtor poderia estar legalizado “se as vacas eram magras e os animais da fazenda mal zelados”. Tais percepções apontam que, enquanto os técnicos dos órgãos sanitários têm preocupações com as estruturas e com os controles do processo produtivo visando a assepsia, as preocupações dos produtores se dão no sentido de estabelecer cuidados que perpassam a terra, as plantas, os animais, os artefatos e as pessoas – “o pasto vedado”, “o boi sadio”, “o queijo zelado” – sendo que as relações de proximidade, “zelo” e “capricho” são parte fundamental do processo produtivo.

Uma liderança de produtores que busca fazer a tradução entre os mundos dos téc-

22 Este mesmo sentido do termo “capricho” e sua lógica diferente das normas técnicas de higiene foi observado por Cruz (2012), entre produtores de queijo serrano no Rio Grande do Sul.

nicos e legisladores e aqueles das famílias produtoras, assim coloca esta questão:

Eles fazem a lei em cima de uma linha de pensamento e ela fica sem fundamento. Infelizmente, nossos legisladores ainda não têm conhecimento sobre o universo do queijo artesanal. Ainda há exigências na legislação que são difíceis de cumprir sem descaracterizar nosso queijo. Na verdade, veem o produtor artesanal apenas como alguém que produz em menor escala, mas precisam entender que não é só isso, que há um modo de fazer que é absolutamente diferente da produção industrial. Esse negócio de matar as bactérias todas é um problema seríssimo. Isso aqui é tratado como uma indústria e não como um local de queijos artesanais. Um queijo da indústria mata tudo (referindo-se a técnicas como a pasteurização e cloração da água) e começa o processo (de fabricação) todo de novo. O nosso não, o nosso já vem de antes. Tirar o leite, etc... O grande problema que nós enfrentamos até hoje é que as pessoas que nos fiscalizam são treinadas para fiscalizar indústrias. Então vêm com a cabeça da indústria<sup>23</sup>.

Esta fala demonstra diferenças entre a orientação dos técnicos (cuja formação é em geral voltada para o trabalho em indústrias) e as referências sociais e culturais da população, que se embate com a chegada desses padrões normatizadores ao meio rural.

## **O Parque Nacional e as controvérsias relacionadas às normatizações ambientais na região da Canastra**

Conhecemos Antônio<sup>24</sup> na sede do ICMBio, em outubro de 2015, no município São Roque de Minas, um produtor rural de queijos e também queijeiro<sup>25</sup>. Sentados em uma sala de espera, ele contou que vinha solicitar novamente a inspeção por um técnico do instituto que o autorizasse realizar a queimada do capim nativo em sua propriedade, situada no entorno do Parque Nacional da Serra da Canastra. Algumas semanas depois, encontramos Antônio trabalhando na chamada “junta do queijo”, processo em que recolhe o alimento de vizinhos e parentes e o leva para vender em cidades fora da região, atividade informal que complementa sua renda de produtor rural. Segundo contou, a primeira chuva do período verde<sup>26</sup> tinha acontecido alguns dias antes e os fiscais ainda não haviam feito a vistoria no seu terreno, impossibilitando-o de utilizar legalmente a queimada na

23 Fala de Luciano Carvalho (da Aprocame), durante uma reunião do plano de salvaguarda dos queijos registrados, na sede do Iphan, em Belo Horizonte, em 26/11/2015.

24 O nome é fictício.

25 Os queijeiros são comerciantes locais que pelo vínculo estreito com o alimento ganharam a insígnia. Eles costumam ser de famílias produtoras e às vezes executam as duas atividades. Eles trabalham coletando e distribuindo o produto em várias cidades.

26 Estação das chuvas que abrange os meses de outubro a março.

data correta sem ser multado. Poucos anos antes, relatou, acontecera situação semelhante e ele realizara a queima sem a autorização legal, recebendo uma multa de R\$ 16.000,00, tendo recorrido à justiça para não pagar: “Tem hora que a gente prefere levar a multa do que enfrentar a burocracia”, foi o que disse.

No Brasil, o incêndio em qualquer parte da natureza é considerado legalmente crime. Em alguns casos, o uso da “queima controlada” é admitido mediante autorização dos órgãos ambientais e cumprimento de um conjunto de exigências, sempre com caráter de exceção, “quando peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo”<sup>27</sup>, como na região da Canastra, em que o uso da queimada pelos produtores é técnica tradicional de manejo nos chamados nos campos nativos<sup>28</sup>.

Na Canastra, antes da colonização pelos europeus o fogo já era utilizado pelos ameríndios como ferramenta de manejo para caça e para permitir a frutificação de algumas espécies alimentícias. No século XIX, a prática de queimada foi adotada pelos novos habitantes, que incorporaram técnicas ameríndias à matriz de manejo europeia, fazendo adaptações em função das características biogeográficas e econômicas da região e passando a utilizá-la, dentre outros usos, para a renovação de pastagens para o gado, com frequência bienal/anual, no final da estação seca (Medeiros & Fiedler 2004; Barbosa 2007).

A legislação ambiental baseia-se em análises científicas que condenam o uso do fogo e apontam a superioridade de técnicas consideradas mais modernas e eficientes de manejo. Mesmo pesquisas que reconhecem a coevolução do cerrado com o fogo ressaltam seus efeitos adversos (Medeiros & Fiedler 2004). Assim, embora esta posição não seja unânime, a maioria dos técnicos especializados (incluindo os agentes do ICMBio, como observamos em campo), recorrentemente classificam o uso do fogo como rudimentar e “incorreto”<sup>29</sup>.

No entanto, vários relatos da população local indicam que a queimada naquela região possui certa sofisticação, envolvendo toda uma ciência do concreto, compreendendo um conhecimento profundo do ambiente, que se reflete na distinção dos campos nativos por três nomes distintos: “campo” (quando o capim está verde), “macega” (quando o ca-

---

27 Cf. Decreto nacional no 97.635, de 10/04/1989, posteriormente substituído pelo decreto no 2.661, de 08/07/1998.

28 Aqui vale ressaltar o caráter de “de exceção” das queimadas, a exemplo do que acontece com a lei estadual dos queijos artesanais, em que as práticas produtivas dessas populações passam a ser apenas tolerados, como algo fadado a acabar, assim como tal modo de vida.

29 Dentro e fora dos órgãos ambientais há profissionais especializados que defendem que a melhor forma de prevenir o problema dos incêndios e proteger a biodiversidade nos cerrados é, justamente, o uso controlado do fogo. Ver por exemplo: [http://agencia.fapesp.br/especialista\\_defende\\_manejo\\_de\\_fogo\\_no\\_cerrado/17303](http://agencia.fapesp.br/especialista_defende_manejo_de_fogo_no_cerrado/17303)

pim está seco) e “queimado” (quando o capim rebrota, após o fogo). Ela leva em conta fatores como: data certa para queima (“após a chuva”) e observação da umidade do solo, aceiro inicial da área (em parte feito com o próprio fogo, à noite, queimando de pouco em pouco), direção do vento e declividade do terreno (“fogo acima ninguém controla”, assim este “tem que ser colocado sempre de cima para baixo, contra a direção do vento”), rodízio e descanso bianual do terreno (é feita a cada dois anos, mudando-se a área), o uso de contrafogos para terminar a queimada.

Até a criação do PNSC, a realização da técnica envolvia uma espécie de planejamento coletivo, com a organização de mutirões para ajudar a fazer os aceiros e controlar o fogo. Entre propriedades vizinhas, existia um escalonamento das áreas queimadas a cada ano, de maneira a alternar áreas de “macega” e de “campo”. Dizem que se uma área grande fica muito tempo sem queimar, quando o fogo vem ninguém controla. Conforme as palavras de um produtor: “Eles falam que não pode pôr fogo, mas contrafogo é um sistema que você apaga fogo com fogo. (...) O pessoal aqui sabe controlar o fogo porque nós não fazemos incêndio, fazemos queimada controlada”<sup>30</sup>.

Realizada dentro dos conhecimentos tradicionais, segundo os moradores, a prática se ajusta às características ecológicas da região, respeitando a reprodução das espécies endêmicas (emas, lobos-guará, tatus, veados, etc.), consideradas como semi-domesticadas pelos moradores antigos, dado que viviam nas propriedades e “aprendiam” a rotação do chamado “fogo brando” (controlado), se adaptando à prática de manejo<sup>31</sup>. Tal rotação do fogo seria responsável por manter as raízes das forrageiras sem queimar, sendo que aproximadamente duas semanas após sua execução, o “queimado” se torna “campo” e já estaria no ponto adequado para receber novamente o gado. Em termos econômicos, a técnica exige pouca mão-de-obra, tem custo baixo e, segundo os produtores, o resultado é muito eficiente, garantindo alimento para o gado. Para eles, a prática evita incêndios descontrolados, garante a segurança das moradias, a manutenção das áreas de preservação da propriedade, o abastecimento de água para o gado e o estoque de madeiras para a

---

30 É interessante perceber que enquanto o Plano de Controle Incêndio do Parque se apoia no uso de tecnologias – ampliação do sistema de torres de observação de incêndios, aquisição de equipamento para localização dos focos de incêndio, aquisição de equipamentos de radiocomunicação, monitoramento das condições climáticas, formação de um banco de dados –, apontando, por exemplo, que um dos fatores que contribuem para dificultar o controle e combate ao fogo no chapadão é “ausência de lagos e cursos d’água para fornecimento de água para o combate”, os nativos utilizam o próprio fogo para controle do fogo. Enquanto a lógica de gestão externa aponta as “ausências” locais (forma de etnocentrismo muito conhecida), os moradores apoiados num profundo conhecimento ecológico do ambiente, desenvolveram suas próprias tecnologias.

31 As emas, segundo relatam os moradores, faziam seus ninhos à beira d’água, e “quando o fogo vinha ela pulava dentro d’água e molhava em volta do ninho e protegia os ovos”.

construção de instrumentos de trabalho, cercas, curral, casa e queijaria.

Por tudo isso o fogo é visto com bons olhos pelos moradores locais. Um morador da cidade que trabalhou como brigadista apagando incêndios na área do PNSC, por exemplo, considera que perdeu tempo da sua vida. Diz que é um trabalho inútil, porque o fogo é bom e atualmente há mais animais e matas ciliares nas fazendas de produção familiar de gado leiteiro que mantêm pastos naturais do que na área do Parque.

Moradores comentam que “a televisão só mostra o fogo no momento da destruição, mas não o queimado [alguns dias depois] quando fica com muita vida e com o verde mais bonito do mundo”. Observam que alguns animais, como emas e veados, não conseguem comer a macega. E citam nomes de várias frutas nativas que só produzem depois que queima, como caju do cerrado, uvaia do campo, mangaba, sapucaia, cabritinha, orvalho, caju, araçá do campo, gabioba, bacupari, orelha de carneiro, chupinha:

Lá na área do Parque tinha muita [queimada] (...) Queimava, a vaca ia comendo o capim e a gente [mães e crianças] ia atrás buscando as frutas. Era demais. Hoje não tem mais nada. O Ibama [atual ICMBio] fala que não pode queimar porque está destruindo, mas já destruiu, acabou. Essas frutas não voltam mais, os passarinhos não têm o que comer (Morador de São Roque, 2014).

Andando pela região, descobrimos que Antônio não era o único produtor a sofrer com as interdições às queimadas. O processo que concede licença é moroso e burocrático. O ICMBio, para deferir o pedido exige que as áreas de preservação permanente e reservas legais estejam averbadas. Além disso, o deslocamento até o escritório do órgão, que fica localizado na cidade de São Roque, é problemático para os produtores, pois exige custos, financeiros e de tempo<sup>32</sup>. E tem que ser refeito a cada ano. Como aconteceu com Antônio, os moradores locais dizem que algumas autorizações demoram tanto que quando chegam não é mais conveniente nem seguro colocar fogo nos pastos, pois o período adequado para a prática se esvaiu.

O fogo vem do parque na hora errada e aí não vale nada. Porque queimada tem que ser feita na época certa, entre o final de setembro e início de outubro. Na hora que dá uma chuva boa você queima o campo. Agora o fogo vem em agosto, naquele solão bravo, aí vem matando tudo. Aí não chove e o queimado não sai, sabe? Aí ao invés de ser bom, estraga tudo. Mata o campo, não dá pasto. Queimada fora de época é ruim demais. (...)

32 Vale lembrar que a atividade queijeira na região exige duas ordenhas diárias durante 365 dias por ano. Como disse um produtor: “O dono da queijeira, ele não pode arredar o olho dali. Sábado, domingo e dia santo ele está ali amarrado”.

O campo você tem que queimar ele de dois em dois anos. Aí o que acontece, o Ibama não deixa queimar. Aí fica cinco anos sem queimar, aí fica dessa altura. Aí o fogo vem, queima e mata ele tudo, ele fica fraquinho. Agora se você queimar de dois em dois anos ele reforça, entendeu? Igual a gente cortar um cabelo, ele ganha força. Aí o Ibama proibiu de queimar e desequilibrou tudo, vai acabando com o campo mais rápido. Aí fica cinco anos sem queimar aí o fogo vem e queima nascente, queima beira córrego (Produtor rural, outubro de 2015).

Por seu lado, o órgão ambiental insiste em dificultar as queimadas, atribuindo os incêndios descontrolados a ações criminosas, culpando a população local por eles. Os técnicos responsáveis alegam que existem poucos homens e veículos para a realização das vistorias. Além disso, reclamam que a maioria dos produtores não antecipa a entrega dos processos, o que provoca o acúmulo de trabalho. Outro fator conflitante está no fato de que grande parte das propriedades rurais não ter a situação fundiária regularizada (com as escrituras muitas vezes não coincidindo com a posse das famílias). Dessa forma, tais atores ficam impossibilitados de renovar suas pastagens, sujeitos a multas, diminuição da produção e até confisco de terras. Todo esse conflito se acirra com a pressão dos fiscais ambientais para que as famílias produtoras desocupem suas terras para a ampliação do parque.

Assim, há mais de 170 processos judiciais sobre questões ambientais, criminais (incluindo o fogo) e de desapropriações em tramitação envolvendo o ICMBio e produtores da região. São controvérsias que se inserem em conflitos agrários mais amplos e envolvem diferentes perspectivas de apropriação do território onde, assim como na legislação sanitária, encontram-se por um lado modos de vida e saberes acumulados pelas populações locais ao longo de gerações e, por outro lado, o conhecimento técnico e normas jurídicas, que por procedimentos institucionais buscam se apropriar e controlar processos sociais e biológicos.

Trata-se de outra forma de biopolítica (Foucault 2001), que se estabelece sobre homem-espécie novamente de maneira indireta, agora através da manutenção do bioma na área. Sua consequência prática é a instauração de normatizações que vão desde as restrições de acesso e uso dos recursos naturais à retirada forçada dos moradores de seus territórios, como vem acontecendo na região.

## **A criação do Parque Nacional da Serra da Canastra**

O PNSC foi criado em 1972, pelo Decreto Lei nº 70.355, numa área de 200.000 hec-

tares<sup>33</sup>, dos quais pouco mais de um terço foram desapropriados (o chamado chapadão da Canastra), ou seja, 71.525 hectares estão sob posse e domínio do ICMBio. O restante da área decretada e ainda não regularizada (cerca de 130 mil hectares) é constituído por propriedades rurais privadas, em sua maioria pequenos e médios sítios sob o uso de famílias camponesas, que criam gado para produção de leite e queijos e plantam culturas de subsistência.

Em 2005, os gestores do parque aprovaram um novo plano de manejo da unidade, que ratifica a necessidade de regulamentação da área original, acirrando o conflito entre a população local e o poder público, uma vez que o plano implica na retirada de centenas de famílias<sup>34</sup>. “Uma ferida reaberta”, como disse um morador da região, já que a controvérsia existe desde a criação do parque, concebido em uma linha preservacionista<sup>35</sup>, com grandes restrições ao uso humano. Na época, com o oferecimento de quantias ínfimas para a desapropriação e com a lentidão das indenizações, o Estado, que teve muita dificuldade em negociar a saída dos moradores da área desapropriada, recorreu à violência policial, e criou sentimentos de revolta em relação ao Parque<sup>36</sup>.

A criação do PNSC desestruturou parte do sistema de manejo do gado que havia no município de São Roque, em que boa parte das famílias produtoras de leite e queijo tinham duas áreas de alimentação para o gado: uma nos campos naturais dos chapadões (que atualmente estão sob domínio do ICMBio) e outra nas partes mais acidentadas e baixas, onde moravam e prevaleciam as roças e o manejo pelo capim gordura. Nos meses de maior pluviosidade – de novembro a março – o rebanho bovino pastava nas terras baixas, próximas às encostas das serras. No período de estiagem – de maio a setembro – os animais eram levados às terras altas dos chapadões<sup>37</sup>, onde metade de cada fazenda era queimada a cada ano. Sendo assim, a área desapropriada era estratégica para o sistema sócio-produtivo local, pois além de garantir o alimento para os bovinos, economizava mão-de-obra e evitava

33 Abrangendo os municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita.

34 De acordo com o secretário municipal de meio ambiente de São Roque de Minas, existem cerca de 1.200 propriedades rurais e aproximadamente 1.500 famílias afetadas nesta segunda etapa de implantação do Parque.

35 Esta concepção foi consagrada nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872. Segundo Diegues (2001), os ambientalistas que criaram essa unidade de conservação acreditavam que a única forma de conter a destruição da natureza era delimitar espaços de proteção onde a fauna e flora primitiva pudessem viver sem a intervenção humana.

36 Ao todo, segundo o Ministério da Agricultura, foram desapropriadas nessa etapa mais de 179 famílias, mas relatos colhidos pela Comissão da Verdade apontam mais de 220.

37 Alguns moradores construía retiros para que pudessem passar a temporada de agosto a novembro por lá, mas havia também os moradores que levavam o gado para o chapadão e buscavam quando acabasse a seca.

a concorrência da pecuária com a agricultura sobre os solos agricultáveis (Barbosa 2007).

Na época do meu avô, eles topavam os caras lá dos Leite [nome de família] uma vez por ano na festa de agosto. Na época de fazer queimada armava uma chuva, chovia. Eles queimavam em agosto, porque chovia cedo, né? Aí o cara lá dos Leite começava a por fogo e os vizinhos iam pondo fogo, queimavam o que eles queriam queimar tudo. Aí queimava tudo junto, entendeu? Não queimava beira de córrego não, cada um cercava as invernadas. Invernada é o capim gordura, né? Cercava as invernadas e queimava só o [capim] campo. O campo você queimou e choveu, dez dias depois tem pasto. Aqui no chapadão antigamente queimava é por isso. Queimava o Chapadão, passava dez dias e subia as vacas pra lá, se o produtor estava fazendo cinco queijos, passavam a fazer quinze. Era o trem melhor que tem, queimada de capim campo é bom demais (Produtor rural, outubro de 2015).

A ilegalização do manejo do fogo levou à perda de produtividade das pastagens naturais e a um aumento da necessidade de mão de obra para a limpeza de pastos. Como consequência têm-se, por um lado, em áreas mais planas, a substituição dos campos nativos pelo plantio de braquiaria ou de lavouras de milho para silagem, ambas com mecanização do solo e adubação química. Em áreas mais acidentadas, os camponeses sofrem com a falta de possibilidades e em alguns casos continuam utilizando a queimada, mas as perseguições e restrições legais impedem as práticas de manejo do fogo anteriormente existentes.

Assim, há uma percepção de parte da população local de que, como consequência da atuação dos órgãos ambientais, houve um agravamento dos incêndios descontrolados e uma redução da quantidade e diversidade da fauna e da flora nativas. Mas o conhecimento local e as condições de produção da região não têm sido considerados válidos para se contraporem à fiscalização e, menos ainda, para se repensar os critérios legais<sup>38</sup>.

## Os Parques Nacionais e a gestão da natureza

O PNSC faz parte do grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral, que não permite a presença humana em seu interior, sendo de posse e domínio público<sup>39</sup>.

38 Questões semelhantes são mencionadas por Cruz (2012), na região dos Campos de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul. Ali, a proibição do extrativismo da araucária e do uso do fogo para manejo dos campos têm contribuído para o aumento do cultivo de monoculturas e de áreas de reflorestamento com espécies exóticas (Pinnus, em especial).

39 BRASIL, Lei 9.985, art. 11º, inciso 1º. A categorização evoluiu ao longo do século passado e veio a culminar no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no ano 2000.



Amparado em aspectos jurídicos que seguem acordos internacionais<sup>40</sup>, o Estado passa a definir permissões e proibições na área, acionadas a partir de um conjunto de decretos, portarias e normas técnicas.

É um espaço protegido, baseado numa lógica de controle que visa gerir territórios e florestas de modo a controlar e gerenciar recursos considerados essenciais ao desenvolvimento da nação (Leuzinger 2009). Assim, durante as entrevistas realizadas com profissionais do ICMBio estes diziam regularmente estarem amparados pela lei: “Somos legalistas. E lei exige isso. A forma de retirar as pessoas é que muda [em relação ao período ditatorial]”. Realizando o isolamento de uma área extensa (para que possa ser plenamente manejada e preservada) e amparados em um processo de modernização, estes profissionais buscam a manutenção de uma suposta natureza “pura”, intocada pelo “homem”, conformando “ilhas” de conservação ambiental utilizadas para a apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Essa concepção de política conservacionista, centrada em autoridades governamentais e acadêmicas, surge nos Estados Unidos no século XIX e se constitui numa das mais utilizadas pelos países do Terceiro Mundo (Diegues 2001).

Assim, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação assimilou as diretrizes internacionais amparadas em preceitos estéticos e científicos para justificar a criação de áreas protegidas: os Parques Nacionais<sup>41</sup>. Estas são concebidas dentro da noção de modernização ecológica, em que a configuração da política ambiental visa produzir uma “adequação do meio ambiente e da sociedade” aos projetos de desenvolvimento econômico (Zhouri 2005).

De acordo com esse princípio, o território do parque é considerado como um recurso natural a ser gerido de forma eficiente, através de conceitos abstratos, dados estéticos e estatísticos. Como disse o fiscal do parque: “não é questão do governo tomar a terra, é questão de gerir o espaço”. Assim, um vasto número de possíveis usos é substituído por uma determinada concepção tecnocrática e etnocêntrica, que gere o espaço de forma utilitarista e simplificadora, ignorando os múltiplos, complexos e negociados usos sociais do local para caça, agropecuária, pesca e coleta de alimentos, bem como sua importância para ritos festivos, religiosos, e assim por diante.

---

40 Desde 1992, o Brasil assumiu o compromisso de proteger em Unidades de Conservação 10% da área original de todos os biomas.

41 Como definido pelo SNUC, Parques Nacionais estão inseridos no grupo de Unidades de Proteção Integral, e têm “como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (...) de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas”, como afirma o art. 11 da Lei nº 9.985/2000.

Essa concepção (que na linguagem do plano de manejo assumida pelos técnicos substitui o termo “natureza” pelo termo “recursos naturais”) centra-se em aspectos que podem ser apropriados (por apreciação ou pesquisa) para determinado uso humano. Uma lógica de valor que, como afirma Scott (1998)<sup>42</sup>, irá reclassificar as espécies de acordo com interesses externos às populações locais. Assim, espécies que são valorizadas localmente como “cultivos” tornam-se estigmatizadas. Na Canastra, é o caso, por exemplo, do capim braquiara – que após a criação do parque acabou por substituir, especialmente nos terrenos mais planos, as pastagens naturais –, hoje essencial na alimentação do gado, mas tomada como “erva daninha” pelos fiscais, assim como o próprio gado, outra espécie estigmatizada.

Nesse contexto, acompanhamos a situação de produtores multados porque parte do rebanho ultrapassou a cerca da propriedade em direção à área desapropriada do parque. Ou mesmo uma discussão em torno do tipo de vegetação suprimida pelo produtor (se mata nativa ou espécie exótica), que determinaria a punição definida pelo fiscal e a legitimidade ou não da prática do produtor.

Essas situações evidenciam como determinados tipos de fauna e flora são racionalizados como “pragas”, “predadores” ou “exóticas” (devendo ser eliminadas da área do parque), enquanto outras são escolhidas como prioritárias ou preferidas para serem preservadas e apreciadas. Por exemplo, imagens do lobo-guará, do pato mergulhão e do tatu bandeira aparecem nas cartilhas e no site do Instituto como associadas ao Parque. Ao mesmo tempo, plantas exóticas, animais domésticos e mesmo seres humanos (em suas práticas cotidianas), são tomados como uma ameaça à reprodução de uma natureza pura, que não deve ser interrompida. Como disse um fiscal local: “O ICMBio tem que assumir a propriedade e regularizar o uso [da área do parque]. O homem não vai ficar quietinho ali. Ele vai se mexer”.

Assim, técnicos do Instituto, apoiados em normatizações jurídicas e científicas que visam manter o controle sobre a biodiversidade, defendem a retirada imediata das atividades econômicas e populações, menosprezando aqueles que ali vivem, assim como elementos culturais de diferentes grupos étnicos. E investem contra os modos de trabalho locais e seus instrumentos – notadamente aqui o fogo, alvo preferencial dos estigmas de destruição, mas também o extrativismo –, considerados como símbolos do homem primitivo e causa do extermínio das florestas. Tentam, assim, estabelecer nesses locais um domínio isolado da natureza através da técnica, como atesta, por exemplo, o plano de manejo

42 Descrevendo as formas de legibilidade do estado em seus modos de operar, Scott (1998) analisa a invenção da ciência florestal (scientific forestry) no final do século XVIII, como um processo que representa metaforicamente uma lente fiscal concebida dentro de uma ordem social planejada, esquemática e simplificadora.

do PNSC, abordando a necessidade de “Sistemas Especialistas de Informática para colaborar na tomada de decisão, análise de riscos e simulação do comportamento do fogo”.

Essa abordagem implica na amputação da capacidade das comunidades locais em definir e governar suas próprias vidas. Tudo isso em nome do bem alheio, associado a uma temporalidade futura, como indica uma placa na entrada do parque, “conservando para as próximas gerações”, ou a fala de um dos fiscais:

Se não tiver conflito não é parque. E é assim no mundo todo. A sociedade tem o direito à unidade de conservação, mas ninguém quer um parque no quintal (...). Temos uma visão a longo prazo, somos treinados para ver daqui a 50, 60, 70 anos. O político ou produtor só vê o agora.

Como afirma Scott (1998), o que é distintivo desta lógica de planejamento estatal é a estreiteza de seu campo de visão e a forma como se impõe às populações submetidas. No caso analisado, as ciências biológicas tornam-se instrumento de poder, utilizado contra as comunidades locais e sua pretensa “irracionalidade”. Tais gestores apontam a “deficiências” das técnicas, mas pouco ou nada conhecem sobre sua relação com as instituições sociais e com o modo de organização de vida local.

### **Observações finais: desobediência, resistência e alianças**

Na parte inicial do texto trabalhamos com a ideia de agência de seres microbiológicos no queijo e como ela legitima a entrada de um tipo de profissional com poder de criar normas e fazer com que elas sejam cumpridas, chamada de microbiopolítica. Na segunda parte, focamos na agência de uma biodiversidade do parque (algo que também só pode ser medido por especialistas) e em como ela legitima a entrada de um outro tipo de outsider com um poder de normatização para manter certos organismos (intocados) no local.

Procuramos demonstrar como as duas questões estão imbricadas em formas de racionalização e instrumentos de poder que movem as discussões do campo da política para o reino da técnica (Ferguson 1990), delegando a profissionais especializados, que partem de saberes institucionalizados, fazer as escolhas sobre organismos (germes, plantas, animais) que devem viver ou serem eliminados. Através desses agenciamentos, fazem julgamentos morais sobre as populações locais (o atraso, a cobiça, a ignorância e a recusa em aceitar os deveres sociais) a fim de tratá-las e reformá-las. E assim interferem no futuro de grupos sociais inteiros.

Na base da construção destas representações e normas jurídicas estão modelos de significação simbólica, construídos concomitantemente com a consagração de sociedades

científicas (Almeida 2008) e com a formação das administrações burocráticas do Estado moderno. Estas surgem estreitamente associadas a uma “crença” fundada na razão (L’Estoile 2003), um saber “desinteressado” e logo mais nobre, que exerce sua dominação se opondo a outras formas de saber pretensamente “irracionais”.

Nesse contexto, como afirma L’Estoile (2003), a própria prática de uma atividade científica, não importando seu objeto (nem seus resultados), adquire o sentido de justificação de uma superioridade social. Importa menos a utilidade direta da prática científica que o próprio fato de esta aparecer como uma manifestação da qualidade intelectual superior dos técnicos, o que conduz à legitimidade de sua dominação, efetivada pela razão, garantindo a ilusão de sua eficácia e adquirindo o monopólio da autoridade na elaboração de normas jurídico-legais.

Essa planificação, no entanto, enseja falhas (Scott 1998). Ao mesmo tempo em que as comunidades destas localidades são muito afetadas pela institucionalização e regulação, imprimem formas de resistência às alterações no seu modo de vida, ainda que sob relações desiguais de poder, fazendo com que a dinâmica social negue, cotidianamente, a ordem utópica das coisas expressas em estados estáveis e definitivos de representações. As respostas da população local a tal processo têm se dado, dentre outros modos, por meio da continuidade de suas práticas tradicionais, cada vez mais ilegalizadas. Conforme disse um morador da Canastra: “não existe jeito de acabar nesta nossa região com fazedor de queijo e com queimador de campo (...). Isso não acaba, é tradição que vem há milhões de anos”. Mas também pela busca de alianças com diferentes esferas de poder, explorando controvérsias entre cientistas e mesmo entre diferentes instâncias e órgãos reguladores do Estado, com disputas via judiciário e tentativas de alterar legislações.

No caso do PNSC, a tramitação de centenas de ações judiciais envolvendo a comunidade local se transformou no maior processo de conciliação em tramitação atualmente na justiça do país, intitulado: “Canastra: Justiça e Reconciliação”. Audiências Públicas têm acontecido, abrindo um acirrado espaço de negociação, com os moradores que reivindicam reconhecimento como comunidade tradicional (Canastreiros) e o direito de permanência, ao mesmo tempo que apontam falhas na gestão do poder público ao afirmar que após a criação do parque o número de incêndios aumentou na região e que aquilo que os gestores fazem ali não é preservação ambiental. Processo semelhante tem se dado na permanência da produção, consumo e comercialização dos queijos, com disputas pela criação de “leis de exceção” para modos de fazer os queijos artesanais, questionando o padrão industrial-sanitário imposto pelo estado:

Deveriam pelo menos pegar essas pessoas que vão trabalhar com queijo de leite cru e dar uma noção do que é o leite cru. Eles são muito bons no que eles foram catequizados, para trabalhar com o leite da indústria. Mas quando eles pegam para trabalhar com nosso queijo de leite cru, eles não têm noção. E precisavam ter o mínimo de noção. Deveriam ter o bê-a-bá para não acontecer aquilo que está acontecendo com a gente hoje. Aí você tem, desde 2000, que tem esse programa<sup>43</sup>, com vinte ou trinta cadastrados em 400, 500 produtores na região (Luciano Carvalho, produtor rural, novembro de 2015).

Sobre as esferas patrimoniais, vale dizer que as categorizações (natural e imaterial) não fazem sentido dentro da lógica dos atores locais. Para estes, não existe a manutenção de patrimônio ambiental sem pessoas, do mesmo modo que não existe patrimônio imaterial sem uma base territorial para sua elaboração a partir de práticas tradicionais. A ideia desse aparato conceitual compartimentado de patrimônios – onde se fala de modo de produção sem território e territórios sem população –, também construído e instituído pelo poder público, se atrelada a outras inadequações não fazem sentido em um universo local em que diferentes relações estabelecidas se sobrepõem às estruturas técnicas<sup>44</sup>.

Porém, como disse um produtor, durante uma reunião de salvaguarda do produto, isso não tem sido levado em conta: “Talvez a participação de um produtor [na reunião] seja muito importante para algumas pessoas, mas existe esse resquício de colonização que ainda é muito forte. Se não tiver um doutor para avaliar, a fala do produtor fica em xeque”. Ou como disse outro produtor, perguntado sobre o porquê dos órgãos ambientais não aceitarem as argumentações da população local: “não tem conversa: se não tiver diploma, eles não escutam”.

## Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner. 2008. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas.

---

43 Refere-se ao Programa Queijo Minas Artesanal, do governo do estado, que tem como objetivo apoiar a legalização da produção e comercialização, o que se dá através do cadastramento de produtores no órgão responsável (o IMA).

44 No âmbito das contradições internas que envolvem órgãos públicos, incluindo aquelas que tratam da questão patrimonial, vale ressaltar que o Brasil criou em 2009 um instrumento nacional de reconhecimento das “paisagens culturais brasileiras”, baseado no modelo de “paisagens culturais” da Unesco, que valoriza as inter-relações entre homem e meio ambiente e abarca também as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar, denominado “chancela” e regulado pela Portaria nº 127 do Iphan. Porém, ainda persiste internamente aos institutos uma forte dissociação entre patrimônios natural e cultural, assim como entre material e imaterial, com a avaliação e julgamento desses bens sendo realizados por grupos distintos de especialistas.

BARBOSA, Cristiano. 2007. *Território de Vida e Trabalho dos Pequenos Produtores de Queijo da Serra da Canastra: um estudo sobre a relação entre produção camponesa e espaços naturais protegidos nas nascentes do Rio São Francisco, Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências (SNUC). Brasília, 18 jul. 2000.

CINTRÃO, Rosângela. 2016. *Segurança, qualidade e riscos: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas*. Tese de doutorado. CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CRUZ, Fabiana T. 2012. *Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS*. Tese de doutorado. PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUZ, Fabiana; SCHNEIDER, Sergio. 2010. “Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais”. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 5(2): 22-38.

DELFOSSÉ, Claire. 2007. *La France Fromagère (1850-1990)*. Collection pluridisciplinaire du Laboratoire d'études rurales (Université Lyon-INRA). Paris: La Boutique de l'histoire Éditions.

DIEGUES, Antonio Carlos. 2001. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, USP.

DOUGLAS, Mary. 1976. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. São Paulo: Editora Perspectiva.

ESCOBAR, Arturo. 1995. *Encountering Development. The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press.

FERGUSON, James. 1990. *The Anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.

FOUCAULT, Michel. 2001. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 14 ed., Rio de Janeiro: Graal.

\_\_\_\_\_. 2008. *Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

LATOUR, Bruno. 1988. *The pasteurization of France*. Cambridge and London: Harvard University Press.

L'ESTOILE, Benoit de. 2003. “Ciência do Homem e Dominação Racional”. In: L'Estoile, B., Neiburg, F. e Sigaud, L. *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.

LEUZINGER, Márcia D. 2009. *Natureza e cultura: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais residentes*. Curitiba: Letra da Lei.

MEDEIROS, Marcelo B; FIEDLER, Nilton C. 2004. “Incêndios Florestais no Parque Nacional da Serra da Canastra: desafios para a conservação da biodiversidade”. *Ciência Florestal*, 14(2):157-168.

MENESES, José Newton Coelho. 2006. *Queijo artesanal de Minas – Patrimônio cultural do*

*Brasil*. Dossiê interpretativo – Vol 1. Belo Horizonte: IPHAN.

ORTEGA, Antonio Cezar; BORGES, Michele Silva. 2012. “Codex Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade”. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 19(1): 71-81.

PAXSON, Heather. 2008. “Post-pasteurian cultures: the microbiopolitics of raw-milk cheese in the United States”. *Cultural Anthropology*, 23(1): 15-47.

\_\_\_\_\_. 2013. *The life of cheese – Crafting food and value in America*. Berkeley: Los Angeles / London: University of California Press.

ROSEMAN, Sharon. 2004. “Bioregulation and Comida Caseira in Rural Galicia, Spain”. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 11(1): 9-37.

RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. *Novos Estudos CEBRAP*, 80: 109-125.

SANTOS, Laymert Garcia dos. 2005. “Quando o conhecimento científico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil”. In: B. de S. Santos (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp.107-137.

SCOTT, James C. 1998. *Seeing Like a State: how certain schemes to improve human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.

ZHOURI, Andréa; PEREIRA, Doralice B.; LASCHEFSKI, Klemens (orgs). 2005. *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 25 de outubro de 2017.

## Tecnopolítica em laboratórios da Embrapa e florestas de castanha

Magda dos Santos Ribeiro  
Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)  
[magdasribeiro@gmail.com](mailto:magdasribeiro@gmail.com)

### Resumo

A partir de dados preliminares de uma pesquisa recente, o artigo busca avaliar os rendimentos conceituais e descritivos de se tomar a castanha-do-brasil como um artefato que atravessa diferentes maneiras de conhecer. Para tanto, o texto volta-se, de um lado, à perspectiva de povos castanheiros por meio de pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2011 e 2014 junto aos habitantes da Comunidade São Francisco do Iratapuru, porção oriental da Amazônia Brasileira. De outro, dirige atenção para o conhecimento científico produzido pelos laboratórios da Embrapa, em pesquisas dedicadas ao mapeamento de castanhais nativos e à caracterização social, ambiental e econômica de sistemas produtivos de castanha-do-brasil por meio de modelagem e tecnologias digitais. A castanha-do-brasil é tomada como a protagonista principal no estabelecimento de diversas associações por meio de seu ingresso em fluxos, a um só tempo, técnicos e políticos.

**Palavras-chave:** Antropologia; castanha-do-brasil; conhecimento tradicional; ciência e tecnologia

### Abstract

Based on preliminary data, the article aims to evaluate the conceptual and descriptive possibilities of an analysis that takes the Brazil nut as an artifact able to cross different ways of knowing. With this purpose, the paper turns, on the one hand, to the perspective of nut gatherers – inhabitants of the Community of São Francisco do Iratapuru, in the eastern portion of the Brazilian Amazon – through ethnographic research carried out between the years of 2011 and 2014. On the other hand, it draws attention to the scientific knowledge produced by the Embrapa laboratories, in researches dedicated to the mapping of native chestnut trees and to the social, environmental and economic characterization of Brazil nut production systems through modeling and digital technologies. The Brazil nut is taken as the main protagonist in the establishment of several associations by its entrance in flows at once technical and political.

**Keywords:** Anthropology; Brazil nuts; traditional knowledge; science and technology



O presente artigo, fruto de uma pesquisa recente, propõe tomar a castanha-do-brasil enquanto protagonista na constituição de diferentes modos de conhecer por meio de seu ingresso em fluxos compreendidos como tecnopolíticos. De saída, a tecnopolítica pode ser definida como um corpo técnico, uma liga que emerge de um processo de feitura simultaneamente natural e cultural e que compreende a participação de humanos e não-humanos (Mitchell 2002: 50). O termo busca dar conta da presença indissociável da política nas mais variadas técnicas, colocando sob suspeita a noção de que as técnicas resultariam apenas de um conjunto de procedimentos com fins objetivos, os quais encerrar-se-iam em si mesmos.

A intersecção entre política e tecnologia consiste na projeção e no uso de variadas técnicas a fim de incorporar ou estabelecer objetivos que se inscrevem, invariavelmente, em uma dimensão política. Edwards & Hecht (2010: 13) definem a tecnopolítica como “sistemas híbridos de técnicas e práticas políticas que produzem novas formas de poder e agência”. A abordagem destes autores é particularmente abrangente em termos de compreensão da tecnologia e da política enquanto um processo dinâmico e co-constitutivo.

Sabemos, ao menos desde o iluminismo, que o desenvolvimento de novas tecnologias tem sido intimamente associado a ideias universais sobre humanidade, progresso e modernidade. Em geral, os projetos tecnológicos que habitam a política e todos os campos da vida social têm sido repetidamente descritos e documentados pelas ciências humanas. No entanto, e muito particularmente para a antropologia, os desafios em tomar a técnica como indissociável da política poderia ser enfrentado por meio da comparação e do contraste entre diferentes materiais etnográficos e bibliográficos.

Em outros trabalhos (Ribeiro 2016, 2018) dediquei-me a descrever os mecanismos que possibilitavam trocas materiais, morais e econômicas entre instituições diversas e populações amazônicas, colocando em contraste práticas de conhecimento e lógicas de ação baseadas em prerrogativas distintas. Neste artigo, ao dirigir o olhar para a espécie que articulou tais encontros, a castanha-do-brasil, busco avaliar os rendimentos conceituais e descritivos de uma abordagem voltada para seu ingresso em fluxos tecnopolíticos, particularmente de povos castanheiros e de pesquisadores da Embrapa<sup>1</sup>.

A importância da castanha-do-brasil tem sido notadamente reconhecida por suas

---

1 A EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é uma instituição pública de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. Fundada nos anos 70, a Embrapa direciona suas pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias, conhecimentos e informações techno-científicas ligadas à agricultura e pecuária brasileira. Além de representar as políticas e interesses estatais, essa instituição também atua via conhecimento científico especializado a fim de desenvolver tecnologias e práticas que possam colocar em marcha os projetos e parcerias comerciais e econômicas entre estado e instituições diversas.

características organolépticas, sociais, econômicas e biológicas. Seu estudo possibilita ver regimes de saberes e práticas de conhecimento específicas que ampliam e, simultaneamente, aprofundam importantes questões acerca da organização social, técnica, política e econômica de populações florestais, bem como sobre os efeitos do conhecimento científico e da tecnologia na vida desses povos. Tais práticas, por sua vez, são consideradas relacionais à medida que adquirem sentido por meio de diferentes processos associativos. As práticas de conhecimento não descrevem um mundo pré-existente, mas constituem, via manuseio e intervenção, uma pluralidade de mundos. Toda e qualquer descrição de mundo, nessa perspectiva, não esgota outras possibilidades explicativas; a construção é tomada como criação (prática) de realidades, as quais se relacionam senão pela experiência (Ingold 2000), nesse caso particular, com a castanha-do-brasil.

Nessa direção, compreender a tecnopólitica presente nos diferentes modos de conhecer atravessados pela castanha-do-brasil encaminha uma agenda de pesquisa que promove contrastes, aproximações, afastamentos e comparações entre diferentes práticas de conhecimento. Descrevê-las tem a intenção mais abrangente de promover uma desestabilização permanente do pensamento, um procedimento que faz proliferar as possibilidades, ainda que se tornem visíveis justamente por meio do conflito de pressupostos.

O texto, portanto, é desenvolvido por meio de um duplo esforço descritivo e analítico. Por um lado, das práticas de conhecimento de povos castanheiros, particularmente aquelas investidas na atividade de *subida*. O termo *subida* é usado pelos castanheiros para fazer referência à travessia realizada anualmente rumo ao interior das florestas de castanhas, também chamadas castanhais. Partem da comunidade para os castanhais da família, onde permanecem acampados de 1 a 4 meses trabalhando na coleta da castanha. Embora uma tendência aponte para a redução do tempo de permanência no interior das colocações florestais, a *subida* continua sendo um modo fundamental de relacionamento com as florestas de castanhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru (RDS Iratapuru/Amapá). Por outro lado, o texto descreverá parte dos conhecimentos produzidos por técnicos, pesquisadores e cientistas, envolvidos nos projetos *MapCast* e *EcogenCast*, ambos liderados pela Embrapa e dedicados respectivamente ao i) mapeamento de castanhais nativos e à caracterização social, ambiental e econômica de sistemas produtivos de castanha-do-brasil por meio do uso de modelagem e tecnologias digitais e ii) ao conhecimento da Ecologia e genética da castanheira como subsídio à conservação da espécie.

A hipótese aqui delineada sugere que a castanha não possui uma essência ou função particular, mas se designa e se faz na interação com outros seres, entendida, portanto, como uma entidade híbrida. Tal hibridismo desloca a castanha do pólo natureza – se a

abordamos por meio de seus processos sociais de dispersão amazônica ou pelas tentativas de domesticação da espécie –, mas também a desloca do pólo cultura – se observamos seus mecanismos de co-produção com abelhas, macacos e cotias, por exemplo. Logo, trata-se de conhecer as diferentes maneiras de conhecer a castanha-do-brasil em suas diversas associações.

Cientificamente nomeada *Bertholletia excelsa*, a castanha-do-brasil se consolidou como uma das principais espécies botânicas no país no contexto de proteção da sociobiodiversidade brasileira, em particular, por sua capacidade única de ser convertida em uma importante fonte de renda para povos da Amazônia, não apenas para aqueles que se designam *castanheiros*, e que habitam as RESEX (Reservas Extrativistas) ou RDS (Reservas de Desenvolvimento Sustentável), mas inúmeras outras populações indígenas e quilombolas<sup>2</sup>. Apesar disso, o tema do extrativismo florestal, em especial relacionado à castanha-do-brasil, ainda é bastante incipiente na antropologia brasileira. Este artigo, portanto, oferece alguns apontamentos acerca das problemáticas diretamente ligadas à existência de povos extrativistas, ao conhecimento que possuem sobre a biodiversidade de seus territórios e às complexas conexões tecnopolíticas entre seus saberes e os saberes científicos.

### **Castanha-do-brasil: natureza, cultura e tecnopolítica**

Os povos que habitam as áreas e arredores onde se localizam imensos maciços de árvores castanheiras possuem uma maneira própria de compreender os efeitos das ações humanas e não-humanas na dinâmica da vida florestal<sup>3</sup>. Para essas populações, as castanhas são uma importante fonte de alimento para humanos e animais, entrelaçam e possibilitam relacionamentos entre diferentes espécies e, sobretudo, têm um potencial de conversão extremamente apreciado. A importância da castanha-do-brasil como um sistema, a um só tempo, social e econômico, possibilita sua conversão não apenas em bens materiais, chamados pelos castanheiros *mercadorias*, mas também permite a manutenção

2 Para exemplificar e sendo realmente sucinta, os quilombolas de Oriximiná, no baixo rio Trombetas, estão há anos na luta por seus direitos territoriais associados ao extrativismo de castanha (Scaramuzzi 2016). Daniel Munduruku e o grupo de índios da Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW) têm frequentemente solicitado apoio do Governo Federal para continuarem com a extração da castanha-do-brasil, uma das mais importantes fontes de renda desse grupo. A castanha também tem se configurado como uma importante forma de manutenção cultural para as etnias envolvidas no projeto Sentinelas da Floresta, Apiaká, Caiaby, Munduruku e Cinta Larga.

3 Abordo tal dinâmica como um tipo de saber local ou localizado. Essa abordagem é tributária das contribuições de Manuela Carneiro da Cunha (1999), para quem, muito embora usemos com frequência o termo *conhecimento tradicional* para falar dessas populações, estamos falando da produção de saberes localizados em contextos específicos e que possuem de modos de ver e sentir igualmente particulares.

de vínculos entre humanos, animais e plantas (Ribeiro 2016). A relação de intimidade que estes povos mantêm com os territórios habitados, aliada a fatores históricos e às lutas destas populações e daqueles que as apóiam, tem garantido o direito à floresta e a manutenção de seu modo de vida (Almeida 2004).

Desde diferentes disciplinas e abordagens nas ciências humanas, a castanha-do-brasil tem sido descrita enquanto uma das mais importantes espécies botânicas para a economia e para a vida amazônica. Sua centralidade para estabelecer circuitos de troca e reciprocidade (Narahara 2012), para a consolidação de cadeias produtivas (Vilhena 2004), na problematização territorial por diferentes grupos (Sauma 2009), na forma como relaciona populações florestais e diferentes instituições (Greissing 2012; Le Tourneau & Greissing 2010) e nas concepções relativas às formas de socialização com a floresta (Scaramuzzi 2016), torna evidente sua relevância enquanto entidade capaz de instaurar modos de conhecer que a ela se atrelam e dela interdependem. Nessa direção, e em razão de seu hibridismo, não seria possível descrever uma castanha (natural) e suas possíveis formas de representação (cultural), mas, em seu lugar, ela será tomada como uma entidade complexa, circulante e participativa, simultaneamente natural/cultural, e objeto/sujeito de intervenções tecnopolíticas.

Essa abordagem é inspirada no relacionamento ambíguo e compósito entre castanheiros e castanhas, coabitantes das densas florestas dos Jarí. Como argumentei (Ribeiro 2016) a *subida* anual aos castanhais é a mais fundamental atividade exercida pelos castanheiros do Iratapuru. Da *subida* dependem e irradiam todas as demais atividades. No interior das florestas de castanha da Reserva, os castanheiros monitoram as árvores a fim de saber se na próxima safra haverá muita ou pouca castanha, observam o andamento da roça e das plantações realizadas na área do castanhal, verificam o estado dos seus barracões, fazem melhorias e manutenção antes da coleta anual, e, no momento adequado, realizam o trabalho de *catar*, *amontoar*, *quebrar* e *arriar* as castanhas. As florestas de castanhas da Reserva do Iratapuru localizam-se em áreas de densa vegetação e são alcançadas por meio de viagens que levam horas ou dias de navegação pelos afluentes do Rio Jarí.

Preparar a *subida* anual é, sem dúvida, a atividade que mais exige e entusiasma os castanheiros. Nos meses de janeiro e fevereiro a família avalia se poderá ou não subir ao castanhal naquele ano. Nesses meses, o fruto lenhoso da castanheira, abrigado no interior de espessos ouriços amadeirados, está totalmente formado e pronto para se deprender da árvore mãe. Entre as castanheiras, a fase de floração é concomitante à fase final de maturação dos ouriços, isto é, à medida que as árvores florescem, os ouriços começam a ser jogados pelas castanheiras. Justamente por isso, os castanheiros sobem aos castanhais

somente a partir do final do mês de março, quando a queda dos ouriços, nessa região, já terminou. Em geral, subir aos castanhais e lá permanecer é um empreendimento caro e exigente. Quanto maior a distância entre castanhal e Vila, mais dispendiosa e trabalhosa será a *subida*.

São muitos os sentidos contidos na tarefa de *subida*. Ao subirem, as famílias revivem a época em que habitavam os castanhais como um importante modo de fortalecimento e de manutenção de sua identidade como castanheiros<sup>4</sup>. Além disso, a rotina na mata é muito diversa daquela vivida na Vila Iratapuru. Há um tipo de interação específica e de vinculação íntima entre aqueles que partilham as semanas ou os meses no castanhal. Subir ao castanhal é também o modo como os mais jovens – filhos, afilhados, sobrinhos e aprendizes –, podem conhecer o trabalho de extração e todas as suas implicações. Há muito para se fazer na mata: comer animais raramente encontrados nos arredores da comunidade, buscar plantas e remédios específicos das áreas dos castanhais e, não menos importante, voltar com as castanhas coletadas e convertê-las em bens, e objetos desejados.

Caberia aqui dar ênfase ao conjunto de técnicas desenvolvidas pelos castanheiros e que viabiliza a atividade extrativista. Dentre elas, uma das mais fundamentais é a fabricação artesanal de barcos e batelões usados para o transporte de pessoas e para o carregamento de toneladas de castanhas. Os batelões são embarcações robustas, levam meses para serem artesanalmente fabricados e são imprescindíveis para carregar grande quantidade de peso, ao mesmo tempo em que são adaptados para a navegação nos afluentes acidentados do rio Jarí, caracterizado por inúmeras gargantas hídricas, igarapés fechados e *pedrarias* arriscadas. Não são raras as vezes em que os castanheiros precisam retirar todas as sacas de castanhas do barco e carregá-las nas costas, juntamente com o barco, a fim de transpassar por terra as áreas de navegação demasiadamente perigosa.

---

4 Entre os anos 70 e 80, a maioria das famílias que hoje vive na Vila São Francisco do Iratapuru encontravam-se espalhadas ao longo das margens dos rios Iratapuru e Jarí, dispersas em colocações florestais pelos inúmeros igarapés que afluem destes rios. No começo dos anos 90, 27 famílias se reuniram com a intenção de formar uma cooperativa para comercialização da castanha, formando, assim, a Vila São Francisco do Iratapuru e a COMARU – Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru.



**Figura 01.** Fabricação artesanal de Batelão.  
Fonte: Arquivo da COMARU, 2011.



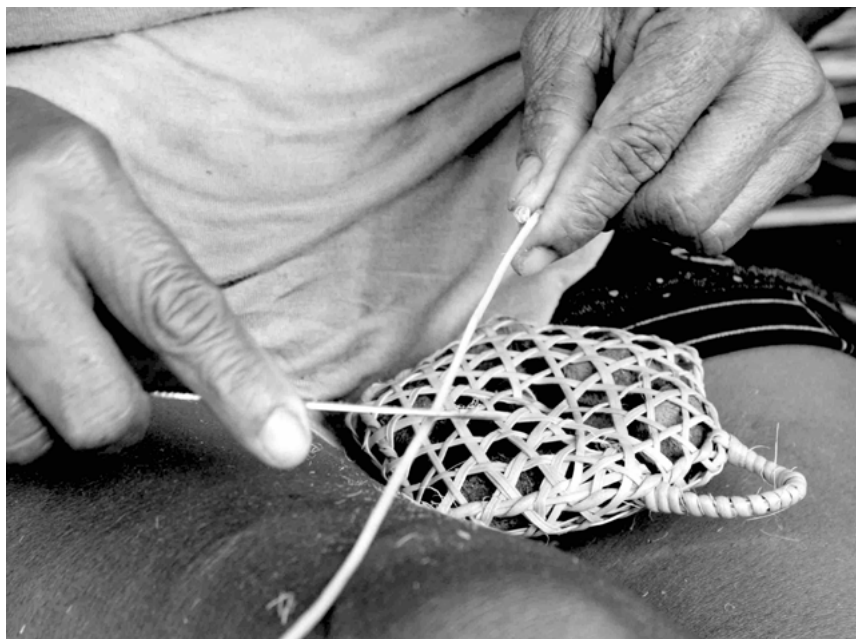
**Figura 02.** Fabricação artesanal de estrutura de Batelão.  
Fonte: Arquivo da COMARU, 2011.



Além da fabricação de barcos, dedicam-se também à confecção de cestos, peneiras, *paneros*, *jamaxis* – cestos para carregar carne de caça – e *cambitos*, espécie de tridente para pegar os ouriços do chão e arremessá-los ao *panero* preso às costas. Esses artefatos são feitos a partir do cipó *titica*, material resistente e abundante na região, e são considerados instrumentos indispensáveis ao trabalho de *catar*, *separar* e *arriar* as castanhas.



**Figura 03.** Reunião para fabricação de cestos e paneros.  
Fonte: Fotografia da autora, 2014.



**Figura 04.** Trançado e trama na fabricação de artefatos.  
Fonte: Fotografia da autora, 2014

Observamos, nas imagens acima, castanheiros reunidos no jirau para confecção de paneros – cestos usados para carregar os ouriços coletados – e peneiras, usadas para lavar as castanhas no rio, separando as *boas* e descartando as *chochas*. Em detalhe (figura 04), dona Terezinha de Jesus prepara *segredos*, pequenas estrelas feitas de cipó *titica*, as quais contêm dentro de si castanhas cuidadosamente selecionadas. O segredo consiste em abrir o invólucro sem desmanchá-lo ou rompê-lo, encontrando a ponta solta do cipó que deu início à trama. É uma espécie de brincadeira feita para as crianças e visitantes. O jogo contém, com efeito, a capacidade de compreensão sobre como se dá o entrelaçamento das fibras e suas regras de execução na fabricação desta e de outras formas.

Se a fabricação de instrumentos, ornamentos e embarcações é importante, caberia descrever também aquela que me parece ser a mais fundamental técnica na constituição da atividade ligada à extração de castanha e que envolve de maneira complexa a vida dos castanheiros. O corpo, sem embargo, é produzido ao longo dos anos e por meio das diversas atividades com as quais os moradores do Iratapuru se envolvem desde muito cedo.

Sabá, castanheiro experiente, decidiu passar a carregar seu neto de pouco menos de três anos consigo ao chegar a conclusão de que o menino estava muito *mole*: “por qualquer coisa esse menino chora e pede colo, está muito *mole*, resolvi que agora vou levar ele comigo por aí, fazer esse menino ficar *duro*” (Sebastião Freitas, relato de trabalho de campo, 2011). Em uma de nossas viagens de barco, o pequeno ficava no colo no avô, sentado



à popa, enquanto este liderava o motor da embarcação e indicava para o neto as direções e os cuidados com o movimento do barco. Ao atracar, o menino fora lançado ao rio, sendo desafiado a chegar sozinho até a margem, enquanto o avô lhe oferecia palavras de encorajamento. Na imagem abaixo observamos Sabá muito à frente, carregando madeira para um de seus trabalhos de reparo, e o pequeno neto a seguir o avô, carregando consigo uma madeira de igual tamanho e peso.



**Figura 05.** Avô e neto carregam madeira.  
Fonte: Fotografia da autora, 2011

Marcel Mauss (2003 [1934]), em um texto seminal sobre técnicas corporais, relacionou a noção de técnica ao primeiro objeto técnico de que dispõem os homens:

O corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é o seu corpo (...) Antes das técnicas de instrumentos, há o conjunto de técnicas do corpo (2003: 407).

O conhecido trecho proporcionou à antropologia o alargamento teórico da noção de técnica, reelaborada posteriormente em termos de tecnologia por Pierre Lemonnier: “[tecnologia é] todo comportamento social humano que busca promover a comunicação e a interação de um grupo por meio de seus artefatos materiais” (1993: 02). Isso quer dizer que a tecnologia deve ser pensada, sobretudo, como um tipo de produção social e de escolha de certas técnicas em detrimento de outras. Tais escolhas, com efeito, inscrevem-se em uma dimensão política, e por essa razão o termo *tecnopolítica* aparece como conceitualmente interessante para pensarmos sobre o modo de conhecer aqui descrito.

Caberia, contudo, explicitar a *maneira* como abordo a dimensão política no interior das atividades de coleta de castanha e no modo de vida castanheiro de maneira mais ampla. A possibilidade que temos no horizonte foi chamada por Isabelle Stengers (2005) de *proposta cosmopolítica*. Grosso modo, o termo cosmopolítica é uma espécie de bandeira de alerta que nos impede de submergir a lógicas dominantes. Essa proposta se dispõe a pensar os limites, as circunstâncias cósmicas, os regimes de imanência, para, a partir desse reconhecimento, propor convergências possíveis. A cosmopolítica é, portanto, um tipo de enfrentamento que luta contra a unificação do mundo e o apagamento da diferença. É por esse prisma que poderíamos compreender tal dimensão política: ela se insere na vida dos castanheiros por meio do cotidiano, do banal, do corriqueiro, e propicia uma maneira bastante particular de dar manutenção ao seu modo de vida.

Ainda nessa direção, a tecnopolítica envolvida nos mais diferentes aspectos da vida e sociabilidade de povos castanheiros aponta para noções econômicas, morais e estéticas presentes em sua maneira de conhecer. Os bens materiais que fabricam possuem formatos, cores, tamanhos e aspectos estéticos específicos, e estão adaptados ao tipo de atividade que desempenham. São como as proas das canoas estudadas pelo antropólogo Alfred Gell (2005), por exemplo, muito mais trabalhosas e que demandavam muito mais tempo de construção do que os próprios barcos aos quais eram acopladas. Não seria possível realizar a navegação sem essas proas, já que elas ofereciam um tipo de comunicação indispensável: diziam quem estava chegando e de onde vinha, bem como as hierarquias de poder e prestígio expressas na exibição destas proas. Assim, muito embora a atividade de extração de castanha tenha sido vista por alguns analistas (Le Tourneau & Greissing 2010) como muito pouco rentável em termos financeiros, seu valor incorpora elementos outros que estão para além do cálculo racionalista.

Sautchuk (2010) foi hábil em demonstrar que o alargamento da noção de técnica possibilitou à antropologia conferir equivalência ao modo como um “índio trança um cesto, o cientista observa um macaco ou um casal se envolve em procedimentos de reprodu-

ção assistida” (2010: 02). É assim, portanto, que ciência e técnica não demarcam, necessariamente, um objeto empírico, mas são as ações tomadas como categorias analíticas que orientam o olhar do antropólogo. Os castanheiros e todo o aparato tecnológico por eles desenvolvido aparece como fundamental à sua atividade e ao seu modo de existência.

Por meio dessas técnicas, as quais se conformam como um conjunto tecnopolítico que envolve e possibilita a atividade extrativista, os castanheiros têm buscado tornar sua atividade menos dispendiosa, fazendo com que a castanha amplie seu potencial de conversão em *mercadorias* e bens materiais. No entanto, a dificuldade em cultivar árvores castanheiras nos arredores da comunidade, a distância em que se localizam e os custos relacionados ao percurso para buscá-la e torná-la comercializável fazem com que a extração de castanha seja, com efeito, um sistema perpétuo de débitos-créditos, de pagamentos e contração de novas dívidas. Esse sistema consolidou-se no período de aviamento e posteriormente se alastrou, demarcando moralmente muitas das relações estabelecidas entre castanheiros e outras instituições (Ribeiro 2016). É esse sistema, portanto, que há décadas integra e constitui os fluxos tecnopolíticos de povos extrativistas, onde patrões, aviadores, regatões e instituições diversas o estendem por entre políticas estatais e pelo interesse de empresas privadas na compra da castanha-do-brasil.

Encontrar formas de obter maior controle sobre a castanha não inquieta apenas os castanheiros e aqueles com quem estes se relacionam em suas negociações e parcerias. Ao longo das últimas cinco décadas muitos foram os experimentos e esforços de instituições científicas e de pesquisa em domesticar as árvores castanheiras com objetivo de obter maior controle sobre sua dispersão e produtividade. A castanheira tende a se dispersar por meio da coabitação e colaboração com outras espécies – humanos, mas também cotias, macacos e abelhas. O uso de tecnologias de manejo ambiental, principalmente aquelas ligadas ao sistema agrícola de corte e queima, pode fornecer condições ecológicas favoráveis às castanheiras, mas isso somente se dá, segundo os castanheiros, em áreas de pequena extensão. Desse ponto de vista, a castanheira tem oferecido resistência à sua domesticação e controle produtivo.

Em 1972, a Embrapa publicou um relatório preliminar de pesquisa, avaliando o fato da produção de castanha-do-brasil ser exclusivamente proveniente do extrativismo florestal, o que poderia dificultar a otimização dos processos produtivos dessa cultura. Nessa época, a técnica da enxertia<sup>5</sup> aparecia como uma possibilidade viável para uniformi-

5 Enxertia é uma técnica de melhoramento genético que consiste em implantar parte de uma planta viva em outra planta de igual ou diferente espécie, com a finalidade de propagar determinadas variedades. Nesse processo, a planta introduzida (enxerto) tem a função de fornecer as melhores características aos frutos, ao passo que a planta receptora (porta-enxerto) é responsável pelo suporte

zar as plantações e selecionar precocemente as variedades mais produtivas. No entanto, experimentos com a castanha-do-brasil foram repetidas vezes mal sucedidos e a prática de enxertos acabou acarretando em doenças e na morte de diversas mudas. O mencionado estudo faz parte do vasto acervo de pesquisas que a Embrapa vem produzindo, desde então, sobre a castanha-do-brasil. A importância da castanheira e de seus frutos fomentou investigações interessadas em desenvolver conhecimentos específicos sobre inúmeros aspectos dessa espécie botânica, tais como identificar suas sub-espécies, conhecer o período de floração e modos de polinização, domesticar e melhorar a produção, controlar fungos e pragas, fortalecer a cadeia produtiva, analisar sua viabilidade econômica em mercados nacionais e internacionais, desenvolver técnicas de manejo sustentável, conhecer a composição nutricional da castanha, mapear as castanheiras via imagens por satélite e criar redes neurais para identificação de castanhas<sup>6</sup>. Todas essas iniciativas de produção de conhecimento científico sobre a castanha-do-brasil têm contribuído de maneira consistente para sua valorização social e econômica no Brasil e no mundo.

Desse ponto de vista, o empreendimento da Embrapa é técnico, mas também político. Trata-se de uma política voltada para o fortalecimento dos sistemas brasileiros agro-produtivos visando sua participação no mercado nacional e internacional. Por se tratar de uma espécie brasileira de grande apreço mundial, os esforços desenvolvidos pela Embrapa vão em busca de obter seu controle produtivo e expansão mercadológica. Atualmente, uma equipe de pesquisadores da Embrapa dedica-se ao projeto de *Mapeamento de Castanhais Nativos e Caracterização Socioambiental e Econômica de Sistemas de Produção da Castanha-do-brasil na Amazônia* (MapCast), cujo objetivo central é desenvolver estudos aprofundados acerca dos ambientes naturais de ocorrência de castanheiras, apoiando ações de manejo e buscando ampliar o conhecimento das diversas relações sociais e econômicas envolvidas nesta atividade extrativista. O MapCast promove avaliações bióticas e abióticas do ambiente onde as castanheiras se desenvolvem ao utilizar modernas tecnologias digitais para desenvolver metodologias que mapeiem e modelem as ocorrências da espécie na Amazônia. Sensores remotos de alta resolução, tecnologia de laser scanner, dentre outros, são alguns dos aparatos científicos imprescindíveis para que os pesquisadores possam conhecer a castanha. Além desses aspectos, o projeto se dedica a compreender a organização social e econômica das diversas comunidades extrativistas de castanha-do-brasil, bem como o estatuto fundiário das áreas onde realizam coleta.

e pelo abastecimento de água e nutrientes essenciais.

6 Na base de dados da Embrapa, considerando artigos, livros e publicações científicas sobre a castanha-do-brasil, há mais de 300 documentos que abordam diferentes aspectos dessa espécie botânica (cf. comunicação pessoal com Kátia Emídio da Silva, pesquisadora da Embrapa e via acesso à biblioteca virtual: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/>).

Mais recentemente, em 2017, outro grande projeto de pesquisa relacionado à castanha-do-brasil teve início na Embrapa. Trata-se do EcogenCast, interessado em mapear a ecologia genética da castanheira como subsídio à conservação e uso sustentável da espécie. Este projeto envolve nove unidades da Embrapa e será desenvolvido em colaboração com povos e comunidades tradicionais. Segundo Patrícia Costa, coordenadora do projeto, “entre outras questões, esperamos compreender como as populações extrativistas se relacionam com a castanha, em uma perspectiva que integra a ação humana, os diferentes elementos da natureza e os conhecimentos a eles associados”. O projeto será desenvolvido em parceria com a população indígena Wai Wai e permite refletir sobre as formas de associação entre conhecimento tradicional e científico, em um contexto bastante contemporâneo.

Ambos os projetos buscam simultaneamente ampliar e dar continuidade aos esforços da Embrapa em produzir conhecimentos científicos sobre a castanha-do-brasil e a castanheira, ao mesmo tempo em que desenvolve tecnologias de manejo para essa espécie e as dissemina entre diferentes populações indígenas e extrativistas. Poderíamos dizer que há décadas a castanha-do-brasil integra os fluxos tecnopolíticos da Embrapa, os quais são colocados em marcha por meio do conhecimento produzido por pesquisadores, técnicos e cientistas no encontro com a castanha-do-brasil.

Um desses estudos tratou particularmente do problema da divergência genética apresentada na espécie *Bertholletia excelsa*, utilizando na análise marcadores moleculares (Serra et al. 2006). O resumo anuncia a problemática principal trazida à luz pelos pesquisadores:

A devastação de castanhais nativos na Amazônia, devido à implantação de programas de colonização e/ou de atividades comerciais, está provocando a diminuição da variabilidade genética de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), imprescindível na manutenção da diversidade genética da cultura e como base de trabalho para programas de melhoramento, essenciais para a expansão das áreas de cultivo. O presente trabalho teve por objetivo estudar a divergência genética da castanha-do-brasil, utilizando marcadores moleculares RAPO (Serra et al. 2006: 01).

O experimento foi realizado no Laboratório de Biologia Molecular do Núcleo de Biologia Aplicada (NBA) da Embrapa Milho e Sorgo, localizada na cidade de Sete Lagoas/MG. Contou com amostras provenientes do Banco de Germoplasma do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (EMBRAPA/Amazônia Oriental), localizado na cidade de Belém/PA, e outras retiradas de um reflorestamento na cidade de Cláudia/MT. O DNA dessas amostras foi extraído, purificado e quantificado, o que apontou para distâncias

genéticas significativas entre e dentro das *populações* de castanhas estudadas. Tal divergência foi representada no seguinte gráfico:

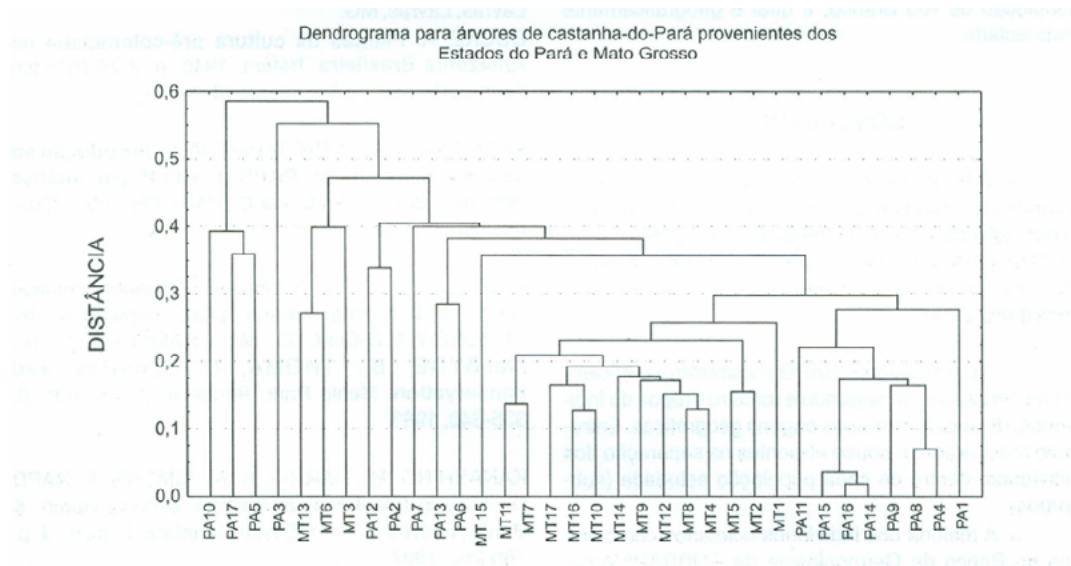


Figura 2 - Gráfico de agrupamento das distâncias genéticas entre indivíduos de castanha-do-brasil, provenientes dos estados do Pará (PA1 a PA17) e do Mato Grosso (MT1 a MT17).

**Figura 06.** Agrupamento e distância genética de castanha-do-Brasil.  
Fonte: Serra et al. 2006: 45.

Anos antes dessa pesquisa, a Embrapa já havia apoiado e participado de inúmeras outras investigações envolvendo a castanha-do-brasil, inclusive aquelas que permitiriam criar seus bancos de germoplasma, como foi o caso dos *Estudos biológicos da Floração e da Frutificação da castanha-do-brasil (Bertholletia excelsa)*, publicado nos anos 80 (Mortiz 1984). A partir desses estudos, a conservação de biótipos abasteceu o banco de germoplasma da Embrapa, coletados principalmente a partir de materiais para enxertos. Segundo o artigo:

A medida mais urgente a ser tomada seria a proteção mais efetiva e a conservação dos bosques nativos de castanha-do-brasil. Para isso seria necessário um mapeamento dos aglomerados mais importantes, assim como uma orientação através de uma instituição de pesquisa agropecuária (Mortiz 1984: 08).

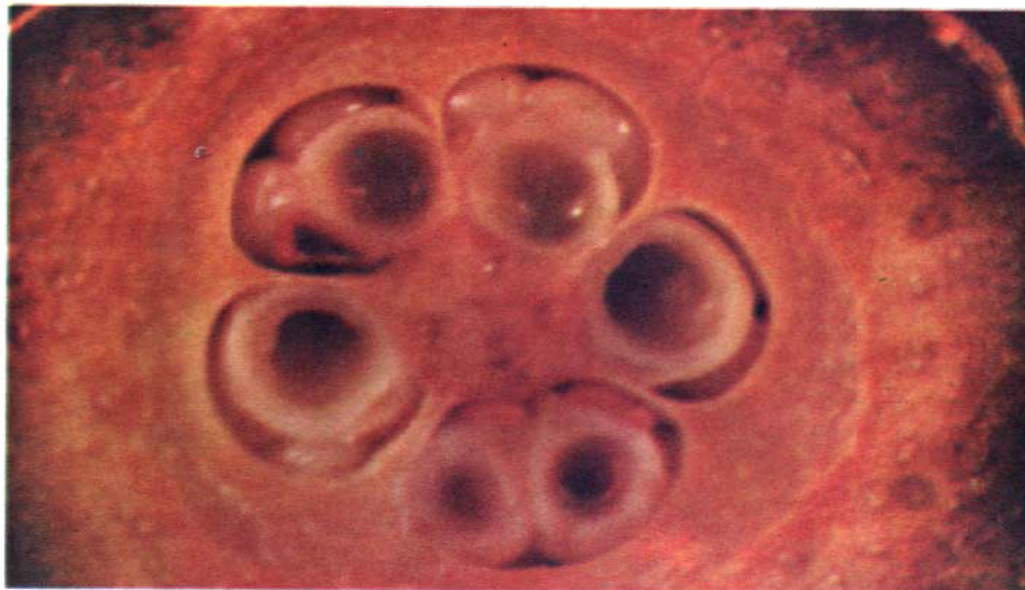
Se por um lado a Embrapa sustentava o argumento de que o mapeamento científico das florestas de castanha seria fundamental para sua conservação, por outro ela tam-

bém afirmava que “somente seria possível [a conservação] mediante a regularização dos direitos de propriedade. Para pequenos agricultores (caboclos) seria vantajosa a criação de uma cooperativa capaz de negociar os preços com os exportadores e, eventualmente, evitar o comércio intermediário.” (Mortiz 1984: 09). Essa pesquisa marcou a aproximação e interesse da Embrapa em dialogar com as populações que viviam da coleta de castanha, fazendo com que fluxos tecnopolíticos que se dirigiam para horizontes distintos pudessem se cruzar.

Uma das razões dessa confluência poderia ser, justamente, o contexto político da época, bem descrito e analisado por Almeida (2004). Se na década de 70 os povos extrativistas eram invisíveis no cenário nacional, como argumentou Almeida, “(...) em vinte anos, os camponeses da floresta passaram da invisibilidade à posição de paradigma de desenvolvimento sustentável” (2004: 33). Entre os anos 80 e 90, a discussão acerca dos direitos territoriais de povos amazônicos intensificou-se, sobretudo em razão das pressões de organizações internacionais e ambientalistas, consolidadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92). Um dos muitos efeitos desses movimentos foram as estratégias sociais e ambientais que transformaram os povos da floresta em paradigmáticas dos movimentos de resistência ecológica, ancorados pela literatura especializada da década de 90.

Se por um lado o estudo de Mortiz (1984) foi hábil em aliar discussões fundiárias e de direitos de propriedade aos resultados de investigações científicas sobre aspectos muito particulares dos processos de floração e frutificação da castanha, por outro, a maioria dos esforços de manipulação e reprodução controlada da castanheira mostraram-se frustradas.





**FIG. 19** Corte transversal de um fruto novo com cinco lóculos:  
— óvulos denegerados  
— zigotos

**Figura 07.** Análise da castanha em corte transversal.  
Fonte: Mortiz (1984: 25).

O estudo coletou frutos novos e os classificou de acordo com seus distintos clones, os quais foram estudados em laboratórios. A estratégia usada pelos pesquisadores foi cortá-los transversalmente e, sob a lupa, contabilizaram os óvulos (zigotos) fecundados e os não fecundados. Outro desafio do estudo foi mapear a polinização espontânea por insetos, concluindo que “no começo do trabalho os insetos visitaram as flores com frequência. Mais tarde mantiveram-se totalmente afastados (talvez tenham sido perturbados pelos trabalhos de polinização dos cientistas).” (Mortiz 1984: 62). Grosso modo, o artigo aponta para as dificuldades e os problemas relacionados à fertilidade e à esterilidade da castanheira, sobretudo em ambiente controlado, visando sua reprodução e conservação. O que tal aproximação aos estudos realizados pela Embrapa sobre a castanha-do-brasil e sua árvore-mãe nos mostra é um método que busca acumular informações e rearranjá-las de maneira a produzir um tipo de conhecimento particular. Esse conhecimento, não raro, é associado ao conhecimento produzido por populações extrativistas, seja para incorporar o saber tradicional às pesquisas científicas, seja para dissolvê-lo por meio do desenvolvimento de técnicas de manejo cientificamente orientadas.

Tal movimento é explicitado, por exemplo, no documento técnico produzido pela Embrapa em março de 2005. O manejo florestal voltado para a produção comercial da castanha-do-brasil é abordado a partir da problemática colocada pelas exigências sani-



tárias do Ministério da Agricultura e de instituições nacionais e internacionais, grandes compradores de castanha. O documento técnico, conforme anuncia, “tem o objetivo de fornecer subsídios para o manejo da castanheira e de seu produto visando uma produção sustentável e de boa qualidade” (cf. Embrapa 2005: 07). Interessante notar que por não se tratar precisamente de um material científico (relatório ou artigo), o documento opta por mesclar dados científicos aos saberes recolhidos junto de populações extrativistas, por exemplo, ao considerar que “tradicionalmente, os extrativistas comentam que a castanheira possui um ciclo de alta produção a cada quatro anos, ou seja, a árvore produz o máximo e depois vai diminuindo, voltando a produzir muito no quarto ano” (Embrapa 2005: 13).

Em seguida, o documento apresenta estudos científicos que não conseguiram confirmar adequadamente a hipótese dos castanheiros, tampouco puderam compreender o porquê da existência de árvores castanheiras saudáveis, com copas bem formadas, e que nunca produziram. Esse tipo de material técnico tem por objetivo treinar os castanheiros e extrativistas a realizar o mapeamento de suas árvores castanheiras, um tipo de controle que leva em conta aspectos distintos das atuais formas de controle desenvolvidas pelos extrativistas, sobretudo, por estar voltada para a quantificação da capacidade produtiva de cada uma das árvores. Se para o controle de manejo científico cada árvore é considerada como um *indivíduo produtivo* e, portanto, mensurável, para os castanheiros, a preocupação é com a saúde e a vida do castanhal como um todo.



**Figura 08.** Recomendação de mapeamento das castanheiras pela Embrapa.  
Fonte: Embrapa 2005: 20.

Esse mapeamento, segundo orientações da Embrapa, poderia ser feito usando bússola ou GPS (Sistema Global de Posicionamento via satélite) e teria a vantagem de facilitar o planejamento das atividades extrativistas e também o controle da produção anual de cada árvore. O DT chama a atenção para a importância de identificação das árvores, com placa ou tinta, e a necessidade de anotar a produção média de cada uma das castanheiras.

Para os extrativistas a referência é menos a árvore como uma unidade produtiva e mais o *pique de castanha*, ou seja, a trilha por eles aberta e que contempla um conjunto de árvores castanheiras. São os piques que possuem nomes (por exemplo, *Pique do Mamuí*, *Pique do cacau*, *Pique da Andiroba*, *Pique da Surucucu*, *Pique da serra do barro amarelo*, etc.) e, portanto, são identificáveis. Além disso, o castanhal não se resume a um ambiente apenas repleto de árvores castanheiras, mas também integra outros ambientes, tais como a área dos barracões, as roças, os locais específicos para caça, dentre outros.

Com efeito, os pressupostos que orientaram a produção desse e de outros saberes pela Embrapa sobre a castanha-do-brasil diferenciam-se dos saberes castanheiros de muitas maneiras. Preservação e produtividade têm sido temas centrais e recorrentes nas pesquisas realizadas pela Embrapa. Para os castanheiros, contudo, a preservação da castanheira não aparece como um objetivo deslocado de outras práticas, mas imbricado a elas. Por exemplo, na manutenção e nos cuidados com seus castanhais, no acompanhamento da floração, na determinação dos piques de castanha. Assim como no plantio de novas árvores em região de melhor e mais fácil acesso, buscando diminuir os custos envolvidos na atividade de *subida* e coleta. Os diferentes fluxos tecnopolíticos dos quais a castanha é protagonista e participante nos encaminha para ordens distintas de conhecimento, muito embora eles possam se comunicar e promover trocas entre si.

As modernas tecnologias de visualização utilizadas pela Embrapa alcançam do infinitamente pequeno, tal como a composição centesimal da castanha-do-brasil – o que permitiu conhecer seu valor nutricional por meio da decomposição de suas propriedades, considerando teor de umidade, sólidos solúveis, acidez, proteína bruta, dentre outros, e as redes neurais artificiais que buscam identificar as diferentes origens da castanha-do-brasil – ao exponencialmente afastado, tal como os sensores remotos de alta resolução, os satélites e a tecnologia de laser scanner, os quais buscam identificar as castanheiras em seu ambiente natural, onde podem estar acompanhadas de uma multiplicidade de até 300 espécies por hectare, como mostram algumas das pesquisas realizadas pela Embrapa (Serra et al. 2006; Andrade et al. 2009; Picanço et al. 2010; Lobato 2009). As pesquisas realizadas pela Embrapa nos ajudam a compreender de que maneira o *modo de ver científico* se desloca por entre diferentes escalas e constrói traduções e modos particulares de

acessar e apreender a vida.

O conhecimento castanheiro também é produto de uma visão muito particular e que requer habilidade com corpos e linguagens, bem como com as diversas formas de mediação das sensações. É justamente na tecnopolítica das perspectivas parciais que encontramos a possibilidade de uma avaliação crítica acerca de diferentes maneiras de ver a vida e de fazer o conhecimento, já que “todo ponto de vista requer instrumentos e técnicas de visão; uma ótica é sempre uma política de posicionamento” (Haraway 1995: 27). É assim, portanto, que o conhecimento aparece como um produto situado em diferentes níveis de articulação e as fronteiras que deveriam separar os humanos, os instrumentos técnicos, os animais e as máquinas, hesitam em fixar-se de maneira rigorosa. Nas palavras de Almeida, “o resultado no horizonte é um imenso coletivo do qual participamos juntos, humanos e não-humanos, organismos e máquinas, ideias e objetos” (2009: 01).

Se por um lado os estudos de ciência e tecnologia, sobretudo aqueles que refletem sobre os modos de produção do conhecimento desde uma abordagem etnográfica (Marras 2009; Soares 2011; Taddei 2012; Sá 2013; Morawska Vianna 2014; Cardoso 2016; Monteiro & Rajão 2017) têm contribuído para efetuar o contraste entre saberes que se inscrevem em diferentes lógicas, oferecendo não apenas uma compreensão adensada das especificidades do trabalho científico – no laboratório e fora dele – mas conferindo atenção às práticas de composição dos muitos mundos possíveis. Por outro, a categorização desses saberes como pertencentes ao arcabouço científico ou à tradição de populações florestais continua nos desafiando. A este respeito, as recentes pesquisas de Tim Ingold (2017, 2018) têm buscado de uma maneira muito experimental realizar comparações disjuntivas, as quais possuem o efeito de diferenciar ao mesmo tempo em que aproximam distintas formas de produzir conhecimento sobre o mundo e sobre a vida.

Ingold (2017: 02) oferece algumas pistas à problemática apresentada neste texto. Para o autor, as condições de *ser* no mundo (ontologia) e de *ter* conhecimento sobre o mundo (epistemologia) aparecem como intimamente ligadas, onde a capacidade de percepção ótica seria potencializada por outra tão ou mais fundamental: a percepção háptica<sup>7</sup>. Tal percepção, contudo, implica a existência da materialidade, a partir da qual o mundo é sentido, vivido e conhecido. Ingold (2017, 2018) desenvolve seu argumento comparando a produção de conhecimento que se inscreve na *terra* àquela inscrita como *texto*, promovendo uma comparação analógica entre um tipo de saber que se desenrola a partir das marcas no solo (*ground*), nas florestas, nos caminhos, e nas intervenções dos mais diver-

7 O adjetivo háptico diz respeito ao tato, mas não limita-se a ele. É proveniente do grego haptikós, e poderia ser compreendido como o correlato tátil da óptica e da acústica (Ingold 2018).

tos tipos, comparando-as às camadas de conhecimento produzidas em um texto e cujas marcas se inscrevem em papéis, relatórios e documentos.

O movimento de Ingold interessa à medida que recusa a simetrização de saberes – não os trata, portanto, como científicos ou tradicionais – mas interessa-lhe as superfícies desses conhecimentos e os efeitos que produzem, ao mesmo tempo, no mundo e na mente. Nesse processo, portanto, veríamos como as diferentes formas de inscrição podem fazer coisas muito semelhantes. No caso desta pesquisa, o conhecimento castanheiro, assim como o conhecimento produzido por técnicos e cientistas da Embrapa possuiriam formas distintas de inscrição; suas marcas se dariam por meio de aparatos técnicos particulares, mas também por diferentes capacidades hápticas. A tecropolítica destes modos de conhecimento se expressaria via um conjunto de materialidades e superfícies distintas, e caberia compreender, principalmente, os efeitos tecropolíticos destas inscrições.

### Considerações finais

A proposta deste texto foi avaliar os rendimentos conceituais e descritivos em tomar a castanha-do-brasil como um artefato que atravessa diferentes maneiras de conhecer por meio de sua participação ativa em distintos fluxos tecropolíticos. Tal proposição se alinha também às reflexões de Anna Tsing (2000, 2004), para quem a *situação global* colocou novos desafios às pesquisas etnográficas, nos obrigando a repensar nossos métodos de análise e os critérios para escolha de nossos objetos empíricos. Em recente investigação, Tsing (2010, 2015) esboça um quadro complexo das relações entre humanos e não-humanos, especificamente a partir do raro cogumelo matsutake, descrevendo, de maneira mais ampla, um mundo natural pós-iluminismo capaz de responder e apoiar uma nova visão de humanidade, colocando ênfase nas mais diversas conexões que indissociam mundos antes tomados como apartados.

As recentes reflexões de Ingold (2017), de maneira diversa, inspiram análises preliminares para a pesquisa aqui apresentada. A noção de tecropolítica, nessa direção, se expressa em fluxos que partem de contextos muito diferentes – laboratórios e florestas – e, igualmente, a partir de materialidades distintas – sensores remotos, satélites, barcos e cestos. Contudo, compreender os desdobramentos destas técnicas implicadas em práticas particulares e reconhecer seus mecanismos de operação poderia ser interessante à medida que tal desafio acaba por promover o deslocamento da comparação. Não se trata de compreender qual saber domina ou se sobrepõe ao outro, mas os efeitos do entrecruzamento desses diferentes fluxos. As marcas nas superfícies, como sugere Ingold (2018), são, com efeito, distintas, mas ambas são capazes de transformar significativamente o

modo como produzimos conhecimento sobre o mundo e sobre os seres humanos e não humanos que o povoam.

A atividade de extração da castanha-do-brasil é feita por populações amazônicas a partir de seus próprios propósitos, assim como pesquisas científicas atendem a demandas científicas (e/ou mercadológicas). No entanto, as transações que envolvem a castanha, tal como se apresentam nos conhecimentos castanheiro e científico – enquanto espécie biológica, como sistema produtivo, como alimento ou mercadoria – não podem ser tomadas como triviais. Há muitos e diferentes tipos de conversões envolvidas. No rumo dessa mesma trilha, ou nesse *pique* recentemente aberto, demos apenas alguns passos na direção de compreender o modo como natureza, economia, política, ciência e tecnologia se emaranham em fluxos tecnopolíticos, ao produzir conhecimentos e relações atravessados pela castanha-do-brasil.

## Referências

- ALMEIDA, Mauro W. B. de. 2004. “Direito à Floresta e Ambientalismo: Seringueiros e suas lutas.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19 n.55.
- \_\_\_\_\_. 2009. “Redes generalizadas, Mentes coletivas e subversão da ordem”. In: *Aula pública no IFCH*, Unicamp.
- ANDRADE, Raphael Gava et al. 2009. “Utilização de Redes Neurais artificiais para classificação por origem de castanhas do Brasil”. In: *Anais do IX Congresso de Ecologia do Brasil*.
- CARDOSO, Thiago Mota. 2016. *Paisagens em transe: uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 2009. “Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico”. In: Carneiro da Cunha, Manuela. *Cultura com Aspas*. Cosac&Naif.
- \_\_\_\_\_. 1999. “Populações tradicionais e a conservação da diversidade biológica”. *Estudos Avançados*, 13(36).
- EDWARDS. P.N; HECHT, G. 2010. “History and the Technopolitics of Identity: a Case of Apartheid South África”. *Journal of Southern African Studies*, Volume 36, Number 3.
- EMBRAPA. 2005. “Manejo da Castanheira (*Bertholletia excelsa*) para Produção de Castanha-do-brasil.” In: *Documento Técnico* elaborado por Lúcia Helena de Oliveira Wadt e outros. Rio Branco, AC: Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar, 42 p. i.
- GELL, Alfred. 2005. “A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia”. In *Revista Concin-nitas*; Online: PPGARTES-UERJ, ano 6, vol 1, n.8.
- GREISSING, 2012. Anna. *La région Du Jarí. Un Laboratoire en Amazonie*. Tese de doutorado. IHEALCRED, Université Sorbonne Nouvelle, Paris III.

HARAWAY, Donna. 1995. "Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980's". *Socialist Review*, n.8.

HOLBRAAD, Martin. 2009. "Ontology, Ethnography, Archaeology: an Afterword on the Ontography of Things". Special Section — *Animating Archaeology, Cambridge Journal*.

\_\_\_\_\_. 2012. *Truth in Motion. The Recursive Anthropology of Cuban Divination*. The University of Chicago Press.

INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. Routledge.

\_\_\_\_\_. 2017. "Surface Visions". *Theory, Culture & Society* 0(0) 1–10.

\_\_\_\_\_. 2018. "Surfaces textures: The ground and the Page." In *Earth-Writing: Literature and Geography, special issue of Philological Quarterly*, edited by Philipp Erchinger.

LE TOURNEAU, François-Michel; GRESSING, Anna. 2010. "A quest for sustainability: Brazil nut gatherers of São Francisco do Irapuru and the Natura Corporation". *The Geographical Journal* 176, 4, pp.334-349.

LEMONNIER, Pierre. 1993. *Technological Choices: Transformation in Material Cultures Since the Neolithic*. Routledge: London.

LOBATO, Márcia Simone Amaral. 2001. "Composição Centesimal da Castanha do Brasil". I *Seminário de Iniciação Científica UNIFAP*, 2001.

MARRAS, Stélio. 2009. *Recintos e evolução: capítulos de antropologia da ciência e da modernidade*. Tese de Doutorado, PPGAS - FFLCH USP.

MITCHELL, Timothy. 2002. *Rule of Experts, Egypt, Techno-Politics, Modernity*. University of California Press.

MAUSS, Marcel. 2003. "As técnicas do corpo". In: *Sociologia e Antropologia*. Cosac&Naify São Paulo.

MONTEIRO, Marko e RAJÃO, Raoni. 2017. "Scientists as citizens and knowers in the detection of deforestation in the Amazon". *Social Studies of Science*, pp.1–19.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. 2014. *Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EDUFSCar.

MORTIZ, Astrid. 1984. *Estudos biológicos da floração e da frutificação da castanha-do-brasil (Bertholletia excelsa H.B.K)*. Belém, PA.

NARAHARA, Karine Lopes. "O quebrar castanha e o criar gado em um seringal acreano". *Campos* 13 (1) 61-79, 2012.

PICANÇO, Amiraldo Enuns de Lima et al. 2010. "Estrutura populacional, produção e biometria de frutose sementes de Castanha-do-brasil (Bertholletia excelsa Bonpl.) na RESEX Rio Cajarí no sul do Estado do Amapá". In: *Livro de Resumos do I Congresso Amapaense de iniciação científica da UNIFAP, EMBRAPA, IPEA*.

RIBEIRO, Magda dos Santos. 2016. *Natureza e Mercado: Castanheiros, empresários e as economias de suas relações*. Tese de doutorado, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. "Exchanging Through Difference". 2018. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.* vol.15, n.1.

SÁ, Guilherme. 2013. *No mesmo Galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Editora 7 Letras.

SANTONIERI, Laura Rodrigues. 2015. *Agrobiodiversidade e conservação ex situ: reflexões sobre conceitos e práticas a partir do caso da Embrapa-Brasil*. Tese de Doutorado, IFCH Unicamp.

SAUMA, Julia Frajtag. 2009. "Ser Coletivo, Escolher Individual: Território, medo e família nos Rios Erepecurú e Cuminã". *Anais do 33o Encontro Anual da ANPOCS*.

SAUTCHUK, Carlos. 2010. "Ciência e técnica". In: Duarte, L. F. D. (org.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia*. São Paulo; ANPOCS.

SCARAMUZZI, Igor Alexandre Badolato. 2016. *Extratativismo e as relações com a natureza em comunidades quilombolas do rio Trombetas/Oriximiná/Pará*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, IFCH, Unicamp.

SERRA, Ana Gabriela et al. 2006. "Estudo da Divergência Genética em castanha-do-brasil (*Bertolletia excelsa*) utilizando marcadores moleculares RAPD (Random Amplified Polymorphic DNA)". *Magistra*, V.18, n.1 pp. 42-47.

SHEPARD, Jr. GLEEN, Ramirez, Henri. 2011. "Made in Brazil: Human Dispersal of the Brazil Nut (*B.E.L*) in Ancient Amazônia". *Economic Botany* 65 (1), pp.44-65.

SOARES, Diego. 2011. *Redes sociotécnicas, práticas de conhecimento e ontologias na Amazônia: tradução de saberes no campo da biodiversidade*. Tese de doutorado apresentada ao departamento e Antropologia Social, Universidade de Brasília.

STENGERS, Isabelle. 2011. "Comparison as a matter of concern". *Common Knowledge*, 17:1.

\_\_\_\_\_. 2005. "The cosmopolitical proposal". In Bruno Latour & Peter Weibel (eds.), *Making Things Public*. MIT Press. pp. 994—1003.

TADDEI, Renzo. 2012. "The Politics of Uncertainty and the Fate of Forecasters". *Ethics, Policy and Environment* Vol. 15, No. 2, pp 252-267.

TSING, Anna. 2000. "The global situation". *Cultural Anthropology* 15 (3) pp. 327-360.

\_\_\_\_\_. 2004. *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. 2010. "Worlding the Matsutake Diáspora or, Can Actor-Network Theory experiment with holism?". In: *Experiments in Holism: Theory ad Practice in Contemporary Anthropology*. Ton Otto and Nils Bubandt (orgs). Blackwell Publishing.

\_\_\_\_\_. 2015. *The Mushroom at the End of the World: On the possibility of Life in Capitalist Ruins*. Princeton University Press.

VILHENA, Manoel Ricardo. 2004. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento na Economia da Castanha-do-Brasil A transformação industrial da Castanha-do-brasil na COMARU - Região Sul do Amapá*. Dissertação de Mestrado Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp.

Recebido em 31 de outubro de 2017.

Aceito em 06 de junho de 2018.



## Ipea e alinhamentos tecnocráticos: do *planejamento* à *assessoria*

Bruner Titonelli Nunes

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

[brunertnt@gmail.com](mailto:brunertnt@gmail.com)

### Resumo

Neste trabalho parto de análises realizadas a partir do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para refletir sobre interconexões entre universos concebidos como *técnicos* e *políticos*. Apesar das fronteiras entre essas categorias serem apresentadas e reforçadas continuamente de forma eficaz, é interessante olhar para essa separação dentro de um processo histórico. A ascensão e queda da centralidade do planejamento na vida institucional relaciona-se a mudanças conjunturais que produziram versões diferentes de Ipea. O período ditatorial e democrático são dois marcos dessas expectativas e as categorias planejamento e assessoria estão fortemente relacionadas a cada um desses momentos históricos. Neste artigo vou comparar algumas versões da instituição produzidas em momentos diferentes e apontar o modo como cada uma dessas categorias remete a relações diferentes entre práticas reconhecidas como *técnicas* e *políticas*.

**Palavras-chave:** tecnocracia; planejamento; assessoria; IPEA.

### Abstract

In this work I start from analyzes carried out by the Institute of Applied Economic Research (Ipea) in order to reflect on interconnections between two universes, conceived as *technical* and *political*. Although the boundaries between these categories are continuously presented and reinforced effectively, it is interesting to look at this separation within a historical process. The rise and fall of the centrality of planning in institutional life is related to conjunctural changes that produced different versions of Ipea. The dictatorial and democratic period are two milestones of these expectations, and the planning and advisory categories are strongly related to each of these historical moments. In this article I will compare some versions of the institution produced at different times, and point out how each of these categories refers to different relations between practices recognized as *technical* and *political*.

**Keywords:** technocracy; Planning; advisory; IPEA.

Este trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica<sup>1</sup> contratada por *ipeanos*<sup>2</sup> inquietos que procuravam interpretações novas sobre sua própria instituição. Eles buscavam entender um determinado *ethos*<sup>3</sup> de seu trabalho. Este artigo está em diálogo com as indagações desses *ipeanos*, embora seja obviamente insuficiente como resposta definitiva para o incômodo objetivo que eles levantaram. Na interlocução entre questões levantadas por antropólogos em diálogo com nossos interlocutores optei por refletir sobre as categorias *planejamento* e *assessoria* a partir do modo como são apropriadas no trabalho desenvolvido pelos Técnicos de Planejamento e Pesquisa (TPPs), a única categoria de trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) considerada como atividade-fim. Isso significa que a missão institucional do Ipea e a definição do trabalho desempenhado pelo Ipea são coincidentes, ou, pelo menos, há um esforço dos *ipeanos* em estabelecer uma relação direta entre os dois.

O Ipea é uma autarquia atualmente vinculada ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MPOG). Essa foi uma mudança instituída por decreto assinado no dia 02 de outubro de 2015. Apesar de ter estado vinculado ao Ministério do Planejamento durante a maior parte de sua trajetória, a entidade foi subordinada à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) entre os anos de 2008 e 2015. Sua *missão*, sua razão de ser, está descrita na página da instituição como: “Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro, por meio da produção e disseminação de conhecimentos”

1 Essa pesquisa foi possibilitada pelo projeto “Ipea: uma etnografia institucional”, no qual fui um de seus membros. A pesquisa foi coordenada pelas professoras Carla Costa Teixeira (Unb), Andrea Lobo (UnB) e Sérgio Castilho (UFF). Em acordo com os *ipeanos* os dados também subsidiaram minha tese de doutorado e esse artigo. Agradeço às antropólogas e amigas Rosana Castro e Chirley Mendes pelas discussões e ajuda providencial no momento de revisão do presente texto.

2 *Ipeanos* é uma categoria nativa que identifica aqueles que possuem o *ethos* da instituição. Nesse trabalho usarei *ipeanos* e *TPPs* como sinônimos, embora a categoria se refira a um público um pouco mais amplo. Durante a pesquisa (entre 01/2014 e 10/2015) o Ipea contava com 199 *TPPs* trabalhando na instituição (de acordo com informações ditas publicamente). A maioria desses *TPPs* ingressou na instituição após os 5 concursos públicos realizados a partir dos anos 90 (1995, 1996, 1997, 2004 e 2008), mas ainda existem técnicos mais antigos que ingressaram na década de 80. Há um número equivalente de *TPPs* cedidos a vários ministérios. O trabalho está limitado aos *TPPs que trabalharam sob as dependências do Ipea em Brasília e no Rio de Janeiro*. No conjunto de entrevistas lançadas na comemoração dos 40 anos do Ipea (D’Araujo, Farias & Hippolito 2005) vários *ipeanos* ilustres lembram que a instituição era usada para contratar funcionários de alto escalão para diferentes setores do governo. Ainda existem *TPPs* nessa condição e por vezes essas pessoas são acionadas para defender interesses específicos do Ipea e reforçar a necessidade dos serviços prestados por esta instituição.

3 *Ethos* apareceu no contexto da pesquisa como uma categoria nativa. Uma expectativa inicial era de que a equipe de antropólogos, ao fim da pesquisa, fornecesse para os *ipeanos* um *ethos* que resumisse o trabalho deles. Obviamente, essa expectativa foi dirimida no começo da pesquisa.

e da *assessoria* ao Estado nas suas decisões estratégicas”<sup>4</sup> (grifo meu). Desde os seus primórdios, a instituição teve como objetivo pensar e planejar o desenvolvimento no Brasil e nasceu sob forte influência de ideais tecnocráticos.

Sua fundação data do ano de 1964, após o golpe militar, mas, primeiramente, com uma estrutura menor, o Escritório de *Pesquisa Econômica e Aplicada* (Epea). Em 1967 se transformou em Instituto de *Pesquisa Econômica e Aplicada* (Ipea). Em 1969 o “P” passou de *Pesquisa* para *Planejamento* e voltou à *Pesquisa* em 1990. Essas mudanças de significado na sigla relacionam-se às ênfases em determinados tipos de atuação da instituição. A ascensão e queda da centralidade do *planejamento* na vida institucional relaciona-se a mudanças conjunturais que produziram versões diferentes de Ipea.

Apesar da oposição *pesquisa x planejamento* ser uma das diferenciações consideradas legítimas pelos *ipeanos* para descrever suas diferentes ações, nesse trabalho preferi focar na dualidade *planejamento x assessoria*, também citada pelos *TPPs* como relevante. Essas categorias retratam dois tipos de atuação consideradas aplicadas, de intervenção. Ao descrever essas práticas é possível refletir sobre duas formas de relação entre universos concebidos como *técnicos* e *políticos* quando baseado em uma instituição reconhecida como *tecnocrática*.

Centeno e Patricio (1998) compilaram um debate sobre tecnocracias na América Latina e apontam como um fenômeno relativamente recente<sup>5</sup>. Para além de discutirem a aproximação de propostas de fortalecimento de instituições tecnocráticas e governos ditatoriais, gostaria de ressaltar a o que chamaram de uma “predisposição cognitiva”:

Perhaps the most powerful of these cognitive predispositions is an epistemological assumption: that there exists a unique and universal policy reality which can be analyzed through scientific methods and regarding which no debate is possible. Within the technocratic frame, there is a faith in the possibility of an optimal solution which all sectors must accept for the greater good. Solutions are not the result of a balance of power between various interests and classes, but are determined through the application of relevant models. Given that there is a truth and that objective cause and effect relationships can be established, politics comes down to determining which policy option best exploits these relationships so as to achieve a particular goal (Centeno & Silva 1998: 4–5).

4 [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1227&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1227&Itemid=68) - acesso em 09 jan. 2017 (IPEA, [s.d.]b).

5 O contexto de fundação do Ipea apresenta semelhanças com outras tecnocracias na América Latina, que também delegaram a economistas e engenheiros um papel central na definição dos rumos de seus respectivos países. Como regra, esses especialistas priorizaram planos de crescimento econômico em detrimento do investimento em políticas sociais. Por outro lado, o forte discurso nacionalista presente no período ditatorial brasileiro é um contraponto à maioria dos outros países latino-americanos.

A fundação do Ipea ocorreu em um momento em que esse ideal encontrava grande aceitação. Em um contexto de governo ditatorial esse discurso da eficácia e eficiência proporcionado por práticas consideradas científicas foi um importante aliado. Assim como a ideia de que os conflitos seriam superados, e os recursos otimizados, por uma maior capacidade técnica dos especialistas.

Em Nunes (2017)<sup>6</sup> procuro demonstrar que no trabalho dos *TPPs* a ênfase em uma atividade de pesquisa, mais próxima do universo acadêmico, ou de intervenção para fora das paredes da instituição relaciona-se mais às exigências de momentos diferentes do que necessariamente a perfis de *TPPs* específicos. Mais do que isso, os *ipeanos* enxergam pesquisa e planejamento como etapas subsequentes. Diferentes *TPPs*, ao serem entrevistados, nos disseram: “são boas *pesquisas* que possibilitam boas intervenções”. Ou seja, embora criticável nesse universo, é possível que sejam realizadas pesquisas não aplicáveis, já que é o termo precedente na relação.

*Planejamento e assessoria*, portanto, serão realizados apenas em um momento posterior à *pesquisa* e necessariamente implicam em interações que perpassam a instituição, direcionando-se para fora. Dessa forma, a opção por comparar duas importantes categorias referentes a percepções aplicadas no cotidiano do trabalho dos *TPPs* pareceu-me adequado como forma de falar de relações que, necessariamente, implicam em um par interno/externo. Esse par refere-se às relações entre uma concepção de trabalho técnico, com valores próximos ao universo científico existente no interior do Ipea, e um ambiente externo classificado como político. Embora o universo da política possua conotações negativas, a razão de ser do Ipea implica em relações diretas ou indiretas com a Esplanada dos Ministérios, a representação metafórica desse universo político exterior.

Descrever o Ipea do tempo presente como uma tecnocracia produz desconforto nos *ipeanos*. Atualmente a categoria ganhou contornos pejorativos e remete a decisões centralizadas a partir de critérios objetivistas e, em grande medida, questionáveis sob um ponto de vista moral. Como veremos mais à frente, os princípios de uma lógica de atuação baseada em *assessoria* problematizam percepções iniciais de um ideal tecnocrático tal qual era pensado no momento de fundação do Ipea, quando a categoria *planejamento* imperava. Entretanto, como procuro demonstrar, uma nova conjuntura de relações agrega alguns contornos novos ao modo como o trabalho de *experts* pode ser apropriado por outros “setores do estado” (Bevilaqua & Leirner 2000).

O período ditatorial e democrático são marcos importantes quanto a dois tipos de configuração de relações entre o Ipea e o mundo externo. As categorias *planejamento* e *as-*

---

6 Refiro-me ao capítulo quatro, intitulado: “Alguns instrumentos *ipeanos*”.

*essoria* estão justamente relacionadas a esses momentos históricos. Como pressuposto, instituições tecnocráticas marcam uma distinção entre esferas reconhecidas pelos atores como *técnicas* e *políticas*. Elas são chamadas de “ilhas de excelência” dentro da administração pública e foram constituídas dentro de uma lógica de indução do processo de modernização através do Estado. Essa ideia implica no reconhecimento de que, diferentemente de outros setores do estado, esses locais seriam formados por trabalhadores competentes e regidos por práticas meritocráticas<sup>7</sup>. Tal qual Edson Nunes (1997) aponta, a noção de ilha acionada descreve um espaço em que as lógicas clientelistas não penetrariam<sup>8</sup>.

Essa percepção tem como pressuposto uma separação relativa entre universos interno e externo à instituição. Nesse caso, à esfera *política* são atribuídas uma série de conotações negativas e caberia à esfera *técnica* propor soluções mais competentes. Assim, de acordo com essa lógica, seus profissionais teriam plenas condições de trabalhar de forma *isenta*. Segundo o pressuposto corrente nos anos 60 e 70, *isenção* e capacidade *técnica* eram uma combinação bastante eficaz para a definição das melhores escolhas.

O princípio exposto, portanto, é a de que os *ipeanos* mobilizam saberes especializados que, após serem considerados pelos administradores públicos, resultarão em políticas e decisões mais competentes. Essa divisão de tarefas é tributária da visão de Weber (1993). Ao falar das vocações científicas e políticas, o autor tem a preocupação de construir alguns contornos específicos desses dois universos, procurando separar e ressaltar suas lógicas específicas. Reconhecendo a sala de aula daquele momento como um ambiente extremamente hierárquico, propõe a sua não utilização como um espaço de divulgação de ideias políticas por parte dos professores, em decorrência do poder de influenciar seus alunos. Isso misturaria os valores específicos da ciência e da política.

Em vez de imiscuir-se no universo dos valores morais, em práticas subjetivas que lhe seriam prejudiciais, os representantes da ciência deveriam fornecer informações objetivas para que os políticos tomassem decisões mais acertadas. A ciência, portanto, transforma-se em assessora da política e essa relação é possível porque Weber reconhece a política como um lugar de valores, um local em que as tomadas de decisão são legítimas, ao contrário da ciência.

Alguns dos princípios que possibilitaram a criação de instituições tecnocráticas reatualizaram o debate acerca dos formatos ideais em que as melhores decisões são possíveis. A relação entre competência e política continua, bem como o pressuposto de que

7 O Ipea não é um caso isolado de experiência tecnocrática no Brasil. Conferir Silveira (2009) e Hochman (1990).

8 As quatro gramáticas políticas descritas por Edson Nunes (1997) são: “insulamento burocrático”, “universalismo de procedimentos”, “clientelismo”, “corporativismo”

não são coincidentes. Ao escrever o verbete de tecnocracia Fisichella (1995) levanta alguns elementos interessantes para a reflexão de atuações baseadas em *planejamento* e em *assessoria*. Ele descreve o termo da seguinte forma: “em sentido estrito, o regime tecnocrático pode ser definido como aquele em que o tecnocrata indica, na base da competência, tanto os meios como os fins da ação social” (Fisichella 1995: 1236a). Essa definição preliminar é problematizada por uma série de ambiguidades que o conceito carrega. Uma delas diz respeito ao tipo de poder dado àqueles que foram escolhidos como os detentores do saber valorizado e seu grau de intervenção. No caso do Ipea, esses detentores de saberes valorizados correspondem a um conjunto específico de economistas que apresentarei um pouco mais à frente.

Além disso, segundo o autor, a classificação de um regime como tecnocrático poderia descrever processos de tomadas de decisão que utilizem os tecnocratas de duas formas. Em um primeiro sentido como consultores. Isso aproximaria de uma atuação baseada na *assessoria*. Em um segundo, os próprios tecnocratas seriam os executores das decisões. Portanto, duas implicações muito diferentes.

Nesse segundo caso, a tecnocracia seria “um regime social caracterizado pela emancipação do poder das suas tradicionais conotações políticas e pela tomada de uma configuração diferente, despolitizada e de ‘competência’ ” (Fisichella 1995: 1233a). Assim, os políticos seriam substituídos pelos peritos. Cálculos e previsões cientificamente embasadas substituiriam a discricionariedade nos processos de tomada de decisões. Essa definição explicita uma série de pressupostos resumidos no trecho seguinte:

o fenômeno tecnocrático compreende [...] uma ideologia tecnocrática com a qual é necessário contar. Os princípios fundamentais dessa ideologia são, além da predominância da eficiência e da competência, a concepção da política como reino da incompetência, da corrupção e do particularismo; o tema do desinteresse das massas a respeito da *res publica* com a consequente profissionalização do *decision-making*, a tese do declínio das ideologias políticas e a substituição de uma espécie de *koiné* tecnológica (Fisichella 1995: 1235b).

Essa ideologia tecnocrática seria forte o suficiente para apagar a discricionariedade proveniente dos peritos. Pressupõe ainda que os princípios objetivos, entendidos como superiores, serão acionados sempre nos processos de tomada de decisão, mesmo que essas decisões impliquem em perdas diretas para a principal categoria profissional tecnocrática. Ou seja, seus defensores acreditam que particularismo e corrupção não existem em um governo efetivamente gerenciado por tecnocratas desse tipo.

O caso do Ipea traz elementos para a reflexão sobre relação entre especialistas, *experts*, e o universo concebido como político. O pressuposto deste artigo é o de que o Ipea não pode se pensar, ou ser pensado, a partir de uma ótica apenas interna, que olhe para dentro de suas paredes. Embora a instituição se reconheça e seja reconhecida como uma instituição de excelência pelos seus interlocutores dentro do estado (tais como os diferentes ministérios que mantêm relação), sua atuação terá maior ou menor eficácia dependendo de um determinado alinhamento que aproxime sua produção interna (considerada técnica), e o universo político, considerado exterior à instituição. Uso alinhamento no sentido de afinidade e empatia. Uma compatibilidade capaz de produzir entendimentos e orientações similares. A comparação entre a atuação da instituição nos períodos ditatorial e democrático, a partir das categorias de *planejamento* e *assessoria*, esclarecerão essa escolha.

### **Roberto Campos: a era do planejamento**

Na sala de reuniões do 10º andar do prédio do Ipea em Brasília estão dispostas as fotos de todos os ex-presidentes da instituição. De seu início até o momento atual. As duas primeiras são de Roberto Campos e João Paulo Reis Velloso, respectivamente. Os dois são reconhecidos como os pais fundadores do Ipea. É curioso que Roberto Campos tenha um lugar nesse panteão sem nunca ter sido presidente da instituição. Entretanto, como ele era o ministro do planejamento na época de sua criação, a ideia e o pontapé inicial foram atribuídos a ele. Em suas memórias Campos (1994) descreve com certo detalhe o convite de Castelo Branco para assumir o então ministério extraordinário do planejamento.

A primeira conversa entre os dois ocorrera no dia 19 de abril e no dia seguinte Campos era nomeado ministro. Considerando que o golpe militar se desenrolara efetivamente nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, é possível afirmar que foi uma decisão indicativa dos rumos iniciais planejados do recém governo. Nas cerca de 1400 páginas de suas memórias há poucas referências ao Ipea. Apesar de ausente desse trecho, os pressupostos do projeto de criação do instituto foram explicitados. O Ipea, tal qual foi concebido, foi uma das resultantes possíveis desse diálogo.

Campos começa o capítulo intitulado “Um convite, um comando” falando de sua nomeação. Ele acha conveniente explicitar o fato de não ser um amigo íntimo de Castelo Branco, portanto, dessa perspectiva, sua nomeação não fora realizada por relações pessoais: “Conhecíamos-nos apenas superficialmente. Tínhamos-nos cruzado sem dúvida na Escola Superior de Guerra, onde fui várias vezes conferencista” (Campos 1994: 555). Des-

sa forma, fica implícita em sua fala uma percepção de que sua nomeação seguiu critérios meritocráticos.

Entretanto, logo a seguir Campos explicita um circuito de relações comuns que o inserem em uma determinada comunidade com valores compartilhados. Primeiro a Escola Superior de Guerra (ESG) e depois o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). A ESG foi uma instituição militar influente antes e durante a ditadura militar. Oliveira (2010) descreve a ESG, fundada em 1949, como uma instituição chave na elaboração de um arcabouço teórico de legitimação, dentre os militares, da Política de Segurança Nacional. Castelo Branco era um dos principais líderes dos “sorbonistas”<sup>9</sup>, uma das correntes de pensamento na ESG. Em suas palavras:

Castelo deve ter guardado boas impressões, na época, de minha capacidade analítica. Soube depois que, nas consultas para a formação dos ministérios, havia opinado *meu velho amigo*, o geólogo Glycon de Paiva, que a esse tempo se havia tornado uma figura importante no IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, trabalhando com estreita colaboração com o general Golbery do Couto e Silva. Também o dr. Júlio de Mesquita Filho, *editor do jornal O Estado de São Paulo*, havia fortemente apoiado *minha designação*, o que o tornou alvo de várias objurgações de Lacerda. Este vituperava o ministério, composto, segundo ele, de ‘conservadores’ e ‘entreguistas’. *Meu nome figurava outrossim numa lista preparada por Jorge de Mello Flores, coordenador do IPES em assuntos legislativos, para um dos três ministérios – Relações Exteriores, Fazenda ou Planejamento (a ser criado). Vários militares lhe manifestaram estranheza ante essa sugestão, mencionando precisamente a pecha de ‘entreguista’ que a imprensa me assacava: – Vocês não conhecem o Roberto – retrucou Mello Flores. (Campos 1994: 555–559, grifos meus).*

De acordo com Paula (2004) a criação do IPES teve início no começo do governo de João Goulart, e foi resultado da articulação de um conjunto de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo. Eles desconfiavam do novo presidente por conta de sua aproximação com os sindicatos e suposta relação com o comunismo. Criticavam duramente a proposta de reformas de base através de materiais de divulgação com conteúdo anticomunista, materializados em artigos em jornais, filmes produzidos, cursos, palestras, livros, etc. A autora também chama a atenção para a relação do IPES com a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra.

9 Dentro da ESG Oliveira (2010) cita dois grupos importantes: “sorbonistas” e “nacionalistas”. Grosso modo, os primeiros se aproximam de um projeto mais liberal e internacionalista, enquanto que os segundos pensavam o desenvolvimento a partir de uma chave um pouco mais distante do capital internacional.



Um conjunto de pessoas com afinidades mais ou menos comuns assumia a direção do país. Campos pondera que suas conferências na ESG contribuíram para a indicação de seu nome, mas considera importante citar algumas pessoas que defenderam seu nome, mesmo depois de objeções de alguns militares por conta de sua “pecha de entreguista” exposta na imprensa. Ao que parece, os estranhamentos de “vários militares” em relação ao seu nome só foram contornados após terem sido defendidos por um editor do jornal Estado de São Paulo e por dois integrantes do IPES (sendo um deles classificado como “velho amigo”). Isso reafirma a aproximação entre o instituto e o governo recém implantado, bem como o papel de avalista que seus membros cumpriram na nomeação de Campos.

Afinidades constituídas previamente e um mesmo projeto reconhecido como “ideológico” possibilitaram um terreno mais favorável para que Campos persuadissem “intelectualmente” Castelo. Isso foi possível porque ambos ingressaram em um projeto com os mesmos pressupostos gerais. Além disso, os dois se esforçariam para que estes fossem implementados. Feita a descrição de sua nomeação, é no trecho imediatamente seguinte que Campos fala da conversa em si. Após o convite para ocupar o ministério extraordinário do Planejamento Campos faz um breve histórico de sua participação em governos anteriores e enfatiza:

Já me [cansei] de fazer planos de governo, logo abortados por inibição ou por covardia política. (...) – O problema – acrescentei – é que num país desorganizado pela inflação é impossível planejar um crescimento, sem uma dolorosa preparação de terreno. A fase inicial da luta contra a inflação é plena de desapontamentos. Os resultados são lentos; muitas vezes o começo da luta contra a inflação resulta em mais inflação, pela necessidade de corrigir preços defasados, notadamente no setor público. Há que cortar orçamentos, limitar o crédito, e não deve ser afastada a hipótese de um período recessivo.

*Observei, finalmente, que não conhecera até então nenhum político disposto a atravessar esse inverno de impopularidade. Castelo amou-se um pouco e disse-me: – talvez o senhor me subestime. Não tenho preocupações eleitoreiras. Dedicar-me-ei a salvar o país do caos. A única coisa que o senhor precisa fazer é persuadir-me intelectualmente de que seu programa está correto, de que não há alternativas mais suaves. Se disso estiver persuadido, comprometo-me a executá-lo e enfrentarei as consequências políticas. Podemos conversar, portanto, sem essa preocupação. Caso aceite, urgiria discutir métodos de organização possíveis para o planejamento” (Campos 1994: 562, grifos meus).*

Em seguida, Campos explicou sua visão para saída da crise, as opções que lhe pareciam viáveis. Castelo Branco mostrou-se convencido de suas propostas e diante da hesita-

ção de Campos ele reiterou: “o senhor tem a minha garantia de que *apoio político não lhe faltará*”. Sua posse foi efetivada no dia seguinte. O governante militar repetiu que as condições políticas seriam favoráveis a Campos, o que em outras palavras significava que ele poderia executar suas ideias com “independência”. A queixa de Campos foi justamente ter participado de projetos governamentais que nunca haviam sido implementados de forma adequada. Acrescentou ainda que em sua visão um projeto de combate efetivo à inflação demandaria tempo e geraria impopularidade problemas considerados como “políticos” e até então intransponíveis.

A resposta final de Castelo Branco explicita seu domínio sobre o universo da política, mas sob seu ponto de vista em uma situação peculiar. Afirma não possuir “preocupações eleitoreiras”, de modo que não era um político como os presidentes anteriores. Além disso, como apontei anteriormente, o trabalho de Campos persuadir “intelectualmente” o então presidente e convencê-lo de que seu programa era “correto” tecnicamente foi facilitado pelo universo de pressupostos comuns dos dois, pelo menos nas linhas fundamentais. Sua decisão de executá-lo, dando autonomia a Campos, é consequência disso.

O momento que Campos assume o Ministério do Planejamento, nomeado por Castelo Branco, é crucial na instituição do projeto político-econômico nomeado por Bresser (1997) como “Pacto Autoritário Burocrático-Capitalista”<sup>10</sup>. De acordo com sua proposta, o golpe militar de 1964 abriu espaço para a uma corrente interpretativa denominada de “autoritário-modernizante”, que possuía como ideias-chave: “desenvolvimento econômico e segurança nacional” (Bresser 1997: 24). Essa interpretação é resultado de um pacto envolvendo militares, uma determinada elite intelectual que assume postos de direção no estado, burguesia nacional e empresas multinacionais.

Por parte dos militares alguns desses pressupostos podem ser encontrados entre os “sorbonistas” da ESG. De acordo com Oliveira (2010), para eles o nosso subdesenvolvimento era resultado de uma população despreparada, com um grande número de analfabetos, e isso implicava diretamente na incapacidade dessas pessoas de realizar boas escolhas para suas próprias vidas. Havia, portanto, um caráter tutelar em relação às propostas que construíam para o Brasil, a ser implementada através de uma aliança com setores da elite burguesa. Ainda sobre as forças armadas, e principalmente os “sobornistas”, Oliveira (2010) ressalta uma desconfiança em relação às classes dirigentes naquele momento. Dentre os principais discursos produzidos na ESG a “incompetência” delas era creditada

---

10 A década de 60 foi um período chave no que diz respeito à configuração atual da ciência econômica no Brasil. Para compreensão da evolução da disciplina durante o século XX ver Bielschowsky (2004) e Bresser Pereira (1997). Para aprofundar no grupo de economistas que Roberto Campos faz parte ver Barreiros (2006).

“ao crescimento dos movimentos populares e a falta de recursos técnicos e de capital disponível que permitisse ao país sair do subdesenvolvimento” (Oliveira 2010: 146). Dessa forma, a aliança com esse grupo de economistas representava um alinhamento de interesses diante de um projeto comum de modernização.

Apesar de falar muito pouco do Epea e do Ipea, Campos dedica alguns capítulos para o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), documento, segundo ele, preparado entre abril e agosto de 1964 e publicado em novembro do mesmo ano. Interessante notar que é considerado como o documento número 1 do Epea, mesmo que o escritório só tenha sido fundado oficialmente em setembro de 1964.

O PAEG foi o plano de estabilização “impopular” que Campos propôs e que Castelo Branco prometeu enfrentar suas “consequências políticas” caso fosse convencido de que era o melhor caminho. Foi o plano a que Campos dedicou-se pessoalmente imediatamente após sua nomeação como Ministro do Planejamento. O entrelace entre política e os planos tecnicamente construídos não param por aí. Interessante notar que nas explicações de Campos sobre as vantagens e desvantagens de se criar um ministério do planejamento ele enfatizava a possibilidade de “cobrar resultados” do ministro, mas receava a possibilidade do ministério “despertar rivalidades” e suscitar “querelas burocráticas”. Teriam ainda de ter o cuidado de não quebrar uma “longa tradição brasileira” que propõe o “contato direto entre os ministros e o presidente da República” (Campos 1994). Ou seja, nenhum desses trechos relaciona-se a explicações internas ao universo da economia. Todas elas são explicações associadas ao universo das relações políticas, e, no acordo entre Campos e Castelo Branco, essa seria justamente a alçada do então presidente da república.

Dessa perspectiva, Latour & Woolgar (1997) apontam que, paradoxalmente, para que os cientistas trabalhem tranquilamente e dialoguem com os seus pares é preciso um esforço em outras frentes que permitam esse ambiente interno específico. Se os cientistas trabalhassem de forma completamente independente isso significaria que não teriam recursos para montagem de um laboratório, outros cientistas para falsear suas hipóteses e uma impossibilidade dos trabalhos efetivamente serem considerados relevantes. O contexto do estudo trata de trabalhos científicos com grande potencial de serem transformados em inovações. Assim sendo, a captação de recursos com agentes sociais que não aqueles reconhecidos como cientistas é fundamental. Da mesma forma, a própria existência de uma instituição tecnocrática é resultado de uma série de escolhas morais, opções de mundo, valores, que poderiam, a partir de determinados discursos, circunscrever-se ao universo reconhecido como “político”.

É possível encontrar alguns dilemas semelhantes na apresentação do PAEG e dos

embates que Campos teve com o Fundo Monetário Internacional (FMI): “este [FMI] julgava necessário um tratamento de choque, por acreditar que a abordagem gradual permitiria a formação de resistências políticas, que acabariam comprometendo o plano” (Campos 1994: 612). Ou seja, há o reconhecimento claro de que a estratégia econômica a ser adotada depende de fatores considerados como “não econômicos”, como “resistências políticas”.

Em uma outra passagem ele próprio enfatiza a tensão entre o que seria uma opção técnica e uma opção política e se caberia a representantes do governo brasileiro ou ao FMI tomar essa decisão:

Uma terceira e séria divergência com o FMI era que o ministro Bulhões e eu *relutávamos em aceitar metas quantitativas estritas*, quer no tocante à taxa de inflação, quer ao déficit público. Alegávamos que o importante seria acordarmos com o FMI uma ‘estratégia’ antiinflacionária e fazermos uma ‘*escolha de instrumentos*’ tecnicamente adequados. O ritmo preciso de aplicação das medidas deveria ser uma questão de ‘*juízo político*’, a cargo do governo” (Campos 1994: 612, grifos meus).

A tensão no debate com o FMI colocava-se justamente por esses serem pontos intrincados, que se apresentam conjuntamente. Ele próprio briga contra a adoção de medidas possíveis de serem definidas como *técnicas*, tais como as “metas quantitativas estritas” propostas pelo FMI. Campos defende um espaço para “juízos políticos” definidos pelo governo, que, nesse caso, tinha ele como um dos principais representantes. Há aqui um embate com o fundo internacional que evidencia um imbricamento de discursos *técnicos* e *políticos*, ao contrário do que o conjunto de economistas próximos a Campos defendia.

### **Versões recentes: a era da assessoria**

No ano de 2013 a presidência do Ipea contratou uma empresa de consultoria com o objetivo de realizar um “planejamento estratégico”. A empresa, chamada Macroplan, elaborou um documento com metas que são resumidas no quadro da figura 1. De acordo com a metodologia utilizada, foi construído um cenário que representa uma meta, com ações prioritárias, para a instituição nos próximos 10 anos. Nesse panorama ideal a expectativa dos *ipeanos*, manifestada nesse trabalho, é a de que o Ipea seja “A instituição de Estado que influencia, de maneira decisiva, as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento” (Ipea

& Macroplan 2014: 28). Essa visão de futuro anunciada como uma expectativa indica que os *ipeanos* não se consideram atualmente como influenciadores das políticas públicas e têm a expectativa de mudar isso.

A categoria *influência* é nativa e descreve, no planejamento estratégico, um objetivo crucial da instituição no futuro. Interessante notar que o verbo influenciar levanta conotações diferentes do que planejar, uma categoria muito acionada durante as décadas de 60 e 70. Como veremos nas versões de Ipea a seguir, no momento atual enfatiza-se mais um lugar produtor de *assessoria*, mais próximo à uma entidade consultora. *Planejar* pressupõe a produção de projetos com linhas de atuação claras. Há uma expectativa de que sejam implementados de uma maneira mais próxima possível de sua idealização. O lugar de uma consultoria é diferente. Nesse caso, a instituição, também com experts, produzirá avaliações, ou mesmos planos para melhoramento de alguma atividade específica. Entretanto, cabe a quem recebeu os planos decidir a melhor forma de sua utilização.

Tive a oportunidade de acompanhar o evento em que o projeto fora lançado e uma das ênfases do responsável era de que traçada essa meta, o passo seguinte seria implementá-las. Ele ressaltou a importância dessa tarefa e lembrou que a prática exigiria grandes esforços. Conversei com alguns *TPPs* sobre essa proposta em momentos diferentes da pesquisa. Descobri engajamentos diferentes por parte das diretorias em sua formulação. Alguns consideravam uma iniciativa interessante, enquanto outros mostravam ceticismo, principalmente por essa não ser a primeira experiência de um planejamento desse tipo. Nas conversas com aqueles que consideravam o projeto interessante, por sua vez, não consegui extrair muitas implicações práticas das mudanças no cotidiano do trabalho para que ela fosse implementada.

Um possível motivo para as dificuldades na construção desse cenário futuro positivo pode estar relacionado à impossibilidade do Ipea construir-se nesses termos somente a partir de mudanças dentro de sua estrutura interna. É interessante notar que a meta ideal da instituição para os próximos 10 anos pressupõe uma inter-relação com o universo da política. Os *TPPs* não pretendem substituir os políticos enquanto tomadores de decisão e a escolha do verbo “influenciar” no objetivo não é casual. O Ipea consolidou-se como uma instituição produtora de conhecimento, a princípio, aplicado. Entretanto, a justificativa de sua existência é marcada pelo grau de importância que outros conferem ao conhecimento produzido pela instituição. À medida que trabalhos produzidos na instituição interessem ao governo, o Ipea fortalece-se. Por outro lado, o movimento contrário o enfraquece. Talvez a implementação dessa proposta tenha enfrentado dificuldades por posicionamentos reativos dos *TPPs* a mudanças estruturais, quando tomados em conjunto e em sua diversi-

dade. Essa foi uma proposta de direção para a instituição promulgada por um presidente do Ipea<sup>11</sup> e, dessa mesma forma, existiram outras.

Antes mesmo de começar a frequentar o Ipea tive acesso a uma das propostas de busca de um novo sentido para a instituição. O presidente Glauco Arbix, responsável pela publicação do livro em comemoração dos 40 anos do Ipea, fala com grande entusiasmo em entrevista concedida ao projeto sobre a proposta do Ipea especializar-se na publicação do que chamou de “Livro do Ano”. Em uma inspiração direta de uma experiência estadunidense, a proposta era atribuir ao Ipea a missão de avaliar as principais atividades econômicas do país e propor diretrizes de atuação no ano seguinte. Essa publicação seria a base do discurso do presidente da república no congresso ao fim do ano, e indicaria as prioridades do ano seguinte<sup>12</sup>.

Ao iniciar meu trabalho de campo, em janeiro de 2014, passavam-se cerca de 10 anos da publicação e tive curiosidade em questionar os desdobramentos da proposta. Não foi preciso muito tempo para perceber que o entusiasmo naquelas páginas não possuía implicações diretas no trabalho desenvolvido naquele momento. Por outro lado, uma outra experiência mais recente de mudança institucional ainda era frequentemente citada. A gestão de Marcio Pochmann, encerrada em junho de 2012, ainda gerava posicionamentos carregados de sentimentos. Por discordarem das mudanças propostas, uma parte dos *TPPs* externou alívio pelo seu fim. Outros, mesmo que concordassem com seus princípios gerais, manifestaram consternação pela forma como as tentativas de mudança desenrolaram-se. Na fase final da pesquisa, nos meus dois últimos meses, realizei uma série de entrevistas e somente nesse momento compreendi melhor esse projeto e tomei conhecimento de um outro, ainda mais incipiente, que projetava o Ipea como uma instituição que atuaria como um escritório de consultoria para o Estado e seus diferentes governos.

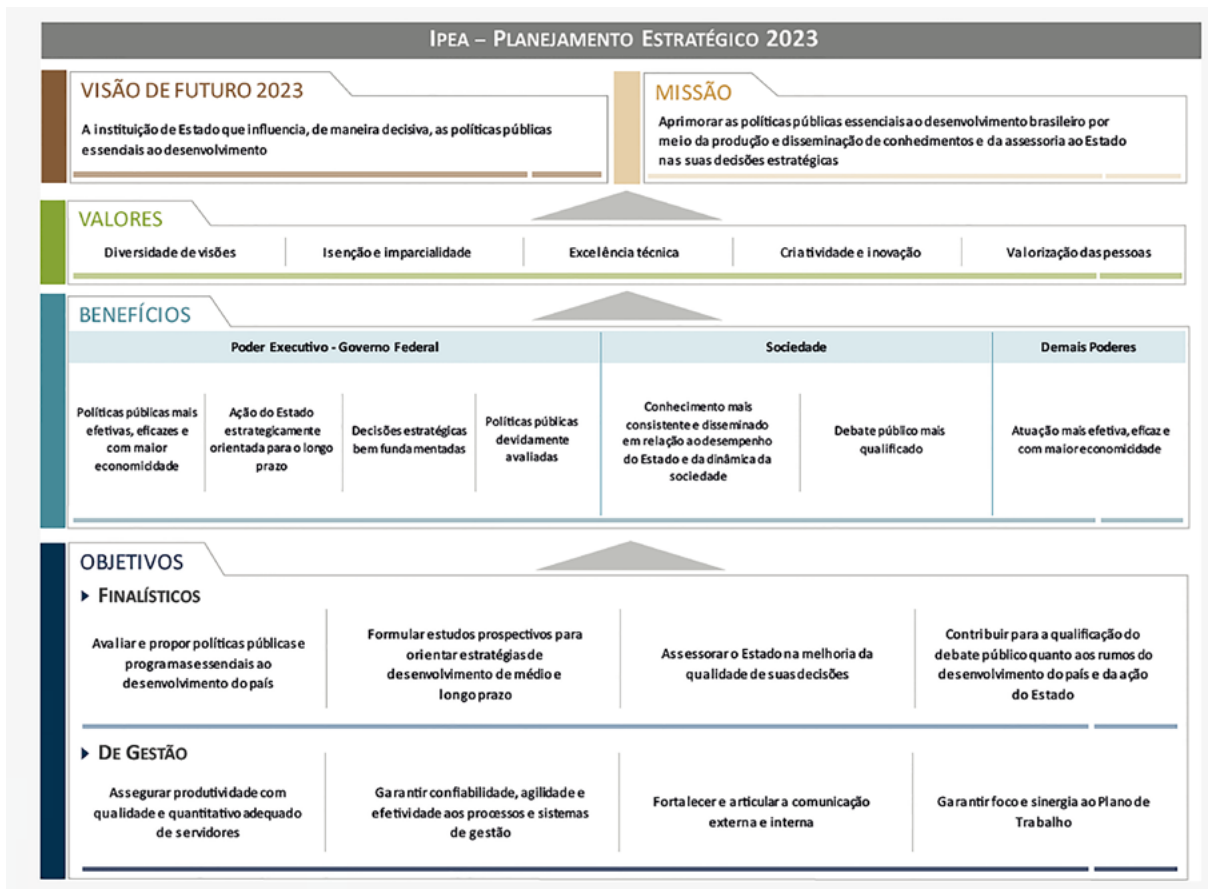
Quanto à proposta do ex-presidente Márcio Pochmann, ela tinha como um dos seus horizontes recuperar a centralidade do debate desenvolvimentista incorporando novas questões. Essas novas problemáticas surgiram como críticas a propostas de desenvolvimento como aquelas que influenciaram diretamente a fundação do Ipea. Como um *TPP* envolvido naquele processo descreveu, o objetivo era:

---

11 Seu sucessor deu continuidade ao projeto, ao menos em suas falas públicas.

12 Mario Sergio Salerno, diretor da Diset durante a gestão de Glauco Arbix, apresentou a proposta do Livro do Ano da seguinte forma: “[...] baseado no documento que fornece subsídios ao presidente americano para pronunciar seu discurso anual no Congresso dos Estados Unidos, o *State of the Union*. Nossa ideia é exatamente elaborar um balanço do ano, sempre com um tema central. Pretendemos que esta seja uma função de Estado atribuída ao Ipea; para isso, é necessário votar uma lei no Congresso” (Salerno 2005: 406).

Relançar debate sobre desenvolvimento no Brasil, de uma maneira qualificada, atendida ao contexto contemporâneo. O desenvolvimento não é só crescimento econômico, então não dá mais só para falar em ajuste fiscal. O crescimento não é só combate à pobreza. Então é o que? É ambiental, é estado, é democracia, instituições... é tudo aquilo que acabou virando. Então tá bom. Tudo isso. Como faz? A gente fez um mapa. O mapa nos levou aos eixos. Os tais dos sete eixos do desenvolvimento. Como a gente chamava. Que era o projeto. 'Perspectivas do desenvolvimento'. Os sete eixos. Macroeconomia para o desenvolvimento. Não é só ajuste fiscal, é emprego, crescimento e estabilidade. Proteção social. Não é só pobreza. E tudo. Inclusive toda a parte de novos direitos. Direitos Humanos, as minorias... Igualdade racial de gênero. Tudo foi criação desse período. A coisa da competitividade. Não é só competitividade é inovação, tecnologia, competitividade infraestrutura. Tem que recuperar o tema da infraestrutura que estava desaparecido. Questão regional. Integração regional que tinha desaparecido. Recuperar a regional. Ambiental, internacional. E Estado, instituições e democracia. A gente chegou em um diagnóstico dos sete eixos que explicavam bem o debate sobre o desenvolvimento na contemporaneidade. O outro passo era. Agora compara. O que a gente tem aqui? O desenvolvimento é esse monstro. E o Ipea faz o que em relação a isso? Tem capacidade de dar resposta a que temas dentro disso? O que está fora? Ambiental está fora. Internacional está fora. Democracia e instituições está fora. Então tinha um monte de coisa fora (entrevista *TPP*).



Fonte: Ipea. [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1227&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1227&Itemid=68) - Acesso em 08 jan. 2017 (IPEA, [s.d.]).

Feito esse diagnóstico o passo seguinte foi um levantamento das áreas que o Ipea cumpria ou não nesse desenho ideal de repensar o desenvolvimento. Foi realizado um grande concurso no ano de 2008 para viabilizar a implementação dessa proposta. Seus organizadores enumeraram as áreas não atendidas por essa proposta e ofertaram vagas para a composição desses eixos temáticos. Dessa forma, acreditavam que um novo “DNA” seria constituído no instituto. Entretanto, uma etapa seguinte que exigia um reordenamento institucional significativo não foi concretizada. A proposta era a de extinguir todas as diretorias e seus respectivos cargos e instituir grupos de trabalhos relacionados aos sete eixos. Com suas subdivisões seriam formados cerca de trinta grupos organizados por temas e referenciados diretamente aos eixos. Nessa proposta, portanto, existiriam temáticas pré-determinadas nas quais os *TPPs* se enquadrariam e direcionariam suas pesquisas e análises. O desenvolvimento como tema central é reafirmado e a missão institucional seria reelaborada nessa direção. Além disso, ela parte do princípio da capacidade do Ipea em pautar temas importantes e oferta-los para o Estado, governo e/ou sociedade.



A última das propostas que teve seus contornos explicitados publicamente, e ainda em fase de maturação, foi me apresentada como a transformação do Ipea em um “escritório de projetos de consultoria”. Se levada adiante, a divisão do instituto em duas entidades entraria em pauta. Tive contato com essa versão em uma entrevista e conversas com alguns *TPPs*. As transformações necessárias em termos legais não são um consenso. Como me explicou um *TPP*: “Poderia ser uma organização social (OS), uma empresa pública ou uma fundação”. Independentemente dos termos escolhidos, há uma reaproximação do modelo de atuação baseado no Inpes e no Iplan<sup>13</sup>. O Ipea, em seu formato atual, exerceria uma atividade próxima àquela desenvolvida pelo Inpes, enquanto a nova estrutura teria alguns contornos semelhantes ao Iplan. Desse modo, a dupla missão de realizar pesquisa e assessorar o Estado brasileiro seriam cumpridas. De acordo com os defensores dessa proposta, essa seria uma forma de “incentivar” os *TPPs* a fazer assessoria, algo não definido claramente na estrutura atual. Ao contrário da última proposta, essa tem como pressuposto a construção das demandas na inter-relação com integrantes de outros setores do estado.

Essas propostas partem de uma tentativa de reinserção e readequação do Ipea em um novo contexto. Ouvi repetidas vezes a versão de que o Ipea foi construído em um período ditatorial em que o planejamento centralizado era a principal prática. A instituição fora criada com esse objetivo e o processo inflacionário dos anos 80 e 90, bem como práticas descentralizadoras do período democrático, mudaram por completo essa proposta. Concentrar as interpretações nesses termos acaba por minimizar a influência da instituição no próprio processo de legitimação de um projeto que enfatizava a crença em ações tecnocráticas. Diminui a aplicação dos princípios de um determinado grupo de economistas na gerência do país. Alguns dos princípios, entretanto, continuaram não só através das práticas institucionais, mas pela imagem construída ao longo dos anos.

O Ipea continuou apresentando propostas de reinserção, mas o contexto democrático implicou em uma configuração diferente daquela traçada na conversa entre Roberto Campos e Castelo Branco. Esse foi um momento chave em que agentes externos e influentes no cenário político nacional, um deles o próprio presidente, alinharam in-

13 Inpes (Instituto de Pesquisa) e Iplan (Instituto de Planejamento) eram os dois principais braços do Ipea até 1990. Ao falar desses dois braços hoje em dia, os *TPPs* fazem uma associação direta entre o que era o Ipea Rio (Inpes) e o Ipea Brasília (Iplan) e dois tipos diferentes de trabalho desempenhados primordialmente. Mesmo dentro de uma perspectiva policy oriented para ambos, ao Inpes cabia realizar pesquisas mais teóricas, enquanto o Iplan, pela proximidade com os centros decisórios, realizava trabalhos mais aplicáveis. Existiram ainda o Cendec (Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico) e o Inor (Instituto de Orçamento). Dentro dessa proposta o formato Cendec também poderia ser refundado em uma aproximação do Ipea com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em que caberia a essa instituição o papel de promover capacitações dos funcionários públicos.

teresses e construíram uma instituição em acordo com necessidades que consideravam fundamentais para a execução de políticas de desenvolvimento em uma direção. A falta de alinhamento e outras prioridades, principalmente a partir dos anos 90, implicou em dificuldades na realocação do Ipea de uma forma que os *TPPs* se sentissem plenamente contemplados. A proliferação de propostas é resultado da continuidade dos incômodos.

## Ipea e tomadas de decisão

A conversa entre Campos e Castelo Branco mostra que o Ipea foi fundado sob o manto de ideias tecnocráticas. Como uma instituição fora do círculo decisório oficial, sua participação institucional em escolhas governamentais é resultado de opções de outras instituições englobantes. O auge da instituição aconteceu durante a ditadura militar. Nesse período havia uma missão externamente delegada e o instituto era reconhecido como um dos agentes planejadores do governo. Uma atividade organizada de uma forma um tanto centralizada. Datam dessa época, dentre outros, cinco grandes planos de desenvolvimento brasileiros: Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG); o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e os três Planos Nacionais de Desenvolvimento<sup>14</sup>.

Nesse período os principais dirigentes nacionais depositaram no instituto a expectativa e a atribuição de realizar planos capazes de tornar o Brasil um país desenvolvido. De acordo com o entendimento que a mão de obra do país era desqualificada, a criação de uma nova “ilha de excelência”, meritocrática, competente e com alta capacidade técnica, funcionaria como uma das formas de legitimação do regime. O Ipea foi uma instituição criada para realizar um tipo específico de pesquisa, uma que trouxesse resultados diretos para a definição dos rumos econômicos do país. Para tanto, a condição era de que fossem competentes e que mantivessem a *excelência técnica* da instituição.

Essa conjuntura inicial proporcionou uma aproximação da instituição com os círculos decisórios. O ideal desenvolvimentista foi capaz de aglutinar e alinhar um conjunto de especialistas e os principais tomadores de decisão naquele momento. Nesse sentido, as demandas do governo central para o Ipea tinham grandes chances de produzir trabalhos considerados aplicáveis pelo governante. A relação entre *ipeanos* e governantes, entre técnicos e políticos, foi positivamente descrita através da categoria *planejamento*. As afinida-

---

14 Programa de Ação Econômica do Governo/ 1964 -1966 (PAEG), Documentos EPEA – N.1, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Novembro de 1964; I Plano Nacional de Desenvolvimento/ 1972 – 1974 (I PND), Suplemento ao Diário Oficial 17 de dezembro de 1971; II Plano Nacional de Desenvolvimento/ 1975 – 1979 (II PND), publicado no Diário Oficial, 6 de dezembro de 1974; III Plano Nacional de Desenvolvimento/ 1980 – 1985 – Projeto (III PND), setembro de 1974. Fonte: (Cunha 2012: 258).

des prévias e um círculo decisório mais restrito permitiam que uma instituição pudesse fornecer planos para o desenvolvimento durante o auge do período militar.

Essa conjunção de fatores também produziu uma aproximação entre os discursos de eficiência e meritocracia, bem como o privilégio concedido a uma determinada área do conhecimento, a economia. Intervenções em diversas universidades durante a ditadura militar indicavam valorações diferenciadas acerca de outras áreas científicas e possivelmente de outros tipos de pesquisa, mesmo que reconhecidas por pares acadêmicos como executadas com excelência.

Um modelo de atuação baseado em “ilhas de excelência” pressupõe o reconhecimento de um determinado grupo de especialistas como o mais capacitado para propor soluções. Eles são os membros de uma instituição tecnocrática. Dessa forma, existiria pouco espaço para que áreas profissionais fora desse grupo de excelência indicassem caminhos alternativos, configurando-se um cenário em que os debates acerca das melhores soluções acontecem entre esses especialistas, dentro de um círculo restrito de profissionais. Membros externos podem ser consultados, mas, a princípio, precisam ser reconhecidos como pares. Obviamente cada uma das áreas profissionais possui divergências internas ao seu próprio campo, mas também pressupostos básicos comuns que indicam os delimitadores da fronteira entre alguém digno ou não de ser considerado um par.

O período democrático, por outro lado, promoveu um processo de descentralização nas tomadas de decisão. Um discurso proferido a mim por *TPPs* é que hoje o Ipea possui uma missão autodelegada e de significado muito amplo. Algumas vezes, enquanto ouvia *TPPs* conversarem sobre o Ipea, presenciei comparações com outras instituições como o Banco Central ou o BNDES, em que o fato do Ipea não possuir uma missão externamente delegada possui algumas implicações. Isso atestaria sua pouca importância para o estado e também possibilitaria inúmeras formas de os *TPPs* exercerem suas atividades como *ipeanos*. Para esses *TPPs* isso é visto de uma forma negativa, pois enfraqueceria o Ipea como instituição.

Esses mesmos *TPPs* também consideram que o governo não tem muita clareza sobre qual o papel do Ipea como instituição. Uma ampla independência interna em um centro de pesquisa pode produzir trabalhos que sejam considerados como não aplicáveis, pelo menos a curto prazo. Isso pode não ser um problema em instituições definidas como “acadêmicas”. Entretanto, pode gerar incômodos em outra que carrega o termo *aplicado* em seu nome. A noção de *aplicado*, por si só, implica em atender a demandas de agentes exteriores à própria instituição. Nesse sentido, o fortalecimento da instituição passa necessariamente pela reconstrução de demandas e atribuições externas ao próprio institu-

to. A opção de incluir um contexto mais abrangente ao falar do Ipea evidencia algumas tensões que o olhar focado nas relações internas não captaria da mesma forma.

Não é de se estranhar que no período democrático, com surgimento de um leque maior de agentes capazes de realizar pressões sobre o executivo federal, a categoria de *assessoria* ganhe evidência em relação à de *planejamento*. A instituição continua a oferecer propostas a serem implementadas por outros, mas os múltiplos alinhamentos possíveis entre cada *TPP* e os diversos setores do estado brasileiro com os quais mantém contato geram dúvidas sobre as efetivas aplicabilidades de cada recomendação *ipeana*. Nesse contexto seus membros não possuem controle sobre as transformações na proposta original após atravessar suas paredes. Ou seja, apesar da liberdade de trabalho interna, de sua independência na elaboração de suas propostas, do reconhecimento de sua competência e capacidade, o trabalho realizado na instituição não é automaticamente aplicado nos termos em que foram desenhados.

Nesse sentido, do ponto de vista dos membros da instituição, há uma dificuldade em descrever os processos de tomada de decisão, uma vez que eles não participaram de toda a cadeia decisória. As fontes que subsidiam as decisões na ocasião da implementação de uma política pública específica podem ser mais ou menos explícitas em cada caso. Pode ser difícil medir quais fatores e o quanto cada um deles efetivamente implicou na escolha final.

Tanto em contextos democráticos como em governos ditatoriais uma instituição como o Ipea pode assumir um lugar que está além do trabalho efetivamente realizado. Uma vez que o governo central não explicita as fontes de sua decisão e ao mesmo tempo mantém um instituto de pesquisa aplicada que é formalmente responsável por subsidiar decisões importantes, o valor competência está explicitado no própria existência do instituto em um grau que não possui relação direta com o quanto cada decisão levou em conta os trabalhos dos pesquisadores do Ipea. O segredo, a razão de estado, define que essas informações são sigilosas e, portanto, devem ser armazenadas por serem estratégicas.

Uma cadeia decisória que inclui estudos do Ipea passa por aqueles que interferiram nela de uma forma ou de outra e chega ao responsável final, que pode ser o próprio presidente da república. Nessa trajetória uma demanda por política pública é transformada e refratada nesse seu processo de elaboração e implementação. Uma instituição tecnocrática, como o Ipea nos seus anos iniciais, é um dos integrantes dessa cadeia e nesse contexto fornece não apenas estudos sobre o Brasil, mas também uma maior legitimidade para os processos de tomadas de decisão.

Para um membro de uma instituição tecnocrática pode ser difícil precisar quais as

fontes de influência sobre uma determinada decisão. Ele certamente pode saber quanto do seu trabalho foi incorporado no desenho final, mas não tem controle sobre outras possíveis fontes que subsidiaram a decisão. Ou seja, ele pode falar de seu lugar nessa rede. Por outro lado, alguém situado fora dela terá muito mais dificuldade em precisar essas influências.

Os termos do debate são internos aos membros da tecnocracia e seus pares. O consenso sobre a melhor decisão pode não acontecer se a opinião de todos os envolvidos for ouvida, mas quando a questão em discussão sai da instituição em um formato traduzido para não especialistas, os conflitos podem desaparecer. Eles terão sido estabilizados. Uma imagem de trabalho científico, sério, competente, que emana uma verdade comprovada pode ser acionada. O tomador de decisão, como por exemplo o presidente da república, escolhe. Implícita ou explicitamente indica que a decisão foi baseada em estudos científicos e técnicos, mas o quanto esses trabalhos implicaram na decisão final é um mistério, um segredo. Dessa forma, a instituição científica foi incluída como um dos agentes envolvidos e essa referência pode ser suficiente para aumentar a legitimidade dessa decisão.

Nesses dois momentos históricos o Ipea pôde funcionar como uma instituição formada por especialistas potencialmente capazes de tornar as decisões políticas mais competentes. A relação entre concepções de técnica e de política existiu nos dois períodos, embora assumisse conotações diferentes expressadas pelas categorias *planejamento* e *assessoria*. Em um momento de escolhas mais centralizadas, a instituição participou de forma mais ativa dos espaços decisórios, de modo que a categoria *planejamento* também está associada a um momento de grande força da instituição.

A alta inflação da década de 1980 e início de 1990 foi um elemento a impossibilitar a realização de *planejamentos* como aqueles realizados nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, o período democrático implicou em tomadas decisórias mais descentralizadas. No ano de 1990 o Ipea quase foi extinto e desde então o instituto procurou se recriar. Diferentes versões ideais desse novo Ipea foram tentadas e nenhuma conseguiu ser implementada de forma completa. Entretanto, todas elas conferem destaque ao trabalho de *assessoria*, em que o *ipeas* projetam uma instituição que possa influenciar decisivamente importantes escolhas governamentais.

## Referências

BARREIROS, Daniel. 2006. *Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimento*. Tese de Doutorado. PPGH, Universidade Federal Fluminense.

BEVILAQUA, Cimea; LEIRNER, Piero. 2000. "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". *Revista de Antropologia*, 43:105–140.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. 2004. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRASIL. Decreto nº 8.536, de 02 de outubro de 2015.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. 1997. "Interpretações sobre o Brasil". In: M. R Loureiro (org.), *50 anos de ciência econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.

CAMPOS, Roberto. 1994. *Lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks.

CENTENO, Miguel; SILVA, Patricio (org.). 1998. *The Politics of Expertise in Latin America*. London: Palgrave Macmillan UK.

CUNHA, Márcia P. 2012. *Do planejamento à ação focalizada: Ipea e a construção de uma abordagem de tipo econômico da pobreza*. Tese de Doutorado. PPGS, Universidade de São Paulo.

D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez C. de; HIPPOLITO, Lucia. (org.). 2005. *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea/FGV.

FISICHELLA, Domenico. 1995. "Tecnocracia". In: N. Bobbio, N. Matteucci & G. Pasquino (ed.). *Dicionário de Política*. v. 2. Brasília: Universidade de Brasília.

HOCHMAN, Gilberto. 1990. *De inapírios a cardeais da Previdência Social: a lógica da ação de uma elite burocrática*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

IPEA. SOBRE O IPEA. Missão. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1227&Itemid=68](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1227&Itemid=68) Acesso em: 9 jan. 2017.

IPEA & MACROPLAN. 2014. Plano Estratégico do Ipea 2013-2023. Brasília: Ipea, Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3076/4/Plano\\_estrategico\\_2013\\_2023%20\(revisto\).pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3076/4/Plano_estrategico_2013_2023%20(revisto).pdf). Acesso em: 20 fev. 2017

LATOUR. Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.

NUNES, Bruner. 2017. *Ipea: dos alinhamentos tecnocráticos à produção de conhecimento para a sociedade*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de Brasília.

NUNES, Edson de O. 1997. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro : J. Zahar Editor; Brasília: Escola Nacional de Administração Pública.

OLIVEIRA, Nilo D. de. 2010. "Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a Escola Superior de Guerra". *História*, 29(2):135–157.

PAULA, Christiane J. de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES | CPDOC. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_de\\_Pesquisa\\_e\\_Estudos\\_Sociais](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais). Acesso em: 9 jan. 2017.

SALERNO, Mário Sérgio. 2005. "Perspectivas do Planejamento". In: M<sup>a</sup>. C. D'Araujo, I. C. de Farias & L. Hippolito. *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea/FGV.

SILVEIRA, Pedro B. A. da. 2009. *O estado da ciência e a ciência do Estado: a Fundação Getúlio Vargas e a configuração do campo das ciências econômicas no Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WEBER, Max. 1993. *Ciência e política: duas vocações*. 9. ed. São Paulo: Cultrix.

Recebido em 01 de julho de 2017.

Aceito em 26 de outubro de 2017.

## A política dos documentos: o modo de produção da técnica no caso do sistema brasileiro de classificação indicativa

Rodolfo Moraes Reis

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS/UNICAMP)

[rodolforeis001@gmail.com](mailto:rodolforeis001@gmail.com)

### Resumo

A classificação indicativa consiste na análise dos produtos audiovisuais exibidos e comercializados em território brasileiro, com a indexação dos conteúdos considerados impróprios para crianças e adolescentes e a atribuição de uma faixa etária limite para o público. Essa agenda se fundamenta na concepção de que o estado deve auxiliar pais e responsáveis na gestão do contato dos seus filhos com produções midiáticas. Neste artigo, a partir de uma pesquisa etnográfica sobre o trabalho da Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND/Ministério da Justiça), mapeio os trâmites burocráticos da análise de imagens fílmicas e televisivas, com foco em suas peças fundamentais: (a) o Guia Prático da Classificação Indicativa (b) e o relatório técnico de análise. Assim, investigo em que medida estes artefatos burocráticos corporificam um investimento nas ideias de padronização, objetividade e tecnicidade que compõem o imaginário normativo acerca das instituições públicas, constituindo um capital político de grande relevância: a produção de uma técnica.

**Palavras-chave:** Documentos; Técnica; Políticas Públicas; Mídia e regulação; classificação indicativa.

### Abstract

The Brazilian rating system for TV programs and motion pictures consists in analyzing audiovisual products displayed in Brazil, indexing inadequate contents for children and adolescents and assigning them a minimum age range. It is based on the idea that the state must help parents and guardians to control the contact of their children with media productions, regulating television broadcasting schedules and the access to movie theaters. In this paper, with materials from an ethnographic research about the Rating Policies Coordination (COCIND / Ministry of Justice), I map the bureaucratic procedures that compose this rating work, focusing on its two more fundamental documents:



(a) the Content Rating Practical Guide (b) and the technical analysis report. Thereby, I investigate to what extent these bureaucratic artifacts embody an investment in ideas of standardization, objectivity and technicality which are part of a normative imaginary about public institutions, constituting a capital of great political relevance: the production of a technique.

**Keywords:** Documents; Technique; Policy; Media Regulation; Rating System.

A classificação indicativa é uma proposta de proteção a crianças e adolescentes baseada na ideia de que tais grupos etários não devem ter acesso irrestrito a toda e qualquer programação disponível nos meios de comunicação (inicialmente a televisão e o cinema, posteriormente os jogos eletrônicos e vídeos para plataformas de *streaming*). Esta política surgiu no contexto brasileiro no início da década de 1990, tendo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) como principais marcos jurídicos. Diante do diagnóstico, enunciado publicamente em diversas ocasiões pelos defensores dessa agenda, de que os pais não teriam condição de exercer um controle satisfatório sobre o cotidiano de seus filhos como expectadores – dentre outros motivos por se ausentarem do espaço doméstico em seus horários de trabalho – caberia ao estado o monitoramento dos conteúdos audiovisuais e das ocorrências de inadequação, com a atribuição de uma faixa etária mínima para cada programação.

Tal incumbência ficou a cargo do Ministério da Justiça, sendo exercida através da Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND) do Departamento de Políticas de Justiça (DPJ – que até janeiro de 2016 era nomeado como Departamento de Justiça, Títulos e Qualificação – DEJUS). Ao longo de mais de duas décadas de existência, os processos administrativos da classificação indicativa foram se modificando, a partir de alterações provenientes tanto do trabalho reflexivo dos seus próprios operadores, como também das pressões geradas por disputas políticas envolvendo agências diversas como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), organizações não-governamentais de defesa dos direitos da infância (Andi, Interozes e Instituto Alana), o Ministério Público Federal, e até mesmo pais e responsáveis que acionaram o Ministério da Justiça ou o poder judiciário com algum tipo de denúncia ou questionamento (Romão 2011; Chagas, Romão & Leonel 2006).

Tendo em conta a trama política na qual a elaboração e implementação da classificação indicativa estão inseridas, proponho explorar neste trabalho as conexões entre os seus procedimentos administrativos e as disputas desenroladas ao longo desse percurso. Nesse sentido, examino os trâmites burocráticos e os documentos produzidos pelo traba-

lho classificatório, pensando-os à luz das demandas por padronização e objetividade colocadas pelas críticas recebidas. Esta proposta ancora-se nas discussões a respeito do tratamento etnográfico de documentos e burocracias, em que artefatos documentais são lidos não como meros instrumentos de registro, mas como importantes mediadores sociais, indispensáveis para o entendimento do modo de gestar e gerir ensejados em práticas e tecnologias de governo. Desse ponto de vista, forma e linguagem são tomadas não sob a égide do arbitrário, mas enquanto estratégias político-administrativas que ganham vida dentro de contextos sociomateriais específicos (Hull 2012; Ferreira 2012; Lowenkron & Ferreira 2014).

Outro horizonte de referência são os trabalhos sobre a produção etnográfica em contextos estatais que buscam pensar as instituições e as políticas públicas com foco sobre as práticas cotidianas de poder. Ao estudo antropológico das políticas públicas caberia não propriamente a avaliação dos seus resultados, sob uma perspectiva instrumental, mas a análise dos pressupostos, diagnósticos e linguagens com os quais determinadas questões são definidas como problema, e dos métodos e ações produzidos para solucioná-las. Ressalta-se, assim, as dimensões simbólicas e performativas do estado, confrontando fronteiras e imagens consagradas através da investigação etnográfica (Shore & Wright 1997; Teixeira, Souza Lima & Castilho 2014).

Para tanto, centro minha reflexão nas observações produzidas ao longo de sete meses de pesquisa de campo junto à COCIND e na análise de um conjunto documental formado por textos publicados na imprensa e pelos dois documentos principais do trabalho classificatório: o Guia Prático da Classificação Indicativa e o relatório técnico. Após mapear o contexto político em torno da classificação indicativa, apresento minha pesquisa de campo, a organização da COCIND, os seus trâmites e o cotidiano de trabalho dos analistas. Em seguida, percorro o guia prático com sua sistemática e ferramentas e as configurações textuais e formais do relatório técnico. Então, a partir do caso da classificação do filme *Aquarius* (2016), dirigido por Kleber Mendonça Filho, exploro as fricções produzidas na inter-relação entre as orientações e regras contidas nos documentos oficiais e as práticas cotidianas do trabalho classificatório com suas diferentes possibilidades de interpretação.

### **Sobre o contexto político e suas implicações**

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o aparelho censório herdado do regime militar foi desmontado. Os constituintes extinguiram o Departamento de Censura da Polícia Federal, determinando que ainda caberia ao poder público, através do Governo Federal, o exercício da classificação indicativa de programações culturais, prezando

pela proteção dos “cidadãos em desenvolvimento” e pelo respeito aos “valores da família” e “da pessoa” (especialmente os artigos 5º, 21, 220 e 221 da CF/1988)<sup>1</sup>. Posteriormente, esta questão foi ainda objeto de definição legal através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) que, indo além da classificação para fins meramente informativos prevista pelos constituintes, estabeleceu como prerrogativa estatal a determinação da grade horária para a vinculação das programações televisivas de acordo com uma gradação etária, e a aplicação de penalidades para o caso do seu descumprimento (ECA – art. 74, 75, 76, 77, 254 e 255).

O processo de implantação desse dispositivo possui uma sinuosa e longa trajetória, com disputas e, principalmente, inúmeros avanços e recuos diante das pressões exercidas pelos grandes grupos de comunicação do país (especialmente jornais e emissoras de televisão), que atuaram não apenas nos bastidores dos governos e do Congresso Nacional, como também através de processos judiciais<sup>2</sup>. A questão ganhou relevo em diferentes gestões do Ministério da Justiça, envolvendo ministros, secretários e outras autoridades, especialmente nos momentos em que ocupava editoriais, matérias e programas de destaque na imprensa (Romão 2011).

Não é o propósito fazer neste momento uma descrição minuciosa desse longo percurso, mas compor um quadro de inteligibilidade contendo as principais ideias mobilizadas para questionar a classificação indicativa, dando especial atenção às acusações que se centram nos aspectos processuais e procedimentais envolvidos. Com este panorama, será possível compreender de modo mais abrangente os documentos e procedimentos produzidos pelos seus gestores/operadores, colocando-os em perspectiva.

Diversos são os argumentos utilizados para questionar a legalidade e, até mesmo, a utilidade desta política: da defesa do poder de decisão dos pais sobre os filhos à acusação de censura. No que diz respeito aos processos administrativos, a questão de maior destaque é o estabelecimento de critérios objetivos e padronizados para analisar o vasto contingente de imagens e temas que se manifestam nas várias modalidades de produção

---

1 A nova constituição, ao extinguir o Departamento de Censura, determinou que os censores federais deveriam ser reaproveitados em outros cargos dentro da Polícia Federal, conforme determinação das disposições transitórias do texto constitucional (Art. 23 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias).

2 Em 2016 o Supremo Federal julgou procedente uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 2404), movida pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que questionava a aplicação de punições como multa e suspensão de programação aos canais de televisão por desrespeito aos horários estabelecidos pela classificação indicativa. Desse modo, a grade horária de acordo com critérios etários continuou tendo validade, mas sem a possibilidade de punição a quem a desrespeitasse. A ABERT, mesmo não tendo sido a autora da ação, participou ativamente do processo de defesa como *amicus curiae*, uma espécie de coparticipação jurídica.

audiovisual. Questiona-se, em geral, a sua capacidade de atender de maneira imparcial à multiplicidade de valores das “famílias brasileiras”, bem como de se ater aos princípios atribuídos à administração pública e ao modelo ideal de burocracia (Weber 1963).

Se os instrumentos da classificação indicativa, como a restrição do acesso de crianças e adolescentes ao cinema e a vinculação dos horários dos programas de TV às graduações da classificação, haviam sido definidos já na CF1988 e no ECA (1990), a aplicação destes passou por um longo processo de suspensão e suspensão. Esta ocorreu com maior assertividade por ocasião da publicação da portaria 796, na gestão do ministro José Gregori, quando os dois mecanismos citados passaram a ser exigidos às emissoras de TV e aos distribuidores de filme e salas de cinema. Neste momento, diversos veículos de comunicação, tanto na imprensa escrita quanto na televisão, manifestaram-se a respeito da política por meio de reportagens, editoriais e manifestos públicos.

Em um editorial a respeito do episódio, a Folha de São Paulo, resumindo alguns pontos comuns da crítica à nova portaria, aponta a falta, ou mesmo a impossibilidade, de critérios objetivos de análise:

O Ministério da Justiça poderia, sim, auxiliar pais a orientar seus filhos sobre os programas mais ou menos adequados. Poderia, sim, oferecer um elemento a mais, desde que puramente indicativo, para o que os norte-americanos chamam de ‘parental guidance’. Quando, porém, Gregori, pelo frágil instrumento da portaria, e não o da lei, passa a estabelecer horários proibidos e exigir de exibidores que remetam previamente o material ao ministério, ele extrapola as suas atribuições. Ainda que se considerem os propósitos do ministro louváveis (o respeito aos ‘valores éticos e morais’), não existe uma forma objetiva de estabelecer quais são esses valores. É evidente que o aceitável para uma família de classe média-alta liberal de uma grande cidade é muito diferente do aceitável para uma família religiosa do interior do país. Até a curvatura da Terra e seus fusos-horários conspiram contra essa ‘uniformização’. O que uma emissora de TV exhibe no verão às 21h de Brasília será quase uma sessão da tarde no Acre (18h). (Folha de São Paulo, 15/09/2000, “Censura Enrustida”, Editorial Opinião)

Além de questionar a estruturação da política por meio de uma portaria ministerial, instrumento inferior àquele da lei ordinária, o editorial caracteriza como impossível a definição de forma objetiva dos “valores” a serem seguidos pela classificação indicativa. Falando de diferenças regionais, de horário e de classe, o texto questiona a concepção de um padrão consensual capaz de representar de maneira universal os chamados “valores éticos e morais” da população brasileira. Mesmo reconhecendo a necessidade de auxílio

aos pais sobre a relação dos seus filhos com as “programações mais adequadas”, a legitimidade de um sistema público de classificação (ou seja, gerido pelo estado) é desafiada em diversos textos publicados a respeito do tema, nesse momento e posteriormente. A proposta é associada com frequência à censura federal ocorrida durante o regime militar:

A única novidade prática de curto prazo da portaria 796, em que o ministro da Justiça, José Gregori, tenta controlar a ‘baixaria’ na televisão, é a adoção de uma versão moderna daquele horrendo slide, do tempo do regime militar, em que as emissoras exibiam, antes de todo programa, uma xerox tosca do certificado da Censura Federal. Está escrito no artigo 10 da portaria que ‘nenhum programa de televisão será apresentado sem aviso de sua classificação, exposto de maneira visível, antes e durante a transmissão’. Isso lembra muito os slides da dona Solange, famosa censora dos anos 70. A rigor, o pacote de José Gregori é confuso e, ao mesmo tempo, para inglês ver. É confuso porque não estabelece critérios claros das graduações de sexo e violência. Ao mesmo tempo em que exige a exibição da classificação, dispensa dessa exigência os programas ao vivo – como o do Ratinho. (Folha de São Paulo, 13/09/2000, Ilustrada – “Ineficaz, portaria do governo ressuscita símbolo da censura”)

Nesse segundo texto, as configurações gráficas dos ícones e faixas exigidas pela nova portaria, com a indicação da classificação de cada programação, são remetidas aos quadros exibidos durante o regime militar, desqualificando o caráter inovador que a portaria teria. Critica-se ainda a falta de critérios claros sobre como as gradações relacionadas a sexo e violência se dariam. A acusação de arbitrariedade é reificada com o questionamento da não aplicação, naquele momento, dos mesmos mecanismos aos programas de auditório exibidos ao vivo (como o Programa do Ratinho, frequentemente identificado como programa de “baixaria”). Portanto, a tônica desta crítica é a acusação reiterada de superficialidade e casuísmo.

Outro momento de destaque neste processo de consolidação da classificação indicativa ocorreu no ano de 2007, com a publicação da portaria 1.100/2006, na gestão do então ministro Márcio Thomaz Bastos. Com esta, houve uma profunda modificação dos critérios classificatórios, a partir do lançamento do chamado “Manual da Nova Classificação Indicativa” (que posteriormente passou a ser chamado de Guia Prático), elaborado para orientar o trabalho dos analistas e atender à crítica de que as regras utilizadas não seriam claras e públicas.

Com este documento inaugurou-se a divisão temática em três eixos (violência, sexo e drogas), bem como a revisão dos ícones a serem apresentados nas obras, o que trouxe

mudanças substâncias aos trâmites administrativos da COCIND. Novamente, várias matérias foram publicadas a respeito. O trecho a seguir, extraído de uma publicação da revista *Veja*, reúne argumentos usuais no período para tratar da autodenominada “Nova Classificação Indicativa”:

No último ano, a equipe de Romão tem feito um esforço concentrado para se organizar e tornar seus critérios mais objetivos. Antes, o trabalho se baseava em parâmetros que eram um primor de subjetividade e vagueza – como “conflitos não-assimiláveis” ou “desvirtuamento de valores éticos”. De acordo com o novo manual, é preciso distinguir, por exemplo, entre mera sugestão de violência e violência explícita, ou consumo de drogas legais, como álcool e tabaco, e uso de drogas ilegais. “Fico de olho nos cliques, porque às vezes a gente encontra um rapper fumando um baseado lá no canto da imagem”, diz o analista Rodrigo da Cunha Lima, de 24 anos. Mas esses cuidados estão longe de solucionar os impasses. (*Revista Veja* 21/12/2005 – “Um perigoso flerte com a censura”)

A reportagem aborda supostos casos de inconsistência na classificação de filmes e programas de TV antes da nova portaria. A falta de objetividade dos critérios anteriores é posta a partir da citação das categorias classificatórias de “conflitos não-assimiláveis” e “desvirtuamento de valores éticos”, evocadas como evidências quase satíricas de “subjetividade e vagueza”. A maior minúcia da “nova classificação indicativa”, trazida pela diferenciação entre “sugestão de violência” e “violência explícita”, é confrontada com a descrição caricatural de uma cena em que um analista permanece à espera da aparição de um “baseado” em um clip musical. Casos como este confirmam um movimento diligente no sentido de enquadrar o trabalho dos classificadores como superficial e moralista, a ser retratado com alguma dose de humor.

Diante desse cenário, apontado apenas de passagem, situa-se uma das questões centrais colocadas para a legitimidade do exercício da classificação indicativa enquanto prática estatal, e que a perseguiria durante toda a sua trajetória: o desafio de apresentar definições precisas, objetivas e padronizadas dos critérios de análise utilizados pelos seus operadores – o que constituiria uma técnica própria.

A seguir, dando continuidade a este empreendimento etnográfico, apresento o trabalho de campo que desenvolvi junto à Coordenação de Classificação Indicativa (COCIND), pontuando algumas características fundamentais deste contexto institucional: o cotidiano de trabalho dos analistas e os seus fluxos procedimentais. Posteriormente, concentro-me em dois dos seus principais documentos – o guia prático e o relatório técnico – examinando

do como estes ganham sentido a partir de uma leitura a contrapelo em relação a determinadas demandas políticas que lhes são colocadas.

### **Sobre a COCIND e seus trâmites**

Iniciei meu trabalho de campo em Fevereiro de 2016, após uma reunião de apresentação com o coordenador da COCIND e com os diretores (titular e adjunto) do Departamento de Políticas de Justiça (DPJ). Após entregar uma cópia impressa do meu projeto e uma carta de apresentação enquanto pesquisador vinculado a uma universidade pública, apresentei minha pesquisa, enfatizando o objetivo de entender o funcionamento cotidiano da política (seus trâmites, convenções, documentos, etc.) e a metodologia de classificação. Informei que, com esse intuito, gostaria de acompanhar o trabalho dos classificadores ao longo do ano da maneira mais intensa que me fosse permitida.

Apesar de terem demonstrado surpresa com o período prolongado de permanência em campo que havia proposto, diferente do padrão apresentado por outros pesquisadores que por lá passaram, todos os três interlocutores consentiram minha investigação, expressando o interesse do departamento em relação à realização de estudos acadêmicos sobre a classificação indicativa. Tive o acesso autorizado tanto ao dia-a-dia de trabalho dos analistas, quanto aos documentos produzidos pelo setor. A aprovação da minha inserção foi colocada como parte de um esforço de transparência e interlocução com a “sociedade” e com a “academia”, reforçada por referências a outras pesquisas que também teriam sido apoiadas.

Nesta mesma reunião, quando me coloquei à disposição para colaborar no que fosse possível durante o período de pesquisa, visto que disporia de tempo para estar “disponível” no setor, foi-me sugerido o cadastramento como colaborador voluntário, o que me permitiria trabalhar com a classificação “na prática”. Aceitei a ideia com entusiasmo e, após o encerramento da reunião, dirigi-me à COCIND, acompanhado pelo coordenador, para ser apresentado aos funcionários presentes (analistas, auxiliares administrativos e estagiários).

O coordenador, de forma gentil, mas com considerável formalidade, explicou-me a composição da coordenação, então dividida em três setores: o setor de análise prévia (chamado informalmente de “Análise Prévia”), responsável pela análise de filmes, séries e outros materiais para cinema e DVD; o setor de monitoramento (chamado informalmente de “Monitoramento”), responsável pela classificação das programações de televisão, bem como pelo acompanhamento dos canais de TV aberta; e, por fim, o setor de análise de

jogos eletrônicos (chamado informalmente de “Jogos”). Ao todo eram cerca de dezesseis funcionários e dezesseis estagiários, divididos entre aqueles que trabalhavam com o suporte administrativo (cinco funcionários de nível médio e quatro estagiários), e os que trabalhavam com a análise propriamente (11 funcionários de nível superior e 12 estagiários).

Conforme foi acertado, comecei minha experiência enquanto voluntário pelo treinamento padrão dado tanto aos servidores concursados quanto aos estagiários, que consiste em acompanhar o trabalho dos analistas do setor por algumas semanas, de início apenas observando e, posteriormente, elaborando meus próprios relatórios. Nessa iniciação, o aprendiz não atua sozinho, mas escreve sob a tutela de um supervisor, recebendo *feedbacks* sobre os erros e acertos na análise das obras.

Durante a minha iniciação também assistia a filmes ao lado de analistas mais experientes, auxiliando-os em seus processos de produção. Desse modo, pude ganhar familiaridade com o Guia Prático da Classificação Indicativa e aprender a manejar com mais fluidez seus critérios e categorias. Com algumas semanas, passei a elaborar relatórios e a receber comentários sobre seus pontos fortes e fracos. Com muita generosidade, meus interlocutores demonstravam bastante comprometimento com o meu aprendizado, comentando não apenas o que poderia ser melhorado, mas também os casos e aspectos considerados positivos.

Sobre os processos da COCIND, estes se diferenciam em relação ao cinema e vídeo, por um lado, e à televisão, por outro. No primeiro caso, a análise é feita obrigatoriamente *a priori*, ou seja, previamente ao lançamento da obra no mercado.

O percurso se dá da seguinte forma: O produtor ou distribuidor envia, por correio eletrônico ou convencional, a ficha técnica de audiovisual com os dados da obra (incluindo uma sugestão de faixa), a cópia integral do produto e o comprovante do pagamento do seu cadastro junto à Agência Nacional de Cinema – ANCINE (a classificação em si não possui taxa administrativa). O coordenador, assessorado pelos funcionários do administrativo, recebe o material e o encaminha para o responsável pela Análise Prévia que, por sua vez, o distribui para um estagiário de nível superior. O estagiário elabora o relatório preliminar e o envia a um analista concursado, para uma segunda verificação do texto. Em seguida, este é devolvido ao responsável pelo setor para uma terceira leitura, sendo encaminhado ao coordenador da COCIND. Após outra conferência, o documento é enviado para assinatura do diretor do DPJ e publicação no Diário Oficial da União. Quando a classificação é vista como inadequada ou ambígua por um dos revisores, a obra é reexaminada por mais pessoas, na busca por uma posição ponderada a partir de diferentes opiniões.



A classificação dos programas de TV, por outro lado, pode tramitar de duas formas: o produtor envia o material integral para análise prévia, do mesmo modo que acontece no caso de filmes para cinema e vídeo, ou opta pela autoclassificação, encaminhando uma sugestão de faixa etária, juntamente com a ficha contendo a sinopse e as tendências de conteúdo que serão retratadas. A solicitação das emissoras é encaminhada à COCIND, o coordenador remete o processo ao responsável pelo Monitoramento que, por sua vez, o delega a um analista.

Para a autoclassificação, o prazo de avaliação e validação por parte da COCIND é de 60 dias. Após o acompanhamento diário da obra, a faixa etária verificada é publicada no Diário Oficial. O trabalho continua durante toda a duração da exibição com o mesmo analista, sendo que todos os capítulos são registrados em relatório e arquivados para a apreciação de futuras reexibições. No caso de desrespeito sistemático à classificação atribuída, o DPJ notifica as emissoras e encaminha denúncia ao Ministério Público Federal, para que as devidas medidas legais sejam tomadas. Por não ter poder de polícia, esse departamento não aplica nenhuma punição diretamente, seja para o cinema ou para televisão, cabendo-lhe apenas a comunicação às autoridades responsáveis. Por outro lado, as emissoras, os produtores ou os distribuidores que não concordarem com a classificação atribuída podem fazer um pedido de reconsideração diretamente à COCIND e, depois, caso tenham seus pedidos negados, entrar com recurso junto às instâncias hierárquicas superiores.

A rotina dos analistas da classificação indicativa consiste em assistir a filmes e programas de televisão na tela dos computadores das suas cabines de trabalho, e em redigir relatórios. Durante o período de pesquisa de campo, em que pude acompanhá-los ao longo de vários meses, fui ficando cada vez mais intrigado com a designação do relatório como “técnico”. Chamava atenção principalmente a falta de uma formação acadêmica específica (o que era apresentado como algo positivo, índice de uma diversidade de perspectiva benéfica), bem como a brevidade do treinamento recebido, o que parecia destoante do ideal de tecnicidade fincado em um campo acadêmico específico, regulamentado pelo estado e com processos e instituições educacionais credenciados.

Como a noção de técnica seria definida neste contexto? Seria esta ensinada durante a formação inicial em que se aprende a utilizar as diversas orientações classificatórias do guia prático? Qual o papel das configurações formais e gráficas dos documentos para a fundamentação desta técnica?

Tendo esses questionamentos no horizonte, detenho-me nas próximas seções ao exame do guia prático e do relatório técnico, de modo a apreender os seus sentidos e efeitos, bem como os usos e dinâmicas que mobilizam.

## Sobre o Guia Prático da Classificação Indicativa

O Guia Prático da Classificação Indicativa foi produzido para orientar/normatizar o trabalho feito pelos analistas da COCIND. Sua edição atual, lançada em 2012, consiste em uma reformulação do manual publicado em 2006. A elaboração desse documento foi levada a cabo por uma equipe multidisciplinar composta por 16 pessoas, das quais duas ainda faziam parte dos quadros da COCIND. A versão digital encontra-se disponível na página principal da classificação indicativa no portal do Ministério da Justiça, em lugar de destaque<sup>3</sup>.

Composto de 44 páginas, o guia inclui: a introdução, que apresenta a política e a Secretaria Nacional de Justiça (onde se localiza o DPJ e, por conseguinte, a COCIND); os objetivos; os mecanismos e critérios de análise; os atenuantes e agravantes a serem levados em consideração; os modos de exibição gráfica da classificação nas obras; e a seção de perguntas e respostas.

O texto de apresentação trata de maneira precisa as principais questões enfrentadas pela classificação indicativa, iniciando com uma introdução aos seus fundamentos legais, em que se destaca o ECA, e ressaltando a competência do órgão responsável pela sua condução:

A Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), do Ministério da Justiça, tem como uma de suas competências a atribuição da classificação indicativa a obras audiovisuais (televisão, mercado de cinema e vídeo, jogos eletrônicos e jogos de interpretação – RPG). Essa competência decorre de previsão constitucional regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e disciplinada por Portarias do Ministério da Justiça. A classificação indicativa se encontra consolidada como política pública de Estado e seus símbolos são reconhecidos pela maioria das famílias e estas os utilizam para escolher a programação televisiva, os filmes e os jogos que suas crianças e adolescentes devem ou não ter acesso. No intuito de fortalecer ainda mais a ideia de corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade (na qual se incluem as empresas de comunicação), é fundamental o pleno conhecimento dos mecanismos que envolvem a classificação indicativa das obras audiovisuais (Secretaria Nacional de Justiça 2012: 5).

Posteriormente o texto toca em questões referentes à gestão da classificação en-

---

3 O endereço eletrônico da COCIND é: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/classificacao>. A equipe que elaborou o guia prático, formada por oito mulheres e oito homens, contava com profissionais das áreas do Direito, da Comunicação, das Ciências Sociais e da Psicologia. Seu caráter interdisciplinar é colocado com um ponto forte, o que representaria uma metodologia aprofundada a partir da contribuição de diversos campos acadêmicos.

quanto política pública, reforçando a ideia de objetividade de análise, bem como a de publicidade dos critérios adotados:

A Secretaria Nacional de Justiça tem buscado unificar, objetivar e dar publicidade aos critérios e à interpretação do Manual da Nova Classificação Indicativa. O esforço de tornar cada vez mais clara a classificação indicativa vai ao encontro do propósito efetivo da política pública: fornecer instrumentos confiáveis para a escolha da família e a proteção da criança e do adolescente contra imagens que lhes possam prejudicar a formação. Esse esforço já vem surtindo resultados. Por meio das oficinas de classificação indicativa realizadas em Brasília e em outras cidades pelo país com representantes de emissoras de TV, foi possível aproximar as auto classificações (atribuídas pelas emissoras) das homologações do Ministério da Justiça – o índice de coincidência hoje está próximo a 90%. Este Guia Prático é um instrumento democrático que visa dar transparência e objetividade à política pública da classificação indicativa, evidenciando os critérios de análise. Tanto pode servir às emissoras de TV, produtoras e distribuidoras de filmes e jogos, como também à sociedade em geral e à família (Secretaria Nacional de Justiça 2012: 5).

A argumentação apresentada no texto reforça o trinômio sociedade-estado-família como modelo relacional que dá sentido à política e aos mecanismos utilizados para a sua execução. Se ao estado se atribui a tarefa de analisar as obras audiovisuais, classificá-las e indexá-las em relação às diferentes faixas etárias de “vulneráveis”, isto se justifica como uma ferramenta a ser disponibilizada às “famílias” e à “sociedade em geral”, como auxílio na gestão do cotidiano de crianças e adolescentes enquanto espectadores ou receptores destas imagens. Através deste argumento, enfatiza-se que a proposta não defende a substituição ou sobreposição da autoridade da família, mas a construção do que seria uma espécie de gestão compartilhada.

Por outro lado, investe-se na ideia de serviço público como algo a ser ofertado, com critérios e procedimentos definidos e publicizados, pautado não apenas na objetividade e impessoalidade, mas também na transparência da relação entre estado/cidadãos. O guia reforça reiteradamente esta asserção, evidenciando o quanto esse ponto de tensionamento demanda investimento por parte dos seus propositores: ao invés de uma prática de controle, própria de um regime autoritário, a classificação indicativa se afirma a partir da lógica de um estado prestador de serviços, preocupado com o *feedback* e o engajamento da sua clientela. Nesse sentido, comunicar com eficiência o *modus operandi* da política torna-se algo imprescindível.

Posteriormente, o guia apresenta o esquema de aplicação dos critérios classificatórios. As chamadas “tendência de indicação” compreendem os diversos tipos de conteúdo inadequado distribuídos pelas diferentes faixas etárias, hierarquizados quanto à gravidade que lhes é atribuída. A gradação etária se daria em um crescente proporcional ao aumento de, fundamentalmente, três fatores: complexidade, recorrência e intensidade. Algumas tendências, como as relacionadas à nudez, são definidas dentro de uma linha ascendente: Nudez não erótica (Livre), Nudez velada (12 anos) e, por fim, Nudez (14 anos). Outras, como a de Prostituição (14 anos) ou Suicídio (16 anos), são definidas sem relação direta com outras categorias afins. Além disso, quanto mais ocorrências a obra apresentar, mais alta tenderá a ser a sua classificação.

Após a enumeração das tendências de indicação de cada eixo temático (violência, sexo e drogas) e faixa etária (Livre, Não recomendado para menores de 10, 12, 14, 16 e 18 anos), o guia descreve os fatores atenuantes e agravantes utilizados na definição final da classificação. Com estes mecanismos, a análise não apenas considera as tendências de indicação registradas, mas também pondera a incidência destas com outros elementos como: a duração, a frequência, a composição, o contexto e a relação com a narrativa como um todo. Assim, mesmo que apresente tendências de 18 anos, a obra pode ser classificada como não recomendada para menores de 16 anos, tendo esses outros elementos em conta.

Em seguida, os diversos formatos de apresentação gráfica da classificação são apresentados, tanto para as obras quanto para os meios que as contenham ou anunciem, como banners, propagandas, embalagens, trailers, etc. Este esforço de padronização aparece como mais uma estratégia para tornar a classificação acessível e reconhecível para o público.

Na conclusão do guia, na seção de perguntas e respostas, as motivações e modo de funcionamento da classificação indicativa são expostos. Algumas questões são de caráter administrativo (como a exposição das instâncias recursais e os prazos de cada processo), enquanto outras se concentram na distinção em relação à censura e na afirmação da classificação enquanto serviço público próprio de um regime de cidadania e democracia, em que o cuidado e proteção de crianças e adolescentes ganham sentido enquanto garantia de direitos.

Nesse último aspecto, o principal argumento é o de que a classificação indicativa não proíbe ou interfere nas obras analisadas, mas apenas mapeia e informa aos pais/responsáveis sobre os conteúdos inapropriados identificados. Portanto, a família não teria sua autoridade e responsabilidade mitigadas pelo estado, mas seria auxiliada na gestão do modo como suas crianças e adolescentes se relacionam com produções audiovisuais.

## Sobre o Relatório Técnico

O relatório técnico é a peça administrativa principal do trabalho da COCIND, em que os analistas registram as diversas ocorrências de conteúdo inapropriado e efetivam a atribuição fundamentada de uma faixa etária. Após a publicação da classificação dada à determinada obra no Diário Oficial da União, este documento pode ser fornecido aos interessados que o solicitarem formalmente – não apenas aos produtores e diretores diretamente envolvidos, mas a qualquer “cidadão” que o desejar.

A maneira como o relatório é estruturado é a seguinte: 1) o cabeçalho, contendo o título do filme em Português e na versão original (caso se trate de uma obra estrangeira); 2) a seção chamada de “Descrição fática”, onde se escreve a sinopse da obra; 3) a seção “Tendências de Indicação”, em que as tendências são marcadas, com a indicação cronometrada do tempo em que ocorreram e a descrição pormenorizada da sequência; 4) a seção “Aspectos Temático, Contextuais ou Informativos”, onde se analisa o conjunto de tendências encontradas para cada eixo (violência, sexo e drogas) e se indica a faixa etária correspondente. Neste campo o autor assina o documento, fazendo constar o nome do estagiário ou de outro analista colaborador. Por último, 5) o quadro-resumo da análise, que apresenta os dados da classificação em palavras-chaves.

A contabilização das tendências de indicação realizada na seção “Aspectos temáticos, contextuais e informativos” é onde se abre uma margem maior de interpretação para os classificadores, pois cabe a eles decidirem se atenuam ou agravam determinado aspecto encontrado. Levando em consideração não apenas as tendências ocorridas, mas também os diversos critérios trazidos pelo guia prático, os analistas decidem nesta seção a faixa etária a ser atribuída.

O roteiro seguido na redação desta “análise” é aprendido durante o treinamento inicial e segue a seguinte convenção: inicia-se com um breve resumo da história narrada, para depois dedicar ao menos um parágrafo para cada eixo temático (violência/ sexo/ drogas), enumerando as tendências de indicação e adicionando comentários sobre a relevância, frequência, agravantes e atenuantes.

Nesta parte, há uma maior preocupação com a linguagem utilizada, pois se nos outros itens trata-se de uma descrição que pode lançar mão de mais recursos linguísticos, de modo a registrar com maior riqueza as cenas enquadradas, aqui deve ser construída a justificativa que embasa a decisão tomada ao se atribuir determinada faixa etária. O emprego abundante de adjetivos e advérbios que possam trazer excessos de qualificação é rechaçado, apostando-se na utilização de expressões como “no que se refere”, “em relação a”, “tratando-se de”, “no que concerne”, dentre outras. Por outro lado, a qualificação das

tendências utiliza um conjunto específico de palavras, como “inadequado”, “impróprio”, “depreciativo”, “relevante”, “recorrente”, “impactante”, “inapropriado”, e “agravado”, vistos como termos neutros. No parágrafo de encerramento, utiliza-se usualmente uma fórmula própria para declarar a faixa etária atribuída, começando com “Diante do exposto” e terminando com “sugere-se a classificação da obra como x”.

O acompanhamento do trabalho dos analistas ao longo destes sete meses me permitiu observar que a classificação leva em consideração, além dos critérios trazidos pelo manual, uma tentativa de equalizar o tratamento dado às diversas obras que passam pela COCIND. Busca-se alinhar a proporção aplicada, de modo que filmes com conteúdos semelhantes não sejam abordados de maneiras díspares. Essa noção é constituída a partir do compartilhamento de relatos e impressões entre os analistas, que estão sempre conversando a respeito de assuntos do trabalho (os filmes vistos, as cenas que chamaram atenção, as dúvidas que tiveram na atribuição de uma faixa etária). Os chefes também fazem um esforço constante nesse sentido, pois são estes que tratam frequentemente com os distribuidores e as emissoras de televisão, quando as classificações podem ser objeto de questionamento.

Em relação aos programas televisivos, devido ao fato dos relatórios serem feitos a cada capítulo ou episódio, a decisão sobre a faixa etária é tomada após o acompanhamento contínuo por dois meses. Ao contrário dos filmes, que são produtos fechados, as obras para televisão são analisadas ao longo de toda a sua exibição, dando um espaço maior para que a classificação seja violada e produzindo uma tensão prolongada entre as emissoras e a COCIND.

Outra consequência desse formato consiste no fato das emissoras terem que fazer compromissos de longo prazo, prometendo contrapontos a determinados conteúdos (o que é considerado como atenuante pelo guia prático), ou mesmo a amenização das ocorrências. Em diversas ocasiões escutei, da parte de analistas (estagiários e concursados), a reclamação de que as novelas são contidas durante a fase inicial (os dois meses que fundamentam a classificação), extrapolando depois os limites da faixa etária, especialmente nas últimas semanas, quando as inadequações costumam se intensificar.

De um modo geral, o relatório técnico é escrito por mais de uma pessoa, sendo possível que este seja alterado no âmbito de cada setor sem que, necessariamente, alguém assuma a autoria da modificação, em uma espécie de escrita coletiva ou institucional. A faixa etária atribuída ainda pode ser modificada posteriormente, tanto pelo diretor da DEJUS, quanto pelo Secretário Nacional de Justiça. No entanto, nestes casos, o sistema apontará que se tratou de alteração em desacordo com o relatório, deixando-o registrado integral-

mente no sistema eletrônico de processos<sup>4</sup>. As negociações que resultam nestas revisões são pouco acessíveis aos analistas, sendo vistas por estes como resultado das pressões exercidas de fora (por produtores e emissoras, ou mesmo pela imprensa, quando se trata de uma obra de grande visibilidade): a dimensão política da classificação indicativa.

A distinção entre o “técnico” e “político” se manifesta também nas atividades públicas a respeito da classificação (seminários, audiências, atos públicos), que ficam a cargo dos diretores do DPJ e, ocasionalmente, do coordenador da COCIND. Ao mesmo tempo em que a “política” é mencionada negativamente, nesse sentido das negociações, como uma intervenção ilegítima sobre o trabalho classificatório, os analistas também se queixam dessa separação com algum ressentimento. Para vários, são os superiores que ganham os bônus públicos do trabalho (falar em nome da classificação indicativa em eventos ou entrevistas, por exemplo), restando a esses apenas a parte estritamente “burocrática”. Mesmo que assistir a filmes e programas seja, a princípio, uma atividade associada ao ócio e à diversão, o fato de não ser possível escolher o tipo de obra preferido, bem como o ritmo e as constantes interrupções exigidos pela escrita do relatório, fazem com que a rotina seja vista e experimentada como qualquer outra, ou seja, passível de ser tomada pelo tédio e monotonia.

## Sobre a técnica e seus usos

Para explorar a complexidade das relações estabelecidas pelos diversos sujeitos mobilizados através do trabalho da COCIND, e o modo como tais relações agenciam normas e documentos, me centrei na análise da obra *Aquarius* (2016), de Kleber Mendonça Filho. O filme foi classificado como “Não recomendado para menores de 18 anos”, a maior faixa etária existente. Dentre as cenas descritas no relatório técnico, duas contribuíram decisivamente para a atribuição da classificação final, conforme o próprio documento explícita:

**01:17:20 - Nudez / Situação sexual complexa / Relação sexual intensa / Nudez agravada por composição de cena:** No apartamento acima ao de Clara, durante uma festa, acontece uma orgia. Várias pessoas mantêm relações sexuais de maneira intensa, sendo possível ver o pênis ereto de um dos participantes e as nádegas de vários outros.

---

4 O Ministério da Justiça passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) a partir de janeiro de 2015. Este sistema, produzido pelo governo federal para ser utilizado em todos os seus órgãos e instituições, consiste em uma plataforma online de gestão de documentos e processos. Com a sua utilização, os formulários e as assinaturas passaram a ser totalmente eletrônicos, dispensando o uso de papel na administração pública federal.

**01:18:40 - Consumo de drogas ilícitas / Prostituição / Nudez / Relação sexual intensa / Nudez agravada por composição de cena:** Em seu apartamento, Clara fuma um cigarro de maconha, enquanto espera a chegada de Paulo, um garoto de programa. Ao chegar, ele se senta no sofá com a protagonista. Ele tira a roupa, de modo que seu pênis, que está ereto, fica à mostra. Os dois mantêm relação sexual de maneira intensa (Relatório técnico do filme “Aquarius”, 2016, grifos originais do documento).

Após a enumeração cronometrada das tendências de indicação, o texto segue para a análise que resultou na classificação de “18 anos”. O primeiro parágrafo sintetiza a história, centrada na personagem Clara, *“uma mulher que tenta evitar, a qualquer custo, que uma construtora compre seu apartamento, a fim de construir um novo projeto no local”*. No parágrafo seguinte, as ocorrências relacionadas à temática “sexo” são examinadas:

O conteúdo relacionado a sexo é o mais relevante para fins de classificação indicativa. Logo no começo do filme, há uma cena de sexo intenso e explícito entre um homem e uma mulher, sendo possível ver as genitálias da mulher e a língua do homem, enquanto este pratica sexo oral na parceira. Também é possível ver as nádegas do parceiro. Mais adiante, durante uma festa em um dos apartamentos do Aquarius, ocorre uma orgia, em que se vê várias pessoas nuas, mantendo relações sexuais intensas entre si. As nádegas de muitas pessoas estão à mostra, bem como o pênis ereto de um dos participantes do sexo grupal. Ainda, o longa-metragem exibe uma cena em que Clara chama um garoto de programa para sua casa e mantém relações sexuais com ele. Além de ser visível o pênis do rapaz, logo no começo da cena, vê-se, também, este praticando sexo oral na protagonista. A cena se repete ao longo do filme, através de flashbacks. [...] Diante do exposto, levando-se em consideração a intensidade das cenas de sexo, sendo que, em muitas delas, o ato é apresentado de maneira explícita, conjugado com a nudez agravada por composição de cena, sugere-se a classificação da obra como “Não recomendado para menores de 18 anos” (Relatório técnico do filme “Aquarius”, 2016).

O relatório registra com minúcia não apenas quais foram as ocorrências identificadas, mas também como o analista considerou a gravidade do que foi exibido em cena, detalhando o que decidiu agravar e o porquê. As tendências de indicação consideradas determinantes para a classificação final foram as de “nudez” (14 anos), “relação sexual intensa” (16 anos) e “situação sexual complexa” (18 anos) – aquelas com conteúdos relacionados a “sexo”. Os elementos escolhidos para fundamentar a decisão foram a intensi-



dade e a explicitude adotadas. Além das ocorrências com forte carga moral pela própria temática em si, como a de “prostituição” (14 anos) e a de “situação sexual complexa” (que, no caso, refere-se ao sexo grupal), destaca-se o “hiper-realismo” das cenas e a exposição explícita das regiões genitais dos atores durante os atos sexuais (as nádegas, o pênis ereto, a “genitália da mulher e a língua do homem” durante a felação). Apesar de apenas uma das tendências ser de “18 anos”, o autor decidiu fechar com a classificação mais alta, conforme o argumento apresentado no relatório.

A divulgação da classificação do filme *Aquarius* aconteceu em um momento político conturbado no contexto brasileiro, no segundo semestre de 2016, marcado pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e pela ascensão do novo governo, com as consequentes trocas de diretores e de outros cargos políticos importantes na estrutura do Ministério da Justiça. Para potencializar ainda mais o imbróglio, a equipe da produção do filme fez um protesto contra o novo presidente durante o baile de gala do festival de Cannes, ganhando repercussão na imprensa nacional e internacional. Como consequência, rumores na internet e na imprensa passaram a associar a classificação recebida a uma possível retaliação do governo por conta do protesto. Diversas reportagens foram publicadas nesse sentido, fazendo a acusação ecoar nas redes sociais.

Após terem recurso negado pela COCIND, os produtores de *Aquarius* deram entrada no pedido de revisão da classificação junto ao DPJ, seguindo o procedimento padrão. O texto apresentado no requerimento aciona uma série de argumentos contrários aos acionados no relatório, como se vê a seguir:

Com duração de duas horas e vinte e três minutos, “AQUARIUS”, contém 15 segundos de imagens de sexualidade em três sequências distintas, localizadas no início e na metade da narrativa. As imagens de sexualidade são simuladas por atores. Não é um filme sobre sexualidade ou práticas sexuais, onde conteúdo de fato explícito seja tratado por longos takes e cenas completas com apresentação gráfica e clara de elementos como penetração (vaginal, anal), sexo oral ou outras imagens sexuais conhecidas. Em AQUARIUS, esses 15 segundos de sexualidade são absolutamente pontuais e fazem parte da narrativa, que se concentra em observar a vida de uma mulher de família, aposentada, mastectomizada, em alto nível de estresse pela ameaça de demolição, do apartamento e, também de toda uma vida de boas e más lembranças. Duas dessas sequências com conteúdo sexual trazem inserts de alguns segundos cada, filmados à distância. Na primeira cena (quarto com cômoda de madeira e cama), a sexualidade é mostrada como flashes de memória, inserts de dois ou três segundos. A nudez é enfatizada pelo ângulo da câmera e uso de lente que valoriza a simulação do ato. A alternância entre as imagens (lembranças

da personagem jovem) e a personagem já idosa estabelecem relação de distância para com as imagens do passado, que também são apresentadas sem som natural (não há som da atividade sexual) e em preto e branco. É uma cena franca e rápida, totalmente íntegra às intenções do filme como narrativa humana. Na segunda cena, onde a personagem Clara observa secretamente uma festa no apartamento de cima no seu prédio, há dois pontos de vista filmados atrás da porta do apartamento, mais uma vez à distância: no primeiro plano, há ação de corpos nus, mas a representação é estrategicamente filmada para não exibir nenhuma ação sexual explícita e detalhada.

Ao fundo, em último plano e longe da câmera, em área menos iluminada, há uma simulação de feação/sexo oral que não chega a acontecer. Nas três cenas em questão, todos os atos são simulados, mas com um tom incomum na representação de sexualidade filmada no cinema de mercado, mas sem cruzar a barreira do explícito associado à pornografia (Requerimento de reconsideração do Filme “Aquarius” 2016).

Nesta contra-argumentação, os produtores exploram diversos elementos para contestar as posições do relatório, não apresentando questionamentos diretos à metodologia utilizada na classificação indicativa. Ao contrário, os esforços se centram em levantar fatos trazidos pela própria sistemática do guia prático para reivindicar uma posição mais branda (passar a classificação de “18 anos” para “16 anos”). Dentre estes, destaco a duração, a composição e também a contextualização dos conteúdos enquadrados dentro de um sentido narrativo: as cenas sexuais teriam durado poucos segundos, seriam espaçadas, e teriam relação com a “humanização” da personagem principal. Além disso, as cenas são descritas com um relato mais detalhado dos enquadramentos e dos jogos de câmera/som utilizados para causar o efeito de simulação.

As implicações dos argumentos mobilizados são amplas e analisá-las de forma detida exigiria um esforço que não cabe neste artigo. Por ora, ressalto apenas que essas asserções evidenciam um movimento de distanciamento do filme em relação às produções pornográficas, estas últimas enquadradas como “18 anos” sem mesmo a necessidade de análise pela classificação indicativa. O pedido afasta a obra objeto de apelação do tipo de produção considerado como o topo da escala de inadequação relacionada ao “sexo”, questionando a razoabilidade e proporcionalidade da decisão aplicada. Mesmo que os conteúdos sexuais fossem exibidos de forma “incomum”, não teria havido o cruzamento da fronteira do “explícito pornográfico”, visto que os atores simularam atos sexuais, mas não os praticaram “na realidade”, como se daria nos filmes pornôs. O sexo simulado, nesses

termos, deveria ser colocado em um patamar abaixo daquele destinado à pornografia.

Pela força da contra-argumentação ou não, o pedido foi deferido e a classificação do filme alterada para a faixa solicitada (16 anos). O desfecho do caso não mudou a metodologia do guia prático formalmente, e tampouco a crença dos analistas na adequação dos posicionamentos que foram então assumidos de acordo com as regras de que dispõem. O episódio acabou como mais um em que, diante da pressão pública, as autoridades superiores teriam cedido, a despeito do trabalho dos operadores da classificação indicativa. Em conversas a respeito de episódios como este com diferentes pessoas da COCIND, o sentimento comum foi o de impotência: ser um servidor público anônimo diante de interesses muito mais poderosos, e sem o apoio necessário dos superiores para sustentar as consequências dos seus posicionamentos.

Entretanto, como pode ser visto nesse caso, apesar das ambiguidades e insatisfações manifestas, as disputas em torno da classificação foram mediadas pelas orientações e critérios contidos no guia prático, ou seja, pela própria metodologia adotada no trabalho classificatório. Os artifícios apresentados por esse documento são acionados não apenas pelos analistas na elaboração do relatório técnico, mas também pelos produtores, ao buscarem, pelas regras estabelecidas, a reversão das decisões que lhes desagradam.

## **Sobre documentos e processos burocráticos**

A desnaturalização e historicização das categorias utilizadas para pensar os processos estatais foram defendidas por autores de diversas matrizes teóricas. Em geral, estas propostas convergem no reconhecimento de que é preciso questionar os pressupostos mais básicos implícitos nesses contextos, aqueles que de tão arraigados podem acabar capturando a imaginação do pesquisador e fazendo com que reproduza o pensamento “de estado” sem qualquer crítica ou estranhamento (Abrams 1988; Bourdieu 1996; Foucault 1976). Nesse registro, determinadas dicotomias utilizadas para definir as instituições burocráticas (como a de formal/informal, legal/ilegal, objetivo/subjetivo e pessoal/impessoal) são pensadas como processos de negociação de sentido que movimentam atores e grupos, atualizando ou mesmo subvertendo estas classificações. A apreensão destas e de outras categorias a partir da vida cotidiana dos operadores torna-se uma estratégia para alcançar não apenas a dimensão explícita e objetivada destas práticas, mas também seus processos de produção e reprodução (Wright 1994; Wright & Shore 1997).

Seguindo essa linha, Hull (2012a, 2012b) propõe recolocar os documentos como ferramenta analítica para além do pensamento teórico que os perscruta apenas como mecanismos de gestão da informação (meio de registro ou controle). Os documentos deve-

riam ser reconhecidos, do mesmo modo como os discursos têm sido, como mediadores “densos” entre os sujeitos e os seus mundos, que não apenas transmitem discursos de modo neutro, mas produzem sentidos e efeitos que transbordam os seus signos linguísticos (Hull 2012a, 2012b).

O material etnográfico produzido a partir do cotidiano de trabalho dos operadores da classificação indicativa confirma a riqueza dessa proposição, em que categorias como a de objetividade e padronização são acionadas como ideias políticas potentes que se tornam pontos de disputa entre partes com interesses e posições divergentes. O esforço que formuladores e operadores fazem para superar a crítica de que não utilizam procedimentos e critérios claros e consistentes confirma que este é um ponto nevrálgico desse campo. Longe de a negarem de modo absoluto, como seria, por exemplo, caso a própria ideia de objetividade fosse questionada, o que se vê é uma radicalização da mesma semântica: a nomeação de determinados documentos e procedimentos não apenas como “objetivos”, mas também como “técnicos”.

O termo “técnico”, da maneira como é empregado neste contexto etnográfico, revela um esforço de enfrentamento às acusações de arbitrariedade e subjetivismo, através da adoção, publicamente enunciada, de um código de leitura e um modo de proceder que se materializam no conteúdo esquemático do Guia Prático da Classificação Indicativa e no formalismo dos relatórios. A autoridade do classificador, e da própria classificação, afirma-se não pela inserção em um campo acadêmico específico, mas a partir do aprendizado cotidiano de um *saber fazer* institucionalizado, levado a cabo através de documentos próprios, pelo qual a análise e o analista são “produzidos”.

O exame do guia prático e do relatório técnico, em suas convenções de forma e linguagem e em seus usos, revela que estes documentos não são registros burocráticos adotados aleatoriamente, mas instrumentos com propósitos político-administrativos definidos. Para entender os seus sentidos e agências é necessário considerar um contexto maior de significação que envolve a trama política de negociações e disputas acerca da agenda que a classificação indicativa representa e os modos como é operacionalizada cotidianamente.

Ao seguir esta proposta analítica, uma aposta é feita no potencial heurístico da investigação minuciosa dos cotidianos administrativos e dos recursos que lhes dão sustentação – dentre os quais, os documentos. Estes, por mais banais e aleatórios que pareçam, podem revelar-se como fonte fundamental de entendimento e, portanto, merecem ser tomados em suas potencialidades.

## Referências

- ABRAMS, Philip. [1977] 1988. "Notes on the difficulty of studying the State". *Journal of Historical Sociology*, 1 (1): 58-89.
- BOURDIEU, Pierre. 1996. "Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático". In: P. Bourdieu, *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. pp. 91-135.
- CHAGAS, ROMÃO & LEONEL (Org.). 2006. *Classificação Indicativa no Brasil: Desafios e Perspectivas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça.
- FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. 2013. "‘Apenas preencher papel’: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos". *Mana* [online], 19 (1): 39-68.
- FOUCAULT, Michel. 1979. "Governamentalidade". In: M. Foucault, *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- HULL, Matthew. 2012. "Documents and bureaucracy". *Annual Review of Anthropology*, 41: 251-267.
- HULL, Mathew. 2012. *Government of Paper: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers". *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, 11 (2).
- SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (Org.). 2012. *Classificação indicativa: guia prático*. Brasília: Ministério da Justiça.
- ROMÃO, José Eduardo Elias. 2011. *Pedra na funda: a classificação indicativa contra a ditadura da indústria da comunicação*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de Brasília.
- SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. 1997. "Policy: a new field of anthropology". In: C. Shore & Susan Wright (Eds.), *Anthropology of policy: Critical perspectives on governance and power*. London and New York: Routledge. pp. 3-39.
- TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues. 2014. "Etnografando burocratas, elites e corporações: a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas". In: S. Castilho & A. C. de Souza Lima & C. C. Teixeira (org.). *Antropologia das práticas do poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra-Capa. pp. 7-31.
- WEBER, Max. "Burocracia". 1963. In: M. Weber, *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 229-282.
- WRIGHT, Susan. 1994. "Culture in anthropology and organizational studies". In: S. Wright (ed.). *Anthropology of organizations*. London: Routledge. pp. 1-31.

Recebido em 29 de junho de 2017.

Aceito em 07 de novembro de 2017.

## Conferências de cultura: sobre metodologias organizacionais, eleições e produção de representatividade

Lorena Avellar de Muniagurria<sup>1</sup>

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

Pós-doutoranda pelo Instituto de Artes da Unicamp

[loreavellar@gmail.com](mailto:loreavellar@gmail.com)

### Resumo

A partir do caso da III Conferência Nacional de Cultura (2013), analiso procedimentos associados ora à *técnica*, ora à *política*, atentando para seus efeitos, bem como para os usos e disputas implicados. Conferências são espaços participativos que produzem delegados e propostas *representativos*. Sucessivas eleições selecionam um reduzido número de pessoas e proposições que incorpora a potência proveniente da participação massiva inicial, em um processo percebido não como exclusão, mas como acúmulo. Assim, conferências produzem a própria *cultura brasileira* enquanto totalidade passível de ser representada. As representatividades, reconhecidamente *políticas*, tendem a ser atribuídas a *metodologias* adequadas. Procedimentos organizacionais muito variados – temário, calendário, votações, construção de propostas – mostraram ter efeitos importantes, reconhecidos por organizadores e participantes. Enquanto alguns desses elementos seriam *políticos*, outros seriam meramente *técnicos*, evidenciando uma complexa relação: técnica e política estão intimamente relacionadas, mas são também continuamente contrapostas. É nesse jogo que legitimidades são produzidas.

**Palavras-chave:** conferências de cultura; políticas culturais; espaços participativos; Ministério da Cultura; antropologia da política.

---

1 Lorena Avellar de Muniagurria é doutora em Antropologia Social pela USP. É autora do livro *Políticas da cultura: trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional*, no prelo, a ser publicado pela Ed. Humanitas, e coautora do livro *Leitura e interpretação de textos historiográficos*, em parceria com Bruno Zorek, publicado pela Intersaberes em 2017. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado da FAPESP (processo 2017/20126-0) junto ao Projeto Temático O Musicar Local (processo 2016/05318-7), no qual desenvolve uma pesquisa sobre música, ativismo e políticas de patrimônio.

## Abstract

Considering the case of the III National Conference of Culture (2013), I analyze procedures associated to either *technique* or *politics*, paying attention to their effects, as well as to the uses and disputes involved. Conferences are participatory spaces that produce *representative* delegates and proposals. Successive elections select a few people and propositions that incorporate the power from the initial massive participation, in a process perceived not as exclusion, but as accumulation. Therefore, conferences produce the Brazilian culture itself, as a totality that can be represented. This representativity is taken as a *political* one, but it is usually considered the result of appropriate *methodologies*. A wide range of organizational procedures – themes, calendars, voting, proposals constructions – have shown important effects, which are recognized by the organizers and participants. While some of these procedures would be consider *political*, others would be merely *technical*, evidencing a complex relationship: technique and politics are closely related but also continually opposed – and legitimacy is a product of this game.

**Key-words:** Conferences of culture; cultural policies; participatory spaces; Ministry of Culture; Anthropology of politics.

Pesquisando a atuação da chamada sociedade civil em espaços participativos vinculados ao Ministério da Cultura<sup>2</sup>, fui apresentada a um universo onde procedimentos organizacionais, chamados usualmente de *metodologia*, costumavam ser contrapostos ao *político*.<sup>3</sup> O mesmo se dava com uma série de conhecimentos ditos especializados ou técnicos. Neste artigo, veremos que valores e legitimidades distintas regiam esses dois conjuntos de saberes e práticas sem, contudo, tratar-se de mera oposição: havia uma relação complexa, ao mesmo tempo de tensão e de articulação, entre o técnico e o político.

Talvez a melhor maneira de ilustrar essa relação seja através de um breve relato sobre os *bons de matemática*. Ouvi essa expressão em apenas duas ou três ocasiões, no contexto de eleições de representantes da sociedade civil, mas o fato que ela refere mostrou ser recorrente. Os bons de matemática eram aquelas pessoas capazes de prever o resultado de eleições segundo o contexto particular dado. O exemplo mais significativo que encontrei em campo dessa habilidade e de suas implicações foi o de uma eleição em que um pequeno conjunto de pessoas – quinze, ao todo – escolheu, dentre elas, seu repre-

---

2 Trata-se de minha pesquisa de doutorado, que investigou processos relativos à construção de uma política nacional de cultura durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016). Parte central do trabalho de campo implicou acompanhar uma série de espaços participativos, como conferências, conselhos e colegiados de cultura. Desenvolvida no PPGAS/USP sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Peixoto e com financiamento da FAPESP (processo 2012/05465-9), a investigação resultou na tese intitulada *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura* (Muniagurria 2016).

3 Reservo o uso do itálico para termos ou expressões nativas e estrangeiras, bem como para indicar títulos de obras. Por sua vez, as aspas apontam termos e citações literais.

sentante para uma importante instância oficial de participação social. Três integrantes se candidataram: João, Ângela e Tiago.<sup>4</sup> Cada uma das quinze pessoas votaria no candidato de sua preferência; aquele que obtivesse o maior número de votos seria o titular e o segundo colocado seria o suplente. Tudo se encaminhava para que João fosse eleito titular e Ângela, a suplente. Mas outro integrante do grupo, Ricardo, sugeriu que ao invés de terem apenas um voto, fosse possível ter dois: “um pra titular e um pra suplente”. A proposta não causou estranheza, pois nos espaços participativos que acompanhei não era raro que o número de votos fosse igual ao número de vagas disponíveis. Por exemplo, se iriam eleger 10 delegados, cada eleitor poderia ter direito ou a um, ou a dez votos, conforme o modelo de eleição estipulado.

A mudança de procedimento foi aceita e procedeu-se à votação. Na contagem final, uma surpresa para todos, menos para Ricardo: João ficou em segundo lugar, sendo eleito para a suplência, enquanto Tiago, que a princípio teria apoios apenas para o terceiro lugar, quiçá para o segundo, conquistou a vaga titular. Como isso aconteceu, dado que Tiago não era a primeira opção da maioria? Ocorre que o conjunto de votantes estava dividido principalmente entre duas preferências: João e Ângela. Mas, dentre os três candidatos, Tiago era aquele com menor rejeição – ou seja, ele era a segunda opção da maioria. No momento da votação, tendo dois votos, a maior parte das pessoas votou em sua primeira opção e em Tiago – sem perceber que, na prática, ambos os votos contavam para titular, pois não haviam sido estipuladas inscrições separadas para titular e suplente. Assim, ele terminou por ganhar um voto de quase todos os presentes, ficando com um total maior que os outros dois candidatos.

Foi o próprio Tiago quem me relatou essa história, em uma conversa na qual ele comentava sua admiração pela habilidade que certas pessoas tinham em conhecer e manipular regras e metodologias. Disse ter ficado tão surpreso com a reviravolta daquela votação quanto o resto do grupo, e que só entendeu com precisão o que havia acontecido quando Ricardo, depois do evento, contara-lhe que havia proposto a mudança de procedimentos intencionalmente, com o objetivo de favorecer sua eleição – a de Tiago. Ricardo era então um dos *bons de matemática*: sabia ler prováveis resultados de uma eleição conforme os candidatos, o conjunto de votantes e os procedimentos de votação colocados, e jogava com essa habilidade. Conheci outros bons de matemática durante o campo, mas nem sempre seus objetivos eram tão facilmente atingidos, a depender do quanto conheciam o público presente e, principalmente, do número de participantes. Pois, quanto maior a eleição, esse cálculo se torna mais difícil. Imagine fazer tal previsão em conferências, que costumam

---

4 Os nomes são fictícios.



ter entre 100 e 300 delegados, alcançando por vezes a casa de 900 votantes. Nessas ocasiões, a possibilidade de propor alterações nas regras, como fez Ricardo no caso relatado, costumava ser reduzida ou mesmo nula, mas isso não eliminava o espaço para o jogo de especulações. Por exemplo, vi pessoas tentando prever resultados em conferências de 700 delegados para sugerir estratégias aos seus grupos, de modo a maximizar as chances de elegerem delegados: inscrever ou não mais de um candidato?; concentrar os votos em somente um, ou distribuí-los entre vários?; inscrever ou não determinada pessoa para uma categoria de reserva de vagas, por exemplo, por cotas étnico-raciais? A depender das regras, estratégias distintas podem render resultados melhores.

Essas são apenas algumas das maneiras pelas quais presenciei regras e procedimentos formais serem instrumentalizados com vistas a efeitos reconhecidamente *políticos*. Em muitas ocasiões, sequer se tratava de eleições: discutia-se as implicações de determinados desenhos de editais públicos; se o formato escolhido para a organização de uma conferência favoreceria ou não que ela terminasse no tempo disponível; se determinados modelos de reuniões possibilitavam a participação ativa dos presentes. Quer dizer: a eficácia própria a procedimentos organizacionais – *regras* ou *metodologias* – era reconhecida. Foi tendo isso em vista que, em 2013, *ano de conferência*, vários dos representantes da sociedade civil que eu acompanhava procuraram participar dos comitês e comissões organizadoras de conferências, de modo a poder influenciar aspectos como o tempo dedicado para as discussões, a proporção da quantidade de propostas e de delegados em cada GT, as regras e procedimentos para apresentação de candidaturas e para votação em delegados e em propostas, entre outros.

Neste artigo, tendo em mente a pesquisa mais geral realizada, mas aprofundando o caso do ciclo de conferências que integraram a III Conferência Nacional de Cultura/CNC (2013), proponho analisar uma série de procedimentos que constituem esses encontros e que mostraram ser importantes para a produção de representatividades e legitimidades *políticas* – e, quando digo políticas, quero dizer que são reconhecidas e pensadas primordialmente como tais pelas pessoas envolvidas nos processos que acompanhei. Considerando em particular a relação entre o que é tido como *técnica* e como *política* no universo pesquisado, o objetivo é evidenciar a eficácia de elementos metodológicos e organizacionais, atentando para os procedimentos em si, e também para os usos, negociações e disputas de que eles foram objeto. Veremos que há uma relação complexa entre essas categorias pois, se estão intimamente relacionadas, são também continuamente contrapostas, em um jogo de aproximação e distanciamento do qual resulta a produção de legitimidades.

A seguir, situo a proliferação de conferências em um contexto de valorização da

participação da sociedade civil, e faço uma breve descrição do que são as conferências e os ciclos de conferências nacionais que passaram a ser realizados no Brasil. Em seguida, aprofundo essa exposição a partir da análise do que chamei de forma-conferência, e procuro mostrar como estamos diante de uma estrutura institucional que é produtora não apenas de propostas e resoluções, mas também de representantes, bem como das próprias coletividades e totalidades a serem representadas. Finalmente, passo à análise de alguns procedimentos organizacionais que mostraram ser importantes na construção de representatividades e legitimidades, procurando atentar para a relação existente entre o que é concebido como *técnica* e como *política* no contexto pesquisado<sup>5</sup>.

### **Conferências nacionais, democracia participativa e sociedade civil**

Conferências com ampla participação da chamada sociedade civil, tais como as que observei, são um fenômeno relativamente recente. No contexto brasileiro, ao longo dos anos 1990 e na esteira da redemocratização, esse tipo de reunião passou a ser mais recorrente e, progressivamente, veio a fazer parte da gestão pública no país. Nos anos 2000, elas ganharam novo impulso durante os governos Lula (2003-2010), quando a "participação social" chegou a ser pensada como uma política pública em si mesma (Pogrebinschi & Santos 2011; Avritzer 2013)<sup>6</sup>. Não se trata de uma exclusividade brasileira: também no plano internacional, houve aumento de práticas participativas, e o recurso a conferências foi igualmente muito utilizado – haja vista, por exemplo, as Conferências Mundiais organizadas pela ONU (Góes 2003; Tabbush 2005).

Seja no Brasil, seja nos organismos internacionais, a realização de encontros do tipo parece ter sido associada à então crescente valorização da sociedade civil como fonte de legitimidade para governos e sistemas de gestão pública nacionais, bem como para a governança global. É necessária, aqui, uma atenção especial em relação à oposição feita

---

5 O material utilizado para este artigo corresponde, particularmente, a parte do campo realizado em 2013, quando tive ocasião de acompanhar seis conferências integrantes do ciclo da III Conferência Nacional de Cultura. Elas foram: as municipais das cidades de Curitiba (PR) e São Paulo (SP); as estaduais do Paraná (Guarapuava/PR) e de São Paulo (São Paulo/SP); a Nacional (Brasília); e a Conferência Livre das Culturas Populares e Tradicionais (São Paulo/SP).

6 A primeira conferência nacional realizada no Brasil ocorreu em 1941 e foi dedicada à área da saúde. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que conferências passaram a ser previstas oficialmente como recurso para a participação social e para a gestão pública. Desde então, a proliferação desse tipo de encontro foi significativa, particularmente a partir do primeiro governo Lula: se entre 1941 e 2002 foram realizadas 41 conferências, entre 2003 e 2012, foram 87 conferências nacionais (IPEA 2012). Para os anos de 2013 e 2014, a previsão era de que mais 19 fossem realizadas (SNAS 2013). Além da proliferação de espaços participativos, como conferências e conselhos gestores, outra evidência da centralidade da *democracia participativa* nas gestões Lula foi a proposta de uma Política Nacional de Participação Social/PNPS, instituída a partir da promulgação do Decreto presidencial nº 8.243 de 2014.

entre *Estado e sociedade civil* – que, por vezes, é traduzida também na contraposição *governo e sociedade civil*. O caso considerado corroborou algo já consolidado na literatura sobre Estado: que as fronteiras entre essas categorias são fluídas, e devem ser desnaturalizadas – seja porque se trata de categorias construídas relacionalmente, sendo impossível falar de uma sem se ter a outra por referência, seja porque as trajetórias individuais ou coletivas de pessoas, grupos e instituições evidenciam relações e pertencimentos associados ora ao que é tido como Estado, ora ao que é tido como sociedade civil. No entanto, se essa desnaturalização é de fato fundamental, posto que analiticamente produtiva, não parece adequado simplesmente negar tal oposição. Além de ser, a todo momento, declarada, ela também mostrou ser estruturante das relações e espaços pesquisados. Conforme veremos adiante, é justamente essa oposição que permite compreender a importância que as conferências adquiriram na gestão pública: por serem consideradas espaço privilegiado da *sociedade civil*, elas se constituíram como fonte de legitimidade política para *governos*.

O caso considerado – das políticas públicas brasileiras para a cultura – situa-se nesse panorama mais amplo do recurso às conferências e de valorização da sociedade civil. Contudo, deu-se em um contexto imediato bastante particular, pois a institucionalização de espaços participativos na área foi concomitantemente e, na verdade, parte fundamental da instauração de um novo paradigma de política pública cultural no país. Em 2003, quando da muito comentada reestruturação do Ministério da Cultura levada a cabo pela gestão de Gilberto Gil (2003-jul/2008), deu-se início à construção de uma política nacional de cultura em que a participação social era considerada central. A proposta era construir uma "verdadeira" política nacional para a área: não mais ações isoladas, nem uma "política de governo", mas uma "política de Estado", com um arcabouço jurídico e um aparato institucional que favorecessem ações elaboradas e implementadas de maneira articulada e sistemática (MinC 2007, 2011).

De fato, a participação da sociedade civil foi significativa no processo de formulação da política em questão<sup>7</sup>. Um exemplo de como isso se deu pode ser encontrado no Plano Nacional de Cultura/PNC. Considerado um dos principais arcabouços jurídicos e conceituais para a área, o plano foi construído a partir das propostas aprovadas na 1ª e

---

7 Há um surpreendente consenso entre gestores, militantes e pesquisadores em relação a ter existido, especialmente na gestão Gil, um espaço sem precedentes de diálogo entre Estado e sociedade na área da cultura. Isso não significou a ausência de conflitos entre representantes da sociedade civil e do MinC, assim como de críticas por parte daqueles à atuação do ministério e, inclusive, aos limites dos espaços participativos - tensões que, por vezes, são ignoradas em trabalhos que adotaram tom celebratório. Para pesquisas que analisaram esse processo à sua época, consultar as coletâneas publicadas pela Fundação Casa Rui Barbosa/FCRB do MinC e pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura/ CULT da UFBA, tais como Rubim & Barbalho (2007), Calabre (2008) e Rubim (2010).

na 2ª Conferência Nacional de Cultura (realizadas, respectivamente, em 2005 e 2010), vindo a ser instituído através da Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. A participação é também um elemento estruturante da política finalmente desenhada, posto que instâncias participativas, como conferências e conselhos, são elementos obrigatórios dos sistemas municipais e estaduais de cultura que integram o que veio a ser o Sistema Nacional de Cultura/SNC<sup>8</sup>.

Um dos resultados mais significativos desse modelo de gestão pública é que pessoas que tomaram parte do processo se sentem (co)autoras da política instituída, reconhecendo suas ideias e proposições em documentos e arcabouços jurídicos que estruturaram a política nacional - como no PNC e em tantos outros planos, leis e programas então produzidos. Durante o trabalho de campo, em mais de uma ocasião, vi representantes da sociedade civil apontarem formulações ou proposições presentes em importantes leis do SNC afirmando terem sido os autores da ideia, terem sido os responsáveis por levar determinadas proposições às reuniões que serviram de base para a redação desses documentos, ou mesmo terem colaborado diretamente nas redações que, finalmente, vieram a ser aprovadas em leis. Portanto, a participação da sociedade civil, nesses moldes, mostrou ser um elemento fundamental na construção de legitimidades: graças a ela, a política pública resultante é vista como produto direto da *demandas popular e como fruto da participação* e da *luta* de todos.

Conferências não foram a única instância participativa existente nesse processo. Elas funcionaram junto com outros espaços: havia também conselhos e colegiados de cultura, bem como outros formatos de reuniões e eventos, tanto na esfera federal quanto nas estadual e municipal<sup>9</sup>. De modo geral, as reuniões dos vários espaços participativos institucionalizados que pesquisei corresponderam a um tipo de encontro altamente formalizado e configurado, e foram frequentemente descritas pelos representantes

---

8 O SNC pode ser tomado como a principal tradução institucional da política nacional de cultura formulada no período. A exemplo de outros sistemas de gestão pública setoriais, como o Sistema Único de Saúde/SUS, o SNC tem por objetivo propiciar e coordenar uma gestão compartilhada entre os governos das três esferas da federação e com a sociedade civil. Conferências e conselhos são dois dos cinco elementos obrigatórios nos sistemas integrantes do SNC, que incluem ainda órgão gestor, plano e fundo de cultura (PNC 2011).

9 Na esfera nacional, o principal espaço de participação permanente na área é o Conselho Nacional de Políticas Culturais/CNPC, mas existem também os colegiados setoriais - atualmente, em número de 18. Tais colegiados são órgãos vinculados ao CNPC, dedicados a setores particulares - como artes visuais, culturas populares, design, música, teatro, etc. A estrutura que prevê conselhos e conferências foi replicada nas esferas estadual e municipal, tendo sido implementada em vários dos estados e municípios que aderiram ao SNC (pois a adesão requer o compromisso com a criação de instâncias de participação social). Para detalhes sobre a estrutura de espaços participativos na área cultural brasileira, ver Munia-gurria (2016).

da sociedade civil como reuniões *burocráticas, com o governo ou com cara de governo*. Não obstante possuírem metodologias e modelos distintos entre si, esses espaços compartilhavam princípios organizacionais gerais bastante difundidos: estipulavam a necessidade de chamamento público, de regras de funcionamento pré-definidas e de registro escrito dos acontecimentos e decisões.

De todas as *reuniões com o governo* de que participei, as conferências são certamente pensadas como o espaço mais significativo. Sua legitimidade como espaço por excelência da sociedade civil parecia advir, em grande medida, de sua escala, que envolve um impressionante número de pessoas não apenas na etapa final (nacional), mas também nas preparatórias, quando acontecem conferências municipais e estaduais ao longo de todo o país<sup>10</sup>. Mas outros fatores parecem importantes, para além da escala. Um deles são as formas de recrutamento dos participantes que, como veremos, implicam uma série de eleições, em etapas sucessivas - o que diferencia essas conferências, e também os conselhos gestores contemporâneos, das conferências e dos conselhos *de notáveis* que existiram no país em décadas anteriores<sup>11</sup>. Outro fator frequentemente apontado, tanto nos discursos do Ministério como na fala de militantes, era a percepção de que conferências seriam mais do que "meros processos eleitorais", pois seriam ocasião de "discussões qualificadas".

Mas afinal, o que são essas conferências? A primeira coisa a dizer é que são reuniões - e grandes reuniões. Como já foi colocado, são também encontros de participação social: quer dizer, preveem a presença de representantes tanto da sociedade civil quanto do governo, e têm por objetivos favorecer o diálogo entre essas partes e garantir a participação da sociedade na elaboração, na avaliação e no acompanhamento das políticas públicas de cultura do país. Diferentemente de conselhos e colegiados, que são fóruns *permanentes* com uma agenda anual de reuniões ordinárias, conferências nacionais são grandes eventos que têm previsão de serem realizados a cada quatro anos, e envolvem uma enorme mobilização de recursos humanos e financeiros.

A estrutura mais geral desses encontros é a mesma de conferências realizadas

10 Na III Conferência Nacional de Cultura, por exemplo, foram mais de 3.500 conferências municipais. Consideradas também as etapas estadual e nacional, foram em torno de 450 mil participantes. O encontro nacional, realizado em Brasília, contou com 953 delegados; somados também convidados, observadores e profissionais que trabalharam no evento e na cobertura jornalística, foram ao todo 1.745 participantes apenas nessa etapa final.

11 Os *conselhos de notáveis* que existiram desde a década de 1930 e as conferências que vieram a ser realizadas pouco depois também eram compostos por pessoas da sociedade civil. Mas, hoje, são considerados modelos pouco democráticos e pouco representativos pois, além de terem sido conjuntos reduzidos se comparados aos conselhos e conferências contemporâneos, seus integrantes eram escolhidos pelo poder executivo e eram, em geral, recrutados em camadas de elites.

em outras áreas - como na Saúde, Assistência, Educação, etc. O ciclo de uma conferência nacional conta com três etapas principais, podendo eventualmente existir etapas intermediárias: na primeira, conferências municipais elegem delegados e propostas que serão *enviadas* às respectivas conferências estaduais; na segunda, conferências estaduais elegem delegados e propostas para a conferência nacional; finalmente, na etapa final, a conferência nacional elege um conjunto de propostas finais, que constituirão as diretrizes ou prioridades para o período em questão<sup>12</sup>. Conferências nacionais são convocadas pelo poder executivo, que estabelece o calendário das etapas preparatórias municipais e estaduais; define o temário, com os eixos e subeixos que serão discutidos na conferência; e propõe também as metodologias e regras gerais de trabalho. Os governos municipais e estaduais são responsáveis por organizar suas respectivas conferências, devendo atender às regras gerais estabelecidas. Percebe-se então que, apesar de conferências serem pensadas como espaço primordialmente da sociedade civil, elas são, na verdade, eventos fortemente modulados pelo governo, pois as prerrogativas dos poderes executivos em relação à convocação e à definição de calendário, temário e proposta inicial de regimento interno lhes garante a possibilidade de determinar, em grande medida, o formato e as metodologias que serão utilizados.

Durante a reunião, propriamente dita, o trabalho realizado passa por distintos momentos. Conferências usualmente começam com toda a plenária reunida, que deve aprovar, via voto, o regimento interno. Seguem então para o que é considerado seu motivo e objeto central: a formulação e discussão de propostas. Esse processo é feito em grupos de trabalhos/GTs, que são organizados conforme os eixos e subeixos temáticos da conferência, sendo divididos entre eles o conjunto total de delegados e também o de propostas. Usualmente, o trabalho sobre as propostas conta com etapas intermediárias, em que subgrupos menores pré-selecionam e preparam conjuntos de propostas que, posteriormente, são retrabalhados e votados por subgrupos maiores. Finalmente, conferências encerram-se novamente com a plenária inteira reunida, que elege as propostas finais.

É importante explicitar que essa breve descrição privilegia uma dimensão particular das conferências – aquela relativa aos momentos oficiais de *trabalho*. É essa a dimensão frequentemente considerada por pesquisas que se dedicam a estudar desenhos institucionais e funcionamentos desse tipo de espaço participativo. Contudo,

---

12 Há casos onde existem outras etapas. Podem ser realizadas (i) conferências distritais ou territoriais, internas a um mesmo município, enquanto etapa preparatória para a conferência municipal. Pode haver (ii) conferências intermunicipais ou regionais, anteriores à estadual, em particular quando municípios não possuem condições de organizar individualmente suas próprias conferências. E há também (iii) conferências livres, que permitem temários particulares, distintos do estabelecido pelo MinC, e que podem ser promovidas tanto por iniciativa do poder público quanto de grupos da sociedade civil.

ela não existe separada de outras, igualmente importantes. Há momentos extraoficiais de trabalho – por exemplo, durante refeições e intervalos, em que muitas vezes os delegados continuam a trabalhar sobre as formulações, ou a articular alianças com vistas a garantir a votação necessária para aprovar as propostas que lhes interessam. E há também momentos tanto oficiais quanto extra-oficiais de  *festa*. Participar de uma conferência é uma experiência muito intensa. Para todas as pessoas que conheci, isso significou experienciar essas distintas ocasiões. Conferências parecem existir em tempo e espaço próprios e condensados, dada a própria concentração física e temporal desses eventos, em que tudo – hospedagem, refeições, reuniões de trabalho, festas e atividades paralelas – acontece em poucos dias (em geral, entre dois e cinco) e não raro em um único local. Isso é especialmente verdadeiro no caso dos encontros estaduais e no do nacional, que implicam viagens e grandes reuniões.

Conferências têm também o interessante efeito de, simultaneamente, contrastar e integrar o clima e os momentos de  *festa* com os de  *trabalho*: há grupos de trabalho dedicados a discutir e formular as propostas; há rodas de troca de experiências, em que delegados dividem relatos sobre suas realidades, lutas e demandas; e há também conversas de bar e de corredor, além de shows e de socializações de formatos variados. Há, portanto, muito trabalho, mas também muita festa. Grandes encontros como as conferências nacionais são, não por acaso, frequentemente descritos como “grande festa da cidadania”, ou “grande festa da democracia”. Apesar de os participantes normalmente distinguirem os momentos de trabalho dos de festa, é possível dizer que muitas das situações de uma conferência possuem simultaneamente ambas qualidades. Tudo é, em alguma medida,  *festa* – e muitos concordam também que tudo é, em certa medida,  *trabalho*<sup>13</sup>. Apesar do foco deste artigo ser nas ocasiões formais de trabalho, deve-se ter em mente que a etnografia realizada mostrou que ambos os tipos de momentos são importantes, não apenas do ponto de vista das experiências dos participantes, mas também dos resultados oficiais de uma conferência: as ocasiões extraoficiais de trabalho, os momentos de socialização, as festas, todos contribuem para a construção das propostas, da legitimidade de delegados, e para a

---

13 Há uma vasta bibliografia que analisa festas como eventos rituais e que destaca o poder que elas possuem para aproximar e vincular indivíduos. Ver, por exemplo, Amaral (2001) e Perez (2012). Mais do que pensar a festa como evento específico, é interessante atentar para o caráter festivo de certos modos de sociabilidade que podem se fazer presentes em diversos tipos de ocasião – inclusive, nos momentos ditos de trabalho e de discussão política, e não apenas durante os shows ou danças. Simetricamente, as sociabilidades próprias aos momentos de trabalho também mostraram ser fonte de vínculos e experiências muito intensas, especialmente quando marcadas por momentos de tensão ou por alguma tarefa trabalhosa, pois essas circunstâncias demandavam dinâmicas de parceria para serem superadas. Um exemplo comum desse tipo de situação foram os casos em que pequenos grupos de delegados assumiam a tarefa de  *fechar as propostas* dos GTs em que participavam, abrindo mão de almoçar ou de jantar para poder lançar mão desse tempo e, assim, garantir proposições melhor redigidas.

construção das próprias totalidades a serem representadas.

### **Forma-conferência: produção de representatividades e de totalidades**

Conferências como as analisadas não existem isoladamente: seus sentidos, objetivos, funcionamento e tudo o que implicam e produzem existe como parte de um ciclo mais amplo de conferências. Por sua vez, o ciclo de uma conferência nacional tampouco existe isoladamente, pois faz parte de um emaranhado institucional que vincula instituições de naturezas diversas (políticas e culturais; do Estado e da sociedade civil) e que existe em múltiplos níveis (municipal, estadual e nacional)<sup>14</sup>. Essa observação é fundamental porque, a exemplo de autores como Riles (2000, 2006), defendo que os formatos de reuniões possuem uma eficácia que lhes é própria, com efeitos importantes sobre as dinâmicas que elas abrigam. Contudo, não se trata aqui de propor uma análise interna ou formalista de uma conferência. Pelo contrário: a potência e a eficácia do que chamo de forma-conferência se mostram em toda sua plenitude justamente quando observamos esses espaços em funcionamento, quando atentamos para as relações que eles estabelecem com outros momentos, e quando aliamos a análise dos efeitos de procedimentos operacionais aos usos que deles são feitos. Defender a existência de uma eficácia própria, então, não significa defender a existência autônoma de uma conferência ou de outros espaços do tipo: é justamente por metodologias e procedimentos serem eficazes que há intensas disputas em torno da possibilidade de sua definição, assim como há tentativas de instrumentalizar e manipular regras e metodologias – e essa relação entre eficácias e usos, tais como o exemplo inicial dos *bons de matemática* ilustrou, será importante para pensarmos a relação entre técnica e política.

Vejamus então, com um pouco mais de detalhes, como funciona essa forma-conferência e o que ela produz. As já referidas etapas de um ciclo de conferência – municipal, estadual e nacional – constituem um processo que se dá no espaço e no tempo: ao longo do território brasileiro, e durante o ano de conferência. As conferências municipais são a porta de entrada para representantes da sociedade civil no ciclo, e são também a principal porta de entrada para propostas – pois, a partir da etapa estadual, a possibilidade de criação de novas proposições é reduzida, correspondendo aos delegados principalmen-

---

14 O próprio caso da III Conferência Nacional de Cultura é exemplo disso. Em 2013, essa conferência foi pauta em todos os espaços participativos que acompanhei, bem como nas redes de militância da sociedade civil que conheci durante o trabalho de campo. Em muitas dessas instâncias, houve investimentos prévios na preparação de propostas, na escolha de quem procurariam eleger como delegados para as conferências, e em como poderiam participar e tentar influenciar no processo de construção das mesmas. Naquele ano, portanto, a III CNC foi evento central no emaranhado institucional que eu investigava. Tomei a expressão “emaranhado institucional” de empréstimo de Morawska Vianna (2014).



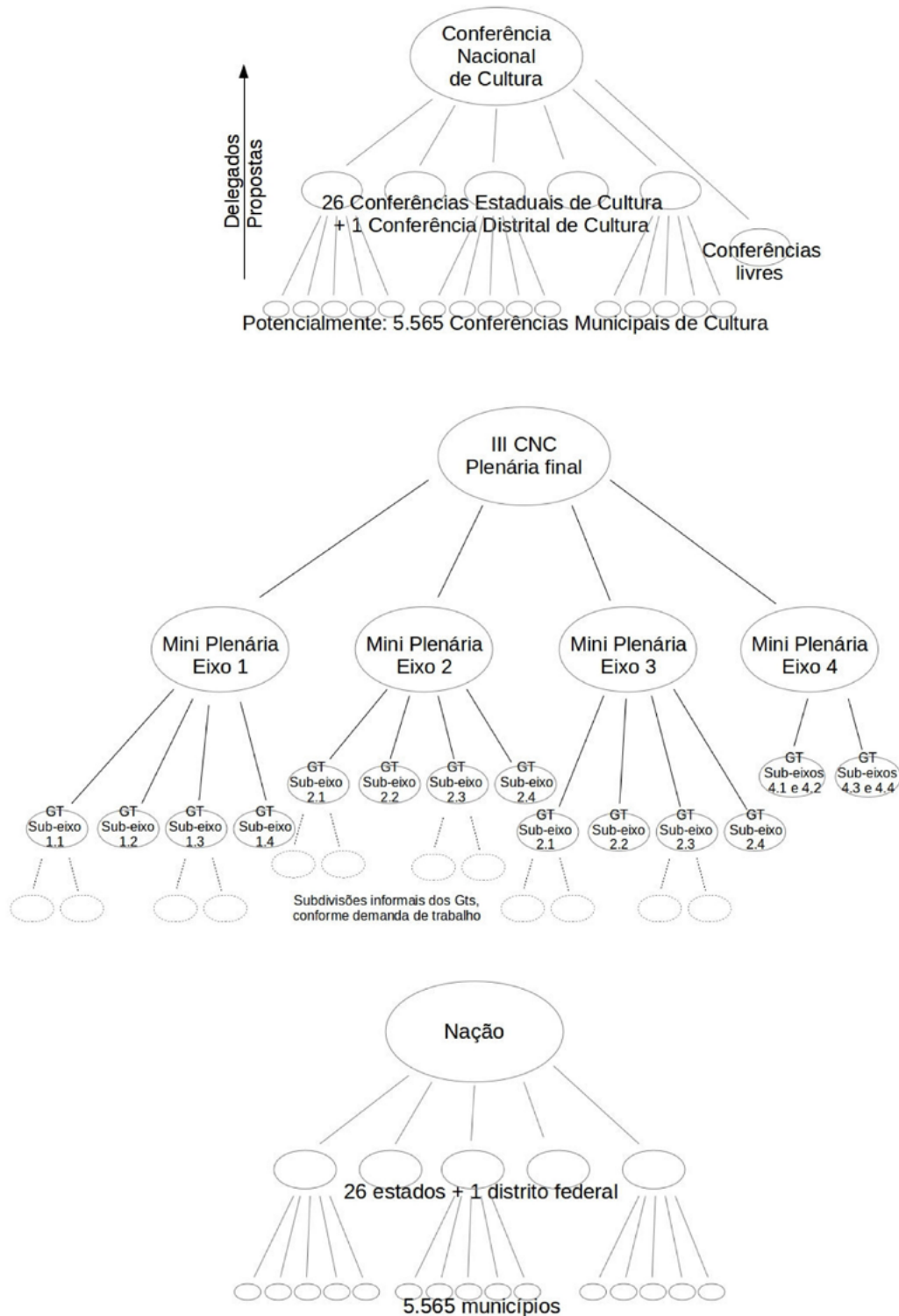
te trabalhar sobre as formulações vindas das conferências anteriores<sup>15</sup>. Nesse processo, então, pessoas e propostas seguem os mesmos caminhos, sendo *enviados* para a etapa subsequente através de um mecanismo no qual, a cada passagem de nível, ocorre uma seleção e uma redução dos seus números totais. Desse modo, é estabelecida uma relação hierárquica entre as sucessivas etapas, sendo as anteriores englobadas pelas subsequentes, e resultando em que o total de propostas e de delegados participantes na etapa final nacional é menor do que a soma total de pessoas e propostas que participaram no início do processo.

Contudo, apesar de menor do que o conjunto total, a plenária final da conferência nacional é capaz de representar todas as anteriores e, assim, funcionar como se fosse maior que qualquer uma das instâncias precedentes, se consideradas isoladamente. É nesse processo, através dos mecanismos de afunilamento, que se constroem *representantes e legitimidades* – e, também, as próprias totalidades a serem representadas. Em campo, vi tal estrutura ser representada como uma figura piramidal: uma base larga, correspondente às numerosas conferências das etapas iniciais; um estreito topo, representando o ponto final do processo, da etapa chamada *nacional*. Esse estreitamento da base ao topo expressa dois movimentos simultâneos: a redução do número de reuniões ou grupos em que as discussões acontecem; e a redução de participantes e de proposições presentes no processo, que são selecionados através de eleições.

Consideremos a etapa nacional da III CNC – a reunião *nacional* realizada em Brasília entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2013, ilustrada no Quadro 1. Inspirada em algumas ilustrações de processos de conferências que encontrei em campo, produzi essa representação, na qual vemos que a base da pirâmide é dada por (i) um grande conjunto inicial de grupos de trabalho (quase 30 subgrupos). Foram essas dezenas de subgrupos que fizeram uma primeira triagem das 614 propostas iniciais que, por sua vez, vinham das conferências estaduais e livres já realizadas. Essa seleção foi então retrabalhada em (ii) uma segunda etapa, no âmbito de 14 GTs, onde houve uma nova seleção de proposições. Essa segunda seleção foi então novamente retrabalhada em (iii) uma terceira etapa, constituída por apenas 4 mini-plenárias de eixo, onde o conjunto de propostas foi reduzido a 64 propostas. Finalmente, (iv) essas propostas finais chegaram à plenária geral da Conferência, em que o conjunto de todos os delegados participantes elegeu as 20 prioridades da III CNC.

É importante ressaltar que a mesma figura piramidal que utilizei para representar

15 No caso de delegados governamentais, a situação é distinta, pois a indicação desses é prerrogativa dos respectivos governos municipais, estaduais e nacional. Assim, delegados governamentais estaduais podem não ter participado de uma conferência municipal, da mesma maneira que delegados governamentais nacionais podem não ter participado de uma conferência estadual.



**Quadro 1.** Comparação de representações piramidais: (i) Ciclo de conferências da III CNC (2013); (ii) Etapas internas do encontro nacional da III CNC (2013); (iii) Unidades Federativas do Brasil.

Fonte: elaboração própria.

essa conferência nacional fora utilizada por alguns informantes e colaboradores de pesquisa para ilustrar outros processos, distintos tanto em natureza como em escala: tanto as ilustrações de uma conferência particular quanto de um ciclo completo de conferências, bem como as do Sistema Nacional de Cultura e seus sistemas municipais e estaduais, e mesmo as da federação brasileira (com suas relações simultâneas de englobamento e de hierarquia entre municípios, estados e nação) costumavam lançar mão dessa figura. Sustento que esses modelos representacionais não apenas se referem a totalidades complexas, mas também, e fundamentalmente, contribuem com a sua produção, e de uma maneira bastante particular: em todos esses casos, em vez de focar nos mil e um momentos e relações paralelos e transversais que constituem esses eventos e instituições, as ilustrações apresentam processos e estruturas claramente delimitados, e enfatizam o fato deles resultarem em totalidades<sup>16</sup>.

Vemos que conferências são pensadas e praticadas como estruturas formais capazes de produzir não apenas *legitimidade* (*representantes e propostas legítimos*), mas também integração e totalidades (*a conferência, a cultura brasileira* ou mesmo *o Brasil*). Assim, adjetivar as propostas aprovadas pela plenária da III CNC como *nacionais* implica, principalmente, que elas são consideradas representativas do conjunto da nação, propriedade adquirida graças ao trabalho realizado ao longo do processo de eleição de representantes e de propostas nas etapas preparatórias, agora englobadas.<sup>17</sup> Pode ser interessante evocar, aqui, um sentido do termo representação que é o de substituição e presentificação (Ginzburg 2011): o delegado eleito para uma conferência pode falar e agir em nome de um conjunto de pessoas ou de instituições. Da mesma maneira, esse parece ser o sentido acionado quando se diz que uma proposta ou uma conferência é *representativa*: os 953 delegados que participaram da etapa nacional da III CNC presentificavam as centenas de

16 O recurso à figura piramidal para representar a relação federativa é apenas uma maneira de se pensar a relação entre municípios, estados e Brasil. Encontrei em campo também outros regimes de representação aplicados a essa relação. Um deles representava as esferas da federação e os sistemas municipais e estaduais como círculos englobados por um círculo maior, que seria *a nação* ou o *Sistema Nacional de Cultura*. Essas ilustrações sugeriam que a relação entre as três “esferas” seria menos de hierarquias e subordinações, e mais de movimentos coordenados. Tais exemplos de ilustrações podem ser encontrados em um dos principais documentos de divulgação do SNC voltado para gestores municipais e estaduais (MinC 2011).

17 O trabalho de Julia Di Giovanni (2015) sobre o Fórum Social Mundial dialoga, pelas semelhanças e contrastes, com o caso aqui discutido. No Fórum, também havia associação e oposição entre técnica e política, e a participação também era considerada central. Contudo, a totalização era rejeitada: o FSM era proposto não como sujeito ou coletivo, mas como espaço ou processo. O objetivo de constituir um espaço de diálogo aberto, horizontal e não hierárquico foi perseguido por meio de procedimentos metodológicos destinados a impedir que uma voz pudesse se sobrepor às outras – por citar um único exemplo, o Fórum não produzia documentos ou declarações finais, posto que ninguém poderia falar em seu nome. Diferentemente, as conferências que analiso têm por objetivo justamente a produção de um documento final, e isso passa pela construção de uma totalidade.

milhares de pessoas que participaram das etapas anteriores, tal como as 64 propostas finais falavam pelo conjunto imenso de propostas produzidas no processo.

Para ser considerada *legítima*, então, uma conferência nacional deve conseguir aprovar propostas que sejam (reconhecidas como) representativas do conjunto total de demandas e propostas vindas de toda a nação. Segue, como corolário, que as propostas aprovadas devem atender ao máximo de demandas do máximo de grupos e locais possível: como uma raiz principal, ela deveria ser capaz de absorver o que vem através das raízes secundárias, terciárias, etc. A escala, como mencionei, é importante para essa construção de representatividade, mas apenas se associada a mecanismos que permitam reduzir sem perder, mantendo no conjunto sucessivamente menor de propostas e de delegados a potência presente naquele enorme volume inicial mobilizado pelas conferências municipais.

A fonte originária da potência e da legitimidade de uma conferência nacional, portanto, parece ser a participação que acontece na primeira etapa, das conferências municipais, mas que só pode ser efetiva na esfera nacional se passar por uma transformação que é não apenas quantitativa, mas também qualitativa, por meio da qual elementos considerados muito particulares são eliminados, enquanto outros são mantidos sob uma forma generalizada. Para citar um exemplo simples, porém eloquente: não é pertinente encaminhar a uma conferência estadual ou nacional uma proposta que demande a construção de um teatro na cidade “xis”. Contudo, frente ao acúmulo de propostas municipais que pedem teatros, bibliotecas ou centros culturais, é possível construir uma proposta geral que dê conta das várias demandas particulares, consolidando-as em uma única formulação, por exemplo: “Construção de uma política nacional de estímulo à criação de equipamentos culturais em municípios brasileiros de pequeno e médio porte”. Essa operação de passagem do municipal ao nacional, do particular ao geral, é muitas vezes apresentada como mera consolidação de propostas. Mas, na verdade, implica uma transformação, que passa pelo uso de formulações e de linguagens tidas como sendo de evidente caráter técnico: as várias cidades demandantes convertem-se em “municípios brasileiros de pequeno e médio porte”; as bibliotecas, teatros, centros culturais, etc., em “aparelhos culturais”. Como, então, técnica e política estão relacionados no contexto pesquisado?

## Técnica, política e construção de representatividades

Conservar a potência advinda da *participação massiva* da etapa municipal requer um conjunto de mecanismos que, se bem realizados, garantem o que parece ser uma redução sem perda, possibilitando que um conjunto de participantes e de propostas significativamente menor seja representativo de tudo o que se construiu desde as conferências municipais até a chegada na etapa nacional. É necessário produzir uma totalidade – *a cultura brasileira* – de modo que o documento final seja capaz de “falar” em nome do conjunto das vozes que compuseram aquele encontro. Dessa forma, a legitimidade da conferência, das propostas, e de todo esse processo está relacionada à maneira pela qual essa operação mágica, posto que de transubstanciação, é realizada: transformar muitos *municipais* e *estaduais* em um *nacional*. Seleção, eleição, redução, delegação, representação, transubstanciação: palavras talvez alienígenas entre si, mas úteis para pensar os processos e efeitos de uma conferência nacional.

Aqui surge um aspecto fundamental: essa produção de representatividade é atribuída à metodologia. Quer dizer: a garantia de que a ampla diversidade cultural brasileira seja atendida e representada, mesmo após seleções e reduções sucessivas, seria possível graças a um conjunto de procedimentos operacionais. Identifiquei três principais procedimentos que operam a redução sem perda durante as conferências. O mais evidente é a eleição: prerrogativa dos delegados participantes nas conferências, é o único procedimento a ser aplicado tanto sobre pessoas quanto sobre proposições. Há o trabalho de sistematização de propostas, feito pelas respectivas equipes organizadoras de conferências estaduais e da nacional, tarefa que tem por finalidade reduzir o conjunto de propostas vindas da etapa anterior. E há, ainda, o trabalho de redação e de consolidação de propostas feito pelos delegados durante as conferências.

*Eleição.* Como adiantei, a eleição é prerrogativa dos delegados devidamente credenciados em cada conferência, e é um procedimento que se aplica tanto a pessoas como a propostas. Mecanismo associado ao exercício da cidadania, ela é reconhecida como ato político, sendo o único meio legítimo de retirar um delegado ou uma proposta do processo da conferência. Isso porque apesar do voto ser exercido como ato positivo (afinal, vota-se nos delegados e propostas que se deseja enviar à próxima etapa, e não naqueles que se deseja eliminar), ele tem como resultado simultâneo a exclusão de delegados e propostas não eleitos do processo de conferência.

No caso de eleição de delegados, não observei grandes variações de procedimentos. Com exceção da etapa final da Conferência Nacional, em que o voto foi eletrônico (foram utilizados *tablets*), em todas as outras ocasiões, foi feito o uso de cédulas impressas

em papel<sup>18</sup>. Já nas eleições de propostas, houve uma variedade maior de procedimentos. Observei três tipos distintos de votação de propostas, que são retratados no Quadro 2. O método mais frequente foi a votação com o crachá. A maneira ideal de se conduzir essa votação é a seguinte: o coordenador dos trabalhos lê a redação da proposta, fala “em regime de votação” (o que, em tese, significa que, a partir daquele momento e até o encerramento da votação, não é mais possível solicitar destaques ou questões de ordem) e pede que os delegados a favor levantem seus crachás. Na sequência, o coordenador solicita que os delegados contrários à proposta levantem seus crachás. No caso de a diferença ser visível a olho nu, ele declara o resultado da votação “por contraste visual”. Caso não seja perceptível, à primeira vista, qual a posição ganhadora, procede-se à contagem dos votos, abaixando as mãos dos delegados, um a um, à medida que seus votos forem contabilizados. A votação com crachás foi o procedimento utilizado nos subeixos e eixos de todas as conferências que acompanhei, assim como nas plenárias finais da Conferência Municipal de Curitiba e da Conferência Estadual do Paraná.

Para a plenária final da Conferência Municipal de São Paulo, contudo, lançou-se mão de um procedimento inovador, que visava diminuir o tempo total de votação, pois sabiam que a conferência seria volumosa. O mesmo procedimento foi utilizado na votação final da Conferência Estadual de São Paulo. Nesses casos, votou-se da seguinte maneira. As propostas aprovadas nos quatro eixos foram impressas e expostas em painéis dispostos no saguão do local onde a conferência acontecia. Cada delegado recebeu uma cartela com um conjunto de adesivos em formato circular, descritos como “bolinhas”, e que representavam votos. Na Conferência Estadual de São Paulo, por exemplo, deveriam ser eleitas 24 propostas estaduais e 16 propostas federais, sendo então entregue a cada delegado dois conjuntos de adesivos de cores distintas: 24 de uma cor para votar em propostas estaduais e 16 de outra, para votar em propostas federais. Caso preferisse, o delegado poderia colocar todas suas bolinhas em uma única proposta, ou então distribuí-las entre várias. Após o período de tempo dedicado à votação, a equipe de organização contabilizava o número de votos recebidos por cada proposta, e o resultado final era anunciado para a plenária final que, reunida, referendava o resultado por aclamação.

---

18 Contudo, houve diferenças nas regras relativas aos requisitos mínimos para candidaturas, a cotas ou a reserva de vagas para etnias, gêneros e faixas etárias específicas. Também houve normas distintas em relação ao número de votos a que cada delegado teria direito. Conforme tenho ocasião de aprofundar na tese, a definição dessas regras, feita nos regimentos internos, foi objeto de intensas disputas durante as plenárias de abertura das conferências que acompanhei (Muniagurria 2016).

**Votação com crachás – Aprovação de Regimento, Conferência Estadual de Cultura de São Paulo – 2013**



**Votação com adesivos – Eleição final de propostas, Conferência Estadual de Cultura de São Paulo – 2013**



**Votação eletrônica: priorização de propostas, Conferência Nacional de Cultura, 2013**



**Quadro 2.** Distintos procedimentos de eleição de propostas.  
Fonte: elaboração própria. Fotografias da autora.

Finalmente, na etapa final da Conferência Nacional de 2013, houve o referido recurso à votação eletrônica. Nessa ocasião, cada delegado recebeu uma cópia impressa com o conjunto de propostas finais eleitas na etapa anterior. Utilizando essa listagem, que apresentava as propostas aprovadas numeradas e classificadas por eixo, os delegados puderam conhecer e avaliar as formulações produzidas durante a conferência, e votaram através de um aplicativo que fora instalado em *tablets*. Cabe ressaltar que tanto este sistema quanto o das bolinhas evitaram a reunião da plenária e, com isso, também os significativos atrasos que se observaram nas conferências que realizaram votações por crachá em suas plenárias finais. Pois, nessas ocasiões, frente ao acúmulo de *questões de ordem* e de *questões de esclarecimento*, o cansaço e a impaciência cresciam a ponto de resultar em conflitos e mesmo em caos. Percebe-se, assim, que os tais “espaços de discussão qualificada” deviam ser cuidadosamente controlados, pois implicavam no risco das conferências não chegarem ao fim.

*Sistematização.* Se a votação é o momento público e reconhecidamente político de *filtrar* propostas, a sistematização é muito menos visível, pois é realizada previamente às conferências estaduais e nacional. Apesar de ser uma etapa crucial na transformação das propostas, ela é tida como procedimento de caráter técnico, e está a cargo do órgão gestor. Em alguns casos, a equipe responsável por esse trabalho é composta por funcionários do órgão gestor (quer dizer, da secretaria ou fundação de cultura). Em outros, há profissionais contratados especialmente para realizar esse trabalho. A sistematização implica uma série de mecanismos de *consolidação*, unificando formulações iguais ou parecidas, o que resulta em uma intensa manipulação e modificação das redações aprovadas nas conferências anteriores. Prevista no regimento geral da conferência nacional, o objetivo dessa consolidação é reduzir o número de proposições que chegam às conferências estaduais e à nacional, de modo que, com um conjunto menor de propostas, a discussão possa ser qualificada. Na III CNC, por exemplo, as conferências estaduais, a distrital e as livres enviaram ao Ministério 1.409 propostas que, após a sistematização, ficaram reduzidas a 614. Há casos em que uma única proposta consolidou mais de 20 proposições distintas – uma delas consolidou nada menos que 27 propostas<sup>19</sup>.

19 É praxe que uma via impressa do conjunto final seja entregue a cada delegado. Chamado de *caderno de propostas*, esse é o principal material manipulado durante os trabalhos em uma conferência. Como antecipei, tive ocasião de acompanhar as conferências estaduais de São Paulo e do Paraná. No caso da Conferência Estadual de Cultura de São Paulo, a sistematização consolidou as mais de 4.000 propostas recebidas das conferências municipais em um total de 679 propostas. Já na Conferência Estadual de Cultura do Paraná, a equipe da Secretaria Estadual de Cultura não preparou a sistematização e tampouco entregou cópias impressas das propostas vindas dos municípios. Funcionários da secretaria reagiram surpresos à demanda de alguns participantes pela entrega impressa das propostas sistematizadas. Aqueles alegaram que imaginavam ser trabalho dos delegados trazer as propostas eleitas em suas conferências de origem. Tal fato, duramente criticado, foi considerado uma falha grave, e foi atribuído à



O Ministério teve um cuidado especial na publicização da metodologia utilizada nesse processo, na clara intenção de legitimá-lo e de evitar acusações de que propostas houvessem sido perdidas ou eliminadas. No Caderno de Propostas entregue a cada participante da etapa final, foram explicitadas as operações compreendidas pela sistematização realizada para a conferência nacional: (i) classificação das proposições por eixos e subeixos – o que incluía o deslocamento de propostas “para outros [eixos ou subeixos] mais pertinentes ao tema discutido, segundo critérios da equipe técnica”; (ii) agrupamento de propostas segundo temáticas, “visando retratar a ideia central contida em sua redação”; (iii) desmembramento de propostas que tratavam de temas pertinentes a subeixos distintos, “preservando, no entanto, sua identidade”; (iv) aglutinação e mescla de propostas com o mesmo teor. O texto ressaltava ainda que “nenhuma proposição foi descartada nesse processo”, mas que propostas de abrangência estritamente estadual e local não foram contempladas, ou foram agrupadas com outras de âmbito nacional (MinC 2013: 38). Além disso, cada proposta indicava, ao seu final, o conjunto de proposições que deram origem à redação final, de maneira que os participantes pudessem verificar a presença das propostas originais na sistematização final.

*Redação e consolidação.* Finalmente, o terceiro procedimento que operava a redução de propostas durante um processo de conferências foi o trabalho de redação e de consolidação feito por delegados durante os GTs. Apesar de a metodologia não prever a maneira como cada grupo devia proceder para reformular e eleger as propostas que eles enviariam à próxima etapa, em todas as conferências que acompanhei, vi surgir a mesma dinâmica: um pequeno grupo de pessoas assumia a responsabilidade de *juntar* duas ou mais propostas que versassem sobre temas similares ou compatíveis, e trabalhavam nessa tarefa em paralelo ao grupo maior, que dava prosseguimento à votação ou à discussão de outras proposições. A ideia, claramente, era *salvar* propostas: uma vez que o número de proposições que podiam ser eleitas em cada etapa era restrito, procurava-se ao máximo consolidar várias em uma formulação única.

Na III CNC, um exemplo especialmente interessante e bem-sucedido desse procedimento ocorreu em um dos GTs de subeixo, ainda na primeira etapa dos trabalhos. A formulação, construída a partir de três propostas inclusas no Caderno de Propostas, sofreu uma única alteração<sup>20</sup> e conseguiu passar por todas as etapas da conferência, chegando a ser uma das 20 propostas priorizadas pela plenária final. Ela chamou a atenção por diver-

---

inexperiência dos gestores no tocante a conferências.

20 A alteração foi a mudança da expressão “mestres e mestras das culturas populares” por “mestres e mestras da cultura popular e tradicional” pois, de acordo com o subgrupo, nem toda cultura popular se enquadraria na ideia de “tradicional”.

sos motivos. Não somente por conseguir salvar três proposições em uma, mas também por apresentar um alto grau de vocabulário técnico e de precisão conceitual, além de ser sensível à adequação política dos termos utilizados. Além disso, ela evidenciou compreensão do funcionamento do Estado e do estágio das políticas públicas para a área. A formulação original da proposta é a seguinte:

Implementar efetivamente o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, enfatizando a formulação e implantação de uma política compartilhada de preservação e valorização das múltiplas expressões do patrimônio cultural, contendo: a) Normatização dos procedimentos e da utilização dos instrumentos de preservação; b) Linhas de financiamento, fundos, incentivos fiscais e editais para ações de identificação e preservação dos bens culturais materiais e imateriais; c) Leis de preservação do patrimônio cultural material e imaterial federal, estaduais e municipais aprovadas, implementadas e integradas entre si; d) Efetiva gestão compartilhada entre o governo federal, os estados e os municípios para a preservação do patrimônio cultural; e) Implementação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural; f) Capacitação continuada dos técnicos envolvidos nas ações e projetos desta preservação; g) Ampliação dos editais e recursos orçamentários para a área, garantindo o amplo acesso à divulgação e a simplificação dos procedimentos (inscrição, gestão e prestação de contas), com ênfase no Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e nos editais para os mestres e mestras de culturas populares; h) Implementação e fortalecimento do Programa de Educação para o Patrimônio com ênfase na formação de professores e estudantes do ensino básico e superior incluindo esse tema transversalmente nos currículos oficiais e enfatizando os saberes dos povos e comunidades tradicionais, contemplando, também, os conteúdos da Lei 10639/03. (Formulação original do que veio a ser a Proposta 2.40 do Eixo 2. Anotações de campo.)

A familiaridade e destreza no uso de um vocabulário considerado técnico deve-se ao perfil de integrantes desse subgrupo. Dos aproximadamente quinze presentes, identifiquei quatro acadêmicos que atuam na área do patrimônio cultural e dois fazedores de cultura (um capoeirista e uma baiana vendedora de acarajé). Eram todos ativos e reconhecidos militantes em suas áreas de atuação - tinham, portanto, grande experiência na área. Alguns eram integrantes de colegiados setoriais nacionais, sendo um deles conselheiro no CNPC. É fundamental explicitar que a façanha de mesclar três propostas que já eram de âmbito nacional e já apresentavam algo grau de generalidade em uma única redação foi alcançada justamente graças ao conceito de *sistema de política pública*, formulação com a qual integrantes dos Colegiados e do CNPC estavam bem familiarizados. Quer dizer: foi

a ideia de um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, seguindo o modelo colocado no SNC, que permitiu mesclar e, assim, *salvar* as diversas ações listadas.

\* \* \*

O exemplo final evidencia uma das maneiras em que conferências existem em relação a outros espaços participativos e de militância, posto que a experiência e o trânsito daqueles delegados nos colegiados, no CNPC e em outras instâncias favoreceu a aquisição de uma *expertise* que contribuiu para a redação de *boas propostas*. Ele mostra ainda que as dimensões técnicas e políticas desses processos estão intimamente relacionadas, pois o fazer político (no caso, a produção de propostas) foi facilitado, ou mesmo viabilizado, pelo uso de determinados saberes técnicos que, por sua vez, foram adquiridos através de uma ação pensada como sendo primordialmente política (qual seja, a atuação em fóruns de participação social).

A esta altura, deve estar claro que *técnica* e *política* se relacionam de maneira complexa no espaço pesquisado: ao mesmo tempo em que estão intimamente relacionadas, são também continuamente contrapostas. Na verdade, a manipulação dessa distinção, ora associando, ora distinguindo os termos, é parte fundamental do jogo através do qual são construídas posições, papéis e legitimidades. Nesse sentido, há uma percepção diferenciada em relação ao caráter de procedimentos distintos. A eleição e os jogos que ela implica tenderam a ser vistos como políticos, mesmo quando dependiam de grande conhecimento técnico (como no caso dos *bons de matemática*, que abriu este artigo). Já a sistematização, feita por equipes contratadas e não por delegados, deveria ser apenas técnica, caso contrário poderia se tornar fraude – é por isso que ela não podia avaliar o mérito das propostas ou excluir qualquer uma delas, por pior que fosse considerada a redação ou a proposição. Por sua vez, o trabalho de formulação e de consolidação de propostas feito pelos delegados durante os GTs não foi associado a um único desses termos, mesmo sendo ocasião de um tipo de ação reconhecidamente política – qual seja, a participação na elaboração e na avaliação das políticas culturais, nada menos que o objetivo declarado das conferências. Esses e tantos outros exemplos mostram que *fazer política* de maneira eficaz – ou feliz, no sentido austiniiano (Austin 1965) – implicava que certos processos não fossem percebidos como políticos, sob pena de perderem sua legitimidade (política) e, portanto, sua efetividade. Quer dizer, *fazer política* para a cultura demandava manipular o *político* com cuidado, pois ele era um objeto de risco – perigoso, impuro, contaminador – que não devia se tornar um fim em si mesmo. Enfim, certas coisas, para funcionarem,

deveriam ser “apenas” técnicas.

É importante explicitar que, neste artigo, estão colocados dois modelos no que concerne à relação entre técnica e política: há aquele da analista, próprio a uma certa antropologia da política que tem insistido na indissociabilidade de tais categorias; e há aquele próprio aos espaços pesquisados que, apesar de também postular a associação entre as categorias consideradas, procura igualmente opô-las e distingui-las. Do ponto de vista do trabalho etnográfico, tratar da diferença entre modelos do analista e do contexto investigado, e fazê-lo de maneira que seja tanto clara quanto política e epistemologicamente adequada, constitui um desafio. Pois há riscos tanto ao explicitar a distinção entre técnica e política, quanto ao elidi-la. Ao explicitá-la, há o perigo de simplificar e naturalizar a distinção, tratando da política como algo completamente alheio à técnica, e vice versa. Por sua vez, ao elidi-la, corre-se o risco de reduzir uma à outra e, nessa operação, de perder de vista as dinâmicas que estruturam o espaço e as relações pesquisadas – posto que, a todo momento, a distinção entre técnica e política, assim como aquela entre Estado e sociedade civil, são declaradas e acionadas com vistas a construir as legitimidades em jogo.

A maneira como tratei da questão foi resultante de duas decisões. De um lado, uma definição de princípio: a procura pela simetria dos saberes envolvidos na pesquisa. De outro, uma aposta etnográfica, construída a partir do engajamento com o objeto: procurar levar a sério a insistência que encontrei em campo em relação à separação entre técnica e política. A solução que permitiu equalizar ambos modelos e evitar os riscos descritos foi atentar para os usos e efeitos de metodologias organizacionais e outros procedimentos, sem partir de uma definição *a priori* do que seja técnica e política. Se aproximei coisas tão diversas quanto eleições, sistematizações e consolidações de propostas – e ainda tantas outras, que não aprofundei neste artigo, como rodas de conversa, festas e sambas – é porque elas mostraram ter efeitos semelhantes e convergiam para os mesmos resultados. A construção de um representante da sociedade civil legítimo passava por votações, pela maneira em que a pessoa se comportava nos *trabalhos* e debates, bem como pela sua participação nos momentos de *feita*.

Que desenhos institucionais, metodologias e modelos organizacionais influenciam nas dinâmicas, nos processos e nos eventos que eles compreendem não é exatamente uma novidade. Distintas tradições de pesquisa afirmam isso<sup>21</sup>. A contribuição do caso apresen-

21 Na Antropologia, dialoguei de maneira mais direta com a produção de Annelise Riles e com outros trabalhos sobre burocracia que têm investido em uma abordagem descrita como formal e, por vezes, inclusive como estética (Hull 2012; Riles 2000, 2006). Por sua vez, nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia e na Ciência Política, há tempo existe um campo dedicado ao estudo dos efeitos de desenhos institucionais em instâncias de participação social. O artigo de Priscila Lima (2014) pode ser utilizado como breve introdução ao tema. Segundo a autora, o desenho institucional tem sido considerado

tado é a de mostrar que isso é sabido e instrumentalizado, e que os usos das metodologias fazem parte de saber *fazer política*. Este trabalho também ajuda a iluminar o fato de que investigações sobre a eficácia de aspectos e procedimentos formais, processuais e metodológicos tem muito a ganhar ao evitar formalismos e ao investir em análises que atentem tanto para os efeitos de procedimentos organizacionais como para os usos que deles são feitos. Como dito inicialmente, não se trata de propor uma abordagem interna de conferências e outras instâncias de participação. Pois, se metodologias de trabalho e desenhos institucionais modelam espaços e processos, eles próprios são produtos de negociações e disputas – e, não raro, a escolha de procedimentos ou de uma metodologia particular é feita com alto grau de consciência em relação a seus efeitos.

## Referências

- AMARAL, Rita. 2001. *Festa “à brasileira”*. São Paulo: e-Books Brasil (e-book).
- AUSTIN, John. 1965. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press.
- AVRITZER, Leonardo. 2013. “Conferências nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. In: L. Avritzer & C. Souza (orgs.). *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília: IPEA.
- BARBALHO, Alexandre. 2007. “Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença”. In: A. RUBIM & A. BARBALHO (orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba.
- CALABRE, Lia. (org.). 2008. *Políticas culturais: um campo de estudo*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- DI GIOVANNI, Julia Ruiz. 2015. *Cadernos de outro mundo: o Fórum Social Mundial em Porto Alegre*. São Paulo: Humanitas; Fapesp.
- FARIA, Claudia; RIBEIRO, Uriela. 2011. “Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo”. In: R. Pires (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA. (Série Diálogos para o desenvolvimento, volume 7.)
- GINZBURG, Carlo. 2001. “Representação: a palavra, a idéia, a coisa”. In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras.
- GÓES, Paulo. 2003. *O Clube das Nações. A Missão do Brasil na ONU e o Mundo da Diplomacia Parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NUAP.
- HULL, Matthew. 2012. “Documents and Bureaucracy”. *Annu. Rev. Anthropol.* 41(1):251-267.

---

um dos fatores mais relevantes a caracterizar as práticas democráticas, pois ele “pode apontar quem está participando, quais assuntos são debatidos nas reuniões, como as discussões são feitas, com que frequência os participantes se reúnem para discutir sobre os assuntos, o porquê das escolhas de determinados temas, o empoderamento dos atores que participam e o monitoramento de questões relativas à discussão pública” (Lima 2014: 100-101). Para outra referência geral sobre o tema, ver também Faria & Ribeiro (2011).

- IPEA. 2012. *Fatores Críticos de Sucesso na Organização de Conferências Nacionais*. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia; Nota técnica: Nº 2, 2012. Brasília, IPEA; Secretaria-Geral da Presidência da República.
- LIMA, Priscila. 2014. "O desenho institucional e as instituições participativas: conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos". *Revista Contraponto*, 1(1):109-127.
- MINC. 2007. *Caderno "Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura"*. MinC: Brasília.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC*. Brasília: SNC/SAI/MinC.
- \_\_\_\_\_. 2013. *Caderno de propostas. III Conferência Nacional de Cultura. Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: MinC.
- MORAWSKA VIANNA, Catarina. 2014. *Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs*. São Carlos: EdUFSCar.
- MUNIAGURRIA, Lorena. 2016. *As políticas da cultura: uma etnografia de trânsitos, encontros e militância na construção de uma política nacional de cultura*. Tese de doutorado. São Paulo: PPGAS/USP.
- PEREZ, Léa. 2012. "Festa para além da festa". In: L. Amaral; L. Perez; W. Mesquita (orgs.). *Festa como perspectiva em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PNC. 2011. "Plano Nacional de Cultura, Lei 12.343". Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/> Acessado em 29/08/2011.
- POGREBINSCHI, Thammy & SANTOS, Fabiano. 2011. "Participação como Representação: O Impacto das Conferências Nacionais de Políticas Públicas no Congresso Nacional". *Dados*, 54(3):259-305.
- RILES, Annelise. 2000. *The network inside out*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- \_\_\_\_\_. (org). 2006. *Documents: artifact of modern knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (orgs.) 2007. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba.
- RUBIM, Albino (org.). 2010. *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: Edufba.
- SNAS. 2013. *Participação social: Conferências Nacionais 2013-2014*. Material de divulgação da Secretaria Nacional de Articulação Social e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília.
- TABBUSH, Constanza. 2005. "Civil Society in United Nations Conferences: A literature Review". *Civil Society and Social Movements Programme Paper*, Number 17, United Nations Research Institute for Social Development.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 25 de outubro de 2017.

## Ciência, técnica, política: controvérsias em torno do direito aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo

Bruno Cesar Barbosa<sup>1</sup>

Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (PAGU/Unicamp)

[brunoicb@yahoo.com.br](mailto:brunoicb@yahoo.com.br)

### Resumo

O objetivo do artigo é analisar as relações entre ciência, técnica e política através das controvérsias em torno do direito às transformações corporais do sexo. Argumento que estas controvérsias são um caso exemplar da imbricação entre ciência, técnica e política e de como a produção de conhecimento científico está relacionada com a reivindicação por direitos. Analiso mudanças no Processo Transexualizador, política pública que regula o acesso aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo no Brasil, conjuntamente com dados etnográficos de um evento em que diversos agentes envolvidos em sua discussão estiveram presentes, procurando compreender diferentes posições, associações e tensões na produção de convenções.

**Palavras-chave:** ciência; política; técnica; direitos.

### Abstract

The aim of this article is to analyze the relations between science, technology and politics through the controversies surrounding the right to the corporal transformations of sex. I argue that these controversies are an exemplary case of the imbrication between science, technique and politics and how the production of scientific knowledge is related to the claim for rights of social movements. I analyze changes in the “Processo Transexualizador”, a public policy that regulates access to medical procedures for the bodily transformation of sex in Brazil, together with ethnographic data of an event in which several agents involved in its discussion were present, trying to understand different positions, associations and tensions in the production of conventions.

**Keywords:** science; politics; technique; rights.

---

1 Bolsista de Pós-Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

## Introdução

O objetivo deste artigo é compreender as relações entre ciência, técnica e política através das controvérsias em torno do direito aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo. Argumento que estas controvérsias são um caso exemplar da imbricação entre ciência, técnica e política e de como a produção de conhecimento científico e tecnológico está relacionada com a reivindicação por direitos.

Na primeira parte do artigo discuto a construção das primeiras convenções em torno dos procedimentos médicos de transformação do sexo, dando ênfase na produção do “transexualismo” nos EUA, a criação do diagnóstico psiquiátrico, sua entrada em parâmetros internacionais de tratamento e classificação de doenças e as críticas atuais por despatologização. Na segunda parte trago o caso brasileiro, apresentando as primeiras regulações do acesso aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo e a criação do Processo Transexualizador. Conjuntamente com a análise das mudanças dos documentos, apresento dados etnográficos de um evento organizado por uma associação científica em que estiveram presentes diversos agentes envolvidos na discussão e transformação desta política pública, como psiquiatras, psicólogos, cientistas sociais, ativistas e gestores públicos. Este evento pode ser entendido como um microcosmo de diversas convenções, muitas delas discordantes, que exerceram influência na transformação desta política pública. Ao final, apresento as mudanças ocorridas nos últimos anos no Processo Transexualizador e teço algumas considerações.

A proposta de mapear controvérsias, indicada por Latour (2005) e Venturini (2009), foi uma ferramenta metodológica importante na construção da análise. Os autores propõem esta metodologia como uma forma de evidenciar pontos de vista discordantes entre diversos campos científicos, pondo ênfase na multiplicidade de posições e agentes, sem reduzi-la a consensos.

Venturini (2009) sinaliza que a palavra controvérsia se refere a questões ainda não estabilizadas em ciência e tecnologia. Seria um conceito que faz referência a certo grau de incerteza compartilhada, situações onde os atores discordam de certas convenções, embora possa haver algumas estabilizações. Procura-se compreender que as simplificações e estabilizações demandam trabalho para serem produzidas e mantidas. O autor destaca alguns cuidados metodológicos necessários para o mapeamento das controvérsias. Primeiro, não se deve partir de nenhuma teoria a priori, na medida em que a proposta é apresentar todos os pontos de vista, isto é, as múltiplas posições e argumentos sobre determinada questão. Derivado deste primeiro ponto, o autor pontua que o objetivo não é buscar uma imparcialidade objetivista, e sim captar todas as parcialidades, multiplicando



ao máximo os pontos de vista discordantes. Por último, deve-se compreender que contravérsias podem articular uma multiplicidade de atores humanos e não humanos e escalas global e local. Isto não significa que todos estes atores e diferentes escalas devem ser entendidos como similares, já que possuem diferentes graus de agência e possibilidades de associações.

Acredito que esse procedimento é particularmente interessante para o tema pesquisado, pois as regulações das práticas médicas de transformação corporal do sexo trazem à tona diferenças entre campos científicos em relação a classificação das pessoas, assim como disputas em torno de reivindicações de direitos por movimentos sociais.

### **Conhecimento biomédico, classificações, produção de sujeitos e as transformações corporais do sexo**

Diversos autores têm pontuado o papel que a ciência – em especial, a medicina – teve na classificação de categorias sexuais desde o século XIX. Um exemplo paradigmático do protagonismo dos discursos biomédicos na construção de noções de subjetividade e categorias sexuais é a análise da criação da categoria homossexual.

Autores como Foucault (2003) e Weeks (1985), desde diferentes referenciais teóricos, argumentam que a categoria homossexual seria uma construção histórica situada no século XIX. A partir de um contexto de transformações históricas e sociais estimulado pela filosofia iluminista e revoluções burguesas e industriais do século XVIII, as ciências ocuparam um papel central na produção de referenciais normativos, formas de governamentalidade e subjetividade. A medicina, em especial, tornou-se uma “ciência de Estado” (Foucault 1996) com funções para além do diagnóstico clínico, como a administração pública e a gestão de populações.

Foucault (2003) enfatiza mecanismos regulatórios de controle sobre os corpos, subjetividades e populações exercidos pelos saberes biomédicos na instituição da sexualidade como um dos princípios fundamentais de organização social e política do século XIX. E esse mecanismo de controle foi efetivo na medida em que instaurou uma “vontade de saber”: um desejo de busca de uma verdade “íntima” a ser confessa para o especialista. A ciência tornou-se meio de acesso privilegiado de busca da verdade dos sujeitos, e a construção desta “suposta” verdade científica teve fins políticos de constituição da família burguesa e da heterossexualidade como norma. Houve uma explosão classificatória em torno de sexo, daquilo que fugia à norma, uma proliferação de “patologias sexuais” e de “ismos” – como o “homossexualismo”, “travestismo”, “sodomasoquismo” – para que se criasse a

noção de normalidade: a heterossexualidade reprodutiva.

Weeks (1985) também procura enfatizar os mecanismos de controle exercidos pelas classificações médicas e seus aspectos reguladores de uma ordem moral burguesa e heterossexual, embora direcione sua análise para as relações entre as taxonomias psiquiátricas, sujeitos classificados e reivindicações de direitos, algo pincelado mas pouco discutido por Foucault (2003). O autor apresenta a relação, por vezes tensa, entre estas classificações da medicina, os contextos de “subcultura homossexual” nas grandes cidades da Inglaterra e os primeiros movimentos de “reforma sexual”, mostrando um *feedback* contínuo entre noções médicas e os sujeitos classificados. Weeks (1985) nos lembra, por exemplo, que a categoria homossexual foi construída em um contexto social que criminalizava a sodomia e, além disso, como alguns destes médicos estavam envolvidos em processos do que podemos chamar de “politização da biologia”. O autor afirma que o “modelo médico da homossexualidade” deslocou o antigo modelo religioso da sodomia inscrito nos códigos penais, que promovia a criminalização destas práticas sexuais em diversos países europeus. Para alguns destes sexólogos o entendimento do “homossexualismo”, enquanto patologia e/ou naturalização biológica, era uma forma de fugir da criminalização.

A primeira categoria criada na medicina para definição específica do desejo de se transformar e ser reconhecido num sexo diferente do designado ao nascimento é a de “travesti” de Magnus Hirschfeld. Em 1910, o autor cria o termo “travestismo” com base etimológica no verbo latino “travestire”. Hirschfeld ([1910] 2006) entendia que as/os “travestis”, “andróginos”, “hermafroditas” e “homossexuais” constituíam diferentes tipos de “intermediários sexuais”, dentro de um espectro hipotético que vai desde o “masculino puro” ao “feminino puro”.

Hirschfeld é um exemplo da imbricação entre ciência e política, pois ele foi figura chave dos primeiros movimentos homófilos<sup>2</sup> que lutavam pela “reforma sexual”. O autor adotava diversas convenções da sexologia moderna como o método positivista e naturalista das ciências biológicas e a classificação e especificação psicopatologias sexuais, isto é, o projeto taxonômico do século XIX.

---

2 Os chamados “movimentos homófilos” são uma série de grupos de homossexuais organizados na Europa Ocidental que promoviam ações de sociabilidade e também propunham reformas legais como a descriminalização das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Hirschfeld é figura chave desses movimentos pois era identificado publicamente como homossexual. Ele trabalhou ativamente em uma campanha pela descriminalização da sodomia, o artigo 175 do código prussiano. Em 1897, conjuntamente com outros importantes pesquisadores criou o “Comitê Científico-Humanitário”, que tinha por objetivo principal a revogação do referido artigo penal. Tendo por base certo positivismo humanista, o comitê procurava utilizar as “luzes” da ciência no combate às “trevas” do preconceito e da ignorância. Embasava-se em noções liberais de indivíduo, liberdade, privacidade e direito conjugadas na noção de autodeterminação pessoal.

Hirschfeld foi responsável por uma das primeiras tentativas de cirurgia genital, implementada no “Instituto de Ciências Sexuais”, instituição que funcionava como um centro de pesquisa, intervenção e de ativismo político. Meyerowitz (2002) afirma que Hirschfeld não punha nenhum impedimento ao desejo de transformação corporal, pois considerava-o legítimo e parte do direito privado de autonomia, liberdade e autodeterminação pessoal.

Vale destacar, como assinala Hausman (1995), a importância do conhecimento tecnológico na produção destas novas categorias, corpos e subjetividades. A autora argumenta que o desenvolvimento tecnológico da endocrinologia na sintetização dos hormônios e da cirurgia plástica na década de 1920, 1930 e 1940 na Europa foi essencial para que as aspirações de transformação de sinais corporais ligados ao sexo passassem do plano do extraordinário para algo possível a um maior número de pessoas em diferentes contextos globais.

A Segunda-Guerra Mundial promoveu um deslocamento de diversos especialistas europeus para outros países, em especial para os Estados Unidos. E foi no contexto estadunidense que emerge na década de 1950 um novo fenômeno social capaz de mobilizar o debate público e científico sobre as regulamentações das práticas cirúrgicas e tratamentos hormonais: o “transexualismo”. Com a criação dos conceitos de transexual e identidade de gênero, o desejo de se transformar num sexo diferente ao designado no nascimento se tornou um fenômeno social e midiático capaz de mobilizar o debate público e científico, o que levou a esforços contínuos de construção de classificações psiquiátricas para regular o acesso e o direito aos procedimentos cirúrgicos e tratamentos hormonais (Hausman 1995; Castel 2001; Meyerowitz 2002; Zambrano 2003; Bento 2006; Arán & Murta 2009; Leite Jr. 2011).

Um acontecimento quase mítico citado por grande parte dos autores que marcaria um aumento considerável do debate sobre o tema e da demanda nos hospitais, além de uma mudança significativa na abordagem da mídia e da ciência, foi a divulgação do caso de Christine Jorgensen<sup>3</sup> nos anos 1950 (Meyerowitz 2002; Arán & Murta 2009; Leite Jr. 2011). O caso Jorgensen fez a mídia se voltar para os médicos, psiquiatras e psicólogos que já contavam como um crescente aumento de autoridade profissional. Esta autoridade

3 Jorgensen era filha de dinamarqueses e foi militar na Segunda Guerra Mundial. Ela dizia sofrer com problemas com relação a seu corpo desde a mais tenra infância por se considerar mulher. Ao voltar da guerra, ela procurou informações com médicos estadunidenses sobre como transformá-lo. Diante da dificuldade de encontrar médicos estadunidenses que fossem capazes e simpáticos a seus desejos e conhecendo o ambiente progressista da Europa e os trabalhos do endocrinologista dinamarquês Christophe Hamburger (por ascendência e cidadania dinamarquesa), colega de Hirschfeld, Jorgensen decidiu começar seus tratamentos hormonais e cirúrgicos com este médico na Dinamarca. Mudou seu nome para Christine, em homenagem ao médico. Ao voltar para os Estados Unidos, sua história causou um frenesi na mídia.

cresceu devido à própria reconfiguração das relações de poder geopolítico e econômico globais pós-Segunda Guerra Mundial, que tornaram este país uma potência global no qual a ciência assumiu um papel colonizador. Os EUA tornaram-se o celeiro de uma série de “universais globais”, do qual se inclui o recente fenômeno “transexual”.

Se nas primeiras tentativas cirúrgicas e por hormonioterapia de transformação corporal do sexo não havia a necessidade de testes da comprovação de um caso “verdadeiro” de “travestismo”, com a criação do conceito de “transexualismo” o diagnóstico psiquiátrico se estabelece como morfologia de acesso ao direito às transformações corporais do sexo. Três especialistas condensam noções que se tornaram centrais na produção deste sujeito, são eles: o endocrinologista Harry Benjamin, o psicobiólogo comportamental John Money e o psicanalista Robert Stoller.

Benjamin sedimentou para a opinião pública a noção de transexual e enfatizava a biologia/natureza na busca das causas do “transexualismo” e das “raízes da identidade sexual”. Embora nenhum exame laboratorial feito com transexuais indicasse causas biológicas do “transexualismo”, o cientista estava convencido que com melhores tecnologias seria possível encontrar a causa somática. Sua hipótese era que a exposição de hormônios na fase pré-natal poderia modificar estruturas cerebrais, como o hipotálamo (Benjamin 1962). Ele apoiava e incentivava a busca por intervenções cirúrgicas e hormonais de quem o procurava e se tornou porta-voz de alguns transexuais famosos desta época como Christine Jorgensen e Reed Erickson.

Benjamin (1953) foi responsável pelas primeiras diferenciações entre “travestismo” e “transexualismo”. Para o autor, tanto o “travestismo” quanto o “transexualismo” seriam condições patológicas, raras, em que há uma discordância entre as dimensões biológicas e mentais/psíquicas. O “travestismo” teria mais relações com o fetichismo sexual e o ato de vestir-se, enquanto o “transexualismo” seria mais “profundo” e se caracterizaria não somente pelo desejo de desempenhar um papel ligado ao outro sexo, mas sê-lo. O ódio ao órgão genital e o desejo de sua remoção seria um sintoma central em transexuais, assim como a proeminência deste fenômeno entre pessoas nascidas do sexo masculino (designadas ao nascer como homens). No caso de travestismo, o órgão genital seria fonte de prazer, pois tais sujeitos não “recusariam” em última instância o “fato biológico” de que o sexo com o qual se nasce é imutável e se reconheceriam como “homens”. Vale pontuar que Benjamin somente indicava cirurgias genitais para pessoas entendidas como “transexuais” que direcionassem seu desejo sexual para pessoas do “sexo oposto” ao identificado, isto é, que se identificassem como “heterossexuais”.

Se Benjamin enfatizava a biologia como a causa do “transexualismo”, Money (1955) e

Stoller (1963) são exemplos, a partir de diferentes repertórios teóricos e epistemológicos, de explicações de etiologia psicossocial do “gênero”. Os conceitos de papéis de gênero de Money e identidade de gênero de Stoller defendiam igualmente que o gênero teria sua gênese na primeira infância e que a natureza biológica não era determinante do senso psicológico de pertencimento a um determinado sexo. Para Money, os papéis de gênero seriam “todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para revelar-se como tendo o status de um menino ou homem, uma menina ou mulher, respectivamente” (Money 1955: 305). Não ignorando a biologia do sexo – entendido como cromossomos, hormônios, genitais – seu conceito põe em foco a expressão social através dos comportamentos de “fazer e falar”, além de desconectar as duas “dimensões”, isto é, o biológico e o psicossocial.

Stoller (1963) tomou as divisões entre sexo e gênero de Money e criou o conceito de identidade de gênero, por onde seria possível diagnosticar o “transexualismo”. Para o autor, em uma “pessoa normal” a identidade de gênero seria a perfeita relação entre sexo, gênero e sexualidade. Dito em outras palavras: uma pessoa do sexo biológico masculino (com cromossomos, hormônios, gônadas e genitais masculinos) se entenderia como homem (o papel psicológico, social e cultural ligado a masculinidade) e sua orientação sexual seria “heterossexual”, direcionada para mulheres. No “transexualismo” e em outras “psicopatologias sexuais” haveria um desacordo entre estas dimensões, em especial no gênero, o aspecto psicossocial. Stoller propunha que as causas desses fenômenos psicopatológicos eram psíquicas, em especial o drama pré-edípico, fixado em até no máximo 3 anos de idade. A ênfase na psicopatologia é fortemente representada por Stoller e tornou-se cada vez mais comum nas definições de transexual.

As principais tensões entre Benjamin e Stoller eram o lugar das cirurgias e tratamentos hormonais e a oposição entre causas biológicas e causas psicossociais. Enquanto Benjamin apoiava publicamente as transformações corporais narrando seus efeitos positivos, assim como acreditava que no futuro seria possível encontrar provas das causas somáticas do “transexualismo”, Stoller via as cirurgias e tratamentos hormonais como algo muito perigoso e arriscado aos sujeitos e entendia o drama pré-edípico como sua causa. Embora com estas discordâncias, há algumas semelhanças entre suas definições. Suas noções de “transexualismo” eram patológicas, isto é, ambos o consideravam um desvio da ordem natural das coisas, da coerência entre sexo, gênero e sexualidade. A despeito da peleja da causa ser biológica ou psicossocial, também concordavam sobre seus efeitos, isto é, seus “sintomas”, como a negação do sexo biológico, o desejo de transformação corporal, o ódio ao órgão genital e a orientação sexual heterossexual dos “verdadeiros transexuais”.

A entrada do conceito de transexualismo na década de 1980 no Manual Diagnósti-

co e Estatístico de Doenças Mentais (DSM), produzido pela Associação Psiquiátrica Americana, e na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID), organizado pela Organização Mundial Saúde, foi a sedimentação do processo de patologização e especificação na medicina. Embora diversas outras nosografias psiquiátricas tenham se desenvolvido devido às dúvidas quanto à cientificidade do termo transexual, além das críticas ao ímpeto patologizante e do diagnóstico psiquiátrico pelo movimento social desde a década de 1970, o termo identidade de gênero de Stoller e a cisão classificatória em relação a travestis de Benjamin se perpetuaram. Mesmo em suas versões mais atuais, a profunda identificação com o outro gênero é relacionada ao termo transexual e aos transtornos/desordens de identidade de gênero, enquanto a categoria travesti é compreendida como um distúrbio do desejo sexual. O anseio da cirurgia de transformação genital, a repulsa ao órgão genital e a identificação com o outro gênero desde a mais tenra idade são relacionados à categoria transexual. Os desvios do prazer sexual – as perversões e/ou parafilias – são relacionados à categoria travesti. Logo, enquanto transexuais sofreriam de um transtorno de gênero, travestis sofreriam de um transtorno sexual.

Além da CID e do DSM, outro guia para o tratamento de pessoas transexuais que orienta o trabalho de profissionais da saúde são as “Standards of Care” (SOC), organizada pela “World Professional Association for Transgender Health” (WPATH). Diversos protocolos referentes à prática clínica de hormonioterapia, cirurgias genitais e psicoterapia são encontrados neste guia de tratamento. A WPATH foi responsável pela criação de alguns parâmetros de tratamento como a obrigação de, pelo menos, 2 anos de psicoterapia para a indicação da cirurgia genital. A associação reúne atualmente profissionais de saúde ao redor do globo e possuía voz ativa nos grupos de trabalho de revisões dos conceitos referentes a identidade de gênero na CID e no DSM.

Na década de 1990, a partir da criação do movimento transgênero e/ou de pessoas trans estabelece-se uma crítica mais pungente à autoridade médica, ao diagnóstico psiquiátrico e ao processo de patologização, com reivindicações pela retirada dos conceitos de transexualismo e transtorno de identidade de gênero dos manuais internacionais. Tal movimento será alavancado na década de 2000 com as campanhas internacionais pela despatologização, a criação das primeiras legislações nacionais com viés despatologizantes e a construção de uma agenda de Direitos Humanos em relação a pessoas trans.

De todo o modo, essas classificações possibilitaram diversas mudanças no acesso às transformações corporais do sexo, restrito aos diagnósticos apresentados. Em termos concretos, produziu um argumento utilizado em diversos países para que as cirurgias

deixassem a ilegalidade, abrindo uma via possível para que planos de saúde e serviços públicos passassem a custear estas cirurgias, assim como mais médicos se interessassem no tema já que alguns teriam “medo” de se engajar no tratamento de uma patologia “pouco” reconhecida pela comunidade científica. Além disso, a entrada nestes três manuais de organizações internacionais produziu uma massiva globalização de conceitos criados no contexto estadunidense e europeu, regulando o acesso ao direito às transformações corporais do sexo através do conceito de “transexualismo” e “transtorno de identidade de gênero”.

### **A regulação dos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo no Brasil e as controvérsias em torno do “Processo Transexualizador”**

No Brasil, segundo autores (Bento 2006; Teixeira 2009; Leite Jr. 2011), o processo penal contra Dr. Roberto Farina e sua paciente, pela realização do que foi considerada a “primeira cirurgia de mudança de sexo” do país em 1971, tornou público o debate acerca da regulação das práticas cirúrgicas e tratamentos hormonais. Farina foi acusado de crime de lesão corporal e falsidade ideológica, além de abuso do Código de Ética Médica. O Supremo Tribunal Federal inocentou o médico utilizando o diagnóstico de transexualismo nos “moldes benjaminianos” como justificativa, argumentando uma melhora de estado de saúde do paciente e não um ato de crime.

Referências à medicina estadunidense e ao conceito de transexualismo fazem parte deste processo de legitimação e institucionalização da categoria transexual no Brasil e da regulação de acesso aos procedimentos médicos de transformação corporal. Embora este processo tenha chegado ao Superior Tribunal Federal, será somente na década de 1990, no contexto de institucionalização do Sistema Único de Saúde (SUS) e de redemocratização do país, que o Conselho Federal de Medicina (CFM) produz a primeira resolução que regulamenta os tratamentos hormonais e cirurgias. Esta resolução, a CFM n.º 1.482, foi fruto de debates no CFM durante toda a década de 1990 em um Grupo de Trabalho chamado “Transexualismo” e foi aprovada em 1997. Nela se autorizam “a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo”. Os tratamentos eram considerados de caráter experimental, conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS n.º 196 de 10/10/1996, isto é, restritos aos “hospitais universitários ou hospitais públicos adequados à pesquisa”.

No ano de 2002, a Resolução CFM n.º 1.652 alterou a anterior, permitindo que a

cirurgia de construção de vagina, “e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários” fossem realizados no âmbito da assistência à saúde, em qualquer instituição pública ou privada de saúde. Manteve-se o caráter experimental da “neofaloplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários”, devido às “dificuldades técnicas ainda presentes para a obtenção de bom resultado tanto no aspecto estético como funcional das neofaloplastias”.

Nestes primeiros documentos do CFM retoma-se o conceito patológico de “transexualismo”, a necessidade do diagnóstico para realização do tratamento, embasando-se nas normas internacionais do CID, DSM e SOC. Encontravam-se excluídas deste atendimento pessoas que não desejassem a cirurgia genital, mas que pudessem requerer hormonioterapia, como grande parte das pessoas que se classificam como travestis, visto que o conceito de “transexualismo” seria focado no desejo de mudança genital: “a etapa mais importante no tratamento de pacientes com transexualismo”. Também encontravam-se excluídos homens trans.

Estas exclusões das Resoluções do CFM provocaram intensas discussões em grupos de trabalho no Ministério da Saúde, o que culminou na criação do “Processo Transexualizador”, incorporado na rede assistencial do SUS, através da Portaria do Ministro da Saúde nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Como sinaliza Teixeira (2009), embora o texto destas Portarias esteja marcado pela interlocução entre diferentes atores, neste documento retomou-se o conceito patológico de “transexualismo” com foco no desejo de mudança genital, sendo citada a Resolução do CFM, nº 1.652/2002 como parâmetro para o tratamento.

Neste mesmo ano de 2008, o Centro de Análise e Planejamento (CEBRAP), por meio da Comissão de Reprodução e Sexualidade, realizou o evento “Transexualidade, Travestilidade e direito à saúde” com pesquisadores, ativistas, profissionais da saúde e gestores públicos na cidade de São Paulo. Esta comissão produz importantes reflexões sobre movimento feminista, saúde e estudos de gênero e sexualidade, com um viés crítico em relação aos processos de medicalização da sociedade. O evento contou com a participação de pesquisadores das ciências sociais, em sua maioria ligados aos estudos de gênero e sexualidade, gestores de políticas públicas e ativistas dos movimentos sociais. Embora houvesse profissionais da área da saúde, havia um número reduzido de médicos. Os especialistas chamados para as mesas estiveram diretamente envolvidos no atendimento de pessoas no Processo Transexualizador e/ou nas discussões nos grupos de trabalho do Ministério da Saúde para a revisão das Portarias.

O objetivo foi discutir o então recente Processo Transexualizador e suas eventuais exclusões de travestis e homens trans, devido à vinculação do diagnóstico de transexualis-



mo e à centralidade da cirurgia genital nesta definição. O foco do debate foi a despatologização das identidades trans e a crítica ao diagnóstico psiquiátrico. Um dos resultados do evento foi a publicação de um livro com artigos dos especialistas e transcrição dos debates de todas as mesas (Arihla, Lapa & Pisaneschi 2009), assim como a assinatura do manifesto pela despatologização das identidades trans promovido pela campanha internacional “Stop Trans Pathologization”.

Considero que este evento sintetizou diversas discussões que posteriormente influenciaram na transformação do Processo Transexualizador, assim como as controvérsias entre diferentes áreas de conhecimento, movimentos sociais e profissionais de saúde e gestores estatais. De modo marcante, o evento se tornou um microcosmo de tensões históricas entre ciências biológicas e ciências sociais, de crítica da patologização e do diagnóstico psiquiátrico.

Um acontecimento que criou grande repercussão no evento foram as vaias dirigidas à fala de um médico, Alexandre Saadeh, psiquiatra membro da equipe do PROsex e Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, na mesa “Avaliação e diagnóstico psiquiátrico”. Sua fala mobilizou um intenso debate sobre a prática diagnóstica e a autonomia das pessoas diante de seus corpos, além de evidenciar tensões entre campos científicos, especialmente entre a psiquiatria e as ciências sociais. As discussões que se desprenderam deste acontecimento revelam convenções que posteriormente influenciaram mudanças no Processo Transexualizador.

Saadeh começou sua comunicação afirmando que seu objetivo era apresentar como é feito o diagnóstico da “transexualidade ou transexualismo” segundo a CID 10. Sua ênfase foi em identificar quem seriam os/as transexuais. Disse que o diagnóstico é uma ferramenta importante para transexuais em suas buscas de transformações corporais e de “expressão” identitárias, na medida em que dá um lugar explicativo para seus anseios. Ele destacou que os manuais psiquiátricos (CID e DSM) e as “Standarts of Care” (SOC) são diretrizes que orientam o trabalho de psiquiatria. No entanto, o diagnóstico envolveria um longo processo de escuta e interpretação na prática clínica que vai além desses manuais.

Grande parte da sua exposição focou na diferenciação do que seriam transexuais de outras “patologias”, sinalizando a importância da diferenciação entre transexuais e travestis, e pontuando a necessidade de se entender o que seria um transtorno de identidade de gênero e um de identidade sexual. Saadeh apresentou as concepções clássicas da medicina sobre o termo “travestismo”, afirmando que “travestis” sofreriam de um transtorno de identidade sexual, pois suas transformações teriam por objetivo obtenção de prazer sexual, diametralmente diferentes de transexuais que algumas vezes “nem sequer toca-

ram em seus órgãos genitais”.

O principal objetivo da fala de Saadeh foi destacar a importância do diagnóstico psiquiátrico. Dentre os motivos elencados, o médico citou a imutabilidade da cirurgia genital e o risco de administrar a cirurgia para pessoas que não seriam os “verdadeiros transexuais”. O diagnóstico psiquiátrico clínico também seria essencial, pois não há outras formas de diagnóstico mais “físicos”, como exames laboratoriais. No entanto, Saadeh pontuou que pesquisas na área das neurociências indicam que mudanças em estruturas cerebrais determinam a identidade de gênero, marcando assim a naturalidade orgânica do gênero. Neste sentido, no futuro outras formas de diagnóstico, como tomografias, poderão ser mais eficazes que o diagnóstico exclusivamente clínico, baseado na fala do paciente.

Toda a fala do psiquiatra foi acompanhada por vaias de diversas pessoas presentes, como especialistas e ativistas. Ele teve que interromper sua fala algumas vezes. Sua ênfase na técnica do diagnóstico psiquiátrico provocou reações acaloradas. Os comentários de ativistas travestis e transexuais criticaram a prática do diagnóstico psiquiátrico. Uma ativista transexual disse “quando vamos nos libertar da OMS?”. Outra ativista disse: “temos que ter cuidado com esse laudo porque ele é simplesmente uma força, ele está sufocando essas pessoas” (Simonetti 2010: 316).

Um momento que causou mais desconforto entre os participantes do evento e que evidencia como se dá a relação entre sujeito e especialista no conhecimento psiquiátrico de Saadeh foi uma pergunta sobre a autonomia decisória sobre as transformações corporais. A resposta do psiquiatra foi a seguinte:

Na verdade a gente não é (dono de nossos corpos). Juridicamente, a gente não é dono de nosso corpo, existem determinados preceitos éticos e questões sociais. Se sou cirurgião e resolvo cortar um órgão de alguém, posso ser judicialmente comprometido por isso. (...) a despatologização tem que ser muito bem discutida, se não ela vai ser o quê? Uma cirurgia eletiva? É uma cirurgia plástica? Uma questão estética? Do que a gente está falando especificamente? Não sou nem contra, nem a favor, acho que precisamos amadurecer essas questões antes de ter uma definição passional e emocional em relação a isso (Simonetti 2010: 340).

Uma pessoa pode se dizer transexual, mas sua fala teria que ser posta sempre em dúvida. É um sujeito com verdades misteriosas e escondidas por trás da aparência e da fala e que somente o médico psiquiatra, com seu conhecimento racional, sem o “calor da emoção”, seria capacitado para desvendar. Neste sentido, é um sujeito que não pode ser

autônomo em suas decisões, pois é um sujeito que “não sabe ao certo o que é”, e que pode inclusive ser um risco para sua própria vida.

Na fala de Saadeh para que algo seja considerado científico é necessário que se afaste do “calor da emoção” para uma descrição mais fidedigna. Há uma compreensão que a realidade é pré-existente à descrição do cientista, que através de métodos eficazes, como o diagnóstico psiquiátrico ou a tomografia, pode extraí-la. O cientista tem que estar longe da política para que suas descrições sejam levadas a sério.

A defesa de Saadeh do diagnóstico psiquiátrico, suas noções de ciência, assim como sua crítica à despatologização e a autonomia decisória sobre as transformações corporais foram entendidas como o epítome da patologização, em um evento majoritariamente organizado por pessoas defensoras da despatologização e ligadas às ciências sociais. Se na fala de Saadeh, o diagnóstico psiquiátrico, classificação e diferenciação de psicopatologias foi o mote do discurso, os pesquisadores das ciências sociais que se apresentaram no evento trabalharam com noções epistemológicas diferentes. Eles corroboravam que as identidades são construídas historicamente, que a produção de conhecimento exprime um posicionamento político, demonstrando um olhar crítico ao processo de classificação psiquiátrica e sobre as relações entre ciência, técnica e política. Neste sentido, suas falas foram contraposições à fala de Saadeh.

Diversos pesquisadores das ciências sociais que estudaram o atendimento para transexuais pelo Processo Transsexualizador se engajaram politicamente na luta pela despatologização e pela revisão dos critérios diagnósticos. Vale destacar, também, o histórico das ciências sociais e da saúde pública na luta antimanicomial no Brasil. Neste seminário, em diversas mesas, estavam presentes especialistas ligados à teoria social e teoria de gênero que trabalharam nos serviços do Processo Transsexualizador e alguns pesquisadores que participaram ativamente da discussão das mudanças desta política. Trago, a seguir, alguns desses debates que tomaram contraposição à fala de Saadeh, provocando, também, calorosas reações.

Uma das pesquisadoras das ciências sociais brasileiras que mais se engajou nesta discussão sobre a despatologização é a socióloga Berenice Bento. Sua tese de doutorado, publicada em livro, com influências da teoria queer e diversos autores pós-estruturalistas, produziu uma reflexão crítica sobre o papel do diagnóstico psiquiátrico no controle social das pessoas transexuais. A pesquisadora também participou ativamente na campanha pela despatologização na Europa, a “Stop Trans Pathologization”, particularmente na Espanha e França. Suas proposições vêm dessa relação com estas propostas.

Sua fala no evento foi organizada de modo a “desconstruir” argumentos que de-

fendem a patologização, com foco na questão da autonomia e da relação de poder entre sujeitos e especialistas. A pesquisadora resumiu sua exposição em quatro argumentos principais: 1) diferença natural entre os gêneros; 2) a visão suicidógena; 3) concessões estratégicas; 4) a autoridade científica.

Sua primeira crítica foi direcionada à noção de dimorfismo sexual, a ideia de que existem duas espécies naturais de seres humanos, homem e mulher. Segundo a pesquisadora, a crença nesta divisão, de gênero como binário e natural, é o que produz a transexualidade como patológica. O segundo argumento seria a narrativa do perigo da cirurgia genital, como algo arriscado. Segundo a autora, esse “terrorismo discursivo” reafirma a necessidade de um preciso diagnóstico psiquiátrico. Sua terceira crítica foi em direção ao argumento de que é importante a patologização como argumento de reivindicação de atendimento ao serviço de saúde. Ela sinalizou como para muitos (as) transexuais e travestis esta é uma preocupação de que se não for patologia, o “Estado” não custearia as cirurgias e o atendimento. Para a autora, este argumento constrói o “Estado” como uma entidade a-histórica que possui certas regras imutáveis. Bento destacou legislações atuais nas quais o diagnóstico psiquiátrico não é mais necessário para o acesso às transformações corporais. Ao final de sua fala a pesquisadora questionou a autoridade dos profissionais envolvidos no atendimento de transexuais, a saber: psiquiatras, psicólogos, endocrinologistas e outras especialidades médicas.

A fala de Bento promoveu um debate sobre a questão da autonomia e do diagnóstico. Márcia Arán, psicóloga e professora do Instituto de Medicina Social da UERJ, que atendeu demandas do Processo Transexualizador, destacou questões importantes. Ligada também a este pensamento social crítico em relação ao conhecimento biomédico e ao diagnóstico psiquiátrico, Arán ponderou a discussão de autonomia propondo uma “autonomia partilhada”. Segundo a autora, por estar associada à prática do serviço público, seria necessário pensar nos aspectos práticos de custeamento das cirurgias pelo SUS, segundo o qual seria necessário, enquanto estratégia política, criar um critério de elegibilidade com a identificação de quem seriam os sujeitos atendidos pela política pública.

A psicóloga propôs que o sofrimento psíquico e social poderia ser um critério de acesso à política pública. Em seu argumento, os sujeitos atendidos e os especialistas (nesse caso, psicólogos e médicos), estabeleceriam uma autonomia compartilhada na decisão pelas transformações corporais, baseada na relação psicoterapêutica e no contexto social em que a pessoa está inserida. No entanto, destacou já de início alguns problemas com esta noção. Um deles é que não se trataria de um “sofrimento corporal”, mas de uma visão de sofrimento para além do corpo e que englobaria a situação social. Outro problema é

que essa ideia de sofrimento não deve virar uma nova cartilha de como as pessoas devem se apresentar ao sistema.

Embora Bento e Arán compartilhem das críticas ao conhecimento biomédico, podemos fazer um contraste entre suas propostas. Bento postulou noções de autonomia radical e liberdade, conjuntamente com uma exposição combativa em relação ao campo médico, acirrando os debates que se sucederam depois da fala de Alexandre Saadeh. Em sua comunicação o papel do cientista social foi o da crítica cultural, em particular à medicina, embora sem propor algo claro para a gestão de políticas públicas. Tratou-se de tensionar o presente tendo em vista a busca de utopias políticas como a liberdade e autonomia plena.

Arán, mais próxima à gestão pública e ao atendimento no SUS, tendeu a pensar que alianças entre campos de conhecimento são necessárias, embora sem perder viés crítico em relação à patologização e à medicina, postulando a noção de autonomia partilhada. Suas noções se aproximaram da análise de Butler (2009), que argumenta que não existiria uma “autonomia” e/ou liberdade plena ou pura. Para Butler (2009) a noção de autonomia plena seria falha, pois toda a liberdade e/ou autonomia se constrói a partir de certas normas e regulações. No seu ponto de vista, para a construção da “transautonomia” é necessária a construção de uma rede jurídica, assistencial e social que lhe dê suporte e permita que estes corpos possam viver. Nesse sentido, alianças entre campos de conhecimento são condição para a produção da “transautonomia”, isto é, garantir o acesso aos tratamentos e o cuidado que tornam possível a implementação do desejo de transformação corporal do sexo.

Os especialistas, a partir de diferentes teorias e inserções profissionais produzem um conhecimento que orienta suas propostas de como esta política pública “deve” funcionar. A relação entre conhecimento, prática, técnica e política aparece de modo bastante particular nas falas de Bento e Arán e possui algumas implicações. Diferentemente de Saadeh que parece acreditar que o conhecimento por ele produzido seria uma descrição de uma realidade pré-existente, as convenções produzidas por Bento e Arán são contingentes às lutas políticas que elas estão envoltas.

Jasanoff (2003), trazendo a noção de “co-produção”, assinala a importância de compreender como o conhecimento científico está envolto em processos de reivindicação de direitos e lutas políticas de uma variedade de agentes e campos científicos, tendo uma implicação prática em processos de decisão e justificação de políticas públicas. O conhecimento científico não é neutro no sentido de somente descrever a realidade. Muito pelo contrário, quando produzimos determinadas convenções, muitas vezes estaríamos direcionando nossa atenção menos para uma descrição do “mundo real” e mais para como o

“mundo deve ser”.

Outra pesquisadora que se apresentou no evento que nos ajuda a compreender esta relação entre ciência, política e técnica foi Tatiana Lionço, psicóloga que participou ativamente nas discussões das transformações do Processo Transexualizador. Lionço foi psicóloga em uma equipe que atendia demandas do Processo Transexualizador. Neste sentido, assim como Arán, sua fala é marcada por sua atuação como profissional de saúde. Se no debate de Bento e nos comentários de Arán, a questão da autonomia foi central, Lionço focou numa crítica das diferenças entre travestis e transexuais que Alexandre Saadeh elencou em sua fala.

A pesquisadora argumentou que a centralização da cirurgia genital na definição de “transexualismo” exclui especialmente travestis e, até aquele momento, homens transexuais. Neste sentido, ela colocou como o principal efeito do laudo psiquiátrico a exclusão de travestis que já seriam as “mais marginalizadas” dentro do espectro “LGBT”. Pontuou como há mais semelhanças do que diferenças entre o que definimos como travesti e transexual. Neste sentido, sua conclusão foi que “eliminando-se o diagnóstico essas pessoas poderiam ter acesso”.

Ela pontuou também que a política do Processo Transexualizador não necessitaria ser identitária e poderia ser uma política de “transformações corporais do sexo” que abrangeria diversas identidades dentro de um espectro “trans”. A fala de Lionço provocou um intenso debate sobre as diferenças entre travestis e transexuais, sobre o argumento anti-identitário e a exclusão de travestis do Processo Transexualizador. Assim como nas falas de Bento e Arán, as relações entre ciência e política aqui aparecem de um modo bastante singular. Lionço direciona sua atenção para como esta política pública “deveria ser”, isto é, sobre uma certa imaginação de um futuro mais justo que passa por uma crítica ferrenha à noção de identidade.

O viés anti-identitário foi algo criticado por muitas ativistas presentes. Se na fala de Arán e Bento, não houve tensões com o movimento social presente no evento, a crítica de Lionço às diferenças entre travestis e transexuais e ao formato identitário não foi corroborado pelas ativistas. A principal questão pontuada pelos presentes é que existiria uma história particular da categoria travesti no Brasil e que, portanto, seria importante demarcar diferenças entre travestis e transexuais. A ativista transexual Carla Machado, por exemplo, pontuou a necessidade de ampliação para travestis, embora demarcando as diferenças entre travestis e transexuais:

A travestilidade é uma coisa que é muito fortemente desenvolvida no nosso contexto, na nossa realidade brasileira. Você não vê a travesti como ela é conceituada aqui no Brasil, numa Holanda, numa Rússia, numa China ou num país da África por questões sociais e culturais de cada lugar. Aqui (no Brasil) existe uma diferença dentro da própria população na forma como ela se autopercebe. É a mesma questão de quando falam “negros e brancos são todos iguais”. Mas a questão é que existem diferenças de autopercepção; aqui mesmo no Brasil, como ela diz, elas se digladiam, essa população, porque existe esse estigma carregado da palavra travesti e a maioria da população transexual não quer ser inserida.

A afirmação de que haveria uma história particular da categoria travesti no Brasil foi uma convenção compartilhada por muitas ativistas presentes, travestis e transexuais. Neste sentido, houve um consenso entre as ativistas que não se poderia simplesmente delimitar no Processo Transexualizador como população alvo “pessoas trans” ou produzir uma política pós-identitária, como na proposta de Lionço. Seria necessário delimitar “transexuais e travestis” e não simplesmente subsumir a categoria travesti na de “trans”. A analogia com a diferenciação racial entre brancos e negros revela que a ativista entende que travestis e transexuais são sujeitos diferentes, devido a uma história e cultura particular.

As ativistas defendem a inclusão de identidades, não a dissolução ou crítica do formato identitário de reivindicação por direitos. A noção de que existe uma história particular da categoria travesti tem feito parte não somente do vocabulário ativista, mas de diversas pesquisas nas ciências sociais, em especial na Antropologia. As primeiras etnografias sobre travestis são publicadas na década de 1990 e se debruçam sobre o contexto da prostituição da rua (Oliveira 1994; Silva 1995; Kulick 2008). Depois dos anos 2000, outros pesquisadores, em grande parte antropólogos, também desenvolveram pesquisas seguindo essa tradição de pesquisa em torno da prostituição de rua travesti, embora a partir de referenciais teóricos próximos à teoria queer (Benedetti 2005; Pelúcio 2009). Todos os trabalhos destacam que o termo travesti teria uma exterioridade em relação às definições médicas europeias e estadunidenses, representando, em alguns casos, uma forma brasileira de entendimento de gênero e sexualidade, especialmente quando contrastado com a categoria transexual e transtorno de identidade de gênero.

Indo nesse caminho, Leite Jr. (2011) argumenta que haveria uma disjunção entre o termo popularmente conhecido como travesti no Brasil e o conceito clínico de travesti, descrito na CID e DSM. As definições de “travesti” da CID e do DSM dizem respeito a pessoas que se vestem de outro gênero para obtenção de prazer sexual ou vantagem (travestis-

mo fetichista e fetichismo transvéstico) ou como uma fase inicial de experimentação por tempo determinado que pode vir a culminar em “transexualismo” (em caso de “travestismo bivalente”). Estas descrições não se assemelhariam a pessoas classificadas atualmente no Brasil como travestis, isto é, que se constroem subjetivamente e corporalmente por meio de silicone e hormônios e reivindicam uma identidade feminina embora, na maior parte, não requeiram a cirurgia genital.

Conforme alguns autores (Oliveira 1994; Silva 1995; Kulick 2008; Pelúcio 2009), desde a década de 1970 grandes cidades brasileiras têm assistido a um grande aumento do número de pessoas autodenominadas travestis no trabalho da prostituição de rua, caracterizadas por se definirem como homossexuais e constroem formas corporais consideradas femininas em seus corpos por meio da ingestão de hormônios e a utilização de silicone industrial.

No campo do movimento social, Carvalho e Carrara (2013) sinalizam como enquanto identidade política diferente de homossexual, o termo começa a ser utilizado na década de 1980, fruto da criação dos primeiros grupos politicamente organizados de travestis, a partir de tensões em relação a grupos de homossexuais. Em sua grande maioria, estes grupos e associações faziam parte do movimento de luta contra a epidemia de DST e Aids. A sedimentação da identidade coletiva travesti – e posteriormente a incorporação da discussão sobre a identidade transexual – vai acontecer somente no fim da década de 1990 e começo de 2000 com a segmentação do movimento homossexual em LGBT (Facchini 2005; Simões & Facchini 2009), em paralelo à própria criação de políticas públicas específicas para cada uma destas identidades.

O passo fundamental na produção deste movimento social específico foi a criação da ANTRA (chamada neste momento de “Articulação Nacional de Transgêneros”), que somente posteriormente vai incluir demandas de pessoas classificadas como transexuais. A construção e institucionalização do movimento social de travestis e transexuais, e especialmente a ANTRA, tiveram um papel fulcral na própria construção de identidade travesti, assim como na construção de um “orgulho travesti”.

Diante desse contexto histórico e de constituição do movimento social no Brasil é que emerge a crítica por parte de algumas ativistas ao uso de “pessoas trans” enquanto uma identidade coletiva. A estratégia vai para uma afirmação das diferenças de modo que travesti aparece menos como um conceito psiquiátrico e mais como uma categoria cultural e histórica particular ao Brasil.



## Mudanças no Processo Transexualizador e algumas considerações

Os debates no evento do CEBRAP representam um microcosmo de muitas discussões que ocorreram nos últimos anos e influenciaram em mudanças no Processo Transexualizador. Nos anos seguintes ao evento, uma série de mudanças ocorreram nesta política pública, na produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil e nas dinâmicas dos movimentos sociais. As demandas por despatologização do acesso às transformações corporais e a exclusão de travestis e homens-trans das políticas públicas de assistência às transformações corporais foram alvo de discussões nos eventos do movimento social, de produção de conhecimento científico de diversas teses e dissertações, de campanhas internacionais e de eventos de especialistas.

Na última década o movimento social de homens trans tem se organizado e tornado visível suas demandas, questionando as exclusões do Processo Transexualizador. Como fruto dessa maior visibilidade e pela reivindicação de pesquisadores, em 2010 houve uma mudança favorável a homens trans no Processo Transexualizador. A Resolução nº 1.955/2010 do CFM ampliou o atendimento às cirurgias, retirando o caráter experimental da histerectomia e mantendo para os procedimentos de faloplastia e vaginectomia, embora destacando a viabilidade técnica destas cirurgias. Vale destacar que homens trans seriam entendidos como transexuais, mesmo que não desejem a cirurgia genital, devido às controvérsias em torno da faloplastia. Neste sentido, eles seriam submetidos ao crivo do diagnóstico psiquiátrico de “transexualismo”.

Em 2013, uma nova Portaria do CFM, a Nº 2.803, procurou resolver tensões em torno da exclusão de travestis no Processo Transexualizador. Duas principais modificações foram propostas: 1) mudança da idade mínima de início da hormonioterapia, que iria para 16 anos; 2) ampliação do atendimento a travestis, entendendo tais pessoas como aquelas que não desejam a cirurgia genital, porém almejam outras transformações corporais como hormonioterapia. No mesmo dia de sua publicação, esta Portaria foi suspensa devido à questão da idade. Esta mudança foi suprimida, e o texto foi publicado ampliando o atendimento para travestis. Neste documento é citada a Resolução 1.955/2010 do CFM, que define no Artigo 3º o que se entende como transexualismo:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos;

## 4) Ausência de outros transtornos mentais.

Neste artigo retomou-se a definição de “transexualismo” baseado no desejo de cirurgia genital. Levando em consideração a ampliação do atendimento para travestis promulgada pela Portaria de 2013 do MS, assim como a falta de definição diagnóstica específica de “travesti” na Resolução do CFM, supõe-se que “travestis” seriam aquelas pessoas que não se encaixam nesta definição de transexual focada na cirurgia genital. O diagnóstico psiquiátrico de travesti não seria equivalente aos sentidos locais desta categoria no Brasil.

O resultado dessa última portaria evidencia algumas tensões que busquei apresentar utilizando os dados etnográficos do evento do CEBRAP, das diferentes convenções e reivindicações de movimentos sociais, cientistas sociais e médicos. Ao continuar com a prática do diagnóstico psiquiátrico de “transexualismo” e ampliar outros atendimentos que não a cirurgia genital para travestis, acomodou-se tensões entre a tutela psiquiátrica da cirurgia genital e as reivindicações dos movimentos sociais e cientistas sociais pela singularidade da categoria travesti.

Listar diferencialmente “travestis e transexuais” como objeto do Processo Transexualizador diz respeito ao modo particular da produção destas diferenças no Brasil, não somente ao modo como tais diferenças foram e são produzidas pelos campos científicos, mas pelo histórico particular da categoria no Brasil. A inclusão de travestis, assim, não vem por uma categoria diagnóstica.

Como apresentei neste artigo, as controvérsias em torno do direito aos procedimentos médicos de transformação corporal do sexo põem em relevo questões centrais sobre as relações entre ciência, técnica e política, nas quais alianças e tensões são produzidas entre especialistas e movimentos sociais. Também nos revelam uma multiplicidade de agentes envolvidos atualmente nestes processos, como cientistas, advogados, ativistas, associações de pesquisa, gestores estatais, organizações internacionais, assim como as inter-relações, disputas e tensões entre campos de conhecimento científico, sujeitos e ativismos, mostrando como a ciência está envolvida em lutas políticas e reivindicações de direitos.

## Referências

ARÁN, Márcia & MURTA, Daniela. 2009. “Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde”. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 19 (1): 15-41.

- BARBOSA, Bruno C. 2015. *Imaginando trans: saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo*. Tese de Doutorado. Antropologia Social, USP.
- BENEDETTI, Marcos. 2005. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENTO, B. 2006. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENJAMIN, Harry. 1953. "Travestism and Transexualism". *Internacional Journal of Sexology*, v.7, n.1: 12-14.
- BENJAMIN, Harry. 1963. *The Transsexual Phenomenon*. New York: Inc. Publishers.
- CARVALHO, Mário & CARRARA, Sérgio. 2013. "Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil." In: *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, no.14, Aug.
- CASTEL, Pierre. 2001. "Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do "fenômeno transexual" (1910-1995). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41: p 77-111.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.
- FEINBERG, Leslie. "Transgender Liberation". 2006. In: Stryker & Whittle (org.). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge.
- FISK, Norman. May 1974. "Gender Dysphoria Syndrome-The Conceptualization that Liberalizes Indications for Total Gender Reorientation and Implies a Broadly Based Multi-Dimensional Rehabilitative Regimen". In: *West J Med (120)*: 386-391.
- FOUCAULT, Michel. 1996. "O nascimento da Medicina Social." In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. 2003. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- HAUSMAN, B. 1995. *Changing Sex: Transsexualism, technology and the Idea of Gender*. Durham: Duke University Press.
- HIRSHFELD, Magnus. 2006. Selections from "The Transvestites: The erotic drive to cross-dress" [1910]. In: STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge.
- KULICK, Don. 2008. *Travesti: Sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fio-cruz.
- JASANOFF, Sheila. 2004. "The Idiom of Co-production." In: JASANOFF, Sheeila. *States of Knowledge: The co-production of Science and social order*. London: Routledge.
- LATOURETTE, Bruno. 2004. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. 2011. "Nossos Corpos Também Mudam": sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume.
- LIONÇO, Tatiana. 2009. "Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Tran-

sexualizador no SUS: avanços, impasses e desafios”. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 19 (1): 43-63.

MEYEROWITZ, J. 2002. *How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States*. Cambridge, Harvard University Press.

MONEY, John. 1955. “An Examination of Some Basic Sexual Concepts: The Evidence of Human Hermaphroditism Bull”. In: *Johns Hopkins Hospital* (97, n.4), Baltimore: 301-19.

OLIVEIRA, Neusa Maria. 1994. *Damas de paus: O jogo aberto das travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.

PELUCIO, Larissa. 2009. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo: Annablume

SILVA, H. 1993. *Travesti – A Invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER.

SIMONETTI, Cecília. 2010. In: ARILHA, Margaret, LAPA, Thaís & PISANESCHI, Tatiane (Orgs.). *Transexualidade, travestilidade e direito à saúde*. São Paulo: Oficina Editorial.

STRIKER, Susan e WHITTLE, Stephen (orgs.). 2006. *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge.

TEIXEIRA, F. 2009. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia do construir-se outro no gênero e na sexualidade*. Tese de Doutorado. IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

VENTURINI, Tomazzo. 2009. *Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory*. In: Public Understanding of Science OnlineFirst, published on May 29. (Disponível em <http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2011/08/Diving-InMagma.pdf>)

WEEKS, Jeffrey. 1985. *Sexuality and its Discontents: Meanings, Myths and Modern Sexualities*. Routledge: London.

ZAMBRANO, E. 2003. *Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. *Dissertação de Mestrado*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 21 de outubro de 2017.

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

Roberta Machado Boniolo

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense  
Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração  
Institucional de Conflitos (INCT-InEAC)

[robertaboniolo@yahoo.com.br](mailto:robertaboniolo@yahoo.com.br)

### Resumo

A etnografia das reuniões do grupo Elos da Diversidade, formado por membros da sociedade civil e agentes públicos vinculado a um programa da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, entre dezembro de 2012 e março de 2014, possibilita pensar como o uso de conhecimentos administrativos, científicos e religiosos são empregados na administração de conflitos motivados pela presença de oferendas no Parque Nacional da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma reflexão acerca do lugar dos coordenadores do grupo como produtores de discursos voltados tanto para os religiosos de matriz afro-brasileira quanto para os funcionários do parque e representantes do poder público, a fim de garantir a legitimidade (e legalidade) das práticas rituais na natureza. A controvérsia em torno das oferendas possibilita refletir sobre as limitações das competências discursivas dos religiosos afro-brasileiros no debate público, em diferentes situações de interação.

**Palavras-chave:** religiões afro-brasileiras; espaço público; administração de conflitos.

### Abstract

The ethnography of meetings of the Elos Diversity group, formed by members of civil society and public agents linked to a program of the Secretary of State for the Environment of Rio de Janeiro, between December 2012 and March 2014 makes it possible to reflect upon the use of administrative, scientific and religious knowledge in the administration of conflicts motivated by the presence of offerings at Tijuca National Park, in the city of Rio de Janeiro. It reveals the role of the coordinators of the group as producers of discourses aimed at both the Afro-Brazilian religious practitioners and the park officials and representatives of the public power, in order to guarantee the legitimacy (and legality) of the ritual practices in nature. The controversy over offerings makes it possible to reflect

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

on the limitations of the discursive skills of Afro-Brazilian religious practitioners in the public debate, in different situations of interaction.

**Keywords:** Afro-Brazilian religious groups; public space; administration of conflicts.

Atualmente a presença de práticas rituais em ruas, lagos, praias, cemitérios, encruzilhadas e matas tem explicitado controvérsias públicas acerca dos sacrifícios de animais e do *despacho*<sup>1</sup> de oferendas afro-brasileiras no espaço público (Boniolo 2014; Carvalho 1999; Copelotti 2016; Oro 2006; Renou 2011; Santos 2005; Silva 2012; Silva 2000). No Parque Nacional da Tijuca (PNT), as oferendas vêm ocasionando, desde a década de 1990, conflitos com funcionários do parque e ambientalistas. É nesse contexto que utilizo o conceito de “controvérsia pública”, adotado por Montero (2012), para pensar as ações dos integrantes do grupo Elos da Diversidade, formado por religiosos afro-brasileiros (umbanda e candomblé), professores universitários, funcionários da Secretaria do Estado do Ambiente (SEA) e (ex-) funcionários do PNT. Meu propósito é compreender como as categorias *religioso, natureza, preservação e impactos ambientais* são mobilizadas para a legitimação das práticas religiosas nos espaços do parque. Esse entendimento possibilita a compreensão da dinâmica presente na relação dos fenômenos religiosos e políticos a partir da mobilização de discursos públicos.

Meu foco é a construção de discursos pelos membros do Elos da Diversidade, sobretudo os coordenadores. Busco refletir sobre como os conhecimentos administrativos, científicos e religiosos são empregados na administração dos conflitos motivados pela presença de oferendas em áreas de preservação ambiental, a fim de que o uso religioso da *natureza* seja reconhecido pelos representantes do poder público. Trata-se de pensar os coordenadores como “produtores de discursos” ou “discursividade” (Foucault 1996), capazes de mobilizar diversos atores, em diferentes esferas, para garantir a legitimidade (e legalidade) da realização das práticas rituais com oferendas em áreas ambientais legalmente protegidas.

Os “procedimentos de exclusão” anunciados por Foucault (1996) nos ajudam a pensar as limitações dos religiosos afro-brasileiros na produção de discursos legítimos na esfera pública, visto não possuírem as competências requeridas, tais como linguagem ad-

---

1 Despachar refere-se ao ato de dispor a oferenda em lugares específicos no espaço público, em algumas situações, sob orientação da própria deidade. No decorrer do texto, utilizarei o recurso das aspas duplas em definições conceituais de termos científicos e para citações diretas que não ultrapassem três linhas. Usarei o itálico para os conceitos mobilizados em campo pelos meus interlocutores, além de títulos de atividades e materiais produzidos e também palavras em outros idiomas.

ministrativa e científica, para dialogarem com os demais representantes do poder público e funcionários do PNT.

Nesse sentido, o compartilhamento de linguagem científica, administrativa e religiosa entre os membros do Elos da Diversidade nas reuniões semanais era um modo de reforçar e divulgar o argumento, enfatizado pelos coordenadores, de que as práticas religiosas afro-brasileiras e o uso da *natureza* não são incompatíveis. Esses conhecimentos não eram passados a partir de conteúdos programados, mas a partir da correlação entre as deidades afro-brasileiras e os elementos naturais diante de exemplos extraídos do cotidiano dos membros do Elos.

O objetivo, portanto, é mostrar como os coordenadores possuíam um papel-chave na tradução desses discursos, ou na sua “translação” (Latour 2000), porque dominavam diferentes situações de interação. Quero com isso enfatizar que para os coordenadores terem acesso a diferentes representantes de órgãos governamentais era preciso acionar uma série de discursos consolidados dentro do campo das políticas públicas ambientais, bem como toda formalidade a eles atribuída. Tais competências foram conquistadas por eles ao longo de suas trajetórias pessoais/profissionais e tinham impacto significativo na tentativa de implementação do projeto Espaço Sagrado da Curva do S<sup>2</sup>, que consistia na criação de uma infraestrutura considerada pelos membros do Elos adequada às práticas rituais afro-brasileiras na localidade conhecida como Curva do S, adjacente ao Parque Nacional da Tijuca e das regras de uso do mesmo espaço. Além de ações de educação ambiental com os religiosos afro-brasileiros da região metropolitana do Rio de Janeiro. Ressalto ainda que, apesar da não concretização do Espaço Sagrado da Curva do S, os coordenadores do Elos identificaram a inserção dos religiosos no debate sobre o meio ambiente como uma conquista importante no campo político-ambiental, onde a presença das religiões afro-brasileiras ainda é rejeitada. Tomo por *lócus* de análise as reuniões do Elos da Diversidade e os eventos promovidos por seus integrantes entre novembro de 2012 e março de 2014.

---

2 Ao longo do texto, utilizarei a grafia *Espaço Sagrado*, em caixa-alta, para me referir ao projeto elaborado ao longo de quase duas décadas, que descreverei, contrastando-a com *espaço sagrado*, em caixa-baixa, em referência à forma como os membros do Elos da Diversidade caracterizavam a *natureza* como um lugar de morada das deidades afro-brasileiras. Ressalto que não busquei explorar os significados de espaço sagrado do ponto de vista da religião/religioso, mas como a construção de uma categoria que os membros do Elos da Diversidade utilizavam para relacionar as florestas, praias, mares e cachoeiras às deidades afro-brasileiras, a fim de que os religiosos dessa matriz fossem reconhecidos pelos representantes do Estado como detentores do direito de entrar nas áreas públicas naturais para a realização das suas práticas rituais.

## O projeto Espaço Sagrado da Curva do S

Todas as quintas-feiras, por volta das 10h, os membros do Elos da Diversidade se reuniam em uma das salas do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Chegavam aos poucos: uns antes e outros muito tempo depois do horário previsto. Os encontros ocorriam em uma sala de aproximadamente 20 m<sup>2</sup>, espaço quase todo ocupado por cadeiras, mesas e armários. O objetivo das reuniões era discutir as atividades que seriam desenvolvidas pelo grupo e o andamento do projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S, nas cercanias do Parque Nacional da Tijuca (PNT).

O projeto de construção de um espaço para fins religiosos foi elaborado por grupos ambientalistas, religiosos de matriz afro-brasileira, funcionários do parque e representantes do poder público<sup>3</sup>, no final da década de 1990, com o intuito de equacionar uma solução para o conflito pelo uso dos espaços do PNT. Na época, os funcionários do parque costumavam impedir os religiosos de matriz afro-brasileira de acessar as matas e cachoeiras, sob alegação de risco ao meio ambiente.

O projeto baseia-se em três pontos: 1) construção de infraestrutura para melhorar o acesso e uso do local pelos religiosos, com a edificação de banheiros, vestiários, sala de exposição, rampas, escadas, bancos, telefone público e composteira; 2) realização de oficinas para ampliar a discussão acerca do uso sustentável da natureza e da realização de oferendas com materiais biodegradáveis; 3) gestão do espaço e limpeza constante da área. Houve pouco avanço desde a sua idealização e a criação do Elos da Diversidade foi o ponto alto desse processo, já que foi o momento em que o projeto esteve mais próximo de ser implementado.

O Elos da Diversidade foi criado como parte de um programa de governo chamado Ambiente em Ação, voltado para a administração dos conflitos motivados pela presença de oferendas religiosas em áreas naturais públicas na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente no Parque Nacional da Tijuca. O projeto teve início em 2011, quando um dos idealizadores do projeto Espaço Sagrado assumiu a Superintendência de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEAM-SEA/RJ). A superintendente coordenava o programa enquanto dois professores – um da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e outro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – eram responsáveis, respectivamente, pela coordenação acadêmica do programa e pela coordenação do Elos.

A equipe do Elos foi montada a partir de relações de afinidade estabelecidas en-

---

3 Para a compreensão do processo de criação e das pessoas que participaram de sua concepção em diversos momentos, ver Nascimento (2006) e Costa (2008).



tre alguns indivíduos que participaram de seu processo de fundação. Eles se aproximaram durante atividades realizadas nas décadas de 1990 e 2000 para pensar e desenvolver ações que vinculassem religião e meio ambiente a partir de um diálogo comum às duas áreas. Seus membros podiam ser divididos em duas alas complementares. A primeira era composta por religiosos afro-brasileiros (em sua maioria sacerdotes de umbanda e candomblé<sup>4</sup>), professores universitários, representantes de instituições públicas e de movimentos sociais e, ainda, (ex-) funcionários do PNT. Já a segunda era formada por uma equipe de apoio técnico, que compreendia a secretária, a coordenadora financeira, uma produtora e uma assistente de eventos, uma equipe de comunicação formada por quatro membros, e o responsável pela logística das atividades realizadas pelo grupo.

Direta ou indiretamente, cerca de vinte pessoas participavam da equipe, embora todas as decisões ficassem restritas aos membros da primeira ala, principalmente, aos coordenadores. O número total de participantes variou durante o período do trabalho de campo. Uma das metas do Elos da Diversidade era a realização de uma oficina para discutir com os funcionários do parque as diretrizes que balizariam as normas de uso do Espaço Sagrado da Curva do S. Por se tratar de uma área pertencente a uma unidade de conservação, as atividades ali realizadas devem ser avaliadas pelos gestores do PNT e estar em conformidade com o plano de manejo do parque (PNT 2008). A oficina seria a ocasião na qual as normas de uso seriam negociadas por seus participantes, inclusive os religiosos.

Apesar da oficina nunca ter acontecido, em diversos momentos ela figurou como um tema a ser discutido nas reuniões. Entre os detalhes que seriam acertados estavam: local; duração; atividades a serem realizadas; composição das mesas, com convite dirigido a nomes estratégicos (religiosos, professores universitários e autoridades no assunto) indicados pelos membros do Elos e do poder público para compor as mesas e utilização de material escrito pelos membros do Elos nas atividades que seriam desenvolvidas.

Inicialmente prevista para 2013, a data da oficina foi alterada algumas vezes devido à incompatibilidade de agendas dos possíveis palestrantes e à impossibilidade de fechamento das propostas. Além de discutir pontos considerados importantes para o debate da temática que relaciona religião e meio ambiente, a oficina seria uma oportunidade para mostrar em que estágio estava o projeto do Espaço Sagrado, tanto no que tange à infraestrutura quanto às regras de uso.

Para dar embasamento jurídico a tais regras, uma advogada especialista em direito ambiental foi contratada para elaborar um texto *técnico-religioso*, cujo propósito era

4 Os religiosos que integravam o Elos da Diversidade possuíam trajetórias distintas, mas todos compartilhavam a participação em movimentos sociais.

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

relacionar os saberes ambientais e os da religião a partir de um referencial legal. Dessa forma, esperavam estruturar os argumentos jurídicos que orientariam as formulações das diretrizes e normas do Espaço Sagrado do ponto de vista dos religiosos.

Para discutir os valores da religião foram organizados alguns encontros com os sacerdotes mais velhos<sup>5</sup>, que exerciam papéis consultivos no projeto. Eles constituíam o Conselho de Guardiões do Sagrado e da Natureza, formado por dez sacerdotes de candomblé e de umbanda, considerados pelos membros do Elos os mais tradicionais na região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Seu papel era dar respaldo ao texto elaborado junto à equipe técnica que legitimava o uso de elementos biodegradáveis nas oferendas e a construção do Espaço Sagrado.

### Reuniões de grupo e participação em eventos

No primeiro encontro com os guardiões, em 2013, a discussão iniciada pela coordenadora geral do programa dizia respeito ao comportamento que os frequentadores, especialmente os *simpatizantes* e *leigos*, necessitariam adotar ao entrar em um espaço sagrado. Aqueles que eram a favor do uso religioso do parque não desconsideravam os *impactos* causados pela presença da oferenda no meio ambiente. No entanto, afirmavam que deveria haver uma diferenciação entre *religiosos* e *simpatizantes*, tomando por base o conhecimento sobre a *sacralidade da natureza*:

Quando você vê saco plástico no ambiente, isso não faz parte de liturgia nenhuma, então tem também uma má educação ambiental porque quem joga latinha de refrigerante na cachoeira... Quando que uma cachoeira vai ter latinha de refrigerante?! Não é religioso! Tem outra coisa aí! Está indo um simpatizante que toma refrigerante e joga na cachoeira, porque joga na rua, em qualquer lugar. Tem que diferenciar! (Coordenadora geral do Programa Ambiente em Ação, reunião semanal).

A diferenciação estava presente no discurso de todos os membros do Elos, seja em

5 Em relação ao projeto, trata-se dos sacerdotes com mais tempo de iniciação nas religiões afro-brasileiras e que coincidia, para a maior parte dos indivíduos, com a faixa etária mais avançada.

6 Associação de Proteção aos Amigos e Adeptos do Culto Afro-Brasileiro (APAACABE), Casa do Perdão, Grupo de Mulheres Yepondá, Hunkpame Azonwane Savaluno, Ilê Asé Alá Koro Wo, Ilê Asé Efon, Ilê Axé D'Ogum Já, Ilê Axé Xoponã, Ilê Omi Ojuaro, Ilê Omon Legi, Ilê Omolu Oxum, Kupapa Unsaba, Kwegbomy – Doté Dica Ajunsú, Movimento Inter-religioso do Rio de Janeiro (MIR), Omo Aro Cia Cultural, Templo Espiritualista de Jagum, Templo Umbandista Vovó Maria Conga do Congo, Tenda Espírita Caboclo Flecheiro Cobra Coral e União Espiritualista de Umbanda do Brasil.

publicações<sup>7</sup>, nas reuniões semanais e também nos eventos por eles organizados ou para os quais eram convidados. Seu maior intuito era ressaltar o entendimento de que o *religioso* e o *devoto* não poderiam ser acusados de poluidores, pois cultuavam divindades que são forças da *natureza*. Deveriam, portanto, ser considerados apoiadores das causas ambientais. Nesse sentido, *simpatizante*, *frequentador*, *cliente* e *leigo* eram categorias usadas para indicar aquelas pessoas que procuram a religião para resolver crises, principalmente relacionadas ao amor, à saúde e à instabilidade financeira, sem ter um envolvimento com a religião:

Não tem como convencer o poder público de várias formas sobre o meio ambiente porque tudo se retorna contra nós. Se você chegar a um denominador comum dessa situação, qual é? Quem faz a prática religiosa errada não são os nossos. A nossa prática, que eu tenho essa visão, não é de levar alguidar. Não é! Nunca foi e nunca será! Candomblé não faz isso, quem faz não é candomblecista. Também quem é umbandista nato... não faz porque não tem práticas de comidas e de outras coisas. Então quem faz? É uma população que nós levamos nas costas e não é nossa. É cliente: “me dá a mulher que eu amo”, “me dá o dinheiro que eu quero”, “me dá o carro do ano que vem”. Não é o que nós fazemos, a gente canta, a gente louva, a gente abraça, a gente beija, isso que a gente vai fazer lá e o poder público tem que conhecer isso (sacerdote, membro do Elos da Diversidade, reunião semanal).

Na consulta aos guardiões sobre como os praticantes deveriam se portar no Espaço Sagrado, uma das sacerdotisas presentes disse que o comportamento dependeria da educação que cada um recebe dentro de sua casa<sup>8</sup>. Não poderiam, portanto, determinar um modelo único a ser seguido. Imediatamente, outra sacerdotisa citou a praia como exemplo de espaço sagrado e questionou como impediria que um *curioso* se aproximasse do ritual. A coordenadora acadêmica respondeu que, em termos da Geografia:

(...) uma fronteira não precisa resultar de espaços físicos, mas sim do comportamento. Evidentemente, se tem uma roda, cantando para um orixá, aquele que chega, naturalmente, vai entender que existe uma fronteira, algo que os separa, e aí vai ter que se comportar de uma forma

7 Relatório de Atividades do Elos da Diversidade (2011); I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental: Meio Ambiente e Espaços Sagrados no Contexto das Unidades de Conservação (2006); Corrêa, Costa & Barros (2013).

8 No decorrer do texto, utilizo a palavra casa para me referir à sede da instituição religiosa, e, por consequência, ao grupo religioso vinculado a ela, tanto de umbandistas, quanto de candomblecistas.

diferente. Isso nós chamamos de território, que se constitui e desmancha ao sinal do ritual. Da mesma forma, isso acontece com o evangélico. Quando ele está pregando na praça, ninguém chega e chuta a bíblia. (...). Você delimita a fronteira e é isso que cada vez mais precisamos afirmar. No momento que estamos na ritualística, aquele espaço ritual é nosso.

Insatisfeita com a resposta, a sacerdotisa afirmou que a explicação “funciona muito bem na teoria, mas na prática, não”. Argumentou que, em sua casa, apesar das orientações e avisos, muitos frequentadores chegam para assistir e participar das celebrações usando decote, roupa preta ou bermuda. Para ela, “o ser humano é muito difícil para seguir regras”. A coordenadora acadêmica esclareceu que não é possível proibir, mas trabalhar para uma “mudança de mentalidade”. Segundo a coordenadora, o objetivo do projeto era “uma mudança de mentalidade, e uma mudança de mentalidade especialmente para os povos de terreiro, de umbanda e candomblé”. O que queriam, afirmou, “acima de tudo, é o respeito religioso. Essa é a ideia principal e foi dentro dessa linha que o projeto foi criado. É uma questão de educação permanente e de mudança de mentalidade”.

Essa situação ilustra que não basta “saber e sentir”, mas deve-se “ter o dom de expressar” como afirmou uma das integrantes do Elos. Nessa perspectiva, o questionamento da sacerdotisa poderia, para um público que desconhece as ações do grupo e não que pertencem aos cultos afro-brasileiros, ir contra o argumento central do Elos ao assinalar o descumprimento das regras de uso do Espaço Sagrado e o desconhecimento da *sacralidade da natureza* pelos próprios *devotos*, e não apenas dos *simpatizantes*. Para os umbandistas e candomblecistas, a observação da sacerdotisa poderia sinalizar a deslegitimação das propostas dos membros do Elos em torno do Espaço Sagrado.

O comportamento da sacerdotisa aponta para o que Foucault (1996) denominou “procedimento de exclusão”, isto é, um dos mecanismos de controle do discurso por parte de uma das religiosas integrantes do Elos. Ainda que o encontro fosse restrito aos membros do grupo e convidados, a fala da mãe de santo colocava em suspeição a relevância do projeto por ela “não saber quando e como falar” em eventos públicos, como explicou a mesma religiosa citada acima. Segundo ela, esperava-se da guardiã uma postura menos de confrontação e mais de concordância com as ações do grupo. Sempre que o nome dela era sugerido para alguma atividade, rapidamente a religiosa questionava sua instabilidade discursiva. De acordo com ela, ninguém conseguiria prever se a sacerdotisa faria uma avaliação positiva ou negativa do projeto.

Muitas vezes, o que estava em jogo era menos o conteúdo e mais a forma do discurso. O posicionamento da coordenadora acadêmica na situação descrita anteriormente revela

que a linguagem científica, a partir da referência a conceitos específicos da Geografia, era capaz de dar respostas – ainda que vagas – aos questionamentos dos religiosos, justamente por se tratar de um campo de saber que estes não dominavam, mas cuja importância reconheciam.

Ao mesmo tempo, o uso do pronome possessivo “nosso” e o verbo conjugado na primeira pessoa do plural inseriam tanto a coordenadora acadêmica quanto a sacerdotisa no mesmo grupo e apontavam para um objetivo comum: assegurar o direito de acesso e uso aos *espaços naturais* para a realização de práticas rituais das quais a coordenadora também participava. O discurso poderia soar impreciso e até mesmo incompreensível para alguns, mas a ação carregava o compartilhamento de uma intenção: o uso da *natureza* para a realização dos rituais afro-brasileiros. A coordenadora, que é professora e religiosa, lançou mão de seu duplo pertencimento para enfatizar que toda mudança faz parte de um processo, em que a universidade tem um papel de destaque para a transformação dos comportamentos, tanto na forma de se relacionar com o meio ambiente, como na participação dos afro-brasileiros no cenário político. Ainda que a sacerdotisa não tenha ficado completamente convencida acerca da possibilidade da mudança, a resposta foi considerada satisfatória naquele momento.

O vínculo do projeto com a universidade favorecia, além da descentralização dos recursos provenientes da Secretaria do Estado do Ambiente, a aceitação da discussão por parte de alguns religiosos, já que não era visto como um projeto *político*, mas *acadêmico*. No entanto, os participantes do Elos eram constante e indiretamente acusados de quererem confinar os religiosos em áreas restritas ou de mudar as práticas rituais.

Eles afirmavam que a criação do Espaço Sagrado não seria motivo para a restrição no acesso a outros espaços, mas uma forma de reconhecimento público do direito dos religiosos em acessar as áreas naturais para seus rituais. Em relação às mudanças nas práticas, diziam que se tratava de *orientações*, não de *determinações*. Demonstravam preocupação com o acúmulo de oferendas nos locais considerados ritualmente sagrados e enfatizavam que a realização das práticas poderia gerar multas para quem fosse pego em flagrante, por se tratar de uma atividade ilegal em um parque nacional.

Certa vez, o grupo foi convidado a participar de um seminário sobre liberdade religiosa em Queimados, região metropolitana do Rio de Janeiro. O convite e os detalhes do evento foram acertados entre uma das religiosas integrantes do Elos e o responsável pela Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial daquele município. Ela se encarregou de levar os coordenadores do Elos para falar da construção de um espaço sagrado e das legislações que regem as diferentes modalidades de unidades de conserva-

ção. Ele convidaria os sacerdotes e sacerdotisas do município e apresentaria, por meio de fotos, o local que os representantes da coordenadoria<sup>9</sup> consideravam “ideal para ser transformado em um espaço sagrado”. O objetivo final do encontro era fomentar uma parceria com a superintendência para a construção de um espaço sagrado na Baixada Fluminense<sup>10</sup>.

O encontro aconteceu em uma casa de umbanda e contava com a presença de membros da coordenadoria de Queimados, religiosos convidados e alguns membros do Elos (dois coordenadores e dois religiosos). Montou-se um auditório improvisado, com um projetor e cerca de quarenta cadeiras de plástico perfiladas dentro da casa. A religiosa do Elos que esteve à frente dos preparativos do evento foi a primeira a falar, depois das boas-vindas do responsável pela direção espiritual da casa. Em sua curta fala, ela focou na apresentação da equipe do projeto de criação do Espaço Sagrado, chamando a atenção para a sua originalidade. Ressaltou, também, a participação da universidade e da superintendência, que se uniram, de acordo com ela, a partir do reconhecimento da fragilidade pela qual a religião passava.

Sua fala indicava a necessidade de ampliação de acesso e protagonismo dos religiosos na universidade e no governo. Por isso, a palestrante enfatizava a necessidade de se construir parcerias. Em seguida, a coordenadora acadêmica, seguindo o protocolo religioso afro-brasileiro, *pediu a bênção* para falar. Apresentou-se como professora e diretora do Instituto de Geografia, assim como coordenadora acadêmica do Programa. Nessas circunstâncias, ela não mencionava a sua religiosidade. Por mais que preferisse omitir o posicionamento religioso, privilegiando o institucional, o primeiro aparecia nas falas:

Nós [Elos da Diversidade] objetivamos unir dois posicionamentos que a princípio aparecem como antagônicos: a conservação da natureza, a preservação, o cuidado com a natureza e as práticas religiosas. Estas que possuem na natureza seu maior bem simbólico. A natureza possui uma significação porque é o nosso próprio orixá, é representado como bem simbólico de nossas ações, de nossos rituais, para que as nossas celebrações possam ser feitas, daí o nosso cuidado, nossa preocupação.

Para a coordenadora, sua participação nos eventos era justificada institucionalmente, como representante da universidade e coordenadora de um projeto de extensão. Do ponto de vista dos membros do Elos, o que legitimava e diferenciava o projeto de cons-

9 Alguns dos representantes da Coordenadoria presentes no evento também pertenciam às religiões de matriz afro-brasileira.

10 Formada pelos municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Japeri, Guapimirim, Mesquita, Queimados, Itaguaí, Seropédica e Magé.

trução do Espaço Sagrado da Curva do S de outros projetos ou movimentos existentes no estado do Rio de Janeiro era justamente a presença da universidade, a fim de sinalizar que não era um projeto relacionado com políticas governamentais.

Tendo em vista a consolidação do campo ambiental no século passado, ainda que dentro dele haja correntes divergentes (Diegues 2000), a universidade era vista como a única instituição capaz de conferir credibilidade à participação dos religiosos no campo político-ambiental. Nesse sentido, era comum que, nas solenidades religiosas, a coordenadora mencionasse sua qualificação profissional na apresentação do projeto e das metas do Elos da Diversidade para autoridades públicas e religiosas. Ela dominava as condições para que o discurso, mesmo que breve, fosse crível a todos os presentes que reconheciam a universidade como uma instituição produtora de conhecimento (Foucault 1996).

Na mesma ocasião, além de agradecer a todos os presentes, o outro coordenador do Elos agradeceu às deidades pela oportunidade de falar naquela casa. Antes de explicar o projeto de criação do Espaço Sagrado e as legislações ambientais, disse que desejava que todos compreendessem o que já haviam realizado até aquele momento e destacou, assim como a coordenadora acadêmica, a conquista em unir universidade, governo e religiosos em um único projeto, apesar das resistências dentro das instituições públicas:

Quem anda por aí sabe que a universidade é muito resistente, nós somos minorias dentro da universidade, se afirmar num projeto que tem esse perfil... lutando pelas coisas que nós lutamos, sem ter problema de se assumir dentro da universidade.... Hoje sou um homem reconhecido nacionalmente e sou um homem do candomblé, e isso é algo difícil na universidade.

Essa foi a primeira vez que o coordenador se assumiu publicamente como religioso, o que foi comemorado por aqueles que estavam presentes no evento com sorrisos e gritos de axé<sup>11</sup> e, posteriormente, por todos da equipe na reunião do Elos. Embora não seja uma afirmação esperada em um evento oficial, a declaração de pertencimento à religião aproximava o público dos integrantes do Elos<sup>12</sup>. Por mais que estivesse carregada de emoção, a fala cumpriu o objetivo pretendido: discorrer sobre a construção de espaços sagrados. O discurso, previamente planejado e organizado, foi proferido por uma pessoa

11 Para compreender os diferentes significados da palavra axé, ver Prandi (1990). No texto o significado está relacionado a uma saudação e aprovação a algo falado.

12 Conforme me explicou em uma entrevista, a aproximação do coordenador com os grupos afro-brasileiros começou quando esteve na Bahia para realizar um projeto ambiental sobre gestão das águas. Apesar de ter-se declarado como não religioso inicialmente, sua postura foi sendo modificada ao longo do projeto. A data da atividade de encerramento do projeto foi marcada, entre outros motivos, por ser o dia da sua *iniciação* no candomblé.

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

capacitada para essa função (Foucault 1996), que soube também aproveitar a oportunidade de construção de parcerias para revelar sua religiosidade.

Era a partir das conversas que aconteciam nas reuniões ou por meio da participação em eventos pela cidade que os membros do Elos faziam circular as controvérsias acerca dos impedimentos dos religiosos afro-brasileiros em usarem as áreas naturais para suas práticas rituais. Eles também costumavam aproveitar essas oportunidades para apresentar o projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S e distribuir os materiais produzidos pelo grupo<sup>13</sup>. As falas dos coordenadores costumavam aliar suas experiências profissionais e pessoais no campo político, acadêmico e religioso ao discurso ambiental.

Em outra circunstância, a coordenadora geral do programa participou de uma mesa intitulada *Intolerância Religiosa e Meio Ambiente*<sup>14</sup>. Compunham a mesa um professor universitário, o então secretário municipal de Meio Ambiente e o fundador do Círculo Holístico Arca da Montanha Azul<sup>15</sup>. O seminário contou com a participação de jornalistas, religiosos de diversas crenças, professores e estudantes universitários, e também representantes do poder público.

A apresentação da coordenadora durou aproximadamente 30 minutos, com projeção de gráficos, estatísticas e mapas referentes à diversidade biológica e cultural da Mata Atlântica, assim como discussão sobre todo impacto causado pelo avanço industrial e pelo crescimento das cidades. Ao chamar a atenção para o Rio de Janeiro e para os fragmentos descontínuos de florestas que sobraram após anos de devastação, explicou a estratégia mundial, adotada também pelo Brasil, de criação de áreas naturais protegidas por lei. O problema sublinhado por ela é que a partir do momento que o Brasil adotou uma política ambiental norte-americana de criação de áreas naturais para a proteção das florestas e animais, importou também os conflitos com as populações tradicionais que residem nesses espaços ou dele fazem uso. Tomando como exemplo o Parque Nacional da Tijuca, ela mencionou a prática, por parte dos funcionários, de discriminação no uso do espaço público, e explicou que entre os religiosos usuários do PNT, os católicos seriam os únicos a ter “permissão prévia para entrar, além de área de estacionamento, local para liturgia, vigilância e coleta resíduos”. Ainda ressaltou que ao contrário das demais religiões, o cato-

13 Como o *Decálogo das oferendas* (2011), a *Cartilha Orixá e Natureza cuidando das florestas e das águas* (2014) e a *Cartilha Cuidar da natureza respeitando orixás e entidades* (2014).

14 Anualmente, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) realiza seminários e diversas atividades na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de criminalizar os atos de intolerância religiosa. No ano em questão, o evento ocorreu no Centro Cultural da Justiça Federal (RJ).

15 Linha fundada a partir da Barquinha, religião amazônica centrada no uso da *ayahuasca*. Fonte: <http://arcadamontanha.blogspot.pt>. Acesso em 05/05/2017.



licismo conta com espaços exclusivos destinados a seus rituais, como “o Cristo Redentor e três capelas católicas”.

No que tange ao discurso de ambientalistas que acusam os religiosos de poluidores, sobretudo em razão do *lixo* resultante da decomposição de oferendas e da queima de troncos de árvores provocada pelo uso de velas, ela enfatizou a “negligência e omissão” do poder público na limpeza das áreas utilizadas pelos religiosos afro-brasileiros:

Diferentes tradições usam a natureza e algumas tradições têm seus templos sagrados na própria natureza e precisam acessar essa natureza. Proibir o acesso de religiosos da umbanda e do candomblé em áreas de proteção é condená-los à morte e condenar à morte a cultura. É injustiça, não pode haver essa proibição. (...), como eu falei, os resíduos ficam no ambiente porque não existem políticas públicas de coleta regular de resíduos em áreas de uso tradicionais de religiosos de matriz africana. Eu não conheço empresa pública que colete em área tradicionalmente ocupada por religiosos de matriz africana, então há negligência e omissão do poder público, que ainda acusa os religiosos ou a religião de ser poluidora. A gente [Elos da Diversidade] problematiza isso. Para a conservação, as oferendas deixadas na natureza são lixos. Para os religiosos, a oferenda é presente para a deidade, depois de um certo tempo aquilo vira resíduo. Todo mundo paga imposto para ter coleta de resíduos regular. Todo mundo aqui paga imposto, todas as instituições religiosas pagam impostos e deveriam ter esse serviço nas suas áreas de uso tradicional.

Como ambientalista, religiosa e ocupante do cargo de superintendente de educação ambiental, a coordenadora não negava que as oferendas geravam impactos ao parque. Todavia, buscava diferenciar, a partir do emprego da palavra *resíduo*, a matéria proveniente da decomposição das oferendas dos demais materiais encontrados na natureza, como latas de refrigerante e embalagens, trazidas por visitantes ou *simpatizantes*. A responsabilização do próprio poder público pela falta de comprometimento em oferecer o serviço de coleta e de limpeza em áreas naturais religiosas, diminuía o peso das acusações atribuídas unicamente aos *devotos*.

Por fim, ela aproveitou para explicar as propostas de preservação ambiental contempladas no projeto do Espaço Sagrado, como a instalação de uma composteira, a contratação de pessoas treinadas para retirarem as oferendas após seu período ritual e a oferta de oficinas que estimulassem a substituição dos materiais mais *impactantes* nas oferendas por outros biodegradáveis.

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

A primeira parte do discurso proferido pela coordenadora correspondeu ao que se esperava de uma gestora e cientista. No entanto, a reação da plateia não foi unânime quando esta culpabilizou o poder público pela degradação dos espaços usados pelos religiosos. Algumas pessoas acenaram afirmativamente com a cabeça em concordância; outras desviaram o olhar e torceram os lábios, parecendo discordar. Entretanto, a reação parecia se dever mais à forma ríspida com que as frases eram pronunciadas do que pelo conteúdo.

O ritual, que se caracteriza para Foucault (1996) como um dos procedimentos de controle daquele que profere o discurso, é composto por exigências de qualificações, etiquetas e circunstâncias para atingir sua eficácia. Muitas vezes, a coordenadora geral era considerada mais *militante* do que *gestora* e/ou *acadêmica*, devido à veemência constante em suas falas. Por outro lado, os religiosos sentiam-se mais contemplados, apesar de alguns *devotos* mais integrados no âmbito discursivo da política temerem que tal comportamento pudesse ter repercussões negativas.

Todos concordavam, porém, com o posicionamento da coordenadora de que as ações deveriam contar com a participação dos religiosos, seja na proposição das formas de uso da natureza, seja nas ações de educação ambiental, a fim de estimular a substituição dos objetos considerados mais *poluentes*, como o plástico e o vidro.

O Programa Ambiente em Ação, por meio do Elos da Diversidade, constituía-se como uma política pública capaz de dialogar, por meio dos coordenadores, com os diversos atores envolvidos no conflito. Eles eram capazes de articular todo um conhecimento acumulado ao longo de suas trajetórias para mobilizar discursos em todos os lugares nos quais tinham a oportunidade de falar do projeto.

Sua argumentação fundamentava-se em alguns eixos: a diferenciação do tratamento dado aos religiosos afro-brasileiros em relação aos *devotos* de outras religiões; a necessidade de diferenciar as oferendas de outros materiais encontrados no parque; a distinção entre as diversas práticas rituais com oferendas; a articulação de temas, noções e conceitos científicos para dar conta do uso dos espaços naturais para as práticas religiosas; o acesso desigual dos religiosos aos espaços naturais; a relação das deidades com os elementos da *natureza*, que fundamenta o desejo e a disposição dos religiosos em contribuir para a preservação do ambiente; e, por fim, a utilização de todo um arcabouço jurídico para pleitear a garantia do direito dos religiosos de realizarem suas práticas em áreas ambientais públicas.

Os membros do Elos da Diversidade justificavam a presença no projeto pela ação das deidades, mas legitimavam-na pela trajetória pessoal e profissional de cada integrante. Nesse período, havia uma conjuntura que favorecia os *encontros* e a possibilidade de

se criar políticas públicas voltadas a administrar o conflito decorrente da prática das oferendas. Durante todo o período de existência do projeto de construção do Espaço Sagrado, este foi o que mais se aproximou de sua concretização, e a atuação dos coordenadores do Elos foi decisiva para o avanço na discussão no que se refere à relação entre as religiões afro-brasileiras e a *natureza* (Boniolo 2014).

A capacidade de articulação discursiva dos coordenadores, que lançavam mão de uma linguagem política e científica, favorecia, senão a aceitação, pelo menos a não rejeição do projeto por todos os atores envolvidos. Além disso, a construção de discursos que relacionavam os orixás e a *natureza* favorecia a legitimidade da participação dos religiosos afro-brasileiros no debate.

Os coordenadores sabiam, ainda, lidar com toda a burocracia à qual o projeto estava vinculado, afinal, havia objetivos e metas que precisavam ser cumpridos para justificar a prestação dos gastos. As instituições das quais os coordenadores eram representantes também favoreciam a aceitação do projeto por parte dos religiosos não filiados ao Elos e dos demais representantes do poder público.

No estado do Rio de Janeiro, é comum os projetos ligados às religiões afro-brasileiras estarem vinculados à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. O Elos da Diversidade, no entanto, estava vinculado a uma secretaria reconhecida por tratar de temas considerados relevantes no contexto brasileiro e internacional, como *preservação do meio ambiente, impactos ambientais e sustentabilidade*. Estar nessa secretaria ainda favorecia a ampliação da possibilidade de acesso direto a representantes de outros órgãos ambientais, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

A universidade, por sua vez, desempenhava papel de destaque nesse processo desde o início dos discursos na década de 1990, ainda no Parque Nacional da Tijuca. Primeiro porque a linguagem científica é compartilhada pelos ambientalistas e funcionários do PNT. Apesar das disputas em torno da definição de natureza, preservação e os seus usos, havia uma legitimação no saber científico consolidada em uma instituição de ensino e pesquisa. Segundo porque é um campo não dominado pelos sacerdotes afro-brasileiros: ser professor de uma universidade indicava posição de prestígio em um ambiente pouco dominado pelos religiosos.

No período de trocas de secretários na Secretaria do Estado do Ambiente (SEA), nos primeiros meses de 2014, a continuidade do projeto ficou incerta. Uma integrante do Elos, acompanhada por outros religiosos, participou de uma reunião com o então novo secretário. A ideia era de que a solicitação para a finalização do projeto de construção do

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

Espaço Sagrado partisse dos religiosos. Quando ela explicou o projeto, deu ênfase à relação da religião com o meio ambiente, ressaltando o lado da *sacralidade da natureza*. No entanto, ela foi interrompida pelo secretário com questionamentos específicos, como o custo total para implementação do Espaço Sagrado e o número de pessoas que o projeto abarcaria.

Naquele momento, a integrante do Elos não conseguiu responder aos questionamentos do secretário, apesar da sua experiência no campo da militância religiosa no Rio de Janeiro e da sua presença no projeto desde as primeiras elaborações, ainda na década de 1990. Faltaram-lhe, também, respostas que congregassem outras dimensões do projeto, como as ações de educação ambiental. Como observa Montero (2012), em relação aos movimentos evangélicos e católicos no Brasil que capacitaram alguns agentes no debate público – ajustando o discurso religioso ao secular –, é possível perceber, a partir do Elos da Diversidade, que outros segmentos minoritários não disseminaram entre os integrantes um discurso capaz de representar uma agenda política de acordo com seus interesses entre distintas instituições.

Nesse sentido, a centralidade dos coordenadores do Elos da Diversidade na execução desta política pública foi primordial para a circulação entre os religiosos afro-brasileiros de um vocabulário que pudesse congregiar e estabelecer correlações entre distintas áreas de conhecimento. Dessa forma, o grupo conseguia que os demais representantes das instituições públicas recebessem seus membros e ouvissem suas propostas. Pode parecer pouco diante dos objetivos do projeto, mas foi eficaz para dar visibilidade à controvérsia em torno das oferendas no espaço público.

### Considerações Finais

O saber, como afirma Foucault (1996), produz poder, por isso os coordenadores do Elos compartilhavam conceitos e ensinamentos com os religiosos integrantes do grupo a fim de que o projeto de construção do Espaço Sagrado da Curva do S fosse legitimado no campo político-ambiental por meio da participação ativa dos religiosos afro-brasileiros. O desafio posto, sobretudo para os coordenadores, era o diálogo entre as estruturas religiosas e burocráticas. Para tal, a aposta que fizeram foi a mediação via universidade.

Os religiosos e os demais integrantes da equipe não eram inexperientes quando se tratava do cenário político carioca, mas reconheciam que seria a partir do aprendizado de uma linguagem científica, bem como da ocupação de lugares na universidade que conseguiriam espaço para falarem e serem ouvidos. Já os coordenadores, diante dos seus

diferentes pertencimentos, conseguiam desfazer os limites do campo religioso, científico, político e ambiental. Dessa maneira, conseguiam mobilizar alguns religiosos de fora do Elos e representantes de instituições públicas para atender às metas estabelecidas no projeto e reivindicar os mesmos privilégios conferidos às confissões religiosas reconhecidas pelo Estado que também faziam uso do Parque Nacional da Tijuca, como a Igreja Católica.

Como as controvérsias são uma maneira de reunir “um conjunto de fatos em um debate público” e transformá-lo em um “problema social” (Montero 2012: 178), há a necessidade de pessoas dedicadas às “translações” (Latour 2000) dos objetivos do grupo e dos seus apoiadores. Para que o projeto Espaço Sagrado fosse concretizado, e incorporado a uma *atitude ecológica* na realização das oferendas, os coordenadores precisavam controlar os diferentes interesses nele envolvidos, administrando as tensões da unidade do grupo e os seus aliados com o foco na execução do projeto.

Era consenso entre os três coordenadores que a atual degradação das matas, rios e mares coloca em risco a biodiversidade no mundo. Por isso, eles e os outros membros da equipe buscavam despertar o interesse dos demais religiosos para as metas do projeto. Mesmo que as opiniões dos religiosos fossem contrárias às ações do Elos, ninguém desejava ser classificado como *poluidor*, por isso não se declaravam publicamente contra o grupo.

A relação entre religião e meio ambiente não teria se tornado um tema obrigatório nos debates organizados na cidade do Rio de Janeiro sem a ajuda dos religiosos de dentro e fora do projeto. No entanto, era preciso criar uma linguagem que abarcasse os conhecimentos científicos, políticos e religiosos para contemplar a diversidade dos cultos de matriz afro-brasileira existentes no Rio de Janeiro.

Para que a pauta do Elos da Diversidade se tornasse legítima, os coordenadores sabiam que era preciso que o discurso dos religiosos se adaptasse ao campo político-ambiental. Por isso, investiam no compartilhamento de experiências com os *devotos*, especialmente contemplado na vinculação do discurso ambiental às deidades afro-brasileiras. Não bastava o discurso: novos apoios só seriam conseguidos se a mensagem fosse passada com formato, conteúdo e dicção convincente por um orador dotado de legitimidade.

Como em todo processo de construção, não há certezas sobre o caminho a percorrer, e o Elos da Diversidade deve ser entendido como um experimento resultante de outros experimentos ao longo de quase duas décadas de tentativa de criação do Espaço Sagrado. Os *encontros* de pessoas e o diálogo entre conhecimentos devem ser lidos como a marca do projeto. Apesar da proximidade com os representantes do governo nas três esferas, os integrantes do Elos não conseguiram implementar o projeto. Como a controvérsia em tor-

## A produção de discursos nas demandas de acesso e uso de áreas de preservação ambiental para rituais afro-brasileiros

no das oferendas em áreas de preservação ambiental não foi encerrada, novos *encontros* acontecerão para que os religiosos afro-brasileiros continuem a garantir a presença no debate público fluminense.

### Referências

- BONIOLO, Roberta Machado. 2014. *“Um tempo que se faz novo”: o encantamento de uma política pública voltada à regulamentação dos rituais de religiões afro-brasileiras*. Dissertação de Mestrado. PPGA, Universidade Federal Fluminense.
- CARVALHO, José Jorge. 1999. “Um espaço público encantado. Pluralidade religiosa e modernidade no Brasil”. *Série Antropologia*, 249 (1): 2-22.
- COPELOTTI, Lucía. 2016. *Sobre (N)atureza(s) e cosmologias em disputa: controvérsias em torno das práticas rituais de religiões de matriz afro-brasileira no espaço público em Cachoeiras de Macacu*. Dissertação de Mestrado. PPGA, Universidade Federal Fluminense.
- CORRÊA, Aureanice; COSTA, Lara; BARROS, José Flávio (orgs.). 2013. *A floresta: educação, cultura e justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- COSTA, Lara Moutinho. 2008. *A Floresta Sagrada da Tijuca: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional*. Dissertação de Mestrado. EICOS, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DIEGUES, Antonio Carlos Santana. 2000. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP.
- FOUCAULT, Michel. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- LATOUR, Bruno. 2000. *Ciência em ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- MONTERO, Paula. 2012. “Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso”. *Religião & Sociedade*, 32 (1): 167-183.
- NASCIMENTO, Graça. 2006. “Projeto Religião e Meio Ambiente”. In.: *I Seminário de Educação, Cultura e Justiça Ambiental: Meio Ambiente e Espaços Sagrados no Contexto das Unidades de Conservação*, Rio de Janeiro.
- ORO, Ari. 2006. “The sacrifice of animals in Afro-Brazilian religions: analysis of a recent controversy in the Brazilian state of Rio Grande do Sul”. *Religião & Sociedade*, 25 (2): 1-14.
- PNT (PARQUE NACIONAL DA TIJUCA). 2008. *Plano de manejo*. Rio de Janeiro: MMA/ICM-Bio.
- PRANDI, Reginaldo. 1990. “Linhagem e legitimidade no candomblé paulista”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (1):18-31.
- RENOU, Mariana. 2011. *“Oferenda e Lixo Religioso: como um grupo de sacerdotes do candomblé angola de Nova Iguaçu ‘faz o social’”*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional.
- RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente. 2011. *Relatório de Atividades do Elos*

*da Diversidade*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2011. *Decálogo das Oferendas*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2014. *Orixá é natureza. Cuidando das florestas e das águas: orientações para práticas culturais religiosas em unidades de conservação e Diversidade*. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. 2014. *Cuidar da natureza respeitando orixás e entidades*. Rio de Janeiro.

SANTOS, Eufrázia. 2005. *Religião e Espetáculo: análise da dimensão espetacular das festas públicas do candomblé*. Tese de Doutorado. PPGAS, Universidade de São Paulo.

SILVA, Mariana. 2012. *“Orixás, guardiões da ecologia”: um estudo sobre conflito e legitimação das práticas religiosas afro-brasileiras em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Universidade de São Paulo.

SILVA, Vagner Gonçalves. 2000. “As esquinas sagradas: o candomblé e o uso religioso da cidade”. In: J. Magnani & L. Torres (org.), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EdUSP. pp. 88-123.

Recebido em 05 de maio de 2017.

Aceito em 25 de outubro de 2017.

## Crítica e controle social nas margens da cidade: etnografia de espaços de participação em favelas “pacificadas” do Rio de Janeiro

Lia de Mattos Rocha

Professora Adjunta de Sociologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[liarocha08@gmail.com](mailto:liarocha08@gmail.com)

Monique Batista Carvalho

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[carvalho.nique@gmail.com](mailto:carvalho.nique@gmail.com)

Frank Andrew Davies

Professor da Universidade Federal de Pernambuco

[daviesfr@gmail.com](mailto:daviesfr@gmail.com)

### Resumo

Este artigo analisa alguns dos impactos sobre o tecido associativo das favelas do Rio de Janeiro após a implementação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008. Destacamos nessa investigação as possibilidades de produção da “crítica” – entendida nos termos de Boltanski (2013) – por moradores das favelas do Batan e do Borel, na zona oeste e norte da cidade, respectivamente. Os dados analisados foram produzidos com base na etnografia de “reuniões comunitárias” organizadas nessas localidades, onde moradores e gestores públicos (civis e militares) se encontram e negociam desde demandas pontuais à gestão cotidiana da vida nessas áreas. Assim, analisamos as situações de aliança, disputa, julgamento e outras formas de controle realizadas no escopo desses encontros. Nessas dinâmicas, refletimos sobre os recursos que são validados e deslegitimados por esses processos, produzindo formas de fala e de silenciamento no contexto de “pacificação” dessas localidades e de suas populações.



**Palavras-chave:** segregação socioespacial; UPP; associativismo; militarização; sociologia urbana.

## Abstract

This article analyzes some of the impacts on the associative arena of Rio de Janeiro's favelas after the implementation of the Pacification Police Units (UPP) program in 2008. We highlight in this investigation the possibilities of "critique" - understood in Boltanski's terms (2013) - by favelas' residents at Batan and Borel, in the west and north areas of the city, respectively. We analyze the ethnographies of "community meetings" organized in these localities, where residents and public managers (civil and military) meet and negotiate from specific demands to the management of everyday life in these areas. Thus, we analyze situations of alliance, dispute, judgment and other forms of control carried out within the scope of these meetings. We investigate on the resources that are validated and delegitimized by these processes, producing forms of speech and silencing in the context of "pacification" of these localities and their populations.

**Keywords:** socio-spatial segregation; UPP; associativism; militarization; urban sociology.

## Introdução

Em uma favela da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, uma ocupação policial militar chamou atenção da sociedade carioca em dezembro de 2008. Essa iniciativa abriu caminho para outras que se seguiram, e ao longo dos meses seguintes o número de favelas ocupadas foi aumentando ao passo que outros atores públicos, e não apenas a Polícia Militar, passaram a fazer parte da iniciativa. Chamado de "pacificação", o projeto de ocupação policial e "social" de favelas da cidade foi amplamente divulgado em meios de comunicação ao longo dos anos 2009 e 2010, tornando-se o carro-chefe da campanha para a reeleição do governador Sergio Cabral (2011-2014) e uma possível solução para o "problema da favela" e da violência urbana.

A política de "pacificação de favelas" consistia, sobretudo, na presença ostensiva e permanente da polícia militar nesses territórios. Através da instalação de bases para atuação local chamadas de UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), os poucos documentos que fundamentavam as ações de "pacificação" prometeram uma nova forma de policiamento e abordagem, além da garantia da "paz" necessária ao desenvolvimento de ações públicas e privadas nessas localidades.

Esse artigo reflete um esforço coletivo de investigação<sup>1</sup> ao abordar práticas e as-

1 Este artigo é resultado do Projeto de Pesquisa "Participação em tempos de paz: espaços e dinâmicas de

pectos da gestão da “pacificação”, entendida aqui como processo heterogêneo e sensível aos contextos locais e temporais e prática ambígua, que associa a ideia de “missão civilizatória” (Pacheco de Oliveira 2014) à “metáfora da guerra” (Leite 2000, 2012).

Com o suposto fim da dominação de grupos locais de traficantes de drogas e/ou milicianos, a “missão civilizatória” da “pacificação” se revelou atenta às formas de regulação da vida coletiva nas favelas<sup>2</sup>, em especial na formulação e vocalização de problemas públicos. A militarização, vivida em nova face pela ocupação policial, foi conjugada a outras iniciativas de cunho técnico-social, como a criação do programa UPP Social em 2010<sup>3</sup>. Além disso, a promoção de fóruns locais envolvendo representantes de órgãos públicos, privados e a população local acenava à construção de espaços de diálogo em que os novos parâmetros dessa regulação seriam, ou deveriam ser, estabelecidos. Ainda que o aspecto democrático desses fóruns chame atenção, vale destacar que essa prática pressupõe diferenças entre as regras estabelecidas pelo aparato legal-burocrático e aquelas que orquestravam a convivência forçada com o tráfico de drogas e a milícia. Ou seja, os fóruns e a UPP Social atuaram como mecanismos de “transição” de um regime de regulação a outro, orientando os moradores sobre as formas de ocupação do espaço coletivo, oferta de serviços e bens culturais e coletivos, convivência no âmbito privado, etc. O aprendizado acerca desses modos era entendido pelos formuladores da política como uma etapa essencial à “pacificação”, ou seja, à produção da “paz” era imprescindível um esforço pedagógico-civilizacional.

Os fóruns e outros espaços públicos correlatos criados nas favelas dentro do contexto da “pacificação” se revelaram arenas privilegiadas para a análise dos modos como agentes do poder público e da iniciativa privada buscam gerir essas populações, utilizando estratégias e técnicas de gestão. Além disso, esses encontros são espaços privilegiados para observar as possibilidades de produção de “críticas” e “problemas públicos”, seguindo a leitura de Luc Boltanski (2013). Através da análise contrastiva entre duas favelas com UPPs – que serão apresentadas à frente – propomos pensar esses espaços de interlocução

---

participação em favelas com Unidades de Polícia Pacificadora”, coordenado por Lia Rocha e tendo como integrantes Monique Batista Carvalho, Frank Andrew Davies e Fernando Carlos de Sousa, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj, através de Edital APQ1. Os autores agradecem aos participantes do Grupo de Estudos CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana (Uerj/PPCIS), do qual fazem parte, pelos comentários feitos às diversas versões do texto. Também agradecemos aos pareceristas e editoras desse dossiê, pelas leituras e comentários cuidadosos.

- 2 Consideramos regulação da vida cotidiana o modo como se resolvem conflitos e discordâncias em torno de questões coletivas, como uso do espaço, regulamentação de serviços e imóveis, padrões de construção, respeito ao silêncio, etc., que em espaços de favela costumam ser reguladas de outra forma que não a jurídico-legal (Rocha 2014).
- 3 Os fóruns locais promovidos pelas equipes da UPP Social foram realizados entre 2011 e 2014 e analisados mais detidamente em outro texto (Rocha 2014).

a partir dos efeitos e alcances das críticas dos moradores, dialogando estritamente com a ideia de “dominação gestonária” elaborada pelo autor. O modo “gestonário” de dominação implicaria a incorporação de técnicas de gerenciamento e gestão das grandes empresas às esferas do setor público e da vida política. Aliada à primazia do economicismo e dos discursos técnico-científicos como formas de justificação às práticas de governo, a “dominação gestonária” teria como um dos seus efeitos a diminuição das possibilidades de reivindicação e crítica dos dominados, que têm de considerar “provas de realidade”<sup>4</sup> mais sensíveis e complexas em situações nas quais as regras parecem mais refinadas e exigem níveis de conhecimento muito específicos.

Consideramos tal conceito central porque sua formulação nos permite compreender como se apresentam atualmente os argumentos que legitimam as ações de agentes públicos, mas também – e principalmente – como os atores sociais não estatais tentam produzir críticas que dialoguem com o instrumental técnico acionado para justificar as práticas pelo Estado<sup>5</sup>.

Esse é caso das favelas do Batan e do Borel, que ocupadas pelas UPPs, apresentam formas variadas de ocupação e de interação entre agentes estatais e moradores. No segundo caso, onde a UPP foi instalada em 2010 – mesma época da realização do trabalho de campo<sup>6</sup> –, já havia uma forte presença de organizações comunitárias locais, que buscaram capitanear o processo de negociação e resolução de conflitos resultantes da entrada das forças policiais. Na “transição” entre o regime submetido por traficantes de drogas e aquele implementado pela “pacificação”, as organizações de moradores pretenderam liderar a regulação da vida cotidiana. Já no Batan, ocupada pela polícia desde 2009 e o trabalho de campo realizado a partir de 2012<sup>7</sup>, as organizações comunitárias (em menor número do que as do Borel) se apresentavam mais alinhadas e subjugadas à autoridade do comando da UPP local, reiterando uma dinâmica anteriormente engendrada pela milícia local. São essas diferenças, e as semelhanças observadas apesar dos contextos diversos, que explo-

---

4 São as situações em que os atores têm que apresentar suas competências e capacidades para resolver os problemas que são apresentados.

5 Para essa reflexão, entendemos “Estado” tendo por base outras análises que tratam esse conceito menos como instituição do que como uma dimensão de exercício de poder e governo sobre populações e territórios. Em geral, a referência à perspectiva de Michel Foucault (1979) acompanha as análises que nos influenciam.

6 O trabalho de campo no Borel foi realizado entre 2010 e 2013 por Monique Carvalho no âmbito da pesquisa para sua tese de doutoramento.

7 Frank Davies realizou campo no Batan entre 2012 e 2015, inicialmente por conta do trabalho como gestor local da UPP Social, programa feito em convênio entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a ONU/Habitat, e a seguir como parte da investigação para a tese de doutorado, uma análise da “região olímpica de Deodoro” que o Batan está inserido, ou menos se avizinha. Cf. Davies 2017.

raremos neste artigo a partir de dados etnográficos.

Contudo, antes de entrarmos na análise desses casos, julgamos importante pontuar alguns aspectos já apontados entre os estudos das favelas cariocas e suas formas de associação local. Entre os anos 1980 e 2010, investigadores observaram e trataram de dar destaque ao cerco a que moradores de favelas estavam submetidos pela presença de traficantes de drogas<sup>8</sup>. Os entraves à população local foram considerados de vários tipos, entre eles à organização e representação de seus interesses comuns por meio de organizações locais. Assim, a implementação de uma política que pretendia dar fim a tal cerco trazia em seu bojo a promessa - comprada por muitos - de que não apenas haveria “paz” nas favelas, mas também a possibilidade de reconstrução dos espaços de representação à ação coletiva. Esta hipótese – que as UPPs teriam impacto sobre os tecidos associativos locais – orientou diversos projetos de pesquisa, inclusive este<sup>9</sup>.

Em junho de 2013, quase cinco anos após o início do projeto, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) prescreveu por meio de uma resolução que os comandos das bases locais participassem e/ou promovessem, eles mesmos, “reuniões comunitárias” regulares nas favelas em que atuavam. Exigindo uma frequência ao menos trimestral, a CPP não chegou a definir os formatos e locais desses encontros, tampouco seus objetivos (Davies 2014a)<sup>10</sup>.

Nas duas próximas seções exploramos nossos resultados de pesquisa voltada aos espaços de diálogo institucional constituídos a partir da entrada da UPP no Borel, zona norte da cidade, e no Batan, zona oeste. Após analisar esses dados, ao final do artigo discutimos os limites e as possibilidades para as formas de gestão e as práticas de governo coproduzidas com as populações, em especial aquelas tomadas como os pobres da cidade.

---

8 As formas de gestão da vida cotidiana a que estavam submetidos os moradores de favela por morarem em localidades com a presença de quadrilhas de traficantes de drogas foram objeto de diversos trabalhos que inspiram esta pesquisa. Entre eles ver: Zaluar (1985); Barbosa (1998); Machado da Silva (2008); Rocha (2013).

9 Neste sentido, o arcabouço teórico aqui mobilizado dialoga com os trabalhos que pensam política e ação coletiva em espaços de pobreza e de periferia e sua interface com a violência, e não com as pesquisas que investigam as mudanças nas configurações institucionais do associativismo no país a partir do período da redemocratização.

10 O posicionamento da CPP em relação às reuniões assevera a constatação de que as UPPs são uma política de segurança sem critérios procedimentais claramente definidos. No plano empírico sobressai a autonomia dos comandos, configurando um cenário em que “critérios diferentes são aplicados por comandantes diferentes para as mesmas situações” (Cano, Borges & Ribeiro 2012: 185).

## A Rede do Borel e os Fóruns da UPP Social

O Morro do Borel é uma das favelas mais antigas da cidade do Rio de Janeiro. Situado no bairro da Tijuca, zona norte da cidade, possui uma importante história de resistência e luta pela permanência no espaço habitado, sendo conhecida como a favela que teve a primeira Associação de Moradores reconhecida politicamente (Amoroso 2012; Gomes 1980). Por outro lado, o Borel é uma favela também marcada pela violência: nos anos 1990 figurava nos jornais como um reduto importante da facção Comando Vermelho, o que, por sua vez, gerava como consequência constantes incursões policiais que, via de regra, deixavam um saldo elevado de mortes (Farias 2007; Carvalho 2014). Por ser uma favela considerada estratégica ao tráfico de drogas, a polícia militar iniciou as ações para a implantação da UPP no local em abril de 2010.

Segundo o decreto estadual nº 42787 de janeiro de 2011 que regulamenta o programa de “pacificação”, são quatro as etapas para a implantação de uma UPP: i) Intervenção tática; ii) Estabilização; iii) Implantação da UPP e iv) Avaliação e monitoramento. Foi ainda na primeira etapa, quando ocorreu a ocupação pelos policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que um grupo de “lideranças comunitárias”, em sua maioria gestores de ONGs e projetos sociais que atuam desde há muito tempo naquela localidade, além de membros de diferentes instituições religiosas e alguns moradores sem vínculos institucionais, reuniram-se para conversar acerca dessa intervenção policial e das possíveis consequências em suas rotinas. O grupo foi batizado, inicialmente, de Rede de Entidades do Borel e depois passou a se chamar Rede do Borel<sup>11</sup>, aqui referida apenas como Rede<sup>12</sup>.

No mesmo período, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o programa denominado UPP Social começava a tomar forma. Ele foi apresentado ao público em agosto de 2010 tendo suas atividades iniciais marcadas pela realização dos Fóruns da UPP Social. Os três fóruns realizados naquele ano ocorreram nas favelas Cidade de Deus, Providência e Borel. Foi justamente na realização do Fórum da UPP Social no Borel que a Rede se apresentou publicamente enquanto um coletivo organizado.

Esse momento, como sugere Carvalho (2014), pode ser considerado um marco importante para olharmos, no Borel, as articulações estabelecidas entre as instituições

11 Depois de algumas reuniões, o grupo passou a ser chamado de Rede Social do Borel, agregou outras instituições e seu objetivo passou a ser “articular e unir instituições locais e moradores do Complexo do Borel para elaborar, desenvolver e executar um Plano de Desenvolvimento Local, em parceria com o poder público, a iniciativa privada e outras organizações da sociedade civil” (Disponível em: <http://redesocialborel.blogspot.com.br>. Acesso em: mai. 2017).

12 Para uma análise mais detalhada sobre a formação e atuação da Rede do Borel, ver Carvalho (2014).

locais (ONGs, Igrejas, Projetos Sociais, Associação de Moradores), os novos atores sociais que passaram a frequentar o espaço da favela após a entrada da polícia pacificadora e o Comandante da UPP. Portanto, esta seção se dedicará a analisar esse primeiro encontro e as situações que envolveram a atuação do poder público e dos integrantes da Rede que foram importantes para o desdobramento de outras reuniões coletivas.

O primeiro Fórum da UPP Social no Borel, realizado em outubro de 2010, numa manhã de quarta feira, na quadra esportiva da escola municipal vizinha à favela, reuniu em torno de 150 pessoas, entre gestores e técnicos de programas dos governos estadual e municipal, coordenadores de ONGs e projetos sociais, representantes da iniciativa privada, além de pesquisadores e alguns poucos moradores sem vínculos institucionais.

A chamada para participar da atividade fora realizada através do envio de e-mails da equipe da UPP Social de acordo com a seguinte classificação: atores locais, lideranças e instituições que atuavam no Borel; atores supralocais da esfera governamental ou da sociedade civil com alguma visibilidade e/ou importância local (convidados pela subsecretária ou pelo próprio secretário)<sup>13</sup>. Não havia no email-convite nenhuma informação sobre a programação do evento ou sobre a metodologia da reunião.

O Fórum foi mediado pela subsecretária de Direitos Humanos que, agradecendo a presença dos participantes, convidou alguns para compor uma espécie de mesa de abertura. Assim, tomaram a palavra, nessa ordem, a diretora da escola que cedia o espaço, o secretário de Conservação Pública do município, o subprefeito da Grande Tijuca, o Comandante da UPP e o secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, então gestor do programa UPP Social. As exposições foram relativamente curtas, com exceção do secretário, que apresentou o programa e os objetivos daquele encontro.

Quando todos da mesa encerraram suas falas, a mediadora abriu o debate para o público chamando uma mulher e um homem que seriam os representantes da Rede do Borel e, dessa forma, estariam representando todas as organizações locais. A mulher iniciou seu relato revelando que no Borel existia um conjunto de organizações que atuavam desde há muito tempo na localidade e estavam organizadas e dispostas a debater sobre todas as mudanças que estariam ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e no Borel, de forma particular. Seguiu afirmando que a Rede havia sido pensada e articulada entre as instituições locais para ser uma forma de “resistência inteligente” àquele processo que

---

13 No período entre 2010 e 2013 um conjunto de instituições e ações públicas estavam bastante alinhadas ao programa de pacificação de favelas. Podemos citar, como exemplo, o Sistema S e a Firjan com as Indústrias do Conhecimento e o SESI Cidadania, projetos realizados em favelas com UPP, o programa Água para Todos da CEDAE, o projeto Empresa Bacana, parceria entre prefeitura e Sebrae, dentre outros.

estava em curso na favela desde abril. No caso, ela se referia diretamente ao comandante da polícia que havia se tornado uma espécie de “prefeito da favela” em suas tentativas de regular as atividades locais como o horário de funcionamento dos bares, a circulação de mototaxis, a realização de festas, dentre outras ações.

Ela enfatizava, então, a importância do diálogo, muito celebrada na fala de abertura do gestor da UPP Social, mas não deixava de registrar e rememorar o papel que a PM já havia exercido na favela. Na continuidade de seu relato, ela apresentava o objetivo da Rede em reconhecer e fortalecer o papel de cada instituição que estava presente, jogando luz principalmente nas instituições locais e nas associações de moradores.

É relevante notar como, para aquela liderança, polícia e favela representavam duas forças antagônicas, colocadas em diálogo. Por outro lado, para o gestor da UPP Social, a polícia assumia a centralidade de um processo amplo: a integração da cidade. A diferença não é sutil, razão pela qual foram lembradas pelos integrantes da Rede as histórias de lutas e resistências dos moradores do Borel. Havia ali uma tentativa de enfatizar os lugares históricos desses sujeitos, tanto para colocar suas demandas, como para não serem vistos apenas como beneficiários do Estado, mas como cidadãos e sujeitos de direitos.

Indo na contracorrente daquela visão que afirmava a centralidade da polícia, a Rede acionava mais uma vez o discurso dos direitos, ressaltando que a “construção da paz” e a “integração das favelas” não se dariam pelo caminho que vinha sendo imposto pelos policiais. Ao mesmo tempo, afirmavam que, se havia de fato uma nova forma de presença do Estado nas favelas, as formas historicamente reconhecidas de fazer política nessas localidades também deveriam se modificar. Com esse discurso, se colocavam como um novo ator que queria ser levado em consideração no diálogo com as diferentes esferas do governo – “queremos conversar como gente grande”. Neste sentido, disputavam com as tradicionais associações de moradores o papel da mediação com o poder público.

Em sequência a fala dos integrantes da Rede, a reunião seguiu com a participação dos presidentes das associações de moradores, que destacaram a importância da instituição como local privilegiado para ter conhecimento das demandas e reivindicações dos moradores do Borel, tendo em vista sua legitimidade institucional. Logo, buscaram fortalecer o seu lugar de mediação e ressaltar o distanciamento do tráfico de drogas no controle das associações.

O secretário de Direitos Humanos e gestor da UPP Social encerrou a reunião afirmando que não seria fácil encontrar soluções imediatas para os problemas apresentados, mas que a função principal da UPP Social seria avaliar as possibilidades, mobilizar os recursos, articular com as secretarias e responder em curto, médio ou longo prazo, depen-

dendo da solicitação, as demandas apresentadas.

A ordem de apresentações estabelecidas pela organização do Fórum (gestores públicos; lideranças ligadas às ONGs e projetos sociais; associação de moradores) nos dá algumas pistas de qual seria o caminho percorrido pelo programa UPP Social e quais seriam seus interlocutores privilegiados.

Após a realização desse Fórum, as reuniões organizadas pela Rede passaram a ser o local de encontro e diálogo dos diferentes agentes locais e supralocais. Nos primeiros encontros, a pauta girava em torno da questão do policiamento e das abordagens policiais, porém, com o passar do tempo e da consolidação da ideia de “pacificação”, as reuniões foram tomando outro caráter e sendo reconhecidas como o espaço para apresentação de reivindicações das mais variadas ordens, assim como local para apresentações de novos projetos por instituições que desejavam realizar suas atividades na UPP Borel (Araujo Silva & Carvalho 2015).

A metodologia empregada pelo grupo na condução das ações da Rede consistia em duas atividades. Uma era um encontro interno, do qual só participavam as instituições “de dentro” do Borel, e a outra era a chamada “reunião ampliada”, da qual participavam diferentes atores sociais, incluindo aqueles do poder público. A pauta dos encontros era organizada, em geral, nas reuniões internas.

No segundo Fórum, realizado em junho de 2011, no mesmo local, tanto o programa de “pacificação” quanto a UPP Social haviam tomado novos rumos. Além disso, a participação regular dos técnicos, dos mais diversos programas sociais que estavam ingressando no Borel, nas reuniões da Rede contribuiu para aproximar os atores e estabelecer novas articulações e parcerias. Nesse cenário, ainda que com algumas críticas, o tom das lideranças mudou, se apresentando mais moderado com relação ao diálogo entre poder público e moradores de favelas.

Isso pôde ser observado neste encontro. Não houve uma mesa de abertura, apenas uma fala breve do coordenador da UPP Social, agora alocada no âmbito municipal, no Instituto Pereira Passos<sup>14</sup>, que passou a palavra ao secretário de Conservação. Este, por sua vez, celebrou a inauguração de uma nova forma de coleta de lixo na localidade, inserida no âmbito da parceria estabelecida com a UPP Social, chamada “Vamos Combinar?”. Os representantes da Rede tomaram a palavra de forma mais discreta, mencionando como o diálogo estava sendo importante no processo. Vale destacar que esse Fórum fazia parte

---

14 Inicialmente alocado na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, o Programa UPP Social passa por uma reestruturação e é transferido, em Janeiro de 2011, para a autarquia municipal Instituto Pereira Passos (Rocha 2014).



das atividades realizadas na semana de comemoração ao primeiro ano de instalação da UPP no Borel.

Para a análise aqui proposta é importante considerar o que este ator social representa nesse contexto, e porque entendemos que ele foi escolhido como o interlocutor principal do poder público nesta localidade. A Rede do Borel é composta por um conjunto bastante heterogêneo de organizações. Os participantes, em sua maioria, mobilizaram, antes da participação na Rede, outras atividades, seja na associação de moradores, na Igreja Católica, como agentes comunitários, ou ainda como ativistas de organizações não governamentais. Portanto, em sua maioria, já possuíam um repertório que legitimava sua atuação publicamente devido ao processo realizado no passado de organização coletiva empreendida pelos moradores na conquista de melhores condições de vida.

Ao analisar a formação e atuação da Rede, podemos indicar que esse coletivo empresta legitimidade a essa nova forma de mobilização via parceria para os projetos sociais. Seguindo a pista apresentada por Rocha (2013), pode-se afirmar que a Rede seria o espaço privilegiado para o diálogo com o Estado na medida em que os atores mobilizam um repertório político que ajusta a crítica e enfatiza o diálogo nas performances públicas.

Ao organizar as reuniões sistemáticas para discutir as questões comunitárias com os agentes públicos, a Rede se diferenciava tanto da atuação tradicional das Associações de Moradores quanto da centralização das pautas coletivas promovidas pelo Comandante da UPP, como veremos a seguir no caso do Batan. Nesse formato, acionando estratégias como a apresentação de seus ativistas como militantes com trajetória anterior destacada, mas com novas formas de fazer política e um novo repertório, o grupo buscou reafirmar a importância da representação dos moradores na produção de espaços de diálogo. Espaços “civis”, importante ressaltar, em oposição a espaços produzidos e protagonizados por militares. Nesse sentido, a Rede se tornou um mediador fundamental na resolução das questões mais sensíveis no território, seja a circulação de veículos e estacionamentos irregulares até a atuação violenta da polícia nas abordagens aos jovens moradores.

Isso não quer dizer que os problemas na relação com a polícia deixassem de ocorrer; contudo, defendiam que um espaço de interlocução como o criado no Borel permitia, em alguma medida, uma diluição dos conflitos e também o estabelecimento de alguns acordos entre os agentes envolvidos.

Ainda assim, foram inúmeras as situações observadas onde a atuação dos agentes estatais, militares ou não, lançavam mão de argumentos técnicos para deslegitimar os questionamentos e as demandas dos moradores, deixando clara a assimetria entre os atores sociais. Podemos citar dois casos.

O primeiro se refere às constantes interrupções do abastecimento de água na favela do Borel<sup>15</sup>. Em diversas reuniões esse tema, ainda que não estivesse na pauta oficial, veio à tona e os funcionários contratados pelo Programa Água para Todos se esquivavam da resposta final. Em uma reunião realizada em julho de 2012, quando a situação já estava insustentável, pois os moradores estavam há cerca de 20 dias sem abastecimento de água na favela, o técnico responsável pela gestão do programa informou que o problema seria solucionado assim que a peça que faltava para o bom funcionamento da bomba d'água chegasse de São Paulo, acrescentando uma explicação sobre o quanto essa peça era importante e muito dispendiosa para o Estado.

O outro se refere ao Decreto Municipal de nº 33.648 de abril de 2011 que proibia a construção de novas edificações em favelas. Em uma reunião da Rede em que um dos pontos de pauta era os vários embargos de obras realizados em decorrência do decreto, o arquiteto representante do Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO) do Borel apresentou os argumentos da prefeitura em relação ao decreto e ainda revelou que para o Borel já havia cem embargos a serem aplicados como uma intervenção exemplar para as outras favelas. Uma moradora que tinha recebido o embargo pediu a palavra e questionou: “Agora que a favela tem paz, que eu ganho um pouco melhor, não vou poder reformar minha casa?” O arquiteto pediu que a moradora fosse até o Pouso e lá eles iriam avaliar a situação da residência.

As situações destacadas aqui são tomadas como microcenos em que observamos como a retórica empregada pelos atores é componente do quadro em que a gestão estatal anula as possibilidades de crítica a partir de um repertório de justificativas que ora convida os moradores a serem parceiros das ações públicas, ora individualiza os seus problemas, sem contudo, considerar ou formular resoluções para as reivindicações apresentadas.

O caso do Borel pode ser considerado como um ponto fora da curva no processo de organização coletiva nas favelas que receberam uma UPP. Em outras localidades o único espaço público possível e legitimado pelo poder público para apresentação de demandas eram as reuniões organizadas por representantes da Polícia Militar. Consequentemente a forma de participação e os debates promovidos eram completamente diferentes daqueles que presenciamos nas reuniões da Rede. O Batan é um desses casos, que analisamos a seguir.

---

15 Uma análise mais detalhada sobre essa questão foi realizada em Araujo Silva & Carvalho (2015).

## O Batan e as Reuniões Comunitárias da UPP

Em fevereiro de 2009 o Batan recebeu a terceira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da cidade. Há um consenso entre moradores e pesquisadores (Koenders 2014; Mendonça 2014) de que essa ação foi uma “resposta” das “autoridades” ao sequestro e tortura de jornalistas do Jornal O DIA, promovida pela milícia local em maio de 2008. Esse episódio teria levado a uma mudança na opinião pública sobre as milícias e a atuação das mesmas em alguns bairros da cidade (Cano & Duarte 2012); nas palavras de alguns moradores, os milicianos “deram um tiro no próprio pé”. A instalação da UPP foi precedida em curto período por um Posto de Policiamento Comunitário (PPC) composto por policiais moradores do Batan. O posto, comandado por um tenente do Batalhão de Operações Policiais Especiais, funcionava no prédio da associação de moradores, do qual esse protagonista local era também o presidente, eleito logo após a retirada da milícia. Em dezembro de 2008 foi anunciado que o Batan receberia um policiamento comunitário nos moldes da favela Santa Marta, onde tinha sido instalada a primeira UPP, e no dia 18 de fevereiro de 2009 a UPP foi inaugurada sob novo comando e em outro prédio. Um casarão de dois andares e piscina antigamente ocupado pelo tráfico, e, em seguida, pela milícia, agora era a base dos policiais. Três anos depois, em 2012, o perímetro de atuação da UPP foi estendido para incluir o conjunto habitacional Fumacê, que passou a ser chamado, no discurso oficial, de Água Branca.

Assim como em outras localidades ocupadas pelas forças de “pacificação”, também no Batan passaram a ser realizadas reuniões com o propósito de criar canais de diálogo entre agentes estatais, “parceiros” privados, moradores e as organizações locais. Nesses encontros a figura policial – especialmente o comandante da UPP – é projetada como personagem ativa e central do processo, mediando relações e promovendo os tais encontros em sua sede suntuosa. Quando acontecem no Fumacê/Água Branca, as reuniões ocupam o galpão de uma escola de samba.

Para essa análise foram observadas as reuniões “comunitárias” que ocorreram no Batan entre 2012 e 2014, contudo esses encontros se tornaram regulares a partir do interesse de um comandante local, no primeiro semestre de 2011. Em conversa com este policial, foi considerada uma referência a experiência dos conselhos comunitários de segurança<sup>16</sup> no seu batalhão de origem. Esse espaço do conselho era considerado “necessá-

16 Os conselhos comunitários de segurança foram instituídos por lei estadual em 1999 e objetivam congregar em encontros mensais representantes da polícia civil, militar e membros da sociedade civil. Circunscritos às Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), os “cafés comunitários” ocorrem desde 2003 e têm como objetivo estimular a participação de todos no direito à segurança. Costumam ser dirigidos pelo comandante do batalhão e o delegado mais antigo da Aisp, e têm uma diretoria consti-

rio” por esse profissional, que dava valor à continuidade dos encontros no período em que esteve à frente do policiamento da localidade.

Analisando “reuniões comunitárias” realizadas em 4 localidades com UPP no ano de 2013, Davies considera esses espaços de “encontro” como “rituais de pacificação”. O autor observa que:

As reuniões encenam performances com ao menos quatro aspectos comuns: (1) são organizadas autonomamente por cada UPP, com especial ênfase à centralidade da figura do comandante; (2) objetivam aproximar agentes públicos, privados e comunitários; (3) envolvem necessariamente a participação das associações de moradores; (4) estão fundamentadas discursivamente em valores progressistas, visando melhorias à vida comum e à regulação da ordem local. (Davies 2014a: 35)

A associação de moradores, à época presidida por uma moradora e também assessora parlamentar, era presença constante nos encontros promovidos pela UPP. As intervenções da representante comunitária expressavam apoio aos policiais e suas práticas, e ao mesmo tempo fazia coro com as autoridades ao modular e orientar as formas de crítica feitas pelos moradores. Outro dado comum que chama atenção nesses encontros é o protagonismo dos comandantes, que nesses rituais estão “coordenando falas, definindo a sequência dos fatos e sugerindo os temas que serão abordados” (Ibid.: 33). Eles também cumprem papéis disciplinadores aos moradores, organizam e convidam à reunião, redigem atas e encaminham os “problemas” aos órgãos competentes que porventura não estejam presentes no espaço.

Nessas reuniões os comandantes proferem discursos prolongados, comumente dotados de orientações morais às condutas dos moradores. No Batan, em 26 de abril de 2013, o encontro se iniciou com um discurso do Capitão, que destacou o valor da participação dos locais para a resolução dos problemas. A reunião comunitária é então apresentada como o momento mais propício para o exercício desse papel resolutivo, já que ali se apresentam (“cara a cara”) os agentes do poder público municipal e estadual. Para ele, os moradores deveriam exercer a função de “cobrar dos representantes” nesse “espaço privilegiado promovido pela UPP”.

As reuniões atendiam ao interesse explícito de encaminhar demandas locais aos

---

tuída, que ocupa uma mesa durante os encontros (Sento-Sé et. al. 2012). A influência dos “cafés comunitários” sobre as reuniões das UPP se revela no caso pioneiro do Batan não apenas por conta da sua regularidade mensal, mas também no seu formato, que até hoje preserva a formação de uma mesa não de diretores, mas “autoridades”.

representantes do poder público, como questões de lixo, conservação dos espaços públicos, serviços de fornecimento de luz, água e problemas no trânsito. Em segundo plano, os encontros se revelavam espaços de “oportunidades” ofertadas por agentes privados – como representantes do Sistema S e de organizações não-governamentais (ONGs).

Os convites aos representantes das secretarias e demais agências públicas eram feitos pelas próprias UPPs. Os policiais também convocam as associações locais e redigem as atas dos encontros. De acordo com relatos, as atas eram outro instrumento de vocalização dos moradores, visto que registravam textualmente todas as reclamações que, posteriormente, eram encaminhadas pela polícia aos referidos órgãos “de competência”. Além da liderança dos comandantes no espaço das reuniões, outra participação também consolidada era de representantes dos serviços públicos. Era frequente a presença de agentes locais de saúde (Clínica da Família), assistência social (Centros de Referência da Assistência Social – Cras), limpeza e conservação (Secretaria Municipal de Conservação) e programas de interlocução com as pastas municipais (UPP Social) e estaduais (Territórios da Paz). Outros representantes também participavam dos encontros observados, mas de maneira pontual.

Além disso, mediadores políticos de representatividade local compareciam às reuniões, como assessores de vereadores e deputados estaduais, funcionários das subprefeituras e regiões administrativas, e também da supervisão regional da secretaria do governo estadual. A pluralidade de agentes públicos evidenciava o quadro de fragmentação e complexificação do Estado na forma como se apresentava aos moradores no momento de reivindicação por serviços públicos.

Na pauta reivindicativa dos moradores prevaleciam questões de conservação, urbanização e manutenção da ordem pública das favelas. Em geral os moradores e as associações acessavam as reuniões a fim de relatar problemas como escadarias mal conservadas, vazamentos de esgoto, coletas de lixo em áreas de entulho, casas em áreas de risco, abusos na cobrança de conta de luz e perturbação do sossego.

Nesse sentido, as reuniões revelavam, no contexto das UPPs, a percepção da urbanização como uma bandeira legítima dos moradores de favelas. E essa é uma demanda antiga aqui continuada. O investimento em melhorias urbanas nas favelas, política em curso desde a década de 1980, teria operado ao longo desses anos como uma estratégia do poder público de contenção do “risco social” frente a crescente territorialização da violência (Cavalcanti 2009). A “pacificação” não rompeu ou afetou o valor dessa modalidade de reivindicação, ao contrário: talvez nos encontros essa pauta tenha se fortalecido a partir da mediação policial.

Seja como for, as reuniões se verteram em canais para reivindicações essencialmente pontuais, pouco afeitas a uma problemática política mais abrangente, que transbordasse, por exemplo, os limites da própria localidade. Sugere, portanto, um espaço de regulação da vida condominial.

Nesse escopo, pouco espaço era conferido a outras demandas além da urbanização, salvo reivindicações sobre segurança, com especial atenção às demandas por ordem pública. Assim, moradores ocasionalmente aproveitavam o ensejo para reclamar da falta de policiamento em certos locais e horários, solicitavam atitudes diante da perturbação do sossego (som alto fora do horário permitido, por exemplo), denunciavam a circulação de veículos irregulares, etc. Contudo, este tema não contemplava questões de controle sobre o policiamento, assunto “desconfortável” nas reuniões. O espaço público dos encontros não se apresentava, portanto, como um momento oportuno para essa crítica por parte dos moradores, que não pareciam à vontade para abordar o assunto. Em reunião de abril de 2014, o comandante projetou em uma tela o telefone para denúncia de policiais e disse estar aberto a ouvir relatos de moradores, mas o tema não teve qualquer manifestação por parte dos locais.

A maior parte dos limites às críticas, contudo, se dirigiam dos agentes supralocais aos moradores. Em diversas reuniões o comandante da UPP e seus “parceiros” do poder público e do setor privado contemporizavam as falas mais enfáticas, “tranquilizando” moradores quanto às possibilidades de se expressar nesses encontros. Segundo eles, para “tudo haveria um jeito” e, “com paciência e boa vontade, as coisas dão certo”.

Se não se comprometiam com a resolução da crítica, ao menos os encontros permitiam sua expressão e, também, o seu doutrinamento por parte desses agentes. Em outros casos, a associação de moradores também limitava as críticas. Quando expressavam insatisfações com a cobrança da tarifa de luz, que após a “modernização” da rede passou a expedir contas muito mais caras, a representante do grupo afirmava em resposta ser essa uma reivindicação já tomada pela própria associação, que estaria tratando do caso como um problema jurídico e, portanto, não caberia aos moradores utilizar esse espaço para vocalizar tal ação.

Como já apontado, o objetivo de encaminhar demandas era acompanhado por certos discursos morais, direcionadas dos agentes externos para os locais. Nas observações de campo, a atuação frequente dos comandantes se destacou, mas também outros agentes públicos e privados orientaram os moradores acerca do que deveriam pedir ao Estado, e como tais pedidos deveriam ser feitos.

Apesar de ser considerado o momento “adequado” para “cobrar do Estado”, os re-

representantes de pastas e serviços públicos enfrentavam dificuldades para responder às críticas. Raramente um mesmo representante participava de reuniões consecutivas, por exemplo. Quando isso acontecia, não necessariamente havia o comprometimento em trazer respostas às últimas reivindicações – o que nos encontros era chamado de “devolutiva do problema”. Esse era o quadro usual das reuniões observadas e nesse sentido, as reclamações e críticas dos moradores quase nunca eram vertidas em soluções práticas, ou seja, esses encontros promoviam uma forma de participação bastante limitada quanto ao que poderia ser alcançado e obtido como resposta efetiva por parte dos representantes do Estado.

Nas reuniões realizadas pela UPP Batan, a importância da figura do comandante, as práticas pedagógicas acionadas por policiais e agentes dos serviços públicos e privados, os limites às possibilidades de crítica dos moradores e a sua pouca eficácia e efeito prático são alguns dos aspectos que dão forma e sedimentam os ideais da “pacificação” na localidade. Nesses espaços, “a tensão entre a natureza obrigatoriamente incorpórea das instituições (que são entes sem corpos)” se confronta com “a natureza necessariamente corporal dos porta-vozes que permitem às instituições intervir na realidade” (Boltanski 2013: 445), e nesse jogo de cena corporificado em certos agentes, a ocupação policial e o domínio dos comandos militares é vivificada como “condição necessária” para o acesso à cidadania dos favelados, ao menos às expectativas de investimentos e ordenamento urbano.

### **Considerações finais: estado, moradores e gestão da “pacificação”**

Observamos nos dois casos como os moradores tentam, seja coletivamente ou individualmente, apresentar suas críticas ao poder público nos espaços que são criados no contexto das UPPs. Observamos ainda como frequentemente as reivindicações são descartadas a partir de formulações que se repetem nos diversos casos e situações etnografados: “não é o local ou momento adequado”, “vamos analisar caso a caso futuramente” ou ainda “falta competência para compreender o que estamos fazendo”. Aos moradores, portanto, sobra a estratégia de tentar romper esse muro de impossibilidades ajustando cada vez mais seu discurso às condições técnicas exigidas pelo estado. É nessa chave que analisamos, por exemplo, o resultado positivo obtido pela Rede de Instituições do Borel, analisada no primeiro caso. A instituição apresenta-se naquele contexto como a única que consegue estabelecer um diálogo eficaz com o poder público porque ajusta sua fala aos valores propagados pela “pacificação”: a defesa da unidade, a valorização do empreende-

dorismo articulado à ocupação policial, a apresentação de demandas de forma organizada, etc. Ao mesmo tempo, a organização acumula o capital político de suas lideranças, cuja atuação prévia na localidade é reconhecida e valorizada pelos moradores. Nesse sentido, também é interessante para o poder público legitimar esse ator como interlocutor naquela favela, ao mesmo tempo em que dá menos espaço e voz aos outros atores locais. Assim, selecionar o interlocutor “legítimo” também se constitui como uma estratégia para limitar e intervir na crítica que é formulada pelos atores sociais. Somente a crítica “ajustada” tem espaço no debate controlado pelo poder público.

Já no caso do Batan vemos como o recurso à técnica é acionado para deslegitimar a crítica que não se enquadra no caso jurídico e pela via institucional (o caso da luz e o processo da associação de moradores). Os atores sociais que conseguem apresentar de forma mais eficaz são aqueles que se ajustam ao que é considerado legítimo de reivindicar, como as questões de ordem urbana e urbanística, uma “bandeira” das favelas que em parte a representa como um “problema da cidade”.

Outra técnica que impede o logro das críticas acontece no trato com os representantes dos serviços públicos, que participam dos encontros com pouca ou nenhuma garantia de responsividade. Além disso, as críticas apresentadas são processadas pelo crivo moral de outros agentes, que reforçam a ideia de “transição entre regimes” formulada pelo discurso oficial e que concluem sobre a necessária disciplinarização da população faveladas.

Assim, uma das formas de atuação do poder público junto aos moradores de favela nas favelas com UPP é desqualificar suas reivindicações e iniciativas como inadequadas e/ou insuficientes, carecendo assim de capacitação, aprendizagem e também “educação”. Esta maneira de operar foi identificada tanto nos espaços de interlocução quanto nos discursos à respeito da integração da favela à cidade via mercado e desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, procuramos demonstrar uma lógica governamental que perpassa a atuação desse programa policial-social: para serem integrados à cidade nos seus contornos atuais, os moradores das favelas precisam passar por uma transformação. Seja na forma como apresenta críticas, formula ‘projetos’ e se relaciona com os serviços públicos, essa população não teria os requisitos necessários para participar da cidadania, seja ela entendida como acesso à direitos ou participação no mercado. Mas para os moradores de favela com UPP seria possível, através do processo da ‘pacificação’, passar por uma mudança e enfim estar apto a exercer sua cidadania.

Defendemos neste artigo que a deslegitimação desses atores não se deve à falta de “competência performativa” desses que produzem a crítica, mas às mudanças nos disposi-



tivos de governança, “que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou até mesmo ampliá-las” (Boltanski 2013: 442). Continua o autor:

[...] a crítica é facilmente absorvida aos dispositivos de dominação em que ela é reinterpretada nas formas que lhe foram dadas nas instâncias científicas e técnicas que servem de interlocutores às instituições. Ela, então, entra nas disputas entre expertise e contra-expertise, isto é, se tornar admissível ou simplesmente audível, se submetendo aos formatos de provas estabelecidas por esta última. Ou seja, adotando os formalismos e, de uma forma geral, os modos de codificação da realidade. (Boltanski 2013: 456).

Dessa forma, acompanhando a contribuição de Boltanski, entendemos que dentro do quadro da “dominação gestonária”, a possibilidade de produção de uma crítica “não ajustada” é quase inexistente. Todavia, outros conceitos também têm nos ajudado na tentativa de compreender o que se passa no espaço público das favelas “pacificadas”. Compreendemos que as técnicas de deslegitimação e silenciamento descritas aqui constituem “táticas gerais de governamentalidade” (Foucault 2008) que estão atualmente em prática nas favelas cariocas. Em um plano, o cotidiano dessas localidades está marcado por alta concentração de policiais militares, vigilância de pontos da localidade, cerceamento de hábitos e formas de sociabilidade, suspeição de grupos e perfis de moradores enquanto possíveis criminosos e também, em alguns casos, suspeição de envolvimento de policiais com a “milícia”. Em outra mão, o momento da “pacificação” se torna concreto aos moradores, à cidade e ao grande público através de símbolos, performances e representações que juntas, conferem materialidade ao projeto das UPPs.

Tal questionamento é ponto de “problematização” da realidade que pode acentuar o quadro de críticas e produzir uma inflexão na discussão sobre os rumos das UPPs; mas também pode ser um processo absorvido pelas estruturas de relações de poder e retido nesses processos. Nas dinâmicas que envolvem moradores (populações) e “táticas de governamentalidade”, a “competência performativa” dos primeiros (Gupta 2006) vai sempre ser necessária. Nesse sentido, o nível de reflexão aqui proposto se faz ao Estado vivido nos procedimentos do cotidiano; sob essa perspectiva as fronteiras entre sociedade civil e Estado se encontram borradas.

Outro “efeito” que acompanha o desenvolvimento desse tipo de dominação é a “estatização”, ou seja, a ampliação da capacidade do Estado de regular conflitos, os inserindo

em circuitos burocráticos. Para Ferguson (2006), a “estatização” é, em linhas gerais, o papel político do “desenvolvimento”. Em sua análise, “desenvolvimento” é um estilo de governo que tem suas bases na retórica da técnica e da expertise. O “efeito” dos projetos de “desenvolvimento” – em parte inseridos em circuitos internacionais de políticas públicas, imiscuindo agências privadas e estados nacionais – não é necessariamente alcançar maior produtividade e melhores resultados, mas “despolitizar” uma série de decisões arbitradas, além de incrementar as possibilidades de regulação dos conflitos.

Apoiando-nos no conceito de “dominação gestonária” do Boltanski (2013) procuramos mostrar que é através de argumentos do campo da gestão que se desqualifica as poucas críticas que os moradores das favelas pesquisadas conseguem fazer nesses espaços de interlocução institucional. Isto não significa dizer que toda forma de gestão (especialmente no campo da administração pública) é uma expressão da dominação gestonária, e sim mostrar como as ferramentas e técnicas de gestão servem ao reforço dessa dominação. Da mesma forma, e como pretende o autor, o conceito de dominação gestonária não se aplica apenas ao contexto das favelas cariocas; a redução da possibilidade da crítica a partir de um enquadramento da política que condiciona o debate ao campo do possível caracterizaria os tempos atuais em uma perspectiva macrosociológica. Assim, desde o advento do neoliberalismo estaríamos, portanto, submetidos a tal tipo de dominação<sup>17</sup>, expresso com clareza impressionante na fala atribuída à Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990: “não há alternativa”.

Por fim, e é sempre bom reafirmar tais questões quando tratamos do projeto de pacificação de favelas cariocas, compreendemos que – apesar das dinâmicas diferenciadas geradas pela “pacificação” que analisamos aqui, por exemplo – o medo e o silenciamento são ingredientes de um processo continuado de militarização das áreas “pacificadas”. Seguindo a provocação de Pacheco de Oliveira (2014), “pacificação” seria um modo de gestão de territórios e populações historicamente direcionado ao controle e “civilização” de populações indígenas, exercido pela combinação de ações violentas e práticas de tutela<sup>18</sup>. Mais recentemente essa lógica e esse termo foram apropriados ao espaço urbano, atingindo segmentos específicos da população considerados como “problema social” (Pacheco de Oliveira 2014; Leite 2015). A “guerra às drogas” tem sido importante nesse processo, porque ela justifica a “pacificação” de certos grupos sociais e territórios específicos vis-

17 O que não é excludente com a permanência de outras formas de dominação, especificamente na proposta de Boltanski a dominação pelo terror e a dominação ideológica (Boltanski 2013).

18 “Estabelecer a tutela sobre os “índios” era exercer uma função de mediação intercultural e política, disciplinadora e necessária para a convivência entre os dois lados, pacificando a região como um todo, regularizando minimamente o mercado de terras e criando condições para o chamado desenvolvimento econômico” (Pacheco de Oliveira 1998: 52).

tos como “perigosos” e “ingovernáveis”. Neste sentido, nossa tentativa de compreender as técnicas de desqualificação da crítica e as estratégias de superar essa barreira não podem desconsiderar o enorme gradiente de poder existente entre os poderes estatais e a população favelada cujas vidas foram transformadas pela ocupação militar.

## Referências

- ABRAMS, Philip. 1988. “Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)”. *Journal of Historical Sociology*, 1(1):58-89.
- AMOROSO, Mauro. 2012. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas.
- ARAUJO E SILVA, Marcella C.; CARVALHO, Monique B. 2015. “Circuitos políticos em uma favela pacificada: os desafios da mediação política”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 8(1):63-76.
- BARBOSA, Antônio Carlos Rafael. 1998. *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF.
- BOLTANSKI, Luc. 2013. “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária”. *Sociologia & Antropologia*, 3(6):441-463.
- BRETAS, Marcos. 1997. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco.
- CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo. 2012. *Os Donos do Morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: LAV/UERJ.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. 2012. *“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.
- CARVALHO, Monique B. 2014. *Os dilemas da “pacificação”: práticas de controle e disciplinarização na “gestão da paz” em uma favela no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. PPCIS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CAVALCANTI, Mariana. 2009. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69):69-80.
- CEFAÏ, Daniel. 2009. “Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmata para a sociologia da ação coletiva”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 2(4):11-48.
- DAVIES, Frank A. 2014a. “Rituais de “Pacificação”: uma análise das reuniões organizadas pelos comandos das UPPs”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 8(1): 24-46.
- \_\_\_\_\_. 2014b. “Produzindo a ‘região olímpica de Deodoro’”. In: *Anais da Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal.

- FARIAS, Juliana. 2007. *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores de favelas cariocas contra a violência policial*. Dissertação de Mestrado. PPCIS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FERGUSON, James. 2006. "The Anti-Politics Machine". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 270-286.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. 1995. "O sujeito e o poder". In: H. Dreyfus & P. Rabinow. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Segurança, Território e População*. Rio de Janeiro: Martins Fontes Editora.
- GOMES, Manoel. 1980. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Muro.
- GRAHAM, Stephen. 2011. *Cities under siege: the new military urbanism*. London: Verso.
- GUPTA, Akhil. 2006. "Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 211-241.
- KOENDERS, Sara. 2014. "(In)Security Reconfigured: a comparative study of 'pacification' and local governance in two Rio de Janeiro favelas". In: *Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a cidade*, Rio de Janeiro.
- LEITE, Marcia Pereira. 2000. "Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 44(15):73-90.
- \_\_\_\_\_. 2012. "Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(2):374-389.
- \_\_\_\_\_. 2015. "De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contexto de 'pacificação'". In: P. Birman *et al.* (org.), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes – ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. pp. 377-401.
- LUTZ, C. 2006. "Making War at Home in the United States: Militarization and the Current Crisis". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 291-309.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. (org). 2008. *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MENDONÇA, Tássia. 2014. *Batan: Tráfico, Milícia e "Pacificação" na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENEZES, Palloma V. 2015. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Tese de Doutorado. IESP, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- MITCHELL, Timothy. 2006. "Society, Economy and the State Effect". In: A. Sharma & A. Gupta (ed.). *The Anthropology of the State. A Reader*. Malden, MA: Blackwell Publishing. pp. 169-186.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 1998. "Uma Etnologia dos índios Misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana*, 4(1):47-77.

\_\_\_\_\_. 2014. "Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios". *Mana*, 20(1):125-161.

ROCHA, Lia de M. 2013. *Uma favela diferente das outras? Rotina, Silenciamento e Ação Coletiva na Favela do Pereirão no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Quartet.

\_\_\_\_\_. 2014. "Da "cidade integrada" a participação militarizada: tecnologias governamentais e saberes favelados na gestão das margens em tempos de 'pacificação". In: *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais*, Caxambu.

ROCHA, Lia de M.; BORGES, Doriam. 2014. "UPPs e os múltiplos significados de paz na perspectiva dos jovens moradores de favelas pacificadas". In: Adalberto Cardoso (Org.). *Juventudes na cidade: violência, cultura, religião, escola*. Rio de Janeiro: Editora Azougue, pp. 13-38.

ROCHA, Lia de M.; PALERMO, Luís Claudio. 2015. "'O Morro está na calma': Mídia impressa e o repertório da paz no contexto da 'pacificação". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, 8(1):25-40.

RODRIGUES, André; CASANOVA, Carlos; SIQUEIRA, Raíza; MENDONÇA, Tássia; GUARIENTO, Suellen. 2012. "Pensando as Associações de Moradores no contexto das UPPs". *Comunicações do ISER*: 53-79.

SENTO-SÉ, João Trajano; SANTOS, Anastácia Cristina; FERREIRA, Tiago. 2012. "Os Conselhos de Segurança Comunitária do Rio de Janeiro: Institucionalização e Participação". *Desigualdade & Diversidade*, – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, 11: 99-114.

ZALUAR, Alba. 1985. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 14 de novembro de 2017.

## “Linhas de investigação”: técnicas e moralidades policiais na gestão de mortos na região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Flavia Medeiros

Pesquisadora de Pós Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)

[flaviamedeiros@gmail.com](mailto:flaviamedeiros@gmail.com)

### Resumo

No presente trabalho descrevo processos de investigação por policiais civis referente ao homicídio de um jovem negro com o objetivo de refletir sobre o fluxo de relações entre pessoas e coisas que se dão nas “linhas de investigação”. O trabalho de campo realizado em 2014, no âmbito da Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, permitiu compreender certos procedimentos técnicos acionados em uma investigação policial, bem como identificar valores morais e interesses articulados na gestão de mortos conduzidos burocrática e operacionalmente pelos policiais que lidavam com “homicídios”. Nesta análise etnográfica considero os processos institucionais de administração de mortes naquele contexto para identificar a multiplicidade de técnicas e moralidades acionadas pelos agentes investidos dos poderes “de polícia” e “da polícia” que serviam para elaborar e definir aquilo que denominavam de “linhas de investigação”, construindo uma “verdade policial” sobre um “homicídio”.

**Palavras-chave:** mortos; polícia; investigação de homicídios; linhas; Rio de Janeiro.

### Abstract

In this work I describe several processes of investigation by civil police concerning a homicide of a young black man with the purpose of reflecting on the flow of relations between people and things that take place as “lines of investigation”. Fieldwork conducted in 2014 within the Homicide Division of Niterói, Itaboraí and São Gonçalo, in the metropolitan area of Rio de Janeiro, allowed me to understand technical procedures triggered in a police investigation, as well as moral values and interests were articulated in the management of deaths conducted bureaucratically and operationally by policemen

---

1 Uma versão inicial deste artigo foi apresentada na VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT), ST10: “Entre a Política e a Técnica: práticas de conhecimento em comparação”, coordenado por Magda dos Santos Ribeiro e Catarina Morawska Vianna, a quem eu agradeço pela leitura e comentários.

who dealt with “homicides”. In this ethnographic analysis, I consider the institutional processes of death management in that context to identify the multiplicity of techniques and moralities triggered by agents invested in the “police” powers that served to elaborate and define what they called “lines of investigation”, constructing a “police truth” about a “homicide”.

**Key words:** dead; police; homicide investigation; lines; Rio de Janeiro.

## Entre vivos e mortos

Era cerca de sete horas da manhã quando o telefone do setor de Permanência da Divisão de Homicídios (DH) tocou com a ligação de um policial militar do 7º Batalhão de Polícia Militar (BPM), de São Gonçalo, informando que havia um “*local de crime*”<sup>2</sup> a ser realizado pelos investigadores da DH, pois moradores haviam encontrado o cadáver de um homem num terreno baldio. A ida ao “*local*” para realização da perícia seria a primeira atividade do Grupo Especial de Local de Crime (GELC) que eu acompanhava no meu trabalho de campo e que iniciava seu plantão naquela manhã de maio.

Na mesma viatura que delegado, papiloscopista e um inspetor, deixamos a “*base*” (como era chamada a sede da divisão, no município de Niterói) às oito horas e vinte minutos. Perita criminal e outros oito inspetores completavam o comboio com o total de quatro viaturas. Chegamos no “*local*” cerca de trinta minutos depois. Dois policiais militares e dois bombeiros responsáveis pelo “*rabecão*” (veículo usado para a remoção de cadáveres pelo Corpo Militar de Bombeiros) aguardavam, próximos ao cadáver. Jornalistas de três jornais locais também estavam por ali. Além destes profissionais, cerca de sessenta pessoas observavam “*local*” e acompanharam a chegada da equipe do GELC. Entre esses, diversos homens e mulheres, de variadas idades, alguns com bicicleta ou motocicleta, e algumas crianças vestidas de uniforme escolar e mochila. Provavelmente, moradores das redondezas que usavam aquela rua como trajeto de sua rotina matinal e que se aglomeraram naquele “*ponto*” em função da presença de um morto. Os policiais chamavam esse conjunto de pessoas como “*populares*”.

Duas das viaturas do GELC foram paradas nas extremidades da rua, a cerca de vinte metros do terreno baldio cada uma. Outras duas, estacionadas transversalmente, sendo a do delegado a mais próxima do corpo, a cerca de cinco metros do ponto central no “*local*”. Policiais solicitaram que “*populares*” e jornalistas se afastassem, criando um movimento

2 As categorias, falas e expressões nativas virão entre aspas e itálico. Referências teóricas ou citações com autoria também virão entre aspas, porém identificadas por nome e ano do autor. Nomes próprios foram alterados por mim, para preservar a privacidade de meus interlocutores e das pessoas envolvidas nas investigações.

muito breve porém grandioso e, por isso, talvez brusco, de pessoas se movimentando para fora dos limites daquilo que naquele momento passava a se tornar o "perímetro"<sup>3</sup> do "local de crime". "Populares" e jornalistas eram separados por uma linha imaginária, pois não havia fita amarela apropriada ao uso de demarcação de local de crime<sup>4</sup>. Assim, o limite espacial era demarcado pelas viaturas, estabelecendo as margens do que se transformava no "local de crime".

O cadáver estava coberto por um lençol cor de rosa, colocado pela manhã por uma moradora das casas contíguas ao terreno baldio. Sob o lençol, levantado pela perita após iniciar os registros fotográficos, estava o corpo de um jovem negro em posição fetal, virado com o lado esquerdo do corpo para cima. Pernas, pés e braços estavam enrolados por uma fita adesiva marrom que também cobria a boca do morto e o corpo preso por uma corda amarrada desde os tornozelos até os punhos, estes algemados para trás. Ao examinar o cadáver, principalmente a "lateral esquerda", a perita identificou nove tiros, distribuídos pelo rosto, ombro e peito do corpo morto. Delegado e papiloscopista observavam o trabalho da perita, acompanhados de um inspetor policial que tomava notas. Outro inspetor usava a câmera fotográfica para registrar imagens da rua, do "local" e do cadáver. Seriam esses dois policiais que, posteriormente, redigiriam um relatório em forma de "Informação de investigação", composta pela descrição do "local de crime" produzida pelos inspetores do GELC, e que seria inserida no inquérito policial.

Os demais inspetores se distribuíam nas funções de "contenção", separando "populares" e jornalistas e fazendo o policiamento da área no entorno do "local de crime", e na "busca" de "indícios". Instruídos pelo delegado, os policiais interagiam com os "populares", questionando "se sabiam de alguma coisa", "se ouviram algo" ou "se (re)conheciam a vítima" e buscavam localizar câmeras de segurança nas casas vizinhas, cujas imagens poderiam contribuir na "investigação" do "local".

A partir da explicação da perita criminal, papiloscopista e delegado começaram a observar o cadáver. Ela relatou que provavelmente os tiros foram realizados naquele "local", à curta distância, e que talvez a "vítima" já estivesse morta. Para confirmação seria preciso examinar os "livores do corpo", responsabilidade do perito legista que iria realizar

---

3 Na geometria, o perímetro é definido como a medida do contorno, a soma dos lados, de uma figura geométrica. O conceito "perímetro" também pode ser usado na geografia e no urbanismo para definir uma certa área de acordo com a configuração e os usos que se dão no seu interior: perímetro rural ou perímetro urbano. No contexto usado pelos policiais, "perímetro" representava as "linhas" não visíveis que estariam no entorno daquilo que eles estabeleciam como o "local de crime", evidenciando que este seria uma construção espacial a partir de onde ocorreu um "homicídio".

4 A DHNISG não havia comprado a faixa. Em alguns dos locais de crime que pude ir, o uso dessas faixas se deveu ao reaproveitamento de locais prévios, levadas pelo Corpo de Bombeiros.



a necrópsia do cadáver no Pólo Regional de Polícia Técnico Científica (PRPTC). Para a perita, havia indícios de que o morto fora torturado por algumas horas antes de ser executado, pois lesões na face indicavam que ele recebera socos ou chutes, sem poder reagir ou se defender pois estava com braços e mãos amarrados. Juntos os três conversavam e buscavam outras “*pistas*” para seguir nos traços iniciais daquela “*linha de investigação*”.

Tocando no cadáver, os três buscaram uma “*identificação*”, como carteira com documentos pessoais que identificasse o morto. Auxiliados pelos bombeiros, manipularam o corpo e retiraram as cordas e fitas adesivas. O papiloscopista instruíu a todos que, ainda que com luvas, manipulassem todos os objetos com cuidado, pois era provável haver impressões digitais em “*qualquer uma*” daquelas superfícies. Uma fricção comprometeria o que ele chamava de “*qualidade da evidência*”, a visibilidade das “*linhas do datilograma*”, e que provavelmente indicariam as “*impressões digitais*” de um “*suspeito*”.

Com um alicate que carregava em sua mochila, o papiloscopista abriu as algemas. A perita criminal e o delegado, por sua vez, estavam atentos a “*estojos*”, “*manchas de sangue*”, e aos “*livores*” e “*equimoses*”, evidentes sinais de tortura no corpo. Eles consideravam todos esses indícios importantes para determinar se aquele “*local*” tinha sido a “*cena do crime*” ou se apenas um lugar onde o cadáver foi “*desovado*”. Após uma hora e meia de perícia de local, delegado, perita e papiloscopista consideraram o trabalho no local de crime finalizado.

A perita coletou nove estojos de “*projétil 9 milímetros*”, fabricados pela Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), correspondentes ao número de disparos que ela encontrou no corpo. O papiloscopista identificou duas impressões digitais em pedaços de fitas adesivas. Os inspetores encontraram três câmeras de filmagem em uma casa, numa das esquinas do quarteirão do terreno baldio. E ainda, souberam por narrativas de moradores que estavam entre os “*populares*”, que por volta das dez horas da noite anterior foram ouvidos quatro, e em seguida, mais quatro disparos. Uma das moradoras informou que após os tiros ninguém mais “*teve coragem*” de sair de casa, mas que ela imediatamente telefonou para o 7º BPM que ficava a apenas três quarteirões da rua.

\*\*\*

O presente texto é parte das reflexões desenvolvidas em minha tese de doutorado em Antropologia<sup>5</sup>, que partiu do interesse em analisar os homicídios como uma catego-

5 A tese intitulada “‘Linhas de investigação’: uma etnografia das técnicas e moralidades sobre ‘homicídios’ na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro” é uma etnografia na qual descrevo e analiso como sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si constituindo homicídios. O trabalho foi orientado pelos professores Roberto Kant de Lima e Lucía Eilbaum. Para realização desta

ria nativa para compreender como mortes classificadas como tais eram administradas e investigadas pela polícia. A partir do trabalho de campo realizado durante o ano de 2014 na Divisão de Homicídios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo (DHNISG), observei possíveis formas de tratamento dessa “transgressão da lei e da moral” (Malinowski 2003: 90)<sup>6</sup> por parte desta repartição burocrática e policial. Considerando os processos institucionais de administração de mortes naquele contexto, identifiquei uma multiplicidade de técnicas e moralidades acionadas pelos agentes investidos dos poderes “*de polícia*” e “*da polícia*” que serviam para elaborar e definir aquilo que denominavam de “*linhas de investigação*”, construindo uma verdade policial sobre um homicídio.

A DHNISG é uma repartição da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) inaugurada em janeiro de 2014 destinada à investigação de casos de “*crime intencional contra a vida*” e “*latrocínios*”<sup>7</sup>. No período de realização do trabalho de campo, atuavam cerca de 170 policiais civis, responsáveis pela investigação de “*mortes matadas*”<sup>8</sup> que ocorriam em três municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro: Niterói, Itaboraí e São Gonçalo<sup>9</sup>. Grande parte dos investimentos relativos à investigação consistia na identificação e classificação de sujeitos e fatos a fim de registrar informações sobre como um indivíduo teria atentado intencional e fatalmente contra a vida de outro.

A partir deste trabalho de campo, a etnografia está organizada pelo encadeamento de diferentes práticas e lógicas referentes à investigação dos homicídios com o objetivo de, ao descrever seu processo, elucidar como sujeitos, coisas e fatos se relacionavam e interagiam entre si. As observações e descrições por mim apresentadas não tiveram como foco os produtos ou resultados das investigações de homicídios, mas os fluxos observados

---

pesquisa obteve fomento de bolsas da CAPES, e posteriormente, da FAPERJ.) A tese foi defendida em 2016 no Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e recebeu Menção Honrosa no Prêmio Capes Tese 2017.

- 6 Trata-se de definição de “crime” pelo antropólogo Bronislaw Malinowski ao desenvolver em 1926 uma das primeiras análises etnográficas sobre conflitos, costumes e direito numa sociedade.
- 7 No Código Penal (CP) corrente no Brasil, promulgado em 1940, o artigo 121 define as punições para aquele que matar alguém. Um homicídio é considerado um crime comum imputado a pessoas físicas que comentaram um ato contra outra “pessoa física”, regulando a relação apenas entre indivíduos. Este crime pode ser classificado como “*doloso*”, quando oriundo de “*vontade livre e consciente*” ou “*culposo*” quando não houve intenção de se matar o outro. Além dos homicídios, o título dos “*crimes dolosos contra a vida*” no Código Penal abarca suicídios, abortos, infanticídios e, mais recentemente (em 2015), os feminicídios. Os latrocínios estão incluídos no artigo 157 dos “*crimes contra a propriedade*” e se referem aos crimes cuja a morte de alguém foi o meio para aquisição de algum bem material. Sobre o tema, ver Medeiros (2016b).
- 8 “*Morte matada*” é uma categoria nativa, largamente utilizada no senso comum, para se referir a mortes que não ocorreram de forma natural. Ou seja, foram produto da ação e intenção de alguém e, portanto, se dão por contraste às “*mortes morridas*”, ocorridas por “*causas naturais*”.
- 9 Separados da cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, pela Baía de Guanabara, os municípios de Niterói, Itaboraí e São Gonçalo compõem a área metropolitana, outrora chamada Grande Rio.

em continuidade, como parte da rotina daquela repartição em traçar e desenrolar a técnica nomeada como *“linha de investigação”*. Tomei os homicídios como categoria central para compreender as técnicas e moralidades utilizadas pelos policiais na gestão de mortos e para considerar como se dão os processos de investigação e tratamento institucional de mortes na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A seguir, para demonstrar como, ao longo de relações que envolvem o fluxo entre pessoas e coisas, os policiais responsáveis pela administração institucional daquelas mortes acionavam as *“linhas de investigação”*, irei retomar a descrição etnográfica de um caso de homicídio por eles investigados e já introduzido neste artigo. Em seguida, apresento a *“linha”* como um conceito nativo e, portanto, com sentido local, contextual e relacional para analisar como manipulando técnicas e moralidades, os policiais construía uma *“linha de investigação”* na mesma medida em que se encontravam e se cruzavam com outras *“linhas”*.

### ***“Linha forte”***

No caminho de retorno para a *“base”*, papiloscopista, inspetor e principalmente delegado fizeram observações sobre o *“local”*. Comentaram sobre a qualidade das algemas encontradas no cadáver, que foram identificadas pelo delegado como sendo de uma marca importada e com detalhes considerados por eles como *“sofisticados”*, como a dobradiça: *“Eu tenho uma dessa! Comprei lá fora! Pelo menos trezentos contos [R\$300] que custa aqui”*. Ainda, falou sobre a declaração da moradora que telefonou para a Polícia Militar após ouvir tiros durante a noite. O delegado expressou estranheza, pois o 7º BPM só informou a DH sobre o *“local”* após a mudança de plantão, às sete horas da manhã. *“Tem uma linha forte aí!”* disse e prosseguiu: *“Essa algema é de profissional, ou de tralha ou dos Mike. E tem mais coisa estranha aí cara. Isso de esperar o plantão mudar, e matar tão perto do batalhão assim... vou mandar levantar quem tava de plantão na noite de ontem. Se bobear, foram os PM que mataram esse cara aí!”*<sup>10</sup>.

Ao expressar suas primeiras impressões e reflexões sobre aquele homicídio, o delegado identificava uma possibilidade de percurso a ser feito pela investigação ao longo de uma *“linha”* que lhe parecia ser *“forte”*. Os *“indícios”* por ele levantados traçavam uma explicação sobre aquele homicídio, servindo de *“evidências”* consistentes para narrar a sua versão policial sobre aquela morte e compor o inquérito policial. Por uma multiplicidade de referências, oriundas do seu acúmulo sobre as técnicas policiais, o delegado exercitava

10 As categorias *“tralha”* e *“mike”* eram usadas para se referir a pessoas consideradas criminosas, os *“bandidos”* e aos Policiais Militares, respectivamente.

seu o conhecimento sobre homicídios a partir de um *"local de crime"*.

### ***"As primeiras 24 horas"***

Ao voltarmos para a sede, os policiais do GELC se distribuíram entre o setor da Permanência<sup>11</sup>, o alojamento e o banheiro. Eles tiravam os coletes à prova de balas, acautelavam armamentos, e guardavam papéis antes de se preparar para almoçar na cantina. Durante o almoço, o delegado solicitou que dois dos policiais do GELC voltassem ao local, vestidos à paisana, em busca das câmeras de segurança e de mais depoimentos de moradores. Outro policial ficou responsável por entrar em contato telefônico com o 7ºBPM para *"levantar"* quem eram os policiais plantonistas naquela noite. A divisão de tarefas ainda incluía os policiais do GELC responsáveis pela Permanência, pelo Cartório e pelo Setor de Inteligência Policial (SIP) que deveriam, respectivamente, registrar a ocorrência, ouvir possíveis testemunhas e apreender objetos encontrados no *"local de crime"*, e buscar informações nos bancos de dados da polícia.

Na volta da *"diligência"* realizada nos arredores do local do crime, a dupla de policiais que lá esteve informou que na residência onde encontraram as três câmeras de segurança morava um advogado, que já atuara na área criminal. *"Essa informação é importante! Vai que o morto já tinha sido cliente dele? Ou era retaliação?"*, especulou o delegado que, em forma de hipóteses, projetava outras *"linhas de investigação"*, apontando possíveis e distintos percursos que poderiam ser percorridos para construção da verdade policial sobre aquele homicídio.

Em mortes que não se sabia quem era a vítima, considerava-se mais difícil de conduzir a investigação. Quando isso ocorria, a realização do *"local de crime"* permitia uma variedade de apontamentos sobre aquele cadáver anônimo. Os policiais, estimulados por detalhes, traçavam *"linhas"* imaginadas a partir de sua experiência com outros casos investigados. Projetando percursos algumas vezes aleatórios para a condução da *"linha de investigação"*, expressavam um *"saber policial"* (Eilbaum 2005) sobre as dinâmicas possíveis de uma morte. Assim, ao tecer hipóteses sobre um homicídio se evidenciava um conhecimento sobre homicídios pautado num saber prático sobre a investigação de mortes.

Dentre as técnicas apresentadas para a investigação de um homicídio e na expressão desse saber prático, estava uma das principais funções do GELC: consolidar o maior número de informações no menor intervalo de tempo possível. Isto porque, como reproduzido constantemente por agentes e delegados, *"as primeiras 24 horas de uma investiga-*

---

11 Responsável pela chegada de registros, e controle de armas e equipamentos.

ção são essenciais”. Eles explicavam que era imediatamente após o crime que havia maior quantidade e qualidade de “evidências” que “ainda estão frescas” e que “quanto mais próximo de quando ocorreu o crime, mais próximo de quem cometeu a gente fica”. Portanto, quanto mais distante temporalmente era a ocorrência de um homicídio, mais distante ficavam os policiais de “encontrar um suspeito” e elucidar aquele crime.

Os investigadores também chamavam atenção para a urgência, por fatores emocionais de testemunhas, vizinhos ou familiares que “logo assim que acontece, falam sem pensar”. E que depois “com o passar do tempo, vai esfriando e não quer falar”. Considerando que a expressão obrigatória dos sentimentos (Mauss 1999) em relação a uma morte possibilitaria também a expressão de informações que mais tarde, provavelmente, não seriam mencionadas. Outros ainda faziam referência à possibilidade de que o “autor” da morte ainda estivesse fisicamente próximo do “local”: “tem vezes até que está esperando a polícia chegar”, como me disse um policial que atuava há cerca de cinco anos na investigação de homicídios. Segundo ele, o “flagrante” só seria possível com a “ida ao local de crime o quanto antes”, e ao se concentrar na busca por “indícios” e “evidências materiais” no período de um dia, isto é, “nas primeiras 24 horas”.

No final do plantão, na manhã seguinte, a dupla de policiais já tinha finalizado o relatório, o papiloscopista preparado o laudo para enviar ao Instituto Félix Pacheco<sup>12</sup> e a perita criminal finalizado seu relatório de perícia de local. A escrivã fez os registros dos “autos de apreensão” das evidências coletadas no local: “9 componentes de munição AGULLA (estojo) – Calibre 9 mm”; “equipamento policial/farda: 1 unidade (algema)”; “material p/ uso no tráfico: EPPENDORF pequeno<sup>13</sup>”. Em seguida, entregou tais “evidências” no Setor de Suporte Operacional (SESOP) para ser encaminhado ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli<sup>14</sup>.

O delegado assinou o relatório de local de homicídio, a diligência feita pelos dois inspetores, o registro de ocorrência, bem como os depoimentos dos dois policiais militares que acionaram o Corpo de Bombeiros e a DH e de dois moradores que ouviram os tiros. Ele também já havia recebido notícias de que a necrópsia havia sido realizada no PRPTC de São Gonçalo e que em breve receberiam resposta sobre as impressões digitais coletadas do cadáver e enviadas ao Instituto Félix Pacheco para sua identificação papiloscópica. No cartório, todos estes registros, junto com o registro de ocorrência da morte,

12 Integrante da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, responsável pelas perícias papiloscópicas.

13 Tubo de plástico pequeno, muito utilizado em laboratórios de pesquisa para conter substâncias e ferramenta comum no mercado de drogas para o depósito de cocaína.

14 Integrante da Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Rio de Janeiro, responsável pelas perícias criminais.

foram incorporados como parte do "*procedimento 0421*" cujo inquérito policial foi instaurado no dia seguinte, sob autorização de uma portaria emitida pelo diretor da divisão. Acima de sua assinatura se lia a seguinte mensagem, reproduzida de forma padrão em todas as páginas iniciais dos inquéritos policiais que eu pude acessar: "*Instauro IP. Portaria em separado. Observar as metas estabelecidas para cada Grupo de Investigação*", referindo-se ao controle da produtividade dos policiais pelo Programa de Metas da Polícia Civil.

## Investigação

Depois de realizada a perícia de local e passadas as "*primeiras 24 horas*", os procedimentos policiais eram enviados para o Setor de Controle Cartorário (SCC) que, a partir de portaria assinada pelo delegado, montava o inquérito policial. Este, por sua vez, era o "*procedimento*" que ia ser enviado para uma dupla de policiais que atuava num dos Grupos de Investigação (GI). Na DHNISG, os grupos eram dedicados à investigação dos homicídios em um determinado município. Os GI eram descritos como sendo formados pelos policiais que "*conhecem os clientes*", isto é, que conheciam o município, os tipos de crime que ocorriam nos diferentes bairros e os "*criminosos*" que lá atuavam. Cada grupo era vinculado a um delegado, que organizava suas equipes em quatro duplas alternando os dias de trabalho, de segunda a sábado, em expedientes de 12 horas com intervalos de 36 horas. Nos domingos, as duplas entravam em esquema de rodízio, trabalhando em semanas alternadas de acordo com cronograma previamente acordado entre a equipe.

Durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de acompanhar com mais continuidade o GI São Gonçalo e a atuação de quatro duplas, que sob a coordenação de dois delegados, cumpriam expediente simultaneamente. Apesar de terem sua produtividade avaliada por dupla, as equipes se ajudavam mutuamente na resolução dos homicídios. E na medida em que trabalhavam, tendo como suporte o trabalho de outros setores, como o Setor de Inteligência, Setor de Busca Eletrônica e o Setor de Análise Projetilística, produziam provas, em forma de documentos a serem incluídos nos "*procedimentos*", maneira pela qual se referiam ao inquérito policial.

Os agentes lotados no GI também atuavam em cooperação com o Setor de Operações quando no deslocamento aos bairros e regiões considerados "*de risco*". E com o Setor de Controle Cartorário na elaboração e gerência dos "*procedimentos*", documentos que materializavam em papel e por escrito como os agentes trabalhavam conjuntamente, através de diferentes técnicas. Observando a rotina de investigação pelos GI, o inquérito policial aparecia como a principal "*ferramenta*" para manipulação das "*linhas de investigação*" de homicídios.

## Wesley

Cerca de dez dias depois, encontrei o procedimento 0421 sob responsabilidade da dupla de investigadores Roberto e Bruno, do GI São Gonçalo. Folheando o “*procedimento*” que dava forma ao inquérito, soube que as linhas das impressões digitais utilizadas no exame papiloscópico do cadáver determinaram sua identidade: Wesley Ferreira da Silva. Como me explicou depois, após identificar a anexação do Laudo Papiloscópico no sistema, a inspetora do Cartório que atuava como escritã dos procedimentos dos policiais Roberto e Bruno, realizou o aditamento do R.O. no sistema e informou a dupla de investigadores sobre a identificação. Bruno telefonou para o PRPTC para mais informações. O policial soube que Wesley fora reconhecido e reclamado por seu pai e conseguiu entrar em contato com os “*declarantes*” de Wesley. Na semana seguinte, o pai de Wesley foi prestar depoimento na DH. Nesta ocasião, ele recebeu um “*mandado de intimação*” para a madrasta da vítima, que “*precisava desse papel para apresentar no trabalho e ser dispensada*” como me explicou o policial Bruno<sup>15</sup>.

Aos poucos, a “*linha de investigação*” fazia com que os traços sobre Wesley se tornassem mais consistentes e esse passou a ganhar personalidade no procedimento à medida em que sua biografia era escrita nos papéis e inscrita na burocracia. Wesley tinha 23 anos, cursou o Ensino Médio completo e desde então vivia com o pai e a madrasta em Maria da Graça, um bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Ele foi descrito por ambos familiares como “*um rapaz tranquilo e trabalhador*”, cujo único contato com as drogas segundo seus familiares era “*pouco, mas já usou, maconha*”.

Em forma de traços, pequenas “*linhas*” compunham registros que, por sua vez, contavam a história daquele jovem que foi morto. De acordo com as linhas textuais do que fora traduzido do depoimento dos familiares de Wesley para o “*inquérito policial*” produzido pelos policiais Roberto e Bruno, foram Ivan e Marcelo, um conhecido e primo da madrasta, que “*bateram na porta de casa*” e convidaram Wesley para “*realizar um trabalho*” em São Gonçalo.

Pai e madrasta de Wesley sabiam que Marcelo e Ivan atuavam no tráfico de drogas numa grande favela no Rio de Janeiro. E contaram aos policiais que, contrariados, viram Wesley aceitar a proposta de trabalho, pois “*tava duro*”. Depois de conversar com Marcelo e Ivan no portão da casa do pai e da madrasta, Wesley entrou, “*tacou pouca coisa na mochila, e saiu dizendo que voltava em uma semana*”. Quatro dias após Wesley “*ter saído de*

15 O “*mandado de intimação*” era um documento importante, pois “*ficar só ligando, mas a pessoa nunca vem, isso é bom que coloca lá no sistema que eu intimei mas, nesse caso aí, eu entreguei em mãos ao marido dela que veio aqui e entregou pra ela*”, como me explicou o policial. Três semanas depois, a madrasta de Wesley foi na DH prestar depoimento.

*supetão*", sua madrasta atendeu o telefonema de um policial dizendo que o jovem havia sido morto e que seu corpo se encontrava no PRPTC de São Gonçalo. Imediatamente, pai e madrasta de Wesley "tiveram a certeza" de que o primo tinha alguma coisa a ver com o crime. Logo depois que voltaram do IML, "ficaram sabendo" que foi Marcelo, junto com Valter (outro traficante) quem matou Wesley. Porém não sabiam explicar o porquê.

O depoimento dos familiares de Wesley Silva, que os deu a condição de "testemunhas" no homicídio do rapaz, indicou uma nova "linha de investigação", distinta das que foram apontadas inicialmente pelo GELC. O acesso às relações sociais da vítima após o processo de "identificação" que "matou aquele morto" (Medeiros 2016a) transformou um corpo sem vida encontrado num terreno baldio em um morto com nome, sobrenome, idade, filiação e endereço. A construção daquele sujeito nos documentos policiais redefiniu a "linha" que levaria os policiais a explicarem sua morte. Como um fio para ser puxado, as testemunhas trouxeram um novelo de informações acumuladas sobre aquele morto, que deixou de ser um ponto localizado num dado tempo e no espaço, um cadáver num "local de crime", e passou a ser Wesley Ferreira da Silva, a "vítima" de um homicídio, o morto em uma "linha de investigação".

### "Recomeçar do zero"

Tomando o depoimento dos familiares de Wesley como referência, os policiais passaram a buscar nos bancos de dados da Polícia Civil registros de Marcelo, Valter e Ivan. Com esta "pesquisa", conseguiram saber que três dias após a morte de Wesley, Marcelo e Valter tinham sido presos em flagrante por porte ilegal de armas e tráfico de drogas numa operação policial da PMERJ realizada na Avenida Brasil, umas das principais na cidade do Rio de Janeiro. Naquela operação, segundo as informações disponibilizadas no ROweb<sup>16</sup>, duas armas foram apreendidas pela 39ª DP. Ainda, a partir dos bancos de dados exclusivo a que a Polícia Civil tem acesso, conseguiram encontrar os registros da prisão de Marcelo e Valter.<sup>17</sup>

Quando decidiram confrontar o material apreendido no "local" onde Wesley fora encontrado com as armas apreendidas na prisão em flagrante de Marcelo e Valter os policiais se deram conta, ao retornarem aos "autos de apreensão" realizados no dia da morte de Wesley, que a perícia de local não havia registrado a apreensão de "projéteis". Os estojos

16 Banco de dados dos Registros de Ocorrência da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro.

17 O fato dos suspeitos já estarem presos, como comentou o policial Roberto, não influenciaria na contabilização da produtividade deles no plano de metas, pois "mesmo o autor já estando preso, conta como autoria" de um homicídio descoberto pelos policiais. De acordo com o Plano de Metas exposto na sala do Diretor da DH, essas deveriam ser de duas ao mês.



coletados pela perita no dia da perícia de local só serviam para identificar o calibre e para serem confrontados com outros estojos, mas não serviam para identificar a arma<sup>18</sup>.

Roberto e Bruno resolveram buscar as evidências que precisavam para fortalecer a “*linha de investigação*” elaborada a partir dos depoimentos dos familiares de Wesley. Primeiro, telefonaram para o PRPTC onde foi feita a necrópsia para saber se havia sido encontrado algum projétil no corpo. A resposta negativa surpreendeu a dupla de policiais, que então resolveu retornar ao “*local de crime*” na tentativa de encontrar algum projétil no terreno onde estava o corpo de Wesley. “*Não é possível, cara, foram pelo menos nove tiros!*”, insistia Bruno consternado diante da ausência dessas “*evidências materiais*” no inquérito. Roberto, demonstrando-se decepcionado com o resultado da perícia de local, dizia que “*eles tinham que ter catado, cavado a terra*” pois “*se não tá no corpo, só pode tá no local*”.

Já se passava um mês do homicídio quando os investigadores voltaram ao terreno baldio junto com dois policiais do GELC. Coletaram dois projéteis e uma faca. Como me descreveram, o terreno havia sido capinado, o que dificultou um pouco a busca por essas “*evidências*”. Ambos se divertiam ao me mostrar as fotos da incursão. Eles se demonstravam satisfeitos por terem encontrado algo, mas aproveitaram para mais uma vez criticar “*o trabalho mal feito pelo GELC*”.

Enquanto conversávamos sobre a “*descoberta de evidências*”, os policiais agilizavam os procedimentos para imediatamente encaminharem os projéteis para o Instituto de Criminalística, onde seria feito o confronto com o material coletado por eles no “*local de crime*” e as armas apreendidas com os “*suspeitos*” da morte de Wesley. Para tanto, primeiro deveriam aditar o RO com as apreensões, depois preencher no sistema o “*auto de apreensão*” e o “*auto de encaminhamento*” para o perito criminal Humberto, responsável pela “*análise e comparação projetilística*”<sup>19</sup> e que foi até a sala dos investigadores para ava-

18 Observando o procedimento em detalhes era possível identificar algumas imprecisões como a data do “*local de crime*”, que apesar de ter sido realizado no dia quinze de maio, foi registrado no dia dezesseis de maio, quando foi finalizado o registro de ocorrência; erros de digitação tais como “*cor: parta*” e “*lesão conudentes*” também eram observadas, e esses equívocos, com outros que descrevo a seguir, pareciam reforçar o aspecto “cerimonial” da perícia de local (Silva 2013). Equívocos e diferenças na forma na grafia de nomes próprios tais como: Wesley e Weslei, Valter e Walter também eram observáveis, e não eram apenas aqueles responsáveis pelas “*primeiras 24 horas*”, o que por uma urgência do tempo justificaria algumas imprecisões nos “*procedimentos*”. Sobre o lugar dos inquéritos na rotina das “*linhas de investigações*” e os múltiplos sentidos da categoria “*burocracia*”, ver Medeiros (2016b).

19 Humberto, que atuava como perito criminal na DHC, apresentava-se como um “*cientista*”. Na DHNISG, ele cumpria RAS como “*complemento do honorário*”, fazendo hora extra duas vezes na semana (quartas e sextas), onde era responsável pelo “*Serviço de Perícias Criminais*”, no qual conduzia um “*projeto de rastreamento de munição*”. O objetivo deste projeto era registrar e classificar as características do projétil e a marca das armas utilizando-se das marcas do cano, as linhas, nos projéteis. O trabalho realizado por Humberto era definido como “*comparação projetilística*” e não confronto balístico, como ele gostava de destacar, explicando que, quando feito, “*o confronto é estojístico*”, permitindo descobrir o “*lote*”

liar o material apreendido.

Humberto explicava que iria “*confrontar os padrões*” da arma com os dos projéteis e esperava ajudá-los na condução da investigação. Ainda, deveriam encaminhar para o Instituto de Criminalística um “*auto de solicitação de exame*” para a arma. Após seguirem as instruções do perito criminal, os inspetores aguardaram, aparentemente com expectativa, pelo resultado da perícia.

Por dois meses depois do encaminhamento das evidências à perícia, perguntei algumas vezes sobre o resultado do exame das armas em confronto com os projéteis. Até que Bruno me contou do resultado: “*não bateu com a arma, vamos recomeçar do zero.*” Com todos os registros acumulados no procedimento 00421/2014, não me parecia que os policiais iriam “*recomeçar do zero*”. Apesar das evidências utilizadas por eles não definirem a “*linha de investigação*”, já havia uma trajetória traçada na burocracia. Conversamos sobre a possibilidade de escutar os suspeitos de autoria da morte de Wesley, “*provavelmente não, só se o doutor quiser*”, acrescentando que não gostaria de ir pois “*em Bangu, os policiais são mal tratados e que aquilo lá é horrível*”, expressando sua falta de vontade de seguir esse passo na investigação. No entanto, duas semanas depois, por pedido do delegado, Roberto e Bruno foram até o Complexo Prisional de Bangu realizar a tomada de depoimento de Marcelo e Valter.

Lá, Marcelo confirmou as declarações dos familiares de Wesley, de que foi com Ivan até Wesley chamá-lo para uma “*atividade*”. Wesley, porém, nunca teria aparecido. Ivan, por sua vez, sumiu. Marcelo “*insinuou*”, segundo me contou Bruno, que foi Ivan quem matou Wesley. Valter, segundo me disseram, se recusou a falar com os policiais e disse não saber de nada. Para os policiais, “*essa versão não cola*”. Eles insistiam em seguir a “*linha de investigação*” que construíram a partir da declaração das testemunhas, familiares da vítima, e diziam que foram os três, juntos, os “*autores*” do homicídio de Wesley. Com determinação do delegado, alguns meses depois, os policiais finalizaram o inquérito tendo a relatoria concluído que Marcelo, Valter e Ivan eram os autores da morte de Wesley. “*Primeiro dia de expediente do mês, e eu já consegui uma autoria*” celebrou Bruno em relação ao Programa de Metas no começo de outubro.

As investigações dos homicídios mobilizavam procedimentos distintos. Mesmo que não tivessem “*evidências materiais*” de quem matou Wesley, as declarações das testemunhas vinculadas a ele pareciam ser suficientes para que os policiais definissem a “*linha de investigação*” até a autoria de sua morte. A condição de “*ser bandido*” e “*estar preso*”

---

daqueles projéteis e conseqüentemente, saber “*para quem [a empresa] vendeu o lote*”, visto que devido ao estatuto do desarmamento, a empresa precisa ter este controle.

dos suspeitos apontados pelos familiares da vítima foram usadas para construir a versão policial daquele homicídio. Expressando como a conjunção entre os interesses dos policiais e seus valores morais corroboravam na definição de uma “*linha de investigação*” que vinculava o morto a seus algozes. Eram as moralidades dos policiais que se apresentavam como técnica para o traço final sobre uma linha de investigação.

Manipuladas na burocracia pelos agentes para a produção e validação, as provas periciais eram pouco utilizadas. Os elementos usados para torturar e matar Wesley se encaixavam nessa composição dos procedimentos investigativos e testemunhais, delineando uma “*linha*” sobre aquele homicídio. Não soube se os acusados pela morte de Wesley foram julgados. Apesar da investigação sobre sua morte ter se encerrado, inicialmente a “*linha forte*” identificada pelo delegado no “*local de crime*”, de provável envolvimento de policiais militares, foi deixada de lado. E por um elo que parecia não ser tão forte assim, evidenciado com a ausência de provas periciais, mas orientado pela declaração de testemunhas, os policiais conectaram o morto Wesley aos autores de sua morte.

## Desenrolando fios

Os policiais utilizavam-se da noção de “*linha*” para explicar como as investigações eram realizadas compartilhando uma ideia presente na polícia em distintos lugares do mundo, sendo inclusive usado no vocabulário de romances policiais, histórias de detetive, filmes e seriados sobre investigação policial. Assim, como conceito nativo, a “*linha de investigação*” é uma forma de expressão do saber prático adquirido pelos policiais sobre como funcionam as tarefas burocráticas de todos os dias, naturalizadas por meio de enunciações veladas e rotinizadas (Tiscornia 2005). A categoria nativa “*linha*” representava uma atividade lógica, consequência de uma organização evidente de “provas” de um homicídio que se dava a partir da materialidade de uma morte: a presença física do cadáver de uma pessoa, um morto. Levando a sério esta categoria, observei como a “*linha de investigação*” se constituía na principal técnica acionada pelos agentes para a construção de uma verdade policial sobre um homicídio sendo traçada num labirinto burocrático<sup>20</sup>, que

---

20 Compartilho aqui das perspectivas etnográficas de Sofia Tiscornia (2005) e Brígida Renoldi (2013). Em sua etnografia do Caso Walter Bulacio, que foi vítima da violência policial em Buenos Aires, Tiscornia apresenta como mo “procedimento” por escrito e oficial do caso se constituía por um labirinto de papéis derivado do poder burocrático nos processos de construção de verdade judicial, ao mesmo tempo em que elucidava o “labirinto judicial” e seus complexos caminhos pelo qual passara o caso dentro da burocracia penal. Renoldi, por sua vez, utiliza-se desta perspectiva para descrever o espaço burocrático que configura o “juzgado”, responsável pelos “casos de contrabando” ocorridos nos limites argentinos da tríplice fronteira, sugerindo assim a circulação e movimento, de certa forma organizados porém não explícitos, de papéis e fatos que se davam naquele ambiente.

construía e definia fatos desde o ponto de vista policial. Ao percorrermos a “*linha de investigação*”, os investigadores produziam “*evidências*” e “*testemunhas*”, materializadas no papel em forma de documentos que eram organizados em conjuntos para compor o “*inquérito policial*”.

Sujeitos e coisas inseridos nas “*linhas de investigação*” e que passavam a existir como parte constitutiva de uma malha constituída pelas relações dos policiais civis que, por suas habilidades práticas adquiridas e incorporadas progressivamente, mobilizavam técnicas e moralidades para construir verdades sobre mortes. Ao analisar a Polícia Civil do Rio de Janeiro, Kant de Lima (1995) já articulou a noção de malha e sua constituição enquanto “*corporação*”. Neste trabalho busquei demonstrar como os integrantes desta malha corporativa atuavam entre as técnicas e moralidades, criando e manipulando “*linhas de investigação*” de homicídios. Assim, ao voltar à análise dos processos e relações no tempo e no espaço, as “*linhas de investigação*” seriam parte do fluxo que se dá no movimento entre pessoas e coisas, conformando um emaranhado de relações sociais e materiais da malha policial. Os pontos que se destacariam nos procedimentos policiais funcionariam como marcos de definição a posteriori que consolidariam aquilo que se move, se sabe, se descreve e se inscreve sobre certas mortes.

Essa perspectiva se torna particularmente interessante diante de um contexto social no qual a “*retidão*” é tida como um valor e o uso da noção de “*linha*” visa também representar valores morais “*corretos*” e esperados por aqueles que deveriam ser “*probos*”, “*íntegros*” e “*do bem*”. Outras representações como os “*quadrados*” ou “*retos*”, sujeitos que “*não saem da linha*”, também eram acionadas como formas de evocar essa noção moral em relação aos comportamentos e atitudes tidos como adequados pelos policiais. Ademais, a noção de verticalidade e transversalidade representada pela “*linha*” aparece como relevante, posto que orienta certa hierarquia social, dividindo os sujeitos de cima para baixo, ou vice-versa. Ainda, são representações dos limites e margens, separadoras de espaços físicos e sociais e que sugerem outros diferentes modos de usos e interpretações possíveis da noção de “*linha*” fazendo parte daquele contexto e, portanto, de minha descrição e análise etnográfica.

Ao longo do elaborar das “*linhas de investigação*”, os policiais buscavam determinados pontos estabelecidos por eles como fundamentais: “*vítima*”, “*dinâmica de fato*” e “*autor*” eram apresentados pelos agentes como determinantes da trajetória de uma “*linha*”. Era assim que, “*seguindo os passos*”, os policiais explicavam como davam continuidade a um “*procedimento*”, conduzindo a trajetória dos “*inquéritos policiais*”. O percurso ao longo da “*linha de investigação*” se dava pela definição de pontos, inscritos no papel, e curvas

que os faziam criar e manipular as classificações usadas na construção de um fato como homicídio.

Nesse movimento, os agentes percorriam as “*linhas*” na medida em que as construía, e pelos procedimentos de investigação demonstravam que a morte não era o final, tampouco um desvio na “*linha*” daquilo que chamamos de vida. Os mortos eram o começo da classificação e construção da vida, tomados como coisas vazadas num processo permanente do extravasar que os trazia de volta à vida. Eram sujeitos tomados como coisas, elementos no processo de construção de uma “*linha de investigação*” que “estão na vida porque vazam, porque estão no fluxo constante” (Bonet 2014: 336), compondo um emaranhado de “*linhas*” habitado e tensionado num movimento contínuo produzido a partir daquela burocracia policial.

Uma fundamental distinção entre técnicas e moralidades que construía certas mortes como homicídios, certos mortos como vítimas e certos sujeitos como autores derivava dos processos gerenciados pelos policiais em narrar certos fatos. As “*linhas*” permitiam compreender como formas de pensar e viver (n) o mundo, que organizam certas atividades, regras e saberes, não são uma coisa material, tampouco apenas uma ideia abstrata. Elas dizem respeito à relação de fluxo entre esses dois âmbitos, entre pessoas e coisas pelas quais as linhas são traçadas e tecidas, encontrando-se, cruzando-se e misturando-se ao classificar mortes como homicídios e as gerir por técnicas e moralidades daqueles policiais.

Nesse sentido, as “*linhas*”, tais como reveladas pelos policiais, dariam forma a uma verdade linear e seriam a expressão de como certas concepções sobre morte e matar seriam pensadas por eles. Linhas retilíneas contidas em procedimentos burocráticos que visariam definir a vida dos mortos, sujeitos inanimados geridos pela atividade dos policiais. Porém, os mortos eram também sujeitos sociais, pessoas que passavam a ser tratadas como coisas e cujas vidas excederiam os limites das “*linhas de investigação*” traçadas pelos policiais. Ao observar o fluxo da vida dos mortos no processo de construção das “*linhas de investigação*”, identifiquei a forma como essa era delineada por técnicas e moralidades que a fariam ter formas e percursos tão diversos quanto aquelas que eram projetados pelos policiais durante as investigações.

### ***“O morto é culpado pela morte dele”***

Como tentei demonstrar a partir da descrição do fluxo de procedimentos referentes à elaboração da “*linha de investigação*” sobre a morte de Wesley, a forma como esses

policiais investigavam os homicídios apresentava-se como fruto de um tipo de conhecimento específico, exercido através de um poder de construção da verdade acumulado na prática e transmitido pela experiência compartilhada entre os policiais. Este conhecimento informava os agentes no exercício de sua função de policial e era definido como uma *"técnica de investigação"* de homicídios. Nesta técnica, a *"linha"* era pensada como forma de orientar as investigações, construindo uma coerência materializada por escrito nos registros que iriam compor o inquérito policial.

A partir do que me foi possível acompanhar das investigações das mortes, observei como os policiais, investigadores de homicídios, conduziam o processo de construção de uma *"linha de investigação"* a partir de formas de se comunicar que por vezes indicavam horizontes, transversalidade e limites acionados para expor uma opinião, hipótese, ideia ou análise sobre uma morte e um morto. Algumas vezes, eles tinham dificuldade de construir tais formas e diziam que certo homicídio *"não tem linha"* porque, eles não tinham *"ideia do que aconteceu"*. *"Assim [sem linha] não dá nem para fazer investigação. É raro, mas acontece"*, explicou-me um dos delegados. Para que a investigação pudesse acontecer, eles ainda afirmavam que era preciso *"existir uma linha"*, mas que também *"não adianta existir muitas"*, isto é, mais do que duas linhas. Por isso, os policiais diziam perseguir apenas uma, aquela que os levasse mais rapidamente a definir uma *"autoria"*: *"Quando tem autoria é o melhor dos mundos. Às vezes a linha tem o nome de um suspeito, tem uma direção"*.

*"Tortura"*, *"execução"*, *"acertos de contas"*, *"latrocínios"*, *"crime passionai"*, *"cachacídio"* eram formas de classificar as mortes e expressavam o conhecimento dos agentes sobre certos homicídios em suas diferentes formas de orientar e mobilizar as *"linhas de investigação"*. Portanto, era entre diferentes técnicas e moralidades que os policiais civis conduziam as *"linhas"* e que os levavam, desde uma malha, a administrar os homicídios. Para tanto, os policiais compartilhavam um corpus de conhecimento, um saber prático (Ingold 1986, 1988; Velho 2001; Eilbaum 2005; Mura 2011) organizado e distribuído de acordo com a forma como eles se engajavam em suas relações sociais, materiais e simbólicas. Para exercitar seu corpus de conhecimento utilizavam, assim, de preceitos morais de acordo com as situações específicas e particulares e que não são *"únicos, nem homogêneos nem imutáveis"*, derivados de uma estrutura social totalizante, mas produto das interações pontuais e contextuais entre os agentes, as regras, os conflitos particulares e as pessoas envolvidas neles" (Eilbaum 2012: 32)".

A *"linha de investigação"*, usada como técnica, considerava as *"ferramentas"* mobilizadas pelos policiais nos processos de construção de verdade em casos de homicídio. Por elas, demonstravam que os percursos construídos em uma *"linha"* redundavam de

“*provas*” construídas por eles, inseridas como “*elementos*” testemunhais ou evidenciais, mas também fruto de classificações morais. Assim, de acordo com a “*linha de investigação*” traçada, materializava-se uma versão que expressava a verdade policial sobre as mortes e os mortos.

Ao percorrer variados traçados, construídos ao longo das investigações conduzidas no âmbito do trabalho policial dos agentes da DHNISG, identifiquei formas de elaboração de elos entre vítimas e suspeitos. Meu objetivo foi demonstrar como as “*linhas*” funcionavam como uma técnica que no desenrolar da “*investigação*” de homicídios e conectavam mortos a vivos e que se dariam por diferentes percursos, constituindo um mundo no qual os policiais habitavam e circulavam. Procurei, ainda, descrever os diversos processos que através de linhas, fios e traços iam “entre” os procedimentos policiais de inscrição e definição de mortes como homicídios. As “*linhas de investigação*” estavam entre sujeitos, vivos ou mortos, que eram construídos como “*vítimas*”, “*testemunhas*” e “*autores*” de homicídios, e coisas que eram produzidas como “*indícios*”, “*evidências*” e “*provas*”. Ainda que a “*linha*” fosse representada como um segmento reto que conectava diretamente um morto a um vivo, a partir das curvas e voltas delineadas durante as investigações, essa se assemelhava mais a um emaranhado de fios que se intrincavam e enrolavam numa malha os sujeitos, situações, narrativas na própria vida daqueles policiais.

## Referências

- BONET, Octavio. 2014. “Itinerações e malhas para pensar os Itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold.” *Sociologia & Antropologia*, 4 (2): 327 – 350.
- BRASIL. 1940. *Código Penal*. Rio de Janeiro.
- EILBAUM, Lucia. 2005 “La ‘sospecha’ como fundamento de los procedimientos policiales”. *Cuadernos de Antropología Social*, 20: 79-91.
- \_\_\_\_\_. 2012. “O bairro fala”: conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo: Editora Hucitec.
- INGOLD, Tim. 1986. *The appropriation of nature: essays on human ecology and social relations*. Manchester: Manchester University Press..
- \_\_\_\_\_. 1988 “Tools, minds and machines: an excursion in the philosophy of technology.” *Techniques et Culture*, 12:15 1- 176.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Lines. A brief history*. Londres: Routledge,
- \_\_\_\_\_. 2015. *The Life of Lines*. Londres: Routledge.
- KANT de LIMA, Roberto. 1995. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro, seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.

MALINOWSKI, Bronislaw. 2003 (1926). *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

MAUSS, Marcel. 2009 (1921). "A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos)." In.: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva: 325 - 338.

MEDEIROS, Flavia. 2016a. "*Matar o morto*": uma etnografia do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF.

\_\_\_\_\_. 2016b. "*Linhas de investigação*": uma etnografia das técnicas e moralidades sobre "homicídios" na Polícia Civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MURA, Fábio. 2011. "De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de Antropologia da Técnica e da Tecnologia". *Horizontes Antropológicos*, 17, (36): 95 - 125.

RENOLDI, Brígida. 2013. *Carne de Carátula. Experiências etnográficas de pesquisa, julgamento e narcotráfico*. La Plata: Edições Al Margen.

SILVA, Klarissa. 2013. *A Construção Social e Institucional do Homicídio: Da perícia em local de morte à sentença condenatória*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

TISCORNIA, Sofía. 2005 *Activismo de los derechos humanos y burocracias estatales. El caso Walter Bulacio*. Buenos Aires: Editores del Puerto; CELS.

VELHO, Otávio. 2001. "De Bateson a Ingold: passos na constituição de um paradigma ecológico". *MANA* 7(2):133-140.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 26 de outubro de 2017.



## “Nossa casa está condenada”: o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro

Alexandre Magalhães

Pós-doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ

[alex.socio@gmail.com](mailto:alex.socio@gmail.com)

Daniela Petti

Mestranda em Sociologia e Antropologia no PPGSA/UFRJ

[danikuico@hotmail.com](mailto:danikuico@hotmail.com)

### Resumo

O objetivo deste artigo é analisar uma das tecnologias de governo recorrentemente acionada para gerir a população moradora de favelas no Rio de Janeiro. Consideraremos como o recurso ao discurso técnico nos auxiliará a delinear a constituição de formas de governo destas pessoas no contexto das remoções ocorridas recentemente na cidade. Compreendemos que acompanhar suas formas de agenciamento nos permitirá perspectivar as linhas de força que atravessam e constituem, por um lado, as relações entre aparatos estatais e determinadas populações e, por outro, o próprio traçado urbano que se nos revela ao acompanhar estes agenciamentos. Para levar adiante a empreitada, partiremos da consideração de dois casos: o da Vila União de Curicica e da Indiana.

**Palavras-chave:** favelas; técnica; remoção; gestão.

### Abstract

The objective of this article is to analyze one of the government technologies that is frequently used to manage the population living in favelas in Rio de Janeiro. We will consider how the use of technical discourse will help us to delineate the constitution of these people's forms of government in the context of recent removals in the city. We understand that monitoring their forms of agency will allow us to foresee the lines of force that cross and constitute, on the one hand, the relations between state apparatuses and certain populations, and, on the other hand, the urban tracing itself that reveals itself

to us when following these assemblages. To carry out the work, we will start with the consideration of two cases: Vila União de Curicica and Indiana

**Keywords:** Favelas; technique; removal; management.

A cidade do Rio de Janeiro passou, recentemente, por transformações consideráveis em seu ordenamento urbano. Estas permitiram a retomada da política de erradicação de favelas como uma das formas de intervenção estatal na gestão dos espaços e lugares da cidade<sup>1</sup>. Tais transformações ocorreram no compasso da proliferação de dispositivos de exceção que alteraram consideravelmente os parâmetros a partir dos quais se estabeleciam as relações entre o Estado e suas margens no Brasil.

Nesse sentido, seria possível afirmar, tal como ressalta Telles (2010), que houve um alargamento, nos últimos anos, de mecanismos de controle e administração das populações em detrimento da política e seus protocolos de negociação, discussão e participação<sup>2</sup>.

As intervenções estatais que visavam a gestão populacional a partir de processos de erradicação de favelas ganharam impulso notadamente a partir da realização dos chamados megaeventos esportivos, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, alcançando um número considerável de cidades pelo país. A preparação das cidades-sede do mundial de futebol incorporou, em suas ações de reconfiguração urbana - realizadas para adequá-las às exigências feitas pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) - a realocação de inúmeras localidades<sup>3</sup>.

Além disso, como foi possível observar em diferentes regiões do país, os grandes empreendimentos econômicos, tratados como fundamentais ao modelo de desenvolvimento recentemente experimentado, ocorreram *pari passu* a profundas e significativas alterações sócio-territoriais, implicando deslocamentos populacionais que não encontrariam precedente na história recente do país. Sobre isto, bastaria observar o caso das hidrelétricas e seus impactos sobre as populações ribeirinhas e as indígenas. Observem-se também os empreendimentos ligados à indústria química, petroquímica e de minério (en-

1 Para compreender os significados e consequências desta política especialmente na vida dos moradores de favelas, ver Magalhães (2013).

2 No caso do Rio de Janeiro (mas é possível afirmar, sem incorrer em erro, no Brasil como um todo), simultaneamente às remoções, atualizaram-se outros tantos mecanismos de controle populacional, como seria o caso das Unidades de Polícia Pacificadora e a internação compulsória de usuários de drogas em situação de rua.

3 Estes conflitos foram relatados no Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, que congregava os Comitês Populares da Copa, coletivos que buscaram acompanhar os impactos da realização deste megaevento em inúmeras esferas, tais como habitação, trabalho e transporte. Seus integrantes estimaram à época que, em função tanto da Copa do Mundo de 2014 quanto das Olimpíadas de 2016, aproximadamente 170 mil pessoas foram removidas de favelas pelo país. Este dossiê pode ser encontrado em: [www.portalpopulardacopa.org.br](http://www.portalpopulardacopa.org.br)

tre outras) que, além de provocarem consideráveis impactos ao meio-ambiente, levaram à realocação de populações locais e/ou originárias, especialmente as indígenas.

A partir desta configuração observada atualmente no Brasil e, no caso em tela, o das remoções de favelas no Rio de Janeiro, é possível afirmar que o alargamento da administração e gestão de determinadas populações se constituía a partir de um processo de intervenção estatal que incidia fundamentalmente sobre a circulação de certas pessoas e grupos no espaço na cidade, redefinindo os fluxos e usos que a constituem (Magalhães 2013a, 2017).

Esses processos se efetivavam a partir da mobilização de diferentes tecnologias de governo. Nossa intenção, neste artigo, é analisar um desses mecanismos recorrentemente acionado, pois ele nos permitirá perspectivar as linhas de força que atravessam e constituem, por um lado, as relações entre aparatos estatais e determinadas populações na cidade do Rio de Janeiro (notadamente os moradores de favelas) e, por outro, o próprio traçado urbano que se revela ao acompanharmos estes agenciamentos. Como afirma Telles, tais “mecanismos de controle e seus modos operatórios se apresentam, já há algum tempo, cada vez mais, sob formas territorializadas, situadas, intrincadas com a gestão dos espaços e gestão das populações” (2015: 24).

Nas situações de remoção acompanhadas por nós ao longo de nossas pesquisas<sup>4</sup> pudemos observar diferentes mecanismos de controle mobilizados por agentes estatais nestas situações de remoção. Tais mecanismos nos permitiram acompanhar a configuração desses processos, tanto do ponto de vista dos efeitos experimentados pelos alvos da intervenção (os moradores de favelas) quanto pela trama urbana que emergia e transformava o espaço da cidade como um todo, alterando seus usos e fluxos constitutivos.

As inúmeras práticas estatais que levaram adiante os processos de remoção de favelas nos últimos anos sugerem a produção e reprodução de formas específicas de poder que se estruturam nas dimensões mais ínfimas da trama urbana. Além disso, como afirmou um dos autores em outra ocasião:

[...] “estes mecanismos, táticas e estratégias efetivamente mobilizadas pelos aparatos estatais apontam para diferentes espaços, formas e práticas através das quais o Estado está, constantemente, sendo experimentado e (re)construído” (Magalhães 2017).

---

4 Este artigo é resultado de uma reflexão baseada nas etnografias que realizamos para a elaboração da tese de doutorado de Magalhães (2013a) e do trabalho de conclusão de curso de Petti (2016) em diferentes momentos da conjuntura recente na qual se deu a retomada das remoções de favelas. Acompanhamos diversas situações de realocação na cidade do Rio de Janeiro tanto através da observação direta quanto de entrevistas em profundidade, análise documental e produção audiovisual.

Nesta angulação, partiremos da descrição e análise dos usos (e, num certo sentido, abusos) feitos por agentes estatais de documentos cuja característica principal seria justamente o de apresentar uma definição preestabelecida e que marcaria, decisivamente, o destino dos moradores das favelas em processo de remoção: a de que as casas em que moravam estavam “condenadas”<sup>5</sup>, especialmente por estarem em “áreas de risco”. Para tanto, observaremos documentos como “laudos” e “autos de interdição” que expressavam, em nosso entendimento, o ponto de ignição de todo o processo de realocação, na medida em que eles atestavam, de maneira quase irrevogável, a impossibilidade de continuar habitando naquela localidade.

Tal como afirma Veena Das (2007), estes documentos se apresentam como *assinaturas de Estado*, isto é, aquelas marcas que atestam as diferentes presenças do aparato estatal em determinados territórios. Elas expressam, de algum modo, sua face *legal-burocrática*, operando como uma espécie de ponto de apoio em torno do qual determinadas práticas são constituídas e também dos modos através dos quais os atores lidam com estas ocasiões (para enfrentá-las, contorná-las ou simplesmente sobreviver nas regiões onde elas se configuram). Tais *assinaturas* apontam para como certos códigos, leis e diferentes ordenamentos normativos circulam, são agenciados e também negociados nestes contextos, fazendo com que ocorra uma redefinição da distribuição daquilo que é permitido e tolerado em certos momentos. Expressam, portanto, uma condensação das práticas cambiantes do Estado.

É possível afirmar que essas diferentes *assinaturas* povoam e constituem as situações de remoção manifestando-se, por exemplo, através da circulação de diferentes documentos. Estes, mais do que apenas circular, inscrevem e circunscrevem pessoas, coisas e seus destinos. As pessoas envolvidas com/por estes documentos (como o “auto de interdição”), no ato em que os assinam, acabam por se comprometer com uma ordem de definições e ações previamente estabelecida pelas agências estatais. Como afirmam Hirata e Cardoso (2016), tais documentos (especialmente os laudos que atestam a “condenação”) podem ser vistos como *dispositivos sociotécnicos* que configurariam maneiras de se atuar que levam diferentes atores a fazer o que lhes foi pré-imaginado<sup>6</sup>. Além disso, é importante mencionar que tal configuração expressa as maneiras através das quais se constitui a possibilidade de gerir esta população, conformando uma dinâmica de coprodução contí-

---

5 Termos mobilizados pelos atores envolvidos nos processos aqui analisados, bem como aqueles condensados em documentos oficiais produzidos nestas ocasiões serão sempre destacados a partir do uso de aspas. Por sua vez, conceitos e noções que nos ajudam a compreendê-los em itálico.

6 Para uma discussão mais aprofundada sobre o modo como os documentos constituem o mundo, ver Vianna (2014), Lowenkron & Ferreira (2014), Ferreira (2013), Hull (2012).

nua do Estado e suas margens<sup>7</sup>.

É importante notar, tal como ressaltam Das & Poole (2004), que as práticas de levantamento documental do Estado se organizam a partir da possibilidade de consolidar o controle estatal sobre os sujeitos, as populações, os territórios e as vidas. O que a descrição dessas cenas envolvendo o agenciamento de certos documentos parece nos revelar é que há, como ainda afirmam as autoras, diferentes espaços, formas e práticas através das quais o Estado está constantemente sendo experimentado e desconstruído mediante a *ilegibilidade* de suas próprias práticas, documentos e palavras.

Nesta configuração, os “laudos” e, especialmente, os “autos de interdição”, notadamente nas favelas cuja alegação para remoção fora a questão do risco, tornaram-se um dispositivo importante da maneira pela qual os agentes estatais lidavam com os moradores nestas situações. Após a vistoria das casas, os moradores eram instados a assinar estes documentos, pois, assim, configurava-se uma situação de concordância com a definição da administração pública (através da ação dos técnicos da Defesa Civil) de que aquela área seria, de fato, de “risco”. Isto criava as condições para que os moradores fossem retirados de suas casas, mesmo contra sua vontade.

Consideramos que o “laudo” (e outros documentos que circulam nessas ocasiões), produto de um saber técnico, é parte constitutiva de um *regime de verificação* (Foucault 2008a) ao dizer a verdade sobre o estado da casa, garantindo a legitimidade das tecnologias de governo agenciadas naquele território (Foucault 2008b). No escopo do binômio verificação-jurisdição, que diz respeito à “conexão de um regime de verdade à prática governamental” (Foucault 2008a: 51), regimes de verificação são parte de economias mais gerais de poder, nas quais se inscrevem as práticas de governo levadas a cabo por agentes estatais. Estudar a verificação consiste em “determinar em que condições e com que efeitos se exerce [...] um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação” (Foucault 2008a: 50).

Neste sentido, é possível afirmar, de antemão, que o registro feito num “auto de

7 Quanto à noção de *margens*, seguimos a definição elaborada por Das & Poole (2004), que apontam que essas seriam lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e descontrolada e nos quais o Estado estaria constantemente redefinindo seus modos de governar e de legislar. Esses lugares não seriam simplesmente territoriais: consistiriam também em lugares de práticas nos quais a lei e outras ações estatais seriam colonizadas mediante outras formas de regulação que decorrem das necessidades das (ou imposições às) populações. As margens mencionadas por Das & Poole (2004) se referem àquelas práticas relativas a uma contínua redefinição da lei através de formas de violência e autoridade, que podem ser construídas tanto como extrajudiciais quanto prévias ao Estado e fora deste. Tal abordagem se afasta da tradicional abordagem weberiana sobre o Estado. Na elaboração de Weber (1997), seria importante a criação de limites entre as práticas e espaços vistos como partes do Estado e aqueles que restavam excluídos destes, fazendo com que sua legitimidade surgisse, portanto, como resultado desta demarcação de fronteiras.

interdição” ou em “laudos”, documentos que atestam a “condenação” de um determinado imóvel numa localidade que se pretendia remover, aponta para uma dinâmica de governo que configura uma dupla inscrição: tais documentos expressam, por um lado, o reconhecimento de certo indivíduo ou grupo e, por outro, modos específicos de controle sobre sua conduta. No caso das remoções, é possível notar como o que se encontra registrado sob o amparo da malha estatal torna-se verdadeiro, traçando uma linha de força que demarca a exclusão de tudo o que não estiver inscrito nestes documentos, definindo-o como falso ou ilegítimo.

O universo empírico a partir do qual analisaremos este conjunto de questões se configura através da consideração das experiências observadas por moradores de duas favelas do Rio de Janeiro: Indiana, situada na Zona Norte da cidade, e da Vila União de Curicica, localizada na Zona Oeste. Consideramos estes *dois bons casos para pensar* a tessitura, em suas dimensões infinitesimais, desta forma de conduzir as condutas e que nos permitirá apreender os jogos de força que atravessam e constituem o espaço urbano atualmente na cidade do Rio de Janeiro.

### **“Nossa casa tá condenada”: o caso da Vila União de Curicica**

Valda é funcionária da prefeitura e mora na favela Vila União de Curicica - Jacarepaguá - em uma casa à beira do rio Pavuninha com Ângela, sua filha de 15 anos, e Jorge, seu marido<sup>8</sup>. Em uma reunião em 2012, a prefeitura anunciou oficialmente aos moradores que a localidade seria removida por inteiro - o que totalizava mais de 900 famílias -, devido à construção da via de BRT (Bus Rapid Transit) Transolímpica, cujo traçado conecta os bairros de Deodoro e Barra da Tijuca<sup>9</sup>. Entre 2012 e 2016, o Movimento Independente Popular (MIP), formado por moradores e diversos grupos da sociedade civil, buscou resistir à ameaça de remoção, obtendo vitória parcial, tendo em vista que boa parte das famílias permaneceu na localidade<sup>10</sup>.

8 Decidimos estabelecer nomes fictícios para garantir o anonimato de nossos interlocutores, tendo em vista que se trata de uma família que vivenciou um processo de remoção complexo e, em muitos momentos, violento, travando intensas relações com agentes estatais.

9 As vias de BRT construídas pela cidade durante a preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos são consideradas pela prefeitura como “legado” deixado por esse contexto de “oportunidades” para a cidade. Para compreender mais profundamente o discurso do “legado”, ver Magalhães (2013b).

10 Junto a grupos universitários e políticos, os moradores da Vila União conseguiram pressionar a prefeitura, de modo que o traçado foi repensado, permitindo que a maioria das famílias permanecesse na localidade. Ainda assim, foram muitos os removidos, que receberam em troca de suas casas aluguel social, indenizações - normalmente abaixo de suas expectativas - ou apartamentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). As famílias que ficaram sofreram os impactos das obras da via de BRT no espaço físico, bem como o abandono da realização de serviços básicos, como coleta de lixo e limpeza

Em contexto de produção da cidade olímpica, os moradores da Vila União entraram em contato com muitos agentes estatais, como funcionários da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), da Fundação Instituto de Geotécnica (GeoRio), da Defesa Civil, dentre outros. Na medida em que as interações entre tais agentes e os moradores tornaram-se mais cotidianas, ficou evidente como as casas e as famílias passaram a ser o objeto central das análises dos técnicos estatais. Analisadas, medidas e fotografadas, as casas recebiam a marca SMH (Secretaria Municipal de Habitação), seguida de um número. Sujeitos a inúmeras perguntas, um pouco desorientados e sem entender os objetivos claros daquelas visitas, os moradores eram cadastrados.

Durante o processo de remoção, fortemente marcado pela construção do viaduto da Transolímpica, além das visitas, análises, fotografias e cadastros, a família de Valda também recebeu um laudo da Defesa Civil, que atestava a “condenação” de sua casa. Baseados no diagnóstico fornecido pelo laudo, funcionários da SMH informaram à família que eles seriam realocados em um apartamento do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV)<sup>11</sup>, em um bairro próximo à favela. Além das ofertas de apartamentos do PMCMV, as famílias da Vila União também receberam, como propostas de compensação pelas casas, indenizações e aluguel social. Para atingir suas finalidades naquele território, a prefeitura acionou diversas estratégias e táticas<sup>12</sup>, dentre elas a quantificação/mensuração<sup>13</sup> das casas que precisavam ser retiradas para que a construção da Transolímpica fosse efetivada. Segundo Zizek (2014):

[...] hoje a variedade predominante da política é a *biopolítica pós-política* - impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos

---

do rio, por parte da prefeitura. Trata-se de um processo de remoção complexo, marcado por interações cotidianas entre moradores, grupos de fora da favela, agentes estatais e não estatais, no qual tanto a violência, como a *pedagogia da conversão* (Das & Poole 2004), são elementos constitutivos das relações entre os atores. Para mais informações sobre o caso da Vila União de Curicica, ver Petti (2016).

- 11 No Rio de Janeiro, os apartamentos do PMCMV foram muito utilizados como instrumento para facilitar a realização dos processos de remoção e podem ser entendidos como elemento constitutivo do conjunto de estratégias e táticas acionadas pelas escalas governamentais durante a preparação da cidade, em particular, e do país, em geral, para os megaeventos. Para acesso a dados referentes à realização do programa no Rio de Janeiro - e em outros estados -, ver Amore, Rufino & Shimbo (2015).
- 12 Práticas que podemos pensar como consistindo diferentes governamentalidades, conceito foucaultiano que consiste no “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (Foucault 1979:291).
- 13 O aluguel social consiste em quatro parcelas de R\$400,00. Durante as reuniões do Movimento Independente Popular (MIP), foi possível perceber como as propostas de indenização oferecidas pela prefeitura não correspondiam às expectativas dos moradores quanto ao valor - em múltiplos sentidos - de suas casas. Para entender o processo de quantificação/mensuração da casa na favela, ver Petti, 2016.

decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por um lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia a grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida, ou *quase* apenas isso. O que significa que com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo, um elemento constituinte fundamental da subjetividade de hoje (Zizek 2014: 45).

As intervenções urbanas efetuadas no Rio de Janeiro para a preparação da cidade para os megaeventos – e somente possíveis devido ao engajamento mútuo das três escalas de governo<sup>14</sup> –, nas quais se insere o caso da Vila União, podem ser pensadas no escopo do paradigma da *biopolítica pós-política*. O medo, como elemento central da subjetividade de hoje, evoca a questão do risco. Certa vez na casa de Valda, Ângela e sua mãe mostraram o documento da Defesa Civil, afirmando diversas vezes que precisavam sair de lá, porque “nossa casa tá condenada”. O risco que a casa oferece a suas vidas é expresso nas falas da mãe e da filha, por meio do termo técnico acionado pelo especialista que gerou o laudo: “casa condenada”.

As obras de construção da via BRT ocorreram muito próximas às casas existentes à beira do referido rio. Ao longo de 2016, devido ao impacto das bate-estacas – instrumento muito utilizado na construção civil –, rachaduras começam a surgir nas paredes da casa de Valda. Tais rachaduras consistem num dos elementos que levaram os especialistas a “condenar” o imóvel em questão. Em tempos de pós-política, como afirma Telles, “o foco são as ‘populações de risco’ – ou, como se diz atualmente, ‘populações em situações de risco’ – definidas a partir de um feixe abstrato de fatores acessíveis à análise dos especialistas” (Telles 2010:153).

As rachaduras nas paredes, que expressavam o risco produzido pelas ações dos governos envolvidos na produção da cidade olímpica e de seu “legado” – nesse caso a construção do BRT –, constituem, por sua vez, o elemento a partir do qual o diagnóstico de

---

14 O Estado aqui é entendido, não como um apriori universal, porém a partir de suas práticas, agentes e diversidade de escalas governamentais; não unívoco, tampouco homogêneo. A produção da cidade olímpica engajou as três escalas governamentais – federal, estadual e municipal –, tanto em termos dos trânsitos de recursos financeiros, como também no que diz respeito à circulação de capitais social e político – pessoas, ideia, projetos e acordos. Para melhor compreensão do engajamento das três esferas de governo, ver Oliveira (2015).



“condenação” emerge. A intervenção urbana realizada no bairro, bem como a palavra do técnico responsável pela análise da casa em questão, permitem a classificação de muitas famílias da Vila União – especialmente as que habitam à beira do rio – como “população em situação de risco” e, portanto, passível de ser removível. Uma verdade específica é construída sobre aquela casa, localidade e seus habitantes, definindo que ações incidirão sobre elas e determinando seus possíveis destinos.

Apesar da existência do laudo, Valda ressaltou que a promessa de realocação para o apartamento do PMCMV não teria sido cumprida pela prefeitura. “Eu tô com o laudo já, e eles não me tiram”, diz a mãe. Ângela, por sua vez, demonstrou forte incômodo com relação às rachaduras da parede de seu quarto, mas ao ser perguntada sobre a possibilidade de pintar e reformar o quarto, ela afirma: “a gente não pode fazer nada, porque eles falam que a gente vai sair, que vão derrubar, aí vai ser dinheiro gasto à toa”. Tal situação gera um campo de incertezas que se tornam uma fonte de instabilidade considerável, alterando-lhes a autopercepção quanto à continuidade das rotinas de vida.

A análise dos jogos de poder que desenham o território urbano atualmente exige a compreensão das condições e critérios que fazem emergir premissas tomadas como verdadeiras ou falsas. O caso particular da família de Valda, parte do contexto mais amplo de remoções ocorridas no Rio de Janeiro em conjuntura recente, auxilia a prospectar o emaranhado de saberes dentro do qual a política é praticada. Dessa forma, o laudo, enquanto um saber técnico, constitui o que se toma como verdade sobre a casa, seu estado de “condenação”, o que a torna removível. Técnica e interesse de mercado não se dissociam e, em tempos de pós-política, os trânsitos entre técnica e mercados constituem, justamente, as dinâmicas dos jogos de poder no espaço urbano.

Por outro lado, gostaríamos de ressaltar as “distintas dinâmicas temporais que circundam as interações das pessoas com o Estado e com os documentos do Estado” (Das & Poole 2004:10). Já tendo sido notificada pelos agentes da SMH de que sua família seria reassentada, devido ao fato de a casa estar “condenada” pela Defesa Civil, Valda não compreende a demora da realização da realocação. Uma de suas suposições, para tal promessa não cumprida tem relação com uma provável imobilidade do governo, devido à “crise financeira” e à “falta de recursos” que assolavam (e ainda assolam) o Rio de Janeiro antes e depois dos Jogos Olímpicos de 2016.

As diferentes temporalidades das práticas estatais dificultam a compreensão de Valda acerca da situação na qual se encontrava sua família. A verdade sobre a casa – que baseia decisões sobre as vidas dessas pessoas – expressada pelo laudo técnico contrastava com o não esclarecimento que Valda refletia acerca de tal situação. Trata-se de uma *ilegi-*

*bilidade* (Das & Poole 2004) observada a partir do conflito de temporalidades experienciadas pela família em suas interações com os fazeres e dizeres estatais.

Como fica evidente na última afirmação de Ângela, a dificuldade de compreender as ações estatais (*ilegibilidade*) compromete a capacidade da família de planejar o futuro. Muitas caixas ocupavam o chão da sala de Valda, já que há meses alguma parte dos pertences da família já havia sido colocada dentro das mesmas. Além de não ter clareza se deveria ou não pintar algumas das paredes que apresentavam rachaduras, Valda demonstrava desconforto com relação à desordem gerada pelas caixas. Certa vez, sua vizinha disse que “muitos já estão doentes com esse negócio de vai sair, não vão sair”. As dinâmicas instauradas pelas *tecnologias de poder* (Foucault 2008b) acionadas no escopo das intervenções urbanas, vivenciadas pelas populações de favela do Rio de Janeiro em tempos de megaventos, permitem não somente a produção de determinados sujeitos (Lage & Magalhães 2016)<sup>15</sup>, como também provocam incertezas e indeterminações no cotidiano dos viventes. A incerteza resultante da situação do “vai sair, não vai sair”, muito bem representada na expressão da vizinha de Valda, atesta como tais vidas, destinadas a serem gestadas e administradas nos tempos atuais, estão inscritas nas práticas da *biopolítica pós-política*, tal como se apresentam na cidade do Rio de Janeiro.

A Zona Oeste da cidade, onde se encontra a Vila União de Curicica, tem figurado como frente de expansão do capital imobiliário. Como aponta Harvey (2012: 85), “o explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” é resultado do papel cumprido pela urbanização na dinâmica de absorção dos excedentes de capital. As formas de governo aqui descritas, que em tempos de *biopolítica pós-política* absorvem fortemente os saberes técnicos veiculados por especialistas, estão relacionadas às dinâmicas de mercados no território da cidade, já que, como ressalta Foucault, desde o nascimento do liberalismo, “o mercado deve dizer a verdade com relação à prática governamental” (Foucault 2008a: 46). O mercado se torna um lugar de verificabilidade/falsificabilidade das práticas governamentais, revelando se as ações estatais são pertinentes ou não. Deste modo, é a partir do mercado que isso passa a ser checado. A ação realizada pelos agentes do capital imobiliário nessa região da cidade permite, portanto, observar a configuração das conexões entre política, mercado e produção de verdades na constituição do urbano.

Em meio a tais complexos jogos de poder, em que participam agentes estatais e

---

15 Lage & Magalhães (2016) demonstram como sujeitos são produzidos na cidade do Rio de Janeiro, na medida em que as intervenções urbanas fazem emergir noções e definições específicas sobre moradores de favelas, a partir da circulação - no caso das remoções - de concepções como “interesse público” e “risco”.

não-estatais, as populações são cadastradas, removidas e, em uma palavra, geridas. A vida de Valda e de sua família inscreve-se, em tal momento histórico, no fazer político atual, no qual poder e técnica são indissociáveis.

### **Discursos e contra-discursos sobre o “risco”: o caso da Indiana**

Em 2009, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) publicou uma lista de 119 favelas que, de acordo com o planejamento da gestão daquele momento, deveriam ser removidas até o final de 2012. Esse anúncio tornou-se público após a inclusão da estimativa da redução de 3,5% da área ocupada por favelas em território urbano no Plano Plurianual do governo (Magalhães 2013a)<sup>16</sup>. Nesse contexto de reatualização da prática das remoções de favelas (Magalhães 2013b), a favela Indiana, localizada no bairro da Tijuca (Zona Norte da cidade), apareceu na lista mencionada acima dentre as localidades a serem erradicadas. A Indiana encontra-se em frente à favela do Borel e tem sua origem, identificada através da narrativa dos moradores, no ano de 1957, quando da ocupação das terras por algumas famílias.

Em 2010, ocorreu a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Borel, ocasionando o aumento dos preços do mercado imobiliário do entorno, o que promoveu certa “valorização” da região<sup>17</sup> e consequente “remoção branca”<sup>18</sup>. Não por acaso, como parte do processo de transformação do bairro, os moradores da Indiana depararam-se com o anúncio da remoção. Apenas em 2012, no entanto, a ameaça de erradicação tornou-se mais intensa no cotidiano dos moradores, a partir do instante em que as vistorias das casas e o cadastramento das famílias tiveram início. É também no ano de 2012 que o empreendimento imobiliário “Bairro Carioca” do programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) – e parte do programa Morar Carioca<sup>19</sup> – foi apresentado aos moradores como alternativa a suas casas na favela. Desde o início, o argumento acionado pelos agentes estatais para justificar a necessidade da remoção da localidade consistiu na classificação da

16 Para mais informações sobre o processo de “reatualização da prática de remoções” ver (Magalhães 2013a).

17 Para a compreensão de tal contexto, ver (Cavalcanti 2010). Tendo em vista as transformações ocorridas na região da Grande Tijuca, a autora cunha o conceito de *mercados limiares*, a partir da análise das dinâmicas dos mercados formais e informais do local.

18 A chamada remoção branca tem relação com processos de gentrificação, que impulsionam a desistência da moradia em determinados locais da cidade, devido ao aumento do custo de vida gerado pela “valorização”, “revitalização” – no discurso oficial – de certos bairros.

19 O Morar Carioca consiste em um programa de urbanização de comunidades, lançado em 2010 pela prefeitura do Rio de Janeiro. O programa promoveu no entanto, poucas intervenções, e vale ressaltar as fortes contradições entre seus objetivos anunciados e as práticas remocionistas, que marcam os dois mandatos do prefeito Eduardo Paes.

Indiana como "área de risco".

Um dos seus moradores, Gilson, morava em uma casa com sua esposa e três filhos desde 1991. Assumindo o papel de liderança local, ele atuava de forma cotidiana na Comissão de Moradores – criada em 2012 para resistir ao processo de remoção –, bem como em diversos movimentos sociais, junto a lideranças de outras localidades. Quando indagado, durante uma conversa, sobre o laudo da GeoRio utilizado pela prefeitura como justificativa técnica para a realização da remoção, Gilson disse que à época: “eles diziam que tudo tava condenado, mas não mostravam o laudo”. A pressão feita por agentes estatais, que ressaltavam a todo instante o perigo inerente às construções existentes na favela, corroborava as tentativas de convencimento de que a ida para o “Bairro Carioca” significava “melhorar de vida”.

Alguns moradores, de fato, perceberam a realocação para o empreendimento imobiliário como meio de “ascensão”. Outros, porém, continuavam – e continuam – a reivindicar a permanência na localidade. A Indiana é composta por casas muito diversas, desde barracos de madeira, que são constantemente afetados pelas chuvas e enchentes do rio Maracanã<sup>20</sup>, até grandes casas de alvenaria, concebidas por seus habitantes como “seguras” e, inclusive, pouco vulneráveis em momentos de tiroteio.

Apesar de tal diversidade local, tanto em termos das construções, como no que diz respeito às famílias (e suas histórias), suas situações presentes e seus planejamentos futuros, o texto do laudo emitido pela GeoRio afirma, de maneira universalizante, que “os elementos constantes no presente relatório, produto da consolidação de pesquisas e reconhecimento de campo, permitiram a produção de risco geológico apresentado na figura 2” (Geo Rio 2010:3). Como ressalta Silva (2016):

[...] a identificação das áreas de risco esbarra em dificuldades políticas para sua operacionalização. O momento da identificação e seus critérios específicos criam inúmeras situações indeterminadas, de dissonância entre a generalidade da categoria “risco” e a singularidade das situações concretas das famílias (Silva 2016: 244).

O diagnóstico técnico gerado pelo relatório da GeoRio abarcava toda a extensão da favela. O objeto da análise técnica abrangia os 13.800m<sup>2</sup> representados pelo território da Indiana. O laudo, ao emergir como instrumento das ações governamentais durante o embate entre os moradores que buscavam permanecer e os agentes estatais, objetivava

---

20 O NUTH exerce um papel central nas lutas de resistência contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Para saber mais, ver Cocco & Mendes (2016).

fenômenos sociais por meio de *tecnicidades* (Silva 2016). A noção de “área de risco” é advinda do contexto de ambientalização de lutas sociais (Acsehrad 2010), tendo há tempos transpassado os limites desse debate, devido às apropriações do termo por muitos atores distintos. De todo modo, o mapeamento, a identificação e a classificação de uma “área de risco” consiste em uma ambientalização dos discursos que “pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc” (Acsehrad 2010:103).

Gilson ressaltou que durante anos as ameaças de remoção se mantiveram a partir da alegação do risco vivido pela população local sem que, no entanto, qualquer documento fosse apresentado aos moradores. Muitas pessoas não concordaram com a justificativa do risco, seja devido ao esforço despendido ao longo dos anos na construção de suas casas (algo ignorado pela ação estatal), o que produz uma espécie de confiança nos imóveis habitados, seja porque desconfiavam do encadeamento direto entre “identificação de risco” e remoção. Desde que fora criada, a Comissão de Moradores da favela reivindicava em seus textos de circulação pelas redes sociais a “urbanização, as obras de contenção do rio Maracanã e melhorias no local”.

De acordo com as teorias da *construção social do risco* (Gonçalves 2012; Vargas 2006), o risco e o perigo são experienciados de diversos modos por diferentes atores. Ao se depararem com a classificação de “área de risco”, os moradores da Indiana, por meio da mobilização de elementos de sua experiência anterior com o processo de construção de suas casas, bem como da situação recente de conflito com a administração municipal, contestaram o saber expresso nas afirmações do laudo, sobre a qual o ultimato da decisão governamental da remoção se construiu.

Em 2015, quando a Comissão de Moradores conseguiu, finalmente, acessar o texto do laudo, constituiu-se uma parceria entre os moradores, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (FAU-UFRJ), por meio de um projeto de extensão, em um esforço coletivo de questionar as afirmações e as decisões dos agentes estatais com relação à remoção. A análise do laudo, sempre mencionado pelos agentes estatais (porém nunca exposto aos moradores), foi seguida da descoberta de que, de acordo com o próprio léxico técnico governamental, a Indiana expressava “baixo risco”. “A inspeção de reconhecimento na comunidade Indiana indicou no momento apenas baixo risco geológico, onde o risco pode estar associado a cortes ou aterros irregulares, não sendo identificadas feições de possíveis escorregamentos (baixa declividade)” (Geo Rio 2010:4).

A descoberta do “baixo risco”, nunca informada pela prefeitura durante todos esses anos, bem como a oportunidade de entrar em contato com estudantes da FAU-UFRJ no escopo de um projeto de extensão, fez surgir no horizonte de possibilidades e expectativas da Comissão de Moradores a realização da urbanização do local, conforme apontado pelos próprios moradores em documento enviado ao UrbFavelas<sup>21</sup>: “com o apoio de universitários da área da arquitetura, a comissão agora tem clareza de que é possível realizar obras de contenção e viabilizar a urbanização da favela, tendo em vistas suas características geográficas” (Comissão de moradores Indiana Tijuca 2016:6). De acordo com Vargas (2006):

[...] apoiando-nos em toda essa argumentação, queremos mostrar, enfim, que a concepção de risco não é igual para todos. Mais do que isso: na disputa existente conforma-se um contra-discurso construído socialmente a partir do discurso dominante, uma vez que este desqualifica as práticas sociais dos sujeitos e interfere sobre suas vidas, expulsando-os dos territórios em que vivem. Então, esse contra-discurso apresenta-se como uma estratégia discursiva de recategorização do risco que se fundamenta nas práticas sociais – e estas se apresentam atreladas à permanência no local como fator de segurança de posse da casa e dos ativos sociais, propiciadores de relações de ajuda (Vargas 2006:13-14).

O relatório final do projeto participativo de urbanização da favela, junto aos *saberes prático-concretos* dos moradores sobre a localidade, permitiu a construção de um contra-discurso sobre a Indiana que se utilizou também - assim como o dominante - de técnicas. Da mesma forma que o discurso veiculado pela GeoRio, o contra-discurso elaborado pelos moradores e pela universidade objetivava fenômenos sociais por meio da linguagem técnica. Dessa vez, no entanto, ficou evidente os esforços de abarcar nos dizeres técnicos as experiências vividas dos moradores. Como pode ser visto no relatório final da FAU-UFRJ:

[...] O desafio está em como articular estas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Por isso, a nossa preocupação neste momento em aprimorar em lidar com o processo participativo de modo a finalizar o plano participativo de urbanização para Comunidade Indiana, dotando seus moradores de um instrumento eficaz para negociar com o Município (FAU-UFRJ 2015:12).

21 O UrbFavelas é um congresso nacional realizado por estudiosos de diversas áreas - Arquitetura, Ciências Sociais, Direito etc -, com o objetivo de refletir sobre favelas, loteamentos e assentamentos irregulares, seus cotidianos e a produção de políticas públicas direcionadas a essas populações.

Moradores da Indiana e agentes estatais constituíram um conflito delineado pela intervenção da administração municipal, conflito este que se desenrolou em meio ao acionamento de discursos e contra-discursos baseados, em alguma medida, em tecnicidades. A política local – concentrada, nesse contexto, na resistência à remoção – é praticada tendo em vista classificações efetivadas pelo governo e seu aparato, como é o exemplo da expressão “área de risco”. Utilizando a mesma abordagem técnica, estimulados por suas *experiências e saberes localizados* (Haraway 1995), os moradores, junto à universidade, contestaram a intervenção remocionista, demonstrando a viabilidade da urbanização. Entre política e técnica, os moradores da Indiana participaram do contexto de remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, contestando, resistindo e negociando com as escalas governamentais envolvidas na produção da cidade olímpica.

### Considerações finais

O que as situações aqui descritas a partir das experiências dos moradores das favelas Indiana e Vila União de Curicica nos permitem visualizar é justamente como determinadas vidas são inscritas em jogos de poder a partir do agenciamento do discurso técnico e do uso da técnica em circunstâncias específicas. Neste sentido, é possível afirmar que em tal configuração a técnica emerge como um modo de governo de populações, notadamente através de um determinado regime de verificação que traça uma fronteira entre o que é verdadeiro e o que não é e, desta forma, delimita o que é possível ou não fazer, o que está dentro e o que está fora.

Os documentos (laudos e relatórios) que mencionamos ao descrever os casos aqui apresentados nos permitiu considerar como eles podem ser pensados como instrumentos de definição e delimitação de quem pode ou não ser removido. Ao apresentar o discurso verdadeiro sobre a casa, definindo como imprópria para habitar (“condenada”), todo um campo de intervenção se abre naquele território e um conjunto de ações (estatais, mas também dos moradores) se visualizam configurando a forma que o conflito ali vai assumir.

Tais *assinaturas de Estado* se conformam como um dos instrumentos fundamentais de legitimação da ação estatal nestas ocasiões. Isto é, o que se encontra inscrito e descrito nos documentos que atestam a “condenação” de certa moradia é o que tornará possível que um campo de ações se configure, traçando os destinos de uma determinada população. O uso da técnica, expresso nos saberes especializados e documentos produzidos pelos agentes estatais, evidencia a complexidade daquilo que emerge do campo de práticas aqui analisadas, ou seja, o Estado.

O desafio que se coloca para uma antropologia comprometida em pesquisar as dinâmicas de poder instauradas em territórios urbanos diz respeito, justamente, aos complexos modos de atuação estatal, que se constroem em meio aos emaranhados de tecnicidades. Observar as interações cotidianas entre os que habitam a cidade – e nos casos citados, a constroem – e os dizeres e fazeres de atores que compõem o que se chama de Estado exige compreender que, a depender do contexto histórico, as formas estatais de condução de condutas mostram-se distintas. Ao experienciarem de muitas maneiras o Estado, seu aparato e suas temporalidades, certos grupos sociais fazem emergir diversas interpretações sobre os discursos produzidos pelas linguagens técnicas. Das experiências de “risco” e “condenação” surgem contra-discursos que, como mescla de saberes leigos/locais e especializados, engendram trajetórias de resistência.

É nesse sentido que os saberes especializados e seus instrumentos técnicos devem ser um dos focos das descrições e análises antropológicas, na medida em que participam ativamente da política urbana. A técnica, entendida enquanto conjunto de saberes, instrumentos e linguagens, pode ser apropriada por diversos grupos sociais, muitas vezes – como nesse texto –, em situação de conflito. Observar os usos – e abusos – e as interpretações acionadas pelos atores que manejam as tecnicidades figura como um dos primeiros passos para uma antropologia interessada em desvelar as complexidades dos conflitos urbanos.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. 2010. “Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.103-119.
- AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria Beatriz (org.). 2015. *Minha casa e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- CAVALCANTI, Mariana. 2010. “Sem morro, varandão, salão, 3 dorms: a construção social do valor em mercados imobiliários “limiaries””. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, v.28, p.19-46.
- COCCO, Giusepp; MENDES, Alexandre. 2016. *A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro: instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011)*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- COMISSÃO DE MORADORES INDIANA TIJUCA. 2016. “Uma história de luta: ocupação e resistência da comunidade Indiana Tijuca”. In: *II UrbFavelas, Rio de Janeiro*.
- DAS, Veena. 2007. “The Signature of the State: The Paradox of Illegibility”. In: *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley/Los Angeles: University California Press.



- DAS, Veena; POOLE, Deborah. 2004. *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi: Oxford University Press.
- FAU/UFRJ. 2015. "Trocando saberes: capacitação dialógica entre alunos e moradores para melhoria de habitações em assentamentos irregulares (relatório final)". In: *Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)*. Rio de Janeiro
- FERREIRA, Letícia. 2013. "'Apenas preencher papel': reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos.". *Mana*, v. 19, p. 39-68.
- FOUCAULT, Michel. 1979. "A governamentalidade". In: Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. 2008a. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo : Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2008b. *Segurança, Território, População : curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- GEO RIO. 2010. *Apoio Técnico para Mapeamento Geológico em Encostas. Relatório de Campo - Indiana*. Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, Rafael; NETO, Nelson. 2012. "La noción de riesgo y el regreso de las remociones de favelas em tiempos de grandes eventos esportivos em Rio de Janeiro". In: *I Congresso Latinoamericano de ecologia urbana*, Buenos Aires.
- HARAWAY, Donna. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial." *Cadernos Pagu*, São Paulo, n.5, p.7-41.
- HARWEY, David. 2012. "O direito à cidade." *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89.
- HIRATA, Daniel; CARDOSO, Bruno. 2016. "Coordenação como tecnologia de governo." *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 97-130, jul./dez.
- HULL, Matthew. 2012. *Government of paper: the materiality of bureaucracy in urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents. Ethnographic dialogues on the trail of police papers." *Vibrant* (Florianópolis), v. 11, p. 76-112.
- MAGALHÃES, Alexandre; LAGE, Victor Coutinho. 2016. "Produção de sujeitos na cidade do Rio de Janeiro através da "pacificação" e da "remoção".". *Anais 40º Encontro Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*.
- MAGALHÃES, Alexandre. 2017. "'Logique d'intervention' et circulation: éradiquer les favelas pour gérer l'espace urbain dans le Rio olympique." *Problèmes D'Amérique Latine*, v. 103, p. 79-93.
- \_\_\_\_\_. 2013a. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da "remoção" no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 2013b. "O 'legado' dos megaeventos esportivos: A reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro.". *Revista Horizontes Antropológicos*, Vol. 19, nº 40, pp. 89-118.
- OLIVEIRA, Nelma. 2015. *O poder dos jogos e os jogos de poder: interesses na produção da*

*cidade para o espetáculo esportivo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

PETTI, Daniela. 2016. "Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim": uma etnografia sobre a "luta" contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas.

SILVA, Marcella. 2016. "Entre estatísticas e a cidade: o cadastramento e a produção de demanda social por apartamentos no Programa Minha Casa Minha Vida." *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v.18, n.35, abr, p.237-256.

TELLES, Vera. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora.

\_\_\_\_\_. 2015. "Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos." *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, jan/jun, p. 15-41.

VARGAS, Maria. 2006. *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juíz de Fora/MG*. Dissertação de Mestrado. IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VIANNA, Adriana. 2014. "Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais". In: Sergio Ricardo Rodrigues Castilho; Antonio Carlos de Souza Lima; Carla Costa Teixeira. (Org.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas sobre burocratas, elites e corporações*. 1ed. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, v. 1, p. 43-70.

WEBER, Max. 2009. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UNB, 4ª Edição.

ZIZEK, Slavoj. 2014. *Violência*. São Paulo: Boitempo.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 23 de outubro de 2017.

## “Sempre tem grades na minha vida”: sobre a produção técnica, política e discursiva de sujeitos (in)capazes

Tiago Lemões

Antropólogo e Pós-doutorando em Política Social e Direitos Humanos pela  
Universidade Católica de Pelotas  
[tiagolemoes@gmail.com](mailto:tiagolemoes@gmail.com)

Bruno Guilhermano Fernandes

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
[brunoguilhermano@gmail.com](mailto:brunoguilhermano@gmail.com)

### Resumo

Exploraremos, neste texto, o cruzamento entre práticas, técnicas e discursos da mobilização social e da intervenção biomédica e assistencial. Articulando experiências etnográficas vivenciadas em coletivos de mobilização política de pessoas em *situação de rua* e em instituições de atendimento psicossocial, nosso principal argumento é o de que o engajamento individual (contra os limites e incapacidades de autogestão) e o engajamento coletivo (em movimento de reivindicação de direitos) potencializam-se mutuamente, de modo que as fronteiras entre um e outro nunca são facilmente identificáveis. Interessanos, portanto, o trabalho exercido sobre dimensões biográficas da mente, do corpo, mas também sobre as relações coletivas nas quais aquelas pessoas engajam-se – seja para potencializar o cuidado de si ou para produzir enunciações críticas e reflexivas sobre normatividades biomédicas que insistem em tomá-las como seres incapazes.

**Palavras-chave:** mobilização; (in)capacidades; medicalização; normatividades.

### Abstract

This paper explores the network among practices, techniques and social mobilization discourses, from social assistance and biomedical intervention. Articulating ethnographic experiences lived inside groups of political mobilization from “homeless people” and in

the psycho social care institutions, our main argument is that individual commitment (against the “limits” and “disabilities” of self-government) and the collective commitment (in the movement for claim of rights) reinforce each other, and so the borders between them cannot be easily recognized. Therefore, our focus is on the practice found on the biographic dimension of the “mind” and “body”, and also on the collective relations in which “homeless people” are engaged in – to maximize self caring or to produce critical and reflexive enunciations about biomedical normativity that reinforce them as “out of control” and “unable”.

**Keywords:** mobilization; (dis)abilities ; medicalization ; normativity.

## Introdução aos campos cruzados

Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de desmantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz; ele não é simplesmente orelha e olho; ele faz agir e falar.

Michel Foucault, 1975.

A apresentação discursiva do “morar na rua” como resultado de doenças e disfunções construídas na prática cotidiana de agentes institucionais. Esse é o argumento central de Vincent Lyon-Callo (2000) em estudo sobre a medicalização da pobreza no interior de abrigos emergenciais para sem-tetos em Northampton, nos Estados Unidos. Mostra-nos o autor que os programas e serviços norte-americanos que buscam tratar e medicalizar a desigualdade social obliteram, ao mesmo tempo, qualquer discussão sobre raça, classe e gênero que possa expandir a compreensão e as soluções possíveis para a questão. Tal explicação disfuncional e biomédica resultaria da combinação de percepções estigmatizantes sobre os sem-teto com esforços mais amplos, empreendidos por advogados e formuladores políticos interessados em superar a atribuição do suposto problema a uma questão de condutas individuais. A consequência dessa combinação *sui generis* materializa-se na construção de sujeitos a serem governados por si mesmos<sup>1</sup>.

Pelas observações de Lyon-Callo (2000), tal construção de bases neoliberais ocorre na cotidianidade institucional: em reuniões, na execução das regras e no gerenciamento dos casos individuais cujos protagonistas devem logo reconhecer a culpa por seus pró-

1 Ao longo do texto, utilizaremos as seguintes convenções: itálico para termos, ideias e conceitos advindos da literatura acadêmica; aspas para marcar noções, categorias e expressões mobilizadas por nossos interlocutores de pesquisa e, por fim, aspas e itálico serão utilizados simultaneamente para indicar as falas dos interlocutores registradas em diário de campo.

prios infortúnios. Pelos profissionais, há uma busca por histórias de fracasso, problemas pessoais, doenças mentais (sofrimentos psíquicos), depressão, abuso de drogas ou traumas que possam ser localizados e potencializados. A partir dessa identificação, as pessoas devem se engajar na superação e no consentimento de que haveria algo de errado em seus corpos, mentes ou escolhas de vida. Nas tentativas de resolução dessas questões da *ordem do eu*, sucessos e falhas fornecem a matéria-prima para a formação de um conjunto de distúrbios e sintomas manifestos na historicidade de cada caso monitorado e tecnicamente elaborado pelos especialistas (Lyon-Callo 2000).

Cuidar de si, reconhecer ou confessar certos distúrbios e apresentar sinais de superação tornam-se condicionalidades para a permanência nos abrigos de Northampton. O mais impressionante da referida pesquisa é precisamente o fato de que qualquer transgressão ou contestação de regras é usada como exemplo de que as pessoas possuem algum problema: protestar é uma evidência de patologia. Qualquer forma ativa de protesto ou engajamento coletivo converte-se, aos olhos dos profissionais (*experts*), numa clara relutância ao cuidado individual e numa tecnologia de subjetividade que permite reconhecer e classificar mais precisamente as *enfermidades da mente*.

Assim, as pessoas que levantam questões sobre a falta de oportunidades no mercado de trabalho, os salários insuficientes, as relações de exploração, humilhação e racismo, são entendidas elas próprias como um problema. Frequentemente, a resposta a esse problema, fornecida pelas equipes de monitoramento dos casos, conforma uma espécie de inevitabilidade da perversidade capitalista: “*we can’t change the economy, so we have to change you*” (Lyon-Callo 2000: 340).

Na opinião de Jean-Louis Genard (2013) tudo isso não passa de um modo específico de regulação da pobreza, fortemente ancorado na penalização, na responsabilização individual, no humanitarismo e na medicalização. Para esse pesquisador, um conjunto de políticas sociais, baseado em indicadores de vulnerabilidades, fomentam práticas e dispositivos de vigilância empenhados em evitar a recaída e a reincidência dos beneficiários das políticas de assistência social implantadas em países europeus. Esse assombro por reincidências é o que projeta responsabilidades sobre as pessoas, estimulando capacidades de recuperação por intermédio de uma semântica de empoderamento e capacitação. Nesse processo, dois movimentos são realizados conjuntamente: a exigência de um mergulho em si mesmo (para manter-se controlado e resiliente) e a *exteriorização de si*, quando se exibem capacidades de contestação social. Essa duplicidade se traduz num direcionamento à ativação de uma luta contra o desemprego e na mobilização de recursos próprios contra a passividade frente aos dispositivos estatais.

O curioso é que tanto o exemplo norte-americano quanto as reflexões sobre as políticas europeias de assistência social falam de uma interdependência ou de uma atuação conjunta e simultânea entre os planos individual e coletivo – que emergem, nesse contexto, como potentes formações discursivas que produzem problemas a serem superados a partir de certos saberes técnicos. No primeiro exemplo, a evocação de forças mais amplas para a compreensão de casos problemáticos é tanto uma oposição às práticas individualizantes quanto um ponto de potência para sua legitimação, pois evidenciam e confirmam a existência de distúrbios físicos e mentais que, por sua vez, explicam os infortúnios experimentados pelos usuários. No segundo caso, a própria inserção em coletivos de participação é localizada como um dispositivo de *empoderamento* que funciona por imperativos de *engajamento coletivo* e de *responsabilização individual*, de modo que, não por acaso, os grupos chamados a engajamentos desta ordem são justamente os considerados mais frágeis e *vulneráveis*.

Apesar das distâncias de contexto e amplitude analítica, essas reflexões tecidas alhures se aproximam de Porto Alegre (*locus* de nossas experiências etnográficas) e do ponto explorado neste artigo: o cruzamento entre práticas, técnicas e discursos da mobilização social organizada e a intervenção biomédica e assistencial – dois campos aparentemente distintos, mas que, juntos, produzem condutas, subjetividades e (in)capacidades comuns. Nosso principal argumento é o de que o discurso sobre o engajamento individual (em superações calcadas no reconhecimento de limites e capacidades) e o engajamento coletivo (em movimento de reivindicação de direitos) potencializam-se mutuamente, de modo que as fronteiras de atuação entre um e outro nunca são facilmente identificáveis – o que complexifica a relação entre a política, a técnica e as subjetividades relacionadas. Interessa-nos, portanto, o trabalho exercido sobre dimensões biográficas da *mente*, ou do *corpo*, mas também sobre as relações coletivas (tecidas por enunciações familiares, institucionais e reivindicatórias) nas quais as pessoas em *situação de rua*<sup>2</sup> engajam-se – seja para potencializar o cuidado de si ou para reconhecer incapacidades atribuídas por saberes legitimados e relegar responsabilidades sobre si a outrem.

Neste fundamento, identificamos uma tendência: organizar e controlar a *mente*

---

2 Utilizaremos neste artigo a denominação *em situação de rua*, por ser a categoria largamente utilizada, nos últimos dez anos, por militantes, profissionais, pesquisadores, agentes e órgãos governamentais. Alguns autores atribuem a essa nomeação uma potência positiva, na medida em que a noção de *situação* permite atentar para a dinamicidade e heterogeneidade das experiências sociais, em contraposição às denominações anteriores, marcadas pela ideia da falta e da destituição total. Para Patrice Schuch, por exemplo, a categoria *população em situação de rua* representa um esforço em atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização, considerando o “habitar a rua” como uma forma de vida possível e distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na carência de moradia fixa (Schuch 2015; Schuch et al. 2008).

para que o *corpo* responda positivamente. Cuidar da *mente* e do *corpo*, pois um pode enganar o outro: a *mente* ludibria e o *corpo* padece. Deixar-se cuidar por outrem. Em nossas análises etnográficas, veremos que estes imperativos são lançados sobre nossos interlocutores pelos espaços por onde circulam, sejam os territórios institucionais ou mesmo aqueles nos quais a mobilização social se constrói. Em diálogo com Aníbal Quijano (2000), acreditamos que a presença dessa dualidade *corpo-mente* expressa a continuidade do fosso cartesiano entre o sujeito dotado de razão e o corpo incapaz de raciocinar, produzido pela modernidade e seus efeitos eurocêntricos. Efeitos estes, também potencializados pela secularização burguesa do pensamento cristão no que concerne à supremacia da *alma* sobre o *corpo*. Um *corpo* que a partir de sua objetivação, passaria ao mundo da natureza, integrado a um domínio a ser conhecido, esquadrinhado, explorado e dominado por seres dotados de racionalidade, que pela razão domam *corpos* selvagens e desprovidos de discernimento a respeito do que são, fazem ou dizem (Quijano 2000). Certamente, em nosso contexto de pesquisa, os sujeitos não são totalmente capturados por uma narrativa moderna (perversa e aterrorizante) que os destitui de *racionalidade*, mas nem por isso eles deixam de ser apreendidos como seres inclinados ao engano, ao descontrole e às traições da *mente* sobre o *corpo*.

### Situando o contexto de pesquisa: entre lutas, corpos e condutas

Praça da Sé, madrugada de dezenove de agosto de 2004, centro de São Paulo. Enquanto a cidade dormia, golpes precisos de cassetete tiravam a vida de sete pessoas em *situação de rua*. Noticiários nacionais e internacionais deram visibilidade aos assassinatos, comparando-os à Chacina da Candelária. Lágrimas, flores, homenagens coletivas e um luto que se transforma em luta para grupos religiosos, militantes e entidades ligadas aos direitos humanos. Sobre as ruínas de um massacre, a insurgência do novo: um movimento social articulado por diferentes organizações sociais, instituições de acolhimento, “moradores de rua” e “ex-moradores de rua” (alguns sobreviventes do “Massacre da Sé”). Da condição de vítimas, passam a cultivar uma *comunhão entre vítimas* (De Lucca 2016), reivindicando justiça, direitos e dignidade. Nascia, assim, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), espalhando-se, em pouco mais de 10 anos, por 14 estados da federação – incluindo o Rio Grande do Sul a partir de 2013<sup>3</sup>.

Desde 2013, portanto, acompanhamos as relações e interações travadas no in-

---

3 Para maiores detalhes sobre o conhecido “Massacre da Sé”, assim como o surgimento do MNPR na arena pública, ver Mata (2006) e De Lucca (2007). Para a constituição do MNPR em Porto Alegre, ver Lemões (2014) e Schuch (2015).

terior da base regional do Movimento Nacional da População de Rua em Porto Alegre (MNPR-RS), participando de reuniões internas, seminários, audiências públicas e manifestações diversas voltadas à denúncia de violação de direitos e à reivindicação de iniciativas governamentais contra a ineficácia e mesmo a ausência de políticas públicas para a referida população<sup>4</sup>. Nessa caminhada, atentamos para as formas de organização interna do movimento e suas dinâmicas de conflitos, embates, *visibilidades políticas* e *pedagogias militantes* (Lemões 2014, 2016); os seus mecanismos de interlocução e negociação de informações com as instituições estatais em espaços de denúncia pública da violência estatal (Lemões 2015a, 2015b, 2017); o posicionamento crítico e combativo de pessoas *em situação de rua* em circunstâncias de violência e discriminação (Fernandes 2015); e a produção de visibilidades, críticas e tensões acionadas nas relações com agentes e órgãos públicos responsáveis pela efetivação de políticas e direitos (Fernandes & Schuch 2015).

Por entre essas experiências múltiplas, destacamos, para a elaboração das reflexões apresentadas neste texto, a atuação diversificada de “apoiadores” e “militantes” no MNPR-RS. São considerados “militantes” aquelas pessoas que “moram nas ruas”, ou que já estiveram nessa situação e hoje são usuárias (beneficiárias) da rede de acolhimento socioassistencial na cidade. Já o grupo dos que “apoiam” a mobilização é formado, em sua maioria, por advogados, jornalistas, pesquisadores, mas também por educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros e monitores de abrigos – muitos dos quais ocupam lugares de destaque e visibilidade na condução e organização das pautas e ações do MNPR-RS. Nesse cenário, é comum os profissionais (e suas discursividades que mobilizam saberes técnicos) exercerem o acompanhamento de algumas pessoas, entregando medicação, preservativos, monitorando tratamentos específicos de saúde e encaminhando-os para outras unidades que atuam em redes de intervenção, como o Centro de Aten-

---

4 Nossos envolvimento e engajamentos etnográficos nos circuitos de mobilização junto à população “em situação de rua” na cidade de Porto Alegre/RS foi possível, fundamentalmente, a partir de nossos vínculos com projetos específicos de pesquisa e extensão, orientados por Patrice Schuch, no âmbito do Núcleo de Antropologia e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NACi/UFRGS). De 2013 a 2015, a realização do projeto “Direitos humanos, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção à população em situação de rua”, reuniu pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da UFRGS, neste campo de investigação e mobilização social. Tiago Lemões e Helena Lancelotti produziram suas pesquisas de doutorado e mestrado, respectivamente. Na graduação, investigações e intervenções foram realizadas por Bruno Guilhermano Fernandes e Caroline Sarmiento, estudantes de Ciências Sociais, além de Gabriela Jacobsen (2014) e Pedro Ferreira Leite (2016), cientistas sociais. Agradecemos imensamente a colaboração de todos e todas, pelo compartilhamento de experiências e aprendizados, resultados da dedicação ao trabalho antropológico em coletivos articulados. Além disso, agradecemos principalmente a atenção e a confiança dos integrantes do jornal Boca de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua, que sempre foram interessados e receptivos às nossas formas de engajamento etnográfico, gerando uma colaboração fundamental e inspiradora em nossas vivências, reflexões e lutas cotidianas.



dimento Psicossocial<sup>5</sup> (CAPS-AD) ou os abrigos e albergues da cidade. Em ocasiões mais raras, pessoas desconhecidas aparecem nas reuniões do MNPR-RS para solicitar internação em albergues, abrigos e clínicas de recuperação terapêutica, ou para buscar esclarecimentos sobre a burocracia para a aquisição de benefícios sociais. Outros, ainda, vislumbram a possibilidade de ingressar, ou de manter-se, na mobilização política como forma de potencializar a tomada de outros rumos em suas vidas, assentados em prescrições de cuidado e controle de si.

A partir dessa composição específica, destacamos práticas concomitantes de incentivo ao engajamento coletivo e de intervenções sobre condutas, *corpos* e vidas que, ao apresentarem certas incapacidades (tidas como problemas), são encaminhadas às instituições encarregadas de tratar, controlar, medicalizar e conduzir os sujeitos para o exame minucioso de seus próprios “fracassos” individuais visando suas “superações”. Esse processo naturaliza-se tanto pela multiplicidade de inserções e poderes exercidos pelos “apoiadores”, na medida em que suas funções de trabalho extrapolam os limites físicos das instituições às quais se vinculam, quanto no entendimento difuso de que o “*movimento social é para se organizar*”, ou seja, ele deve produzir inflexões consideráveis em vidas supostamente desorganizadas. Trata-se de uma concepção difusa, que perpassa os discursos de diferentes sujeitos diretamente envolvidos na mobilização social e no trabalho cotidiano das instituições estatais, segundo os quais a “organização pessoal” é fundamental para que se possa engajar-se coletivamente na luta por direitos.

Interessa-nos, portanto, essa forma particular de produção de sujeitos aptos ao reconhecimento e à superação de suas incapacidades de engajamento individual e coletivo. Perseguimos a ideia de que essas dimensões da atuação individual e coletiva, mobilizadas por agentes técnicos dos serviços de saúde e assistência social, engajados também na mobilização por direitos, fazem parte de formações discursivas acionadas como efeito de saberes técnicos conduzidos por esses profissionais da intervenção estatal. Nesse contexto, a produção de problemas individuais, os quais devem ser identificados e idealmente superados, se dá no seio de uma rede de técnicos, técnicas, práticas, documentos e discursos que circulam em diferentes espaços institucionais e, inclusive, em arenas específicas

5 O Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (chamado CAPS-AD) é um serviço público direcionado ao cuidado, atenção integral e continuada às pessoas com questões relacionadas ao uso de álcool, crack e outras drogas, oferecendo atendimento durante 24 horas e realizando o acompanhamento clínico, familiar e social dos seus “usuários”, através de diferentes atividades psicoterapêuticas – incluindo o tratamento medicamentoso. Esta instituição pode, ainda, oferecer um acolhimento noturno por um período curto, ou uma estância de dias, em casos mais urgentes. Estruturalmente, o CAPS-AD dispõe de uma equipe de profissionais de diferentes áreas, como médicos psiquiatras, clínico geral, psicólogos, enfermeiras, assistentes sociais, seguranças, entre outros. Descrições sobre a instituição e seus serviços podem ser acessadas em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-atencao-psicossocial.html>.

de mobilização social, constituindo sujeitos específicos sobre os quais se deve intervir.

No entanto, assumimos que nosso foco não está especificamente vinculado às dimensões da gestão planejada e documentada dos *corpos*, feita por quem administra as ações e políticas de saúde – tema já exaustivamente investigado por Mariana Martinez (2015). Analisando o modo como documentos materializam a administração de casos, pessoas e objetos, a autora demonstra como a operacionalização de uma forma de gestão pode ser elaborada a partir de empreendimentos políticos (quando se adota uma postura humanizada ou securitária), técnicos (nos documentos especializados ou pelos saberes manejados por profissionais) e pessoais (quando os afetos e motivações pessoais incidem sobre as práticas de governo). Com uma racionalização por parte da gestão pública e através de intervenções intencionais, uma rede de atenção pode ser costurada e articulada, gerando um emaranhado que conecta sujeitos, casos e documentos em torno da produção de uma ideia de saúde e de cuidado (Martinez 2015). Contextualmente, delimitamos que nosso foco analítico não está eminentemente nos processos de produção e reconfiguração de instrumentos, ou em “redes” que tornam um grupo ou população legível na gestão da saúde mental, mas sim em vidas perpassadas por estes instrumentos, saberes, técnicas e práticas conectadas por formas específicas de *governamentalidade*.

As investidas etnográficas que exploraremos neste artigo, portanto, incidem menos sobre a dinâmica das mediações institucionais que produzem formações discursivas, e mais sobre os efeitos políticos de um conjunto heterogêneo de intervenções técnicas que recaem sobre determinados sujeitos e que orientam cuidados, superações e engajamentos específicos. Para tal, debruçamo-nos sobre os modos como os sujeitos refletem sobre o conjunto de intervenções técnicas que atravessam suas vidas, explicitando seus efeitos deveras perversos, mas também manejando mecanismos reflexivos, estratégicos e, por vezes, combativos – fazendo-nos atentar para a incompletude, complexidade e dinamicidade dos processos técnicos de produção de sujeitos. Como veremos, a referência feita pelos interlocutores às “grades” que se interpõem na trajetória de pessoas *em situação de rua*, entre seus percursos institucionais, revela tanto o peso de uma gestão excessiva sobre seus corpos e mentes, quanto uma potencialidade enunciativa e crítica a respeito dessas “grades”.

Para lançar luz sobre essas questões, articulamos nossas experiências etnográficas produzidas na relação estabelecida com dois amigos e interlocutores de pesquisa: Adão e Jaci<sup>6</sup>. O itinerário que percorreremos com eles é composto por suas idas e vindas entre

6 Os nomes empregados que se referem aos interlocutores, neste texto, são fictícios e foram alterados pela finalidade de preservar as suas identidades e as suas imagens, já que descrição de algumas situações específicas e de fragmentos biográficos, aqui colocados em manifesto, pode ser utilizada por

a participação no MNPR-RS (no caso de Adão) e o ingresso no CAPS a fim de tratar a “dependência de álcool e drogas” (no caso de ambos). Adão é um homem negro, com 44 anos de idade e militante *em situação de rua*. Foi em fevereiro de 2016, quando realizamos visitas ao longo de seu internamento no CAPS, que fomos apresentados por ele a Jaci, seu colega de quarto, também um homem negro, com aproximadamente 40 anos de idade. Juntos, eles nos guiaram por caminhos atravessados por interferências sobre seus modos de conduzir a própria vida: fragmentos de aconselhamentos, de restrições, condicionalidades, saberes técnicos e de ordens distintas, prescrições medicamentosas e estímulos à transformação<sup>7</sup>.

Percorrendo com eles tais caminhos, buscaremos demonstrar que cada um, a seu modo, tornou visível o peso de gestão estatal sobre suas vidas; a força da normatividade institucional, oscilante em cada contexto, sobre suas condutas supostamente perigosas e descontroladas; a incidência de técnicas, discursos e saberes sobre seus *corpos e mentes*; e, finalmente, as alternativas possíveis encontradas em termos de agenciamentos críticos e estratégicos, que desviam nossos olhares para as múltiplas formas ativas e combativas de se relacionar com a normatividade (Mahmood 2006).

Antes de avançarmos na etnografia, cabe uma breve observação sobre a forma narrativa adotada no texto. Algumas inserções etnográficas foram realizadas individualmente por cada autor, outras foram vivenciadas por ambos em reuniões do MNPR-RS e em conversas informais conduzidas no interior do CAPS. Para diferenciar o percurso de cada um, destacando reflexões que realizamos em nossos próprios diários de campo, ao longo do texto identificaremos cada um de nós pelo nome, lançando mão de uma voz narrativa externa que localiza os pesquisadores em cada interação descrita. Porém, quando as experiências elucidadas forem aquelas que compartilhamos conjuntamente em campo, utilizaremos a primeira pessoa do plural.

---

terceiros em atitudes imprevistas. No entanto, reforçamos, como pressuposto ético do trabalho antropológico, a intenção de não prejudicar os interlocutores e envolvidos nesta pesquisa, garantindo o direito ao seu anonimato e, também, o reconhecimento de suas ações críticas e combativas. Além disso, garantimos a restituição das análises e do texto aqui materializado, como forma de priorizar a reflexão dos interlocutores sobre o trabalho apresentado. Isto será possível através de um diálogo com os principais interlocutores aqui representados, o que ampliará suas participações na análise crítica desta produção etnográfica.

- 7 É importante mencionar que não buscamos de forma alguma realizar interpretações sobre o funcionamento e a eficácia da instituição CAPS AD – a nosso ver, crucial à implementação de ações de saúde mental no contexto estudado. Como antropólogos, o nosso esforço analítico e crítico concentra-se nas formas como os sujeitos alvo dessas políticas visibilizam os efeitos de certas práticas institucionais em suas vidas e no modo como “devem” conduzir a si mesmos na encruzilhada entre saberes, aconselhamentos e medicamentos.

## As “grades” da vida

Pela primeira vez, Adão apareceu na reunião do MNPR-RS em uma tarde de abril de 2014, quando o que mais discutíamos naqueles dias eram as possíveis ações policiais e assistenciais em Porto Alegre contra a presença de pessoas *em situação de rua*, durante a Copa do Mundo que se aproximava. Denúncias desse gênero já ocorriam naquele período e o que mais escutávamos era que as pessoas estavam com medo<sup>8</sup>. Alguém sugeriu um diálogo mais estreito com os Centros-Pop, onde poderíamos fazer algumas reuniões a fim de ampliar uma rede enunciativa de identificação e denúncia de possíveis ações violentas na cidade. No meio dessa discussão, Adão apresentou-se, anunciando outra posição. Após informar que frequentava o Centro-Pop 1<sup>9</sup>, ele disse em alto e bom tom: “*eu estava afastado porque precisava cuidar um pouco de mim. Agora estou de volta!*”. Dias depois, quando resolvemos sair às ruas, conversar com as pessoas e saber se a truculência policial aumentara efetivamente, Adão mostrou que ainda estava “cuidando de si”, ao confidenciar que estar conosco, imerso naquela rede de apoiadores e militantes, era, para ele, uma oportunidade para manter-se afastado das drogas. Por repetidas vezes, no entanto, precisou buscar tratamentos mais especializados e em outros momentos ninguém sabia onde ele estava – os mais próximos, “amigos da rua”, especulavam sobre o seu paradeiro. Nestas idas e vindas, o seu retorno ao MNPR-RS era uma constante.

Em outubro de 2015, um ano e meio após aquele curto diálogo, encontramos Adão novamente em reunião do MNPR-RS. Ele estava estranhamente calado, calmo e sonolento. Indagamos sobre sua reclusão e ele se limitou a abrir a mão e mostrar-nos um envelope de *diazepam*<sup>10</sup>, afirmando, em seguida, que estava controlando os efeitos da abstinência

8 Para uma análise crítica das práticas e discursos em torno das ações voltadas à proteção e garantia dos direitos humanos da *população em situação de rua* em Porto Alegre, durante a Copa do Mundo, ver Fernandes & Schuch (2015) e Lemões (2014, 2017).

9 O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional do Sistema Único de Assistencial Social (SUAS), constituiu-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua. De um ponto de vista formal, trata-se de um espaço destinado ao convívio em grupo, onde atividades de mobilização social são realizadas e demandas mais básicas dessa população podem ser atendidas. Descrições em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro\\_pop\\_institucional.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/suas/creas/centro_pop_institucional.pdf).

10 O portal virtual da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) informa que o medicamento “Diazepam NQ é indicado para o alívio sintomático da ansiedade, tensão e outras queixas somáticas ou psicológicas associadas com a síndrome da ansiedade. Pode também ser útil como coadjuvante no tratamento da ansiedade ou agitação associada a desordens psiquiátricas”. No mesmo documento, adverte-se que este remédio possui efeitos colaterais recorrentes, como o cansaço, a sonolência e o relaxamento muscular, podendo gerar continuamente distúrbios do sistema nervoso (como “ataxia” – desequilíbrio –, “disartria” – dificuldade para falar –, “fala enrolada, dor de cabeça, tremores, tontura”) e distúrbios psiquiátricos (“reações paradoxais como inquietude, agitação, irritabilidade, agressividade, delírios, raiva, pesadelos, alucinações, psicoses, comportamento anormal e até depressão”). Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTran](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTran).

e sendo acompanhado pela equipe de um abrigo, onde abrigara-se há algumas semanas. Dias depois ficaríamos sabendo que Adão fora afastado de um projeto no qual atuava junto ao Consultório de Rua, pelo qual recebia uma bolsa mensal. O desligamento deveu-se a um conflito com outro sujeito *em situação de rua*, o que teria “colocado em risco” a sua vida e a de um enfermeiro que o acompanhara em serviço.

A efetivação do afastamento, no entanto, só ocorreu após um segundo episódio. Na época, envolvendo outro militante do MNPR que também trabalhava em um projeto experimental, desenvolvido pela prefeitura, sobre a conscientização do tratamento da tuberculose entre *pessoas em situação de rua*. Adão teria afirmado aos coordenadores deste projeto que aquele militante já era beneficiário do governo federal e que outra pessoa, sem nenhuma renda, poderia estar em seu lugar. Foi o suficiente para que o outro colega também argumentasse aos coordenadores que um sujeito com problemas sérios com crack não teria condições para realizar aquele trabalho (referindo-se a Adão), pois colocaria em risco os profissionais da saúde e desperdiçaria os recursos investidos, uma vez que todos supostamente sabiam no que ele gastaria o dinheiro. Essa contenda, cujos efeitos desembocaram na individualização de uma culpa e na construção de um comportamento irresponsável, descontrolado e perigoso – que, portanto, poderia gerar situações demasiado arriscadas para si e para outros – foi crucial para barrar a participação de Adão no referido projeto.

Nos últimos dias de fevereiro de 2016, soubemos que Adão havia ingressado no Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), localizado na zona leste de Porto Alegre, no bairro Partenon. Segundo ele, esse ingresso não se deu espontaneamente, senão como condição de possibilidade para que ele se mantivesse abrigado na instituição que o acolhia até então. Por mensagens de celular, combinamos que alguns integrantes no MNPR-RS visitariam Adão em um sábado, porém poucos conseguiram se desvencilhar de seus afazeres durante aquele final de semana. Ainda por celular, Tiago confirmou a todos que faria a visita e, em retorno, um apoiador do movimento e monitor de um abrigo, expressou sua preocupação com Adão e enviou a seguinte mensagem ao pesquisador:

*Tenta conversar com ele um pouco, pois qualquer hora ele será desligado do abrigo. Ele falta muito e não cuida dele pessoalmente... aquilo que você já conhece. Tenho colocado isso nas reuniões do abrigo, as dificuldades dele... Mas a equipe não cede muito não, pois o espaço é para se organizar e tem muita gente querendo entrar. Fica difícil, pois ele não consegue ver a importância de cuidar dele (Diário de campo, 27 de março de 2016).*

Mesmo que numa posição e situação desconfortável, pois tinha ideia do quanto estaria reforçando a pressão por iniciativas pessoais, Tiago comprometeu-se a dar o recado. Sábado, às 14 horas, com frutas, água e biscoitos em uma sacola, ele chegou ao portão principal da instituição, onde um grande painel com logotipos do Sistema Único de Saúde (SUS), do Ministério da Saúde, do Governo Federal e da Prefeitura de Porto Alegre, informava aos visitantes que ali se seguia as diretrizes do SUS a respeito da proteção e dos direitos das pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas.

A partir do momento em que cruzasse aquele portão, independentemente das trajetórias e das categorias governamentais que dinamizavam vidas ingressas naquele local ("moradores de rua", usuários dos serviços públicos, militantes, *sujeitos de direitos*), Tiago entraria em contato com outros sujeitos de intervenção: aqueles com problemas relacionados ao consumo de álcool e drogas. Desta vez, Adão estaria entre eles e por alguns instantes isso pareceu imensamente curioso e estranho. Era como se, sob a égide de uma categoria que impunha outras *vulnerabilidades*, as forças e a voz de alguém extremamente contestador fossem, em alguma medida, neutralizadas pela afirmação pragmática de que ali abrigava-se pessoas "problemáticas", escancarando a força das categorias e das nomeações que, manejadas por políticas públicas, constroem realidades e verdades estratificadas sobre pessoas, territórios, mobilizações e modos de intervenção (Agier 2008; Wacquant 2013; Miagusko 2014).

Antes de ser atendido, numa antessala de espera, Tiago visualizou apenas os coturnos e uma parte da farda de quem parecia ser o vigilante, sentado em um sofá e entretido com a programação de uma televisão quase muda, em contraste com a voz de uma moça que, ao telefone, conversava descontraidamente com alguém. Ao perceber a presença do visitante, a funcionária sinalizou que em breve o atenderia. Em seguida, ela desligou o telefone e caminhou em sua direção sem tirar os olhos da sacola que ele trazia em mãos.

– *É familiar, né?*

– *Não, sou um amigo do Adão.*

– *Ah tá. Então deixa eu ver a tua bolsa? Não pode ter bebidas, nem cigarro, tá? Também não pode fumar aqui dentro. Tu fumas?*

– *Não, não fumo (...).*

Após revistar os pertences, ela pediu que a seguisse. Desceram uma escada estreita que lhes deu acesso a uma sala ampla, mobiliada com mesas, cadeiras e sofás confortáveis,

onde acomodavam-se alguns homens ao redor de uma televisão acoplada na parede. Ao lado do aparelho televisor, um quadro exibia informações diversas sobre horários e efeitos de medicamentos ministrados. Deixando essa grande sala, iluminada e arejada, acessaram um pátio com uma pequena horta no centro e repleto de plantas por todos os lados, contando ainda com bancos de madeira e uma cobertura destinada à prática de oficinas de pintura, artesanato e esportes, sobretudo o boxe. Os dormitórios masculino e feminino (com amplas janelas quase sempre fechadas) localizam-se ao final desta área externa e jamais foram acessados pelos pesquisadores. Sentado ao ar livre, Tiago aguardou até que Adão fosse acordado por uma enfermeira – tarefa que, segundo aquela profissional, não seria nada fácil, pois o paciente acabara de *“tomar a medicação”*.

Adão surgiu em passos vagarosos, olhar sonolento, retinas avermelhadas, fala mansa. Abraçaram-se e sentaram para conversar. De imediato, Adão quis saber novidades sobre as reuniões do MNPR-RS. Deixando-o a par das últimas discussões e ações promovidas pelo movimento, Tiago quis saber como Adão estava se sentindo naquele espaço. O bom tratamento e a tranquilidade tiveram destaque: *“aqui tudo é tranquilo. Tem tudo que precisamos. Tem ar-condicionado, a comida é muito boa, o lugar é tranquilo e sereno. É um lugar para pensar, refletir, colocar a cabeça no lugar”* – somente elogios à instituição que lhe recebia naquele momento. O jogo enunciativo se alimentava daquilo que podia ser dito e daquilo que deveria ser silenciado. As suas palavras positivavam a experiência e deixavam fissuras para refletir sobre possíveis não ditos: o que positivava poderia estar ofuscando outros enunciados, que ocultam domínios repressivos de fala (por optar em não tecer nenhuma análise profunda ao tratamento que vivenciava) e, eventualmente, certo receio (o de perder o acesso ao serviço, seus tratamentos e remédios devido a alguma queixa reproduzida espontaneamente).

Ao caminharem pelo pátio, Adão mostrou a horta cultivada pelos usuários do serviço, avaliando que ela precisava de cuidados e que em breve todos trabalhariam juntos para deixá-la mais bonita, com terra, adubo e novas sementes. As plantas do jardim também eram motivo de orgulho, algumas das quais ele mesmo plantou, em parceria com *“a minha assistente social”*. Enquanto narrava seus feitos e afetos no interior da instituição, era impossível ignorar que Adão estava diferente, calmo e tranquilo, transmitindo uma serenidade que parecia compor a paisagem do próprio lugar onde estava: certo silêncio natural levemente cortado pelo canto de pássaros e pela brisa do verão que, vez ou outra, abrandava o calor de fevereiro. O silêncio parecia contagiante e por vezes se instalava entre uma conversa e outra. Naquele encontro, em um determinado tempo e contexto, emergia uma atmosfera que estimulava a reflexão e o direcionamento de um olhar para

dentro de si, bem como à enunciação de um discurso digno de ser escutado.

Entre palavras e silêncios, Tiago manifestou curiosidade sobre a decisão de Adão em buscar internamento no CAPS. A explicação para a sua "recaída" foi afetiva: conheceu uma menina por quem se apaixonou. Ficaram juntos por quatro dias, ao término dos quais ela teria terminado a relação, pois, segundo ele, *"acabou o dinheiro, acabou o amor"*. Ao ser deixado pela companheira, Adão percorreu as ruas "em estado deplorável": *"eu estava terrível, sujo, com a barba enorme e com uma cara de louco. Foi o João [militante do MNPR e usuário de abrigo] que me encontrou na rua e disse: 'pode vir comigo'. Então eu fui com ele para o abrigo e lá eu solicitei internação"*. Nesse instante, o recado enviado pelo monitor do abrigo foi entregue: a sua vaga na instituição estava garantida, mas era preciso um empenho maior de sua parte. Ele afirmou já saber daquilo tudo, mas que voltar para o abrigo é sempre algo preocupante. A quantidade de pessoas com vários problemas de saúde, medicalizada, e alguns desafetos, paradoxalmente, faziam daquele espaço uma alternativa a ser evitada ao máximo. Além disso, Adão sabia que aquela opção se impunha, em certas ocasiões, como a mais aceitável diante da "instabilidade" de sua situação e como modo de construir outra imagem de si aos seus amigos e profissionais mais próximos da assistência social, já que *"estando dentro do abrigo, a pessoa tem que tomar o remédio"*.

Além do mal-estar relacionado à presença intensa de pessoas doentes naquela instituição, os conflitos com alguns usuários tinham suas raízes no fato de Adão ter sido escolhido para atuar como facilitador social em projetos da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) – órgão responsável pela gestão da rede assistencial na cidade – o que teria gerado indignação de outros que concorreram à mesma vaga. Tiago compartilhou a opinião de que Adão não deveria deixar que isso o abalasse tanto e que seria importante explicar aos seus conhecidos que a escolha para trabalhar foi decorrente de uma seleção pública aberta a todos. Mas ele manifestou cansaço: *"eu quero sumir, passar uns anos longe de Porto Alegre. Estou muito visado, é muita gente na minha volta. É gente de todos os lados"*. Era um cansaço de visibilidade. Mas também cansaço de gestão, de pessoas e instituições que, por todos os lados, sentenciavam "o melhor" para ele, disputando o modo de cuidado mais legítimo ao seu caso e o mais controlável para as pessoas *em situação de rua*, a um só tempo individualizando e massificando diagnósticos sociais.

Tiago e Adão caminharam juntos até o portão principal trocando as últimas palavras daquele encontro. Percebendo que o guarda monitorava a sua movimentação do alto da escada de acesso à recepção, Adão acenou para ele com a mão, tranquilizando-o: *"não te preocupa que eu não vou fugir"*. Fechando o portão e encarando o pesquisador, já do outro lado da rua, Adão finalizou a despedida: *"sempre tem grades na minha vida"*.



Uma semana depois, Adão entraria em contato conosco. Era um domingo quente e ensolarado. Estava claro que ele desejava visitas e também queria se alimentar com algo diferente. Vestindo a camiseta do MNPR, ele manifestou grande empolgação quando trouxemos carne e refrigerante, alertando que tínhamos que compartilhar com os demais usuários. Muitos deles, aliás, permaneceram deitados ou, literalmente, afundados nos sofás da instituição, em silêncio, com os olhos vidrados em uma televisão, ou em estado de sonolência – o que, segundo Adão, era resultado “*de muitos remédios*”. Quando Bruno perguntou-lhe sobre a consulta que havia tido durante a semana, com médico especializado e contratado pelo CAPS, Adão retomou, com precisão e insatisfação, aquilo que o profissional havia lhe passado: “*ele me deu mais remédios*”. Encerrou o assunto e fomos direto aos preparativos do almoço.

Chegamos com um frango assado e adentramos a cozinha, onde Adão passou a distribuir talheres, pratos e copos sobre a mesa, chamando a nossa atenção para uma gaveta com garfos e facas de plástico, avisando-nos que no interior da instituição era proibido manusear qualquer tipo de metal cortante. Com uma faca de plástico, partimos a carne com dificuldades. Era preciso cortá-la em vários pedaços para que pudéssemos compartilhar com dois ou três usuários já sentados à mesa, entre os quais poucas palavras foram trocadas. Um deles, no entanto, aproximou-se de nós três para conversar. Jaci, um homem negro, de 42 anos e estatura mediana, interrompeu a conversa e manifestou interesse em participar do MNPR-RS: “*posso distribuir panfletos... qualquer coisa que me ajude a sair das drogas*”. Em seguida, perguntou se as entrevistas que fazíamos com Adão eram sobre a sua trajetória de vida ou sobre “a rua” de um modo mais amplo. Como participante de um projeto de pesquisa em andamento, Bruno explicou-lhe que vem trabalhando com Adão no intuito de elaborar um material baseado em suas experiências de vida, suas vivências na cidade e seus envolvimento em coletivos como o MNPR-RS e o Jornal Boca de Rua. Essa breve explanação deu brecha para que Jaci ficasse conosco pelo resto da tarde e contasse um pouco de sua relação com “as ruas”, dos familiares, do trabalho, das instituições de tratamento e expusesse suas próprias concepções de cuidado e recuperação. Enquanto acompanhávamos atentamente as expressões simultâneas de seus sofrimentos e alegrias, assim como as descrições sobre seus modos de atuar frente às surpresas da vida, Jaci nos permitia acessar elaborações em torno daquilo que nele haviam reprimido em outros momentos.

## Discursos da não-confiança

*"Nunca fui morador de rua, sempre tive lugar para dormir, mas a droga leva a pessoa para a rua, pois não tem parente que agente por muito tempo um drogado dentro de casa".* Foi assim que Jaci nos mostrou a circularidade de suas movimentações entre a casa do irmão, os filhos e "as ruas" – movimentos mediados pelos usos mais ou menos extremados do *crack*. Nessa narrativa, ele com frequência voltava para casa do irmão quando precisava "cuidar de si" e afastar-se dos circuitos de uso e comércio de drogas e, conseqüentemente, dos múltiplos vetores de violência produzidos nesses espaços pelo poder estatal e pela quebra de contratos informais em zonas de tráfico. No momento em que compartilhava esses fragmentos biográficos, planejava permanecer mais um tempo no CAPS e depois retomar o contato com o irmão, os filhos e a ex-esposa, cujo afastamento temporário era constantemente atribuído ao uso de drogas e à sua incapacidade de camuflar as transformações corporais, a magreza exposta, as roupas surradas: *"não tem quem agente!".* A mesma razão foi atribuída às suas entradas e saídas no mercado formal de trabalho. Entre fábricas, restaurantes e oficinas de automóveis, Jaci traçou uma linha decrescente rumo ao seu progressivo distanciamento em razão do envolvimento com drogas, prejudicando sua imagem de trabalhador com "carteira assinada". A certa altura, tomou a decisão de limitar-se ao trabalho informal como flanelinha e outras atividades pontuais: *"nunca precisei roubar para usar drogas. Sempre que precisava, eu arrumava um serviço e conseguia um dinheiro. Lá onde eu moro, todos gostam de mim".*

Seus planos de retomar o fôlego permaneciam a despeito das narrativas de fracasso individual endossadas por ele e legitimadas por discursos médicos e socioassistenciais. Após três passagens anteriores pelo CAPS, Jaci estava seguro de uma coisa: começaria uma nova vida. E essa nova etapa teria como pressuposto um saber muito específico transmitido nas reuniões do CAPS, aquele que permite desconfiar da confiança. A confiança em demasia seria prejudicial pelo risco de fornecer falsa segurança ao usuário em tratamento, levando-o a pensar que poderia administrar muito bem a relação com outras drogas que, inevitavelmente, o levariam ao *crack*. Sabendo disso, Jaci deixaria em poder de seu irmão todo o dinheiro que obtivesse quando voltasse para casa. Mas, para que a estratégia tivesse êxito, o irmão também precisaria mudar e não entregar o dinheiro quando Jaci o pedisse de volta sob o pretexto de pagar alguma dívida. Ele esperava, francamente, que o irmão participasse das próximas reuniões do CAPS, onde ouviria depoimentos de outros usuários e familiares, que o ensinariam a lidar mais pacientemente com ele (lançando mão de uma constante desconfiança necessária), pois em breve morariam juntos novamente – ao menos era o que ele planejava.

A certa altura de nossas conversas, trouxemos à tona um estranhamento inicial sobre o uso de medicamentos, os seus efeitos e a opinião dos usuários sobre isso. São vários tipos de remédios ingeridos ao longo do dia, explicou Jaci. Eles servem para acalmar a “fissura”, essa “*vontade incontrolável de usar drogas*”. Por coincidência, no exato momento em que falávamos sobre isso, um usuário adentrou a cozinha avisando que era chegada a hora de tomar nova medicação e, um a um, todos deveriam dirigir-se à enfermeira. Retornamos para a sala, onde pudemos nos deter com mais atenção ao quadro afixado na parede da instituição, com informações sobre os efeitos de medicamentos e os sintomas que cada um destinava-se a combater.

Era impressionante como saberes médico-institucionais circulavam como efeitos de verdade sobre corpos, relações e cuidados. *Cérebro, mente, psique, fármacos, haloperidol, clorprozamina, diazepam*, compunham, dentre outras, o rol de palavras-chave na explicação dos efeitos físicos e mentais sobre o paciente: *prazer, euforia, hipersexualidade, diminuição da dor*. O quadro relacionava palavras que guardavam suas potências na enunciação de técnicas biomédicas que, por sua vez, legitimavam o consumo de psicofármacos como poderosa *tecnologia de si*, de cuidado e controle, forjada pelo dispositivo da medicalização, mobilizador de estratégias e formas contextuais de assujeitamento (Ignácio & Nardi 2007).

Entre risos, Jaci e Adão nos explicaram novamente que, quando se está sob o efeito de *crack* ou cocaína, o usuário tem a falsa sensação de que a sua potência sexual é multiplicada. Bruno perguntou: “*essas informações foram escritas por um psiquiatra?*”. Respondeu Jaci: “*Sim, um homem muito inteligente, que explica tudo muito bem*”. Ainda em frente ao quadro repleto de informações e orientações médicas, perguntamos se todos ingeriam os mesmos remédios ou se havia prescrições específicas para cada caso. Adão não soube responder com exatidão, mas contou que na noite anterior tomou dois calmantes que, não tendo o efeito desejado, foram complementados com mais seis comprimidos de *diazepam*, ministrados pela enfermeira de plantão, para que pudesse conter a “fissura” e tentar dormir com tranquilidade. Além dos remédios, existiam outras orientações para situações como aquelas. Ao fim de nossa visita, já em vias de nos despedirmos, Adão foi até o quarto e voltou com um manuscrito em mãos, contendo as seguintes orientações dadas pela equipe do CAPS:

*O que fazer durante a fissura?/ Tomar um banho gelado/ Pensar em outras coisas / Procurar a família / Procurar o CAPS (muito importante!) / Trabalhar / Ler um livro / Tomar alguma medicação.*

\*\*\*

Um típico e duvidoso tratamento reservado aos pobres da cidade. É assim que João Biehl (2008, 2011) define o processo de pharmaceuticalização da vida, em que remédios e seus efeitos tornam-se um corpo de enfermidades a ser tratado com mais remédios, sem nenhuma atenção às condições distintas destes corpos que, também, são política e socialmente configurados. A abordagem que esse processo supõe é considerada pelo autor como um tipo de bala mágica, cada vez mais predominante no campo da saúde local e global. Tal abordagem consiste, basicamente, em uma verticalidade entre tecnologias de saúde dirigidas a doenças específicas e a complexidade de fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam a saúde de sujeitos e populações. Entre as estatísticas e as motivações para o lucro da indústria farmacêutica, os remédios e os equipamentos são postos numa relação que ignora o vínculo entre cura e a resolução de outras dimensões nas quais as vidas humanas estão inseridas (Biehl 2008, 2011).

Com efeito, o consumo de medicamentos como tecnologia de si emerge tão imperativamente a ponto de encarcerar, metaforicamente, não somente os sujeitos dos tratamentos, mas também os profissionais e agentes estatais, a este dispositivo da engrenagem biopolítica de gestão da saúde – fazendo com que o ato de prescrição medicamentosa não seja necessariamente o categórico principal deste modo dominante de subjetivação contemporânea (Biehl 2008). A pharmaceuticalização da vida associa-se a uma economia política que consolida a força da indústria farmacêutica e biomédica, barrando, coercitivamente, as condições de possibilidade para outras ações transformadoras destes modos de cuidado e de produção de subjetividades (Ignácio & Nardi 2007).

Os efeitos dessa verticalidade tornam-se apreensíveis com mais nitidez pela analogia com a abordagem da *bala mágica*. Atenta à rotina de uma comunidade terapêutica, voltada à recuperação por meio de abstinência e internação fechada – modelo presente no Brasil desde a década de 1970 –, Rui (2014) observou que a relação abusiva com substâncias é concebida como um problema da *mente* e não do *corpo*. Esse privilégio da *mente* ganha materialidade na compulsão que inevitavelmente leva ao vício, ao descontrole – sendo por isso que, no interior das comunidades terapêuticas, não se fala dos efeitos fisiológicos das drogas. Durante o internamento, as pessoas precisam estar dispostas a se recuperar e, independente das trajetórias individuais e sociais, todos são compreendidos como indivíduos que, nas suas escolhas, falharam em algum momento (Rui 2014).

Pelos relatos e interações registradas no CAPS – mesmo sem um envolvimento diário com a rotina da instituição – podemos inferir que a falha individual não está apenas

no passado, como sugerem as reflexões de Rui (2014). Há uma continuidade que assombra e ludibria *corpos e mentes*. Ao mesmo tempo em que os sujeitos são estimulados a identificar em si as raízes de seus problemas e os modos de solucioná-los, o que reforça a individualização do poder sobre o corpo e a mente, as possibilidades de mudança são limitadas frente a uma linha de (des)controle reforçada pelo saber médico e transmutada para o indivíduo e seu núcleo familiar. Ao que parece, a racionalidade aí construída é o próprio vetor da *bala mágica*, que atinge o campo das incapacidades individuais, físicas e mentais que devem ser anestesiadas, monitoradas e acalmadas, constituindo modos de vida individualizantes e totalizantes ao mesmo tempo. Um dos efeitos dessa racionalidade é a anulação de qualquer referência à diversidade de relacionamentos com as substâncias e aos atravessamentos sociais, políticos e históricos que recaem sobre os grupos alvo das intervenções médicas e assistenciais.

Aprende-se, enfim, a olhar para dentro, não para fora. E esse olhar é constante, imperativo e culpabilizante, sobretudo quando estimulado pela crescente e difusa associação entre o uso de drogas e a perda de responsabilidade, como aconteceu com Adão. A inserção em projetos que lhe possibilitavam renda e experiência profissional foi logo arruinada frente aos acontecimentos que trouxeram à tona os discursos sobre suas incapacidades e limites na proteção de si e dos outros, características que seriam opostas às de seu colega de trabalho e militância que, mesmo já recebendo outro benefício, não teve problemas semelhantes. Colocado em foco por seus potenciais de risco por meio da retórica da proteção, na medida em que estancar uma fonte de renda seria uma forma de dificultar o acesso às drogas, Adão foi retirado de mais um espaço que, assim como o MNPR-RS, cumpriria o propósito de mantê-lo afastado do uso de certas substâncias. Medidas como aquelas eram tomadas “para o seu próprio bem”, baseadas em um estatuto contextual de normalidade.

Tudo isso nos faz pensar numa sobreposição de múltiplos investimentos sobre essas vidas consideradas, a um só tempo, perigosas, incapazes, vulneráveis descontroladas e estimuladas à ativação e transformação individual. Esse quadro parece conformar um alerta feito recentemente por Taniele Rui e Fábio Mallart (2015): existe uma conexão entre específicos territórios urbanos e experiências institucionais (cadeias, quebradas, albergues, cracolândias, Fundação Casa, comunidades terapêuticas, centros especializados em álcool e drogas...), tecida por linhas de forças que se sobrepõem à gestão da ordem e do cuidado, conjugando simultaneamente lógicas de punição, repressão, controle, saúde e assistência. Esse demasiado investimento se faz, na visão dos autores, justamente sobre aquelas existências que não se permitem captar totalmente, mas que deixam rastros de um vaivém entre políticas, técnicas, equipamentos, saberes e poderes diversos.

Ora, era a terceira vez de Jaci, e outras tantas de Adão, entrando e saindo de albergues, abrigos, CAPS, residências de familiares, e coletivos de mobilização social – territórios e experiências que vinculam forças semelhantes de incidência sobre modos específicos de existir no mundo (Rui & Mallart 2015). Forças estas que se deixaram ver na constatação de que “*sempre tem grades na minha vida*”, e que impeliam o direcionamento específico do olhar para problemas internos (incentivando os sujeitos a negarem-se a si mesmos e a desejarem tornar-se outros), reiterados por uma racionalidade e burocracia que envolve a gestão dos sintomas e dos sujeitos que ali ingressam. No mar de prescrições medicamentosas, a recaída era uma recaída de si: a expressão de um fracasso autônomo e individual.

### **Reflexões finais: a política nas tramas da normatividade**

Era naquele mesmo campo de conexões que Adão e Jaci identificavam suas relações “desmedidas” com o *crack* como a principal causa de seus infortúnios biográficos, paradoxalmente reconhecendo o peso de seus tropeços individuais e a potência do acoplamento entre engajamento coletivo, saberes biomédicos, vínculos familiares e institucionais. Na encruzilhada desses espaços e relações, ambos, à sua maneira, inscreveram-se politicamente como sujeitos que não somente são responsabilizados, mas que também responsabilizam agentes e utilizam estrategicamente os melhores caminhos que lhes são apontados.

Por isso, acreditamos que todo cuidado é pouco para evitar que essas experiências sejam vistas como a prova real de fracassos pessoais, familiares e laborais causados por relações extremadas com substâncias psicoativas. O caminho a seguir aqui é outro, e não poderia ser por menos. Como *sujeitos da fala* (Rui, Martinez & Feltran 2016) Adão e Jaci suscitam um embate sobre a normatividade que permeia os múltiplos espaços aos quais se vinculam, mas também nos fazem conhecer a constante reflexividade e instrumentalização dos discursos da fragilidade e da autonomia, assim como suas avaliações constantes sobre os contornos e limites de suas capacidades de superação individual.

A forma paradoxal com a qual Adão marca discursivamente o seu retorno ao MNPR-RS é emblemática. Ao mesmo tempo em que precisou afastar-se momentaneamente para cuidar de si, como técnica reflexiva e minuciosa, a sua reinserção no movimento é encarada como a continuidade desse mesmo cuidado. E isso certamente não seria possível sem o envolvimento coletivo com militantes e apoiadores, mas também na proximidade com diferentes trabalhadores dos serviços socioassistenciais que aderem à reivindicação dos

direitos da *população em situação de rua*, alargando a rede de cuidados e encaminhamentos institucionais.

Adão sabia muito bem como utilizar essas dimensões conectadas de engajamento (individual e coletivo) e de intervenção institucional. Ao afirmar que saiu para cuidar de si e que voltou para manter-se melhor, ele sabia que estaria muito próximo de pessoas que o encorajariam a continuar, que estimulariam o seu “progresso” e a sua participação na militância, como estratégias para evitar “recaídas” e reincidências que lhe prejudicassem. Da mesma forma, o acesso ao tratamento e a garantia de vaga em instituições de acolhimento, em certa medida, dependiam da compreensão de que era urgente tomar certos cuidados e da inclinação a uma técnica adquirida: a “organização pessoal”. Apesar de saber de tudo isso e de estar cansado de tantos investimentos alheios em sua recuperação, de olhares desaprovadores, redentores e estimuladores, todos em demasia ao seu redor, Adão também sabia que, no CAPS, localizado em um bairro da zona leste da cidade, estaria longe de seus desafetos, da degradação atribuída ao albergue e do excesso de pessoas extremamente doentes, mesmo que ali ele fosse apreendido por outra tipologia de *vulnerabilidades*.

Uma vez ingresso no CAPS, outras questões seriam levantadas nas falas e nas interações ali estabelecidas. Em diferentes situações, Adão informava a dimensão ordenadora que habitava os dispositivos de controle e as tecnologias médicas dinamizadas pela instituição, ainda que estivesse inserido nas tramas do dispositivo da medicalização que tendia a apaziguar seu sofrimento e sua ansiedade. Mais do que um refém de um enclausuramento gerador de modos individualistas e de uma posição de dominado frente ao saber-poder biomédico e institucional, Adão explorava fissuras e notificava a dimensão ordenadora daquele espaço, fosse pela atenção que identifica olhares vigilantes e os tranquiliza, declarando que não haveria fuga; pela observação sobre as grades de ferro que se interpõem em suas passagens por diferentes domínios institucionais; pelos talheres de plástico que, na materialidade, eclodem a periculosidade construída em discursos esparramados no espaço/tempo do tecido social; fosse pelo simples modo de usar a camiseta do MNPR diariamente – o que enunciava seu pertencimento a redes coletivas de engajamento e mobilização; ou mesmo pelas drogas que circulam em seu próprio corpo e que acalmam, tranquilizam e adormecem uma espécie de potência prejudicial, ao mesmo tempo em que geram outros prejuízos julgados como menos importantes. Aqui, são outras drogas lançadas na corrente sanguínea para combater o cerne, a raiz, a fonte das causas e dos efeitos que não ousam ultrapassar a linha culpabilizante (quase punitiva) da individualidade. Era Adão quem nos mostrava tudo isso, num misto de denúncia e fatalidade estratégica.

Jaci também produzia efeitos inesperados por entre as normas. A guinada de vida proclamada em transformações pretendidas poderia tomar tanto a via da mobilização social, pela sua entrada no MNPR-RS, quanto do retorno à casa do irmão. Se no primeiro caso, ele depositava expectativas em si mesmo, ao mostrar que poderia fazer “qualquer coisa” no MNPR, “até distribuir panfletos”, no segundo caso, no entanto, quem precisaria aprender a agir adequadamente quando a “fissura” batesse à porta eram seus familiares. Nesse caso, proclamando inteiramente as suas impotências, Jaci tentaria convencer o irmão a participar com mais interesse das reuniões do CAPS. Segundo ele, a presença do familiar na instituição era necessária para delimitar um campo em que fosse possível a incorporação da aprendizagem para “lidar com a droga, com a fissura”. Para além de conjugar-se como um incapaz, os discursos e as práticas institucionais dariam suporte a Jaci, no intento de mobilizar outros repertórios (que afetariam também outros envolvidos) em seu processo de mudança. Neste cenário, e com o saber adquirido no CAPS, poderia negar a si mesmo como objeto passivo de transformação idealizada pelo contexto familiar e institucional.

Isso significa que, na retomada do núcleo familiar, mediada pela administração e gestão das substâncias, Jaci erigia-se como sujeito que passava a exigir um cuidado e um aprendizado: era preciso que a família atuasse na ampliação dos espaços de circulação de verdades, cuidados e saberes. Afinal de contas, por uma lógica discutível de dependência, que reitera a total incapacidade de administração das pessoas sobre o cotidiano de suas vidas, era reprovável que alguém entregasse dinheiro a um familiar que estivesse enfrentando “problemas com álcool e drogas”. Neste jogo de julgamentos, que termina por enlazar política, vida e química (um modo de controle biopolítico), o sujeito subjetiva e passa a agir sobre a construção de uma existência mais suportável ao que sente e sofre, ainda que isso tenha maiores implicações na sua relação com o próprio uso de drogas, como os próprios psicofármacos.

Desconfiar da confiança guardava seus efeitos colaterais na possibilidade de cobrar confianças e desconfianças, cuidado e conhecimento de outros corresponsáveis. Potencializando o campo normativo que lhe atravessava, Jaci ampliava condicionalidades e responsabilidades sobre os próprios modos de intervenção recaídos sobre si; assim como Adão engajava-se na manutenção de padrões de normalidade estimados ao seu redor e, ao mesmo tempo, enunciava a perversidade das práticas e saberes que lhe apreendiam nas malhas da incapacidade para também exigir que ele fosse capaz de transformar a si próprio, valendo-se dos mesmos recursos e ferramentas discursivas mobilizadas por relações de subordinação (Mahmood 2006). Nunca totalizantes a ponto de amarrar os sujeitos em



condutas pré-moldadas, as técnicas e saberes sobre *corpos, mentes* e vidas fazem mais do que isso, num movimento oscilante: produzem capacidades, fracassos, descontroles, mas também sujeitos ativos, engajados e críticos, que exploram as fissuras no campo normativo da biopolítica contemporânea, esparramada por múltiplos territórios urbanos e relacionais, coprodutores de vidas (in)capazes.

## Referências

- AGIER, Michel. 2008. *Gerer les indésirables*. Des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion.
- BIEHL, João. 2008. "Antropologia do devir: psicofármacos – abandono – desejo". *Revista de Antropologia da USP*, v. 51, n. 2, São Paulo: 413 - 449.
- \_\_\_\_\_. 2011. "Antropologia no campo da saúde global". *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 17, n. 35: 227-256,
- DE LUCCA, Daniel. 2007. *A Rua em Movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2016. "Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro". In: T. Rui; M. Martinez; G. Feltran. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 22p.
- FERNANDES, Bruno. 2015. "A Gente Vai Continuar se Escondendo da Sociedade? Notas Etnográficas Sobre a Situação de Rua, a Violência e a Discriminação em Espaços Urbanos". *Revista Ponto Urbe (USP)*, v. 1: 1-11.
- FERNANDES, Bruno; SCHUCH, Patrice. 2015. "Enunciações, intervenções e tensões: a experiência de engajamento em coletivos vinculados à população em situação de rua em Porto Alegre/RS". *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia - ABA*, v. 2: 38-44.
- FOUCAULT, M. 2006 [1975]. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2005. *A arqueologia do saber* (7. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- GENARD, Jean-Louis. 2013. "Que peut nous apprendre l'ouvrage 'punishing the poor' sur la régulation de la pauvreté dans le contexte européen?" In: M. Hilgers (direction). *État neoliberal et regulation e la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles: pp. 61 - 78.
- IGNÁCIO, Vivian. T.G.; NARDI, Henrique C. 2007. "A medicalização como estratégia biopolítica: um estudo sobre o consumo de psicofármacos no contexto de um pequeno município do Rio Grande do Sul". *Psicologia & Sociedade*; 19 (3): 88-95.
- JACOBSEN, Gabriela. 2014. *Os peregrinos: uma etnografia itinerante de tempos-espaço e lutas em Porto Alegre*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. UFRGS/Porto Alegre.
- LEITE, Pedro. 2016. *Na luta com os peregrinos. Uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre*. Monografia de graduação em Ciências Sociais. UFRGS/Porto Alegre.

LYON-CALLO, Vincent. 2000. "Medicalizing homelessness: the production of self-blame and self-governing within homeless shelters". *Medical Anthropology Quarterly*, American Anthropological Association. V. 14 (n. 3): 328-345.

LEMÕES, Tiago. 2014. "População em situação de rua e a linguagem dos direitos: reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção". In: *29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal.

\_\_\_\_\_. 2015a. "Da feitiçaria à luta por direitos. Qual o lugar dos afetos no trabalho etnográfico?", *Revista Iluminuras* (Porto Alegre), v. 16: 32-60.

\_\_\_\_\_. 2015b. "O sangue das ruas. Sobre agência e normatividade na mobilização política da população em situação de rua". *Cadernos de Campo - USP*, v. 24: 315-336.

\_\_\_\_\_. 2016. "Entre visibilidades condicionadas e condutas legítimas: direitos, gestão e agência de pessoas em situação de rua". *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia - ABA*. v. 2: 54-59.

\_\_\_\_\_. 2017. "Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela verdade sobre a violência estatal". In: L. Elbaum; P. Schuch; G. Chagas. (Org.) *Antropologia e Direitos humanos VII*. 1ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, v. VII, pp. 17-50.

MAHMOOD, Saba. 2006. "Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica*. V.10, n. 1. Lisboa: CRIA.

MATA, Paulo. 2006. "O massacre da Praça da Sé". Monografia de conclusão de curso de Jornalismo. Campinas: PUC-Campinas.

MARTINEZ, Mariana Medina. 2015. "A gestão de saúde nos registros: empreendimentos para construir redes". *Avá - Revista de Antropología. UNAM*, v. 26: 175-197.

MIAGUSKO, Edson. 2014. "A produção das margens no estado de São Paulo: sem-teto nas ruínas de um presídio abandonado". *Etnográfica*, v. 18 (1): 33-52.

QUIJANO, Aníbal. 2000. "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". In: E. Lander (Org.). *La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Caracas: Clasco, p. 201-245.

RUI, Taniele. 2014. *Nas tramas do crack: Etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome.

RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. 2016. "Introdução". In: T. Rui; M. Martinez; G. Feltran. *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar.

RUI, Taniele; MALLART, Fábio. 2015. "Por uma antropologia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle". *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu-MG.

SCHUCH, Patrice. 2015. "A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil". In: C. Fonseca; H. Machado. (Org.), *Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo*. 1ed. Porto Alegre: CEGOV, v. 1, pp. 121-145.

SCHUCH, Patrice; MAGNI, Cláudia; GEHLEN,IVALDO; KUNDEL, I. 2008. "População em Situação de Rua em Porto Alegre: especificidades sócio antropológicas". In: I. Gehlen; M.B. Silva; S.R. Santos. (Org.), *Diversidade e Proteção social: estudos quanti-qualitativos das populações de afro-brasileiros, coletivos indígenas, crianças, adolescentes e adultos em situa-*

*ção de rua e remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, v. 1, pp. 31-70.

WACQUANT, Loïc. 2013. "Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique". In : M. Hilgers (Org). *État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, pp. 17-39.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 20 de outubro de 2017.

---

# Caderno de imagens

## A vida dos queijos mineiros

Leonardo Vilaça Dupin<sup>1</sup>

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas

[leodupin@hotmail.com](mailto:leodupin@hotmail.com)

Letícia Moreira Uematu

Designer gráfico pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC)

[leumatu@yahoo.com.br](mailto:leumatu@yahoo.com.br)

### Resumo

O queijo minas artesanal é um alimento relacionado ao modo de vida de milhares de famílias em Minas Gerais. Ao longo das últimas décadas, com o alimento ultrapassando em maior escala as fronteiras do local onde é produzido, inseriram-se ali uma série de novos atores (humanos e não humanos), alargando o conhecimento exigido entre a produção e os controles sociais a que está sujeito, e tornando sua trajetória mais longa e complexa. O ensaio que segue é organizado em torno da noção de “biografia”, de modo a criar em imagens fotográficas uma narrativa etnográfica que enfatize encontros e sentidos construídos. As imagens objetivam acessar relações que a palavra escrita não alcança, criando pela densidade visual um ambiente de verossimilhança e, por conseguinte, de persuasão, intrínseco ao trabalho antropológico.

**Palavras chave:** queijos, biografia; trajetória; identidade

### Abstract

The minas artisanal cheese is a food related to the way of life of thousands of families in Minas Gerais, Brazil. Throughout the last decades, with such cheese extending the local borders where it is produced, several new actors started to emerge (both human and non-human), increasing the knowledge demanded between the production and social control which it is subjected to, and making its trajectory longer and more complex. This essay is organized around the notion of “biography” in order to create by means of photographic images an ethnographic narrative which emphasizes encounters and built senses. These

---

1 Bolsista Capes.

images aim to access the relations that ethnographic writing does not reach, creating through visual density an environment of likelihood and, therefore, of persuasion intrinsic to the anthropological study.

**Keywords:** cheeses, biography, trajectory, identity

O queijo Minas artesanal é um alimento fabricado a partir de uma tradição familiar em mais de 500 municípios de Minas Gerais, envolvendo cerca de 30 mil propriedades rurais<sup>2</sup>. Arraigado há muitas décadas nos hábitos alimentares de diferentes classes sociais, seu modo de produção foi salvaguardado como bem cultural imaterial, inscrito no Livro de Registro dos Saberes no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>3</sup>.

Sua história remonta ao período colonial, sendo uma forma extremamente simples e barata de conservar e agregar valor ao leite, trazida pela colonização portuguesa, mas readaptada localmente. Sua fabricação envolve apenas três ingredientes (leite, fermento e sal) e os utensílios, assim como as instalações necessárias à sua fabricação, até algumas décadas eram produzidos nas próprias fazendas com matérias-primas locais<sup>4</sup>. Com isso, a atividade possui historicamente poucas barreiras à entrada de novos produtores e se mostra mais acessível financeiramente do que outras atividades agropecuárias, de custo inicial elevado. Além disso, possibilita um retorno financeiro rápido e constante, uma vez que existe uma grande demanda pelo alimento nos grandes centros urbanos.

Assim, ao longo do século XX, ao contrário do que ocorreu com outros produtos lácteos – como iogurte, manteiga, e mesmo a venda direta de leite fluido<sup>5</sup> –, a proliferação de laticínios de médio e grande porte em Minas Gerais, que coletam leite em diferentes estabelecimentos rurais, não afastou a fabricação de queijos do âmbito da esfera da produção familiar, permanecendo um setor pouco concentrado, com a existência de milhares de queijarias de pequeno porte espalhadas por todo o estado.

Em um contexto em que os bezerros são ainda hoje uma forma complementar de pagamento por parte dos patrões aos vaqueiros e um meio comum de manutenção de recursos<sup>6</sup>, é rotineiro encontrar jovens produtores que, após poucos anos labutando em

---

2 Os dados são da *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais* (Emater – MG).

3 Em 2008, o Conselho Consultivo do IPHAN aprovou o Registro do Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas nas regiões do Serro, Serra da Canastra e Salitre/Alto Paranaíba, no Livro dos Saberes.

4 Destaca-se aqui a utilização de madeiras extraídas para a construção das queijarias e de utensílios que provinham de áreas das próprias fazendas. Somente a partir dos anos 1980, por exemplo, começou-se a utilizar energia elétrica em algumas etapas do processo, como a ordenha e a refrigeração dos queijos.

5 Atualmente amparada pela exigência de tratamentos térmicos.

6 Entre os produtores, as vacas apenas são vendidas em ocasiões de dificuldade financeira, quando pre-

grandes fazendas e até em serviços urbanos, juntaram algumas cabeças de gado, arrendaram o terreno e começaram a própria fabricação de queijos. Uma atividade que pode ser apenas sazonal, com estes fabricando queijos quando o preço do litro de leite pago pelos laticínios está baixo (geralmente nos meses chuvosos) e voltando à venda direta do leite quando o valor do insumo melhora (nos meses de seca), o que garante a autonomia sobre os recursos locais.

Porém, com as mudanças que perpassam o crescimento dos grandes centros urbanos, que passaram a demandar o alimento cada vez mais rapidamente e em maior quantidade, sua cadeia produtiva passou por amplas transformações espaciais, temporais desde a segunda metade do séc. XX, tornando-se mais longa e complexa, cada vez mais alargando o conhecimento exigido entre a produção e os controles sociais a que está sujeito o consumo (Appadurai 2008)<sup>7</sup>. Com o alimento ultrapassando em maior escala as fronteiras do local onde é produzido (e, assim, um regime de valor específico), inseriram-se ali uma série de novos atores (humanos e não humanos) com motivações singulares e uma rede de instituições, que se vinculam em função do alimento e dão suporte ao circuito que o movimenta.

Dos produtores que ocupam pequenos sítios, em regiões montanhosas do estado, passando por comerciantes, profissionais da vigilância sanitária, gastrônomos e chefs de cozinha, até chegar aos consumidores nas grandes cidades, como um produto em circulação, o queijo minas artesanal passa a ser pensado de estendidas maneiras: recurso para se prolongar a vida útil do leite, conhecimento repassado ao longo de gerações, alimento cotidiano saudável ou fonte de contaminação – por carregar bactérias patogênicas –, iguaria gastronômica, símbolo do estado, patrimônio nacional ou mesmo fonte de interação entre homens, animais e seres microbiológicos. Sendo classificado e reclassificado em muitas categorias e realocado em significados culturalmente específicos que se constroem contemporaneamente ao longo de sua trajetória.

O ensaio fotográfico que segue é parte de uma pesquisa etnográfica multi-situada<sup>8</sup>, inicialmente focada na cultura material, mas que acaba por romper dicotomias por muitas décadas reificadas na disciplina (material e imaterial, rural e urbano, humanos e não

---

cisa-se pagar uma dívida, ou quando aquelas se tornam completamente improdutivas (velhas ou em caso de algum defeito físico, por exemplo, quando perdem uma teta), tornando-se um custo para a propriedade. O gado, portanto, parece funcionar como poupança e seguro para a família, podendo ser “guardado” na fazenda de parentes e servindo para a família em caso de necessidade.

7 Como afirma Appadurai (2008), “tais histórias adquirem qualidades especialmente intensas quando as distâncias espaciais, cognitivas ou institucionais entre produção, distribuição e consumo são grandes”, pois “cria-se uma mitologia em função da alienação entre tais atores” (Appadurai 2008: 68).

8 Realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp.

humanos). Nela, o trabalho de campo mostrou a impossibilidade, por exemplo, de abordar o patrimônio imaterial sem envolver os territórios e unidades de fabricação, de pensar a disputa pela afirmação do alimento e seu modo de produção (diante das controvérsias sanitárias e ambientais) sem imergir nas cidades, onde travam-se seu campo de legitimação, ou mesmo de abordar a fabricação e consumo do alimento sem analisar uma complexa “ecologia de seres” (capim gado, bactérias, fungos, homens, etc.) em mundos-em-processo, a partir de emaranhados de zonas de contato que constroem os tecidos que regulam a vida cotidiana e assim tornam-se passíveis de serem historicizadas e etnografadas.

Como vínhamos trabalhando com uma câmera o fotográfica, que para além de uma ferramenta de trabalho, aparecia em campo como elemento de construção de relações ao abrir um leque de interpretações sobre nossa posição e interesses, mas também de diálogos que propiciavam uma outra forma entrada e permanência no universo simbólico e material que envolve o queijo minas artesanal, emergiu a questão: como poderíamos usar as imagens para abordar e expor tais códigos da vida que se construía e estão aquém e além da visualidade da cultura material? Ou, em outras palavras, como retratar a (in)visibilidade das relações aqui estudadas?

Buscando convenções que permitiriam responder a tal questionamento, as imagens foram organizadas com o fim de construir uma narrativa montada como texto etnográfico (com começo, meio, fim), deixando de serem “dados dispersos”<sup>9</sup> para formar um discurso estruturado e inteligível sobre a realidade estudada, de modo que a ideia de unidade do ensaio ganhe força e produza a significação desejada. Assumimos assim uma postura de costurar a heterogeneidade de atores e de tempos-espacos presentes na pesquisa de campo de modo a fazer as fotografias “falarem” (Godolphim 1995)<sup>10</sup>, isto é, de selecioná-las para que nos ajudem a narrar nossos encontros etnográficos e os sentidos das relações sociais construídas<sup>11</sup>. Afinal, as imagens contam histórias, ampliam os horizontes da pesquisa (e da vida) e têm gramáticas próprias, que muitas vezes expressam o que a palavra não alcança.

Em termos metodológicos, o ensaio será organizado sob a inspiração das discus-

---

9 Fez-se necessário que essas imagens compartilhassem referentes mínimos para que fossem decodificadas se associando ao “sentido” da pesquisa. E aqui aparece a importância de tal ordenação, mas também das legendas que acompanhem as imagens.

10 Como afirma Godolphim (1995), tentar fazer fotografias “falarem”, ou tratar as fotos como “falas”, implica saber ordenar os signos da cultura em foco sobre o espaço do fotograma, preferencialmente amarrando os signos ao contexto em que se encontram.

11 E aqui, no trabalho mais amplo, dois tipos de narrativas se encontram na produção etnográfica, a escrita e a visual, com o objetivo de apresentar descrições narrativas de realidades em curso, complementando-se e concorrendo para propiciar uma reflexão sobre os temas em questão.



sões teóricas em torno da noção de “biografia” na disciplina<sup>12</sup>, a fim de criar trajetórias do alimento ao longo de sua cadeia produtiva (tomada em sentido antropológico enquanto o estabelecimento de vínculos entre pessoas, mas também entre humanos e não humanos), mapeando em imagens as diferentes racionalidades que se depositam sobre o queijo. Por mais inventiva que seja tal escolha visual (uma vez que o fotógrafo está sempre construindo representações, que serão aqui combinadas), pensar nesse trabalho em trajetórias revela sutilezas e permite pela densidade visual acessar temas que a descrição escrita, proveniente caderno de campo, tem dificuldade de expressar, criando um ambiente de verossimilhança e, por conseguinte, de persuasão (como é intrínseco ao trabalho antropológico)<sup>13</sup>.

Em meio a tais imagens em fluxo, a estética visual se altera no simbolismo dos gestos, no uso de utensílios, nas expressões faciais e em paisagens inacabadas<sup>14</sup>, que narram visualmente as relações de um alimento de forte conotação identitária que termina sua “carreira” de vários modos, podendo, como demonstram as imagens, por exemplo, tonar-se “rala” se encaminhado a uma fábrica de pães-de-queijo, ser destruído num aterro sanitário<sup>15</sup> ou receber premiação em um concurso internacional. Analisar tais trajetórias e inferir as razões simbólicas que dão sentido e sabor à sua existência social, bem como inferir o efeito do alimento nos diversos atores envolvidos são aqui objetivos fundamentais.

Com elemento central, o queijo ganha formas, cores, curas, exterioridades que emergem mostrando-se um ator social (não humano) versátil e em constante performance ao se modificar (em aspectos visuais, mas também gustativos e olfativos) devido a interferências que se relacionam a conhecimentos locais, mas também a elementos como temperatura, umidade, ação de bactérias e fungos, sendo por isso chamado de um “alimento vivo”. Daí surge o título do ensaio que mescla o uso uma categoria incorporada

---

12 Kopytoff (2008), por exemplo, fala em compreender as relações sociais através de uma abordagem biográfica das coisas. Porém, tal tradição passa também por Gell (2009), que aponta que abordagem antropológica se distingue de outras disciplinas ao apresentar “uma certa profundidade de foco, caracterizada como ‘biográfica’”, por articular-se com o “projeto de vida” dos agentes, bem como por Bourdieu (2006) e a ilusão retórica da biografia, dentre muitos outros autores.

13 Afinal, produzir uma etnografia implica construir um texto que apresenta argumentos encadeados para dar conta de realidades.

14 Para tomar a expressão de Lévi-Strauss em sua passagem por São Paulo nos anos 1950, a paisagem jamais chega a ficar pronta, marcada pela urgência, pelo imprevisto e pelo inacabamento e, assim, nunca atinge o declínio.

15 Quando cheguei em um município da Canastra - MG, em outubro de 2015, para realizar a pesquisa de campo, o Ministério da Agricultura havia apreendido e iria destruir 13 toneladas de queijos produzidas na região. O alimento que estava armazenado em dois galpões teria como destino na semana seguinte o aterro sanitário municipal. O motivo da destruição, segundo o laudo técnico do Ministério, foi a falta registro que atestasse origem do produto.

localmente e a perspectiva formulada por Appadurai (2008), já clássica na disciplina, que considera que as coisas, assim como as pessoas, são possuidoras de uma “vida social”.

As fotos foram realizadas com um camera digital Nikon D90, entre outubro de 2015 e junho de 2017, em diferentes fazendas produtoras, locais e situações de comércio, eventos agropecuários, nas regiões do Serro e Canastra, em Minas Gerais, e na cidade de Tours, na França.

## Referências

- APPADURAI, Arjun. 2008. "Introdução: mercadorias e a política de valor". In.: *A Vida Social das Coisas* (org.). Niterói, RJ: Eduff, p. 14-88.
- BOURDIEU, Pierre. 2006. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 183-191.
- GELL, Alfred. 2009. "Definição do problema: a necessidade de uma antropologia da arte". *Revista Poiésis*, n 14, p. 245-261.
- GODOLPHIM, Nuno. 1995. "A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica". *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185.
- KOPYTOFF, Igor. 2008. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- MENESES, José Newton Coelho. 2006. "Queijo artesanal de Minas – Patrimônio cultural do Brasil". *Dossiê interpretativo – Vol 1*. Belo Horizonte: IPHAN, 157 pp.

Recebido em 30 de junho de 2017.

Aceito em 8 de novembro de 2017.



**Imagem 1** – É a pastagem que toma a maior porção das terras das fazendas produtoras de queijo da região da Serra da Canastra. As percepções dos produtores sobre ela, mas também sobre os ciclos de vida agropastoril, fornecem-nos indícios para começar a se entender como se operam uma série de complexas relações entre seres humanos e não humanos, mas passíveis de serem socializados e que envolvem a terra como espaço de organização da vida e trabalho. São Roque de Minas, Serra da Canastra. Fonte: Letícia Moreira Uematu, novembro de 2015.



**Imagem 2** – A produção de queijos é essencialmente uma atividade manual, mas que também incita sensibilidades sonoras, olfativas, gustativas. Ao amanhecer as vacas são chamadas uma a uma pelo nome para o curral onde acontece a ordenha. Fazenda Matinha do Ouro. Município de São Roque de Minas, Canastra - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2015.



**Imagem 3** – O processo de coalhar o leite marca o início da fabricação nas queijarias, que na região do Serro geralmente são contíguas ao curral. Fazenda Palmeiras. Município de Rio Vermelho, Serro - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2016.



**Imagem 4** – A prensagem da massa, que separa o soro do coalho, é parte de um processo marcado pela destreza manual. Fazenda Palmeiras. Município de Rio Vermelho, Serro - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2016.





**Imagem 5** – Com uma peneira de metal, produtores realizam o dessoramento do leite transformando-o em coalhada. A parte sólida que permanece na vasilha é transferida para um pano fino, chamado de "volta ao mundo", e colocada em formas plásticas circulares. O queijo começa a ganhar forma. Fonte: Letícia Moreira Uematu, outubro de 2015.



**Imagem 6** – Devido às exigências dos órgãos de vigilância sanitária novos materiais têm alterado a paisagem das queijarias, mas também se incorporam à figura dos produtores que atualmente, para se manter dentro da lei, são obrigados a passar por cursos de capacitação e aderir ao avental, touca, máscara e bota de borracha. Fazenda Cedro. Santo Antônio do Itambé, Serro - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2016.



**Imagem 7** – Depois de desenformados, os queijos são lavados e faz-se o chamado “toalete” ou grosa, um tipo de acabamento em que estes são alisados por um ralo, corrigindo possíveis defeitos. Neste processo, alguns produtores improvisam uma lata perfurada como ralador, enquanto outros utilizam uma lixa d’água. Há alguns anos, o processo era realizado com sabugos de milho. A rala obtida através do acabamento é colocada em sacos plásticos, armazenada e utilizada para o preparo de quitandas e para a produção do pão de queijo. Rio Vermelho, Serro – MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, abril de 2016.



**Imagem 8** – Queijos são colocados para curar. Sobre prateleiras de madeira o alimento ganha uma coloração amarelada, sabores e odores que se acentuam aos cuidados do produtor. Chácara Esperança. Município de Medeiros, Canastra - MG. Fonte: Letícia Moreira Uematu, abril de 2016.





**Imagem 9** – Pesagem dos queijos para venda. Distrito de São José do Barreiro, São Roque de Minas, Canastra - MG.

Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, outubro de 2015.



**Imagem 10** – Os queijeiros são comerciantes que, pelo vínculo estreito com o alimento, ganharam a denominação. Diariamente realizam a chamada “linha” ou “junta do queijo”, processo que consiste em passar o dia percorrendo a zona rural e comprando queijos das fazendas da região. Distrito de São José do Barreiro, São Roque de Minas – MG. Fonte: Letícia Moreira Uematu, novembro de 2015.



**Imagem 11** – Nas fazendas o queijo é um alimento que se insere de forma transversal nas diversas refeições do dia, como cafés da manhã, almoço e jantares. Fazenda Palmeiras. Município de Rio Vermelho - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2016.





**Imagem 12** – Produtores disputam reputações através do alimento. Nas sedes das fazendas troféus e medalhas de “campeonatos de melhores queijos”, que acontecem com frequência no estado, com a lógica de funcionamento dos julgamentos se assemelhando a torneios esportivos, são exibidos como motivo de orgulho. Fazenda Ouro Fino, Município do Serro - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, novembro de 2016.



**Imagem 13** – Nos pequenos comércios do estado os queijos costumam ser vendidos sem embalagem. “Embalou, o queijo morreu”, dizem os produtores e comerciantes sobre o alimento. Merceria do Fernando. Município de Bambuí, Canastra - MG. Fonte: Letícia Moreira Uematu, abril de 2016.



**Imagem 14** – Nas unidades familiares, o queijo minas artesanal torna-se ingrediente de quitandas, dos pães de queijo, além de ser servido acompanhado de doces como a goiabada e o doce-de-leite. Fazenda Marcela, Medeiros, Canastra - MG. Fonte: Leonardo Vilaça Dupin, setembro de 2015.



**Imagem 15** – Doze queijos mineiros foram premiados no Salão Mundial do Queijo, França. Na imagem, um deles recebe a medalha de prata. Tal participação tem sido importante não só para a geração de divisas e lucros, mas usada para moldar o alimento na direção desejada pelos seus promotores, um mercado de queijos fino. Município de Tours, França.

Fonte: Letícia Moreira Uematu, junho de 2017.

---

# Tradução

## Sobre o conhecimento antropológico

Philippe Descola<sup>1</sup>

Pesquisador da École des Hautes Études en Sciences Sociales

[philippe.descola@college-de-france.fr](mailto:philippe.descola@college-de-france.fr)

### Resumo

Este artigo expõe a visão de Philippe Descola sobre a antropologia como um estilo de conhecimento caracterizado pela continuidade da relação entre descrição, compreensão e explicação. Nele é ressaltado que esta continuidade define o lugar da antropologia em sua recente expansão para novos campos da pesquisa empírica, pois o conhecimento que oferece sobre a experiência humana é produto de problemas, dúvidas e acidentes que marcam o curso das investigações.

**Palavras-chave:** antropologia; epistemologia; metodologia.

### Abstract

This article exposes Philippe Descola's view of anthropology as a style of knowledge characterized by the continuity of the relationship between description, understanding and explanation. In it, is emphasized that the knowledge produced from this continuity defines the place of anthropology in its recent expansion into new fields of empirical research, where the originality of its investigations lies in the problems, doubts and accidents that mark its interest in the human experience

**Keywords:** anthropology; epistemology; methodology.

---

1 Tradução do original "On anthropological knowledge", publicado na Revista Social Anthropology (2005), v. 13, n. 1, pp. 65-73. A licença para a tradução e publicação em língua portuguesa foi fornecida por John Wiley and Sons e Copyright Clearance Center, após contato com o autor, a quem rendo meus agradecimentos [Nota do tradutor]. A R@u agradece ao tradutor, pelo auxílio com a edição do texto, e a Marcos Lanna, pela cuidadosa revisão.



Entre as várias ciências sociais que surgiram no decorrer dos últimos dois séculos, a antropologia é provavelmente a única que ainda permanece ponderando sobre a definição de seu objeto. Proclamar que ela trata da humanidade como uma espécie social é pouco esclarecedor, uma vez que outras ciências têm o mesmo objeto e aplicam a ela métodos mais especializados do que aqueles de que podemos nos orgulhar. É verdade que os antropólogos extraem seu reconhecimento público do domínio de um corpo específico de conhecimentos: usando dados que obtêm em todo o mundo, eles categorizam e comparam sistemas de parentesco, concepções da pessoa e formas de agência ritual; eles analisam mitos, proibições alimentares e taxonomias de plantas e se esforçam para entender os princípios subjacentes à troca, à hierarquia ou à causalidade mágica. Mas esses objetos foram confiados à antropologia quando, no curso da expansão colonial, os europeus foram confrontados por costumes enigmáticos e instituições bizarras que nenhuma outra ciência estava preparada para explorar em seu próprio território, já bem circunscrito. Os métodos de descrição tiveram que ser improvisados, os critérios tipológicos tiveram que ser inventados, os fatos incongruentes tiveram que ser agrupados em categorias para adquirir uma aparência de unidade. Além disso, a maioria dos antropólogos agora negam veementemente – com uma temeridade que nem sempre considera as consequências – que seu objeto deve ficar restrito ao tradicional estudo das instituições e crenças desses poucos povos distantes que permaneceram à margem da modernidade. Aeroportos, navios de guerra, gangues de rua e o Parlamento Europeu são abrangidos, agora, pela pesquisa antropológica, junto com plantas industriais, laboratórios de engenharia genética e a bolsa de valores de Hong Kong. Tudo isso é muito animador, sem dúvida, e testemunha a capacidade de renovação amplamente proclamada de uma disciplina que conquistou sua autonomia, incorporando o conhecimento das sociedades ditas primitivas aos temas anteriormente discutidos pelo direito comparado e pela história das religiões. Mas essa anexação *de facto* de novos campos da pesquisa empírica não deve impedir que avaliemos as nossas reivindicações de expansão: quais são exatamente os recursos que a antropologia pode utilizar para justificar suas incursões em domínios que pareciam, até há pouco tempo, muito além de sua jurisdição? Exceto por um processo de transposição que permaneça na melhor das hipóteses muito metafórico, podem as lições extraídas do estudo, de muitas décadas, de rituais de iniciação melanésios ou de sistemas de casamento dos aborígenes australianos realmente servir para lançar luz sobre a construção da diferença de gênero entre os funcionários de um hospital moderno, ou nos ajudar a entender a evolução dos sistemas jurídicos europeus em relação à filiação e à descendência? Exceto pelo fato de reivindicarem ser antropológicas, uma monografia sobre a mitologia de uma tribo amazônica tem algo em comum com um estudo de anorexia entre os jovens ricos de

Madri, ou com um ensaio sobre o simbolismo das cores na Idade Média? Ou seria, antes, o caso de muitos empreendimentos diferentes se agruparem sob a bandeira da antropologia que a enorme extensão adquirida por este rótulo o condena a significar quase nada, salvo o desejo daqueles que o empregam de sinalizar que estão a favor de uma abordagem qualitativa dos fatos sociais? Colocando a questão de uma vez, será que nós ainda compartilhamos uma linguagem comum, um propósito comum, um método comum, agora que consideramos adequado expandir a antropologia para além do seu domínio tradicional (que, pelo menos, nos forneceu um objeto empírico e um jargão técnico)? Esta não é apenas uma questão retórica, e é melhor nós mesmos cuidarmos dela antes que outras disciplinas decidam que estamos obsoletos, como já está acontecendo nos Estados Unidos, com a lenta invasão do território da antropologia social pelos chamados estudos culturais.

Diferentes respostas para este tipo de exame de consciência já estão disponíveis no mercado epistemológico. Por exemplo, pode-se tentar definir a antropologia pelo seu conteúdo, ou seja, pelo tipo de coisas com as quais as teorias antropológicas atuais lidam. Na Europa, pelo menos, especialmente no Reino Unido e na França, esse assunto parece ser “as relações sociais”, isto é, relações autoexplicativas entre participantes em sistemas sociais de vários tipos. O problema, é claro, é que essa definição também se aplica a outras ciências sociais, nomeadamente à sociologia, à história, à psicologia social ou mesmo à economia, como já estava claro no ambicioso programa durkheimiano a partir do qual essa concepção de antropologia deriva. Pode-se tentar restringir um pouco o campo e ver o que a antropologia tem feito de melhor do ponto de vista das disciplinas vizinhas. Foi o que o falecido Alfred Gell fez quando propôs que “a antropologia é... considerada boa em fornecer análises refinadas de comportamentos *aparentemente irracionais*, performances, enunciados etc.” (Gell 1998: 10). Tenho total simpatia para com essa definição, já que é exatamente isso que eu mesmo venho tentando fazer nos últimos 25 anos. Mas é preciso admitir que isto exclui seu inverso, isto é, uma análise refinada do comportamento aparentemente racional, como o estudo realizado por Edwin Hutchins em sua notável monografia sobre cognição<sup>2</sup> em um navio de treinamento da Marinha dos Estados Unidos, um estudo que é, no entanto, considerado pela maioria dos antropólogos como estando dentro do escopo da disciplina (Hutchins, 1995). Tal definição poderia até mesmo excluir o parentesco, a mais sagrada das relíquias herdadas pela antropologia, uma vez que poder-se-ia argumentar que não há nada intrinsecamente irracional em nomear parentes de tal ou qual forma ou em prescrever tal ou qual categoria de cônjuge potencial. Especificar a antropologia por seu conteúdo sempre leva ao pequeno jogo de encontrar contraexem-

---

2 *Distributed cognition*, no original (nota da revisão da tradução).

plos que não se enquadram nos limites da definição, embora sejam amplamente aceitos em revistas profissionais como peças legítimas de pesquisa antropológica; sem contar o fato de que também seria necessário enfrentar perguntas complicadas sobre o grande divórcio transatlântico entre “cultura” e “relações sociais” como matérias concorrentes para nossa disciplina.

Outra abordagem, a que sou favorável, é buscar métodos de investigação compartilhados por todos os antropólogos, independentemente das diferentes concepções que eles tenham sobre seu objeto de estudo – métodos que vão além de simples afirmações retóricas quanto a nossa professada dedicação comum à “observação participante” (ou às “conversações”<sup>3</sup>, para usar uma expressão mais da moda). Esta também não é uma tarefa fácil, uma vez que parece haver pouca relação em termos de método entre, digamos, um estudo de apelidos em uma vila siciliana, uma teoria geral da troca matrimonial, e um relato cognitivista da eficácia ritual. Além disso, deve-se ter cuidado, em tais assuntos, ao analisar o que os antropólogos realmente fazem, e não o que eles dizem fazer – uma lição que pode ser extraída do florescente campo dos estudos sociais da ciência. Pois antropólogos, assim como outros cientistas que escrevem sobre as orientações gerais de suas investigações, tendem a adotar um discurso normativo que obscurece sua prática real: eles estão propensos a expor os resultados objetivados de suas pesquisas, a extrair daí lições epistemológicas ou filosóficas e a codificar seus métodos de forma quase axiomática, ao invés de expor com plena habilidade os ensaios, as dúvidas e os acidentes que marcam o curso de suas investigações e as tornam possíveis.

Radcliffe-Brown, para citar um dos nossos antepassados mais ilustres, é um bom caso a se analisar. Todos sabemos que ele definiu a antropologia como uma ciência nomotética, cujo propósito é obter leis usando o método comparativo, em contraste com disciplinas ideográficas como a etnografia e a história, que se esforçam para produzir descrições fiéis de sociedades contemporâneas ou passadas (Radcliffe-Brown 1952). Mas tal decreto epistemológico era mais fiel às distinções introduzidas no final do século XIX pelas controvérsias da *Methodenstreit*<sup>4</sup> do que pela complexidade da antropologia que o próprio Radcliffe-Brown estava praticando. Pois, ao separar tão profundamente a antropologia da etnografia, ele estava esquecendo, ou, antes, fingindo esquecer – já que ele próprio era um etnógrafo competente – que a antropologia é subserviente ao processo pormenorizado de observação e descrição de práticas e instituições que as monografias etnográficas dispo-

3 *Ongoing conversations*, no original (nota da revisão da tradução).

4 Literalmente “disputas de método”, termo inicialmente usado para se referir, na Alemanha, à disputa entre economistas da chamada “escola austríaca” contra historicistas, sobre o lugar da teoria geral em ciências sócias e o uso da história para explicar a dinâmica da ação humana (Nota do revisor da tradução).

nibilizam. É a partir dessas fontes constantemente enriquecidas que os antropólogos de orientação teórica extraem os elementos de suas generalizações, e o fazem com um know-how prático que é tão mais difícil de formalizar na medida em que extrai sua eficácia do domínio compartilhado de outro know-how, ainda menos formalizado: aquele que se desenvolve no decurso do trabalho de campo. Esta expertise nos torna familiarizados com os procedimentos raramente explícitos de objetificação através dos quais os dados são obtidos, filtrados e apresentados – procedimentos que temos dificuldade em descrever para não antropólogos, ou mesmo em ensinar a nossos alunos quando nos preocupamos em fazê-lo, mas a partir dos quais, no entanto, derivamos a compreensão intuitiva que temos do material reunido por outros antropólogos que colocamos em uso quando tentamos organizá-lo em generalizações significativas.

Radcliffe-Brown estava, assim, ignorando deliberadamente o fato de que, na medida em que depende da etnografia como um modo de conhecimento muito particular, a antropologia também exige uma dose de identificação com seu objeto. Pois a etnografia reivindica essa especificidade de usar como ferramenta de investigação a subjetividade de observadores que experimentam um modo de vida diferente do qual estão acostumados, de modo a fornecer uma espécie de garantia experiencial da coerência e consistência de seu conhecimento das práticas sociais com as quais se envolvem no campo. E este processo subjetivo não pode ser mantido completamente à margem quando se trata de lidar com os fatos objetivados que resultam da sua operação. Claro, não é de surpreender que Radcliffe-Brown banisse do instrumental de nossa disciplina essa disposição de experimentar através de si mesmo com o comportamento distintivo de outros – o que normalmente chamamos de compreensão. Afinal, ele via a antropologia como uma extensão das ciências naturais, cuja legitimidade só poderia ser estabelecida pela ruptura com a tradição hermenêutica, uma tradição que poucos antropólogos europeus estavam dispostos a endossar, naquele momento, de qualquer maneira. Finalmente, Radcliffe-Brown estava certo, na minha opinião, quando atribuiu à antropologia um objetivo nomotético, mas ele estava errado quando considerou a explicação como um processo puramente indutivo. O leitor irá se lembrar que, de acordo com ele, a explicação deve obedecer ao método experimental e seguir um procedimento em três estágios: a observação de fatos, a formulação de hipóteses e a verificação de hipóteses por uma nova observação. Essas tentativas de generalização comparativa não são desconhecidas na antropologia. É o que os etnólogos costumam fazer quando tentam detectar, entre as sociedades vizinhas que estudam, um tipo de crença, de comportamento ou de instituição que parece apresentar propriedades suficientemente consistentes – apesar da variabilidade de suas manifestações reais – para que possam ser tomadas como uma espécie de invariante regional. Mas esse tipo de in-



dução tipológica nunca levou à formulação de leis como as das ciências naturais, nem por Radcliffe-Brown, nem por aqueles que a usam empiricamente para fins mais limitados.

Há outra maneira padrão de explicação, que Radcliffe-Brown deixa de fora: o método dedutivo. A omissão é tanto mais paradoxal por ser Durkheim, de quem afirmou ser um seguidor, que deu a essa abordagem sua legitimidade (Durkheim 1960 [1897]; 1973 [1897]). É o método que Lévi-Strauss utiliza, por exemplo, quando estuda as leis de casamento que operam em sistemas elementares de parentesco: uma vez que estas leis podem ser representadas em modelos onde os indivíduos são distribuídos em classes matrimoniais, pode-se postular que um elemento constitutivo do sistema de relações sociais (a relação de troca entre duas classes matrimoniais, por exemplo) corresponde a um elemento constitutivo do modelo (uma relação de permuta entre as unidades representadas por símbolos). O caráter dedutivo do modelo deriva do fato de que ele fornece uma estrutura pretensamente isomorfa com o processo objetivo estudado, as transformações dedutivas operadas dentro do modelo sendo concebidas como homólogas às transformações dos fenômenos reais.

Na sua prática cotidiana, em contraste com suas reivindicações normativas, os antropólogos recorrem, assim, a métodos e paradigmas muito diversos, cujos resultados são, no entanto, geralmente ratificados como pertencentes à disciplina pela comunidade profissional que sustenta sua existência. Fica claro, a partir das observações precedentes, que três procedimentos se destacam nesse know-how comum implantado pelos antropólogos: descrição, compreensão e várias formas de explicação. Poder-se-ia ver nessas operações uma maneira alternativa de apresentar os três estágios tradicionalmente distinguidos na construção do conhecimento antropológico: etnografia, como uma aquisição de dados em um grupo social particular descrito como uma totalidade; etnologia, como uma primeira tentativa na direção de uma síntese generalizadora que lide com um conjunto de sociedades na escala de uma área cultural, ou com uma classe de fenômenos supostamente homogênea; e, finalmente, a antropologia propriamente dita, como o estudo das propriedades formais da vida social em geral (Lévi-Strauss 1958: 386–9). Mas esta analogia é enganosa pois, se as três fases se referem, em princípio, a objetos e métodos que são claramente compartimentalizados e que podem até ser incompatíveis, conforme argumentam autores como Dan Sperber (Sperber 1982: cap. 1), por contraste, a trilogia descrição / compreensão / explicação toma a forma de um contínuo que não pode ser facilmente segmentado.

Voltemos a esses três procedimentos para ver de que maneira se misturam. A descrição, aparentemente, não requer nenhuma descrição: pela falta de instrumentos de medição adequados, os etnógrafos só precisam estar atentos e curiosos sobre tudo;

eles devem ser capazes de apresentar, por escrito, interações e sequências de ações por vezes complexas, e transcrever adequadamente expressões faladas em idiomas que eles raramente dominam perfeitamente. No entanto, em uma ciência onde o observador e o observado compartilham propriedades comuns, a descrição nunca é assim tão simples. É verdade que é preciso evitar os próprios preconceitos e os julgamentos morais, mas é impossível alcançar uma posição de perfeita neutralidade axiológica e se livrar completamente dos esquemas de objetivação através dos quais se aprendeu a decifrar a realidade. Além disso, o conhecimento etnográfico baseia-se na relação pessoal e permanente de um indivíduo específico com outros indivíduos específicos, um conhecimento que, portanto, procede de um conjunto de circunstâncias que nunca são idênticas e cujo resultado não é estritamente comparável com qualquer outro conhecimento, nem mesmo quando adquirido por etnógrafos que o antecederam numa mesma população. Como foi observado, o escritório dos etnógrafos é o seu próprio eu e as relações que eles conseguem estabelecer entre esse eu e alguns membros de uma sociedade. Portanto, os dados que eles reúnem não podem ser totalmente dissociados das situações em que eles se encontram imersos – muitas vezes por acaso, pelo papel que eles são levados a desempenhar –, às vezes inconscientemente – na política local ou por sua dependência de várias pessoas que se tornam seus principais fornecedores de informação. E o que os etnógrafos fazem com esta informação, por sua vez, dá testemunho de sua educação, seu caráter, sua história pessoal: todos estes elementos que contribuem para canalizar sua atenção e definir suas preferências. Tudo isso é um lugar comum para os antropólogos; mas também implica que os dados etnográficos diferem dos dados experimentais, na medida em que resultam em um conhecimento que é, estritamente falando, não reproduzível, uma vez que deriva de uma troca intersubjetiva cujas condições nunca são idênticas<sup>5</sup>.

Apesar dessas variações pessoais, no entanto, há uma homogeneidade impressionante, talvez mesmo misteriosa, na forma como os etnógrafos constroem seu conhecimento no decorrer de suas investigações. E essa homogeneidade tem a ver com o ritmo do trabalho de campo, com o fato de o processo de compreensão de uma cultura estrangeira requerer uma série de etapas que parecem quase idênticas em sua duração para todos os observadores. Esse ponto foi colocado para mim em Cambridge, há muitos anos atrás, por Meyer Fortes, recuperando uma conversa que teve com Malinowski, seu mentor, logo antes de partir para seu trabalho de campo com os Tallensi. Malinowski havia lhe dito que esperava receber uma primeira carta desapontada em cerca de dois meses, na qual Fortes reclamaria da comida, do clima, da falta de privacidade e da impossibilidade geral

---

5 Este ponto foi discutido de maneira particularmente clara por J. Fabian em seu *Time and the other* (1983).

de entender o que os nativos, como eram chamados naquela época, estavam fazendo ou dizendo. Outra carta se seguiria, aproximadamente quatro meses depois, em um tom mais otimista, relatando um progresso constante na pesquisa de campo e o surgimento de algumas hipóteses de trabalho sobre o que estava acontecendo. Então, depois de quase um ano no campo, Fortes escreveria novamente para Malinowski dizendo-lhe que o trabalho estava quase pronto, com apenas alguns detalhes restantes para esclarecer. E este seria o momento crítico. Algumas semanas mais tarde, seguiria uma nova carta, na qual Fortes explicaria que havia compreendido tudo erroneamente, e que precisaria de mais tempo para avaliar novas informações que modificavam seu entendimento anterior do sistema social.

Eu mesmo tinha acabado de voltar de quase três anos na Amazônia quando conheci Fortes, e fiquei satisfeito e surpreso com esse fragmento de sabedoria etnográfica, porque esse era exatamente o caminho que meu próprio trabalho de campo havia tomado. Na verdade, Lévi-Strauss, que era meu supervisor de tese, tinha sido menos explícito do que Malinowski durante nossa última conversa antes de partir para a América do Sul: enquanto eu explicava, com detalhes entediante, como pretendia prosseguir minhas investigações, ele apenas disse *“Laissez-vous porter par le terrain”* (“Deixe-se levar pelo campo”), o que agora tomo como um equivalente muito lacônico do conselho de Malinowski para Fortes. Mas a coisa mais notável sobre a anedota é que todos os meus alunos também me enviaram os mesmos tipos de carta, nos mesmos estágios de seu trabalho de campo, independentemente de seus temperamentos e habilidades pessoais. É por isso que cheguei à rústica conclusão de que, em relação ao trabalho de campo, o ritmo e a duração são os métodos que importam.

Existem outros métodos, porém, mas eles são tão intuitivos que raramente recebem um tratamento reflexivo. Por razões óbvias, os etnógrafos não podem transmitir uma cópia fiel da realidade observada; em vez disso, eles oferecem, como se fosse um modelo em escala, uma imagem das características prototípicas que talvez nunca possam ser plenamente descritas. Eles são, assim, levados a usar dois artifícios: a composição, que seleciona na continuidade de sua experiência pedaços de ação ou enunciados reputadamente mais significativos do que outros, e a generalização, que dá a esses episódios um significado que pode ser estendido para todo o grupo em estudo. Por tudo isso, as descrições resultantes não são falsas ou tendenciosas, pelo menos não deliberadamente, na medida que a multiplicação de etnografias da mesma sociedade – uma situação comum hoje em dia – permite uma forma de verificação por convergência. Mas descrever, para os etnógrafos, não é apenas fazer um relato do que observam; também significa organizar

para uso próprio, de acordo com sequências ordenadas e padrões de comportamento, o fluxo do que veem e do que lhes é dito. Esta filtragem quase inconsciente resulta de uma aspiração para compreender atos ou enunciados que muitas vezes são enigmáticos, confrontando-os com respostas que, nós como etnógrafos, teríamos nós mesmos levado às circunstâncias que engendraram essas reações. Isso equivale a um movimento espontâneo de identificação com os motivos que se podem detectar por trás da ação dos outros, ao invés de uma identificação com as respostas culturalmente codificadas que esses motivos geram, uma diferença<sup>6</sup> que marca a linha divisória entre relativismo metodológico e relativismo moral. Ainda assim, estas tentativas imperfeitas de interpretação não são puramente especulativas, especialmente nos primeiros meses de campo. Pois o trabalho de campo é um processo aceitável de socialização e aprendizado que molda os corpos, os julgamentos e o comportamento dos observadores imersos em uma comunidade de práticas não familiares. Ao inferir, entre os seus anfitriões, esquemas coerentes de comportamento, os etnógrafos criam uma espécie de condensado de boas maneiras<sup>7</sup> idiossincrático que rege as relações que estabelecem com eles e, podem, assim, comparar constantemente o grau de coincidência das ações que observam e das quais participam com as interpretações que construíram deles.

Compreensão, no entanto, não é apenas a compreensão em benefício próprio. Também exige que os outros entendam – outros sendo aqui a comunidade da qual o etnógrafo provém. Ao tornar-se pública, geralmente por escrito, a interpretação recorre a outros procedimentos e sua própria natureza, portanto, muda. O mais comum desses procedimentos, típicos da monografia padrão, é a contextualização: um costume, uma instituição ou uma crença, que parecem bastante bizarros à primeira vista, são reposicionados em seu contexto local, de modo a dissipar a sua estranheza, ao esclarecer o campo de significado em que estão incorporados. Paradoxalmente, a coerência interna da vida social, tal como é experimentada diariamente pelo etnógrafo, torna-se aqui uma espécie de prova de que o fenômeno estudado é de fato um objeto científico legítimo, já que se torna funcionalmente e semanticamente compatível com outros fenômenos que passaram por um teste semelhante de autonomização. Pode-se também contextualizar, em uma escala mais ampla, por generalização indutiva. O fenômeno antes apreendido no contexto em que foi observado será tomado como uma variação dentro de um conjunto mais amplo de fenômenos semelhantes que podem ser reconhecidos nas sociedades vizinhas da mesma área cultural. Graças a este processo, essas sociedades irão tornar assim manifesto um estilo regional, que ajudará a diluir a aparente excepcionalidade do fenômeno original, um mé-

6 *Distinction*, no original (nota da revisão da tradução).

7 *Précis de savoir-vivre*, no original (nota da revisão da tradução).

todo padrão desenvolvido há muitos anos pela escola holandesa sob o nome de *ethnologisch studieveld*.

É, finalmente possível, mas arriscado, alargar ainda mais o campo da generalização e detectar um grande número de ocorrências de um fenômeno além da região em que foi descrito pela primeira vez, um processo que permite ganhar por extensão o que se perde em compreensão, mas que pode extirpar do referido fenômeno os últimos fragmentos de realidade objetiva que ele ainda tinha na etapa anterior da generalização. O xamanismo, o totemismo e muitos outros fetiches antropológicos nasceram dessa maneira. Apesar de Radcliffe-Brown, a generalização indutiva não explica, salvo no sentido muito restrito onde um fenômeno é determinado por ser designado a uma classe cujos predicados estão condenados a permanecer arbitrários, dado que representam nada além do que a adição de propriedades conservadas em cada objeto de modo a permitir que ele seja incluído na classe. A única analogia possível com as ciências naturais que vem à mente é a taxonomia, talvez uma forma mais caridosa de definir a generalização indutiva do que sua assimilação à coleta de borboletas.

Existe uma especificidade metodológica para este estágio da compreensão etnológica, um estilo de descoberta que a antropologia poderia reivindicar como propriamente seu? A identificação parcial dos observadores com aqueles que eles observam é um movimento de adequação do eu diante dos outros que não pode ser visto como um privilégio dos etnógrafos e que corresponde bem à definição que Diderot deu da verdade quando escreveu que ela é *la conformité de nos jugements avec les êtres* (“A conformidade entre nossos julgamentos e os seres”), ou seja, não a aspiração ilusória a uma coincidência perfeita entre a *veritas cognoscendi* e a *veritas essendi*, mas, mais simplesmente, uma expressão da esperança – muitas vezes decepcionante, mas sempre presente – de se poder reconhecer em outros algo que se sabe sobre si mesmo. A compreensão por contextualização e generalização também equivale a um processo de verdade por adequação, embora não seja diretamente uma adequação do eu aos outros. É mais uma correspondência entre um tipo de realidade observada por alguém e um tipo de realidade observada por outros e, portanto, uma adequação entre uma singularidade estabelecida pela experiência subjetiva, por um lado, e uma adição de particularidades formando uma singularidade mais englobante de outro. Ela pode, então, ser decretada verdadeira na medida em que se torna fecunda para a inteligibilidade das variedades da experiência humana, ao mesmo tempo em que responde aos critérios de consistência que foram atribuídos a ela.

Por fim, explicar dedutivamente é, usualmente, caracterizado na antropologia por um procedimento em três etapas: isolando-se uma certa classe de fenômenos suposta-

mente recorrentes; construindo-se hipóteses quanto às relações existentes entre esses fenômenos; e elaborando-se um modelo destas relações, a fim de estudar as suas propriedades formais. No entanto, em contraste com os modelos da física newtoniana, cuja natureza dedutiva foi garantida por um sistema lógico-matemático de conexões entre leis, os modelos antropológicos são raramente dedutivos no sentido literal. Nenhum procedimento rigoroso, salvo o uso de tropos e conectores lógicos mais elementares, permite validar a legitimidade das transformações dedutivas realizadas pelos modelos, uma vez que estes últimos são apenas arranjos materiais – gráficos, tabelas, diagramas – intuitivamente construídos para descobrir, no espaço, a estrutura dos processos recorrentes. Eles podem ser eficientes quando dão conta de todos os fatos observáveis; eles podem ser capazes de previsibilidade se permitirem antecipar as variações dos elementos que os compõem; eles podem até ser formalizados *a posteriori*, com ferramentas topológicas, por exemplo; mas nunca alcançam a exatidão dedutiva que uma codificação matemática garante. A veracidade do modelo reside, portanto, na adequação postulada entre, por um lado, a sua estrutura interna (isto é, os elementos retidos na sua composição e as relações que os ligam) e, por outro lado, a estrutura hipotética dos fenômenos que o modelo pretende explicar. Diz-se, às vezes, que essa adequação pode ser verificada se o modelo for capaz de acomodar fatos inesperados. Mas isso só significa que uma classe relevante de fenômenos foi corretamente identificada e que suas propriedades foram corretamente deduzidas (certamente uma conquista em si), não que o conhecimento produzido desse modo tenha revelado a verdade essencial do objeto à maneira do antigo ideal de uma *adaequatio rei et intellectus*. Isso não quer dizer que tal objeto seja inteiramente imaterial – como objetou-se ao estruturalismo, por exemplo – uma vez que seus traços ou efeitos podem ser detectados em instituições, discursos e práticas. Mas sua realidade só pode ser verificada dentro do modelo que especifica suas condições de existência, não por uma observação empírica de sua operação real na vida social.

Não é de admirar, portanto, que quando observamos o que os antropólogos realmente fazem, seja no campo ou na reclusão de seus estudos, torna-se difícil separar nitidamente, e de acordo com os *ditames*<sup>8</sup> epistemológicos, a combinação entre descrição, compreensão e explicação que nosso ofício usa como ferramenta. Apesar de haver certa semelhança entre esses procedimentos e os três estágios clássicos da pesquisa antropológica, estes últimos são, de fato, uma definição purificada de operações que estão mais frequentemente interligadas. Pois o momento etnográfico é descritivo, mas também implica uma boa dose de compreensão através de uma identificação parcial com os outros, enquanto o momento etnológico subordina a explicação indutiva a uma abordagem abran-

8 *"Dicta"*, em itálico no original

gente; e se o momento antropológico está, teoricamente, sob a jurisdição de explicações hipotético-dedutivas, não está, no entanto, livre dos procedimentos anteriores que o tornaram possível ao proporcionar autonomia e substância a certas classes de fenômenos utilizados na construção de modelos. É por isso que a antropologia, no sentido mais amplo do termo, não é um empreendimento que possa ser caracterizado por um domínio claramente circunscrito de pesquisa, ou mesmo por um tipo de método que responda às exigências lógicas estabelecidas pela filosofia da ciência. Deve ser visto, antes, como um certo estilo de conhecimento – isto é, como um padrão de descoberta e um modo de sistematização que se apoiam em um conjunto de habilidades adquiridas progressivamente através da prática, simultaneamente uma guinada do espírito<sup>9</sup> e uma guinada nos procedimentos<sup>10</sup>, uma destreza particular adquirida através da experiência e reconhecida entre outros que ganharam a mesma proficiência ao lidar com fatos sociais na nossa maneira especial. É por isso, também, que os procedimentos seguidos para a avaliação da pesquisa antropológica pelos pares às vezes parecem opacos para cientistas de outras disciplinas: pois julgamentos passam não apenas por referência a resultados puros, mas também por conformidade com as especificações de um *modus operandi* amplamente implícito.

Agora, é hora de voltar a minha pergunta inicial: como antropólogos, nós temos algo específico a oferecer para ajudar a humanidade a entender as variedades de sua experiência do mundo? Pode o estilo de conhecimento que desenvolvemos ao longo do tempo ser transposto além das circunstâncias particulares que presidiram ao seu nascimento e dos conceitos de cultura específicos que herdamos a partir dessa gênese histórica? Será que somos imperialistas relutantes cavalgando nas ondas da globalização e tentando vender sem muito entusiasmo nossos produtos usados para pessoas que não têm necessidade real deles, ou ainda temos uma contribuição a dar para uma compreensão não-etnocêntrica da condição humana? Eu acho que temos. Pois, se os conceitos que usamos – modelos abstratos como sociedade, cultura ou representação – realmente nasceram em um local específico, em um momento específico e não são necessariamente os ativos preciosos e exportáveis que consideramos que sejam, o estilo de conhecimento que temos desenvolvido é, sem dúvida, um legado original para nossos companheiros com quem partilhamos o planeta. Embora um antropólogo chinês ou africano possa ter – e de fato deveria ter – desconfianças sobre a adequação das ferramentas intelectuais que forjamos no Ocidente para dar conta da nossa própria perspectiva sobre seu mundo, eles, no entanto, se adaptam, com uma facilidade notável, à combinação de métodos de investigação, intuições guiadas e habilidades autodidatas que formam a base do nosso ofício. Nesse sentido, a universalização

9 *Tour of mind*, no original (nota da tradução).

10 *Tour de main*, no original (nota da tradução).

dade da antropologia é muito diferente da universalidade, digamos, das leis da realidade física; ela não advém tanto de uma metalinguagem que é apenas o código de nossa própria cosmologia, mas de uma nova forma de entender a alteridade dos outros, uma extensão do trabalho universal da intersubjetividade em um tipo de conhecimento que todos podem dominar e fazer frutificar sem pagar um tributo desnecessário à embalagem dogmática com a qual tentamos justificar sua legitimidade.

## Referências

- DURKHEIM, Emile. 1960 [1897]. *Le suicide*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DURKHEIM, Emile. 1973 [1897]. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FABIAN, Johannes. 1983. *Time and the other*. How anthropology makes its object. New York: Columbia University Press.
- GELL, Alfred. 1998. *Art and agency*. An anthropological theory. Oxford: Clarendon Press.
- HUTCHINS, Edwin. 1995. *Cognition in the wild*. Cambridge, MA: MIT Press.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1958. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. 1952. "Introduction". In: \_\_\_\_\_. *Structure and function in primitive society*. Essays and addresses. London: Cohen and West.
- SPERBER, Dan. 1982. *Le savoir des anthropologues*. Paris: Hermann.

Tradução  
Breno Alencar  
(IFPA)

Revisão Técnica  
Marcos Lanna  
(UFSCar)

Recebido em 31 de novembro de 2017.  
Aprovado em 31 de maio de 2018.



---

# Artigos

## *No Salgado tem de tudo (ou Uma cidade dentro de Caruaru)*

Wecisley Ribeiro do Espírito Santo  
Doutor em Antropologia Social e professor adjunto da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>1</sup>

[wecisley@gmail.com](mailto:wecisley@gmail.com)

### **Resumo**

O artigo traz um relato sobre o trabalho dos produtores e comerciantes de vestuário de Caruaru-PE-BR, tomando como referência suas territorialidades específicas. Para tal recorre à descrição do maior bairro do município, predominantemente habitado por trabalhadores. O objetivo é chamar atenção para o modo pelo qual as relações de vicinalidade e parentesco subjazem às estratégias econômicas destes trabalhadores, engendrando não apenas as múltiplas práticas profissionais que se testemunha no local, senão também o bairro ele próprio (com suas características urbanísticas e econômicas). O material apresentado foi registrado durante o trabalho de campo etnográfico realizado na região, entre os anos de 2009 e 2013. Os resultados sugerem a relevância da organização familiar e vicinal do trabalho para o desenvolvimento urbano e regional, no contexto etnográfico.

**Palavras chave:** cidade; trabalho; vestuário; feira livre.

### **Abstract**

The article presents an account of the work of the Caruaru-PE-BR clothing producers and merchants, taking as reference their specific territorialities. For this it refers to the largest neighborhood in the municipality, predominantly inhabited by workers. The objective is to draw attention to the way in which the relationships of vicinality and kinship underlie the economic strategies of these workers, engendering not only the multiple professional practices witnessed in the place, but also the neighborhood itself (with their urban and economic characteristics). The material presented was recorded during the ethnographic fieldwork conducted in the region between 2009 and 2013. The

---

1 Pesquisador e membro fundador do Núcleo de Antropologia do Trabalho do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (NuAT/PPGAS/MN/UFRJ).

results suggest the relevance of the kin and vicinal organization of the work for the urban and regional development, in the ethnographic context.

**Keywords:** city; work; clothing; free marketplace.

## Introdução

*“Aqui os moradores encontram um comércio completo. São farmácias, mercadinhos, lojas de móveis. O setor de confecções impulsiona a economia do bairro. Motivada pela feira da sulanca, aqui estão localizadas mais de 280 fábricas de pequeno e médio porte”<sup>2</sup>.*

*“Nós temos no Salgado ruas extremamente desenvolvidas como a Rua Tupi, a Rua Barão, a Rua Santa Luzia, todo o perímetro da feira. São lugares onde o valor monetário dos imóveis é elevado porque o comércio é fluente”<sup>3</sup>.*

“Eu vou te levar lá no Salgado pra gente dar uma circulada pelo bairro”. Eis uma das primeiras coisas que Eugênio me disse quando nos conhecemos pessoalmente, em 2009. Falamos-nos primeiro por telefone, por ocasião de minha chegada a Caruaru-Pernambuco-BR. Anunciei-lhe o intento de fazer uma pesquisa sobre os trabalhadores do vestuário da cidade. Encontramos-nos no dia seguinte, quando ele apresentou um resumo de suas impressões sobre o tema ao fim do que arrematou com o convite para a visita ao bairro que é também seu local de residência e de trabalho. Como eu viria a descobrir ao longo do tempo, *dar uma circulada pelo bairro*<sup>4</sup>, do ponto de vista de Eugênio, trazia importantes implicações para a compreensão daquele universo.

Já no início de nossa caminhada, vencidos os primeiros cem metros da rua de sua casa, minha impressão foi de que já seria, sem dúvida, profícuo empregar todas as energias, dias a fio, apenas neste pequeno percurso inicial. Quer nos voltássemos para o lado direito da rua, quer para o esquerdo, era impossível não notar a onipresença da produção de vestuário. Fosse pelas inumeráveis pilhas de peças e partes de peças em jeans e outros materiais difusas pela maior parte das varandas das residências, ou pelas máquinas de costura que as ladeavam, ou ainda pelo som de aparelhos similares a funcionar ocultos,

2 “Salgado: uma cidade no país de Caruaru”. Reportagem da TV Jornal – emissora local – exibida em maio de 2008. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=84KQIEGhtQs> (Acesso em 29 de agosto de 2017)

3 Cientista Social entrevistada na mesma reportagem.

4 Todas as expressões e termos êmicos são registrados em itálico, sobretudo quando aparecem pela primeira vez, mas também quando vale apenas enfatizar seu significado.

no interior das casas, mas também pela cor azul do pequeno córrego<sup>5</sup> que corta o bairro e pelos resíduos de tecido e outros componentes têxteis eventualmente recolhidos por catadores; o fato é que estes e outros indícios não deixavam dúvida alguma quanto à atividade precípua do bairro do Salgado – a produção de roupas em jeans e tecidos similares.

Estabelecido na casa que me foi destinada por dona Eugênia (mãe de Eugênio e, junto com seu esposo, José Mário, principal informante da pesquisa), da qual passei a ser inquilino, saí para a rua durante a tarde, com a intenção de comprar água e comida para passar a noite. Diante do conjunto de residências contíguas nas quais vive toda a família, há uma pequena praça com dois bancos de madeira em um dos quais se encontrava Mário, segundo mais velho dos quatro filhos de minha anfitriã. Fomos apresentados por ela própria, também sentada em um dos bancos, sob a copa de uma árvore que completa a praça. Disse-lhes que pretendia encontrar um local para fazer compras, “talvez no centro de Caruaru”, comentei. Mário então me sugeriu ir ao supermercado do próprio bairro, “um pouco mais caro que os do Centro”, disse ele, “mas também bastante completo”. Em seguida, instou um tio seu a pegar uma motocicleta *da família*<sup>6</sup> e me levar até o supermercado e o depósito de água, ambos no próprio bairro. Seguimos, pois, de moto; primeiro para o mercado, em seguida para o depósito de água. Intrigava-me, no percurso, pensar sobre como conseguiríamos retornar com o garrafão de vinte litros de água, que meu acompanhante havia sugerido ser *mais em conta*, além das sacolas com os produtos do mercado, sobre a moto. O rapaz então sacou de duas cordas elásticas e, inacreditavelmente, amarrou tudo nos poucos espaços vazios existentes no veículo. Esta foi a primeira vez que deparei as habilidades dos *motociclistas* de Caruaru no que diz respeito ao transporte de grandes volumes de materiais sobre uma motocicleta. Depois disso, por inumeráveis vezes, testemunhei da janela de casa, nas feiras, andando pelos bairros e pelo centro, motocicletas pequenas transportando quantidades surpreendentes de peças de vestuário.

A sugestão de Mário para que eu fosse ao mercado do próprio bairro não foi gratuita. A maioria dos interlocutores que encontrei formula, vez por outra, com muito orgulho, uma variação da frase: *No Salgado tem de tudo, é uma cidade dentro de Caruaru*. É o caso deste morador do Salgado, que constrói um argumento expressivo do contexto simbólico – isto é, a imagem que os próprios moradores fazem de seu bairro ou, para empregar

5 Uma crítica à poluição dos rios da região, perpetrada por lavanderias e tinturarias, foi sintetizada nos seguintes termos em um outdoor de Caruaru: “Poluição: rios da cor da moda”.

6 A centralidade do trabalho por conta própria em detrimento de relações de assalariamento, na região, é referida pelas expressões nativas *trabalho com a família e trabalho para a família*. O dinheiro que resulta desta organização familiar (e, como veremos, vicinal) do trabalho é frequentemente investido na aquisição de bens duráveis (notadamente veículos automotores e imóveis) que, por conseguinte, permanecem como posse coletiva *da família*. Cf. a este respeito Espírito Santo (2015).

um conceito construído por Norbert Elias sob inspiração da psicanálise, o “ideal do nós” (Elias & Scotson 2000) – a partir do qual Mário me recomendou ir ao mercado do bairro em detrimento do Centro da cidade:

“Nos tempos passados, o próprio pão nós tinha que comprar lá na cidade, não é isso? E hoje tudo que a gente precisa tem no bairro. Por isso que eu digo que é uma grande cidade dentro da outra. Não precisa ninguém sair do seu bairro pra comprar alguma coisa lá fora. Porque de tudo a gente tem”. (Morador do Salgado).

Este modo de conceber o próprio bairro não constitui, no entanto, peculiaridade dos moradores do Salgado. É possível testemunhar o mesmo padrão compartilhado de descrição do local de moradia (e sempre, a um só tempo, de trabalho) também em Boa Vista – outro bairro no qual predomina a produção de vestuário:

“Eu não troco o meu bairro por qualquer bairro da cidade. Não desmerecendo os outros, mas aqui nós não temos carência em relação ao que precisar: colégio, hospital, supermercado, feira. Nós temos uma feira que hoje é considerada a maior feira de bairro da cidade, uma feira organizada. O bairro tem tudo que a gente precisa”. (Jorge Casagrande, presidente da associação de moradores de Boa Vista).

Alguns interlocutores que conheci expressam grande orgulho do bairro, associado à percepção espontânea de que o fortalecimento da economia local depende da agência dos próprios moradores. Este sentimento se contrapõe ao estigma que circula na cidade segundo o qual tanto o Salgado quanto Boa Vista (também chamado de COAHB) são *bairros pobres, violentos, perigosos*, etc. Creio que esta dimensão simbólica constitui um aspecto importante, que estimula o comércio interno, as práticas de ajuda mútua como também, o que é mais importante para nosso tema, a organização familiar e vicinal do trabalho na *sulanca* – categoria que se refere à produção e comercialização de vestuário do agreste pernambucano. Duas versões sugerem, respectivamente, ser o termo 1- uma junção de *helanca* (tecido) e *sul* (referido à região sudeste, supostamente local de proveniência dos primeiros retalhos que serviram de insumos para a produção artesanal de vestuário), e 2- uma simplificação de *sucata de helanca* (com uma acepção pejorativa e outra positivada, que enfatiza as habilidades de reaproveitamento material dos trabalhadores do agreste). O presente artigo apresenta um fragmento etnográfico do mundo da *sulanca*, interpretado a partir destas formas locais de conceber a territorialidade dos bairros predominantemente habitados por produtores e comerciantes de vestuário de *baixo custo*, os chamados *sulanqueiros*.

### ***Uma cidade dentro de outra***

Do ponto mais alto de um dos não muito numerosos outeiros existentes em Caruaru, avista-se o centro da cidade evidenciado por seus numerosos e monumentais edifícios erguidos nos últimos anos. Esta mancha urbana confere um fundo ao quadro que então se vislumbra. Outrora este monte contrastava com a cidade e, como “fazenda Salgado”, foi eternizado por José Condé em seu romance “Terra de Caruaru”.

O bairro do Salgado, no entanto, é antes, atualmente, *uma cidade dentro de Caruaru*, conforme é apresentado aos seus visitantes pelas pessoas que nele residem. Com os prédios do centro, compõem o quadro contemplado de sua parte mais alta, as estreitas e proeminentes chaminés que denunciam centenas de lavanderias de jeans que não se pode visualizar senão ao caminhar por entre as residências locais. E, como que plasmando uma inversão de perspectiva, a cidade, ao fundo, exhibe vertiginosos edifícios que emergem do relevo pouco sinuoso enquanto, em primeiro plano, estas chaminés (de silhueta mais estreita) engendram a ilusão de serem edificações mais distantes e também mais numerosas. De fato, se parecem enganosamente afastados no espaço, do ponto de vista social esta *cidade* – que faz lembrar a expressão consagrada por José Sergio Leite Lopes, “cidade das chaminés” (1988) – dista da imagem convencional do subúrbio subdesenvolvido em contraste com o centro, melhor equipado. É que *no Salgado tem de tudo*, segundo os que nele vivem. E o termo *tudo* aqui apresenta muitos níveis de significado sobre os quais devemos concentrar atenção nominalmente.

Em primeiro lugar, há, neste território, *de tudo* que carece a produção de vestuário em jeans e tecidos similares: lojas de máquinas de costura, de aviamentos, oficinas mecânicas de máquinas e lojas de peças, lavanderias e tinturarias, *confeções* (unidades industriais de produção de vestuário), *fabricos*, *facções* (estas duas últimas referidas a unidades domiciliares de produção de vestuário em sua integralidade, no primeiro caso, ou de uma parte dele, no segundo<sup>7</sup>) e, embora não existam tecelagens, não faltam galpões com estoque de tecidos. Por sinal, a proliferação de galpões para a estocagem de tecidos, aviamentos e outras mercadorias constitui um fenômeno importante no mundo da *sulanca*. Trata-se de um aspecto da cultura material dos sulanqueiros altamente expressivo de suas estratégias econômicas. Do ponto de vista destas estratégias, a capacidade de estocar mercadoria é um aspecto secundário como motivação para a construção destes prédios. A

---

7 Posto que o foco do presente artigo concentra-se na organização familiar e vicinal do trabalho e sobre como esta dinâmica estrutura territorialidades específicas, não há espaço para explorar, pormenorizada e etnograficamente, estes importantes termos nativos – algo já feito alhures. Cf. a respeito destas categorias êmicas, Espírito Santo (et. al., 2017), Espírito Santo (2015), Espírito Santo (2013a), Espírito Santo (2012), bem como minha tese de doutoramento, Espírito Santo (2013b).

motivação primária é a propriedade do imóvel e si. Um investimento de pouco risco para os recursos financeiros obtidos (e sempre economizados) com a *sulanca*, que constitui uma garantia para tempos futuros no contexto de uma economia informal, caracterizada pela incerteza e sazonalidade do *movimento* da feira.

Em segundo lugar, há de tudo que é necessário a todas as etapas iniciais da “vida social dos objetos” (Appadurai 1986) característicos da *sulanca*; isso quer dizer que, além dos elementos elencados na frase anterior, ligados à produção, o espaço da comercialização está também presente no bairro – não apenas lojas de vestuário abastecidas com a produção local, senão também a *feira do Salgado*, onde é possível encontrar os produtos da *sulanca*.

Em um terceiro nível, no *Salgado tem de tudo* como a *feira de Caruaru*, onde “de tudo que há no mundo, nela tem pra vender”<sup>8</sup>. De fato, a feira do Salgado é, por assim dizer, um modelo em miniatura da tradicional feira da cidade e a comentada vocação *cosmopolita* de Caruaru se faz sentir nesta outra *cidade* que se encontra englobada pela primeira. Explorei etnograficamente esta ideia do *cosmopolitismo* caruaruense alhures (Espírito Santo, *et. al., op.cit.*); registre-se, contudo, que este constitui um aspecto simbólico da identidade local com forte incidência sobre a materialidade dos objetos produzidos pelos *sulanqueiros*. Encarnado, por exemplo, nas imagens impressas e bordadas nas roupas da feira da *sulanca*, cujos temas compreendem, com incrível frequência, aqueles veiculados pela grande mídia – copa do mundo, olimpíadas, celebridades comentadas no momento. Todo tema em destaque mundial é passível de se converter em adorno para as peças da *sulanca*, o que em teoria, incrementa as vendas. Os modelos que estão *na moda*, em cada ocasião, são também o carro-chefe da produção; peças de vestuário utilizadas por personagens das telenovelas são prontamente reproduzidas e comercializadas nas feiras da região. No Salgado tem de tudo, pois, porque em Caruaru tem de tudo.

A configuração urbana tem sofrido profundas alterações, conferindo à cidade ares ainda mais claros de *capital do agreste*. Caruaru parece ser uma cidade em construção permanente e os canteiros de obras em andamento do centro assemelham-se às casas em processo de ampliação contínua e sem reboco do Salgado. Destarte, a exemplo das regiões convencionalmente concebidas como *centrais* em Caruaru, o Salgado também tem conhecido seu crescimento vertical. A verticalização da cidade, em geral, e dos bairros de trabalhadores, em particular, constitui outro tema nativo muito repetido pelas pessoas que conheci. O aquecimento do setor de construção civil estimulado pela economia da *sulanca*

---

8 Trecho da música *A feira de Caruaru*, escrita pelo compositor caruaruense Onildo Almeida e gravada por Luiz Gonzaga, em 1955.

constitui, neste contexto, um índice das transformações operadas pelo setor de vestuário. Já não são minoritárias as residências com dois ou três andares – o que concorre ainda um pouco mais para obliterar, em meio às construções, não apenas as lavanderias, senão também todas as unidades de produção de vestuário ali presentes. Se, conforme a descrição de David Harvey (2014), a fase contemporânea do capitalismo encontra dois de seus pilares precípuos no rentismo do mercado financeiro e no investimento em produção urbana com fins igualmente especulativos, seria razoável supor que, em Caruaru, coexistem o grande capital urbano e um capitalismo de vetor invertido; constituído de baixo e que, no entanto, lança mão de estratégias homólogas de investimento dos lucros: a construção civil. A conhecida urbanista da Universidade de São Paulo, Ermínia Maricato, sugeriu algo parecido acerca do rentismo: “o morador de favela pode se apropriar de uma pequena renda com um canudinho e o incorporador [representando o capital urbano] se apropria com um canudão”<sup>9</sup>. No bairro do Salgado a metáfora do “canudinho” se aplica, sem dúvida, à produção de imóveis pelos sulanqueiros. Entretanto, no contexto etnográfico ora apresentado, tais imóveis estão longe de ser ociosos, como costuma ser a regra entre os grandes especuladores urbanos; antes o que se observa é uma prodigiosa multiplicidade de usos, por assim dizer, nestes anexos das residências.

Fabricos, facções, confecções, lavanderias, lojas de aviamentos, lojas de peças mecânicas, oficinas de máquinas de costura e de outros equipamentos; espaços que podem confundir um observador adventício porquanto, a um só tempo, laborais e residenciais. O local de moradia é, com frequência, o de trabalho – variando às vezes apenas o andar da casa no qual se produz, de um lado, a vida e, de outro, suas condições materiais. Este é outro contraste com o centro da cidade, onde a especialização do espaço público e do privado é mais evidente. Isso não significa que, no Salgado, não existam diferenças entre o interior da casa (privado) e a rua (pública). De fato, o que parece existir é uma maior continuidade entre ambos. E, no entanto, se a *casa* é também local de trabalho e a rua – ou antes a *vizinhança* – continua a ser um território *da família* isso só ocorre mediante um processo seletivo de “familiarização” (Comerford 2003) e de criação de “vicinalidades” (Pina Cabral & Lima 2005: 369), do que a *confiança* e o ser *conhecido* constituem condições de recrutamento. Mas se nos casos elencados por Pina Cabral e Lima, a constituição de vicinalidades enfatiza a produção de vizinhança entre parentes, de um lado, e o relato de Comerford nos sugere ser o tratamento de vizinhos e conhecidos em termos de uma família extensa, de outro, no bairro do Salgado, em particular, mas também entre

9 Frase enunciada por Maricato, no debate “Copa, paixão e negócio”, organizado pelos Comitês Populares da Copa do Mundo do Rio de Janeiro, no ano de 2012. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Cta-dh7ehMQo> (Acesso em 16 de janeiro de 2018).



os trabalhadores da sulanca, em geral, não se pode propor anterioridade ou causalidade linear, entre *família* e *vizinhança*. Com efeito, vínculo e vizinhança se sobredeterminam na mesma razão em que afeto e família; podendo se observar “familiarização” de vizinhos e “desfamiliarização” (outra categoria analítica de Comerford) entre pessoas vinculadas por parentesco.

Seu José Mario foi talvez quem melhor caracterizou o Salgado e sua importância no contexto não apenas da cidade, mas de toda a região agrestina, apresentando-me sua multiplicidade de setores profissionais e sua posição em Caruaru, do ponto de vista econômico e político. O primeiro tema que evocou referiu-se aos chamados *fabricos* de roupas.

“Veja você que este bairro aqui é o bairro mais populoso de Caruaru. Têm 80 mil habitantes! E a cada dez casas, oito são fabricos. Veja você, Toritama tem 23 mil habitantes, Santa Cruz do Capibaribe tem 70 mil habitantes, Surubim tem...”.

E enumerou, com grande destreza, diversas cidades contíguas a Caruaru, fornecendo suas respectivas cifras populacionais.

“Então veja, só o bairro do Salgado tem uma população maior que todas estas cidades e de algumas delas somadas entre si. E em dez casas, oito são fabricos. Só de lavanderia de jeans tem umas duzentas. Então o bairro do Salgado economicamente é o mais forte de Caruaru. É o que segura Caruaru e a feira da Sulanca. Se um candidato a prefeito criar problemas aqui ele perde as eleições.”

Seu José Mário me expunha suas ideias com uma voz firme, formidável articulação e uma força que dissuadiria qualquer demógrafo da região de duvidar de seus números<sup>10</sup>. O argumento que ele formulara a partir de sua descrição do bairro do Salgado, fazia referência a um tema bastante recorrente nas falas dos demais habitantes do local, bem ilustrado nas múltiplas variações da frase nativa: *O Salgado é uma cidade dentro de outra*.

---

10 O crescimento populacional do bairro do Salgado se beneficiou das próprias oportunidades econômicas e laborais abertas pelo trabalho dos sulanqueiros. Com efeito, isso se coaduna com os números de migração de retorno registrados na região. Lyra (2005 : 145) argumenta que a Mesorregião do agreste pernambucano – entre as décadas de 1970 e 2000 – “enquanto mostrou-se propensa a perder menos população, exibiu, em compensação, a tendência a receber mais retornados”. Donde poderemos concluir que uma parte dos migrantes do litoral retornou antes para o agreste.

## **A feira do Salgado**

*“O bairro com ambição de cidade. É aqui que está localizada uma das maiores feiras livres de Caruaru. São cerca de mil bancos cadastrados e cem mercados registrados”<sup>11</sup>.*

Se a *Feira de Caruaru* é Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, a *feira do Salgado* não constitui “lugar de memória” (Nora 1989) menos importante. E se são imprecisas as fronteiras entre ofícios profissionais e as práticas propriamente domésticas, sua continuidade é a feira do Salgado. Tal como o ritmo da produção, a feira por vezes invade também a esfera doméstica. Primeiro porque este mercado popular funciona em algumas ruas estreitas, quase nos quintais das residências e, por vezes, em suas varandas mesmas. É fácil imaginar que as casas localizadas nas ruas onde ocorre, aos sábados e domingos, a feira do Salgado, tenham seu espaço por ela parcialmente tomado por obra dos próprios moradores. Mais surpreendente, contudo, é descobrir que mesmo casas mais afastadas convertem-se, nos fins de semana, por assim dizer, em *bancos*<sup>12</sup> anexos desta feira.

Este é precisamente o caso da residência de José Sinovaldo. Sua casa dista pelo menos 1 km do território da feira do Salgado e, ainda assim, uma fração da *feira de carnes*<sup>13</sup> do bairro é antecipada em cerca de 12 horas, na sua varanda. O trecho de seus depoimentos que reproduzo abaixo, além de evocar a organização familiar do trabalho na costura de vestuário, também ilustra a coexistência de ofícios que é um aspecto central das estratégias econômicas de muitas famílias de trabalhadores da região. Aspecto objetivado, neste exemplo, no banco de carnes em que sua varanda se converte, às sextas-feiras – uma espécie de prévia à feira do Salgado, no dia seguinte.

*“Aqui em casa trabalham quatro pessoas na sulanca. É tudo da família mesmo. Todo mundo trabalha com isso aqui. E minha mãe, além de trabalhar na sulanca, trabalha com carne também. Toda sexta-feira, a partir das seis horas da tarde já tem carne aqui. Aí o que sobra, a gente vende na feira do Salgado sábado e domingo”.*

Estas informações foram narradas em entrevista concedida, na interseção entre

11 “Salgado: uma cidade no país de Caruaru”. Reportagem da TV Jornal – emissora local – exibida em maio de 2008.

12 *Banco* é nome dado às bancadas de madeira sobre as quais são expostos os produtos comercializados nos circuitos de feiras livres de Pernambuco e adjacências.

13 Tal como a grande feira de Caruaru, as feiras dos bairros são amiúde divididas em setores, conforme os produtos comercializados. Em todos os casos estas seções são também tratadas como feiras autônomas – feira de carne, feira de farinha (a qual, além de farinhas de diversos gêneros, comercializa também produtos derivados, como pães e bolos), feira as sulanca (vestuário), feira do Paraguai (produtos eletrônicos historicamente provenientes daquele país e hoje de São Paulo).

garagem e a varanda de José Sinovaldo. Na parede da varanda que se encontrava às costas de meu interlocutor à direita (do ponto de vista de um observador externo à casa), é possível ver um balcão azulejado típico de açougues, encimado por uma barra que serve de suporte para dezenas de ganchos de carne. A partir das 18h00min das sextas-feiras a *facção* de vestuário da família de Sinovaldo converte-se em uma “*facção*” da feira de carnes do Salgado. Na casa dele, como em incontáveis outras da vizinhança, a feira do Salgado começa um dia antes.

Mas não é apenas esta interpenetração de ofícios, nas estratégias econômicas dos trabalhadores do bairro, que ilustra a continuidade entre a feira de Caruaru e a feira do Salgado. São os mesmos também os personagens principais que atuam neste cenário. O *carroceiro*, por exemplo, é figura onipresente nas ruas do bairro, tal qual no Parque 18 de Maio. Não por acaso, estas tradicionais carroças constituem o meio mais apropriado para o transporte das mercadorias – tanto por vendedores quanto por consumidores – nestas vielas estreitas que quase se entopem de gente, nas manhãs dos fins de semana. E são muitas e de múltiplos formatos, de acordo com os recursos materiais de seus condutores – desde carrinhos de mão característicos da construção civil, passando por carroças de madeira construídas artesanalmente pelos próprios carroceiros, até equipamentos maiores e mais resistentes feitos de ferro, típicos daqueles empregados no transporte de grandes volumes de objetos, em galpões de estoque. Poder-se-ia dizer que os carroceiros produzem o primeiro nível de mobilidade de pessoas, objetos e coisas vinculadas ao mundo da *sulanca*<sup>14</sup>. Da ubiquidade dos *carroceiros*, nas feiras da região, passando pela homóloga onipresença dos *motociclistas* transportadores de vestuário, na cidade, e dos carros com carroceria (mediadores da diversidade material entre feiras de municípios distintos da região e mesmo entre agreste, sertão e zona da mata pernambucana), até os *sacoleiros* – comerciantes nômades que chegam à região em busca de vestuário com preço adequado à revenda nas regiões de origem, por vezes, noutro país ou continente<sup>15</sup> –, o que se ob-

14 Talvez fosse mais apropriado, como sugeriu um leitor atento deste artigo, falar em fluxos de materiais ou de coisas; empregando, portanto, os termos de Tim Ingold (2012). Quer isto dizer que materiais e energia (conceitos mais abrangentes que os tradicionais “humanos” e “não humanos”) se organizam em fluxos, sob a forma de metabolismos ecologicamente integrados e adaptados e em constante transformação ou – para empregar outra categoria de Ingold – movimento. E, no entanto, embora considere instigante o debate entre a *Agent Network Theory* (ANT), de Bruno Latour, e a *Skilled Practice Involves Developmentally Embodied Responsiveness* (SPIDER), tal como Ingold denomina sua teoria, explorá-lo exaustivamente fugiria dos propósitos do presente artigo. Nesse sentido, ao me referir a *material de trabalho* abaixo, evoco apenas o sentido êmico do termo, sem implicações para o debate antropológico acima mencionado.

15 Os intercâmbios materiais entre produtores e comerciantes de vestuário de Caruaru e comerciantes de produtos eletrônicos de Ciudad del Este, Paraguai, mediados pelo trabalho dos sacoleiros, foram descritos por Rabossi (2008). Alguns informantes, por seu turno, enfatizam a existência de um intenso comércio da *sulanca* em Angola.

serva são escalas distintas do que Gustavo Lins Ribeiro denomina “globalização popular” (2007). Entre a capilaridade urbana dos carroceiros e os deslocamentos transcontinentais de alguns sacoleiros situa-se o espaço social compreendido por um “sistema mundial não hegemônico” (ibidem) que, no caso específico do bairro em foco, tem na produção e comercialização familiar e vicinal, sua menor unidade. Com efeito, os próprios circuitos comerciais e o sistema integrado de feiras de Pernambuco e da Paraíba – núcleo articulador importante deste sistema mundial constituído por baixo, no caso do Brasil – foram engendrados historicamente pelos intercâmbios entre comerciantes móveis (Souza 2012).

O *sulanqueiro* também não poderia deixar de atuar na feira do Salgado, dada sua profusão em todas as escalas deste circuito. Mas não são muitos os bancos dos *sulanqueiros*, na feira do Salgado. A maioria deles prioriza a feira da *sulanca* de Caruaru, às terças-feiras, bem como suas similares de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (municípios contíguos), já que este é o destino principal dos sacoleiros. Ademais, investir na comercialização da *sulanca* em pleno fim de semana depende da organização familiar específica de cada fabrico. Quando o pai, ou outro familiar, atua apenas como feirante, os demais membros da família encarregando-se do processo produtivo, a investida em todas as feiras possíveis do circuito de feiras da região constitui uma estratégia viável para a comercialização. Nesse caso, é frequente que as feiras de bairro compreendam um espaço adicional às *feiras da sulanca*. Do contrário, quando a produção fica a cargo de todos os membros da família nuclear, em alguns casos, e da família extensa (distribuída amiúde pela vizinhança), em outros, a produção tende a ser prioridade nos fins de semana, uma vez que a feira da *sulanca* deverá ser o destino principal das peças.

E, no entanto, se os bancos expõem as mercadorias da *sulanca* são pouco numerosos nas feiras de bairro, há razões para crer que os *sulanqueiros* constituem grande parte dos feirantes que atuam nesses espaços. É que, tal como a família de José Sinovaldo (*sulanqueiro* e comerciante de carne), outras são as mercadorias que estes personagens vendem nos fins de semana. Os *sulanqueiros* se caracterizam por uma prodigiosa plasticidade profissional e recorrem com regularidade a múltiplas atividades e ofícios. A questão financeira ligada à necessidade de compor um orçamento que atenda às necessidades da família é um aspecto central desta multiplicidade de ofícios. Contudo, *ir à feira do Salgado, fazer a feira* não parece ser uma prática restrita à persecução pecuniária. De modo subordinado ao fator econômico, este território desempenha outras funções sociais. Para o *sulanqueiro*, lançar mão de outra prática profissional pode, além de complementar o orçamento, constituir uma prática com efeitos similares aos da jardinagem, do trabalho com uma horta nos fundos da casa, no contexto daquela forma de “*travail à-coté*” descrito por Florence

Weber (1989). Com efeito, muito dos produtos de horticultura comercializados na feira do Salgado constituem produção própria dos feirantes, levadas a cabo em terrenos adquiridos com os recursos financeiros advindos da sulanca. O que decorre de um duplo objetivo: adquirir um bem durável *para a família*, uma espécie de patrimônio perene, menos volátil que o dinheiro, de um lado; investir na agricultura de pequena escala, como complemento financeiro para a família, mas também como uma espécie de retorno às atividades profissionais que muitos abandonaram em benefício da produção de vestuário, de outro. Nesse contexto, tal como a produção domiciliar da sulanca, estas atividades paralelas podem circunscrever um espaço de “auto-pertencimento”, segundo aquele sentido formulado por Oliver Schwartz (1990) à cerca da “bricolage”. A feira do Salgado, de modo similar, é também ela a um só tempo, lugar de produção de condições materiais de existência, espaço de sociabilidade, de exercício do “jogo da negociação” (Rabossi 2004), de descanso do trabalho na costura. E também, por isso mesmo, lugar da memória incorporada nos habitus (Shaw 2002) característicos dos trabalhadores da região.

## A “vida social” de um corte de jeans

*“No Salgado tem de tudo. Tem mecânico, loja de peças, tem de tudo. O mecânico vem em casa, não precisa levar lá. O Salgado é uma cidade dentro de Caruaru. Tem 80000 habitantes. É maior do que Riacho das Almas, São Caetano, Toritama...”* (Diano, sulanqueiro).

O percurso precípua que os sulanqueiros fazem, do bairro do Salgado à feira da sulanca (localizada no centro de Caruaru), pode acarretar a impressão errônea de uma via de mão única, na qual os objetos produzidos no bairro passam à feira sofrendo, por fim, uma “diáspora” pela mediação dos *sacoleiros*. E, no entanto, a circulação de objetos entre estes espaços é (perdoe-se a tautologia) circular. A sulanca produzida no Salgado vai à feira, pode dispersar-se com os sacoleiros, mas também retornar ao Salgado, seguir para a feira do próprio bairro, ou alternativamente para Toritama ou Santa Cruz do Capibaribe. Uma abordagem da sulanca sob a perspectiva de sua “biografia cultural” (Kopytoff 1986) e de sua “vida social” (Appadurai 1986) pode ilustrar esta circularidade.

Importa, contudo, registrar que a circulação da sulanca pela região agreste não constitui um movimento prévio necessário a uma segunda escala de mobilidade destes objetos em nível transregional, transnacional e mesmo transcontinental, pela mediação dos sacoleiros. É que, como vimos, no *Salgado tem de tudo*, inclusive os meios necessários ao escoamento residual da produção – a feira do Salgado. O Salgado constitui, no contexto

de Caruaru, um motor econômico e um índice do desenvolvimento de toda a região. É o que diz, em outras palavras, este morador do bairro, que enfatiza também a agência dos próprios moradores:

“Caruaru hoje é o maior PIB do interior de Pernambuco. Você tirando a área metropolitana, nós ultrapassamos o PIB de Petrolina que historicamente era um PIB maior do que o nosso. Então essa atividade comercial e industrial tem se desenvolvido muito fortemente no nosso município, no agreste central como um todo, mas principalmente na cidade de Caruaru e isso tem causado benefícios para todas as regiões aqui da nossa cidade. *O Salgado é um exemplo muito claro disso, né? Tem sido feito vários investimentos pelos próprios habitantes da região ali no bairro do Salgado. Nós estamos vendo o crescimento do comércio do Salgado.* E isso traz todos os reflexos positivos” (ênfases minhas).

Josué Eusébio, historiador e professor da Faculdade de Filosofia de Caruaru, também chamou atenção para este ponto, por ocasião de uma entrevista que me concedeu. “No Salgado, onde você está pesquisando, têm muitas lojas de aviamentos”, disse-me. E emendou dizendo que no setor de aviamentos atuam os grupos economicamente dominantes da sulanca, o que dá uma ideia do poderio econômico do Salgado. “Aqui existe uma loja chamada Avil Aviamentos e Tecidos que o dono está riquíssimo” – comenta Josué.

As lojas de aviamentos são apenas um exemplo da potência econômica do Salgado. Outros fatores relevantes são sua densidade demográfica e, como corolário, sua importância política – “se um candidato criar problemas aqui, ele perde as eleições”, diz seu José Mario. Entretanto, há sim algo de que o Salgado não dispõe em seu território – tecelagens. A matéria prima para a produção de vestuário no polo de confecções do agreste é, em geral, proveniente de São Paulo. Por sua vez, Santa Cruz do Capibaribe é o grande centro de distribuição de tecidos de toda a região agreste. No ano de 1993, aquela cidade era “o maior centro de venda de panos do Nordeste e o segundo do país” (Martins 1993: 201), atrás apenas de São Paulo. Na *capital da sulanca*, conforme Santa Cruz do Capibaribe é conhecida, existem já algumas tecelagens que operam, em média, com de 40.000 fusos e que produzem cerca de 290.000 toneladas de fios de algodão e 126 mil toneladas de malha por mês (ibidem: 199). Nos dias de hoje Santa Cruz do Capibaribe vende tecidos até mesmo para o sul e sudeste do país. Não obstante, o itinerário inverso ainda predomina e a maior parte do pano vendido pelo município é mesmo proveniente das tecelagens de São Paulo.

Os estocadores da matéria prima do agreste parecem investir seus lucros, tal como a maioria dos sulanqueiros também, na edificação de imóveis. Eis aqui novamente aquela prática de empregar o dinheiro em algum bem durável, que não se pode perder facilmente. Disto decorre uma capacidade prodigiosa para estocagem de tecido e, como corolário, de sua comercialização abaixo dos preços praticados pelos grandes centros produtores do país. Há testemunhos de compradores que recorrem a Santa Cruz do Capibaribe por estar ali o melhor preço: “Venho aqui quase toda semana. Fico impressionada como os preços são baixos, bem mais baixos do que em São Paulo”. (Antonieta, empresária da Paraíba, apud ibidem: 178). E, sobre os grandes depósitos estocadores de tecidos, as propriedades de José Rivaldo, famoso em Santa Cruz pelo apelido de *Zé Cueca*, constituem um caso ilustrativo:

“Com duas casas para venda de tecidos no atacado e no varejo, uma com 2 mil metros quadrados e outra com 1200 metros quadrados, Rivaldo tem uma área disponível para estocar 300 mil toneladas de tecidos. Preocupado em não espantar com os números, diz que opera com 50% da sua capacidade, mas quem entra em qualquer um dos seus armazéns tem dificuldades até de circular, em função do amontoado de pano importado de São Paulo”. (ibidem: 179).

É daí que vem, pois, a maior parte do jeans que chega ao Salgado, no mais há *de tudo*. Sigamos daqui o itinerário de um rolo de jeans – ou, conforme o vocabulário tradicional da região, de um *corte* – que, passando de São Paulo aos depósitos de Santa Cruz do Capibaribe, dirige-se finalmente para o Salgado. Digamos que este material tenha sido adquirido por Diano – sulanqueiro informante da pesquisa que me conduziu em um passeio por todas as etapas de sua produção<sup>16</sup>. Na garagem de sua própria residência ele abre o rolo de jeans e começa o processo de *enfestar* – isto é, dobrar o tecido sobre a mesa de corte, sobrepondo diversas vezes o material sobre si por meio da dobradura a fim de produzir um festo adequado ao corte do maior volume possível de jeans – que precede a etapa do corte. Em seguida, posiciona os moldes de papel que servem como referência para o corte sobre o festo de jeans para, na sequência riscar o pano. Por fim, executa o corte com a máquina denominada *Serra Fita*. Esta máquina, diferentemente da *máquina de disco* (também empregada no corte do tecido e, contudo, mais leve) é quase sempre operada

16 O potencial heurístico do procedimento que consiste em seguir os fluxos materiais foi também enfatizado por Ingold (2012). No presente contexto, a descrição destes fluxos – ou da vida social de um corte de jeans – ilustra apropriadamente o conceito etnográfico de *fabrico*, com seu caráter multi-situado, distribuído frequentemente por residências vizinhas, o qual pode englobar, portanto, unidades familiares de produção parcelar de vestuário – as *facções*.

por homens. Finalizada a fase do corte a *matéria prima*, tendo assumido parcialmente o formato das peças nas quais ela deverá se converter, é já material de trabalho, ou *serviço*.

Como *serviço* as partes diversas do modelo a ser confeccionado seguem para a *facção* de montagem. No caso do fabrico de Diano, isso implica em transportar parte do material para o quarteirão seguinte à direita daquele no qual se situa sua própria residência e oficina. A outra parcela das peças segue ainda para mais perto, uma casa situada quase diante de sua garagem. Em períodos de grande volume de produção é possível que uma terceira *facção* vizinha a seu fabrico receba também, por sua vez, parte do *serviço*, mas geralmente são duas as *facções* de montagem com as quais este sulanqueiro trabalha. Independentemente do número de *facções*, o fato é que, em decorrência da proximidade entre estas unidades de produção, quase não há custos adicionais com o transporte do material entre elas. Em outras palavras, abstraindo-se os custos com a remuneração da força de trabalho familiar, responsável pela transição do material pelas casas que compõem, por assim dizer, o fabrico de Diano – que inclui sua força de trabalho ela própria – não existem gastos adicionais com combustível, ou indiretamente, com o desgaste dos componentes dos veículos eventualmente empregados em um deslocamento maior. A condução das peças é, pois, levada a curso pela própria família, a pé.

Cada uma destas *facções* que se encarregam da montagem das peças tem em média quatro costureiras. Não tive a oportunidade de conhecê-las, mas é razoável conjecturar que elas estejam relacionadas entre si e com Diano ele próprio, no mínimo por vínculos vicinais já que não é comum encontrarmos costureiros que trabalhem em um bairro diferente daquele de moradia (salvo no caso de residentes da zona rural, mas ainda aqui o vínculo de parentesco ou de *conhecimento* tende a ser um critério de recrutamento profissional). Em primeiro lugar porque não faltam opções de trabalho nos fabricos e *facções* de qualquer dos bairros especializados na produção de vestuário. É, portanto, provável que, diante da oferta de emprego perto de casa, um costureiro não recorra a unidades produtivas mais distantes. Em segundo lugar, por conta da especialização produtiva dos bairros (no Salgado, produção em jeans; em Boa Vista, produção em malha, etc.) que tende a condicionar certa especialização produtiva dos costureiros (embora esta especialização se refira antes à comodidade de permanecer trabalhando com o material habitual, já que a produtividade é uma função da habilidade técnica do trabalhador, do que a uma limitação profissional) e, como corolário, sua permanência nas unidades produtivas da própria vizinhança. O material deverá aqui passar pelas mãos de mais de uma destas costureiras, posto que a execução parcelar da montagem constitui um recurso para a intensificação do ritmo da produção, em um contexto no qual os trabalhadores são remunerados por peças.



Assim, uma costureira monta as mangas de uma peça, enquanto outra conecta suas partes anterior e posterior.

Uma vez montadas as peças assumem nova identidade – são agora *roupas* que carecem de acabamento – jaquetas, calças, bermudas, etc. Como peças de vestuário, elas retornam ao fabrico de Diano para receberem parte do acabamento e alguns componentes complementares. É nosso personagem quem se encarrega pessoalmente da feitura do coço e de um daqueles complementos – a riata (uma espécie de cadarço de jeans). Em seguida, as peças passam à mão de Enrique, irmão mais novo de Diano, com 12 anos de idade. Este menor trabalhador é o responsável por parte da execução do *caseado*, ou seja, as casas dos botões aplicados na maioria dos modelos. Contudo, por conta de seus dias letivos, na escola, Enrique se vê impossibilitado (contra sua própria vontade, já que ele gostaria de sair da escola para ganhar mais dinheiro na sulanca, tendo sido proibido de fazê-lo pela família) de dar conta do caseado de todas as peças produzidas. De modo que outros membros da família também se ocupam desta etapa.

O material – agora já como *mercadoria* – segue então para o fabrico da tia de Diano, onde deverá receber a lavagem e os bordados. Por fim, retorna uma vez mais para sua garagem a fim de receber a limpeza, ser embalado e seguir para a feira da sulanca. Sendo vendido, sofre aquela diáspora transregional, transnacional e mesmo transcontinental. Caso parte da mercadoria não seja comercializada na terça-feira, dia da feira da sulanca de Caruaru, há possibilidades de vendê-la na quarta-feira, na feira da sulanca de Toritama, no domingo ou na segunda-feira seguintes em Santa Cruz do Capibaribe, onde esta feira funciona três dias da semana. Se ainda assim estas peças não saírem, há, antes da terça-feira seguinte, a feira do Salgado. E o material retorna ao bairro para, quem sabe, iniciar novo ciclo.

É quando deixa a região agreste, contudo, que a vida social de nossa peça hipotética de jeans sofre uma transubstanciação mais significativa. “A griffe é a marca que muda não a natureza material, mas a natureza social do objeto” (Bourdieu 1974: 8) – eis aqui a conversão mais fundamental pela qual atravessa nosso *corte* de jeans. A conversão de sua “natureza social” por via da aplicação da etiqueta de *loja cara*, conforme Diano se refere às lojas de destino de sua produção. Passa da *sulanca* à “griffe” e, com isso, legitima um conjunto absolutamente distinto de relações e distinções sociais. Não me demorarei sobre tais relações e distinções sociais uma vez que fugiria muito do objetivo deste artigo, mas imaginá-las constitui um exercício heurístico que, por efeito de contraste, faz emergir as relações e distinções em jogo no interior do bairro do Salgado e entre os sulanqueiros dos fabricos e, ainda, suas conexões com facções, lavanderias, lojas de aviamentos, de tecidos,

de máquinas de costura e peças de máquinas, mas também eletricitas, encanadores, etc. A circulação de objetos por meio destas esferas distintas do bairro do Salgado pode ser pensada como um circuito de comunicação, de circulação de conhecimento. Um corte de jeans que ao transitar pelas mãos dos sulanqueiros e outros profissionais do bairro se transforma em outra coisa (peças de vestuário) produz também a conexão entre distintas modalidades de conhecimentos técnicos e sociais. “Commodities represent vary complex social forms and distributions of knowledge”, argumenta Appadurai (1986: 40). A organização familiar e vicinal da produção, característica dos fabricos e de muitas facções constitui, no conjunto, o próprio sistema de distribuição de conhecimento no bairro. É observando a circulação de objetos e pessoas neste território que conseguimos visualizar as vantagens competitivas dos pequenos sulanqueiros diante dos grandes confeccionistas; vantagens que decorrem deste sistema de conhecimento técnico (ligado ao processo produtivo) e social (as relações de produção nativas). Comentando o artigo de Igor Kopytoff, “The cultural biography of things”, Arjun Appadurai argumenta que a fase “mercadoria” pela qual certas coisas atravessam ao longo de suas vidas sociais depende dos contextos culturais no interior dos quais tais objetos são classificados. Um rolo de jeans que é *mercadoria*, no contexto dos fornecedores de São Paulo e Santa Cruz do Capibaribe é antes *matéria prima* para o sulanqueiro do Salgado. Passa a *serviço* nas mãos das costureiras e costureiros dos fabricos e facções, onde, pelo trabalho mesmo destes profissionais, converte-se em *roupas*, ou neste contexto cultural específico, *sulanca*. A *sulanca* comercializada na feira e, conforme o ponto de vista, carregada do estigma de *roupas de baixa qualidade* é a *mercadoria* dos sulanqueiros e também dos sacoleiros. Seguir a trajetória biográfica de uma peça de jeans nos permite visualizar os paradoxos dos diferentes regimes de classificação cultural deste objeto – da roupa de baixa qualidade à roupa de griffe. A aplicação da etiqueta da *loja cara* (conforme nos diz Diano) constitui o ato mágico que converte as peças quase impuras da feira da *sulanca* em vestuário socialmente valorizado e demarcador de *bom gosto*.

Como vimos, a fase do Salgado da “vida social” de nosso *corte* de jeans consistiu no contato com cerca de dez pessoas e, no mínimo, quatro residências/unidades produtivas do bairro – abstraindo-se sua circulação anterior, em São Paulo e de lá até Santa Cruz do Capibaribe seguindo, por fim, para o Salgado. Entrementes, dois processos intrinsecamente conectados ocorreram: de um lado, a transmutação da matéria prima em mercadoria da *sulanca*, isto é, uma mercadoria de *baixo custo*, conforme a definem os sulanqueiros; de outro, a conexão entre vizinhos relacionando-se num contexto profissional (portanto, de transação comercial) não separado, contudo, de práticas de cooperativismo ou ajuda mútua nas quais o parentesco e a vizinhança (como a base para as relações de produção e para a distribuição de conhecimento) conduzem à redução dos custos com a produção. A

partir de um diálogo com Simmel, Appadurai argumenta que a troca entre mercadorias – mas poderíamos acrescentar, entre serviços – não constitui um subproduto da valoração mútua dos objetos trocados, mas a própria fonte do valor destes objetos. É o sacrifício que uma das partes oferece em troca do objeto da outra parte que engendra o valor. As relações de produção entre os trabalhadores dos diferentes “núcleos” desta linha de montagem constituída pela vizinhança e na vizinhança são também, como podemos ainda testemunhar nos arranjos acordados entre Diano e sua tia, relações entre sacrifícios. Assim, sua tia abre mão de cobrar o preço de mercado pela lavagem e bordado das peças (concedendo-lhe um desconto de R\$0,10 em decorrência do vínculo de parentesco), enquanto Diano compromete-se a lhe dar primazia na execução do *serviço*. Os membros da família sacrificam-se também em jornadas de trabalho surpreendentemente elásticas no intuito de ganhar mais dinheiro com a quantidade de peças produzidas e vendidas do que com seu preço. É esta troca de sacrifícios entre parentes e vizinhos – em outras palavras, uma autoexploração familiar e vicinal – um dos elementos centrais responsáveis pelas *roupas de baixo custo* características da *sulanca*.

Mas a troca entre sacrifícios propriamente comercial, isto é, o comércio propriamente dito, em outras palavras, a circulação de objetos sob a forma de mercadorias, no interior do bairro do Salgado, parece ser também um fator responsável pelo fato de nesta “cidade dentro do país de Caruaru” *ter de tudo*. Nestes circuitos de intercâmbios materiais, os objetos estão também investidos de agência social (Gell 1998). Parte desta agência refere-se aos sistemas de informação objetivados nestes circuitos.

Uma questão sobre a qual seria preciso refletir seriamente é a semelhança entre os dispositivos de *redução dos custos com a produção*, característicos dos novos *sistemas de gerenciamento de produção* perfilhados pelos *consultores* das entidades patronais e empresariais (do que o SEBRAE constitui um exemplo) – certamente os arautos da *reengenharia produtiva* e da ideologia do “management” (Bourdieu 1998) no agreste pernambucano – por um lado, e as estratégias para a produção de roupas de *baixo custo* levadas a curso pelos *sulanqueiros*, de outro. As grandes *confecções* (isto é, fábricas de grande ou médio porte, com mais de cinquenta trabalhadores e podendo chegar a algumas centenas) podem ser apontadas como as unidades produtivas que mais se aproximam da lógica dos *consultores* (embora de maneira relativa); os *fabricos* familiares, por seu turno, são o lócus das práticas dos *sulanqueiros*. Por ora, tendo adentrado o universo social do bairro do Salgado, podemos ao menos inferir um contraste entre estes dois sistemas de práticas aparentemente muito similares – a saber, o fato de que o primeiro impõe a *redução de custos* sobre trabalhadores submetidos a relações de assalariamento (exploração da força

de trabalho alheia), e não sobre os proprietários das confecções; o segundo, inversamente, fundamenta-se na autoexploração da família proprietária do fabrico a qual permanece com a posse do produto de seu trabalho e o comercializa diretamente, na feira da sulanca. Sob este ponto de vista, o Salgado constitui, por assim dizer, um bairro-fabrico já que são majoritárias as relações do segundo tipo, neste território.

## **Considerações finais**

Um urbanista que eventualmente leia este relato poderia argumentar que tratar um bairro como o Salgado em termos de uma cidade autônoma, no interior da chamada capital do agreste, é ignorar o acesso e utilização do vasto conjunto dos equipamentos urbanos que a noção abrangente de direito à cidade supõe. Sem dúvida, do ponto de vista da infraestrutura urbana, tal como tradicionalmente a conhecemos, este bairro está longe de garantir o direito de seus habitantes trabalhadores à cidade. A mencionada crítica à poluição dos rios registrada em um outdoor sugere ausência de saneamento básico e rede de esgoto na maior parte dos bairros de produtores de vestuário. Por seu turno, o crescimento vertical espetacular do centro, bem como a elevação dos valores imobiliários no próprio Salgado (conforme testemunha a epígrafe), constituem evidências de gentrificação (Maricato 2013) das regiões mais próximas dos núcleos comerciais (por exemplo, o entorno da feira).

E, no entanto, se a sofisticação de certas lojas dos arredores da feira do Salgado indica a presença de forças centrífugas, com potencial para expulsar os pequenos produtores e comerciantes artesanais e familiares, a presença da tradicional feira livre representa, no contexto específico do agreste pernambucano, uma poderosa força centrípeta e democrática. Nestes territórios o controle dos meios de produção (as máquinas de corte e costura, por exemplo, que podem ser adquiridas mediante acesso a crédito – não apenas bancário, mas informal, baseado na confiança entre parentes, vizinhos e amigos) só se traduz em desenvolvimento familiar em combinação com o acesso democrático aos meios de comercialização, objetivados na feira livre. As próprias lojas contíguas à feira devem sua existência a esta que, em linguagem da geografia urbana, polariza as áreas de afluxo dos compradores.

Se a grande especulação imobiliária que ronda o centro de Caruaru constitui sinal da expropriação rentista do trabalho dos sulanqueiros, a verticalização dos bairros dos trabalhadores pode ser tomada como um índice do acesso a uma parcela da renda, possibilitada pelo trabalho vicinal e pela a comercialização direta nos circuitos de feiras

livres da região. Se, ao chamar a atenção para as estratégias **êmicas** de desenvolvimento local, este relato contribuir para evitar um gênero de colonialismo urbanístico centrado no conhecimento acadêmico, a pesquisa terá chegado a bem termo. Sem dúvida, o acesso e usufruto dos equipamentos urbanos tal como definidos pelos urbanistas constitui um direito inalienável. Entretanto, se, como sugeriu recentemente David Harvey (2014), o direito à cidade é, dentre outras coisas, o direito de reinventar a cidade, então uma condição de possibilidade para a sua concretização é o diálogo permanente e simétrico entre o urbanismo e, por assim dizer, o etno-urbanismo. Em um momento no qual o primado da financeirização retorna ao procênio da política econômica brasileira, o debate sobre as estratégias de desenvolvimento local, baseadas na produção familiar e vicinal se reveste de grande relevância.

## Referências

- APPADURAI, Arjun. 1986. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, Pierre. 1998. *Contre-feux: propos pour servir à la résistance contre l'invasion néolibérale*. Paris : Raisons D'Agir.
- \_\_\_\_\_. 1974. "Alta costura e alta cultura". *Noroit*, 192. (versão em PDF).
- COMERFORD, John Cunha. 2003. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CONDÉ, José. 1968. *Terra de Caruaru*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. 2000. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do.; OLIVEIRA, Eugênia; OLIVEIRA, José Mário de.; OLIVEIRA, Eugênio Mário de. 2017. "Trabalho e mobilidade: uma biografia familiar e seus contextos culturais". In: *Revista da ABET*. Volume 16, N. 2. ISSN 1676-4439.
- ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro do. 2015. "Não ser empregado, não ter empregado: o trabalho com a família, para a família e suas variações". *Anuário Antropológico*. ISSN 0102-4302. Brasília, UnB, v. 40, n. 1: 257-278.
- \_\_\_\_\_. 2013. "Feira da Sulanca: tradições, mudanças e conflitos sociais em Caruaru/PE". In: Leite Lopes, José Sergio; Ciocari, Marta. (Org.). *Narrativas da desigualdade: memórias, trajetórias e conflitos*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, v. I, p. 15-35.
- \_\_\_\_\_. 2013. *Sulanqueiras: o trabalho com vestuário e outros ofícios em Caruaru-PE*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- \_\_\_\_\_. "Memórias de Família: a costura de vestuário e outros ofícios em Caruaru-PE". In: *Illuminuras* (Porto Alegre), v. 13, p. 218-235, 2012.
- HARVEY, David. 2014. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

- INGOLD, Tim. 2012. "Toward an Ecology of Materials". In: *Annual Review Anthropology*. ISSN 41427-442.
- KOPYTOFF, Igor. 1986. "The cultural biography of things: commoditization as process". In: Appadurai, Arjun. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 64-91.
- LEITE LOPES, José Sergio. 1988. *A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'*. São Paulo: Editora Marco Zero.
- LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. 2005. "Sulanca X Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno". In: *São Paulo em perspectiva*. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. ISSN 0102-8839.
- MARICATO, Ermínia. 2013. "É a questão urbana, estúpido!" In: Maricato, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- MARTINS, Magno. 1993. *O nordeste que deu certo*. Recife: Editora Comunicarte.
- Nora, Pierre. 1989. "Between Memory and History: les lieux de memoire". *Representations*, 26: 7-25.
- PINA CABRAL, João de; LIMA, Antónia Pedroso de. 2005. "Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social". *Etnografica*. Vol. IX (2), (p. 355-388).
- RABOSSI, Fernando. 2008. "Em la ruta de las confecciones" in: *Critica en desarrollo: revista latinoamericana de ciencias sociales*. número 02, segundo semestre, ISSN: 1851-4472.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. 2007. "El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular". *Série Antropologia*. Vol. 410. Brasília: DAN/UNB.
- SCHAWARTZ, Oliver. 1990. *Le monde prive des ouvrier: hommes et femmes du Nord*. Paris: Quadrige/PUF.
- SHAW, Rosalind. 2002. *Memories of the slave trade: ritual and the historical imagination in Sierra Leone*. Chicago and London: Chicago University Press.
- SOUZA, Alana Moraes de. 2012. "A gente trabalha onde a gente vive". *A vida social das relações econômicas: parentesco, "conhecimento" e as estratégias econômicas no agreste das confecções*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.
- WEBER, Florence. 1989. *Le Travail à-côté: Étude d'ethnographie ouvrière*. Paris: Ed. De l'École des hautes études em sciences sociales.

Recebido em 29 de agosto de 2017.

Aceito em 09 de janeiro de 2018.

Cultivando imagens de insubmissão:  
Elucubrações sobre os poderes criadores femininos na saga  
*Blade Runner*

Giovana Acacia Tempesta

Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade de Brasília (PPGAS/UnB)

[giovana.tempesta@gmail.com](mailto:giovana.tempesta@gmail.com)

## Resumo

O ensaio consiste em uma interpretação não convencional da saga *Blade Runner*, formulada sob a inspiração de ideias desenvolvidas por Claude Lévi-Strauss, Donna Haraway, Bruno Latour e Suely Rolnik. Para além de resenhar um filme específico, pretendo dialogar com projeções estéticas em torno da qualidade das relações estabelecidas entre humanos e andróides, a partir de alguns conceitos caros à antropologia, tais como agência, vinculamento, criação e contestação.

**Palavras-chave:** simulacro; agência; vinculamento; criação; contestação

## Abstract

This essay consists of an unconventional interpretation of the *Blade Runner* saga, formulated under the inspiration of ideas developed by Claude Lévi-Strauss, Donna Haraway, Bruno Latour and Suely Rolnik. In addition to reviewing a specific film, I intend to dialogue with aesthetic projections around the quality of the relations established between humans and replicants from some concepts dear to anthropology, such as agency, bonding, creation, and contestation.

**Keywords:** simulacrum; agency; bond; creation; contestation

**Atenção! Há spoilers no texto.**

“Humano” requer um amontoado extraordinário de parceiros. Humanos, onde quer que você os rastreie, são produtos de relacionalidades situadas com organismos, ferramentas e muito mais. Somos uma bela multidão, em todas as nossas temporalidades e materialidades (que não se apresentam umas às outras como *containers*, mas como verbos co-constitutivos), incluindo as que falam da história da terra e da evolução. Donna Haraway em entrevista a Nicholas Gane (2010)

Assisti ao filme *Blade Runner. O caçador de andróides* (1982) em 1998, como tarefa necessária para a redação de um trabalho para uma disciplina do curso de Antropologia Social na Unicamp, em que nos era apresentada a tese da cisão ontológica entre Natureza e Cultura na obra de Claude Lévi-Strauss, operada pelo advento da proibição universal do incesto. Naquela época, não fui capaz de traduzir em um *paper* inspirado o fascínio que o filme e os textos exerceram sobre mim, então uma jovem estudante de graduação em Ciências Sociais<sup>1</sup>.

Quase 20 anos depois, fui convidada por um não-antropólogo a ver o filme *Blade Runner 2049*<sup>2</sup> no cinema, desta vez com direito a óculos 3D. Então resolvi revisitar essa história multifacetada, que joga com a ambivalência de forma tão complexa e cativante quanto o fez Machado de Assis, no apagar das luzes do século XIX, ao construir uma narrativa enigmática em torno dos olhos de cigana oblíqua e dissimulada de Capitu, acusada pelo protagonista de traí-lo com seu melhor amigo. No romance, Capitu cruza a barreira de classe social e frustra expectativas de conjugalidade, de modo que a aura de mistério em torno da paternidade de seu filho remanesce até os nossos dias.

Sentada numa poltrona de cinema, transportada para cenas de realidade virtual distópica cujos antecedentes visuais narrativos eu já conhecia, projetadas por uma tela enorme, combinada a um potente sistema de som, que cria uma cadência viril e quase violenta, fui me dando conta de um conjunto de elementos interessantes que não pude deixar

---

1 Gostaria de agradecer a professora Soraya Fleischer e aos estudantes do PPGAS/UnB que participaram da reunião do grupo de orientação coordenado por ela, ocorrida em novembro de 2017, ocasião na qual debatemos uma versão preliminar do presente ensaio. Todavia, eventuais erros ou lacunas são de minha inteira responsabilidade.

2 O primeiro filme, lançado em 1982, foi dirigido por Ridley Scott, com roteiro de Hampton Fancher e David Peoples. O filme lançado em 2017 foi dirigido por Denis Villeneuve, com roteiro escrito pelo mesmo Hampton Fancher, juntamente com Michael Green. Antes do lançamento comercial do segundo filme, circularam nas redes sociais três curtas-metragens autorizados pelo diretor, que focalizam períodos ou aspectos que não são explorados de forma forte na obra de Villeneuve. A saga se inspira no romance de Philip K. Dick, intitulado *Do androids dream of electric sheep?* (1968).



de correlacionar a meu tema de pesquisa atual, a saber, os poderes reprodutivos e criadores femininos. Com efeito, filmes de ficção científica têm o mérito de colocar em evidência, de forma mais ou menos original, o conflito entre personalidade humana e inteligência artificial, a tecnologia figurando em primeiro plano em contraste com as personalidades e as relações humanas (Wheale 1995). Não é raro que questões filosóficas e antropológicas sejam suscitadas por filmes desse tipo, considerando-se, especialmente, a perspectiva de gênero. Nigel Wheale chega mesmo a questionar: “A ficção científica é um gênero escrito por homens para rapazes/homens?” (idem, *ibidem*: 111).

Bem, sublinho que a presente interpretação não se pretende passar por uma crítica cinematográfica especializada, o que eu não poderia fazer, mas consiste, antes, numa tentativa de “feitura” (Latour, 2016)<sup>3</sup> de óculos alternativos para acessar alguns aspectos que me parecem relevantes do ponto de vista da reflexão antropológica, uma brincadeira estética/política/intelectual/ética para acessar (ou projetar) as entrelinhas do filme, a fim de vislumbrar (ou ajudar a construir) possibilidades de sentido – e quiçá também de futuro – menos sombrias.

Debbora Battaglia (2001) afirma que os filmes comerciais são importantes documentos culturais da vida social em determinada época e propõe que filmes sobre clones e replicantes tematizam a suplementação do *self*, fenômeno pós-moderno de produção de conhecimento que desestabiliza o conhecimento prévio sobre suas próprias fontes, confundindo fronteiras culturais. Ao tratar de diversos filmes lançados entre os anos 1970 e 1990, que compõem “o novo imaginário genético”, dentre os quais o primeiro *Blade Runner*, a antropóloga demonstra que a questão das criaturas subvertendo os projetos dos criadores perpassa todas essas tramas; ela pontua que as réplicas não são meras cópias, mas seres produtores de sentido, capazes de se engajar em relações com humanos.

Diferentemente dos clones, que são definidos a partir de sua conexão com um ser humano original, os replicantes permitem problematizar a distinção, a separação, os deslocamentos e as rupturas históricas em relação a suas fontes (Battaglia 2001: 507). O debate em tela, para essa antropóloga, remete à oposição entre singularidade e similaridade, crucial no horizonte do pensamento pós-moderno sobre o *self*, dominado pelo fetichismo corporal.

A narrativa paralela que estou propondo leva em conta, mas não se restringe à citada oposição entre singularidade e similaridade; ela se aproxima mais da pergunta formulada por N. Wheale, assim adaptada para meus propósitos: “O que é uma relação humana

---

3 O conceito de “feitura” se refere resumidamente a um artefato capaz de afetar, criar movimento e realidade.

autêntica?”<sup>4</sup>. E o que isso tem a ver com outra pergunta suscitada pelos filmes de ficção científica: “O que tornaria desnecessária a questão de fazer bebês?” (Wheale 1995: 102).

Inicialmente, é importante ter em mente a premissa sobre a qual se assentam, no novo filme, as relações entre humanos e replicantes – duas classes de seres cuja distinção aparece de forma atenuada em comparação com o primeiro filme –, qual seja, a de que a sensibilidade vigente no ano de 2049 já não permite que os humanos escravizem seres que não sejam projetados e construídos para serem descartáveis. Isso a despeito da existência do orfanato onde crianças trabalham compulsoriamente sob a chefia de um homem negro, instituição da qual o protagonista K/Joe mantém memórias que norteiam sua agência na trama<sup>5</sup>. Porém permanece o elemento narrativo central da saga, segundo o qual humanos experimentam afeto, robôs não (Wheale 1995: 104).

O enredo do novo filme focaliza o período posterior ao blecaute geral de 2022, evento crucial que pode ser interpretado como um atentado de autoria dos replicantes rebeldes, que resultou no apagamento de todos os dados digitais e em uma crise mundial sem precedentes. Lembremos que, no primeiro filme, alguns replicantes retornavam à Terra para tentar convencer seu criador a ampliar seu tempo de validade, sem contudo alcançar seu objetivo, então o líder do grupo acaba matando o chefe da corporação que produzia os replicantes, após um diálogo dramático (que se tornou clássico devido à brilhante atuação de Rutger Hauer), no qual se explicita a tensão entre criatura e criador. Neste segundo filme, podemos supor que o movimento rebelde aspira a destruir todo o sistema político-econômico que coloca os replicantes na posição de escravos dos humanos.

Uma das sequências que me pareceu mais intrigante em *Blade Runner 2049* foi aquela em que o todo-poderoso (e cego) Niander Wallace, proprietário da corporação que leva seu nome, contempla seu misterioso “anjo” (uma replicante construída por ele) no momento em que ela se levanta do chão, um corpo feminino coberto por uma substância viscosa (um simulacro do vernix que recobre a pele dos recém-nascidos humanos?), a demonstrar intensa angústia<sup>6</sup>. Atrás de Wallace, na ampla sala asséptica (misto de templo religioso e laboratório), está a fiel e implacável (mas não totalmente insensível) assistente Luv (uma replicante), que contempla a replicante “recém-nascida” com curiosidade seme-

4 Wheale questiona: “o que é uma psique humana autêntica?” (Wheale 1995: 103).

5 O personagem desse capataz, um dos únicos negros retratados no filme, de forma bastante negativa, evoca uma ideologia racista e violenta. Um outro ensaio poderia ser escrito a partir da ideia segundo a qual a escravização de Outros, categorizados em termos de raça, etnia e gênero, revelaria a branquitude sob a pele de replicantes e clones, despontando como mais um artefato cultural a sustentar a tese da supremacia branca (cf. Battaglia 2001: 511).

6 Traduzi livremente as falas das personagens e aproximei, no texto, algumas frases ditas em cenas distintas, assinalando a distância com reticências entre parênteses.

lhante à de seu senhor. Wallace se dedica a um monólogo, tendo Luv como plateia, em que explica sua enorme frustração por não conseguir copiar a fertilidade humana *ex nihilo*<sup>7</sup>. Após notar o apego e o medo que marcam o momento do nascimento (dos seres humanos, presume-se), Wallace apunhala o ventre da replicante/anho recém-criada, e Luv derrama uma grossa lágrima enquanto observa o sangue escorrendo do ferimento fatal.

Nesta sequência, a angústia em relação à experiência autêntica e à experiência simulada do nascimento evoca a questão do desejo masculino de empreender a reprodução mediante a exclusão da figura feminina – ou mediante a exclusão da relação com o diferente. No entanto a criação *ex nihilo*, tentada em laboratório, mostra-se estéril, gerando somente mais angústia para Wallace. Tal angústia, possivelmente derivada do desejo de excluir a necessidade de uma relação para a produção de bebês, encontra um contraponto etnográfico na polêmica conhecida como “síndrome do nascimento virgem”, que Marilyn Strathern analisou enquanto um embaraço cultural provocado por mulheres britânicas que, nos anos 1990, desejavam engravidar sem manter relações sexuais com nenhum homem, recorrendo a clínicas de reprodução assistida. É digno de nota que os médicos (homens) por vezes se colocavam ou eram colocados na posição estrutural de genitores.

Diante desse fenômeno, Strathern formulou a seguinte pergunta: “Por que as mulheres que aparentemente são defensoras entusiásticas das novas conquistas médicas devem ser vistas como derrubadoras da ordem moral por serem assim?” (Strathern 1995: 308). Ao analisar esse escândalo cultural à luz dos dados trobriandeses (de acordo com os quais a concepção não seria pensada como dependente das relações sexuais), ela propõe que o problema epistemológico colocado por esse evento, qual seja, o recurso à tecnologia como negação do componente relacional da reprodução, está associado à qualidade *construída* da compreensão dos processos naturais pelos euro-americanos: as novas tecnologias reprodutivas estariam desfazendo muitas das tradicionais suposições sobre a relação entre Natureza e Cultura, especialmente a compreensão do parentesco como construção cultural de fatos naturais (“biológicos”).

A abordagem de Strathern permite que nos tornemos conscientes das convenções que conformam nossa própria cultura, propiciando que as encaremos de forma crítica e que lancemos a pergunta sobre *o tipo de relação que as pessoas pretendem estabelecer entre si*.

E o que *Blade Runner* agrega a esta discussão? Voltemo-nos para a cegueira de Wallace, condição corporal que constitui um contraponto simbólico interessante ao papel

7 Emprego no texto o termo “fertilidade” em suas duas acepções principais: a capacidade orgânica de gerar filhos (reprodução) e a faculdade de ser criativa e produtiva (criação).

central que o olhar, os olhos e as pupilas desempenham no conjunto da saga. Em diversas cenas de ambos os filmes, vários personagens verbalizam a frase enigmática: “Se você pudesse ver o que eu vi com estes olhos...”. Esta frase parece funcionar como gatilho para o tema da empatia, sobre o qual N. Wheale assim indaga: “Qual é a qualidade do nosso conhecimento sobre outras pessoas? Como podemos nos abster de tratá-las de forma instrumental? [...]” (Wheale 1995: 106).

A partir dessas indagações, podemos supor que, para haver reprodução em termos plenamente humanos, é necessário haver empatia, um afeto coextensivo ao vinculamento. Voltando os olhos para nós mesmas, as expectadoras e os expectadores do filme, podemos nos indagar se estaríamos perdendo nossa capacidade de nos relacionar em termos afetivos, e se a possibilidade de ver o mundo com os olhos de um outro estaria embotada a ponto de delegarmos para certas categorias de seres. Ou, em outros termos: a empatia pode ser criada em laboratório? Esta capacidade relacional culturalmente constituída pode prescindir dos riscos implicados nos vinculamentos entretecidos fora do laboratório?

Voltemos à sequência mencionada anteriormente. Mas por que ou por quem Luv chora? Estaria ela se compadecendo do destino do “anjo”, que prenunciaria o seu próprio? Ou estaria se compadecendo da tristeza de seu próprio criador? Mas, os replicantes podem se compadecer? Ou, ainda, estaria ela comovida diante do enigma inalcançável em que consiste a vida humana? Mas por que os replicantes apreciariam a vida, já que sua existência é sinônimo de escravidão e obediência plena? Por que desejariam se reproduzir por suas próprias forças? Sonhariam eles com mundos diferentes do seu próprio?

A resposta para essas perguntas poderia se resumir a descobrir o modelo e o ano de criação dos replicantes e a investigar possíveis falhas de programação, como propõem algumas das críticas em circulação, mas não seguirei esta trilha. Parece-me mais interessante examinar o fato de que tanto a engenharia genética como o movimento rebelde formado pelos replicantes focalizam, cada um à sua maneira, os poderes criadores e reprodutivos femininos. Sim, pois, enquanto Wallace almeja replicar a capacidade orgânica (humana) de gerar filhos inférteis, os replicantes rebeldes, por sua vez, mantêm em segurança a mulher que fabrica as memórias que são implantadas nos replicantes no momento da fabricação.

Com efeito, Ana Stelline, fornecedora de memórias para a corporação Wallace, filha de Rachael e Deckard,<sup>8</sup> nascida um ano antes do blecaute geral de 2022, esclarece para o

---

8 Rachael (interpretada por Sean Young) é a replicante que estabelece um vínculo amoroso com o policial Deckard (interpretado por Harrison Ford) no primeiro filme; no segundo filme, ela morre ao dar à

protagonista K, numa sequência de textura onírica: “Ao se lembrar das sensações, vocês [os replicantes] podem agir de acordo com elas”. Ou seja: esta mulher, fantásticamente nascida de uma mãe replicante, que é capaz de distinguir entre memórias reais e artificiais, de alguma maneira cria agência; seus poderes criadores parecem tão relevantes na trama quanto a capacidade humana de conceber, gestar e parir – são, portanto, uma expressão de fertilidade e empatia simultaneamente, uma “gentileza” potencialmente subversiva, como veremos.

De acordo com Battaglia:

Nos filmes sobre duplicatas de humanos, a habilidade de produzir seres humanos em série é representada como o apogeu – ou o nadir – de um programa evolutivo para controlar materialmente a “natureza” humana. A retórica de resistência textual e visual a tal programa, presente nesses filmes, tende a focalizar o estatuto de sujeito das duplicatas; replicantes e clones se engajam em atos de memória e esquecimento e *mostram que podem aprender a manejar e transformar modelos de relações*; sua subjetividade é transformada em um ponto de debate. (Battaglia 2011: 513; minha tradução, ênfase adicionada)

Se nos dedicarmos a apreender essa retórica de resistência a partir da perspectiva dos poderes criadores e reprodutivos femininos, penso que poderemos acessar a riqueza dos variados e em certa medida subversivos papéis femininos que povoam a trama deste segundo filme. O primeiro e mais óbvio desses papéis é o da holograma Joi, programada para satisfazer todos os desejos do protagonista “K” (abreviatura da sequência de letras e números que individualiza o replicante). Nas primeiras cenas, ela surge como a Amélia do futuro distópico: oferece comida, atenção e afeto a seu proprietário e chega a acender seu cigarro com a ponta do dedo indicador. Porém, ao longo da história, ela passa a satisfazer desejos mais complexos de seu par, ela o batiza com um apelido comum a clientes de prostitutas (Joe) e o auxilia a descobrir (ou encenar?) suas origens e sua natureza, até que ambos, proprietário e holograma, se mostram capazes de manifestar desejos e sentimentos inesperados. De brinquedo sexual desencarnado, Joi passa a um ser quase-humano. E como essa passagem é possível? Ora, esta parece ser a questão central da saga, ou seja, o que distingue humanos de replicantes? Ou, alternativamente, como surge o afeto que vincula essas classes de seres?

---

luz a Ana Stelline, após uma cesariana de emergência. A natureza de Deckard (humana ou replicante) permanece misteriosa no escopo da saga cinematográfica, ainda que suscite posições divergentes fora das telas. A música tocante que embala as cenas protagonizadas por Rachael e Deckard, *Love Theme*, foi composta por Vangelis especialmente para o filme e funciona quase como uma personagem.

Parece que, de alguma forma, ainda que imersa numa relação simbiótica (que evoca a “montagem” arquetípica de Penélope e Ulisses descrita por Suely Rolnik)<sup>9</sup>, Joi contagia K/Joe com seu pulsante desejo de vida. Se se tratasse de uma cisão ontológica rígida, a barreira intransponível entre humanos e não humanos conteria seu próprio fim, inviabilizando a continuidade da trama. Porém, não é isso que temos diante dos olhos.

Aquilo a que assistimos é uma sucessão tensa e densa de cenas que, ao longo de quase três horas de duração, não responde ou esgota a grande questão, a dúvida central que paira sobre essa obra de ficção (quando não sobre a própria vida num mundo cada vez mais regulado pela tecnologia da informação): os replicantes, produtos de ponta da engenharia genética, podem, de alguma forma, desenvolver características humanas?

O argumento que apresento em relação a essa dúvida central é o seguinte: independentemente da origem – construída em laboratório ou gestada no útero de uma mulher humana –, humanos e replicantes estão experimentando o mundo, interagindo e se vinculando a seres semelhantes e dessemelhantes, e é em meio a essa trama de ligações e sentidos que surgem os afetos, os desejos, os sonhos, os projetos, bem como novos e inimaginados tipos de vínculo, que embaralham as fronteiras entre as espécies, por vezes de modo irreversível, a ponto de ameaçar a integridade do sistema.

“Vocês, modelos novos, se contentam em limpar a merda porque nunca viram um milagre.” – diz o replicante Sapper Morton, segundos antes de ser “retirado” (aniquilado)<sup>10</sup> por K, frase que ecoa na consciência do protagonista e que posteriormente dá ensejo a reflexões e ações subversivas (seria este o germe do contágio que sustenta o movimento rebelde?). O “milagre” a que o replicante se refere consiste justamente na capacidade peculiar de engendrar vida, a mesma capacidade que Wallace desgraçadamente não consegue implantar em seus “anjos”. Uma capacidade que se associa a outras igualmente intrigantes: a vontade própria, a imprevisibilidade, as habilidades de sentir dor e prazer, de sonhar, de ludibriar e de transformar a realidade. De acordo com essa lógica, os seres dotados de tais capacidades – seres que nasceram em um parto e foram desejados e amados (como pondera Joi), seres que têm uma alma (como coloca K/Joe), seres tornados significativos por meio do vinculamento (como estou sugerindo) – não poderiam ser es-

9 De acordo com a psicanalista Suely Rolnik (2014): “Penélope controla o tempo: tece a trama da eternidade, Ulisses controla o espaço: monta a imagem da totalidade. Dois estilos complementares da vontade de absoluto: imobilidade morna e melosa, mobilidade fria e seca. É a mesma esterilidade. Uma só neurose: equilíbrio homeostático. Medo de viver. Vontade de morrer.” A esta “cena” opõe-se a figura da “máquina celibatária”, igualmente estéril. Face a esses dois modelos afetivos que produzem esterilidade, Rolnik propõe a criação de “uma nova suavidade”.

10 O termo em inglês é *retired*, que significa aposentado ou afastado, porém a legenda em português traz o termo “retirado”.

cravizados, não se prestariam a cumprir ordens sem questioná-las, isto é, eles almejavam a liberdade e prezariam por ela.

No filme, carregado de múltiplas referências estéticas e culturais do universo da ficção científica, os poderes reprodutivos são algo romantizados, são apresentados em uma linguagem heteronormativa e quase religiosa, que se articula em uma paisagem dominada por seres (replicantes e não-replicantes) brancos. Contudo, não se pode negar o papel central que tais poderes desempenham na narrativa e, me arrisco a sugerir, talvez também o papel embrionário que viriam a desempenhar numa eventual continuação da saga. Senão vejamos: Freysa, a líder dos replicantes rebeldes, noticia a K/Joe que ele é apenas mais uma peça num grande quebra-cabeça, desvanecendo suas suposições, alimentadas pela holograma Joi, sobre sua natureza humana. Entretanto, a líder sentencia ao protagonista: “Ser humano é escolher morrer por uma causa”, complementando o raciocínio segundo o qual: “Se nós [replicantes] podemos ter filhos, podemos deixar de ser escravos.”

A fala enérgica de uma outra mulher (humana), a rígida tenente Joshi, chefe de K/Joe, não deixa espaço para dúvidas sobre as sérias consequências de um possível conluio entre humanos e replicantes: “Isso destrói o mundo. É preciso manter os muros. Meu papel é manter a ordem. (...) Será que eu sou a única aqui que percebe o que pode acontecer? Eu estou falando de uma guerra!”. Eis aqui, a meu ver, a chave de compreensão sobre a possibilidade de substituir o modelo interpretativo da grande cisão ontológica por outro modelo mais poroso, plástico e capilarizado: um modelo centrado na noção de vincuamento, como defende Bruno Latour para a teoria social, ao superar um modelo anterior centrado na noção de rede, que ainda reificaria a separação entre os conceitos de determinação-estrutura e liberdade-subjetividade (Latour 2016: 87).

Estou sugerindo que o potencial para contrariar a programação de obediência total a um senhor surge *na relação* entre seres diferentes que agem no mundo, ou seja, o pendor para o estabelecimento de vínculos que caracteriza os seres vivos (tanto humanos como replicantes), aparece como possivelmente revolucionário quando lido como sinônimo de algo que afeta, que coloca a vida em movimento – ou, sob uma perspectiva alternativa, algo que contagia. Ora, o replicante Joe decide morrer por uma causa, assumindo o risco inerente aos projetos humanos, o que nos autoriza a argumentar, com alguma segurança, que os replicantes não são meras marionetes de Wallace; porém, se atentarmos para as especificidades da marionete enquanto artefato, enquanto fonte de ação, como propõe Latour, enxergaremos fios translúcidos que não se deixam captar facilmente pelos óculos 3D.

Enxergaremos, por exemplo, que a questão da liberdade pode ser recolocada em

bases filosóficas instigantes, considerando-se que a expressão “criação *ex nihilo*” designa:

o pequeno limiar, o *gap* inevitável em todas as ações mediadas, que tornam justamente impossível a demiurgia, já que cada evento excede suas condições e ultrapassa seu artesão. Como se diz a partir de São João: “No início era o fazer falar, ou seja, o Verbo” ou com Goethe: “No início era o faz-fazer, ou seja, a Ação”, em ambos os casos não há criador em posição de dominar sua criação elaborada *ex nihilo*. Por mais potente que possamos imaginar um criador, ele não será jamais capaz de dominar suas criaturas mais do que uma marionete domina seu marionetista, do que um escritor suas notas, do que um cigarro seu fumante, do que um falante sua língua. Ele pode fazer-fazer alguma coisa, mas não as *fazer*. Engajado em uma cascata de acontecimentos irreversíveis sim; mestre de seus instrumentos não. (LATOURET 2016: 83)

E assim podemos aventar a hipótese de que o principal fruto do amor que uniu Deckard e Rachael no primeiro filme é algo além da singela personificação da semente da rebelião na figura cândida de Ana Stelline. Esta personagem, que vive em uma espécie de estufa protegida pelo movimento rebelde, é, sobretudo, um ser que cultiva memórias que interferem na experiência vivida, propiciam o estabelecimento de vínculos e inspiram a agência de uma forma imprevisível, com resultados irreversíveis, que escapam ao controle do proprietário da corporação. A meu ver, a cena em que Ana Stelline aparece absorta no interior de uma floresta virtual, evocando o Culto à Natureza presente no livro de P. Dick no qual a saga se inspira (cf. Wheale 1995), permite estabelecer uma ponte com o “pensamento selvagem” (uma flor colorida aparentada das violetas, também chamada de amor-perfeito), mote da distinção entre as formas de pensamento forjada por Claude Lévi-Strauss.

Em *O Pensamento Selvagem* (1962), Lévi-Strauss desenvolveu sua teoria sobre o pensamento mítico (concreto), comumente identificado com os povos nativos, que se concentra nas propriedades sensíveis do mundo (simbolizadas no amor-perfeito), por oposição ao pensamento científico, predominante nas sociedades “civilizadas”, sublinhando que essas são duas vias igualmente eficazes e complexas de acesso ao mundo. Em sua comparação entre o *bricoleur* (o construtor que se vale do pensamento concreto) e o engenheiro (que se vale do pensamento científico), o autor afirma que o produto da bricolagem, a arte de trabalhar com “meios-limites” a partir de um conjunto finito de utensílios e materiais heteróclitos, “é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores” (Lévi-Strauss 2008: 32-3).



Ao se dedicar à criação de mundos (*worlding*, Haraway 2010), Ana Stelline produz uma torção lógica e estética, que se exprime na referida cena por meio do cruzamento de fronteiras projetadas para permanecerem separadas, isto é, ela subverte a distância entre humanos e replicantes. Ao admirar a floresta artificial, Ana Stelline se inspira para fabricar memórias contagiantes, ao modo de uma *bricoleuse*, porém sua atividade acaba por introduzir o caos criativo no sistema, um estado de coisas que parece estar em conformidade com o projeto dos replicantes rebeldes. Outrossim, não deixa de ser curioso que, num mundo ultratecnológico, a inspiração desviante continue vindo de uma natureza idealizada, distante, intocável, fabricada em laboratório – e manejada por um ser feminino de natureza híbrida. Poderíamos dizer que Ana Stelline fabrica memórias como quem cultiva amores-perfeitos, deixando-se afetar pela potência das propriedades sensíveis do mundo e agindo *com* elas ou através delas, e não *contra* elas? Talvez ela seja a personagem da trama que maneja com maior habilidade a possibilidade de engajamento na poesia contida no projeto de criar novos arranjos de sentido, assumindo, de modo consciente, os riscos contingentes inerentes a tal projeto.

Para Alexandre Nodari:

Ao intensificar aquilo que subsiste nas coisas, o *bricoleur* age como um reciclador num sentido mais intenso e profundo (que vai mais ao fundo das coisas), como aqueles personagens de ficções apocalípticas que mobilizam os restos de um mundo devastado não apenas para novos usos, mas também para uma nova relação com as coisas, inclusive para uma nova estética – por mais *trash* que seja. Se há uma ponta de esperança nos filmes catastróficos, ela não está na mera sobrevivência da espécie humana, mas na emergência de um novo sentido do mundo, das coisas do mundo, incluindo a humanidade transformada em outra coisa: “a poesia do *bricolage* advém sobretudo do fato de que não se limita a ‘falar’ apenas com as coisas, mas também através das coisas.” Como dizia Oswald, “o lado não métrico das coisas [...], o sonho” subsiste a todo esvaziamento: “Se a faina do homem sobre a terra é a redução do mundo não métrico ao mundo métrico, isto é, a redução da natureza pela técnica, o mundo não métrico ressurgirá adiante porque está no interior da própria natureza” (NODARI 2016: 24-5).

Gostaria, ainda, de aproximar o elemento do caos criativo à imagem do ciborgue, um híbrido de organismo e máquina, epicentro da ontologia do final do século XX, a respeito da qual Donna Haraway teceu reflexões provocativas. Para Haraway (2000), somos todos ciborgues na medida em que embaralhamos as fronteiras entre Natureza e Cultura e todas as dimensões sociais, políticas e simbólicas correlatas; afastamos as interpreta-

ções totalizantes, os dualismos e as identidades fixas; criamos significantes flutuantes e ansiamos por conexão. Nesse contexto, o fazer político se tornaria sinônimo de produção de colapsos simultâneos, capazes de explodir as clássicas matrizes epistemológicas ocidentais. E aqui proponho algumas questões finais: seria o blecaute de 2022 uma ação de tipo ciborgue? Estariam os replicantes que povoam a saga, ao modo das “espécies companheiras” (Haraway 2010), convidando os humanos a valorizar a capacidade de empatia e afeto? Poderíamos ler as relações entre humanos e replicantes encenadas no filme como uma expressão da “nova suavidade” de que nos fala Suely Rolnik? Isto é: o contágio propagado por seres originalmente descartáveis que sonham em gozar uma vida plena seria uma ação potente a desafiar a esterilidade da “cena” afetiva protagonizada por Penélope e Ulisses (Rolnik 2014)?

A formulação dessas questões é inspirada no pensamento segundo o qual:

Não existe nenhum impulso nos ciborgues para a produção de uma teoria total; o que existe é uma experiência íntima sobre fronteiras – sobre sua construção e desconstrução. Existe um sistema de mito, esperando tornar-se uma linguagem política que se possa constituir na base de uma forma de ver a ciência e a tecnologia e de contestar a informática da dominação – a fim de poder agir de forma potente. (Haraway 2000: 107)

Concordando com Haraway quanto à proposição de que a escrita pode ser uma tecnologia ciborgue revolucionária, assumo (desejo) que a presente interpretação de *Blade Runner*, esta forma inusitada de recontar a história, consiste numa tentativa de criar ruídos, borrar fronteiras entre gêneros narrativos distintos e recodificar o enredo do filme, a fim de contribuir com a subversão do “comando e do controle falocêntricos” (Haraway 2000: 95ss), os quais, no filme produzido nos anos 1980, se expressavam sob a forma do Teste de Empatia Voight-Kampff, e, no filme lançado em 2017, se expressam sob a forma do Teste Pós-Traumático de Parâmetro-Base, os principais instrumentos de aferição do comportamento-padrão dos replicantes.<sup>11</sup> A simples necessidade de aplicação desses testes explicita, aliás, que a fronteira entre humanos e andróides é porosa.

Seriam os replicantes as criaturas sonhadas que instilam novos sonhos aos seus sonhadores, ao tecer vínculos híbridos contagiantes, que dão ensejo a comportamentos subversivos? Desse emaranhado de sonhos, memórias, agência, vínculo e contágio desponta a poesia. Afinal, como nos mostram as ambiguidades presentes tanto no filme como na vida,

---

11 Tais testes consistem em ferramentas fictícias utilizadas para identificar replicantes, a partir de um conjunto de perguntas que permitem aferir a capacidade de empatia do ser submetido ao teste.

se “cada ser” [humanos, replicantes, hologramas, ciborgues] “tem sonhos à sua maneira”, os olhos de uns podem mesmo mover os outros sem lhes abrir.<sup>12</sup> A potência do “lado não métrico das coisas” (Nodari 2016) segue, assim, desafiando os simulacros relacionais que se pretendem supremos.

## Referências

### Filmes

*Blade Runner. O caçador de andróides*. Direção: Ridley Scott. EUA, 1982.

*Blade Runner 2049*. Direção: Denis Villeneuve. EUA, 2017.

*Black Out 2022*. Animação. Direção: Shinichiro Watanabe, EUA, 2017.

*2036: Nexus Dawn*. Curta-metragem. Direção: Luke Scott. EUA, 2017.

*2048: Nowhere to Run*. Curta-metragem. Direção: Luke Scott. EUA, 2017.

### Artigos e livros

BATTAGLIA, Debbora. 2001. “Multiplicities: An Anthropologist’s Thoughts on Replicants and Clones in Popular Film.” *Critical Inquiry* 27, n.º 3, pp. 493-514.

GANE, Nicholas & HARAWAY, Donna. 2010. “Se nós nunca fomos humanos, o que fazer?” *Ponto Urbe* [Online], 6. Editor: Núcleo de Antropologia Urbana.

HARAWAY, Donna. 2000. “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, T. T. da (org.) *Antropologia do Ciborgue. As Vertigens do Pós-Humano*. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 39-129.

LATOURE, Bruno. 2016. “Faturas/fraturas: da noção de rede à noção de vínculo” In: J. Segata & T. Rifiotis (orgs.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua. pp. 67-90.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1962) 2008. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papyrus Editora. 8.ª edição.

NODARI, Alexandre. 2016. “Limitar o limite: modos de subsistência”. *Série Pandemia*. N -1 Edições.

ROLNIK, Suely. *Amor: o impossível... e uma nova suavidade*. Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/06/07/amor-o-impossivel-e-uma-nova-suavidade-suely-rolnik/> (Acesso em 14 de nov. 2017).

STRATHERN, Marilyn. 1995. “Necessidade de pais, necessidade de mães”. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 3 (2), pp. 03-329.

WHEALE, Nigel. 1995. Recognizing a ‘human-Thing’: Cyborgs, Robots and Replicants in PHILIP K. Dick’s *Do Androids Dream of Electric Sheep?* and Ridley Scott’s *Blade Runner*. In: *Postmodern Arts: An introductory reader*. London: Routledge. pp. 101-114.

12 Versos da música “Noite Severina”, de Lula Queiroga.

### Críticas de cinéfilos

GRECO JR, Aniello. *Entendendo o universo de Blade Runner*. Disponível em: <http://razao-deaspecto.com/2017/10/12/entendendo-blade-runner/> (Acesso em 15 out. 2017)

ROCHA, Camilo. *Qual a origem do nome do filme 'Blade Runner'*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/07/Qual-a-origem-do-nome-do-filme--%E2%80%98Blade-Runner%E2%80%99> (Acesso em 15 out. 2017)

BELTRÃO, Renata. *Blade Runner: o livro que deu origem aos filmes*. Disponível em: <https://lombadaquadrada.com/2017/10/17/blade-runner-o-livro-que-deu-origem-aos-filmes/> (Acesso em 20 out. 2017)

Recebido em 17 de novembro de 2017.

Aceito em 28 de março de 2018.

## Novas configurações do xamanismo na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)

Samir Ricardo Figalli de Angelo

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo

[samirangelo@usp.br](mailto:samirangelo@usp.br)

### Resumo

O artigo procura apresentar novas configurações do sistema xamânico no alto rio Negro no contexto urbano. A etnografia realizada na cidade de São Gabriel da Cachoeira com o coletivo Desana aponta para transformações nas formas de circulação de conhecimentos. Utilizando como pano de fundo o processo histórico de educação salesiana e como contra ponto a etnografia realizada em comunidade dos Taiwano no rio Apaporis na Colômbia, percebem-se mudanças que resultam em abrandamentos nas prescrições, aumento na quantidade de benzedores e uma nova reconfiguração da atuação dos kumuá como marcadores da contemporaneidade do xamanismo. Verifica-se que no contexto urbano há um adiamento no processo de aprendizado e um aumento na circulação dos benzimentos.

**Palavras-chave:** xamanismo; circulação de conhecimentos; Desana; São Gabriel da Cachoeira.

### Abstract

The article seeks to present new configurations of the shamanic system in the upper Rio Negro particularly in the urban context. The ethnography carried out in the city of Sao Gabriel da Cachoeira with the Desana points to the transformations of the circulation of knowledge. The historical process of Salesian education is presented at the background. Based on information from an ethnography among the Taiwano of Apaporis river in Colombia, a contrast with the urban center shows that softening of prescriptions, increase number of shamans, and a new reconfiguration of the Kumuá's performance mark the present day of shamanism. In the urban context there is a postponement in the learning process and the increase of the circulation of spells.

**Key-words:** shamanism; circulation of knowledge; Desana; Sao Gabriel da Cachoeira.

Os Desana e os Taiwano são grupos dos Tukanos Orientais e vivem na região do Vaupés e do Uaupés (entre a Colômbia e o Brasil), localizada no extenso território do noroeste amazônico. Nesta área habitam grupos indígenas que formam um mosaico socio-cultural dentro de um macro sistema de trocas, se configurando em uma complexa rede de trânsito em que circulam pessoas, línguas, conhecimentos, rituais e narrativas míticas.<sup>1</sup> Este sistema social aberto é o resultado de um complexo de relações intercomunitárias, caracterizado pela exogamia linguística e pelas trocas festivas entre grupos denominados dabucuris e caxiris (Hugh-Jones 1979: 24; Århem 1981: 19-22; Jackson 1983: 5-81; Andreello 2010: 8).

Mas, ao viajar no lado brasileiro pelos rios Uaupés e seu afluente Tiquié no alto rio Negro, tem-se a impressão de que as comunidades indígenas estão quase desabitadas. O aumento significativo da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)<sup>2</sup> ocorre devido ao contínuo fluxo de moradores que chegam destas comunidades. É fenômeno constante o crescimento desta cidade ao oferecer serviços e oportunidades que incluem trabalho, educação escolar, assistência médica bem como infraestrutura para as relações que o cidadão desempenha frente ao governo.

O fluxo constante a um centro urbano crescente pode levantar questões sobre as práticas xamânicas e de circulação de conhecimentos - se elas se perdem, se são alteradas ou se até mesmo poderiam se tornar incompatíveis com as mudanças entre espaços que apresentam distinções significativas na dinâmica da vida cotidiana.

Procura-se a seguir demonstrar de que forma o xamanismo floresce no contexto urbano com base em pesquisa de campo realizada junto ao coletivo Desana na cidade de São Gabriel da Cachoeira. O pano de fundo deste quadro é a aparente desorganização das formas de circulação de conhecimentos e das próprias práticas xamânicas decorridas pelo processo colonizador salesiano no alto rio Negro. E, apenas como contraponto, serão utilizados dados da mesma pesquisa etnográfica realizada em uma comunidade dos Taiwano localizada no rio Apaporis na Colômbia, sem a pretensão de entrar em detalhes específicos sobre este grupo tukano.

Partindo da atuação de interlocutores que são respeitados xamãs tanto em suas comunidades como em São Gabriel da Cachoeira, pretende-se apresentar novas configurações

1 Estes grupos indígenas pertencem a três famílias linguísticas: tukano oriental, arawak e maku.

2 Localizada a cerca de 850 km de Manaus.

rações do xamanismo, o qual passa por transformações tanto nas formas de circulação de saberes quanto por meio de suas práticas. Estes interlocutores são de três grupos desana, os *Kehíriporã*, os *Dihputiro-Porã* e os *Guahari Dihputiro-Porã*. No rio Apaporis, o interlocutor é o taiwano Viviano, *kumu* e chefe da comunidade Villa Real.<sup>3</sup> O texto também dialoga com outras etnografias dos Desana e com pesquisas realizadas em outros grupos dos Tukano Orientais com finalidade comparativa. Estes outros grupos apresentam muitas afinidades, pois se encontram dentro do mesmo sistema social aberto que os Desana, compartilhando práticas sociais, rituais e narrativas míticas similares.

Assim como ocorre entre os outros grupos Tukano Orientais, a descendência patri-linear, a exogamia linguística e a hierarquia são traços sociais dos Desana. Estão divididos em grupos hierárquicos ordenados por ordem de nascimento. Circulação, aprendizagem e controle de conhecimentos são elementos fundamentais deste modelo hierárquico.

## A mobilidade na transformação humana

A mobilidade sempre foi relatada na literatura etnológica do noroeste amazônico como fator preponderante dos grupos que habitam a região. Pode-se primeiramente constatar a dinâmica do deslocamento no pensamento rionegrino através da narrativa mítica da origem da humanidade. O mito apresentado abaixo é baseado na versão desana do livro *Antes o Mundo Não Existia* escrito pelos narradores Firmiano e Luís Lana (Pãrökumu & Kêhíri 1995: 19-41). Embora esta seja a versão do grupo desana *Kehíriporã*, em essência, todos os grupos dos Tukano Orientais possuem a mesma narrativa com suas respectivas variações.

No capítulo “Origem do mundo e da humanidade”, Firmiano e Luís Lana explicam como a vida surgiu através dos objetos. Depois que os demiurgos *Yebá Gõãmũ* e *Umukomasũ Boreka* receberam os objetos para criar a humanidade e aprenderam como acesar os poderes necessários para fazer as transformações (“benzimentos”), *Yebá Gõãmũ* e *Boreka* se tornaram os comandantes da cobra-canoa que viajou desde o centro da terra até emergir no Lago de Leite onde se localiza o Pão de Açúcar no Rio de Janeiro. A cobra canoa ou o barco de transformação em formato de cobra passou a viajar desta região pelo

3 As informações apresentadas neste texto sobre os interlocutores desana Luís e Feliciano Lana *Kehíriporã*, Américo Fernandes *Dihputiro-Porã* e Raimundo Galvão *Guahari Dihputiro-Porã* bem como do *kumu* Viviano do grupo taiwano *Jaibas* sobre a pesquisa no Apaporis, encontram-se contextualizadas e em maiores detalhes na tese “Transmissão e Circulação de Conhecimentos e Políticas de Publicação dos *Kumuá* do Noroeste Amazônico”, fruto do trabalho de campo realizado na cidade de São Gabriel da Cachoeira, nas comunidades São João Batista e Pari-Cachoeira no rio Tiquié e na comunidade Villa Real no rio Apaporis entre 2011 e 2015 (Angelo, 2016).

Atlântico até atingir o rio Amazonas sempre parando nas chamadas Casas de Transformação, locais em que os objetos que viajavam no barco saíam e se transformavam, através de rituais, em humanos e depois voltavam ao barco como objetos. Navegando pelo rio Amazonas, a viagem continuou com as constantes paradas até adentrar no rio Negro, passando por São Gabriel da Cachoeira e, por fim, no rio Uaupés onde os ancestrais da humanidade desembarcaram na Cachoeira de Ipanoré. Neste local, o barco de transformação emergiu à superfície e os grupos saíram da embarcação. A partir do momento em que pisaram em terra, os viajantes se encontraram em pleno estado humano. Após o desembarque, os Desana se dispersaram pela região do Uaupés e seus afluentes, o Tiquié e o Papuri.

Este breve olhar para uma das versões do mito sobre o surgimento da humanidade demonstra que o deslocamento, o movimento e a viagem são processos centrais na transformação de vida realizados pelos xamãs. Estes mesmos processos de deslocamento encontram-se em operação durante a realização dos rituais, na transmissão de conhecimentos e na formação da pessoa através da mediação realizada entre os xamãs humanos e não humanos.

Além da narrativa mítica contribuir para a compreensão da importância do deslocamento no pensamento rionegrino, é notável que nas últimas décadas este movimento aumentou significativamente em direção aos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Manaus bem como aos antigos centros missionários situados em comunidades maiores, como as de Pará-Cachoeira, Taracuá e Iauaretê (Lasmar 2005: 65). Dentre os motivos que justificam a mudança para estes centros, a educação escolar é o fator preponderante (Andrello 2006: 30). A partir da década de 80, com a redução dos internatos salesianos situados em algumas comunidades indígenas, aqueles que desejavam dar prosseguimento aos seus estudos precisaram se mudar para São Gabriel da Cachoeira.

O núcleo urbano de São Gabriel da Cachoeira, hoje considerado o mais expressivo de todo o alto rio Negro, recebeu nas últimas décadas uma quantidade razoável de migrantes não indígenas que modificou definitivamente o seu perfil. A década de 70 foi marcada por um enorme contingente de trabalhadores vindos de outras regiões do país com a finalidade de trabalhar no projeto de construção da rodovia Perimetral Norte (Lasmar 2005: 155-159). O número da população continuou subindo com a militarização das fronteiras e a descoberta das jazidas de ouro contribuindo para o aceleração do processo de urbanização.

Atualmente, cerca de 80% da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira é



indígena e oriunda de diversas partes do noroeste amazônico<sup>4</sup>. Algo notório é que este processo migratório trouxe um contingente crescente de *kumuá*<sup>5</sup>, espécie de xamã dos Tukano Orientais<sup>6</sup>.

A função primária do *kumu* é assegurar a socialização através das transições do ciclo de vida da pessoa: nascimento, puberdade e morte (Jackson, 1983: 195). Estas passagens são momentos críticos em que o corpo fica em estado vulnerável e o *kumu* exerce um papel fundamental em prevenir doenças (Hugh-Jones 1996: 38). Num mundo permeado por hostilidades entre humanos e não humanos, o *kumu* atua politicamente por meio do controle da relação entre pessoas que habitam domínios distintos. Da mesma forma que os grupos tukano, os pajés-espírito organizam-se também em seus próprios grupos, habitando esferas dos mundos aquático e subterrâneo bem como o domínio do espaço, de forma que o papel do *kumu* é realizar um trabalho de tradução e mediação entre a sua comunidade e estes xamãs de outros domínios.

O *kumu* atinge estes objetivos através do chamado “benzimento” ou *bayiri* em *desana*,<sup>7</sup> meio utilizado para acessar conhecimentos e possuir a agência necessária para a proteção e a cura. O *kumu* também atua através do *dohari* (“agressão”). Todo *kumu* sabe tanto curar quanto prejudicar. O *bayiri* também é utilizado para descontaminar o local onde será construída uma casa, para a proteção durante a queimada para a plantação da roça, ou ainda, para interferir nos fenômenos naturais (Buchillet 1990: 327). O *kumu* não está agindo diretamente contra ou a favor destes fenômenos, mas em direção aos xamãs invisíveis que os comandam.

Para atuar, o *kumu* precisa demonstrar uma atitude reflexiva (Hugh-Jones 1996: 38; 41). Suas habilidades e reputação baseiam-se em seu profundo conhecimento e maestria da mitologia que operam como base do *bayiri* e que visam deter as agências que atuam no plano mítico e continuam produzindo efeitos no plano terrestre (Jackson 1983: 196; Buchillet 1990: 327; Lolli 2010: 78). “Não adianta saber as rezas se não conhecer os mitos”, como me disse Feliciano Lana *Kehíriporã*, *kumu*, artista e escritor que mora em São Gabriel da Cachoeira (Angelo, 2016: 114). “Os mitos são o tronco ou a raiz” do *bayiri* (Buchillet 1990: 330). Assim, é fundamental aprender como cada *bayiri* se articula com a mitologia (Buchillet 1987: 12-13; 1990: 330; Hugh-Jones 1996: 41).

4 O restante da população é composto por missionários, militares, profissionais de saúde, membros de ONGs, pesquisadores, comerciantes e funcionários do governo.

5 *Kumu* no singular.

6 A figura do *kumu* apresenta similaridades entre os xamãs dos grupos maku e arawak.

7 O termo benzimento foi introduzido pelos salesianos em referência às encantações xamânicas e hoje é utilizado pelos próprios *kumuá*.

Fruto de grupos hierarquizados e pertencendo a uma “elite” de conhecedores (Hugh-Jones, 1996: 33), o *kumu* usufrui alto prestígio e desempenha um papel essencial na liderança de rituais. Parte de seus conhecimentos baseado num cânon mitológico é secreto e ensinado principalmente dentro do grupo hierárquico a que pertence e complementado por meio de outros veículos de transmissão de conhecimentos (Angelo 2016: 140-154).

Além do *kumu*, o xamanismo no alto rio Negro inclui as figuras do *ye’e* que se assemelha ao que é denominado em outras regiões das Terras Baixas como pajé e a do *bayá* que desempenha o papel de mestre de cerimônias durante as festas de dabucuri.<sup>8</sup> No entanto, devido à ação dos missionários católicos no alto rio Negro não se tem notícias dos *ye’e* no lado brasileiro, particularmente entre os grupos tukano. Por realizarem seu trabalho em público, os *ye’e* tiveram seu material destruído enquanto os *kumuá*, por desempenharem suas atividades de forma mais discreta e solitária, sofreram menos perseguição por parte dos salesianos (Buchillet 1992: 228, nota 4)<sup>9</sup>.

## **A tentativa de desorganização nos modos de circulação de conhecimentos pelos salesianos**

A colonização educacional salesiana trouxe mudanças no sistema de circulação de conhecimentos e nas práticas xamânicas assim como o deslocamento para os centros urbanos ou comunidades maiores no alto rio Negro contribuiu para o aparecimento de novas configurações do xamanismo.

O fim do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte foram marcados pela exploração violenta dos povos indígenas por parte de comerciantes inescrupulosos principalmente pelo trabalho de extração do látex (Wright, 1992: 265-266). Em meio ao trabalho forçado, ao endividamento eterno, a violência e a epidemias, a Ordem Salesiana chegou ao rio Negro em 1914 com a proposta de colocar um fim a este sofrimento (Chernela 2014: 118). Talvez, por serem vistos como seus salvadores, os indígenas do alto rio Negro foram receptivos, pois diferentemente dos missionários carmelitas e franciscanos

8 O *bayá* organiza a festa e lidera as danças. Profundo conhecedor dos cantos, o *bayá* também é responsável pelo conjunto de adornos cerimoniais utilizados nestes eventos.

9 Contudo, entre os Hupd’äh (Ramos 2013: 18) ainda é possível encontrá-los assim como entre os grupos Arawak (Wright 2013: 63). É importante ressaltar que quando as categorias *kumu* e *ye’e* são encontradas em outros grupos, elas não são vistas de forma absoluta. Tudo depende dos processos, percursos de relações e interlocutores que o xamã encontra durante seu aprendizado. Este texto focará na figura do *kumu* por ser a especialidade xamânica atualmente presente entre os Desana e entre os demais grupos dos Tukano Orientais. Mas, de forma alguma a figura do *ye’e* perdeu importância para estes grupos. Há qualquer momento podem ressurgir a partir da possibilidade dos interessados acessarem os conhecimentos próprios desta especialidade.

que os antecederam, foram os salesianos os responsáveis em reprimir a atuação dos comerciantes se opondo veementemente às práticas de exploração pelos seringueiros.

Os salesianos estabeleceram a economia do escambo. A missão adiantava alimentos e bens de consumo em troca do trabalho a ser realizado. O processo de política assimilacionista proporcionava aos povos indígenas acesso às mercadorias que muito apreciavam e assistência médico-hospitalar. Mas, o valor dos bens era estritamente estabelecido pelos padres. No entanto, em um contexto de violência e de doenças, os centros missionários cumpriram uma importante função e os Tukano se aliaram a eles (Chernela 2014: 122-125).

O início da adolescência era o momento em que os filhos entravam para o internato e lá permaneciam em média entre cinco e sete anos. Através deste sistema, procurava-se eliminar os modos de transmissão de conhecimentos por serem impedidos falar em suas próprias línguas, de aprender seus mitos e por interromperem o contato com os *kumuá* da comunidade. As famílias eram forçosamente “estimuladas” a entregar seus filhos. Confinados às missões, homens e mulheres eram treinados e empregados em diversas profissões (Nas Fronteiras do Brasil 1950: 25). A ideologia salesiana visava a conversão do “selvagem” em cidadão produtivo (Chernela 2014: 102). Seus objetivos eram claros. Vieram para, uma vez por todas, converter os índios ao catolicismo, introduzir os costumes europeus, ensinar a língua portuguesa e transformá-los em cidadãos brasileiros.

É importante ressaltar que a aproximação dos grupos tukano pelos salesianos em um primeiro momento se deu pela facilidade ao acesso a mercadorias e a proteção contra os comerciantes. No entanto, após a formação das primeiras turmas dos internatos, a educação escolar se tornou a principal fonte de motivação para uma relação consolidada com os salesianos, a despeito das tentativas de destruição dos modos de transmissão dos conhecimentos indígenas. Os detentores dos conhecimentos dos brancos passaram a ser recebidos nas comunidades com maior prestígio (Lasmar 2005: 36-37).

Entretanto, visando eliminar as formas de circulação de conhecimentos, os salesianos estabeleceram como requisito inegociável para a participação dos benefícios do escambo que fossem entregues aos padres as caixas de adornos cerimoniais, abandonados os rituais, principalmente o jurupari, considerado um culto aos demônios, bem como quaisquer práticas relacionadas com o xamanismo. As malocas ou casas comunais, consideradas os “templos do mal”, deveriam ser derrubadas (Andrello 2006: 59; 93-105; 2014: 178) e a habitação passou a ser em casas individuais.

## Transmissão de conhecimentos nas comunidades do rio Apaporis, Colômbia

Antes da chegada dos missionários, a transmissão inicial de conhecimentos era comum aos três especialistas (*kumu*, *ye'e* e *bayá*). A transmissão de conhecimentos naquela época e, mesmo hoje, se relaciona inicialmente com o *baiyri* da nomeação após o nascimento. De acordo com os *kumuá*, há por um lado uma interação entre a atitude e a motivação do aprendiz e, por outro, a influência do *kumu* e de seus pais que se inicia logo após o nascimento quando o filho recebe um nome que pode estar relacionado com o papel de *kumu* ou *bayá*. A mera intenção de um filho se especializar em uma destas categorias já seria suficiente para que o treinamento de uma criança se iniciasse cedo em sua vida.

Durante trabalho de campo em algumas comunidades do rio Apaporis, região do Vaupés na Colômbia, presenciei o momento em que os jovens se afastavam de suas malocas para receber o treinamento realizado por um respeitado conhecedor<sup>10</sup>. De acordo com Viviano da comunidade Villa Real<sup>11</sup>, durante este período o aprendiz passa por restrições alimentares, realiza sessões de limpeza estomacal através de vômitos induzidos (Buchillet 1983: 99-100; 1987: 10; 1992: 213; Goldman 2004: 307), inala pimentas e toma banhos matinais de madrugada com a finalidade de se tornar forte. São-lhe ensinadas técnicas que seriam semelhantes ao que conhecemos como meditação com o objetivo de torná-lo capaz de manter o controle sobre si mesmo, de se concentrar e de permanecer num estado contínuo de serenidade (Hugh-Jones 1979: 87; 111).

De acordo com Feliciano Lana e João Paulo Lima Barreto<sup>12</sup>, neste momento, consome-se uma variedade de *caapi*<sup>13</sup> que proporciona visões indicando ao jovem qual dessas três modalidades ele deve seguir. Através do *caapi* e dos benzimentos, é possível o acesso aos *Waimahsã*, seres invisíveis que se encontram em diferentes domínios da natureza e são os detentores de conhecimentos esotéricos<sup>14</sup>. Por isso, há o interesse do *ye'e* e dos

10 A atuação missionária na Colômbia causou efeitos menos drásticos que no lado brasileiro. Enquanto os salesianos no alto rio Negro ainda exerciam significativa influência, os missionários na Colômbia já tinham se enveredado para a corrente da teologia da libertação promovendo práticas interculturais (Jackson, 1995: 9-12).

11 As informações coletadas neste campo foram dadas pelo interlocutor Viviano recebem apoio de outras etnografias desta região do noroeste amazônico que abrangem tanto o Brasil quanto a Colômbia.

12 Em comunicação pessoal. João Paulo é tukano do grupo *Huremiri Sararó Yupuri Buberã-porã* e atualmente vive em Manaus e é doutorando em antropologia na UFAM.

13 Bebida alucinógena preparada a partir do cipó *Banisteriopsis caapi* que permite a transmissão de conhecimentos diretamente através das entidades míticas.

14 De acordo com alguns mitos, os *Waimahsã* eram pré-humanos que não conseguiram por diferentes razões se transformar em verdadeiros humanos. Eles compartilham as mesmas características dos seres humanos embora não sejam visíveis aos olhos de pessoas comuns. Habitam diferentes esferas da natureza e quando seu local de domínio sofre interferência humana, contra-atacam lançando doenças sobre

*kumuá* em se comunicar com eles, seja para a aquisição de conhecimentos, seja para a formação de novos especialistas.

Um dos objetivos deste processo de isolamento é dar a oportunidade para que o jovem seja lembrado da nomeação ocorrida após o seu nascimento e do papel que o seu nome representa. Se, por exemplo, aparecesse em sua mente um recipiente com água e quatro folhas indicando as janelas do universo, o jovem havia sido escolhido para ser *ye'e*. Se em sua visão visse a cuia de *ipadu*,<sup>15</sup> o cigarro e o breu, entende-se que deverá ser um *kumu*. Mas se visse o cetro maracá e o bastão de ritmo, significava que havia sido escolhido para desempenhar o papel de *bayá*. Por fim, se em suas visões esses objetos não lhe fossem revelados, era uma indicação de que não possuía as habilidades necessárias para dar continuidade ao seu treinamento. Aos escolhidos a partir de então se iniciava a formação específica do *ye'e*, do *kumu* ou do *bayá* (Barreto 2013: 72), que vale destacar, na prática não possui limites dicotômicos estanques entre as funções.

Explica Viviano que o treinamento corporal é fundamental para aprender. Enquanto o jovem se encontrar por este período isolado com seu mestre, o futuro xamã permanecerá em abstinência sexual e sujeito a uma dieta alimentar rigorosa. A prática da dieta visa a purificação do corpo do futuro *kumu* (Hugh-Jones 1996: 42) para permitir que o conhecimento penetre e se espalhe pelo seu corpo<sup>16</sup> (Buchillet 1987: 11; 1992: 214). Durante o treinamento, a comida deve ser preparada por meio de um *bayiri* antes de consumida, caso contrário, poder causar doenças e até mesmo a morte. Alimentos quentes, apimentados e pratos feitos com grandes quantidades de peixe ou caça debilitam o corpo, causam vômitos, febre e induzem o aprendiz a comer enorme quantidade de terra, levando-o à loucura (Goldman [1963] 1979: 264; Hugh-Jones 1979: 92).

O principal momento da transmissão de conhecimentos durante este período de retiro começa ao anoitecer. As noites são ocupadas com o aprendizado de músicas e danças, fumo de tabaco e consumo de substâncias alucinógenas. Diferentes espécies de *caapi*

---

os humanos e seduzindo as mulheres. Estes seres invisíveis, em ocasiões específicas, se “vestem” de roupas de peixes, árvores, pássaros, por exemplo, com o intuito de se apropriarem das características destes outros seres. O seu relacionamento com os humanos é ambíguo, marcado por uma forte inveja por terem sido preteridos durante a viagem pelo barco de transformação ou no momento da saída por terra na cachoeira de Ipanoré (Barreto, 2013, Capítulo 3; Buchillet, 1988:31-33).

15 Pó formado pela mistura de folhas torradas de coca (*Erythroxylon coca*) com folhas queimadas de embaúba (*Cecropia adenopus*), usado para estimular a capacidade de memorização dos mitos e benzimentos e de concentração do *kumu* e do *ye'e*. Embora não produza visões, o *ipadu* é consumido durante o treinamento e durante os rituais de cura para facilitar a concentração.

16 Feliciano Lana confirma este ponto destacado por Viviano ao afirmar que caso um aprendiz apresente dificuldades em absorver ou memorizar o ensino, seu mestre pode diagnosticar se tal dificuldade é fruto da inobservância das regras alimentares.

são consumidas quase que diariamente junto com *paricá*<sup>17</sup>, para os *Waimahsã* transmitirem seus conhecimentos diretamente ao aprendiz. Todas as substâncias utilizadas funcionam como meio de preparação do corpo para a conexão que lhes permitirá acessar os conhecimentos dos mitos e *bayiris*. A dieta junto com o consumo de *paricá* diariamente altera a percepção de mundo do aprendiz a ponto de ser modelada pelo instrutor que prepara o corpo aos seus ensinamentos.

Este período longo que compreende restrições alimentares, ausência de sono e os efeitos dos produtos alucinógenos produz um profundo estresse emocional e físico. Ao retornar para a maloca<sup>18</sup>, o novo xamã se encontra num estado delicado que demanda certas precauções tanto sobre si mesmo quanto daqueles que se encontram ao seu redor. A abstinência sexual deve continuar e o contato com mulheres grávidas ou menstruadas deve ser evitado. As restrições alimentares permanecem ainda por algum tempo. O consumo de qualquer alimento assado e de caça continua proscrito. A dieta se limita a sopas leves, pedaços de biju e a algumas espécies de peixes miúdos e formigas.

Embora este momento específico e importante possa definir a trajetória de vida da pessoa, a transmissão de conhecimentos se inicia muito antes e continua depois, independentemente do que aconteça nesta ocasião.

Nos dois lados da fronteira, o aprendizado paulatino e periódico nas comunidades se inicia nas rodas que se formam no final do dia. Ao escurecer e ao som do pilão socando *ipadu*, na comunidade taiwano Villa Real, as pessoas vão se aproximando aos poucos e se sentando na parte da frente da maloca. O primeiro a se sentar em seu banco é o *kumu* Viviano. Logo à sua direita se senta seu filho Faustino, que atualmente está recebendo treinamento para suceder-lhe como chefe e *kumu* da maloca. Viviano conduz a rodada da cuia que contém o *ipadu*, colocado nas extremidades da boca para ser mascado. Junto com o *ipadu*, circulam também o cigarro de tabaco e o rapé. A maioria dos sentados nas rodas são homens mais velhos, embora as mulheres e as crianças circulem livremente pela maloca. Atrás, como se formasse outro círculo de homens, envolvendo o primeiro, ficam os mais jovens escutando a conversa, sem muito participar dela e cooperando para que não falte *ipadu* e tabaco. As conversas giram em torno de assuntos cotidianos, mas há

17 Alucinógeno preparado a partir da casca da árvore *paricá* (*Piptadenia* ou *Adenantha peregrina*) que é inalado usado com a finalidade de aprender a ver.

18 O período de isolamento, segundo meus interlocutores no rio Apaporis varia entre 15 a 30 dias. Reichel-Dolmatoff (1975: 78), falando particularmente sobre o treinamento do *ye'e*, menciona que o período de isolamento junto a um xamã de renome chegava a meses. Os aprendizes não eram necessariamente do mesmo grupo hierárquico e podiam incluir membros de outros grupos tukano devido ao seu caráter multilinguista. Em São Gabriel da Cachoeira, Feliciano Lana confirmou esta informação alertando que hoje quase não se fala mais em isolamento nas comunidades do Tiquié, mas no passado o período era longo.

momentos em que são entrecortadas por menção aos mitos, rituais e benzimentos<sup>19</sup> que se relacionavam ao que era dito sobre o cotidiano. Mas, é neste espaço e momento em que o conhecimento circula junto com o tabaco e o *ipadu* e é também o momento em que a maioria dos “benzimentos” é solicitada<sup>20</sup>. Mas, o processo não termina nas rodas. Os sonhos desempenham papel fundamental no complemento deste aprendizado por ativarem estes conhecimentos. Feliciano explica que após o consumo do *ipadu*, ao deitar-se na rede o *kumu* aprende os *bayiris* que ouvira parcialmente durante o dia e que são complementados por meio dos sonhos.

### **Transmissão de conhecimentos tardia e abrandamento das restrições na cidade de São Gabriel da Cachoeira**

A formação da maioria dos *kumuá* nas últimas décadas inclui conhecimentos heterogêneos a partir da educação não indígena ensinada pelos missionários salesianos. O jovem é atraído pelos estudos escolares e depois ou pelo ingresso no exército ou pelas possibilidades de trabalho como professor ou assistente de saúde. Poderia se pensar que estas interrupções no treinamento revelariam um desinteresse nos conhecimentos xamânicos. Mas, se assim fosse, o número de *kumuá* teria diminuído com o advento das escolas e, principalmente, com os deslocamentos para os centros urbanos. Mas, como mencionado, as etnografias mostram que o aprendizado heterogêneo é valorizado na formação do *kumu*, que quando jovem, procurará receber seus conhecimentos em outra fase de sua vida (Lasmar 2005; veja exemplos entre os Hupd’äh em Ramos 2013; sobre os Tuyuka em Cabalzar, 2010; e Desana em Angelo, 2016).

Além de conferir prestígio e de usufruir de um estatuto superior (Carneio da Cunha 1998: 11), a educação permite que o chefe de família tenha melhores condições de criar seus filhos. A partir do momento em que a vida se estabiliza, o homem já maduro volta suas preocupações para reaprender as histórias que ouvira quando criança. A maioria se torna o que comumente se chama de “benzedor”, mas alguns, por levarem a sério e com afinco tal empreitada, vão além do aprendizado de um número limitado de *bayiri* de uso cotidiano e se esforçam a ponto de serem considerados *kumuá* por suas comunidades. Voltarei a este ponto mais adiante.

---

19 Em uma ocasião, Viviano falou por horas sobre a relação entre dietas alimentares, restrições sexuais e poder de ações eficazes do *kumu*.

20 Rodas de *ipadu* similares a esta onde o conhecimento xamânico aflora também são eventos diários nas comunidades do alto rio Negro (lado brasileiro) como as pesquisas de Lolli (2010) e Ramos (2013) demonstram sobre os Yuhupdeh e os Hupd’äh respectivamente.

A maioria dos *kumuá* de hoje começou a aprender os mitos e os *bayiris* antes de ir para o internato e somente retomou este treinamento quando voltou para a sua comunidade. No entanto, parte considerável não retornou. Alguns viajaram, se deslocando para outros lugares em busca de trabalho e de outros conhecimentos. Feliciano Lana no início de sua adolescência interrompeu o processo de aquisição de conhecimentos por vontade própria porque entendia que “precisava aprender as coisas do branco” (Angelo 2016: 147). Estudou por cinco anos no internato de Pará-Cachoeira e permaneceu na missão trabalhando como assistente de aula. Foi viver com seu avô no rio Papuri e trabalhou nas jazidas de ouro na Serra do Traíra e algum tempo na cidade de Mitú, na Colômbia. Depois de casado e com filhos, Feliciano resolveu que aquela era hora de retomar o seu treinamento inicial há muito interrompido. Nesta época, contudo, seu pai e seus tios já haviam falecido. Mas, seu sogro, Manuel, tukano, era um *kumu* e *bayá* respeitado em sua comunidade. Para o seu desgosto, os filhos de Manuel não demonstraram interesse algum em adquirir seus conhecimentos. Frente à impossibilidade de transmitir o que lhe era mais caro e, depois de muita insistência de Feliciano, Manuel aos poucos foi compartilhando parte do que sabia.

Ao perceber que o conjunto de *bayiri* que até então aprendera de seu sogro não lhe era suficiente, Feliciano que nesta altura morava na cidade, se empenhou em aprimorá-lo com outros *kumuá*. É comum a troca de conhecimentos durante visitas pessoais, encontros em festas de caxiris e dabucuris mesmo entre membros de outros grupos. A despeito da diminuição da ocorrência destes eventos, principalmente em São Gabriel da Cachoeira, a troca de conhecimentos entre os *kumuá* ocorre durante encontros regulares informais sem que haja a necessidade de um evento específico que os reúna. A vida na cidade não alterou esta forma de circulação de conhecimentos. Pelo contrário, ela propicia maior movimentação de troca. A circulação aumenta porque a cidade permite que haja um conglomerado maior de *kumuá* de diferentes grupos dividindo o mesmo espaço em comparação aos que se encontram nas comunidades ao longo dos rios, criando oportunidades para o aprendizado, para as discussões, comparações e trocas. Reconhece Feliciano que a continuidade do aprendizado com seu sogro fora importante para a retomada do que aprendera quando criança, mas enfatiza que hoje a maior chance que os *kumuá* têm de se encontrar por viverem no mesmo centro urbano são fundamentais para a continuidade permanente de seu aprendizado.

Trajatória distinta é a de Raimundo Galvão, *bayá* e *kumu* desana, que embora tenha vivido na época dos salesianos, não passou pelo internato. Raimundo se orgulha das vantagens de ter recebido seus conhecimentos diretamente com seu pai durante décadas



e hoje utiliza a sua formação para conferir maior legitimidade em relação àqueles que se encontram acima de sua posição hierárquica. Da mesma forma que Raimundo Galvão, os *kumuá* desana Luís Lana e Américo Fernandes, iniciaram seu treinamento cedo na vida. Mas, a transmissão de conhecimentos destes últimos foi mais aberta e incluiu os tios tukanos, os avôs e, no caso de Américo, a própria mãe, também tukano. Por outro lado, tiveram o processo de aprendizagem interrompido pelo internato salesiano. Enquanto Raimundo Galvão enfatiza as vantagens de seu treinamento do tipo “tradicional”, Luís, Américo e também Feliciano, reconhecem os inúmeros benefícios de terem aprendido com os salesianos outros conhecimentos que complementam os conhecimentos do *kumu* e afirmam que estes conhecimentos foram úteis em seu trabalho de registro e publicação de livros<sup>21</sup>. Feliciano Lana aprendeu noções de proporção, perspectiva, construção geométrica, composição, luz e sombra (Freire 2009: 9) e tem utilizado estas técnicas na produção de seus desenhos. Luís Lana aprendeu a falar em público com confiança e desembaraço após o internato e isto o ajudou, afirma, a desempenhar suas atividades como chefe da comunidade (Angelo 2016: 125). Não tiveram a formação de Raimundo que permaneceu aprendendo com seu pai. Mas, por outro lado, usufruíram outros benefícios através do contato com a educação promovida pelos salesianos. De forma que há por parte dos *kumuá* de hoje um sentimento ambíguo em relação ao internato, um paradoxo que ora pende para um misto de revolta e angústia ora para uma expressão de reconhecimento pelos benefícios adquiridos.

O percurso de Luís Lana também é revelador porque ele não teve a oportunidade de passar pelo período de isolamento e logo cedo ter decidido que seria um *kumu*. Mas, enquanto vivia na Colômbia, através de um sonho, Luís teve a oportunidade entrar em contato novamente com os conhecimentos que aprendera quando jovem. Luís entendeu por meio deste sonho que deveria retornar para a sua comunidade e continuar seu aprendizado (Angelo, 2016: 168). De forma que a ausência do ritual de iniciação não impediu o acesso aos conhecimentos nem mesmo impossibilitou que a especialização xamânica de Luís viesse ocorrer posteriormente porque os sonhos operam como uma continuidade do aprendizado.

Difícilmente o jovem que vive na cidade terá a oportunidade de passar por um período de isolamento em que se mantém apartado do contato com outros e se dedica ao consumo do *ipadu* e do *caapi* que lhe permitem se concentrar e ter acesso aos *Waihmasã*. Entretanto, é importante ressaltar que não é o momento de isolamento que garante o aprendizado. A transmissão de conhecimentos é um processo longo e gradual através do

21 Ambos os *kumuá* publicaram alguns mitos de seu extenso repertório na coleção de livros *Narradores Indígenas do Rio Negro*.

convívio diário, via de regra mas não necessariamente, entre pai e filho ou avô e neto. São as rodas de *ipadu* realizadas no fim do dia nas comunidades que criam o contexto para a circulação de conhecimentos de forma mais sistematizada e o aprendizado nas cidades também se dá em encontros mais esporádicos entre pai e filho e com maior oportunidade de troca de conhecimentos com outros *kumuá*.

Dedicar-se em adquirir estes conhecimentos após ter uma família constituída e ter atingido certa maturidade tornam difíceis os cuidados com os resguardos<sup>22</sup>. Ademais, nem sempre a esta altura a figura paterna estará à disposição para ensinar o jovem. É consenso entre os *kumuá* de hoje que esta nova dinâmica traz sérias consequências na preparação do corpo do futuro *kumu*, implicando na redução da eficácia de seus atos. Feliciano explica que devido à vida mais corrida na cidade, as prescrições só duram após o dia de aprendizado. Mas, o contato com mulheres menstruadas continua prejudicial e é uma prática difícil de ser seguida no âmbito urbano. No tempo em que moravam nas malocas, ou mesmo hoje nas comunidades do Apaporis, por exemplo, as pessoas ao redor do aprendiz geralmente sabem da sua condição e por si mesmas se esforçavam para que nada possa atrapalhar a sua formação. Uma mãe ficaria atenta para que nenhuma mulher menstruada servisse alimento ao seu filho. Enquanto na cidade, o aprendiz pode ir a um bar ou a um restaurante e ser atendido por uma mulher que se encontre nesta situação.

No entanto, as possibilidades oferecidas em contextos urbanos não alteraram a consideração pelos resguardos alimentares e sexuais. Ao invés de uma desconsideração por parte dos mais jovens, parece que há um equilíbrio diante do que lhes é possível. Como mencionado, as viagens pelo mundo afora e a possibilidade de educação recebem primazia diante da valorização e do prestígio que concebem. Esta alteração na dinâmica do ciclo de vida resulta em um abrandamento (Cabalzar 2010: 129-141)<sup>23</sup> no nível das proscições alimentares e sexuais e uma consequente redução do nível de eficácia de atuação dos *kumuá*. O abrandamento se faz necessário porque a violação de tais regras corporais coloca em risco a vida do aprendiz, tornando-o vulnerável ao ataque de outros xamãs.

De forma que o abrandamento não é visto como ação negativa por parte dos jovens, pois embora se reduza em um lado, se ganha em outro como a educação escolar. As viagens tornam o xamã um tradutor hábil de construir uma síntese em que diferentes códigos ganham consistência e sentido (Carneiro da Cunha 1998: 14). Renato Lana, sobri-

---

22 Mesmo nas comunidades do Apaporis e do Tiquié, os resguardos e abstinências não possuem a mesma permanência de antes.

23 Utilizo aqui o termo abrandamento cunhado por Cabalzar (2010, parte II) referente à circulação de conhecimentos entre os Tuyuka do alto Tiquié por me parecer o mais apropriado às mudanças que são feitas nas práticas xamânicas no âmbito dos centros urbanos.

nho de Feliciano aprendeu os *bayiris* para obter mais confiança da sua comunidade para poder exercer o papel de chefe na comunidade São João Batista no rio Tiquié. Todavia, sua atuação no campo político e xamânico foi significativamente reforçada porque antes de assumir esta posição, Renato viveu e estudou na cidade (Angelo, 2016: 210).

Assim, não só se verifica uma transformação no sistema xamânico nos centros urbanos, mas pode-se dizer que de certa forma as possibilidades oferecidas na cidade alteraram a dinâmica de vida também das comunidades e adiaram significativamente o processo de aprendizado do *kumu* sem impedir a circulação dos conhecimentos. Isto não quer dizer que os abrandamentos existem por causa da vida na cidade. Estão sendo feitos em toda a região, pois os perigos da quebra da dieta e dos resguardos podem acometer qualquer um, independentemente se a pessoa se encontra na comunidade ou num centro urbano. Porém na cidade este controle se torna mais difícil.

### **A reconfiguração dos *bayiris* no contexto urbano**

Antes da vinda dos salesianos, cada maloca possuía um *kumu* que atendia às necessidades da comunidade. A derrubada das malocas foi um golpe duro empregado visando o fim da transmissão de conhecimentos porque sabiam que os rituais acontecem na maloca (Buchillet, 1992: 212; Angelo, 2016: 272-284). No entanto, se o objetivo dos salesianos era eliminar os *kumuá*, ocorreu, ao contrário do que se esperava, uma proliferação de benzedores. Da mesma forma que se verifica em outros lugares da Amazônia, o fortalecimento do xamanismo é concomitante ao enfraquecimento de instituições políticas (Carneiro da Cunha 1998: 8). Era exatamente isso que os salesianos estavam produzindo.

A mobilidade constante conjugada com a reconfiguração espacial através do surgimento das casas individuais em substituição às malocas aumentou o interesse no aprendizado dos *bayiris*. Algo comum e verificável nos grupos tukano é que tanto no passado quanto hoje, os *bayiris* não são prerrogativa exclusiva do *kumu*, pois muitos deles podem ser aprendidos e usados por qualquer homem (Reichel-Dolmatoff 1975: 91; veja Goldman [1963] 1979: 266 sobre os Cubeo).

De forma que todos os homens possuem e, isto também é visível hoje em São Gabriel da Cachoeira, certos conhecimentos atribuídos aos *kumuá* a ponto de serem capazes de realizar os *bayiris* mais comuns (Hugh-Jones 1979: 32). Como conclui Goldman sobre os Cubeo, se considerarmos que quase todo homem pode fazer uso dos “benzimentos” com propósitos terapêuticos e profiláticos, é razoável pensar que as ações de um *kumu* e de uma pessoa comum diferem principalmente em grau (Goldman 2004: 367).

Superficialmente, pode-se dizer que a distinção entre um benzedor e um *kumu* se dá por duas vias: a primeira diz respeito às complexidades do *bayiri*. Um benzedor é capaz de descontaminar alimentos, objetos e espaços enquanto um *kumu*, além de atuar nas passagens do ciclo de vida de uma pessoa, realiza a proteção da comunidade e atua durante eventos especiais como os *dabucuris* e *caxiris*. A segunda diferença diz respeito à capacidade de fazer relações entre o *bayiri* e o seu fundo mitológico. Como mencionado, o *kumu* é uma figura que se distingue do *ye'e*, entre outras coisas, por causa do seu profundo conhecimento mitológico que lhe dá condições de extrair poderes ou elementos de eventos míticos na formulação dos *bayiris*. Explica Feliciano Lana, que ao escutar um mito, um mero benzedor não faz estas relações (Angelo, 2016: 114).

Argumenta Buchillet (1990: 328-329, nota 9; 1992: 229, nota 6) todavia, que esta busca pelos *bayiris* mais simples não é motivada pelo desejo de aprender com o intuito de se tornar um *kumu*, mas se limita a circunstâncias do âmbito familiar e, portanto, estes não poderiam ser considerados *kumuá* pela comunidade. Mas, a pesquisa em campo com os Desana (Angelo, 2016: 147 e ss.) revelou que muitas vezes o interesse limitado por conhecimentos relativos ao cotidiano pode resultar na busca de conhecimentos mais profundos quando o homem atinge uma idade madura e, conseqüentemente, poderá vir a ser reconhecido por sua rede de relações como *kumu*.

A vida num centro urbano como São Gabriel da Cachoeira potencializa o aparecimento de “benzedores” porque aumenta a distância entre parentes e seus *kumuá* que se encontram nas comunidades. Embora boa parte dos pais se esforce para aprender um repertório, *bayiris* que apresentam maior complexidade requerem a atuação do *kumu*. É o caso da nomeação. O nome cria um elo direto entre a pessoa e o ancestral mítico, conferindo a vitalidade desta entidade ao recém-nascido, além do pertencimento ao grupo.

A nomeação é complexa porque durante este *bayiri*, o *kumu* viaja em pensamento por retomar o deslocamento realizado pela proto-humanidade, ainda em processo de formação (a mesma condição que se encontra o recém-nascido), que parava nas Casas de Transformação com a finalidade de se humanizar por meio de rituais. De acordo com Luís Lana, a princípio, por requerer um conhecimento específico que é de propriedade daquele grupo hierárquico, a nomeação deve ser feita por *kumuá* do mesmo grupo do recém-nascido<sup>24</sup>.

Por reunir habitantes de diversos grupos tukano, a nomeação aparece como um problema para os *kumuá* da cidade de São Gabriel da Cachoeira, pois nem sempre é possí-

---

24 Veja Oliveira (2016: 203-219) para a descrição detalhada de um parto contemporâneo e a atuação xamânica em uma comunidade tukano no rio Tiquié.

vel encontrar de imediato um *kumu* do mesmo grupo hierárquico e, às vezes, nem mesmo do grupo dos tukano ao qual os pais pertencem. No entanto, esta contingência não elimina a possibilidade deste *bayiri*, mas permite um abrandamento da nomeação. Feliciano Lana, que é desana, tem em sua rede de relações uma clientela regional e ampla, sem distinção de origem étnica (Carneiro da Cunha 1998: 8). Embora reconheça não saber o *bayiri* de nomeação de outros grupos de forma “completa”, como diz, acaba atendendo seus clientes por entender que os filhos deles não podem correr o risco de ficar sem este benzimento que dá vida às pessoas.

O *bayiri* de nomeação acaba sofrendo alterações também devido à dificuldade de se seguir as prescrições alimentares e sexuais aplicadas aos que vierem a se tornar especialistas. Ao fazer a nomeação, Feliciano procura não preparar o corpo da criança para ser *kumu* ou *bayá* porque sabe que as constituições de corpos com estes *bayiris* requerem uma aderência maior às práticas que são mais difíceis de serem seguidas no contexto urbano e podem causar danos à saúde e ele próprio poderia ser responsabilizado. Desta forma, aqui ocorre novamente um abrandamento no que tange aos poderes transmitidos pelo *kumu* através do *bayiri* da nomeação.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira é o porto de entrada para um número crescente de mercadorias que de lá saem para as comunidades. Este fluxo e consequente consumo de bens faz com que os *kumuá* vejam a necessidade de atualizar as narrativas míticas tanto quanto o seu repertório de *bayiri*. Luís Lana explica que o mito precisa ser “modernizado” e, em consequência, o *bayiri*.

Enquanto nossos antepassados usavam as personagens do mito nos benzimentos, hoje o branco trouxe outros problemas que funcionam como personagens que nos atacam. São venenos que vieram com a industrialização do branco. Precisamos usar esses novos personagens e desarmá-los nos benzimentos. Meus antepassados viram que a caneta era a arma do branco. As canetas e os lápis causavam cólica, dor de barriga muito forte em nós. Então os sábios tinham que modernizar para este problema, tinham que desmanchar.

Os *bayiris* não só são atualizados por incorporarem novos agentes ou elementos, mas também por sofrerem modificações em sua estrutura. Em geral, possuem a mesma estrutura básica e há dois movimentos que os definem. O primeiro serve para identificar os protagonistas da doença e o segundo procura atuar na restauração da integridade do indivíduo (Buchillet 1983: 177-191; 1987: 20-25; 1990: 335-344; 1992: 220-224). São

constituídos de ações de desconstrução e de neutralização. O *kumu* está preocupado em cessar os efeitos nocivos do corpo de seu paciente causados por agências que operam no plano mítico<sup>25</sup>. Para tanto precisa saber quem age nocivamente para produzir a doença que podem ser pessoas ou afecções de pessoas, de animais ou de seres míticos. Os protagonistas envolvidos nos mitos que dão origem à doença precisam ser invocados. Isso ocorre, geralmente, no início da enunciação e implica na identificação por nome dos animais, espíritos, plantas e substâncias, as suas cores e até mesmo o seu *habitat*. Citar o nome de quem causou o mal por meio de ataques (*doreri*) equivale a interagir com o xamã que está atuando por meio dele. Através da menção do nome, o *kumu* assume o controle do animal ou da planta, que o capacita a manipular as suas propriedades de uma maneira que possa intervir na pessoa com a finalidade de neutralizar seus poderes ou atributos nocivos (Hugh-Jones 1996: 43). Após neutralizar os efeitos da doença, o *kumu* trabalha para que o corpo de seu paciente seja recomposto.

Assim, podem-se identificar três elementos em sua estrutura: primeiro, o nome do animal, planta ou qualquer elemento do protagonista que causa o dano; segundo, as armas utilizadas para o ataque e, terceiro, a ação do *kumu* por meio de comandos que visam a neutralização e recuperação.

De acordo com os *kumuá*, o *bayiri* produz efeitos imediatos. Geralmente, o *kumu* assegura a eficácia quando finaliza com as palavras: “eu o acalmo”, “eu o faço ficar quieto”, “eu o deixo em paz” (Buchillet 1987: 26; 1992: 224). Estas expressões demonstram o alcance das suas palavras em dominar a doença. A eficácia também é o resultado da própria forma com que o *kumu* profere o *bayiri*. Quanto mais rápido falar, maior o poder de ação das palavras (Ramos 2013: 188). Feliciano pronuncia as palavras de forma rápida, pois como explica, “o *kumu* deve falar rápido para “pegar”” – ou produzir efeitos. Os Desana nunca questionam o poder dos *bayiri*. Quando alguém não se recupera ou seu estado piora, ou quando um *bayiri* de prevenção não garante proteção, a falha nunca é atribuída ao conteúdo ou à estrutura do *bayiri*, pois estes remontam aos tempos míticos quando as doenças surgiram e as curas foram desenvolvidas. No entanto, a ineficácia de proteção ou terapêutica é geralmente a consequência de um equívoco do *kumu* que, ao proferi-lo, esqueceu-se de mencionar um dos seus elementos ou objetos relacionados à doença (Buchillet 1987: 25-26; 1992: 224).

Ocorre que mencionar nome por nome de cada elemento faz com que o *bayiri* se torne excessivamente longo e demorado, condição que não se encaixa na dinâmica de vida de uma cidade como São Gabriel da Cachoeira. Explica Feliciano que sua clientela é for-

---

25 Veja Lolli (2010: 72-80) para uma série de exemplos da atuação do benzimento entre os Yuhupdeh.

mada por pessoas que trabalham em horário comercial e que o procuram logo cedo pela manhã ou antes do anoitecer quando transitam entre suas casas e o local de trabalho.

Há, portanto, a necessidade de uma reconfiguração. Para exemplificar, utilizarei o *bayiri* para a alimentação conhecido como “benzimento das pimentas”. Após o parto, no período de três a quinze dias, deve ser feito este *bayiri* para que a mãe possa se alimentar sem prejudicar a si mesma ou ao bebê, pois os alimentos encontram-se envenenados. A função do *kumu* é lavá-los, descontaminá-los e transformá-los.

Este *bayiri* apresenta a seguinte estrutura: menciona-se o nome do alimento e depois a ação do *kumu* para neutralizar os seus efeitos e, por fim, o nome da criança a quem se procura conferir proteção.

“[nome do alimento]  
 Eu debulho os dentes, as nadadeiras e os espinhos;  
 Elimino todos os venenos, pitiús, a gordura, o mal cheiro  
 E transformo a comida com sumo de leite e suco de buiuiu  
 Misturo com pimenta e dou de comer ao [nome da criança].”

O *kumu* deve mencionar este corpo do *bayiri* para *cada* alimento a ser benzido. Os alimentos estão divididos em partes que incluem peixes classificados de acordo com seus *habitats* (peixes do igarapé, peixes do rio, por exemplo) e os parasitas que neles vivem, bem como as suas características corporais externas (cores e formas geométricas das escamas). A lista inclui animais de caça, aves e animais domésticos e que, por sua vez contêm subdivisões. Caso o *kumu* venha a elencar todos os animais comestíveis, pronunciará este parágrafo mais de 250 vezes. O parágrafo acima se refere apenas a quase a totalidade dos peixes. No entanto, a situação se torna ainda mais complexa quando o *kumu* deve acrescentar outros comandos ao entrar nos grupos de outros animais como os de caça, o das aves e dos animais domésticos de acordo com suas peculiaridades que envolvem diferentes comandos de neutralização. A citação exaustiva de todos os nomes é fundamental para prevenir o aparecimento de doenças.

No entanto, por motivos de ordem prática, Feliciano reconfigura este *bayiri* por classificar e reagrupar os animais que são mencionados de acordo com suas subdivisões em espécies. Assim, menciona todos os 74 peixes classificados como peixes do igarapé e entra com o texto do *bayiri*. Na sequência, elenca os 118 nomes dos peixes classificados como peixes do rio e menciona o *bayiri* e assim por diante. De forma que em vez de enunciar o *bayiri* para cada animal, com esta reconfiguração, o *kumu* reduz a menção para

apenas 38 vezes por mencionar o *bayiri* para cada grupo de espécies. De qualquer forma, os nomes de todos os animais são sempre mencionados para eliminar qualquer possibilidade de ataque. A diferença é que por meio desta reconfiguração é criada uma nomenclatura de acordo com as classificações dos alimentos e o *kumu* apenas menciona o parágrafo acima transcrito uma vez para cada grupo ao invés de mencionar para cada nome. Quando alguma coisa sai errado, a explicação dada é que faltou a menção daquele animal que efetuou o ataque. Feliciano consegue assim atender as demandas de seus clientes diante das circunstâncias que se encontram no contexto urbano sem menosprezar a importância de mencionar todos os nomes que o *bayiri* requer.

### **Considerações finais**

Pode-se dizer que a implantação dos internatos de certa forma desorganizou, pelo menos no início, o sistema de circulação de conhecimentos dos *kumuá*. Em vez de se afastarem da comunidade para o ensinamento em grupo através dos rituais de iniciação, os jovens passaram a se afastar em direção aos internatos para receber educação escolar. Mas, por meio da comparação sobre os modos de circulação de conhecimentos nas comunidades do Apaporis e São Gabriel da Cachoeira, argumento que estas modificações não devem assumir o sentido de perda e sim o de transformações. O isolamento dos jovens deixou de ser prática na maioria das comunidades do Tiquié e aqueles que vivem em São Gabriel da Cachoeira provavelmente não terão esta oportunidade. No entanto, a ausência desta dinâmica social não implica na impossibilidade de acesso ao campo de comunicação cosmológico, que pode ocorrer por meio dos sonhos, bem como ao acesso a entidades que são fontes de conhecimentos. Ademais, a diminuição da prática do isolamento resultou no fortalecimento do *bayiri* de nomeação como demonstra Andrello (2004: 46) sobre os Tukano e os Tariana de Iauaretê. De qualquer forma, tanto as prescrições quanto as proibições necessárias ao treinamento do *kumu* continuam a vigorar hoje nas comunidades afastadas como as dos Taiwano no Apaporis e em São Gabriel da Cachoeira, embora por períodos mais reduzidos.

Os salesianos sabiam da centralidade da maloca no pensamento rionegrino para a sua organização social e como o centro do mundo. Entretanto, o desaparecimento das malocas com o intuito de eliminar a circulação de conhecimentos, ao invés de conduzir à extinção dos *kumuá*, produziu a sua proliferação, mas “com menos poderes”, afirmam hoje os mais velhos. Como aponta Carneiro da Cunha (1998:8) “observa-se o extraordinário florescimento do xamanismo em situações do tipo colonial”. A cidade de São Gabriel da



Cachoeira confirma esta asserção. Os *kumuá* desta cidade são respeitados por suas redes de relações porque se deslocaram e aprenderam. Entende-se que viagens, percursos por novos processos e dinâmicas potencializam os conhecimentos.

Embora esta tentativa tenha levado à destruição das malocas (que agora ressurgem em outro contexto) bem como o roubo dos objetos rituais, os resultados não foram os esperados porque os salesianos não perceberam o caráter corpóreo dos conhecimentos. Pensavam que os conhecimentos estavam separados de quem os possuía. As preocupações dos *kumuá* de hoje nas comunidades e nas cidades em relação à preparação do corpo e das dificuldades encontradas no contexto urbano demonstram que o conhecimento reside no corpo e não no intelecto. De forma que a escola, que trabalha com o intelecto, atuou mais para agregar outros conhecimentos do que para destruir.

A vida na cidade é diferente da vida nas comunidades, mas o pensamento ameríndio não traça dicotomias estanques entre estes locais. O xamanismo não desaparece nem deixa de ser considerado “autêntico” ou menos indígena no contexto urbano pelos grupos tukano. Ao contrário, o xamanismo se molda em razão de sua flexibilidade, se adaptando e se transformando em novas configurações.

## Referências

- ANDRELLO, Geraldo. Iauaretê: transformações sociais e cotidiano no rio uaupés (alto rio Negro, Amazonas). Tese (Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP), 2004.
- \_\_\_\_\_. *Cidade do Índio. Transformações e cotidiano em Iauaretê*. São Paulo: UNESP. 2006.
- \_\_\_\_\_. Falas, Objetos e Corpos. Autores Indígenas no Alto Rio Negro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 25, n.73, 2010.
- \_\_\_\_\_. Cultura ou parentesco? Reflexões sobre a história recente do alto rio Negro. *Revista de Antropologia da UFSCar*. ROU, 6(1), janeiro/junho: 175-189, 2014.
- ANGELO, Samir Ricardo Figalli de. *Transmissão e Circulação de Conhecimentos e Políticas de Publicação dos Kumuá do Noroeste Amazônico*. Tese (Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo), 2016.
- ÅRHEM, Kaj. *Makuna Social Organization: A study in Descent, Alliance and the Formation of Corporate Groups in the North-Western Amazon*. Stockholm: Uppsala University, 1981.
- BARRETO, João Paulo Lima. *Wai-Mahsã: Peixes e Humanos. Um Ensaio de Antropologia Indígena*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas) Manaus, 2013.
- BOLETIM SALESIANO. *Nas Fronteiras do Brasil – Missões Salesianas do Amazonas*. Rio de Janeiro, Novembro/Dezembro, 1930.
- BUCHILLET, Dominique. *Maladie et Mémoire des Origines chez les Desana du Uaupés (Bré-*

sil). Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de Paris-X, Nanterre, 1983.

\_\_\_\_\_. "Personne n'est là pour écouter". Les conditions de mise en forme des incantations thérapeutiques chez les Desana du Uaupés brésilien. *Amérindia* 12, pp. 9-32, 1987.

\_\_\_\_\_. Los Poderes de Hablar. Terapia y Agresión Chamánica entre los Indios Desana. In: BASSO, E.; SHERZER, J. (eds). *Las Culturas Nativas Latino-Americanas Através de su Discurso*, pp. 319-354. Quito: Abya Yala. Roma: MLAL (Colección "500 años" no. 24), 1990.

\_\_\_\_\_. Nobody Is There to Hear. Desana Therapeutic Incantations. In: LANGDON, E; MATTESON, Jean & BAER, Gerhard. *Portals of Power*. New Mexico: University Press, pp. 211-230, 1992.

CABALZAR, Flora Dias. *Até Manaus, até Bogotá. Os Tuyuka vestem seus nomes como ornamentos. Geração e transformação de conhecimentos a partir do alto Tiquié (noroeste Amazônico)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. *Mana*, Volume 4, Número 1, pp. 7-22, 1998.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. De 'Cantos - Sujeito' a 'Patrimônio Imaterial': Considerações Sobre a Tradição Oral Marubo. *Revista do IPHAN* volume 32 - Patrimônio Imaterial, 2005.

\_\_\_\_\_. A escrita e os corpos desenhados: transformações do conhecimento xamanístico entre os Marubo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 55, n.1, pp.147-197, 2012.

CHERNELA, Janet. Atividade missionária e trabalho indígena no Alto Rio Negro, 1680-1980: Uma Abordagem Histórico-Ecológica. *Ensaio em Interculturalidade: Literatura, Cultura, e Direitos de Indígenas. Época de Globalização* 1, pp.103-131, 2014.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Desenhando os sonhos. In: LANA, Feliciano. *A Origem da Noite & Como as Mulheres Roubaram as Flautas Sagradas*. Manaus: EDUA, 2009.

GOLDMAN, Irving. Tribes of the Uaupés-Caqueté Region. In: STEWARD, Julian H. (Ed.), *Handbook of South American Indians*, Volume 3. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

\_\_\_\_\_. *The Cubeo: Indians of the Northwest Amazon*. Illinois: University Press, [1963] 1979.

\_\_\_\_\_. *Cubeo Hehénewa Religious Thought. Metaphysics of a Northwestern Amazonian People*. Columbia: University Press, 2004.

HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiades*. Cambridge: University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. Shamans, Prophets and Pastors. In: THOMAS, Nicholas & HUMPHREY, Caroline. *Shamanism, History and the State*. Michigan: University Press, 1996.

JACKSON, Jean. *The Fish People. Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: University Press, 1983.

\_\_\_\_\_. Culture, genuine and spurious: the politic of Indianness in the Vaupés, Colombia. *American Ethnologist*, 22 (1): 3-27, 1995.

LASMAR, Cristiane. *De Volta ao Lago de Leite. Gênero e transformação no Alto rio Negro*. São Paulo: UNESP, 2005.

LOLLI, Pedro. *As Redes de Trocas Rituais dos Yuhupdeh no Igarapé Castanha, Através dos*

*Benzimentos (mihd̃id) e das Flautas Jurupari (Tí)*. (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Melissa Santana. *Sobre casas, pessoas e conhecimentos: uma etnografia entre os Tukano Hausirõ e Ñahuri porã, do médio Tiquié, Alto rio Negro*. (Doutorado em Antropologia Social), PPGAS-UFSC, 2016.

PÃRÕKUMU, Umusĩ (Firmiano Arantes Lana) & KĒHÍRI, Tõrãmũ (Luiz Gomes Lana). 1995. *Antes o Mundo Não Existia - Mitologia dos Antigos Desana - Kĕhĩriporã*. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN.

RAMOS, Danilo Paiva. *Círculos de coca e fumaça. Encontros noturnos e caminhos vividos pelos Hupd'äh (Maku)*. (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2013.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerard. *The Shaman and the Jaguar*. Philadelphia: Temple University Press, 1975.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WRIGHT, Robin. *Mysteries of the Jaguar Shamans of the Northwest Amazon*. Nebraska: University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. "História Indígena do Noroeste da Amazônia. Hipóteses, questões e perspectivas." In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 253-266, 1992.

Recebido em 30 de março de 2018.

Aceito em 14 de maio de 2018.

## Efeitos e afetos entre pessoas e fotografias

Rafael F. A. Bezzon

Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS da Unesp-FCLAr  
NAIP/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”<sup>1</sup>

[rafaelbezzon@gmail.com](mailto:rafaelbezzon@gmail.com)

### Resumo

Esse texto se propõe a refletir sobre a experiência de pesquisa junto ao Arquivo Miyasaka, localizado na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, através do que enuncio como “encontros fotográficos” - situações de grande significância vivenciadas junto ao arquivo, as pessoas e as imagens. Partindo da perspectiva teórica e metodológica conhecida como “Virada Fenomenológica” nos estudos antropológicos com fotografia, proponho refletir sobre esses eventos significativos através dos afetos e efeitos experienciados e vividos durante as relações estabelecidas que permitiram o encontro de outras imagens e suas diferentes formas expressivas, ou seja, não só as fotografias, mas as lembranças e memórias evocadas e narradas através do contato com determinadas fotos.

**Palavras-chave:** Afetos; Antropologia Visual; Arquivo; Efeitos; Imagem

### Abstract

This paper proposes to reflect on the experience of research with the Miyasaka's Archive, located in the city of Ribeirão Preto, in the countryside of the state of São Paulo, through what I call “photographic encounters” - events of great significance lived next to the archive, people and images. Starting from the theoretical and methodological perspective

---

1 Pesquisador do Núcleo de Antropologia da Imagem e Performance (NAIP), vinculado à Faculdade de Ciências e Letras, *campus* Araraquara, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

known as “Phenomenological Turn” in the anthropological studies with photography, I propose to reflect on these significant events through the affects and effects experienced during the relationships buildings that allowed the encounter of other images and their different expressive forms. That is, not only the photographs but the memories evoked and narrated through the contact with certain photos.

**Keywords:** Affection; Archive; Effects; Image; Visual Anthropology

## Apresentação

Esse texto procura refletir uma experiência de pesquisa *em* e *com* um arquivo fotográfico particular localizado na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. Proponho pensar diferentes formas de utilizar e pesquisar imagens com especial interesse em seu potencial reflexivo, como agente, durante uma experiência desenvolvida através de uma etnografia do arquivo e tudo aquilo que o conforma.

A partir da reflexão teórico e metodológico desenvolvida e produzida pelas ciências sociais, sobretudo pela antropologia e mais especificamente o campo conhecido por antropologia visual ou antropologia e imagem, procuro pensar e construir diferentes abordagens frente às imagens, encontradas durante a pesquisa, através de suas diferentes formas expressivas. As reflexões propostas nesse artigo intentam analisar as imagens através de seus afetos e efeitos<sup>2</sup> vivenciados pelos diferentes observadores e interlocutores, permitindo uma outra forma de refletir sobre imagens e, assim, estabelecer uma leitura sobre a trajetória do fotógrafo e de seu arquivo.

O Arquivo Miyasaka foi constituído durante os cinquenta e nove anos de atuação do fotógrafo Tony Miyasaka<sup>3</sup>, período em que registrou o espaço da cidade, sua gente e seus acontecimentos munido com suas diversas e diferentes câmeras<sup>4</sup>. É dessa intensa produção fotográfica que se constituiu o seu acervo, composto por aproximadamente quatorze mil imagens entre negativos, fotografias impressas e digitalizadas. O arquivo pode ser dividido em três grandes conjuntos: “Jovem Miyasaka”, compreendendo o período das déca-

2 Penso os conceitos efeitos e afetos, a partir da perspectiva adotada por autores como Strathern (2014a: 222-224) e Favret-Saada (2005: 155-160), mas também através de Edwards (2012: 228-229) e Barthes (2011: 30-31), como ficará claro no decorrer do texto.

3 Tony Miyasaka chegou ao Brasil com dois anos de idade, vindo do Japão. Aos seus treze anos, sua família emigrou do campo para a cidade e, desde então, Miyasaka não parou de se relacionar com a fotografia.

4 Como me contou sua filha, Elza, o fotógrafo não tinha uma única câmera, a preferida, para fazer suas fotos. Miyasaka utilizava as câmeras que chegavam em sua loja e posteriormente seriam vendidas, fato curioso pois se diferencia dos grandes fotógrafos e a relação deles com modelos específicos de câmera.

das de 1950 e 1960 quando trabalhou como fotógrafo profissional, além de documentar a cidade, espécie de projeto pessoal; “Fotos Aéreas”, englobando uma grande quantidade de imagens da cidade de Ribeirão Preto, e depois de prontas eram comercializadas em suas lojas, prática que se manteve durante toda a sua vida até o ano de seu falecimento em 2004; e o “Fotos Artísticas”, correspondendo às fotos realizadas entre os anos de 1990 e 2000 sobre a cidade e seus espaços procurando estetizar seus assuntos.

Durante a pesquisa<sup>5</sup>, tive como objeto de análise o conjunto “Jovem Miyasaka” conjunto de imagens produzidas no período em que Miyasaka atuou como foto repórter para os jornais *A Cidade* e *Diário de Notícias* da cidade de Ribeirão Preto, e para jornais de ampla circulação como *Folha de São Paulo* e *Gazeta Esportiva*. É também durante esse período que o fotógrafo ribeirão-pretano realizou sistematicamente um projeto de documentação da cidade e suas transformações, as décadas de 50 e 60 são consideradas os “anos dourados” da cidade de Ribeirão Preto, principalmente pela efervescência cultural vivida e intensificada com a chegada da Faculdade de Medicina da USP, a criação do Cine Foto Clube de Ribeirão Preto (Cinefoto<sup>6</sup>), da Escola de Belas Artes do Bosque e da Escola de Artes Plásticas de Ribeirão Preto, além do Centro Experimental de Cinema<sup>7</sup>, responsáveis por movimentar, sobretudo, a atmosfera cultural da cidade.<sup>8</sup>

A atuação de Miyasaka como fotógrafo profissional foi bastante diversificada, gerando uma intensa produção fotográfica e tendo como característica principal a heterogeneidade de assuntos registrados por sua câmera. Sua trajetória como profissional da fotografia se inicia no estúdio da família, o *Foto Miyasaka*, localizado na região central da cidade e comandado por Tony Miyasaka e seus irmãos Kazuo, Takeshi, Tatsuo e o pai, Sakuma.

O estúdio foi inaugurado no ano de 1950 em uma pequena loja no andar térreo do sobrado onde residia a família Miyasaka. Lá, Tony teve sua primeira função na empresa da família, retocar fotografias, ofício que aprendeu com seu irmão Kazuo. Após um período

---

5 A dissertação de mestrado foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e é intitulada: *O Japonês da Gravata Borboleta – Trajetória, Arquivo e Imagem; a experiências de pesquisa no e com o Arquivo Miyasaka*.

6 Tony Miyasaka participou ativamente da constituição do Cinefoto, assim como seu amigo e companheiro de empreitadas artísticas e experimentais Waldemar Fantini.

7 O fotógrafo foi um dos membros do Centro Experimental de Cinema – C.E.C., junto de R. F. Lucchetti, Bassano Vaccarini, Waldemar Fantini e Milton Rodrigues. Os filmes experimentais e de animação produzidos durante a existências do C.E.C. foram exibidos nos circuitos nacionais e internacionais, tendo participado do Festival de Cannes em 1962, e no Festival de Animação de Annecy, ambos ocorridos na França.

8 Tadeu Chiarelli tem um trabalho importante que contextualiza esse momento das artes no interior paulista, especialmente em Ribeirão Preto (Chiarelli 1980).

ocupando esse posto e percebendo que não era muito afeito às técnicas da pintura, aliado ao fato de ser um dos únicos membros da família que há época dominavam o português - afinal haviam imigrados ao Brasil no início dos anos de 1940, Tony Miyasaka chegou com dois anos de idade -, foi promovido ao cargo de fotógrafo oficial do estúdio para o registro de reportagens sociais e prestação de serviços fotográficos a jornais e órgãos públicos como a prefeitura, registrando diferentes eventos, e os órgãos policiais da cidade de Ribeirão Preto. O estúdio, hoje comandado por seu filho, era e ainda é ponto de encontro para os entusiastas e amantes da fotografia na cidade.

É no ano de 1950 que um grupo de amantes e entusiastas da fotografia - em sua maioria membros da elite social, econômica e cultural - fundam na cidade o *Cine Foto Clube de Ribeirão Preto*, associação cinefotoclubista de fotógrafos e cinegrafistas amadores criada e organizada seguindo os moldes do co-irmão e precursor *Foto Cine Clube Bandeirante*, localizado na cidade de São Paulo. Foi através da produção realizada pelos membros do Bandeirante, durante finais dos anos 1940 até os primeiros anos da década de 1960, a responsabilidade por instaurar e expandir através da publicação de seus boletins mensais, uma forma moderna de se fazer fotografia influenciou e se espalhou por todo o país.

Os cinefotoclubes foram instituições importantes para a disseminação das discussões e práticas da produção fotográfica brasileira. Eram através deles que as influências desse olhar moderno se disseminavam pelas capitais do Brasil e pelas cidades do interior (Costa & Silva 2004: 34). Se estabeleceram como uma grande rede, espécie de comunidade imaginária de fotógrafos amadores, onde todos os membros vinculados às associações clubistas participavam dos mesmos salões e transitavam como jurados entre os diferentes clubes de fotografia e cinema espalhados pelas cidades. É dentro desse contexto de bastante efervescência cultural que se iniciou a produção fotográfica de Miyasaka e conseqüentemente seu arquivo particular, sobretudo pela necessidade de se manter os negativos originais, aliado ao hábito cultural próprio das sociedades urbano-industriais de guardar.

## O Arquivo é o Campo

De maneira geral, os arquivos conformados por seus acervos e fundos constituídos de diferentes documentos, objetos, imagens, filmes, livros e outras coisas são como observa Peixoto (1999: 117) constituídos principalmente pelas instituições públicas e por diferentes pessoas com atuações distintas junto à sociedade. Essas instituições e arquivos, públicos ou privados, se tornam responsáveis pela documentação e pela guarda de ele-

mentos que constituem a memória social, política, econômica e cultural de determinada cidade, estado ou país.

O desenvolvimento de equipamentos fotográficos e seus materiais, principalmente no século XX, criaram as condições necessárias para que a profissão de fotógrafo se estabelecesse e se popularizasse. Os arquivos fotográficos produzidos por essas pessoas se apresentam como objetos de grande interesse para as ciências sociais e a antropologia, afinal como esclarece Edwards uma fotografia antropológica ou que interessa o cientista social “[...] é qualquer uma da qual um antropólogo possa retirar informações visuais e significativas.[...]” (Edwards 1996: 24), e mesmo aquelas “[...] que não foram criadas com intenções antropológicas, ou secundadas especificamente por conhecimento etnográfico, podem, todavia, ser apropriadas com finalidades antropológicas. [...]” (Edwards 1996: 24). As fotos que constituem o Arquivo Miyasaka se apresentam nesse registro apresentado pela antropóloga e historiadora britânica, e assim matérias interessantes para o estabelecimento de uma reflexão e análise.

A experiência de pesquisa junto ao Arquivo Miyasaka se organizou através de uma etnografia *no* e *com* o arquivo, de seu espaço, da lógica que o orienta, com as imagens, as pessoas envolvidas e que estabelecem uma relação com o arquivo, seus objetos e o fotógrafo. O arquivo é entendido como um objeto cultural em si mesmo, por isso de grande interesse para as pesquisas de ciências sociais, principalmente através de uma perspectiva antropológica. Ele está localizado na antiga residência do fotógrafo e atual morada de sua filha, Elza, e sua viúva, D. Tereza, as principais interlocutoras durante a pesquisa, sobretudo Elza que é uma espécie de guardiã do arquivo. É uma casa-arquivo.

Uma das potencialidades do tratamento etnográfico para um arquivo é a possibilidade de relação com interlocutores que estabelecem uma relação íntima com as imagens como nos indica Olívia Maria da Cunha (2005: 10). Segundo a autora, “sair do arquivo”, buscar relações permeando o artefato imagético e os sujeitos em relação com ele, ver fotos com os informantes, realizar entrevistas mediadas por imagens se tornam procedimentos necessários para a construção do conhecimento antropológico.

A etnografia do arquivo e suas imagens procura compreender a criação, a produção e as transformações desse espaço arquivístico, permitindo uma abordagem sobre os artefatos imagéticos através de suas biografias, de suas trajetórias de constituição e do contexto em que foram produzidos. No caso da pesquisa realizada, também fizeram parte as pessoas envolvidas com o arquivo, seja em seu nível mais íntimo - como a viúva do fotógrafo, D. Tereza, e sua filha, Elza -, seja em níveis de relação fora do contexto familiar - como Tania Registro, formada fotógrafa por Miyasaka e historiadora na cidade de Ribeirão



Preto; R. F. Lucchetti, companheiro de Centro Experimental de Cinema e amigo de Tony; ou os membros do Cinefoto: Denis Santos e Henrique Ravasi, que estabeleceram uma relação com o fotógrafo através do Cine Foto Clube e por frequentarem a loja do fotógrafo ribeirão-pretano.

Esse movimento de saída do arquivo, de não se ater apenas à lógica arquivística desses espaços ou somente se relacionar com os documentos e os diversos artefatos em seus diferentes suportes, demonstra a importância das pessoas envolvidas e em relação com o Arquivo Miyasaka para o conhecimento das narrativas e histórias sobre o fotógrafo, o arquivo e as fotografias. Esse processo é importante para pensar os arquivos como artefatos culturais, afinal eles são resultado de tentativas de constituir e ordenar conhecimentos realizadas tanto pelo produtor do arquivo, como nas intervenções dos usuários e pessoas que trabalham em sua organização (Cunha 2004: 291).

A relação da fotografia com as ciências sociais e a antropologia ocorre desde a invenção dos modernos instrumentos de produção de imagem, sendo incorporados junto ao equipamento de pesquisa, documentação e registro dos pesquisadores. Em um primeiro momento, devido à sua característica de sempre estar atrelada a seu referente, o registro fotográfico foi amplamente utilizado como prova por sua qualidade em espelhar o real (Leite 1993: 25-26). Por outro lado, e com o desenvolvimento das teorias e metodologias envolvendo o uso e a produção de imagens, a foto também foi amplamente utilizada como instrumento de evocação de histórias, lembranças e memórias, prática conhecida como foto-elicitação, desenvolvida por diferentes pesquisadores<sup>9</sup>.

Contudo esse uso da imagem fotográfica era entendido como uma via de mão única, ou seja, o interlocutor se utilizava da foto para produzir informações ao pesquisador. Conforme os paradigmas teórico-metodológicos das ciências sociais e principalmente da antropologia foram sendo rediscutidos e reconfigurados, as práticas desenvolvidas nas pesquisas de campo também se transformaram.

Uma das reconfigurações por qual passou vividas pela antropologia no âmbito teórico-metodológico em relação às pesquisas com arquivos e seus artefatos foi a mudança

---

9 Podemos pensar no trabalho realizado por pesquisadora(e)s como: Olívia Maria da Cunha (2005), pesquisa onde ela se utiliza de fotografias realizadas por Margareth Mead durante sua estadia em Salvador, Bahia, para conversar com pessoas retratadas ou que estavam inseridas no contexto de produção das fotos; Marcus Banks (2009), cita por exemplo os trabalhos de Yannick Geffroy (1990) – em uma vila francesa – e Paolo Chiozzi (1989) – em uma cidade italiana da região da Toscana – como exemplos de práticas da foto-elicitação bem sucedidas em suas pesquisas; Miriam Moreira Leite (1993) é outra pesquisadora que se utiliza das imagens como elementos que ajudam a memória; Douglas Harper (2012) também traça o mesmo caminho em uma pesquisa junto a uma comunidade rural no norte de Nova York. Há ainda outras pesquisas que utilizam a imagem dessa maneira.

no entendimento das relações estabelecidas entre pesquisador, interlocutores e os objetos imagéticos, passando e pensar as fotos a partir de uma perspectiva fenomenológica (Barthes 2011: p.30), atenta para os afetos estabelecidos entre o observador e as imagens. Tal abordagem permite refletir sobre as relações agenciadas pelas imagens, as novas relações estabelecidas pelo pesquisador com os observadores e outras imagens em seus diferentes suportes.

A prática de ver fotos em conjunto com o observador, conhecida por foto-elicitação, inserida nesse contexto de transformações teórico-metodológicas também se reconfigurou. Como observa Edwards, “[...] A análise antropológica se volta, em vez disso, para o modo como as fotografias assumem sua própria dinâmica de sociabilidade junto às comunidades. [...]” (Edwards 2011: 180-181), potencializando, através das relações estabelecidas entre os diferentes observadores, o trabalho de investigação com os arquivos, as pessoas e seus objetos, entre eles as fotografias.

Os métodos visuais de pesquisa não apresentam uma renovação dos métodos tradicionais de investigação e construção do conhecimento antropológico, o que se passa é a extensão e aprofundamento de métodos já existentes. A foto-elicitação<sup>10</sup>, por exemplo, é uma maneira de dinamizar e aprofundar as conversas e os encontros vividos durante experiência. Não são apenas fotos que podem ser usadas para estimular as conversas com as(os) interlocutoras(es), os objetos de uma forma geral, câmeras, documentos, livros etc., também são elementos compondo o campo e estão em relação com as pessoas, sejam elas a(o)s interlocutora(e)s ou mesmo o pesquisador(a).

Como nos aponta Marcus Banks, “[...] Uma das forças das metodologias visuais em particular está na natureza inevitavelmente aberta da investigação. Resistindo a interpretações únicas, imagens podem fazer emergir todo um leque de caminhos alternativos de questionamento. [...]” (Banks 2009: 82). O antropólogo inglês lembra que as fotografias encontradas durante a pesquisa de campo são objetos estabelecidos em um contexto material. Esses artefatos imagéticos foram produzidos em uma determinada conjuntura, na qual também estão envolvidas as pessoas em relação com o fotógrafo e seu arquivo. As fotos, através de reflexão a partir de suas biografias, estão emaranhadas com a vida e a trajetória desses interlocutores.

O pesquisador, de acordo com Banks (2009), deve conhecer os objetos e fotografias com os quais vai trabalhar e se relacionar durante a pesquisa. Assim é importante conhe-

---

10 Há, nas literaturas de diferentes áreas que utilizam imagens como instrumentos de pesquisa, outros usos e métodos de trabalho a serem utilizados. No entanto, para este trabalho que se filia à perspectiva antropológica e atento para as relações estabelecidas em campo, a foto-elicitação ou o ato de ver fotos em conjunto com os interlocutores se mostrou bastante proveitoso para o contexto experienciado.

cer o contexto de produção e a trajetória de vida envolvendo a produção fotográfica de Miyasaka. Nas palavras de Banks, “[...] Usar arquivos fotográficos para despertar memória ou provocar comentários de informantes no decorrer de uma entrevista, por exemplo, envolve um reconhecimento de pelo menos três inserções sociais ou quadros.” (Banks 2009: 82). Ou seja, essas imagens e seus suportes tiveram diversos momentos de vida durante sua existência, através das relações estabelecidas com os seus diferentes observadores é possível acessar os detalhes invisíveis que as envolvem.

Tudo se passa como se o observador quando em relação com as fotos às animasse assim como elas animam quem as observa, permitindo a evocação de narrativas e histórias experienciadas durante a trajetória de vida através do contato com aquela imagem. Além de mobilizar a imaginação de quem as olha, provocando a criação de ficções a partir do contato com essas imagens.

A antropóloga e pesquisadora das imagens Fabiana Bruno, ao retomar as ideias do filósofo e historiador das artes e das imagens Georges Didi-Huberman, aponta uma qualidade interessante da imagem como sendo “[...] um ‘arquivo de memórias humanas’ ou uma ‘sobrevivência’ sociocultural, capaz de armazenar, veicular e fomentar não somente ‘tempos’, mas também ‘pensamentos’ a eles ancorados. [...]” (Bruno 2008: 2). As fotos e as imagens em geral atuam como uma espécie de detonadores de memórias, ou seja, como se do contato com a imagem irrompessem lampejos de informações que complementam determinada foto e promovem o estabelecimento de narrativas memorialísticas a partir desse encontro.

Durante a pesquisa, pensada através de uma etnografia, os acontecimentos em campo se deram ao acaso da vida das pessoas. Após seis meses de convívio semanal com o arquivo, as imagens e as pessoas, Elza – filha do fotógrafo e uma das principais interlocutoras - me comunicou que durante um ano estaria morando em Milão, Itália, por conta de seu doutorado, e, assim, ficaria sozinho e com amplo acesso à casa e ao arquivo. Foram aproximadamente onze meses me relacionando unicamente com as ampliações e negativos fotográficos de Miyasaka, sendo atacado e afetado quando em contato com essas imagens. Algumas delas, agiam como se capturassem meu olhar e faziam com que eu as olhasse por mais tempo.

Passado esse período de “experiência solitária em campo”, Elza e D. Tereza<sup>11</sup> voltaram a morar em sua residência. Ver imagens não era mais uma prática solitária como havia se configurado durante os meses em que partiram para suas viagens. Ir ao arquivo não se resumia apenas a olhar imagens. As relações estabelecidas entre nós voltavam a se

---

11 Nesse período D. Tereza foi morar em São Paulo na casa de sua outra filha, Cristina.

misturar com as fotografias. Assim, falar sobre as fotos e vê-las em conjunto com as interlocutoras voltava a ser atividade recorrente durante as idas ao arquivo. Voltavam também, as narrativas evocadas quando do contato com as fotos.

O encontro com diferentes formas imagético-expressivas despertou um entendimento ampliado ante o conceito de imagem, ou seja, em suas diferentes e múltiplas expressividades e não apenas através dos suportes tradicionais: a escultura, o quadro, as histórias em quadrinho, a fotografia e o cinema. Assim, se tornou mais interessante devido à experiência vivida junto ao arquivo e suas imagens, pensar a fotografia a partir de uma reflexão teórica e epistemológica procurando compreender sua potência de estar entre as relações, agindo, atuando e criando elos entre as diferentes imagens.

### **Eventos-Artefatos: Encontros Fotográficos**

Durante a experiência de pesquisa as fotografias sempre estiveram presentes e permitiram a ocorrência do que enuncio como “encontros fotográficos”, quando a imagem fotográfica permitia aos diferentes observadores – pesquisador e interlocutores - compartilharem a experiência de olhar para determinada foto. Nesses momentos a imagem anima e é animada pelo olhar do observador, fazendo com que memórias, lembranças e histórias sejam evocadas e narradas. Durante esses acontecimentos a foto age, agência e estabelece outras relações a partir dos afetos trocados entre ela (a foto) e os observadores, produzindo efeitos através desse encontro.

Esses eventos vivenciados ao serem enunciados no texto antropológico podem ser tratados como imagens-metáforas, à maneira proposta pela antropóloga inglesa Marilyn Strathern em seu ensaio *Artefatos da História: Eventos e a interpretação de imagens* (Strathern 2014a). Ao fim de sua reflexão, a autora defende que o conceito de artefato deva ser ampliado, não mais se limitando apenas aos objetos, mas agora para abarcar a performance e o evento. Para tanto, devemos fazer como os melanésios que entendem algumas performances e eventos ocorridos durante a vida social como imagens (Strathern 2014a: 228).

É pensando e analisando esses eventos-artefatos ou “encontros fotográficos” a partir da perspectiva das “imagens melanésias” que proponho tratar esses encontros performáticos. Para os melanésios os eventos tomados como performances e as performances entendidas como imagem devem ser compreendidos a partir de seus afetos e efeitos, afinal só assim é possível entender e se relacionar com o que não está codificado na imagem. Portanto, as fotografias não devem ser analisadas apenas através do conteúdo da

imagem, uma análise estritamente semiótica, mas podem e devem ser refletidas e analisadas pela sua saliência social, sua atuação como agentes no estabelecimento das relações entre pessoas e coisas, pois também são constituídas de uma vida social própria.

A relação estabelecida quando o observador entra em contato com a materialidade do suporte fotográfico - o negativo, a foto digital ou impressa - e as histórias contadas com e através das fotografias, alçam a foto para a posição de interlocutora da pesquisa (Edwards 2012: 229). É no agenciamento das relações entre pesquisador-foto-interlocutor que acontecem novos encontros com outras imagens e outra(o)s interlocutora(e)s, acontecimento possível devido à característica social, intrínseca à fotografia, de estar presente na vida das pessoas. Durante esses momentos significativos a imagem se mostra em toda sua potência relacional, demonstrando sua ação de agente e agenciadora de relações através do contato com o observador.

Proponho, portanto, refletir sobre a fotografia através de sua significância nas relações vividas e experienciadas durante a pesquisa, pois as fotos, como mostra Edwards, “[...] são feitas para significar em relação às ações sociais através de uma série de experiências sensoriais, nas quais diferentes configurações dos sentidos demandam situações perceptivas diferentes, compostas de som, gesto, toque, linguagem, música e relações táteis. [...]” (Edwards 2012: 228). Assim, são os eventos-artefatos ou “encontros fotográficos” que devem ser trazidos, refletidos e analisados no texto para que a escrita tenha sua eficácia pois, segundo Strathern, “[...] a escrita só funciona se ela for uma recriação imaginativa de alguns efeitos da própria pesquisa de campo. [...]” (Strathern 2014b: 346). São os “encontros fotográficos”, essas imagens permeadas de relações, afetos e efeitos que mobilizarei para construir as análises da experiência junto ao Arquivo Miyasaka.

As fotos, assim como as pessoas, também podem ser entendidas como interlocutoras. Strathern, refletindo sobre as relações estabelecidas em campo e sua efetividade, retoma uma concepção de Alfred Gell para analisar a agência de objetos em contexto etnográfico. Nas palavras da autora, “[...] O agente faz os eventos acontecerem. A arte, segundo ele, pode ser o ator ou pode sofrer a ação, ser agente ou paciente, num campo de agentes e pacientes que assumem formas diversas e têm efeitos diversos uns sobre os outros. [...]” (Strathern 2014b: 362).

Jeanne Fravet-Saada em sua pesquisa a respeito da feitiçaria na região francesa conhecida como Bocage, refletindo sobre sua experiência etnográfica começou a reavaliar a noção de afeto. A antropologia de uma maneira geral, de acordo com a autora, sempre desconsiderou, ignorou ou negou o afeto na experiência humana. Uma das potencialidades do afeto como categoria analítica no trabalho antropológico é a capacidade de, nas

palavras da autora, “[...] apreender uma dimensão central do trabalho de campo (a modalidade de ser afetado) [...]” (Fravet-Saada 2005: 155). Esses “encontros fotográficos”, portanto, podem ser entendidos como um momento da experiência de pesquisa em que as pessoas envolvidas – interlocutores e pesquisador - se permitem a ser afetados tanto pelas fotografias como pelas imagens - memórias, lembranças e histórias – evocadas pelos interlocutores.

É o que se passou quando em uma das idas ao Arquivo Miyasaka apresentei uma seleção de fotos impressas para as minhas principais interlocutoras, D. Tereza e Elza. Era um conjunto composto de sessenta imagens escolhidas a partir da minha experiência pessoal, da “experiência solitária”, com o arquivo. Não foi determinada nenhuma ordem de apresentação das fotos, apenas foram dispostas em cima de uma grande mesa de madeira enquanto conversávamos. As imagens iam se mostrando aos olhos de todos conforme manuseávamos as impressões. Foi então que uma fotografia chamou a atenção de D. Tereza. Ela logo pegou a foto em suas mãos e, ao olhá-la, soltou o seguinte comentário: “Essa foto é boa!” – a foto em questão é a imagem abaixo.



**Figura 1** – Foto de Tony Miyasaka, realizada entre 1950 e 1955. No carro do estúdio *Foto Miyasaka* estão o então contador: Lino Strambi, ao volante, e Sakuma Miyasaka, pai de Tony, no assento traseiro de passageiro. Fonte: Arquivo Miyasaka.

D. Tereza começa a contar que essa foto provavelmente foi tirada na cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais, pois aos finais de semana, quando jovem, Miyasaka realizava várias viagens na companhia de amigos e da família. Ao continuarmos mexendo e remexendo nas fotos, outras imagens conquistavam a atenção dos olhares dos observadores, animando e sendo animadas pelas relações ali estabelecidas.

Em outro momento, Elza estava com uma fotografia em suas mãos: uma tomada frontal em detalhe da fachada do estúdio *Foto Miyasaka* (Figura 2). Em um primeiro momento por ser uma imagem comum, não dizia muita coisa. Era apenas um registro da empresa da família, provavelmente uma foto produzida para documentar a existência do estúdio.



**Figura 2** – Fotografia de autoria de Tony Miyasaka, provavelmente produzida entre 1955 e 1960. Fachada do estúdio *Foto Miyasaka*, no canto superior direito está o detalhe da marquise do segundo andar, onde residia a família Miyasaka. Fonte: Arquivo Miyasaka.

Elza depois de um tempo observando a imagem, como se tivesse sido capturada e imergisse para dentro dela, pergunta à D. Tereza se ela se lembrava do estúdio retratado na foto. Ela logo pega a fotografia em suas mãos e, após olhar um breve período para a imagem responde que sim e começa a narrar e rememorar a princípio de forma difusa e

após alguns segundos de maneira muito clara e concisa, e afirma: “Era na rua Visconde de Inhaúma, nº685 em frente à Catedral Metropolitana de São Sebastião”, ficava no centro da cidade.

É como se a aquela imagem, através de sua materialidade em contato com as mãos e os olhos de D. Tereza, afetasse o seu corpo e animasse suas lembranças guardadas no espaço labiríntico da memória, permitindo a ela evocar histórias e narrativas envolvendo sua experiência com aquela imagem e tudo o que a ela está emaranhado.

A foto, através de sua qualidade material, quando em contato e em relação com as mãos e os olhos de D. Tereza, agênciava uma performance junto à sua memória. Nas palavras de Edwards, as “[...] Fotografias tem uma qualidade performática, um tom afetivo, uma relação com o observador, uma fenomenologia não apenas do conteúdo, mas como objetos sociais ativos projetando e se movendo entre outros tempos e espaços. [...]” (Edwards 2001: 18), possibilitando e impulsionando D. Tereza a recordar e narrar histórias das imagens, que envolvem o arquivo, o fotógrafo e sua trajetória de vida.

Com a fotografia em mãos e afetada pela imagem, D. Tereza começa a contar que quando conheceu o fotógrafo, a família Miyasaka recebia no estúdio *Foto Miyasaka* aprendizes-estagiários que residiam na casa da família e trabalhavam em troca da alimentação e do aprendizado da fotografia - o mesmo modelo vivido por Takeshi<sup>12</sup>, irmão de Tony. Como lembra D. Tereza, eles dormiam todos juntos inclusive Miyasaka quando solteiro. Eram por volta de dez aprendizes que se ajeitavam em camas beliche em um quarto nos fundos da residência, próximo ao quarto do patriarca e da matriarca da família, no mesmo prédio onde se localizava o estúdio. Praticamente todos os estagiários que passaram pelo *Foto Miyasaka* eram japoneses – não há um número correto. Eles chegavam a pedido das famílias que conheciam os Miyasaka, como lembra D. Tereza: “vinham de longe, os pais traziam pediam e deixavam lá. Era assim.”<sup>13</sup>.

Nesses momentos esses objetos, as fotografias, geram afetos produzindo efeitos nos diferentes observadores, é como se as pessoas envolvidas com as imagens fossem capturadas para dentro das imagens. Em certa medida, é como se elas estivessem deslumbradas, sob o efeito-deslumbramento.

Strathern desenvolve a ideia de “deslumbramento” buscando refletir sobre a expe-

12 Takeshi Miyasaka, foi enviado para Igarapava lá pelos idos de 1947, para residir e trabalhar com uma família japonesa em troca do aprendizado no ofício da fotografia. Foi assim que a família Miyasaka começou sua relação com a arte fotográfica.

13 Pelo que parece havia naquele período uma rede de relações entre os imigrantes japoneses, e um desses pontos nessa trama era o recebimento de aprendizes para o ofício da fotografia, assim como ocorreu com o irmão de Tony Miyasaka, que teve a mesma experiência na cidade de Igarapava.



riência vivida junto aos melanésios, para isso se serviu dos argumentos de Gell e construiu sua reflexão a respeito da atuação de certos objetos. Segundo a autora, “[...] os objetos deslumbram em exposições de talento artístico ou de virtuosidade técnica, e a atitude do espectador é condicionada por sua apreensão da agência mágica ou tecnológica por trás dele. [...]” (Gell 2014b: 357). Os objetos com os quais convivi durante a experiência de pesquisa, sejam eles em sua materialidade – fotografias, negativos – ou em sua oralidade, as narrativas envolvendo as fotos e o fotógrafo – memórias, lembranças, histórias -, são embebidos por essa “agência mágica” a que a autora se refere e produzem afetos e efeitos nos observadores durante esses momentos significativos do ponto de vista da análise antropológica.

Nesses momentos de “deslumbramento” vividos durante a experiência compartilhada nos “encontros fotográficos”, as coisas se passam como se ocorresse uma série de “[...] situações, apesar de banais e recorrentes, de comunicação involuntária e desprovida de intencionalidade [...]” (Favret-Saada 2005: 160). Muitas vezes, esses eventos vividos não são considerados situações de grande importância, mas quando o pesquisador retoma suas anotações, gravações, fotografias e imagens - conformando seu segundo trabalho de campo, agora com todo material produzido de sua relação e imersão com seu contexto etnográfico -, esses efeito-deslumbramento persistem e permitem ao pesquisador olhar para essas situações como de grande importância epistemológica da experiência etnográfica.

A meu ver, são esses momentos, os “encontros fotográficos”, os mais pertinentes e de maior interesse para a reflexão dentro de uma pesquisa cuja proposta é etnografar a experiência *em* e *com* um arquivo fotográfico. Assim, é possível analisar e esclarecer as relações estabelecidas e os afetos e efeitos compartilhados durante esses acontecimentos de grande significância para o conhecimento antropológico, envolvendo as imagens, o pesquisador-observador e o interlocutor-observador.

## **Efeito-Jovino**

Um desses eventos-artefatos ou “encontros fotográficos” ocorridos durante uma das idas ao Arquivo Miyasaka aconteceu sem que naquele momento fosse possível compreender sua significância, seus afetos e efeitos para o desenrolar da pesquisa e da relação estabelecida com as pessoas, o arquivo e as imagens.

O pesquisador das ciências sociais - e sobretudo o antropólogo - precisa se manter atento para os detalhes das pequenas coisas que se passam ao seu redor. Como bem

lembra Michel Agier (2015: 9), os antropólogos de uma maneira geral têm no detalhe, nos pormenores, no que para muitos é insignificante o seu grande companheiro. Para tanto é preciso estar atento ou, como prefere Deleuze, “[...] estar à espreita” (L’abécédaire 2004, DVD 1.)<sup>14</sup>, disposto e alerta para os detalhes e os diferentes encontros vivenciados durante a pesquisa.

Esses *encontros* se dão de diferentes formas. Nas palavras de Deleuze e Parnet “[...] encontram-se pessoas (e às vezes sem as conhecer nem jamais tê-las visto), mas também movimentos, ideias, acontecimentos, entidades. [...]” (Deleuze & Parnet 1998: 14), como também se encontra um quadro, um filme e, no caso da pesquisa junto ao Arquivo Miyasaka, fotografias. Assim, o arquivo se apresenta como um lugar propenso a encontros, afinal é um espaço conformado de fotos, objetos, documentos e pessoas se relacionando e se misturando com a trajetória do fotógrafo e a constituição de seu arquivo.

Estar vigilante aos possíveis encontros permite ao pesquisador estabelecer uma relação com pessoas, objetos e imagens de diferentes formas. Assim se passa com os “encontros fotográficos”. É preciso estar atento para percebê-los. Esses momentos de grande significância podem ser nomeados, “[...] mas o nome próprio não designa de modo algum uma pessoa ou um sujeito. Ele designa um efeito, um ziguezague, algo que passa ou que se passa entre dois [...]” (Deleuze & Parnet 1998: 14). Portanto, os “encontros fotográficos” experienciados durante a pesquisa se apresentam e são enunciados através de seus efeitos. Efeito-Jovino é como nomeei um desses diferentes momentos significativos e cheios de afetos e detalhes, um dos “encontros fotográficos”.

Certa vez, estava sentado à mesa em um dos cômodos do Arquivo Miyasaka vendo alguns negativos e fotografias de uma das pastas<sup>15</sup> que compõem o corpus “Jovem Miyasaka”. Eram em sua maioria fotografias de retratos produzidos em estúdio, cerca de cinquenta negativos que não apresentavam nenhuma informação sobre as pessoas ali retratadas e nem relativas a seu contexto de produção. Após um período olhando para as fotos, colocando os negativos sobre uma luz de *Led* para melhor observar as diferentes poses registradas e as utilizações da luz para construir as fotos escolhidas por Miyasaka, D. Tereza apareceu na porta da sala e ficou por ali, na soleira da porta, me fitando por um tempo.

Lembro de vê-la de relance, recostada no batente da porta com uma expressão de

14 A citação se refere ao original publicado e distribuído na França. No Brasil a série de entrevistas foi divulgada pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord. Há ainda uma transcrição das entrevistas, nela a citação utilizada por mim se encontra na página onze (11) do PDF, disponível aqui: <http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf>.

15 Os negativos e algumas ampliações que formam o acervo “Jovem Miyasaka” estão armazenados em envelopes de papel com PH neutro e guardados em pastas dentro de um armário-gaveteiro de metal, típico de repartições públicas, no corredor que dá acesso aos quartos da residência.

curiosidade no rosto. Após alguns minutos D. Tereza se aproximou de mim e da mesa onde estavam espalhados os negativos, com o objetivo de sanar sua curiosidade e descobrir o que eu estava olhando com tanta atenção, aproveitando para olhar algumas imagens. Ao chegar junto à mesa, ela não falou nada. Apenas começou a pegar os negativos e olhá-los na contraluz. Foi então que seu olhar recaiu sobre o negativo que estava em minhas mãos.

Já havia algum tempo que olhava para essa imagem e, deslumbrado, absorto e absorvido para dentro dela, pensava sobre a familiaridade do retratado pois me parecia alguém conhecido. Havia naquela imagem algumas características próprias dos retratos hollywoodianos dos anos de 1950, pela forma como a pessoa posava e pela escolha do enquadramento utilizado pelo fotógrafo. Ao olhar para a imagem, D. Tereza, como quem puxa assunto de forma despretensiosa, perguntou se eu conhecia o sujeito da fotografia. Respondi de forma negativa. Foi então que ela começou a lembrar e narrar lembranças e histórias sobre o sujeito da foto. Primeiro veio seu nome: Jovino Campos.

Aquele rosto sem história e sem nome em um primeiro momento, foi ganhando vida. A foto é um típico retrato de estúdio. O retratado provavelmente está sentado e posando para a câmera de Miyasaka. O enquadramento proposto pelo fotógrafo me remete às típicas fotos 3x4 utilizadas, sobretudo, nas carteiras de identidade, mas diferente dessas fotografias Jovino não olha diretamente para a câmera. Seu olhar está desviando da objetiva e olhando para o contra campo da fotografia. A luz utilizada por Miyasaka foi colocada tanto nas costas do retratado quanto pelo seu lado direito, produzindo um jogo de luz e sombra iluminando a parte direita do seu rosto e propiciando uma maior luminosidade para seu cabelo, aparentemente besuntado de brilhantina. O formato de seu rosto lembra um coração, talvez pela forma como seu cabelo se espalha na cabeça. Logo acima da boca há um bigode ralo e fino. Todas essas linhas e traços conformando seu rosto aliadas à forma como posa para a câmera produz um olhar típico de galã hollywoodiano, trajado com um terno muito bem cortado, um lenço meticulosamente dobrado e disposto no bolso do paletó, a típica forma de se vestir dos homens da década de 1950.

O Jovino Campos foi um jornalista atuante nas principais rádios – PRA 7, a primeira rádio do interior paulista - e jornais da cidade de Ribeirão Preto, tendo atuado durante os anos de 1956 e 1963 como vereador suplente da cidade, além de ter sido amigo de Miyasaka quando o fotógrafo trabalhava para os jornais. Após olharmos para o negativo, D. Tereza recordou que o retrato havia sido reproduzido no livro-memória<sup>16</sup>. Ela logo o pega

---

16 Alcinha que utilizo para remeter ao livro: *Ribeirão Preto pelo olhar de Tony Miyasaka* (MIYASAKA & MIYASAKA 2006) produzido pela viúva do fotógrafo, D. Tereza, e sua filha, Elza, após a morte do fotógrafo no ano de 2004. Como me contou Elza, foi um empreendimento para a constituição de uma memória sobre o fotógrafo e sua obra fotográfica, e, também, uma forma de lidar com o luto.

e, depois de folhear por um tempo, abre na página noventa e dois onde está localizada a fotografia. Foi então que começou a narrar através de suas memórias pessoais curiosidades a respeito de Jovino, principalmente sobre sua predileção pela vida noturna: um homem da noite, um grande amante da vida boêmia e da companhia de várias e belas mulheres. Como lembra D. Tereza, “era um sujeito galanteador”.



**Figura 3** – Fotografia de Tony Miyasaka, realizada na década de 1950, sem uma data específica. Na foto está Jovino Campos, jornalista atuante nos principais meios de comunicação da época. Fonte: Arquivo Miyasaka.

Após D. Tereza narrar algumas lembranças sobre Jovino Campos, a foto que em um primeiro momento me pareceu familiar se mostrava mais nítida e apresentava os detalhes que me afetaram capturando meu olhar. O relato me remeteu a um dos grandes personagens de Jorge Amado, Vadinho, o marido boêmio de D. Flor, também um grande apreciador da boemia e da companhia de várias mulheres.

Foi esse rosto galanteador que conquistou e afetou os observadores da imagem, não apenas pelo seu conteúdo e mais pela potência dessa fotografia em evocar narrativas através dos afetos compartilhados e dos efeitos gerados. A princípio, o interesse pelas fotografias do Arquivo Miyasaka não envolvia os retratos de estúdio, por um lado pela dificuldade em conseguir informações a respeito das pessoas ali retratadas e do contexto de produção dos retratos, por outro pelo projeto de documentação sistemática que atraía grande parte dos interesses da pesquisa. Foi a partir do encontro com essa foto, desse

“encontro fotográfico” experienciado durante esse evento-artefato que o interesse para os retratos e os rostos capturados pela câmera de Miyasaka se fez presente e pertinente.

### Considerações, afetos e efeitos finais

Os efeitos desse acontecimento para o desenrolar da pesquisa se deram de diferentes formas. Os retratos que em um primeiro momento pareciam todos iguais começaram a se mostrar em seus detalhes, principalmente no uso da luz por parte do fotógrafo. Por outro lado, em suas fotografias realizadas na rua ou em eventos sociais, culturais e políticos os rostos começaram a se mostrarem pregnantes e capturavam minha atenção permitindo o estabelecimento de uma linha de leitura e relação com as imagens do arquivo.

Além disso, essa foto (figura 3) – assim como outras – se mostrou como um objeto agenciador e agente das relações constituídas em campo permitindo e facilitando minha aproximação com a viúva de Miyasaka, D. Tereza, e com as outras pessoas que se tornaram interlocutoras em diferentes momentos, e também como elos de conexão com outras fotos do acervo. Assim, a fotografia deve ser entendida como interlocutora, agindo e reverberando novas relações permitindo o estabelecimento de diferentes linhas de leitura para as imagens que compoem o arquivo através dos afetos e efeitos experienciados.



**Figura 4** – Autoria desconhecida, provavelmente produzida por um dos irmãos de Miyasaka. Realizada entre os anos de 1950-1955. No segundo plano com a câmera 16mm é Tony Miyasaka. Fonte: Arquivo Miyasaka.

Em todos os momentos que se estabeleceu um diálogo com a(o)s interlocutor(a)e(s), as fotografias se faziam presentes e olhar para elas se configurou como uma ação compartilhada. Assim, não só de pessoas se faz uma pesquisa etnográfica com um arquivo fotográfico, as fotos também se mostraram como importantes interlocutoras para o desenvolvimento da pesquisa. Foi com elas e através delas que muitas relações se formaram, pois são objetos imagéticos imóveis, congelam determinado acontecimento da vida na forma de imagem. Quando entram em contato com o olhar do observador, são animadas e animam a memória, as lembranças, a subjetividade de quem a olha e assim permitem que novas relações se formem.

É próprio das fotografias se apresentarem no mundo a partir de sua qualidade material, de coisa, de objeto a ser manuseado, tocado, olhado e até descartado, jogado fora. Portanto, elas se fazem presentes através do contato com sua materialidade, qualidade que permite à fotografia outro traço de sua personalidade, a performatividade da imagem fotográfica quando em contato com o olhar do observador.

Olhar para a foto traz ao presente a presença do referente. Dessa forma, a qualidade performática da fotografia permite trazer ao presente o passado congelado em imagem, além de possibilitar ao observador fruir a imagem estabelecendo uma relação de olhar a foto para além de seus elementos semióticos, construindo ficções, agenciando memórias e lembranças. Ou seja, olhando a fotografia como um objeto inserido nas relações sociais e produtor de novas relações.

Portanto, recriar os momentos etnográficos significativos e vividos durante a experiência de pesquisa, se torna um procedimento interessante para pensarmos a forma como nos relacionamos em campo, e durante o segundo campo momento de imersão do pesquisador com os dados levantados - cadernos de campo, diálogos gravados e as fotografias encontradas e produzidas. Esses materiais ao serem analisados permitem selecionar, reavaliar e refletir sobre esses momentos significativos, esses encontros cheios de afetos e efeitos. E é trazendo e recriando esses momentos de grande significância para o texto etnográfico que, segundo Strathern (2014b: 346), a escrita terá sua eficácia para a construção do conhecimento antropológico.

## Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. 2015. *Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação*. 1. Edição, São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal.

BANKS, Marcus. 2009. *Dados visuais para pesquisa qualitativa*. 1. Edição, Porto Alegre: Art-med.

- BARTHES, Roland. 2011. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. 3. Edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BRUNO, Fabiana. 2008. *Antropologia e Poética: Fotobiografia ou Imagens da Memória no Tempo da Velhice*. In: 26<sup>a</sup> Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia.
- CHIARELLI, Domingos Tadeu. 1980. *Artes plásticas em Ribeirão Preto: uma interpretação da arte e sociedade num município do interior paulista*. São Paulo: USP. (Relatório número 4 – Disponível na biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo).
- COSTA, Helouise; SILVA, Renato Rodrigues da. 2004. *A fotografia moderna no Brasil*. 1. Edição, São Paulo: Cosac Naify.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. “Tempo imperfeito: uma etnografia no arquivo”. *MANA*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p.287-322.
- \_\_\_\_\_. 2005. “Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 36:7-32.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. 1998. *Diálogos*. 1. Edição. São Paulo: Editora Escuta.
- EDWARDS, Elizabeth. 1996. “Antropologia e Fotografia”. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 2:11-28.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Photography and the Performance of History”. *Visual History*, 27:15-29.
- \_\_\_\_\_. 2001. “Tracing photography”. In: BANKS, Marcus & RUBY, Jay (orgs). *Made to be seen: perspectives on the history of visual anthropology*. 1. edição, Chicago: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. 2012. “Objects of affect: Photography beyond the image”. *Annual Review of Anthropology*, 41:221-234.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. “Ser afetado”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, 13:155-161.
- HARPER, Douglas. 2012. *Visual Sociology*. 1. Edição, New York: Routledge.
- L'ABÉCÉDAIRE de Gilles Deleuze. Direção: Pierre André Boutang. [S.1.]: Éditions Montparnasse, 2004. 3 DVD (453 min), PAL, color.
- LEITE, Miriam Moreira. 1993. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. 1. Edição, São Paulo: EDUSP.
- MIYASAKA, Tereza Keiko Murakawa; MIYASAKA, Elza Luli (org.). 2006. *Ribeirão Preto pelo olhar de Tony Miyasaka*. 1. Edição, Ribeirão Preto: E.L.
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. 1999. “Les Archives de la Planète: imagens da coleção Albert Kahn”. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 8(1):117-132.
- STRATHERN, Marilyn. 2014<sup>a</sup>. “Artefatos da História: os eventos e a interpretação de imagens”. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*, 1. Edição, São Paulo: Cosac Naify.
- \_\_\_\_\_. 2014<sup>b</sup>. “O efeito etnográfico”. In: *O efeito etnográfico e outros ensaios*, 1. Edição, São Paulo: Cosac Naify.

Recebido em 13 de junho de 2017.

Aceito em 09 de maio de 2018.

---

# Resenhas



MENEZES BASTOS, Rafael José de. 2013. *A festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa*. Florianópolis: Editora da UFSC, 524 pp.

Evandro Bonfim

Pesquisador do CEBRAP e Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas - PROFLLIND (Museu Nacional/UFRJ)

[evandrobonfim@hotmail.com](mailto:evandrobonfim@hotmail.com)

Como ouvir a música indígena? *A Festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa* de Rafael Menezes Bastos nos oferece oportunidade ímpar de se passar do sônico fragmentário à possibilidade de vislumbres de inteirezas aurais dos Kamayurá, povo falante de língua Tupi-Guarani que habita o Alto Xingu. A proposta inovadora do autor preconiza que unidades melódicas menores, captadas em momentos ou sessões festivas, se unem em suítes maiores que abarcam toda a cerimônia. Embora tendo realizado primeira visita ao Xingu em 1968, o *corpus* de gravações corresponde aos registros feitos em 1981, época dominada pelos gravadores de rolo que funcionavam à pilha e limitavam a gravação integral das peças. Portanto, a tecnologia implicava em fragmentações que o ritual indígena não necessariamente comportava.

No entanto, mesmo diante de tais limitações, Rafael Menezes Bastos registra magneticamente a inteira cerimônia *Yawari*, feito notável para a época, e, o que se mostra ainda mais raro, se dedica também a transcrevê-la na íntegra através do sistema de pentagrama, em contraposição ao costume de se realizar notações apenas de excertos das músicas. São transcrições que levam em conta a melodia e o canto em língua estrangeira, o que exige o esforço adicional das adaptações para a prosódia musical. Diante de tal volume e riqueza de dados, acompanhados de descrição etnográfica pertinente a todos os momentos relevantes da cerimônia, temos o desafio “crítico-interpretativo” anunciado pelo subtítulo do livro, com proporções de saga wagneriana, o maestro romântico preferido do Rei Cisne que Menezes Bastos gosta de frisar como o mais selvagem dos compositores ocidentais.

No capítulo 1, o autor apresenta as principais questões da Etnomusicologia a partir do dilema de se optar ora por estudar os sons (uma Musicologia sem Homem), ora pelo contexto (uma Antropologia sem Música). Dilema que também pode ser expresso mediante o confronto conceitual entre as categorias de inteligibilidade e sensibilidade. Como forma de integrar os principais aspectos da análise etnomusicológica, ele propõe uma “semântica musical” que leve em conta os sentidos produzidos pela música, tanto no que diz respeito ao conteúdo (letras, referências míticas) como às especificidades das estruturas formais, de maneira a descrever a linguagem musical como um sistema de significante e significado (ou *motivo* e *valor*), ou seja, uma ciência do signo musical conforme a formulação pioneira de Saussure.

A proposta se aproxima dos ulteriores entendimentos de Merriam acerca da Etnomusicologia, enfatizando o estudo da música *como* cultura. É interessante apontar também a diferença entre a visão de Menezes Bastos e o quadro sinóptico de Lévi-Strauss nas *Mitológicas*, no qual para a música se atribui o traço positivo para som, mas não para sentido, em comparação com a língua (ambos positivos), a matemática (ambos negativos) e o mito (o inverso da música, [+sentido], [-som]). O capítulo apresenta ainda importantes reflexões sobre a Etnomusicologia (outrora Musicologia Comparada) para a imaginação colonial acerca dos povos não europeus, apontando que a necessidade de registros gramofônicos surge para se dar conta da “música exótica”, cujas marcas de alteridade e distância deveriam ser preservadas em registros fonográficos: a versão audível dos museus etnográficos. Os importantes contextos de desenvolvimento da disciplina na Alemanha e nos Estados Unidos também são salientados, mostrando a posição intersticial, e por vezes conflituosa, da Etnomusicologia em relação à Antropologia, às Musicologias e mesmo à Psicologia, no que tange as origens do campo etnomusicológico.

O capítulo 2 compreende a descrição etnomusicológica da realização da festa da Jaguatirica. Segundo o autor, a primeira fase do rito consiste nos *antecedentes*, que residem em grande parte nas decisões tomadas na roda dos pajés, que incluem determinar quem vai cumprir certos papéis rituais, bem como consultar as pessoas que possuem as prerrogativas das posições cerimoniais relativas ao festejo. A festa só pode ter início após o surgimento das Plêiades, às quais a jaguatirica está associada. O segundo momento, denominado *intratribal*, ocorre com o início dos cantos do *Yawari* e se encerra com os preparativos finais para os convidados principais da festa – na ocasião, os Matipu – o que abre espaço para a derradeira fase *intertribal*.

A dinâmica musical do festejo se baseia no canto do solista – o especialista ritual – que precisa ser replicado pelo ajudante e coro (*wetep*), que devem permanecer em relação

de homofonia. Ou seja, não pode haver distorções entre a fonte do canto e os repetidores. A heterofonia entre o mestre e o ajudante no *Yawari* descrito por Menezes Bastos mostra como disputas e concepções cosmológicas podem estar enfeixadas em detalhes de ordem acústica e fonológica. Um exemplo está no uso da palavra “dono exclusivo das vergonhas” (poro**M**Otsiyara) pelo mestre, mas reprisada como “dono exclusivo das fezes” (poro**P**Otsiyara). A diferença entre os itens lexicais reside na nasalidade que contrasta as duas consoantes labiais (m:p). A nasalidade, no entanto, não promove apenas distinções no nível semântico, pois o som **M** possui qualidade diapasônica, ou seja, serve como referencial de afinação para a execução do canto. A substituição, portanto, causa não apenas embaraço pela troca de palavras, mas encerra certo caráter antimusical, relacionado à feitiçaria.

A nasalidade também envolve a importante referência ao olfato, sentido que para os Kamayurá está intimamente associado com a audição. O autor estabelece a relação entre ouvir e cheirar mediante a proposta de tradução interlinear da morfologia presente em *tapùy* (casa das flautas), que, por conta do prefixo de posse generalizada (t-), aposto ao morfema lexical para narina (-apùy), pode ser vertido como “narinas de todos”. Tal nariz coletivo monitora as relações sexuais da reclusão masculina através dos odores que a atividade exala. Para os Kamayurá, os cheiros podem ser ouvidos, existindo na língua ícones sonoro-olfativos. O iconismo relativo às relações sexuais é *úpútsiwhet*, que remete ao cheiro dos peixes e, de certa maneira, evoca associações similares ao termo pitiú do português amazônida.

Outro elemento importante são as vozes periféricas, feitas pelos jovens, imitando animais. Momentos diferentes do programa musical (como a suíte do repertório do “gato do mato” apresentada no começo do livro) precisam ser realizados sob o fundo de vozes de animais específicos para não se comprometer os propósitos de execução da peça. Os ideofones, a versão sonora de animais ou outros elementos decisivos do cotidiano indígena, são importantes para a distinção entre *Maraka*, a música vocal, com letra e melodia e o *Marakatete*, música onomatopaica geralmente presente em momentos mais breves como as vinhetas. Deve-se destacar ainda que a execução musical comporta momentos coreográficos entorno da efígie do guerreiro morto homenageado pela festa.

O autor desenvolve um sistema de traços que permite classificar as peças musicais que devem ser executadas em cada momento da Festa da Jaguatirica. Tais especificações podem ser entendidas como “instâncias” (do âmbito da Langue), enquanto as músicas devidamente apresentadas são materializações acústicas possíveis ou as sequências (do âmbito da Parole). Fazem parte da notação que identifica cada tipo de sequência a *repertório*, o *tipo de música* e a *classe temporal*. A classe temporal baseia-se na noção de tempo

Kamayurá que possui como eixo fundamental o início do dia ao anoitecer.

No capítulo 3, o autor procura se concentrar na análise do sistema musical descrito anteriormente, estabelecendo diálogo com as concepções mais clássicas da Musicologia, como, por exemplo, a oposição entre *tenso* e *relaxado*. Para Menezes Bastos, a música kamayurá é axionômica, ou seja, os componentes se organizam de forma hierárquica e tensional, portanto, tonal. Contudo, na concepção de centro tonal utilizada, tensão se opõe a tensão, não ao relaxamento, formando, portanto, um sistema tensional identificado pelo autor a partir da intuição musical nativa. As diferenças tonais são expressas mediante a relação centro/periferia a partir da figura do “tronco” (‘up), de onde os sons se irradiam/convergem. Outro elemento musical importante, a altura (grave/agudo), é pensada em termos de tamanho, evidenciando o senso diapasônico, ligado à afinação, em contraste com musicalidades de sensos metronômicos, nas quais se destacam as métricas de compasso e o ritmo.

No capítulo 4, Menezes Bastos faz o balanço das discussões encetadas ao longo da obra, conduzindo-as aos principais temas da Etnologia dos povos do Xingu. Um dos tópicos diz respeito a presença de heterogeneidades musicais que ajudam a traçar, como os empréstimos no caso da Linguística Histórica, a trajetória de contatos que remontam a tempos pré-xinguanos, com os Tapirapé e os Karajá. A própria execução da música permite ainda o vislumbre das diferenças internas entre os Kamayurá, que dizem respeito a dispersão de povos Tupi pressionados por grupos karaiwa criadores de gado ou apesadores. A reflexão do autor sobre a constituição da unidade etnográfica xinguanas a partir dos povos Tupi adventícios procura estabelecer outros fundamentos relacionais para o intercâmbio ritual. Os enredos do Yawari chamam atenção sobre sentimentos como inveja e ciúme nas relações de amor e afinidade entre as parentelas paterna e materna. Nesse sentido, a Festa da Jaguatirica se mostra um interessante contraponto ao Kuarup, ligado ao substrato Karib-Arawak.

Assim, a partitura etnográfica de Menezes Bastos é como o baú de onde se tiram “novos e velhos tesouros” da parábola bíblica. Os velhos tesouros dizem respeito ao domínio e capacidades explanativas dos arcabouços históricos e teóricos das disciplinas convidadas para a Festa da Jaguatirica: a Etnologia, a Musicologia, a Etnomusicologia, a Linguística. Nesse tocante, trata-se de uma obra de formação para os que desejam se introduzir, ou também se aprofundar, nos conhecimentos em questão. Os novos tesouros são multitudes, começando pela forma bastante criativa de articulação das diversas abordagens para a temática, abrindo as portas da percepção para possibilidades não-canônicas de configuração da música. Dentre muitos achados, pode-se destacar a correlação entre olfato e

audição, mediante ícones linguísticos. As finas observações sobre a morfologia e a fonética articulatória e acústica/fonologia do Kamayurá são outro ponto alto de como a descrição etnográfica pode encontrar as mais diversas formas de expressão. São fontes inesgotáveis do encontro do autor com a música ameríndia, em relação ao qual a presente resenha pode apenas seguir alguns veios.

Recebido em 25 fevereiro 2018.

Aceito em 15 março 2018.

MORAWSKA VIANNA, Catarina. 2014. Os enleios da tarrafa: etnografia de uma relação transnacional entre ONGs. São Carlos: EdUFSCar, 230 pp.

María Cecilia Díaz  
Doutoranda em Antropologia Social pelo  
Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ)  
[mcecilia.diaz@gmail.com](mailto:mcecilia.diaz@gmail.com)

Revisão: Luísa Sobral de Carvalho

O livro de Catarina Morawska Vianna é resultado de uma pesquisa de doutorado acerca das redes transnacionais de combate à pobreza, feita através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). A análise se debruça sobre a relação de parceria entre organizações não governamentais brasileiras que se definiam como populares ou “de base” e que trabalhavam com crianças e adolescentes dos seus próprios bairros (Galpão dos Meninos e Meninas de Santo Amaro, no norte de Recife; Grupo Sobe e Desce e Grupo Comunidade Assumindo suas Crianças, no centro e sul de Olinda, respectivamente) e a Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), uma organização britânica que financiava o funcionamento desses grupos. Estas instituições começaram a se vincular no final de 1980, através do “Street Children Programme”, e, mais de uma década depois, constituíram o “Projeto Tarrafa”.

O trabalho de campo foi realizado entre 2006 e 2008, porém a autora relata que os interrogantes que guiaram a investigação começaram a ser construídos a partir da sua presença como voluntária nesses locais desde o ano de 2001. Assim, a aposta epistemológica foi centrar o olhar na interconexão entre os espaços institucionais enquanto unidades analíticas, com o objetivo de estudar em profundidade um fragmento do circuito de cooperação internacional destinado à luta contra a pobreza. Seguir esses fios implicou um deslocamento entre Recife, Olinda e os escritórios da CAFOD em Westminster e no centro de Londres. A partir desse percurso, descrevem-se os feixes confluentes que estabilizaram momentaneamente certas relações, formando não somente um conjunto mutável,

como também uma maneira particular de estabelecer relações, própria de cada uma das ONGs. Precisamente, o uso do termo “enleio” no título do trabalho e no texto se associa à presença multissituada das estruturas institucionais interconectadas e à circulação de saberes técnico-burocráticos entre elas. De grande importância é, então, considerar os materiais – e-mails, informes, etc. – que constroem e suscitam relações singulares entre múltiplos locais, enquanto as coisas emergem como extensões das pessoas que trabalham nas organizações e das próprias organizações enquanto pessoas jurídicas. Essa forma de pensar a materialidade e multiplicidade dos vínculos é fundamental, já que permite a desmontagem das oposições global/local, macro/micro.

Na abordagem proposta aqui, o *desenvolvimento* aparece como aquilo que deve ser explicado, e a antropologia política como perspectiva analítica. Seguindo a descrição, podemos ver as maneiras em que a pobreza se manifesta e se torna visível no cotidiano dos funcionários envolvidos nos projetos que obtiveram financiamento, nos diagnósticos elaborados nos escritórios das agências financiadoras, nas histórias que ali se contam e nas imagens distribuídas entre os doadores da Inglaterra e do País de Gales (p. 23). A visibilidade é um assunto central na pesquisa, na medida em que as dinâmicas de visualização e obliteração – isto é, o que é possível ver para certos atores e o que eles não conseguem acessar a partir das suas posições – habilitam conexões específicas que constituem a *parceria* como relação institucional. Morawska Vianna recupera os argumentos de Strathern, que traça um paralelo entre a busca de tornar visíveis os problemas sociais e suas soluções por parte dos engenheiros sociais e o trabalho dos antropólogos que tornam visíveis certos conhecimentos sobre a sociedade, para sustentar que a exposição deve, pelo contrário, “replicar o eclipsamento da realidade” articulando as visões parciais dos atores (p. 30).

Os capítulos do trabalho exploram como se constrói a relação de parceria, isto é, as conexões transnacionais entre as ONGs que integravam o Projeto Tarrafa, em cinco dimensões articuladas. É através da abordagem detalhada da Rede Tarrafa como objeto empírico, como conjunto de relações da perspectiva dos atores, que a autora elabora o conceito de “emaranhados institucionais”, apresentado na introdução e desdobrado ao longo do livro. Primeiramente, as organizações aparecem como matéria de indagação numa descrição dos deslocamentos no campo e na teoria, a partir da reflexão sobre a necessidade de fazer emergir os feixes de relações multilocais na escrita. O relato considera a posição que foi conferida à autora nas diferentes estruturas organizacionais, a proliferação de saberes nelas, e o processo de estabilização de saberes técnico-burocráticos como tipos específicos de conhecimento que permitiam a materialização da parceria e a criação de “emaranhados” de longo alcance. São as próprias interconexões – seguidas e feitas no trabalho de

campo e na escrita – que tornam as relações assim apresentadas em contextos nos quais é possível entender as práticas.

Já no capítulo 2, o mais carregado em termos conceituais, descreve-se em profundidade a história da relação entre as ONGs. Com essa finalidade, considera-se a criação e reconfiguração da rede a partir do aumento da profissionalização na relação de parceria. Mesmo que tenha sido um processo que ocorreu em diversos locais de maneira simultânea, o caso analisado se desprende da aplicação de instrumentos específicos de gestão por parte da CAFOD, e do impacto que a adequação a eles teve no funcionamento das ONGs brasileiras. Através de uma descrição cuidadosa, sustentada nos arquivos do Projeto Tarrafa, a autora explica “como uma mudança em um ponto de um “emaranhado institucional” pode acarretar mudanças em outros pontos distantes de sua origem, mas a ele ligados indiretamente” (p. 79). Assim, a crescente ênfase no planejamento e na capacitação dos funcionários da própria CAFOD como quesito para mobilizar recursos se derramou nas instituições parceiras que integravam a rede no Brasil, num processo de transmissão e ampliação das mudanças ao longo da cadeia que conectava as organizações. Algumas das consequências mais visíveis desse processo foram a presença de assessores nos grupos e a adoção de uma linguagem técnica na redação dos projetos.

O conceito de “emaranhados institucionais” adquire neste ponto da análise uma maior densidade com a distinção entre “fragmentos” e “unidades compactas” que a autora realiza para abordar a dinâmica das relações entre os diferentes pontos: o vínculo se concretiza entre as organizações enquanto unidades, mas a manutenção dos laços e das alianças se produz entre partes específicas delas, entre os poros das instituições. É na relação entre fragmentos, como se observa no cumprimento das exigências burocráticas e na produção de documentação, por exemplo, que os “pontos cegos” e os “focos de visibilidade” se tornam cruciais. Desse modo, emergem diferentes “campos de visão” que se configuram segundo a posição dos atores, e as reverberações desse processo impactam nas formas particulares em que as instituições se singularizam. A autora acrescenta por fim que o mecanismo burocrático, que envolve a circulação de diversos documentos e de dinheiro, serve tanto à construção e à atualização das relações de prestação e contra-prestação entre as organizações, quanto aos enleios de “composições de mundo” que num ponto da cadeia se centram no combate à pobreza mundial e no outro, ao combate à pobreza no próprio bairro.

Resulta relevante a ênfase nos compromissos sentidos e vividos pelos diferentes atores que integram as organizações. Isto constitui o cerne do capítulo 3, onde se analisa a importância da carga afetiva para o tecido de relações entre “composições de mundo”,



principalmente no contexto britânico. Aqui, Morawska Vianna propõe compreender o ativismo e os atos de doação na chave dos afetos, e aborda os mecanismos através dos quais as pessoas se mobilizam e se vinculam com a CAFOD, permitindo que a organização marque sua presença nos espaços católicos. Nesse sentido, considera-se dois modos em que isso acontece: o imediato, no caso da mobilização de doadores e voluntários ocasionais que agem por um período curto de tempo como extensões da organização, e o duradouro, a “captura”, do qual participam os voluntários e funcionários cujo compromisso com a causa da justiça global se vincula de maneira estreita com a sua fé (p.138). O conjunto de imagens e discursos mobilizados para gerar adesão – impulsionar as doações e a participação – tem o pobre como figura central. De maneira complementar, o capítulo 5 oferece informações sobre os mecanismos de captura entre os educadores populares nas ONGs Galpão, Sobe e Desce e Grupo Comunidade, baseados na vinculação desses atores com as comunidades em que trabalham.

Como vimos, o ponto de partida do texto foi a explicitação das condições materiais do trabalho de campo e a introdução dos principais conceitos, para depois avançar no desdobramento da noção de “emaranhados institucionais”, construída a partir da análise minuciosa da circulação de pessoas e coisas na rede. Os últimos capítulos se aprofundam nas dinâmicas de extensão (ou retração) e adensamento dessas relações transnacionais. Aqui, retorna com força o tema da visibilidade e da obliteração a partir da “política da transparência”, já que aquilo que os atores fazem visível e deixam ver nas suas atividades estrutura a relação de parceria. São só certas maneiras específicas de formatar as informações e de fazer o trabalho burocrático as que permitem gerar composições fixas que levam as organizações a multiplicar vínculos com outras instituições e arrecadar mais fundos, tornando-se assim mais confiáveis. Portanto, a transparência constitui um marcador que afeta as reputações dos atores e das organizações, e que pode incidir na continuidade ou na ruptura da relação com os financiadores. Assim, as trajetórias e as dinâmicas próprias de cada ONG, a sua capacidade de adensar suas vinculações ou não, são consideradas à luz da adoção e aplicação dos princípios da engenharia social ou a prioridade concedida às conexões no bairro, ao valor da “tradição”.

Morawska Vianna mostra a complexidade do mundo do desenvolvimento a partir de uma etnografia centrada no detalhe das relações que se tecem entre as instituições do projeto Tarrafa, entre a Grã-Bretanha e o Brasil. Esse conjunto de vínculos é analisado considerando sua história; os focos de visão e os pontos cegos dos atores que a integram; a articulação de fragmentos institucionais e unidades compactas; a circulação e extensão de atores, processos e saberes; a vinculação entre “composições de mundo”; e a geração

de compromissos afetivos através de mecanismos de mobilização e captura. Uma vez especificados esses aspectos em suas dinâmicas intrínsecas, as conexões parciais que constituem a relação de *parceria* podem aparecer sob a forma de “emaranhados institucionais” de combate à pobreza. A própria fluidez da escrita possibilita apreender como a construção de modos estáveis de relação se dá através do movimento e da mudança. Desta maneira, o trabalho nos oferece um conjunto importante de ferramentas analíticas para pensar de modo complexo na atuação transnacional das organizações não governamentais.

Recebido em 08 fevereiro 2018.

Aceito em 11 março 2018.

HAN, Clara. 2012. *Life in Debt: Times of Care and Violence in Neoliberal Chile*. University of California Press, 298 pp.

Magda dos Santos Ribeiro

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

[magdasribeiro@gmail.com](mailto:magdasribeiro@gmail.com)

Clara Han, nas palavras finais de sua introdução, escreve: *“Assim, a minha escrita não oferece um grande diagnóstico, mas em seu lugar a esperança de que possamos estar atentos às dificuldades e realizações de estar no presente de outros”* (HAN 2012: 28). Tal afirmação soa como um eco moroso, cada vez mais insistente na escrita etnográfica e em sua singular capacidade de adentrar vidas outras. Não para classificá-las, explicá-las ou representá-las, estamos todos de acordo, mas para ser afetados, capturados por elas.

Han foi hábil em se deixar cativar. Sua etnografia, baseada em 36 meses de trabalho de campo em La Pincoya – bairro popular urbano, localizado na periferia norte de Santiago do Chile – entre os anos de 1999 e 2010, esteve atenta às formas concretas e cotidianas pelas quais a dívida e o cuidado se manifestam e produzem relações. As dívidas, expressas efetivamente pelo Estado por meio de programas de combate à pobreza, reparações por torturas, tratamentos anti-depressão, de um lado, e pela moralidade das relações de foro íntimo, de outro, são ampla e detalhadamente oferecidas ao leitor; a própria dívida moral da antropóloga para com seus amigos e interlocutores é bastante visível em sua escrita engajada e emotiva.

A força de seu argumento, sem embargo, reside no modo como ela se movimenta, num balanço calmo e transparente, da macropolítica econômica para as sutilezas da descrição etnográfica de um cotidiano marcado pelo sufocamento econômico, por endividamentos, aflições e inseguranças. Sua escrita etnográfica é também a expressão de sua sensibilidade aos efeitos de escala, ou como chamou Anne Allison a *“collage of scalar effects”* (2013:221). É nessa direção, portanto, que sua etnografia aparece como um modo de teorização, tal como sugeriu Veena Das (2013:2018). A fim de alargar nosso entendi-

mento sobre a maneira como a macro e a micropolítica se entrelaçam no neoliberalismo, Han elege como via principal os atos diários e a complexidade que permeia a manutenção cotidiana dos laços sociais.

Han nos mostra como e onde a violência do estado é experimentada enquanto um passado contínuo e que ainda habita, sob outro vulto, as presentes condições de vida no Chile. Por outras palavras, antes de assumir que o recente passado ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990) foi selado por um projeto de reconciliação, a autora considera que o modo como o estado *cuida* da população na transição democrática é habitado pelo passado. Assim, sua etnografia é uma crítica vigorosa acerca das fronteiras que separam um passado violento de um presente de arranjos sociais baseado no cuidado e no endividamento. Mas é também, e sobretudo, uma reflexão sobre o ato cotidiano de cuidar, tomando-o como experiência concreta e inextricavelmente tecido nos mais diferentes tipos de arranjos sociais.

Em sua antropologia do cuidado – que não deixa de conter em seu avesso o contrapeso da violência – qualquer noção estável sobre a ideia de *cuidar* torna-se insegura. Sua etnografia explora a forma como as pessoas estão envolvidas em relacionamentos, tornando-se, pouco a pouco, conscientes destas conexões e de seus limites. Antes de imaginar que as forças do estado arrombam o cotidiano pelo lado de fora, Han nos mostra a multiplicidade dos veios das políticas estatais no interior mesmo da intimidade. A autoridade das instituições estatais e a precariedade econômica é acomodada e vivida no coração das aspirações, compromissos e contingências diárias. Para alguns, até mesmo as experiências com o exílio, a tortura e o desaparecimento se tornam realidades colocadas em movimento nos modos próprios da intimidade doméstica. A memória, assim, se manifesta levando em conta um passado violento, atualizado no presente por meio de arranjos econômicos e mercadológicos. As aspirações pela democracia são combinadas ao desamparamento político e as atuais condições econômicas constituem em si mesmas um meio pelo qual a intimidade das relações sociais é vivida e, por vezes, rompida.

O livro organiza-se em torno de seis capítulos. Em *Sintomas de outra vida* (capítulo 1), Han explora as lutas domésticas e os cuidados com os parentes num contexto problemático de desequilíbrio mental e dependência química. Nos mostra o modo como tais lutas emaranham-se aos débitos e violências da casa, onde o cuidado é expresso pelo desejo profundo de manutenção destas relações íntimas, ao mesmo tempo em que impõe meios de lidar e limitar este desejo.

*Dívida social, dádiva silenciosa* (capítulo 2), movimenta-se do âmbito doméstico para a esfera dos amigos e vizinhos. A autora evidencia como uma economia particular é

mitigada e reconhecida em formas econômicas populares, envolvendo parentes, compadres, comadres e amigos. Neste capítulo, compreendemos o modo como o estado procurou endereçar sua dívida social por meio da expansão dos programas de combate à pobreza e de que maneira as novas tecnologias são aptas em transformar a dívida social em uma dívida para com o estado em nome da *ajuda* e dos *cuidados* que este oferece.

No terceiro capítulo, *Tortura, amor e o cotidiano*, a autora retorna para o interior da vida doméstica e explora como o reconhecimento oficial da tortura sob o regime de Pinochet afetou a vida de Ruby e Héctor, seus interlocutores e amigos. Relaciona, de maneira delicada e habilidosa, os aspectos existenciais de compromissos políticos ao modo como a tortura é confrontada a condições instáveis de trabalho e à precariedade econômica.

Em *Depressão neoliberal* (capítulo 4), Han volta-se para a figura da mãe militante e trata, com delicadeza, de um íntimo rompimento familiar, explorando o modo como a experiência do exílio é intensificada, ao invés de ser pacificada, pelo retorno ao mundo convencional das relações de parentesco. Tal imagem, como nos mostra a autora, é constantemente assombrada por uma prerrogativa liberal que envolve sacrifícios e postula diferenças marcantes entre homens e mulheres.

No capítulo 5, *Experiências Comunitárias*, Han muda seu registro descritivo e analisa o destino dos programas comunitários de tratamento mental voltados à depressão. Tem como foco principal a criação do Programa Nacional de Tratamento da Depressão direcionado às mulheres de baixa renda. Sua análise centra-se nas consequências da descentralização deste programa, examinando as sessões psicoeducativas enquanto espaços de experimentação.

*Vida e morte, cuidado e negligência* (capítulo 6) traz novamente à luz cenas íntimas do cotidiano, refletindo sobre cuidado e abandono e o modo como a vida e a morte – ao invés de serem entendidas como fluxos apartados que se interrompem – estão profundamente associadas, desafiando, desta maneira, as próprias categorias em jogo. Isso quer dizer, particularmente, que entre vida e morte encontramos outros estados, caracterizados pela dependência química ou medicamentosa, por configurações afetivas particulares, pelo abandono, depressão e negligência.

É neste contexto, portanto, que a obra é perspicaz em tratar do *cuidado* enquanto uma categoria multifacetada e intensamente afetada por circunstâncias de precariedade econômica. Clara Han encontrou no Chile uma distribuição desigual de recursos, insistentemente destinados a tratar de maneira isolada a pobreza extrema e os problemas relacionados à saúde mental. Neste aspecto, e bastante influenciada pela obra de Arthur

Kleinman<sup>1</sup>, a autora sustenta que as categorias de sofrimento, trauma e desequilíbrio mental migram por entre diferentes domínios. Atenta às formas pelas quais a violência e o dano são existencialmente experimentados, Han faz um interessante deslocamento antropológico: longe de se concentrar nas representações do sujeito sofredor para traçar uma problemática de proporções globais, sua escrita etnográfica reconhece o sofrimento e o engaja às mudanças específicas. Tal engajamento aparece como uma abertura para o pensamento e para a experiência, tanto em relação à violência, quanto relativa aos limites e alcances do cuidado.

Todavia, a autora não conferiu à noção de dívida o tratamento robusto que deu à noção de cuidado. A lógica da reciprocidade presente nos vínculos sociais, como a própria Han demonstra, produz conexões complexas entre relações pessoais, relações entre cidadãos e o estado e, igualmente, na relação entre pessoas e coisas. Tal como provocou Jackson, no simpósio organizado e publicado pela revista HAU: “*como podemos evitar reduzir a noção de dívida às suas manifestações puramente materiais, e fazer justiça às suas nuances espirituais, morais e simbólicas?*” (Jackson, 2002:210, livre tradução).

Se com Graeber (2011) aprendemos que os fundamentos morais da vida econômica encontram-se justamente nas coisas pequenas: os detalhes cotidianos da existência social, a maneira como tratamos amigos, vizinhos e parentes, aprendemos também que as circunstâncias culturais, políticas e econômicas indicam um caminho prudente para conceituações mais gerais sobre a noção de dívida. Han é admiravelmente hábil em descrever as pequenas vicissitudes do cotidiano, contudo, do ponto de vista teórico sua ênfase limita-se a explicar o endividamento moral apenas em relação ao contexto histórico chileno das políticas neoliberais impostas pelo estado, deixando à margem questões mais gerais suscitadas por Mauss e Marx, por exemplo.

Assim, o que fica pouco resolvido em *Life in Debt* é a possibilidade concreta de compreendermos as experiências humanas a partir de políticas e programas estatais, de eventos históricos traumáticos, de políticas econômicas globais e de diferentes regimes discursivos. Muito embora a autora faça sua análise a partir do paradigma da economia política, a qualidade minuciosa e atenta de sua descrição etnográfica não acomoda o aprofundamento teórico de muitas das categorias mobilizadas, as quais aparecem como centrais em seu texto. Como pontuou Jackson, não é simplesmente uma questão de ver como “*as instituições do Estado e a precariedade econômica são dobradas nas relações íntimas, compromissos e aspirações pessoais*” (Han 2012:17, livre tradução); mas de mostrar de

---

1 Psiquiatra e antropólogo cuja trajetória de investigação centra-se nos problemas que envolvem saúde mental, adoecimento psíquico e sua relação com aspectos culturais e sociais.

que maneira fatores anteriores são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, reais e imaginados, mediando as visões de mundo sem serem inteiramente redutíveis à elas (Jackson, 2013:211).

Se, tomando de empréstimo as palavras da autora, o livro não oferece um grande diagnóstico, seguramente se apresenta enquanto uma inestimável contribuição etnográfica. A captura deliberada de Clara Han surte como efeito a possibilidade de sermos igualmente afetados pelas transfigurações das vidas que descreve. O modo sensível como a autora articula existência e economia, cuidado e violência, torna visível seu engajamento pessoal e sua capacidade de dar potência ao artifício etnográfico.

## Referências

- ALLISON, Anne. Indebted intimacy. Comment on HAN, Clara. 2012. *Life in Debt: Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3 (1): 210–12
- GRAEBER, David. 2011. *Debt: The first 5,000 years*. New York: Melville House.
- HAN, Clara. 2012. *Life in Debt: Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press.
- JACKSON, Michael. 2013 Transference and counter-transference in *Life in Debt*. Comment on Han, Clara 2012. *Life in Debt: Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3 (1): 210–12
- DAS, Veena. Neighbors and acts of silent kindness. Comment on HAN, Clara. 2012. *Life in debt: Times of care and violence in neoliberal Chile*. Berkeley: University of California Press. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 3 (1): 217–20

Recebido em 04 de setembro de 2017.

Aceito em 17 de novembro de 2017.

FERNANDES, Estevão Rafael; ARISI, Barbara M. 2017.  
Gay Indians in Brazil: Untold Stories of the Colonization of  
Indigenous Sexualities. Cham: Springer International Publishing,  
81 pp.

Lucas da Costa Maciel  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

[lucas.maciel@usp.br](mailto:lucas.maciel@usp.br)

A publicação de “Gay Indians in Brazil” (GIB) corresponde a um esforço de Estevão Fernandes e de Barbara Arisi para sistematizar uma série de ideias que os autores já vinham trabalhando e cujos resultados nos oferecem elementos para o aprofundamento das reflexões em torno da chamada “ferida colonial” (Mignolo 2007); em especial, as condições coloniais que enquadram os múltiplos processos de subjetivação dos povos indígenas. A proposta da obra é explorar o arcabouço estrutural e processual através do qual se deu e se dá a colonização das sexualidades ameríndias, inserindo uma importante crítica à contenção e ao aprisionamento das emoções, desejos, sexualidades e gêneros nativos às categorias e modelos coloniais, destacadamente através daquilo que os autores chamam de “heterossexualização e heteronormatização compulsórias” (p. 4, minha tradução).

Retomando o já dito por Mark Rifkin no prefácio do livro, GIB não é um texto estritamente sobre as sexualidades nativas, mas, sobretudo, uma reflexão em torno de sua colonização: a forma em que o projeto colonial implica um processo de heterossexualização, e como a sexualidade, enquanto dispositivo de controle (Foucault 2015), é em si mesma fruto da empreitada colonial. Neste sentido, a dominação e o controle dos corpos ameríndios ao longo do ainda vigente projeto colonial dependeria, segundo os autores, dos discursos formados na esfera da sexualidade, determinando princípios e práticas associados a uma pretensa normalidade sexual e de gênero. Formas de sexualidade e performances



de gênero destoantes deveriam sofrer intervenção e ser higienizadas pela ação controladora do aparato colonial e, na linha progressiva da “história nacional”, estandardizada no ímpeto de modernizar a instituição política colonial por excelência, o Estado. O foco está posto, então, sobre a pretensão de tornar os corpos nativos obedientes à ordem colonial; algo que, é preciso deixar claro, extrapola de longe a esfera da sexualidade.

Na sequência expositiva dos capítulos, os autores percorrem as formas e as estratégias implicadas pelo colonialismo na tentativa de exercer o controle das corporalidades ameríndias em diferentes momentos históricos: da ação evangelizadora da Companhia de Jesus às práticas institucionalizadas dos órgãos indigenistas do Estado brasileiro, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo argumentam os autores, os jesuítas se valiam da força, do medo e do castigo para empreender a evangelização dos nativos, considerando o corpo uma esfera de intervenção através da qual eles poderiam alcançar a alma. Os missionários entendiam as diferentes manifestações sexuais e de gênero ameríndias como “sodomia”, uma prática pecaminosa “contra a natureza” que deveria ser expurgada. Isso transformou as práticas corporais e as sexualidades ameríndias em um dos núcleos do projeto de catequização jesuíta, ao lado do imperativo de impor-se a religião metropolitana, na medida em que também esta servia como legitimação da instauração do poder colonial.

Após a expulsão da Companhia de Jesus do território brasileiro, levada a cabo pela coroa portuguesa com a intenção de aceder às terras e à mão-de-obra indígenas controladas pelos jesuítas, operou-se uma estandardização que tinha o regime familiar dos colonos como o parâmetro de ação; nele, a relação monogâmica e matrimonial heterossexual entre homens e mulheres assumiu um lugar fundamental. Junto com a alteração do espaço doméstico e das formas de vestir-se, entre outras coisas, dito parâmetro matrimonial constituiu a noção de civilização que estava no horizonte das políticas coloniais. A incorporação dos ameríndios dar-se-ia, neste sentido, pelo casamento monogâmico e formalizado pela Igreja católica.

Apesar da constante transformação do seu significado, a ideia de civilizar os índios percorreu o fim do período da colônia e se estendeu pelo Brasil independente até a República, quando personagens como Rondon afirmavam a necessidade de civilizar os povos ameríndios através da sua incorporação ao Estado e à sociedade nacional. Ao longo desse período, como argumentam os autores (p. 39),

*Work, catechesis, race, and civilization were closely related to sex control, whether in interracial marriages, in theology, in the division of schools and/or architecture of the settlements, the division of labor, etc.*

No entanto, é necessário apontar que, gradualmente, as sexualidades ameríndias passaram de ser enquadradas sob uma perspectiva cristã para serem entendidas a partir de uma noção liberal, movendo-se do que era inicialmente uma noção de civilidade iluminista para outra, racial e “científica”, oriunda do século XIX. Nesta última, as sexualidades ameríndias se tornam uma esfera da produção de uma “raça brasileira” fundamentada na mestiçagem e moldada pela educação e pela catequização. Através da reprodução biológica, o Estado estava interessado na ocupação extensiva do território nacional e na ampliação do mercado, permitindo o desenvolvimento de cadeias de produção e consumo por todo o país. Neste sentido, era também fundamental “melhorar o índio” através de políticas entendidas como de branqueamento e higienização, por exemplo. A tutela do Estado brasileiro, que marca a sua relação com os povos ameríndios até a Constituição de 1988, implicava, então, a prerrogativa que este se auto-conferia de decidir os caminhos que levariam ao “progresso moral, mental e material da nação”. Nas palavras dos autores (p. 49),

*The compulsory incorporation mechanisms of the colonial system are to be found in all its matrixes [...] based on a system of power based in a civilization ideal founded on discourses of progress, nation, and race. This serves as justification for an ideological, legal, and bureaucratic-administrative apparatus to keep control and to normalize [sic] everyday life, concerning all aspects of sexualities, desire, marriage and housing as a mean to maintain and create a desired state order. The SPI had control mechanisms of native lives not just for strictly bureaucratic reasons, but because such mechanisms are based in the discourses that sustain the existence of the state apparatus.*

Segundo argumentam os autores, as práticas institucionais e os parâmetros organizativos da FUNAI estariam amplamente sustentados nos mesmos elementos que guiavam o funcionamento da SPI. Assim, mesmo após a democratização, na década de oitenta, as políticas do indigenismo brasileiro teriam por intenção impedir que os povos ameríndios inscritos em seu território sejam e se organizem do modo que eles desejam; trata-se de uma política contra a autodeterminação indígena. Esse ponto, que mereceria um tratamento mais detalhado, conecta o argumento dos autores com uma série de outras contribuições latino-americanas de fundamental relevância, em especial aquelas sobre o indigenismo dos Estados chileno, peruano e mexicano (ver, por exemplo, Antileo Baeza et al. 2015; Baronnet, Mora Bayo & Stahler-Sholk 2011; Bartolomé 2006; Díaz-Polanco 1997; Díaz-Polanco & Sánchez 2002; Huanacuni Mamani 2010; Marimán Quemenedo et al. 2006; Zibechi 2015).

Teoricamente alinhados a uma frutífera vertente da crítica pós-colonial latino-americana, o decolonialismo do projeto modernidade/colonialidade, Fernandes e Arisi entendem a ordem colonial como algo que transcende o domínio político e econômico institucional entre colônia e metrópole, e que teria terminado com os processos de independência no continente. Em sua perspectiva, trata-se de um processo mais amplo de domínio e controle que perpassa as mais diversas esferas da micropolítica e da vida humana, entendimento este já bastante explorado pela Antropologia reflexiva (Fabian 2002; Salemink 2003; Wolfe 1999, entre outros). Os autores apontam que o poder colonial opera através de uma interface entre sexo, colonização, raça e etnicidade. Em suas palavras (p. 29),

*Class, race, and sexuality are understood [...] not as separate spheres, but as parts of a complex of social, cultural, and historical relations, ratified by a power system; the process of compulsory heterosexuality, racialization, and 'civilization' permeate and (re)build each other.*

É evidente o paralelo que este argumento estabelece com o conceito de «colonialidade do poder», cunhado por Aníbal Quijano (2000), a quem os autores não citam diretamente, mas do qual estão certamente embebidos, e cuja contribuição está no núcleo programático da teoria decolonial. Para este autor peruano, o poder colonial opera uma racialização da diferença a partir da qual classifica socialmente grupos e pessoas, inferiorizando algumas e legitimando as relações de dominação. Mais do que isso, essa classificação associa as identidades raciais com papéis na estrutura de controle da mão-de-obra, resultando numa divisão racial do trabalho (Quijano 2000).

Assim, podemos dizer que o argumento central de Quijano consiste em apresentar a racialização como meio classificatório e um modo de exercer controle colonial. O argumento de Fernandes e Arisi segue a mesma lógica: a heterossexualização e a heteronormatização das sexualidades ameríndias seriam modos de classificação e de controle colonial sobre os corpos nativos e, neste mesmo sentido, sobre o trabalho. Nesses termos, a publicação de GIB coloca os autores como parte de uma nova geração de pensadores decoloniais latino-americanos que, retomando os princípios básicos dessa linha de pensamento, dão rendimento aos seus dispositivos teóricos a partir de diferentes disciplinas, como a Pedagogia, a História da Arte e a Antropologia, por exemplo, além de distintas esferas de interesse, como os estudos de gênero e sexualidade.

No entanto, não podemos deixar de mencionar a importante marca da teoria queer

e, especialmente, dos autores *two-spirit*. Aliás, uma das propostas básicas do livro, mencionada por Rifkin e retomada pelos autores, é a de incentivar que os estudos pós-coloniais se transviadem<sup>1</sup>, e que os transviados se descolonizem. Isso se relaciona com uma hipótese central do texto: a de que os ameríndios foram perseguidos não porque fossem considerados “sodomitas”, mas a de que foram considerados “sodomitas” e perseguidos porque eram índios. Os “índios gays” teriam sofrido perseguição não por suas sexualidades, mas por sua indianidade.

Para além do seu conteúdo, GIB coloca algumas interessantes questões para a Antropologia, em especial para Etnologia americanista, que podem se mostrar fecundas. De-tenho-me sobre uma delas: a relação entre heterossexualização e colonialismo.

Sem dúvida alguma o processo colonial opera enquadramentos das corporalidades e sexualidades ameríndias, implicando a heterossexualização e a heteronormatização das mesmas, ao mesmo tempo que uma “criminalização” das corporalidades destoantes<sup>2</sup>. Inclusive enquanto categoria e nomenclatura, heterossexualidade só faz sentido em termos de processo colonial. Não obstante, em termos de etnologia, parece-me insuficiente supor que a heterossexualidade só possa ser entendida enquanto dispositivo de controle no crivo do projeto colonial. Isto é, se pensamos a heteronormatização no seio do colonialismo, os argumentos dos autores fazem total sentido. Se pensarmos em termos de um modo de criatividade ameríndio, alternativamente, restam algumas *dúvidas*.

Os jogos de oposições complementares e assimétricas entre pares de dualidades (Lévi-Strauss 1993) parecem indicar que os povos indígenas contam com importantes elementos produtores de diferenças e de razões para as suas produções. Se nos permitirem mobilizar certa literatura que se desloca do território brasileiro, no qual se enquadram os limites pretendidos por GIB, podemos dizer, seguindo a López-Austin (1998), entre outros, que o cosmos aparece para alguns povos mesoamericanos como “sexualizado” – ainda que isso destoe da noção foucaultiana de sexualidade enquanto mecanismo de controle. Isso se deve não só ao fato de que o esquema de trocas de fluidos corporais através do intercurso sexual funcione como um arquétipo das trocas cosmológicas e cosmopolíticas, mas também às propriedades das coisas que habitam o mundo: tudo o que existe está genderizado, é masculino ou é feminino, necessariamente. Obviamente isso não implica uma heteronormatividade forçosa da sexualidade ameríndia, mas certamen-

---

1 Termo proposto por Berenice Bento para designar uma possível tradução ou “abrasileiramento” dos estudos queer. Para uma versão mais recente dessa discussão, ver Bento (2017).

2 A isso é necessário somar outros elementos ameríndios de fabricação corporal. Um exemplo são as alterações das formas cranianas; levadas a cabo por povos ao longo de todo o continente americano, elas foram igualmente “criminalizadas”.

te diz respeito a um modelo de trocas entre-gêneros que pode ser descrito, implicando graus de equívocos, como fundamentado numa lógica “heterossexual”. Os artigos de Madi Dias (n.d.) sobre o parentesco transviado Guna e de Hendriks (2016) sobre as relações homoeróticas no Congo urbano são boas entradas para esta discussão, ainda que o último destes autores não esteja debruçado propriamente sobre material ameríndio.

Neste mesmo sentido, os *masuelkuilomej*, “homossexuais” nahua, igualmente meoamericanos, argumentam que “desde que o mundo é mundo”, a eles se persegue, se agride, se estupra e se acusa de bruxaria. Eles não se casam, não se “complementam”. Sem uma esposa com quem manter relações sexuais, estão fadados à pobreza e à doença. Poderíamos dizer que esse argumento – assim como aquele dos nativos que acusam a homossexualidade de ser uma “perda cultural” –, *é fruto das distorções coloniais* que afetaram não só as formas de “organização social”, mas também as histórias ameríndias e o modo como elas são interpretadas, como bem indicam Fernandes e Arisi (p. 61). Se “*Colonialism shapes memories and other places of enunciation*” e “*it empties the others and it strips them out of any agency, thereby making it impossible (or very difficult) to offer alternative narratives*” (p. 61), não podemos assumir que a perseguição da “homossexualidade” nahua “desde que o mundo é mundo” seja fruto unicamente do colonialismo, uma vez que os próprios nahuas não colocam o problema nestes termos.

O risco de tomar relatos nativos de heteronormatividade como fruto direto do controle colonial é o de sobrepor-se às narrativas ameríndias e à *recolocação* das condições de existência do seus mundos, o que inclui uma noção de causalidade e de história, em nome de algo que teria acontecido nos termos dos nossos princípios historiográficos. Descartar narrativas que possamos imaginar como “distorcidas pelo colonial” não seria uma forma de silenciamento e, neste sentido, de colonização?

O cuidado que devemos ter é o de não derrapar de uma crítica do processo colonial a uma demanda de um indianismo arqueológico – e me apresso a dizer que GIB não dá margem para que o façamos. Isto é, o trabalho de Fernandes e Arisi se inscreve na primeira delas: é uma crítica do colonialismo e da colonialidade. A procura por um indianismo arqueológico implicaria, ao contrário, uma proposta *não-colonial*: o reclame por um apagamento dos efeitos coloniais como se eles nunca tivessem existido e não marcassem formas de vida coetâneas; não é disso que o decolonialismo se trata. O projeto decolonial deve ser retomado pelos interessados nos regimes nativos como um dispositivo teórico cuja potencialidade – ficcional – diz respeito à possibilidade de criar relatos não-hegemônicos e de indicar direcionalidades alternativas, de sujeitos concretos que reivindicam descolonização, mas não como um princípio taxonômico que permite desclassificar al-

guns relatos que julgemos colonizados.

O indígena não corresponde, portanto, àquilo que está oculto sob o véu da colonização, como bem argumenta Pitarch (2013). É neste contexto que devemos ter cuidado com a ideia de *self* – o si próprio – que é retomada em GIB. A ideia de *displacement of self* pareceria integrar-se, portanto, a um “si próprio” essencializado; só é possível deslocar-se do *self* quando este adquire um conteúdo fixo, antecipado ou pressuposto. No sentido do argumentado por Wagner (2012), poderíamos estar cometendo o equívoco de mobilizar uma noção de cultura como arquivo – e, outra vez, como arqueologia das formas sociais – e não como “modos de criatividade”.

Certamente, GIB é um passo fundamental rumo à complexificação das formas com que lidamos com as relações coloniais e as práticas ameríndias. Neste sentido, “índios gays” é, nos termos dos autores, uma proposta que estabelece uma ponte ao mesmo tempo política e epistêmica entre as lutas da diversidade sexual e de gênero e as dos povos indígenas. Assim, se a intenção dos autores é incentivar a produção e a reflexão críticas em torno do tema que tratam, GIB é, desde já, um êxito, colocando muitas respostas e esclarecendo caminhos, mas incitando ainda outras importantes perguntas, como deve fazer toda boa exploração antropológica.

## Referências

- ANTILEO BAEZA, Enrique et al. 2015. *Awükan Ka Kuxankan Zugu Wajmapu Mew. Violencias Coloniales en Wajmapu*. Temuco: Ediciones Comunidad de Historia Mapuche.
- BARONNET, Bruno; MORA BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. 2011. *Luchas “Muy Otras”: Zapatismo y Autonomía en las Comunidades Indígenas de Chiapas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- BARTOLOMÉ, Miguel Angel. 2006. *Gente de Costumbre y Gente de Razón: las Identidades Étnicas en México*. México: Siglo XXI Editores.
- BENTO, Berenice. 2017. *Transviad@s: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos*. Salvador: EDUFBA.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor. 1997. *La Rebelión Zapatista y la Autonomía*. México: Siglo XXI Editores.
- DÍAZ-POLANCO, Héctor; SÁNCHEZ, Consuelo. 2002. *México Diverso: el Debate por la Autonomía*. México: Siglo XXI Editores.
- FABIAN, Johannes. 2002. *O Tempo e o Outro: como a Antropologia estabelece seu objeto*. São Paulo: Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel. 2015. *História da Sexualidade*. São Paulo: Paz e Terra.

- HENDRIK, Thomas. 2016. "SIM Cards of Desire." *American Ethnologist*, 43(2): 230–42.
- HUANACUNI MAMANI, Fernando. 2010. *Buen Vivir / Vivir Bien. Filosofía, Políticas, Estrategias y Experiencias Regionales Andinas*. Lima: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAOI.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1993. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LÓPEZ-AUSTIN, Alfredo. 1998. "La Sexualización del Cosmos." *Ciencias*, (50): 24–33.
- MADI DIAS, Diego. No prelo. "O Parentesco Transviado, Exemplo Guna (Panamá)." *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 29.
- MARIMÁN QUEMENADO, Pablo et al. 2006. *¡¡...Escucha Winka...!! Cuatro Ensayos de Historia Nacional Mapuche y Un Epílogo Sobre El Futuro*. Santiago: LOM Ediciones.
- MIGNOLO, Walter. 2007. *La Idea de América Latina: La Herida Colonial y la Opción Decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- PITARCH, Pedro. 2013. *La cara oculta del pliegue. Ensayos de Antropología Indígena*. México: Artes de México.
- QUIJANO, Aníbal. 2000. "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina." In: E. Lander (ed.), *La Colonialidad Del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. pp. 201–45.
- SALEMINK, Oscar. 2003. *The Ethnography of Vietnam's Central Highlanders: A Historical Contextualization, 1850-1900*. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- WAGNER, Roy. 2012. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify.
- WOLFE, Patrick. 1999. *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*. New York: Cassel.
- ZIBECHI, Raúl. 2015. *Descolonizar el Pensamiento Crítico y las Prácticas Emancipatorias*. Bogotá: Ediciones desde abajo.

Recebido em 12 de janeiro de 2018.

Aceito em 21 de junho de 2018.

HICKEL, Jason. 2015. *Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa*. Oakland: University of California Press. 264 pp.

Thais Henriques Tiriba

Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)

[thaistiriba@gmail.com](mailto:thaistiriba@gmail.com)

O que se perde quando nós, como analistas, projetamos nosso próprio senso comum em uma teoria universal? Essa questão, enunciada pelo autor já no início da obra, nos ajuda a navegar pelo instigante texto de Jason Hickel, “Democracy as Death: The Moral Order of Anti-Liberal Politics in South Africa”. Nessa obra, fruto de extensa pesquisa etnográfica e histórica na região de KwaZulu-Natal, África do Sul, o jovem antropólogo, atualmente *fellow* na The London School of Economics and Political Science (LSE), busca compreender as razões pelas quais muitos trabalhadores migrantes zulu da zona rural entendem elementos da democracia como socialmente destrutivos e, com frequência, traçam paralelos entre esses e a morte.

A revolução que deu fim ao apartheid, apesar de celebrada como o triunfo da democracia liberal<sup>1</sup>, conta com uma história ofuscada pelas narrativas da libertação sul-africana. Durante os períodos anteriores e posteriores à revolução, o país foi seriamente acometido por destruição e violência, que custou a vida de mais de vinte mil indivíduos.

Parte da violência ocorreu entre, de um lado, habitantes das *townships* e, de outro,

---

1 Nessa resenha, uso os termos “liberal” e “liberalismo” no mesmo sentido que o autor, referindo-me ao “conjunto de ideias sobre noção de pessoa [*personhood*] e liberdade que são compartilhadas pelas pessoas em ambos os extremos do espectro político e que, em última análise, sustentam aquilo a que podemos nos referir como cultura ocidental moderna” (:5). Tradução minha.



migrantes rurais que tinham sua habitação temporária nas adjacências desses mesmos espaços. A mídia, de forma sensacionalista, explicava a violência como embates tribais entre diferentes etnias, o que falhava em elucidar os choques entre esses dois grupos, ambos autoidentificados como zulu.

Os movimentos de massa que levaram ao fim do apartheid estavam baseados principalmente nas *townships* urbanas, bem como o apoio ao African National Congress (ANC), partido que administra o país a nível nacional desde 1994, ocasião da eleição de Nelson Mandela. Trabalhadores migrantes entrevistados pelo autor explicavam sua resistência ao ANC devido às noções de democracia e direitos promovidas pelo partido, entendidas como culturalmente retrógradas. Essas pessoas questionavam os ideais de que todos os indivíduos são autônomos e ontologicamente iguais, especialmente em relação às hierarquias de gênero e parentesco, e entendiam essas políticas como um ataque sistemático a seus valores. É importante destacar que os migrantes entrevistados pelo autor mantinham laços profundos com a casa rural [*rural homestead*] e viviam relação pendular entre esse lugar e o meio urbano. Muitos deles eram ainda filiados ao Inkatha Freedom Party, partido ligado ao nacionalismo zulu.

O princípio moral básico da vida social zulu rural se baseia na produção da diferença hierárquica. As estruturas da casa rural [*rural homestead*] ideal inscrevem as diferenças entre os gêneros, as gerações e os status. Um complexo código de tabus também marca as diferenças sociais. Essa produção da diferença é compreendida como vital para fruição e para o bem-estar coletivo. A violação desse código e o colapso da diferenciação social são entendidos como passíveis de interromper a reprodução social. Muitos consideram a democracia como causa do aumento da pauperização, do crime, da violência social, da transmissão de HIV e do desemprego. É de acordo com essas noções que muitos migrantes rurais rejeitam o projeto igualitário do ANC, que eles julgam causar infortúnio nacional devido à violação dessas mesmas hierarquias. A democracia desfaz o importante trabalho ritual de diferenciar pessoas, desmantela a estrutura hierárquica do parentesco e coloca o mundo novamente em um estado de uniformidade.

O autor se propõe a levar a sério os significados particulares que constituem os interesses políticos desses migrantes. Suas motivações não se encaixam no paradigma do interesse que organiza muito das ciências sociais ocidentais e da teoria crítica, que assumem um modelo de noção de pessoa e de individualismo que, segundo Hickel, não operaria na Zululândia rural.

Acadêmicos, nas ciências sociais, tenderam a explicar a insurreição migrante de duas formas: tomando cultura como alguma forma de falsa consciência irracional cinica-

mente encorajada pelo estado colonial e manipulada por líderes oportunistas, ou tomando migrantes como indivíduos racionais interessados em maximizar a utilidade e assegurar controle sobre recursos, poder e território instrumentalizando a ideia de cultura. Ambas as formas assumem um modelo de noção de pessoa capitalista euro-americano que depende de uma dicotomia básica entre indivíduo e sociedade ou razão e cultura.

Diferentemente da concepção ocidental de indivíduo, entre os migrantes zulu, uma pessoa não é concebida como um fim em si mesma, e sim como contínua a outros específicos e dividindo uma substância comum de acordo com uma lógica da abrangência. Os distintos lugares hierárquicos se abrangem uns aos outros, de forma dissimilar ao que se entenderia necessariamente no ocidente por hierarquia. Essas lógicas afetam profundamente as vidas das pessoas zulu na zona rural que se dedicam à cura dos corpos e dos relacionamentos de parentes cujos destinos determinam e restringem os seus, mesmo aqueles dos antepassados. Dessa forma, a noção do sujeito neoliberal autônomo, desassociado das vitais relações de parentesco, desligado dos antepassados e desbravando sozinho o novo mundo do mercado é amplamente rejeitada.

Entretanto, focar na importância analítica de reconhecer a diferença cultural é uma postura complicada na África do Sul contemporânea. Tanto na academia quanto no ANC, teorizar a respeito das políticas reacionárias de migrantes rurais como sendo consistentes com algum tipo de orientação cultural pode vir a soar como conluio com a ideologia do regime segregacionista do apartheid que através de um processo de “tribalização” reforçava as diferenças culturais como tática de dividir para governar.

Para esse autor, encarar a diferença cultural como forma fundamental através da qual as pessoas se colocam no mundo não significa nem as aceitar como parte de um projeto relativista, nem entendê-las como estáticas. Na obra, Hickel empreende uma historização tanto da cultura de migrantes rurais zulu, quanto da cultura das *townships* urbanas. O autor visa lançar luzes à questão de como duas tendências culturais distintas, duas diferentes ideologias de noção de pessoa, emergiram dentro do mesmo grupo étnico. Para tanto, toma o modelo de Mahmood Mamdani (1996), argumentando que tais distinções foram moldadas pelas diferentes relações que populações urbanas e rurais tiveram com o regime colonial.

O estado do apartheid se fez valer de dois diferentes sistemas de administração da população africana, de acordo com os quais manipulava diferentemente as esferas domésticas de populações rurais e urbanas. As primeiras eram administradas através do governo indireto [*indirect rule*]. Em KwaZulu-Natal, expandiram os poderes dos chefes locais zulu, reforçando a autoridade masculina do chefe da casa rural sobre mulheres e geracio-

nalmente, dando aos patriarcas poderes sem precedentes. Operaram, assim, exagerando dimensões de sistemas já existentes e estendendo-os, naquilo que também é conhecido como “despotismo descentralizado”.

Em relação à população urbana, a solução de controle encontrada foi a de violentamente realocá-las em *townships* planejadas, em casas de “caixa de fósforo”, onde só poderiam habitar famílias nucleares, de acordo com expectativas europeias de domesticidade. Nesse novo layout era impossível observar os tabus cruciais de espaço e relações interpessoais. Hickel argumenta que, através da “modernização” da família africana urbana, ao invés dos dóceis trabalhadores que o estado segregacionista procurava criar, as *townships* urbanas tornaram-se locais propícios para o engendramento de novos tipos de subjetividade, para a adoção de novas expectativas políticas e para a articulação dos crescentes movimentos revolucionários que eventualmente trariam a transição democrática. Essas transformações, o autor coloca, trouxeram implicações nas formas urbanas de consciência política: enquanto zulus rurais tendiam a considerar os infortúnios da pobreza, doença e desemprego como consequência das violações da hierarquia ou do ritual, os habitantes das *townships* tiveram que buscar em outro lugar as causas de suas desventuras.

Muitos dos migrantes zulu contrastavam negativamente o governo do ANC com o regime do apartheid. Em suas visões, o regime segregacionista permitia que cada grupo vivesse de acordo com sua própria cultura e permanecesse em seu próprio lugar. Entendem o ANC como homogeneizando os vários grupos culturais sob a mesma Constituição. Insistem que a segregação era positiva na medida que permitia que mantivessem sua própria cultura e, com isso, as condições para a fruição e reprodução social.

Sem dispensar essas incômodas alegações como triviais, o autor se propõe a tratar a nostalgia colonial em termos mais empáticos. Para Hickel, levar a distintiva consciência política de trabalhadores migrantes zulu a sério seria entendê-la como parte fundamental da modernidade africana, e não como vestígios retrógrados do passado ou como cínica forma de falsa consciência. Seria aceitar que eles agem no mundo de acordo com seus próprios termos e que suas representações não são meramente simbólicas de alguma realidade secular ou material mais profunda, como historicamente seguem sendo tratadas.

O autor localiza a nostalgia acerca de um passado colonial idealizado no contexto desse momento particular da história sul-africana. Ela articula-se a um desejo de retorno a uma era da moral e de uma estrutura social previsível, que muitos migrantes sentem que a atual administração neoliberal falha em proporcionar. Para tratar desse fenômeno, Hickel toma de empréstimo de Paul Silverstein (2009) a noção de “nostalgia estrutural”, para se referir à fetichização de uma ordem cultural passada.

Tal contexto político deve ser acessado, segundo o autor, levando-se em conta a lacuna entre as expectativas da população em relação à revolução de 1994 e a realidade que hoje habita. Hickel localiza essa lacuna principalmente nas consequências da virada neoliberal que o ANC tomou uma vez que chegou ao poder. O autor enfatiza o grande senso de desapontamento e traição para com aqueles que prometeram levar a cabo a revolução e a promessa de “uma vida melhor para todos”.

Nas negociações do fim do regime, o ANC fez um número de concessões que impediram seu maior controle sobre o futuro da política econômica. Um dos países mais desiguais do mundo, a África do Sul conta com taxas altíssimas de desemprego. A renda de lares negros corresponde a apenas 16% da renda de lares brancos, e 61,9% de todos os negros sul-africanos vivem abaixo da linha da pobreza, número que sobe para 79,1% na zona rural. Voraz crítico de tais políticas neoliberais, o autor afirma que a globalização e a liberalização do mercado não apenas falharam em propiciar a prosperidade que seus proponentes prometeram, mas também pioraram consideravelmente a situação. Ajustes estruturais sufocantes forçados por instituições como FMI e Banco Mundial levaram muitas economias como a sul-africana a cortar gastos e abandonar programas sociais e serviços que suas populações desesperadamente precisam. Resulta-se daí, Hickel afirma, um agudo sentimento de crise e desespero entre africanos cujas esperanças na modernidade foram meticulosamente comprometidas.

Nesse sentido, os migrantes não estão errados ao argumentarem que a democracia trouxe declínio. O tipo de democracia estabelecido pelo ANC era complacente com uma forma de capitalismo que fomentava a lógica da liberdade para justificar a desregulamentação econômica e financeira que gerou a ampla crise de reprodução social que tanto os perturba.

Vale apontar que, ao mesmo tempo em que reivindica o importante esforço de levar a sério seus interlocutores, Hickel não problematiza suficientemente a divisão rural-urbana da região, fundamental para seu trabalho, aceitando e reiterando o modelo de Mamdani (1996), segundo o qual os diferentes sistemas coloniais moldaram não apenas sujeitos, mas subjetividades políticas diferentes. É preciso tomar com cautela a afirmação do autor de que tal divisão permanece como característica definidora da política popular de KwaZulu-Natal. Como atentou Marcelo Carvalho Rosa (2009) ao inquirir a respeito dos impactos e limites do modelo dualista de Mamdani (1996) na interpretação de mobilizações sociais em zonas rurais de KwaZulu-Natal, a generalização dessa compreensão, além de ser de difícil verificação empírica, poderia acarretar um descrédito ideológico na capacidade de mobilização rural negra do país.

De toda forma, trata-se de uma leitura extremamente prazerosa e de um trabalho fascinante, cuidadoso e altamente relevante tanto para o debate político sul-africano contemporâneo, quanto para as discussões teóricas mais amplas acerca do neoliberalismo e da democratização no mundo pós-colonial. Ao final do texto, Hickel reitera sua proposta de pensar as epistemologias subalternas como alargando a categoria do político para além das fronteiras atribuídas a ele pelo pensamento ocidental, tanto nas ciências sociais, quanto na democracia liberal. Nesse manifesto, propõe buscar nas perspectivas subalternas as sementes para uma importante crítica produzida pelas vozes daqueles que foram subjugados pela modernidade.

## Referências

- MANDANI, Mahmood. 1996. *Citizen and Subject*. Princeton: Princeton University Press.
- ROSA, Marcelo C. 2009. "Espectros de Mamdani: desafios de uma sociologia da vida política rural na África do Sul contemporânea". *Estudos de Sociologia*, 15(2): 69-91.
- SILVERSTEIN, Paul. 2009. "Of Rooting and Uprooting: Kabyle Habitus, Domesticity, and Structural Nostalgia." In: J. Goodman & P. Silverstein (org.), *Bourdieu in Algeria: Colonial Politics, Ethnographic Practices, Theoretical Developments*. Lincoln: University of Nebraska Press.

Recebido em 04 de outubro de 2017.

Aceito em 21 de dezembro de 2017.

RACHIK, Hassan. 2012. *Le proche et le lointain: Un siècle d'anthropologie au Maroc*. Marseille: Éditions Parenthèses, 268 pp.

Bruno Ferraz Bartel  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)  
[brunodzk@yahoo.com.br](mailto:brunodzk@yahoo.com.br)

Hassan Rachik é professor da Faculdade de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Hassan II em Casablanca, Marrocos. É também professor visitante em universidades americanas, francesas e árabes. Iniciou, na década de 1980, suas pesquisas no campo interpretativo dos rituais de sacrifício no Marrocos e sobre as mudanças sociais ocorridas no país nas últimas décadas em áreas rurais. Recentemente, tem dedicado sua atenção para os usos ideológicos subjacentes aos processos de constituição e desenvolvimento da religião islâmica, bem como a produção de conhecimentos a partir de alteridades.

O livro de Rachik propõe uma análise de algumas produções acadêmicas sobre o Marrocos a partir de três eixos: 1) os determinantes sociológicos; 2) os determinantes teóricos e; 3) a situação etnográfica. Os três juntos tornam possível a elaboração de teorias sociológicas e antropológicas tendo como referência a experiência marroquina, além de contar com uma pequena biografia sobre os autores destacados. Sobre o primeiro, o autor indica que a produção de conhecimento seria afetada pela posição social dos intelectuais diante de uma realidade social distinta. Inspirado por Karl Manheim, o autor mostra que os efeitos das mudanças dessas posições sociais atrelados aos domínios políticos e científicos seriam postos em evidência como forma de apresentar as teses elaboradas pelos intelectuais escolhidos para compor o livro em confrontação com o contexto marroquino.

O Marrocos foi alvo de investigações inseridas no contexto colonial e pós-colonial

francês e contou com a presença atuante de diversos intelectuais ingleses. Além disso, o que se denominou por “virada hermenêutica” desenvolvida, sobretudo, pela Antropologia norte-americana, ao longo das décadas de 1970 e 1980, teve como *lócus* empírico a realidade social marroquina. Alguns autores são citados por Rachik para dar conta da multiplicidade de trajetórias acadêmicas construídas a partir do Marrocos: Geoges Hardy (1884-1972), Louis Brunot (1925-1965), Robert Montagne (1893-1954) e Jacques Berque (1910-1995) foram funcionários coloniais que se enveredaram para o campo acadêmico. Edward Westermarck (1862-1939), Ernest Gellner (1925-1995) e Clifford Geertz (1926-2006) estabeleceram-se como autores ligados a projetos universitários.

Entretanto, essas posições eram flexíveis dependendo da trajetória de inserção desses estrangeiros que tanto poderiam atuar como burocratas como pesquisadores. Por exemplo, o caso de Edmond Doutté (1867-1926) é destacado pelo o autor, visto o seu plano de residir e de criar cátedras na Argélia, ao mesmo tempo em que conduzia missões pontuais no Marrocos sobre a ótica de um projeto colonialista baseado nas representações coletivas das populações locais no país. Já Jacques Berque era um funcionário colonial com pesquisas voltadas a um projeto meramente acadêmico. Sendo assim, o autor admite no livro que a produção de conhecimento não é um processo imediato conduzido por um sujeito diante de uma realidade meramente objetiva, mas um processo mediado por um sujeito socialmente situado a partir de suas redes interacionais (acadêmicas e políticas) contextualizadas.

Para o autor, os determinantes teóricos seriam fundamentais para a produção de conhecimento sobre a realidade social marroquina orientados pelos conceitos utilizados ou fatos observados por cada um de seus intérpretes. Segundo ele, definir a religião islâmica como um sistema de sobrevivências e de vestígios antigos (Doutté e Westermarck), um sistema central e de funções sociais (Gellner) ou como um sistema de significados e de símbolos (Geertz) tem conduzido a diferentes descrições e interpretações sobre as formas de religiosidade dos marroquinos.

Por último, o conceito de situação etnográfica implicaria fundamentalmente em relações face a face entre os antropólogos e os sujeitos estudados. O conteúdo e a natureza do conhecimento antropológico dependeriam largamente da duração dos trabalhos etnográficos desenvolvidos no país. Mais do que isso, a unidade dos estudos analisados pelo autor buscaria relacionar essas explorações etnográficas com as primeiras especulações sobre a Humanidade diante das situações interacionais atreladas aos aspectos culturais das comunidades observadas.

A quantidade de informações acerca das condições das pesquisas dos intelectuais

escolhidos, que propuseram observar as diversas facetas da realidade marroquina, constituiu-se como um dos pontos centrais ao longo do livro. As minúcias das estadias, missões ou demais projetos universitários são conduzidos por uma narrativa clara e concisa de seus objetivos buscando refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos utilizados pelos quinze autores postos em análise diacrônica. Isso estabelece um panorama amplo das contribuições realizadas por franceses, ingleses e americanos, em fases distintas, em consonância com os processos históricos ocorridos no Marrocos nos últimos 150 anos.

Outro ponto a ser destacado são as análises do autor sobre o período pré-colonial (os protetorados francês e espanhol seriam consolidados em 1912) em decorrência das temáticas investigadas pelos pesquisadores no período, a partir das escolhas dos grupos estudados (árabes ou berberes) no país. O relevante do conjunto dessas observações é que para os primeiros exploradores acadêmicos a ideia de se disfarçar (através do uso de vestimentas judias ou muçulmanas) para testemunhar partes da realidade marroquina partiu da premissa de que haveria uma impossibilidade por parte de um cristão de estabelecer relações com os “nativos”. Para Charles de Foucauld (1858-1916), por exemplo, o uso do disfarce não era a garantia de produzir tais observações e interpretações sobre a vida nativa. Já Edmond Doutté, que viajou o Marrocos entre 1900 e 1909, sentiu-se desconfortável em um país que se encontrava, segundo ele, inóspito para os cristãos. Os relatos da vida nativa e o diálogo com os interlocutores não dependeram somente da observação, mas do controle de impressões (cf. Berreman, 1975) a partir das interações entre pesquisadores e nativos.

Uma das questões desenvolvidas por Rachik é a descrição e interpretação da diferença cultural, da perspectiva de um marroquino, sem o orientalismo (cf. Said, 1990) acadêmico, a partir do diálogo com estudos precedentes e/ou contemporâneos sobre seu país. Essas produções ou narrativas locais buscam alargar a compreensão do ponto de vista dos nativos (cf. Geertz, 1997), visto que as críticas ao essencialismo da Teoria *Interpretativista* inaugurada por Geertz proporcionaram repensar a multiplicidade e complexidade das estratégias dos atores sociais em suas interações. Entretanto, mesmo que se questione a produção desses pressupostos nos pesquisadores estrangeiros, Rachik não explora a recepção dessas ideias no ambiente acadêmico marroquino em formação no mesmo período. Esse *feedback* seria relevante para entender os debates em curso na área das Ciências Humanas do país e a própria constituição do campo sociológico e antropológico por parte das pessoas que se interessaram por tais questões e seus desdobramentos.

A própria produção e constituição acadêmica marroquina se encontra ausente ao longo dos nove capítulos do livro. O desenvolvimento das Ciências Humanas no país con-



densou, ao seu modo, os legados dos autores estrangeiros analisados no livro, uma vez que os modelos tanto teórico-metodológicos quanto críticos estiveram em permanente diálogo com as questões centrais do contexto marroquino, desde a independência do país em 1956, bem como os debates sobre o tipo de nacionalismo elaborado pela monarquia Alauita (dinastia que governa o país desde 1667) ou, ainda, a problemática das interfaces entre política e religião no país.

A reprodução e circulação dos modelos estrangeiros e o impacto real dessas ideias por parte de uma elite intelectual nacional não são contempladas ao longo do livro. Tal demanda poderia elucidar a forma como os orientalismos do campo acadêmico marroquino puderam ser justificados ou meramente reproduzidos sem a menor reflexão crítica.

A descrição de determinadas categorias nativas, como o termo *nisba* associada à noção de pessoa no Marrocos, constituiu até o presente momento a base para a elaboração das teorias vigentes por boa parte da Antropologia Americana. O Marrocos descrito por viajantes, missionários, funcionários coloniais e pesquisadores acadêmicos, ao longo desses últimos 150 anos, proporcionou uma gama de conhecimentos das mais distintas fontes e contribuições teóricas. É a favor do diálogo desses modelos clássicos de se fazer antropologia (a experiência etnográfica dos estrangeiros ao contexto marroquino) e de uma antropologia realizada em casa (*at home* [cf. Peirano, 2008]) que o autor indica uma possibilidade de se fazer mais pelo entendimento da diversidade da experiência humana.

Rachik descreve o antigo problema na lida com os modelos generalizantes que buscam as coerências de seus sistemas culturais e, mesmo, as incoerências a partir do ponto de vista interpretativo, tanto no Marrocos quanto em outros países por onde os antropólogos já realizaram as suas pesquisas etnográficas. Mais precisamente, o conceito de Cultura evocado pela tradição boasiana e de seus discípulos, definido como um conjunto de traços distintivos de uma comunidade (tribo, etnia, povo, nação) é que continua em questão e aberto rumo a novos desafios no país. A ideia de uma configuração geral que organiza e integra de maneira coerente os conjuntos desses supostos traços distintivos foi tentadora em Geertz e seus alunos na década de 1960, mas igualmente reducionista e esquemática da realidade social.

Seria ingênuo por parte das análises posteriores, segundo o autor, criticar os diferentes modelos da cultura no Marrocos sob o pretexto de que eles não refletiriam com precisão o comportamento e as atitudes dos marroquinos. A noção de modelo no mundo das ciências sociais sugeriu, por muito tempo, que ele deveria ser uma síntese de uma realidade e não um instrumento que, em primeiro lugar, torna inteligível e compreensível uma realidade complexa. E é sobre esse plano que Rachik se esforça para examinar e cri-

ticar os diferentes modos de generalização adotados pelos pesquisadores exemplificados em seu livro aos seus esforços de refletir, e porque não de conviver, literalmente, com “o outro”.

## Referências

BERREMAN, Gerald. 1975. “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. In: ZALUAR, Alba. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, p. 123-174.

SAID, Edward. 1990 [1978]. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

GEERTZ, Clifford. 1997 [1983]. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

PEIRANO, Mariza. 2008. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 18 de agosto de 2016.

Aceito em 19 de outubro de 2017.

GUERREIRO, Antonio. 2015. *Ancestrais e suas sombras: Uma etnografia da chefia Kalapalo e seu ritual mortuário*. Campinas – SP. Editora da Unicamp, 520 pp.

Dr. Carlos D. Paz  
Dpt. de Historia – Facultad de Ciencias Humanas  
Jefe de Trabajos Prácticos – Historia Americana I (Prehispánica)  
Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA)  
[ychoalay@gmail.com](mailto:ychoalay@gmail.com) / [paz\\_carlos@yahoo.com](mailto:paz_carlos@yahoo.com)

Las poblaciones indígenas en América Latina sufren un proceso constante de avasallamiento de sus derechos. Sin mencionar las maniobras que tienden a desposeerlos del acceso a su tierra, parte de ese proceso que niega su identidad se funda en el desconocimiento de la riqueza de formas organizativas que detentan o, aún peor, en la difusión de estereotipos que refuerzan la idea sobre la existencia de un indio genérico que dista de la realidad cotidiana en la que viven inmersos así como de su pasado y de las relaciones sociales de su presente que constituyen la trama de su futuro. Michel de Certeau ([1975] 2007), ya hace algunos años, alertaba sobre cómo la escritura de la Historia debía de producir extrañamiento en los lectores para, desde ese mismo lugar *otro* de enunciación, construir un sujeto distante de nuestro sí-mismo pero a la vez posible de ser reconstruido mediante un amplio arco de aristas. Por otra parte, Pacheco de Oliveira (2016), recientemente llamó la atención sobre la necesidad de fundar un conocimiento sobre las poblaciones indígenas qué, para generar una verdadera ruptura con aquellos estereotipos coloniales que aún circulan por los meandros del sentido común que construye el grueso de la población, parta de las propias categorías nativas de entendimiento de su realidad. Aspectos, todos, que son abordados y desarrollados magistralmente por la obra aquí comentada.

*Ancestrais e suas sombras* es mucho más que una etnografía de la jefatura Kalapalo. Los siete capítulos que componen el libro, en conjunto con la introducción, presentan una descripción densa, en un sentido geertziano, sobre distintos aspectos de las relaciones po-

líticas construídas y re-actualizadas mediante el ritual, entre humanos y potencias no-humanas. Estos capítulos, junto al epílogo, además, brindan al lector una discusión constante del debate teórico actual sobre la noción de cuerpo, afinidad y poder entre las sociedades amazónicas con el claro objetivo de comprender mejor qué cosa piensan los Kalapalo sobre su jefatura, los jefes que la componen y los atributos que definen a los mismos. Un aspecto más que relevante no sólo para el conocimiento de la dinámica de la construcción de relaciones políticas entre los grupos indígenas americanos si no porque además el autor, desde un posicionamiento propio de la antropología simétrica, realiza un aporte notable, desde el *native view point*, sobre las formas de pensar las jefaturas amerindias. Maquinaria política que, para el caso analizado, comienza al momento de la muerte de un jefe y es activada, luego de un determinado período de tiempo, por medio del pedido de otros jefes para que se lleve a cabo la celebración de aquella fiesta, el *egitsü* como lo denominan los Kalapalo, que renueva las posiciones de prestigio y autoridad dentro de aquella sociedad.

“Fragmentos de História”, capítulo 1, comienza a develar al lector la trama por la cual el ritual, como metáfora de la guerra, es una instancia de producción no sólo de personas si no que también de memoria. Las esfigies que se fabrican para el ritual son el medio por el cual aquellos considerados nobles, que pueden acceder a la posición de jefes, vinculan distintas aldeas a pesar de la existencia de algunos conflictos en torno a su figura. Los convites que se realizan para las fiestas, por medio de mensajeros, se constituyen en la instancia dónde la asimetría social cobra materialidad y desde la cual se puede constatar que la jefatura no se construye a sí misma bajo un principio jerárquico global. La jefatura Kalapalo nos presenta particularidades propias que, desde la narrativa construída por el autor y por sus informantes, en un verdadero pacto etnográfico, amplían el universo de preguntas que podemos formularnos sobre las formas de representación y ejecución de la política nativa. Proceso descrito y analizado desde los intereses actuales de los propios sujetos lo cual permite recuperar la dimensión política de las poblaciones nativas; aspecto olvidado en algunas ocasiones y discursos no sin cierta intencionalidad por cierto. Siendo este aspecto particular, la intencionalidad política nativa, discutido constantemente a lo largo del libro.

En segundo término lo que se aborda es el problema de la heredabilidad de la jefatura y la construcción del nuevo jefe. En este momento Guerreiro comparte con el lector la inquietud sobre ¿cómo describir una jefatura? y, para responder a esa pregunta es que construye una crítica minuciosa al estado del arte que aborda aquella forma tipológica de caracterizar el ordenamiento de las relaciones sociales entre los nativos. Esa crítica es la que hace posible dar cuenta de la profundidad analítica que se expone al momento en que

se describe el modo en que se producen los jefes; los cuales sólo pueden ser producidos por otros jefes en un proceso en dónde el parentesco cognaticio no es suficiente como condición para ser reconocido como tal. Además de ello es necesario contar con una afinidad ritual que se construye sobre la base de relaciones simétricas entre varios jefes, de distinto rango, de un grupo local y con todos aquellos jefes de otras aldeas invitados para la ocasión. Un vínculo social que, a instancias de la construcción de un líder, produce una persona ideal que en sí misma encarna el ideal de humanidad; siendo este – la producción de personas – uno de los grandes problemas abordado por los amazonistas que aquí encontramos presentado con una simpleza notable que transparenta no sólo el proceso de gestación de las diferencias sociales si no que facilita la comprensión de muchos de aquellos vericuetos expuestos por los distintos modelos teóricos abordados y analizados en detalle a la luz de la información etnográfica recogida que parece imponer su propia dinámica más allá de la vitalidad de la teoría.

En “O encontro com a Onça” y “Corpos e Casas”, capítulo tres y cuatro, respectivamente, se debate el rol del cuerpo mítico que sustenta las diferenciaciones sociales así como explican el lado predador de la jefatura. Allí los aspectos propios del animismo amerindio, y el problema de los dueños de las especies, es abordado con el objetivo de construir la base que explica en qué modo el jefe muerto se torna pariente de otros seres generando así una continuidad entre seres vivos y no-vivos; no al menos desde nuestra concepción de la vida material terrena. Toda la descripción que se brinda desde cuando los padres reservan ciertos nombres pasados y “famosos” para aquellos hijos que se estima se convertirán en jefes, hasta cuando las ceremonias de enterramiento de los muertos exponen jerarquías sociales, está atravesada por el estudio del parentesco y desde allí los lectores podemos reconstruir paso a paso aquella instancia de diferenciación social al mismo tiempo que el autor seduce a sus lectores con aquel extrañamiento de una sociedad *otra* que interpela constantemente al antropólogo lo cual es perceptible por medio de los interrogantes que se formulan para hilvanar el estudio.

El lado predatorio de los jefes es algo que se expresa, entre otras formas, por medio de un discurso del líder alto xinguano en dónde éste debe de asumir la posición de los animales predadores: punto central del capítulo cinco. El “lenguaje de los jefes”, aquel que se manifiesta en distintas horas del día y que hace que el jefe asuma aquella posición de animales predadores, es el que coloca al jefe en una posición de ancestral que remite a un tiempo originario en dónde se produjeron los jefes que luego serán reproducidos mediante el ritual aunque sin alcanzar la perfección primigenia. Este aspecto performativo del jefe es sostenido por redes de intercambio ritual en dónde los objetos intercambiados

se presentan como la forma material de aquellos espíritus que se tornan parientes de aquellos sujetos que reciben los bienes de mano de aquellos que los insertan en las redes de intercambio. Dando paso así a una cuestión parental ampliada pero que a su vez esclarece y limita las redes parentales. Allí el jefe, como redistribuidor de bienes, es en cierta medida coaccionado por su grupo parental, y por los invitados a la ceremonia, en lo que se denomina como el acto de extraer la generosidad del jefe dando paso a la transformación de predador en presa. Lo cual no hace más que reforzar el planteo sociológico de la necesidad del grupo para la conformación de un jefe.

“Imagens multiplicadas” es el capítulo siete y hace referencia exhaustiva a la producción de las esfigies utilizadas durante el ritual para brindar de un cuerpo al muerto y de una imagen del líder a los vivos. Aquella instancia ritual dupla encarna el momento en dónde el alma del muerto vuelve a estar entre los vivos y en dónde el jefe que brinda aquella celebración hace visible la analogía del liderazgo con el mundo vegetal. No sólo la imagen del muerto es corporizada en un tronco de un árbol escogido y ataviado para la ocasión sino que además el jefe se presenta así mismo como un árbol que comunica distintas partes del espacio – distintas aldeas – y en dónde, por medio de aquel momento ritual dónde se llevan a cabo guerras rituales escenificadas por luchas entre distintos miembros de distintas aldeas, la consanguinidad absoluta se hace manifiesta. La celebración en su desarrollo se torna de este modo en un tiempo que anula el tiempo en sí mismo retrotrayendo a los participantes de la misma a un momento ideal de creación en dónde la humanidad estaba indiferenciada; el momento anterior a la conformación de aquellos parentescos que anulan las afinidades potenciales. Aquella celebración por tanto es un momento de inmovilización y de creación de la humanidad por parte del jefe homenajeado y por parte de aquel que efectiviza la celebración. Lo cual a su vez genera nuevos conflictos y disputas sociales a ser saldados por el jefe de turno.

*Ancestrais e suas sombras* es un trabajo de etnografía notable. Aspecto que se evidencia, como ya señalamos, por medio de una descripción minuciosa de la ritualidad producida en torno de la fiesta para la celebración de los jefes muertos así como de creación de nuevos líderes. Metodológicamente es un libro con un balance más que indicado para su utilización en aulas tanto de Antropología como de Historia. Si bien cada capítulo no es independiente en sí mismo si pueden ser utilizados para que nuestros alumnos compongan un espíritu crítico tanto de la historiografía especializada así como de aquel proceso de creación de posiciones de rango en dónde la sociedad alto xinguana, desde el hoy, se recrea así misma. Por otra parte las referencias que su autor brinda sobre su labor cotidiana como antropólogo entre los Kalapalo hace posible disponer de una investigación

en dónde el proceso de recolección de información se encuentra explicitado claramente. Siendo además un excelente recurso didáctico para la enseñanza de la Antropología y los matices que pueden hacerse presentes durante el trabajo de campo.

Para finalizar sólo queda remarcar la profundidad de la discusión teórica y su apelación constante a lo largo del libro. Es meritorio además el logrado equilibrio alcanzado entre los aportes de Lévi-Strauss, Viveiros de Castro y Gow entre otros, con las informaciones etnográficas disponibilizadas para que el lector pueda no sólo dar cuenta del intrincado proceso de construcción de un jefe y de los aspectos inmateriales, desde nuestra perspectiva, que atraviesan la producción de líderes. Este trabajo, reformulación de una Tesis Doctoral en Antropología, defendida en el año 2002 en el marco del PPGAS de Antropología Social de la Universidad de Brasilia, está llamado de aquí en más a ser una lectura señera tanto para la enseñanza así como para la investigación de las sociedades amazónicas y para aquellas otras en dónde los postulados de este cuerpo teórico, como en el caso del Chaco, pueden ser aplicables. Los líderes indígenas, y aquellos a los que lideran, verdaderos protagonistas de este estudio, por medio del trabajo de Guerreiro, han ganado una porción más de visibilidad saliendo así de la sombra que en más de una ocasión se les quiere imponer.

## Referências

DE CERTEAU, Michel. [1975] 2007. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimar.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2016. *O Nascimento do Brasil e Outros Ensaio: "Pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Recebido em 17 de dezembro de 2017.

Aceito em 26 de fevereiro de 2018.

KOHN, Eduardo. 2013. *How Forest Think: Toward an Anthropology beyond the Human*. Berkeley: University of California Press, 288 pp.

Fernando Augusto Fileno  
Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS/USP)  
Membro do Centro de Estudos Amerínicos (Cesta – USP)  
[fernando\\_fileno@hotmail.com](mailto:fernando_fileno@hotmail.com)

Foram quatro anos de viagens que levaram Eduardo Kohn à produção de *How Forest Think*. Serpenteando pelas estradas do planalto andino e terras baixas no Equador, tanto quanto entre trilhas de caça no interior da floresta amazônica, levando até dias para se concluir. As experiências adquiridas e a intensa convivência com os Runa, população de língua Quíchua do Alto Amazonas, projetariam a base sobre qual Kohn desafiaria os fundamentos da antropologia, questionando as assunções que separam os homens das outras formas de vida, propondo uma antropologia que estaria “além do humano” [beyond the human], uma contribuição, como ele afirma, para a crítica sobre o “pós humano” [poshuman] (2013: 07). Parafraseando o título do livro de Lucien Lévy-Bruhl, *How Native Think*, Kohn estimula uma abordagem que não está interessada na maneira como os nativos pensam que a floresta pensa senão como a própria floresta pensa. É pela proposta de uma nova teoria que encara a floresta como ator de relações que o livro se junta à virada ontológica, produção acadêmica que tem nas últimas décadas engrossado a discussão sobre a crise da representação dentro das ciências humanas. Um debate que não tem se limitado à apenas a crítica epistemológica, mas estende-se à posição política de reivindicar o direito à auto-determinação do *outro* como afirma, ruidosamente, Eduardo Viveiros de Castro (2014: 04).

A virada ontológica reanima a possibilidade de existência e descrição de outros mundos, mundos que são habitados necessariamente por aqueles que os relatam. Representá-los fora deles refletia antes dualismos de convenção ocidental que os colocavam em



causa. As divisões que separam cultura e natureza, sujeito e objeto, representação e realidade afirmavam a impossibilidade de novos enredos, novas epistemologias ou mesmo, a equivocação da ciência com uma concepção singular. Arregimentava-se assim, a oposição moderna entre “nós” e os “outros” (Viveiros de Castro 2014: 04). *How Forest Think* borra não apenas os limites entre províncias ontológicas distintas dando voz a outros donos de realidades, ele permite que a própria realidade se expresse de alguma forma; à realidade, ou melhor, à floresta é facultado a capacidade de ver, representar, até conhecer e mesmo pensar. Mais uma reivindicação que ressoa aquelas outras que encontram a presença do político dentro do cosmos, uma afirmação da cosmopolítica (Latour 2004: 424).

Os pensamentos viventes [living thought], aqueles que emergem da floresta como Kohn os concebe, ganham registro através do acesso privilegiado oferecido, como aclara em sua etnografia profunda e detalhista, dos Runas coletores, agricultores, pescadores, caçadores que exercem sua atividade de subsistência embrenhada em um dos ecossistemas mais complexos do planeta. O contato íntimo com a floresta lhes rende uma perspectiva e sensibilidade abertas ao contato com outros seres. São estas condições que tornam os Runas excelentes intérpretes para um projeto que se estende além deles apesar de manter o ponto de vista neles.

A relação de Kohn com os Runas e a Floresta, esteio fundamental para os desdobramentos do livro, pode ser também o calcanhar de Aquiles de toda a obra. Apesar do interesse do autor ser uma ontologia da floresta expressada em seus termos, seu enfoque ainda é antropológico, conservando-se distante de um mapeamento de relações multi-espécies, os homens se manteriam como seus principais intermediários, tradutores e amplificadores, sua narrativa centra-se antes de tudo no que é “tudo tão humano” [all too human] (2013: 224-225). Em seu esforço de comunicação com os outros seres que povoam a floresta, os Runas têm, logo, muito a ensinar sobre o que está para além do humano. Todavia, o que os Runas lhe ensinam parece para o autor, muitas vezes, dizer mais sobre o que é a floresta do que quem são os Runas.

Entender como a floresta pensa é revelar a sua semiótica, a vida dos signos. Buscar a compreensão do que está para além do humano termina por envolver o próprio humano, por isso, a antropologia sai desta pesquisa renovada, visto que expande seu campo de apreensão. Um campo que não deve se fixar apenas no contexto demasiadamente humano (lingüístico, cultural, social, histórico), mas naquele que o supera sem, no entanto suprimi-lo. A disciplina antropológica que guarda como uma de suas premissas uma descrição trans-cultural, ganha com a proposta de Kohn, uma descrição trans-espécie. O não-humano se posta no mundo através da representação tanto quanto o humano, como o faz e

como se apresenta é a principal tese do livro que se apoia sobre a obra do filósofo americano Charles Saunders Peirce para defender, como crítica a Ferdinand de Saussure e a teoria social que nele se sustenta, a dissociação entre linguagem e representação<sup>1</sup>. Kohn argumenta que todos os signos não são simplesmente símbolos, para entendê-los não dependemos da relação entre eles dentro de um contexto cultural. Outros contextos são igualmente prenes de significados, se não simbólicos, são, sobretudo semióticos como mostram as experiências de caça compartilhadas com Hilário e outros informantes, plasmadas nas inúmeras “palavras” que convivem juntas com outros vocábulos do idioma Quíchua. Assim é com, por exemplo, *pu oh*, a imagem sônica da ação de queda de uma palmeira desdobrada no mundo. O episódio narrado entrelaçava-se dentro de uma ecologia de seres nas quais nossos personagens humanos estavam igualmente integrados, o som da queda da palmeira antecipava o futuro ao qual o macaco, presa de Hilário e seu filho, deveria reagir. *Pu oh* logo, tinha um significado tanto para aquele que o emulou como para o macaco que o escutou, como signo ele era capaz de criar “interpretant”<sup>2</sup> para todos os habitantes da floresta.

A compreensão do projeto de Kohn pode apenas seguir a partir do avanço de outro projeto, a “provincialização da linguagem” [provincialization of language] (2013: 41), a possibilidade de repensar o que representação significa. Provincializar a linguagem é também provincializar o simbolismo, a necessidade de pensar outros signos que não sejam símbolos, no caso e conforme Peirce, os ícones e os índices. O primeiro residiria sobre o objeto, aquele revelado através de suas qualidades sensíveis, já o índice, segunda categoria da classe de signos, seria a significação produtiva do ícone, algo que reverberaria para os sentidos de outro ser. Por fim, a terceira classe, seria circunscrita ao símbolo, faculdade limitada aos seres humanos, porém não deslocada do mundo e das relações existenciais com as outras duas categorias. O que importa na relação entre estas categorias não são, entretanto as diferenças que elas criam, mas antes as semelhanças que emparelham todos os seres. Sugerido pelo trabalho de Terrence Deacon, nosso autor interessa-se pela dinâmica da “emergent” (Kohn, 2013: 54), um movimento que atesta a qualidade simbólica de processos, mesmo os mais singelos, inerentes à própria vida, apesar de distinto, o simbolismo não é independente dos índices e dos ícones, ou seja, apesar de projetar os seres humanos para outro patamar, fora do “habits”, ele permanece aterrado ao plano mais amplo da vida. Por “habits” entende-se a fixação do significado dos signos em um sistema, a construção da regularidade através da expectativa, a possibilidade de previsão do futuro que

1 Segundo Ferdinand de Saussure, é natural ao homem a faculdade de constituir uma língua, um sistema composto por “signos distintos correspondentes a ideias distintas” (195: 18). Ao sublinhar a dissociação entre linguagem e representação, Kohn está erguendo as bases para sustentar sua teoria sobre a capacidade de representação dos seres não humanos.

2 O efeito de uma proposição ou de uma série de signos sobre a pessoa que o interpreta, no caso, também sobre o ser não-humano que o interpreta.

regulamenta a agência no mundo e que interage com outros “habits”. Discrimina-se uma atividade meramente intelectual daquela baseada na vivência concreta dos fatos da vida. Fecharmos nossa compreensão do mundo em um todo simbólico seria o mesmo que vivermos em castelos desmanchando-se no ar.

A vida é inerentemente semiótica, afirma Kohn com todas as letras, o que faz dela viva é a capacidade de interpretar, prever e reagir aos signos que a circundam, estar vivo em suma, é aprender com a experiência. O livro todo é uma grande apoteose ao ‘relacionismo’ (Viveiros de Castro 2002: 126) e também uma crítica a ‘relacionalidade’, conexões que se espraiam entre gerações, entre humanos e não-humanos e entre formas e processos, justificando a amplitude de um sistema que supera o próprio edifício da humanidade. Tem-se a oportunidade de repensar a relação como representação, um processo regido pela lógica da semiótica e que coloca em diálogo nada além do que pensamentos. Um dos grandes méritos da narrativa é a inserção produtiva das experiências do autor em seus argumentos, a crise de pânico que lhe foi acometida em uma das viagens a campo processa uma crise de escala ainda maior, o desencantamento do mundo. Evitando qualquer uma das sombras de uma romantização escusada da natureza, ele ilustra a separação do homem do mundo em que habita carregado por símbolos que o desgarram de um todo em constante florescimento.

As referências do Animismo e do Perspectivismo não atendem como versões paradoxais de um mesmo tema, mas antes reforçam a argumentação sobre a interação em um universo semiótico, um parâmetro que necessita reconhecer tanto as continuidades como as diferenças que nos enlaçam. No capítulo *Soul Blindness*, investe-se sobre os riscos de se ignorar as possibilidades de relação que essas duas teorias oferecem quando se está imerso em uma ecologia de seres, como é o caso de uma floresta, um perigo que corresponde à morte para a imprecaução e a inexperiência. “The feeling of disjunction that is lack of recognition create is also part of the difficult of reality” (Kohn 2013: 105). Estar em meio a um mundo de outros seres é submeter-se à condição de posição reversível. Os Runa aprendem a manejar-se dentro deste contexto por meio de um processo intersubjetivo que se estende para além do corpo, pois a alma é também a faculdade de interagir semioticamente com o outro, aprender a posicionar-se diante da diferença, no limite é a própria razão da sobrevivência. A análise semiótica de Kohn leva-o até os sonhos como um espaço de expressão dos “pensamentos viventes”, lá é também o terreno onde se finca a perspectiva que borra os limites que separam tipos distintos de seres, no caso, entre o cachorro e o homem, a relação mais criativa de sua etnografia. A produtividade da comunicação entre estes pólos requer igualmente a manutenção do limite dos mesmos. Quando os Runa interpretam seus próprios sonhos metaforicamente e os sonhos de seus companheiros caninos literalmente eles estão reforçando as posições entre mestres e domesticados, uma hierarquia

de perspectivas que esta implícita nos modos de comunicação e que se torna patente graças a posição privilegiada dos homens dentro desta relação. Sua formalização se estabelece em um tipo de “trans-species pidgin”, uma via de troca que os torna cúmplices, substituto inato a outros veículos de relação trans-espécie, os alucinógenos, instrumentos xamânicos *par excellence*.

A forma e sua distinção do signo ganha um dos capítulos mais extensos do livro, *Form's Effortless Efficacy*. A distinção entre ambos não se estabelece por meio da oposição e sim do constrangimento, para explicar sua eficácia ele enseja a relação entre a economia humana e seu alinhamento com a ecologia da floresta. Em um crescente de modelos de referência ele mostra como os “pensamentos viventes” são restringidos pela forma, desde os modos humanos de pensar, constrangendo sua expressão dentro dos limites do conceito, até o próprio período histórico iniciado no final do século XIX na Amazônia, marcado pelo *boom* da exploração da borracha, dinâmica cerceada sob os circuitos dos rios e da localização das seringueiras próximas aos seus cursos. Estamos no plano das generalidades, da mesma maneira que a reação do macaco à queda de uma árvore, conformando um hábito regular, os modos de relação do Runa com seus cachorros, os Jaguares e os espíritos mestres da floresta têm suas possibilidades reguladas pelas formas herdadas do período colonial e da borracha. A inserção das formas não viventes se traduz não em termos de imposição, mas em um cunho meramente acidental, fundamentando níveis hierárquicos que se comunicam entre si como é o caso das relações que envolvem os Runas e os espíritos mestres das flores ou os Runas e os representantes do Estado equatoriano. Kohn esboça uma teoria da história que ressoa por toda a ocupação de recente datação na Amazônia. Baseada no formalismo, ela cerceia a imprevisibilidade histórica às formas que a emolduram, construindo-se padrões, um processo que em seus desdobramentos relega detritos atualizados como novas formas que afetarão a agência dos indivíduos que as herdarem.

*How Think Forest* utiliza como mote de desfecho o sonho de Oswaldo, no qual ele se depara com um policial com fios de cabelo cortado sobre sua camisa, interpretando a princípio como um sonho ruim, ele descobre que havia tido na verdade um augúrio de uma boa caçada. A ambigüidade do sonho indica, na análise de Kohn, uma terceira possibilidade aquém das óbvias resistência e subserviência a qual a existência runa está submetida, urge entender “how the past shape the present at the same time that it suggest a way of inhabiting of a future” (2013: 193). Quem Oswaldo é e onde ele vive irrompe com suas possibilidades já constrangidas, contudo seu presente não se resume a efeito do passado, sua agência também responde às intervenções do futuro. Retorna-se ao demasiado humano para entender como a vida está conectada à morte e por isso, ao reino dos espíritos mestres da floresta e o que eles podem ensinar sobre o futuro.

Viver em Ávila, como os Runa reforçam, é viver rodeado por um mundo de entidades onde todos são pessoas, a exemplo disso, o pronome ao qual os Runas utilizam para se referirem

como sujeito, *amu* também funciona como o marcador de um ponto de vista, um si entre outros que o projetam para o futuro, “being in *futuro*” como define Pierce (apud Kohn 2013: 206). Toda semiose produz futuro a partir do momento que representa uma condição ao qual o indivíduo deve lidar, o reino dos espíritos amplifica essa condição como um emergente real, ele nasce do modo como os humanos se relacionam com o mundo, sem, no entanto, descolar-se dele, projetando assim, uma nova forma.

Os Runas entendem e interpretam os signos que pululam no interior da floresta tanto quanto os outros seres que a habitam, vivem atentos tanto às formas não viventes quanto à “vida dos pensamentos”, porém o fazem como humanos e Kohn sabe e o sublinha quando os trata como informantes em uma etnografia que também se presta ao que a floresta tem a dizer. As florestas pensam, reagem às suas deduções e podem errar tanto quanto os humanos, pois um cachorro pode confundir um jaguar com um veado, ou será que são apenas seus donos que erram sobre o que a mascote pensava estar certo? Certeza, no livro, apenas é de que as florestas pensam e pensam sempre da mesma maneira, assim não é apenas aos nativos a quem Kohn deliberadamente não leva completamente a sério, quando estes, por exemplo, afirmam que pedras pensam, mas à própria virada ontológica quando esta multiplica os mundos existentes e não apenas as visões sobre eles – quando ela define ontologia como apenas mais um nome para natureza (Viveiros de Castro 2014: 10).

## Referências

- KOHN, Eduardo. 2013. *How forests think: toward an anthropology beyond the human*. Berkeley: University of California Press.
- LATOUR, Bruno. 2004. *Which Cosmos for Which cosmopolitics? Comments on Ulrich Beck's Peace*. Common Knowledge, 10:3. Durham: Duke University Press, pp. 450-462.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 1975. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Editora Cultrix.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014. “Who is afraid of the ontological wolf? Some comments on a current anthropological debate”. In: *Strathern Cusas*. Ms.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. *Mana*, 8 (1). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 113-148.

Recebido em 21 de fevereiro de 2018.

Aceita em 08 de junho de 2018.

---

# Nominata de Pareceristas deste número

Adalton Marques (Univasf)  
Alice Vilella (USP)  
Aline Iubel (Unicamp)  
André Dumans Guedes (UFF)  
André Nahoum (USP)  
Andressa Lewandowski (Unilab)  
Brígida Renoldi (UNaM, Argentina)  
Carmen Andriolli (UFRRJ)  
Carolina Cantarino Rodrigues (Unicamp)  
Cinthia Moreira de Carvalho (Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3)  
Daniela Feriani (USP)  
Daniela Manica (Unicamp)  
Danilo Paiva Ramos (UFBA)  
Deborah Bronz (UFF)  
Erica Giesbrecht (USP)  
Érica Peçanha do Nascimento (USP)  
Fernanda Lucchesi (INCRA - PB)  
Gustavo Onto (UFRJ)  
Iracema Dulley (UFSCar)  
José Miguel Nieto Olivares (Unicamp)  
Karin Blikstad (Unicamp)  
Karina Biondi (UEMA)  
Laura Santonieri (MNHN, França)  
Lênin Pires (UFF)  
Lis Furlani Blanco (Unicamp)  
Luiz Jeolás (UEM)  
Maíra Cavalcanti Vale (Unicamp)  
Mariana Martinez (UFSCar)  
Marina Denise Cardoso (UFSCar)  
Martina Ahlert (UFMA)  
Melissa Santana de Oliveira (UFSCar)  
Pedro Lolli (UFSCar)  
Pedro Peixoto Ferreira (Unicamp)  
Taniele Rui (Unicamp)  
Thiago Cardoso (UFBA)  
Vanessa Perin (UFRJ)  
Vitor Grunvald (USP)



antropologia **social**  
programa de **pós-graduação**

